

ADÍLIO JUNIOR DE SOUZA

UMA INVESTIGAÇÃO  
FILOLÓGICO-LINGUÍSTICA  
DAS INFLUÊNCIAS DO  
IBERO-ROMANCE NA OBRA  
QVOD NIHIL SCITVR,  
DE FRANCISCO SANCHES



*CCTA Open Access*



EDITORA DO  
CCTA

UMA INVESTIGAÇÃO FILOLÓGICO-LINGUÍSTICA DAS  
INFLUÊNCIAS DO IBERO-ROMANCE NA OBRA

**QVOD NIHIL SCITVR,**

DE FRANCISCO SANCHES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

REITORA  
VALDINEY VELOSO GOUVEIA  
VICE-REITOR  
LIANA FILGUEIRA ALBUQUERQUE



DIRETOR DO CCTA  
ULISSES CARVALHO DA SILVA  
VICE-DIRETOR  
FABIANA SIQUEIRA



EDITORA DO  
CCTA

CONSELHO EDITORIAL  
CARLOS JOSÉ CARTAXO  
JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO  
MAGNO ALEX SEABRA  
MARCÍLIO FAGNER ONOFRE  
ULISSES CARVALHO DA SILVA

EDITOR  
JOSÉ LUIZ DA SILVA  
SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL  
PAULO VIEIRA

LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO  
COORDENADOR  
PEDRO NUNES FILHO

**ADÍLIO JUNIOR DE SOUZA**

UMA INVESTIGAÇÃO  
FILOLÓGICO-LINGUÍSTICA DAS  
INFLUÊNCIAS DO  
IBERO-ROMANCE NA OBRA  
**QVOD NIHIL SCITVR,**  
DE FRANCISCO SANCHES

**Editora do CCTA**

**João Pessoa**

**2021**

---

S729

Souza, Adílio Júnior de.

Uma investigação filológico-linguística das influências do ibero-romance da obra *QVOD NIHIL SCITVR*, de Francisco Sanches [recurso eletrônico]/Adílio Júnior de Souza. – João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2021.

Recurso digital (12 MB)

Formato: e-PDF

Requisito do sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN 978-65-5621-118-3

1. Linguística 2. Filologia I Título

---

UFPB/BC

CDU 801.8

---

Direitos desta edição reservados à Editora do CCTA

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

*Este trabalho é dedicado aos meus pais,  
João Evangelista de Souza (IN MEMORIAM)  
e Damiana Maria de Souza,  
por todo o amor que me deram a vida inteira.*



*Non igitur à me  
comptam & positam  
expectes orationem.  
Darem quidem si  
vellem: sed labitur  
interea veritas, dum  
verbum proverbio  
supponimus,  
ambagidúsque vtimur:  
hoc manque est verba  
dare. Si id vis, pete à  
Cicerone, cuius hoc  
munus est: fat enim  
pulchrè dixero, si sat  
verè<sup>1</sup>.*

*Franciscus Sanchez  
(1581)*

---

<sup>1</sup> “Não esperes de mim um estilo ataviado e polido. Empregá-lo-ia se quisesse mas a verdade escapa-se quando estamos a escolher muito as palavras e usamos de rodeios: isso é nem mais nem menos que enganar. Se é isso que desejas, recorre a Cícero, pois é esse o seu ofício. O que eu disser será bastante belo, se bastante verdadeiro” (SANCHES, 1991, p. 60).





# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 11

PREFÁCIO..... 15

Prof. Dr. José Alberto Miranda Poza

A CRÍTICA ACADÊMICA IMPLÍCITA NA DISCUSSÃO DO MÉTOD  
DO EM FRANCISCO SÁNCHEZ, O CÉTICO (1551-1623) ..... 31

Profa. Dra. María del Pilar Roca Escalante

1 INTRODUÇÃO..... 57

## **PARS PRIMA**

2 FRANCISCO SANCHES: O CÉPTICO..... 69

2.1 Vida: dados biográficos ..... 69

2.2 A singularidade das obras..... 80

3 FILOLOGIA ROMÂNICA, LINGUÍSTICA HISTÓRICA E ECDÓ  
TICA COMO SUPORTE TEÓRICO AO ESTUDO DA OBRA *QVOD  
NIHIL SCITVR*..... 87

3.1 Ecdótica, Crítica Textual e Filologia..... 92

3.1.1 Ciências do texto..... 93

3.1.2 Tipos de edição de textos..... 97

3.2 Filologia, Linguística Histórica e Filologia Românica: considera  
ções gerais..... 103

3.2.1 Filologia..... 104

3.2.1.1 A Filologia examinada pela Historiografia Linguística ..... 115

3.2.2 Linguística Histórica ..... 128

3.2.2.1 Da definição ampla de Linguística Histórica e seu objeto de  
estudo ..... 135

3.2.2.2 Metaplasmos ..... 143

3.2.3 Filologia Românica ..... 147

|  |     |
|--|-----|
| 3.2.3.1 Ibero-Romance e Romance .....                        | 157 |
| 4 DO LATIM CLÁSSICO AO LATIM MEDIEVO-BÁRBARO.....            | 174 |
| 4.1 Fontes do latim vulgar .....                             | 204 |
| 4.2 Características do latim vulgar .....                    | 213 |
| 4.3 Línguas românicas.....                                   | 224 |
| 4.4 Português e Espanhol: línguas nacionais .....            | 234 |
| 4.5 Diferentes tipos de contato linguístico de línguas ..... | 240 |
| 4.6 Bilinguismo entre o latim e os falares românicos.....    | 258 |
| 4.7 Classificação tipológica do latim .....                  | 270 |
| 4.7.1 Sintetismo e Analitismo .....                          | 271 |
| 4.8 Casos latinos: particularidades.....                     | 276 |
| 4.9 Preposições latinas.....                                 | 285 |
| 4.10 Palavras finais .....                                   | 292 |

## **PARS SECUNDA**

|   |     |
|---|-----|
| 5 <i>QVOD NIHIL SCITVR</i> ANALISADA SOB OS MÉTODOS HISTÓ-<br>RICO-COMPARATIVO E DA CRÍTICA TEXTUAL ..... | 296 |
| 5.1 <i>Quod Nihil Scitur</i> : um tratado ou uma epístola?.....   | 297 |
| 5.2 Procedimentos de coleta de dados / Definição do tipo de pesquisa<br>.....                             | 299 |
| 5.3 Métodos.....  | 302 |
| 5.4 Procedimento metodológico .....   | 304 |
| 6 ESTABELECIMENTO DO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA.....   | 311 |
| 6.1 Análise da “Errata sic corrige” .....   | 325 |
| 7 ANÁLISES DO <i>CORPUS</i> QNSS-BNP.....   | 403 |
| 7.1 Transcrição paleográfica dos grafemas utilizados na obra.....   | 404 |
| 7.2 Principais diacríticos percebidos na obra.....  | 407 |
| 7.3 Análises das lições 01 a 50 .....   | 409 |
| CONCLUSÕES.....   | 556 |
| REFERÊNCIAS .....   | 566 |
| SOBRE O AUTOR.....  | 566 |

# APRESENTAÇÃO

A conclusão de uma tese de doutorado é, sem sombra de dúvidas, o ponto mais alto da vida acadêmica de qualquer pesquisador. Nesse sentido, o resultado de uma pesquisa doutoral culmina também com o ápice da trajetória profissional por ele trilhada. É uma conquista significativa, ainda mais quando se pensa no momento em que estamos vivendo no Brasil e no mundo, sem falar no cenário educacional.

Este livro é a concretização de uma tese desenvolvida no âmbito acadêmico entre os anos de 2017 e 2020, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba - Proling/UFPB. Sob a orientação da professora Dra. María del Pilar Roca Escalante (Proling/UFPB) e com a coorientação do professor Dr. José Alberto Miranda Poza (PPGL/UFPE), pude confeccionar um estudo sobre a carta filosófica *Quod Nihil Scitur* de Francisco Sanches, autor do século XVI.

A decisão por tornar a pesquisa em livro surgiu em virtude de pelo menos quatro momentos importantes durante o doutorado: o primeiro ocorreu em 2018, quando da ocasião de minha participação da *XXV Semana de Estudos Clássicos*, na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, onde discuti acerca da descoberta da *errata* presente na obra de Sanches; os demais momentos ocorreram em 2019, quando participei de três outros eventos: *1º Seminário de Estudos Linguísticos do Proling - 1º SELIP*, na UFPB; *VII Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa - VII SIMELP*, na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e *3º Encontro Institucional de Pós-Graduação- III*

*ENIP*, também na UFPB, onde, em cada evento, pude apresentar uma série de resultados da tese, tendo então recebido elogios, sugestões e críticas das bancas avaliadoras.

Tais encontros e participações foram cruciais para as melhorias que realizei no trabalho, uma vez que muitas das sugestões dadas pelos avaliadores foram acatadas por nós, outras orientações e dicas serviram de base para reflexões e, por fim, as críticas ao trabalho, certamente, contribuíram para reescrita do texto. Em cada fase do estudo, tanto a professora Dra. Pilar Roca quanto o professor Dr. Alberto Poza estiveram engajados, me auxiliando com uma leitura atenta do manuscrito.

Além disso, nesses eventos e em outros mais, conheci ou reencontrei vários docentes, que de um modo ou de outro, contribuíram para a escritura do texto final da tese, entre os quais gostaria de destacar: Dr. Francisco Eduardo Vieira da Silva, Dra. Antonieta Buriti de Souza Hosokawa, Dr. Fábio Alexandre Silva Bezerra, Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz, Dr. Rodrigo Pinto de Brito, Dra. Regina Celi Mendes Pereira da Silva, Dra. Socorro Cláudia Tavares de Sousa, Dra. Vanessa Martins do Monte, Dra. Ana Berenice Peres Martorelli, Dra. Márcia Batista da Fonseca e profa. Dra. Suelídia Maria Calaça. Acrescento, também, a importância das críticas de membros da banca de qualificação e de defesa, composta por Dr. Denilson Pereira de Matos, Dr. Fabrício Possebon, Dr. Marlos de Barros Pessoa e Dr. Vicente Masip Viciano. Seguramente, eu não teria conseguido êxito se não fosse suas valiosas contribuições.

A estruturação deste livro ficou da seguinte maneira: inicialmente, há um belíssimo – e emocionante – *prefácio* assinado pelo ilustre professor Dr. Alberto Poza, em que faz uma imersão sobre os fundamentos da Linguística Histórica, em su-

as palavras, o estudioso sai “*Percorrendo os caminhos da Linguística Histórica*”. O texto foi especialmente escrito para o livro e traz, de modo preciso e panorâmico, temas e conceitos centrais da área dos estudos históricos, com destaque para tópicos em torno da *Língua Latina* – em sua modalidade falada – e *Filologia* – método e objeto de investigação, entre outros tópicos.

E, abrindo esta obra, há um estudo introdutório confeccionado pela brilhante professora Dra. Pilar Roca, cujo título é *A crítica acadêmica implícita na discussão do método em Francisco Sánchez, o cético (1551-1623)*, em que a autora retoma uma ampla discussão que ela iniciou ainda em 2011. Com isso, o leitor será apresentado ao contexto histórico – clima de época – da escrita de Sanches, com uma revisão historiográfica sobre sua vida, obra, influência e legado filosófico do cientista espanhol. Trata-se, portanto, de um estudo original e de grande relevância, que sustentará os alicerces desta obra.

Pensando em um equilíbrio das partes da obra que ora apresento, ela foi dividida em duas partes: na *pars prima*, constam dados biográficos do autor investigado, com destaque para a obra foco desse estudo; em seguida, são apresentadas as bases teóricas fundamentais que deram sustentação a pesquisa, mais especificamente, uma revisão de literatura sobre a *Filologia Românica, Linguística Histórica e Ecdótica*. Nessa primeira parte, ainda são discutidas as noções teóricas de *latim clássico, latim vulgar, latim bárbaro*, com destaque para o conceito de *latim medieval-bárbaro*, características e especificidades.

Na *pars secunda*, tratamos da identificação de detalhes técnicos da obra, bem como de sua tipologia textual. Depois, apresentamos os procedimentos de coleta de dados, métodos e procedimentos metodológicos empregados no estudo. Logo

após, dedicamos parte das análises ao estabelecimento do corpus, com respectivo exame filológico de cinquenta e quatro formas colhidas da *errata sic corrige*. As análises de cinquenta amostras do *corpus* seguem-se a partir daí, juntamente com transcrições paleográficas e traduções.

*Missão Velha, 15 de outubro de 2020.*

**PROF. DR. ADÍLIO JUNIOR DE SOUZA**  
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

# PREFÁCIO

## **Percorrendo os caminhos da Linguística Histórica...**

O excelente pesquisador e professor Adílio Junior de Souza me convida a escrever, a modo de prefácio, umas breves linhas sobre História, Filologia, Linguística, Línguas clássicas, latim. Eu o faço com grande satisfação, porque sua trajetória profissional e de pesquisa, que conheço bem, pois, não em vão, fui co-orientador da sua tese doutoral, hoje editada como livro, representam um exemplo de dedicação, esforço, inteligência e talento.

Nas páginas a seguir vou me debruçar em primeiro lugar no latim, como língua que se situa nos primórdios do português, defendendo a conveniência da sua permanência do ensino superior – hoje tão discutida; em segundo lugar, vou oferecer uma concepção da Filologia e da Linguística Românica, que estão presentes de forma permanente nas páginas redigidas pelo professor Adílio.

\*\*\*\*\*

O latim é a língua-mãe do português e das outras línguas românicas. Aliás, o latim é uma língua de grande precisão, clareza e elegância: seu estudo requer de uma grande reflexão e atenção. Além disso, por ser o latim a mãe comum das línguas românicas, aquele que conhece muitas palavras latinas é capaz



de compreender também outras muitas de qualquer uma dessas línguas, e seu aprendizado resultará mais simples para o estudante que tenha adquirido uns princípios básicos de vocabulário e de gramática latina. Seu estudo é, portanto, imprescindível e fundamental para conhecer qualquer língua neolatina e também para estabelecer pontos de relação entre todas elas.

O latim também serviu, durante séculos, como modelo literário para todas as línguas de cultura. As obras da Antiguidade foram o modelo inicial e influíram de modo indiscutível em todos os escritores e científicos das épocas posteriores. Durante o Renascimento, o redescobrimento da cultura greco-latina provocou uma vivificação do latim. Os escritores clássicos são estudados e imitados com entusiasmo. De novo, o latim converte-se em língua da cultura, da diplomacia, em um instrumento imprescindível para todos aqueles que, na Idade Moderna, significaram algo na História da Humanidade. Por exemplo, em latim estão expressos os princípios básicos de Ocidente, pois foi usado como língua diplomática até a Paz de Vestfália, como idioma científico até épocas bem recentes e como língua da Igreja até quase nossos dias. Língua, portanto, que nos abre as portas da cultura ocidental que, por sua vez, é uma simples consequência de uma evolução da própria cultura clássica, em todos seus aspetos: jurídico, literário, científico ou artístico.

A grande família de povos que atualmente constituem a latinidade tem como vínculo comum o latim, ponto de partida de suas respectivas línguas. Como a difusão do cristianismo teve lugar durante a época de maior apogeu de Roma, em latim predicaram preferentemente os apóstolos. Por isso, esse idioma, durante muitos séculos, passou a ser a língua oficial do dogma

e da liturgia e o vínculo universal de entendimento entre o clero Cristiano de todo o mundo.

Contudo, não faltam vozes que rejeitam estas observações e defendem, sim, o estudo do latim, mas baseados em outros não menos louváveis e interessantes argumentos. Assim, Mendes Almeida (2000, p. 7), no prefácio de sua *Gramática latina*, começa se afastando de proposições tradicionais semelhantes às expostas por nós mais arriba: “É de todo falso pensar que a primeira finalidade do estudo do latim está no benefício que traz ao aprendizado do português”.

Na verdade, o que o autor pretende demonstrar é que o latim clássico, por sua complexa estrutura gramatical, exige do aluno uma especial observação, um hábito de análise que, além de sua aplicação a matérias afins, como o estudo da língua portuguesa, pode também ajudá-lo no seu desenvolvimento em outras matérias que, em princípio, poderíamos achar como não diretamente relacionadas com o latim. Para ele, ensinar é dar independência de pensamento ao aluno, incutir nele o espírito de análise, de observação, de raciocínio, capacitando-o a ir além da simples letra do texto (ALMEIDA, 2000, p. 8):

Quando o aluno compreender quanta atenção exige o latim, quanto lhe prendem o intelecto as várias formas flexionais latinas, a diversidade de ordem dos termos, terá de sobejo visto a excelente cooperação, a real e insubstituível utilidade do latim na formação de seu espírito e a razão de ser o latim obrigatório nos países civilizados.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Para ilustrar estas idéias, é conhecida a narração que o próprio autor relata nessas mesmas páginas: “Chegados ao Brasil três eminentes matemáticos de renome internacional [...] para lecionar na recém-fundada Faculdade de Filosofia de São Paulo [...] cuidaram, logo após os primeiros meses de aula, de enviar um ofício ao então ministro de educação [em defesa do ensino do latim]: “*Chegados ao Brasil, ficamos admirados com o cabedal de fórmulas decoradas de matemática com que os estudantes deixam o curso secundário,*

\*\*\*\*\*

A Filologia, por sua vez, representa uma forma de abordar os estudos em letras considerados de forma geral, isto é, envolvendo, ao mesmo tempo, a Linguística, a Literatura, as línguas; e, logicamente, as línguas clássicas.

Muitas vezes, a Filologia tem sido considerada como uma disciplina ultrapassada, ou melhor, sem objetivos práticos no mundo intelectual universitário atual. Contudo, ainda hoje, contamos com vários exemplos, em países como Itália, Espanha ou Alemanha, de enfoques filológicos na hora da abordagem dos estudos conducentes à Graduação em Letras.

Cabe, no início, esboçar uma definição da disciplina que possa explicar suas características, objetivos e metodologia de estudo. Um dos mais destacados filólogos europeus do século XX, o professor Manuel Alvar, definia de forma indireta, a propósito de um problema textual – a caracterização dos primeiros textos e documentos da América colonizada, o campo de estudo da Filologia como disciplina (1982, p.49):

Cartas, autobiografias, histórias naturais, apologias, poemas épicos, descrições, catecismos ou dicionários, tudo pode servir e tudo é útil, porque nessa época cabe falar de filologia antes que de literatura. Com efeito, **dentro da filologia têm cabida por igual a língua, a literatura, a história e a antropologia: tudo caminha junto porque nada nasceu isolado do resto.** E resulta imprescindível para entender tudo isso o testemunho da linguística. Por-

---

*fórmulas que na Itália são ensinadas no segundo ano de faculdade; ficamos, porém, chocados com a pobreza de raciocínio, com a falta de ilação dos estudantes brasileiros; pedimos a vossa excelência que na reforma que se projeta se dê menos matemática e mais latim no curso secundário, para que possamos ensinar matemática no curso superior. Um dos professores dizia: Deem-me um bom aluno de latim, que farei dele um grande matemático'* (ALMEIDA, 2000, p.7-8).

que, mais uma vez, a língua é projeção fiel da cultura, e aqueles cronistas que narravam uma nova realidade tinham que apreendê-la com a palavra.  
[Tradução e grifos nossos]

Contudo, o termo e o conceito apresentaram ao longo da história das ideias linguísticas várias e diversas acepções que devemos levar em consideração se o que pretendemos é elaborar uma breve resenha do seu conteúdo, suas aplicações e sua abrangência dentro dos estudos de letras.

Como ocorre com quase todas as manifestações de caráter cultural da tradição ocidental, devemos começar, para falar das origens da Filologia, mesmo num estágio larvário, na antiga Grécia clássica. Nesse sentido, Robins (1984, p.22) não duvida em afirmar que:

**Toda a vida intelectual europeia, seu pensamento filosófico, moral, político e estético, encontram suas origens na obra dos pensadores gregos [...]**  
Na Grécia e na sua civilização desenvolveu-se, pela primeira vez na história do homem, uma exigência insaciável de indagação sobre o mundo e sobre os costumes dos homens do mundo. [Tradução e grifos nossos]

Ideia que reforça, ainda mais se cabe, o que já dissera, faz algum tempo, outro dos grandes estudiosos da linguagem, Leonard Bloomfield (1935, p. 4): “os gregos antigos possuíam o dom de maravilhar-se de coisas que outros povos aceitavam sem discussão”.

Não em vão, nessa mesma linha de argumentação, os professores Ruipérez, Martín Ferrero, Albarrán Gómez e Santi-

ago Alvarezindicavam, no prefácio de uma edição clássica da *Ilíada* e da *Odisseia*, o seguinte (1965, p. 8): “A história das literaturas de nossa civilização ocidental começa com duas obras que recebem o reconhecimento da crítica pelas suas qualidades artísticas excepcionais: a *Ilíada* e a *Odisseia*” [Tradução nossa].

Portanto, nesse momento do mundo que agora vivemos, as conquistas das ciências da natureza, das técnicas delas derivadas e das novas tecnologias em geral não podem fazer-nos esquecer que o mais importante continua sendo o estudo da nossa própria condição de homens.

Na Grécia clássica, os textos homéricos eram objeto de estudo na escola. Durante três séculos (de 600 a300 a.C.), os poemas homéricos apresentavam já para os próprios gregos problemas de compreensão de algumas partes do léxico. Por razões escolares, didáticas, surgiram léxicos ou glossários a modo de subsídios para a compreensão de não poucas expressões. Essa tarefa foi desenvolvida pelos “oi glossográphoi”, isto é, os glosógrafos de Homero (MIRANDA POZA, 2009a, p. 49-50). É assim que desses primeiros exegetas dos textos de Homero surgiram os primeiros aprendizes de lexicógrafos, como um ramo mais da Filologia, “que surge com toda sua força a partir de uma literatura que não é senão um reflexo da época clássica e que carece de uma verdadeira espontaneidade criativa bem como de um autêntico gênio” (SERRANO AYBAR, 1977, tradução nossa).

Hans Arens (1975, p. 38) resume os diferentes aspectos que foram até aqui tratados, afirmando que as primeiras observações sobre a linguagem dos pensadores e sábios da Grécia clássica tinham muito de filologia, pois surgiu a preocupação pela conservação dos grandes poetas do passado, sobretudo de

Homero, pela transmissão textual e sua compreensão numa época na qual já eram desconhecidas muitas das antigas formas e estruturas da língua grega. Aristarco de Samotrácia (217-131 a.C.) foi o principal filólogo da época helenística, e, ao mesmo tempo, intérprete da literatura transmitida.

A partir do desenvolvimento dos estudos históricos, os linguistas também vão deixar notar sua influência nos estudos filológicos. Até esse momento, como será dito depois, as edições de textos eram feitas pelos filólogos: estamos falando das edições críticas. Toda edição crítica parte de um problema: a transmissão textual. Essa transmissão resultou especialmente complexa na Idade Média, como magistralmente Umberto Eco soube plasmar na sua obra *O nome da rosa*.

Com efeito, os textos originais eram copiados e, às vezes, também traduzidos, nos mosteiros medievais. Essas cópias apresentavam defeito de forma habitual, por várias causas: erros formais na cópia, olvidos do amanuense (palavras, linhas, parágrafos e até páginas completas), versões livres do copista com relação ao original (interpretação errada, modificação devida a aspectos ideológicos, etc.).

O manuscrito é o lugar do erro. É natural que o processo de cópia ou transcrição leve inevitavelmente ao erro (PESSOA, 2005, p.18). Os principais erros de um manuscrito são (SILVEIRA BUENO, 1946):

- Erros voluntários ou fraudes
- Erros inevitáveis
- Erros acidentais
- Confusão entre parônimos
- Divisão ou ligação errada de palavras
- Transposição de letras

- Adição ou subtração de letras, sílabas, etc.
- Confusão de nomes próprios
- Interpolação

Como consequência do anterior, de um mesmo texto podiam aparecer vários manuscritos e/ou edições diferentes. Quando falamos de edição, estamos falando de edição impressa. Mas, também as edições muitas vezes estão com erro, porque os editores também erravam. Portanto, o trabalho do filólogo continuou com o passar dos anos e das épocas, inclusive após a invenção da imprensa. Seu labor consistia – e ainda hoje consiste – em achar primeiro esses erros de cópia, fazer as correções pertinentes e, por fim, oferecer a versão melhor para o leitor.

Como já foi dito, na maior parte dos casos, os problemas que enfrenta o filólogo, entendido aqui como crítico textual, são de caráter essencialmente textual, isto é, de leitura, de interpretação. Mas, outras vezes, a decisão da variante certa dentre muitas exige conhecimentos de gramática histórica. Assim, os textos oferecem o testemunho de fenômenos linguísticos que explicam as transformações que sofreram as palavras, em especial, nos âmbitos fônico e semântico. Daí, as estreitas relações entre a Filologia e a Linguística histórica e diacrônica.

Segundo Robins(1984, p. 106), já no Renascimento, a partir do séc. XIV, é que começa a desenvolver-se o estudo sério das línguas neolatinas (ou românicas). Em *De vulgari eloquentia*, Dante Alighieri elogia a importância das línguas faladas, aprendidas inconscientemente na infância, frente ao latim escrito, aprendido conscientemente como segunda língua através de regras e normas gramaticais, ainda considerada na época como língua de cultura na Europa.

As relações entre as línguas românicas e o latim, como referente cultural da época, proporcionaram um esquema teórico para o estudo de algo que faltou no mundo antigo: a linguística histórica.

Assim, começaram a ser registradas sistematicamente mudanças fonéticas (expressadas ainda em termos de mudanças de letras) através das quais era possível relacionar historicamente as palavras do espanhol, do francês e do italiano com as formas correspondentes do latim. Dessa forma, as línguas vernáculas românicas não eram simplesmente produtos de uma suposta corrupção do latim, senão línguas de prestígio, nascidas do latim e relacionadas com ele. A trilha do que, algum tempo depois, no séc. XIX, será a Linguística Histórica dos neogramáticos alemães, estava já traçada, e apenas vai precisar do impulso definitivo e decisivo que representaram as contribuições de Sir William Jones, dessa vez no âmbito anglo-saxão.

Com efeito, foi em 1786 quando ele ditou sua famosa palestra na *Royal Asiatic Society in Calcuta*, estabelecendo o parentesco do sânscrito, a língua clássica (sagrada) da Índia, com o latim, o grego e as línguas germânicas. Nas palavras de Robins (1984, p.138):

O sânscrito, sem considerar sua antiguidade, possui uma estrutura maravilhosa: mais perfeito do que o grego, mais copioso do que o latim e mais delicado e refinado do que ambos; e, porém, com ambos guarda tão grande afinidade, tanto nas raízes verbais quanto nas suas formas gramaticais, que não é possível acreditar que tenha sido produzido de forma acidental [...] Qualquer filólogo que analise o sânscrito, o grego e o latim pensará que os três têm nascido de uma origem comum que, talvez, já não exista. [Tradução nossa]



Essa convergência histórica que, no séc. XIX, alcançaram a Linguística e a Filologia, provoca, às vezes, em determinados contextos, o uso de ambos os termos como sinônimos. Porém, hodiernamente, os âmbitos da Linguística e da Filologia não são exatamente os mesmos.

Por um lado, Jean Dubois *et al.* (1983, p. 278-279) separava de forma clara o objeto de estudo de cada uma delas, quando afirmava que Linguística e Filologia não são termos sinônimos. A Filologia é uma ciência fundamentalmente histórica, cujo objeto é o conhecimento das civilizações do passado através dos documentos escritos que permitem compreender e explicar tais sociedades, em especial, os de índole literária. A Filologia é também a crítica dos textos; nesse sentido, tenta “estabelecer o texto” mediante critérios internos que lhe proporcionam ao mesmo tempo suas próprias técnicas (comparação dos textos, das variantes, história dos manuscritos, etc.) e os procedimentos externos que lhe proporcionam outras técnicas: a estatística linguística, para datar os documentos, ou a história literária, econômica, social, etc. Na medida em que o estabelecimento do texto requer uma série de conhecimentos fragmentários, fala-se de erudição. O trabalho principal do filólogo é, portanto, a edição de textos.

Por sua vez, Fernando Lázaro Carreter, incide no mesmo problema, ou seja, a não desejável confusão terminológica, mas oferece uma breve explicação acerca das causas que provocaram o equívoco. Após definir a Filologia como a disciplina que “antigamente se ocupava de fixar, restaurar e comentar os textos literários, buscando as regras do uso linguístico” (1990, p. 187), indica como ela foi ampliando o seu campo de abrangência estudando, além da linguagem, a literatura e todos os fenô-

menos relacionados com a cultura de um povo através dos textos escritos: “nesse sentido, fala-se de Filologia Clássica, que trata da Antiguidade Greco-latina; de Filologia Românica, cujo intuito é o domínio das línguas neolatinas, etc.” (ibid.). A preocupação pela língua falada, por um lado, e o comparatismo, do outro, foram a origem de uma nova ciência, a Linguística, “que, às vezes, usa-se como sinônimo de filologia” (ibid.). Porém, “mesmo se ambas as ciências estudam a linguagem, o estudo é diferente em cada caso” (ibid.). Desse modo, a Filologia estuda a língua com o objeto da fixação do texto, enquanto a Linguística focaliza seu interesse na língua falada ou escrita, utilizando o texto para estabelecer suas pesquisas.

O professor Alonso-Cortés(2015), quando aborda o problema da coleta de dados na pesquisa linguística, diferencia perfeitamente não apenas os objetivos específicos da Linguística e da Filologia, mas também os métodos próprios de que cada uma delas se usa para seus respectivos fins.

Assim, a Linguística utiliza métodos como a *introspecção*, consistente na resposta que o falante dá sobre a formação de uma determinada unidade linguística (âmbitos sintático e léxico), isto é, um juízo relativo a se estar conforme com o senso linguístico do falante. As respostas nem sempre são uniformes, nem se ajustam todas a um mesmo juízo absoluto (sim ou não), senão que constituem uma gradação. Outras vezes utiliza *métodos de contato*, constituídos pela observação direta da fala através de entrevistas, inquéritos e levantamentos. Trata-se de coletar dados que não são fáceis de obter pela mera observação e são muito utilizados na dialetologia tradicional.

Já os *métodos filológicos* utilizam a interpretação de documentos escritos a partir do conhecimento que o pesquisador

especialista tem sobre a cultura e a língua do texto. O filólogo tem como tarefa principal a reconstrução e a edição crítica de textos e tenta apresentar o texto na sua forma original.

Pelo que já foi dito, um dos âmbitos fundamentais da Filologia é a Crítica Textual, entendida como arte de fixar, restaurar e comentar textos literários, mesmo considerando o fato, também já indicado oportunamente, da Filologia ter ampliado seu campo de estudo a outras disciplinas afins: literatura, sociolinguística, teoria linguística e literária, estudo de línguas em geral, tanto clássicas como modernas, etc.

Tomando como foco a Crítica Textual, desde Aristófanes, com suas séries de signos críticos utilizados na sua edição de Homero (Antiguidade Clássica), houve uma ampliação do material de estudo filológico ao longo da história (FRADEJAS RUEDA, 1991). Assim, em um primeiro momento, foram analisados os textos sagrados do Cristianismo e não apenas os escritos em grego (época de Bizâncio). Depois, cabe ressaltar o labor desenvolvido por Lupus de Ferrières na busca do “texto correto” (Idade Média), passando pelas contribuições dos humanistas como, por exemplo, Robortello com sua obra *De arte sive ratione corrigendi antiquorum libros disputatio*, que pode ser resumida na conhecida expressão: “emendare, corrigere et emaculare”, sem deixar de lado o conceito de *usus scribendi* do autor (já no Renascimento), nem as considerações de Johann Jacob Griesbach no *Praefatio* da segunda edição do *Novo Testamento* (1796), que podem ser consideradas como as regras da Crítica Textual na época pré-científica.

No século XIX, aparece a revolucionária e fundamental contribuição de Lachmann, que deu lugar a um novo método que leva seu nome. Trata-se, no caso de abordar a elaboração da

edição crítica de um texto (antigo), do estabelecimento do *stemma codicum* a partir do conceito de *falha ou erro comum*, o que ofereceria a certeza de origem comum dos testemunhos que apresentaram tal *erro comum*. Já no séc. XX, Bédier em *La tradition manuscrite du "Lai de l'Ombre"* questiona a validade do método quando usado sem a conveniente precaução, observação que é completada pelas contribuições de dom Quentin, que propõe, frente ao conceito de *erro*, o conceito de *variante* (*Mémoire sur l'établissement du texte de la Vulgate*). Contudo, desde sua aparição, o método de Lachmann, corrigido convenientemente segundo as contribuições posteriores de Bédier e dom Quentin, tem sido o modelo de referência nas edições críticas mais importantes até o presente.

É claro que, na Crítica Textual, não há um único tipo de edição de texto. De forma que, por exemplo, o professor Fradejas Rueda (1991), distingue vários tipos diferentes:

- **Edição fac-similar:** aquela que reproduz a imagem (por fotografia ou scanner) do texto, tal como o editor o encontrou.
- **Edição paleográfica:** aquela que, sem recorrer à reprodução da imagem por meios técnicos, tenta oferecer ao leitor com a maior exatidão possível as características formais do texto original (grafias, abreviaturas, acidentes do texto, anotações marginais ou *marginalia*, etc.).
- **Edição crítica:** aquela que aborda os problemas prévios à edição de uma obra (busca de fontes, seleção de exemplares, seleção e estabelecimento do texto...) e comunica ao leitor as decisões tomadas durante o processo de edição conforme o método de Lachmann. O objetivo é chegar a oferecer um texto ideal, o mais próximo possível do original do autor mediante a colação das diversas versões de um mesmo texto.

- **Edição escolar:** aquela que é adaptada pelo editor conforme as necessidades do aluno que frequenta a escola em função da capacidade dele na compreensão de leitura. É um tipo de **edição abreviada**.
- **Edição modernizada:** aquela cuja adaptação se refere a aspectos como as grafias, o léxico, etc. Isto é, oferece ao leitor o texto na língua contemporânea adaptando os arcaísmos linguísticos que puderem aparecer.
- **Edição sinóptica:** aquela que oferece vários textos em paralelo. Esses textos podem ser traduções os uns dos outros (o caso mais frequente são as edições sinópticas da *Bíblia*) ou também versões distintas de um mesmo texto, colocadas simultaneamente.

\*\*\*\*\*

Conforme o anterior, temos, por um lado, que a Filologia é uma disciplina que tem como ponto de referência e objeto fundamental de estudo o texto, considerado em todos seus aspectos formais, oferecendo ainda ao leitor o maior número de informações para uma interpretação do mesmo, não apenas adequada, mas completa e integral (ALONSO-CORTES, 2015; DUBOIS *et. al.*, 1983; FRADEJAS RUEDA, 1991; LÁZARO CARRETER, 1990). Para chegar até a versão do texto considerada “ideal ou perfeita”, a Filologia usa de métodos próprios (filológicos), o que a distingue da Linguística, que utiliza outros diferentes para coletar os dados pertinentes ao seu objeto de pesquisa (introspecção, métodos de contato, etc.).

Por outro lado, uma vez fixado o texto através dos métodos e princípios da Crítica Textual, as informações subsidiadas pela Filologia vão nos informar de múltiplos elementos que resultarão fundamentais para uma completa interpretação daque-

le, pois a análise filológica abrange, nas suas pesquisas, conhecimentos referentes a várias ciências: história, literatura, linguística, crítica literária, antropologia, sociolinguística, religião, etc. (ALVAR, 1982).

Revisitando o método filológico de análise de textos, o professor Adílio tem se aproximado da história das ideias linguísticas, da história da língua e da história da literatura e da crítica literária. Como é sabido, os estudos filológicos hoje são considerados como ultrapassados e sem sentido, beneficiando outro tipo de abordagens no estudo da língua e da literatura.

Porém, muitos defendemos a ideia de que o presente apenas pode ser compreendido de forma completa desde a história, postulado que se cumpre de maneira patente nos estudos linguísticos. É verdade que os donos da língua são seus usuários, mas em uma dimensão histórica e social. Esse princípio é esquecido com frequência, sobretudo quando se pretende manipular a língua em função de determinados interesses, sejam mercantis, políticos ou ideológicos.

A história recente oferece abundantes exemplos: os totalitarismos de diversos signos, da mesma forma que certos fundamentalismos que se autoproclamam de progressistas, têm pretendido mudar ou ocultar a realidade promovendo mudanças linguísticas (léxicas e gramaticais) por decreto. Será inútil. A decisão das mudanças linguísticas transcende tais manipulações, quase sempre grosseiras, porque será a comunidade de falantes quem decide, em um tempo histórico não previsto, quais dessas mudanças adota e quais rejeita; quais, enfim, serão substituídas por novas formas, necessárias para que as línguas conservem sua capacidade comunicativa. Os estudos etimológicos o demonstram constantemente: **Apenas o exame demorado**

**e amoroso da realidade, com a inevitável assistência da dimensão histórica, contribuirá a fazer-nos ver a fascinante vida dos idiomas, dos nossos e dos alheios.**

*Recife, 10 de outubro de 2020.*

**PROF. DR. JOSÉ ALBERTO MIRANDA POZA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

## A CRÍTICA ACADÊMICA IMPLÍCITA NA DISCUSSÃO DO MÉTODO EM FRANCISCO SÁNCHEZ, O CÉTICO (1551-1623)

Os historiadores de origem judaica, o britânico Eric Hobsbawm e o alemão naturalizado israelense, Gershom Sholem, coincidem nas observações sobre como as sociedades se relacionam com o passado e com a tradição, especialmente em como as reatualizam ou as inovam, como negociam os limites das mudanças que faz com que as modificações sejam permissíveis ou mesmo legitimadas e, portanto, aceitas pelas sociedades em geral mas, sobretudo, pelos grupos que carregam um forte compromisso com as tradições. Hobsbawm expõe dois modos através dos quais as sociedades renovam seu passado. Por um lado se imprime um movimento dirigido a selecionar aquilo que cada sociedade resolve lembrar ou que as circunstâncias permitem que seja lembrado. O historiador britânico denomina esse movimento como a *história consciente*. Por outro lado, existe outro movimento destinado a aproveitar o que denomina “espaços de folga” que permite um distanciamento com relação ao núcleo duro representado pelas crenças e tradições, isto, claro está, desde que não sejam uma ameaça às formas tradicionais ou conscientemente lembradas. Hobsbawm denomina a esses espaços de folga *instertícios*. Gershom Sholem, pela sua vez, afirma que a *revelação* e a *tradição* são categorias do pensamento religioso judaico responsáveis da atualização do rígido sistema conceitual, estruturado na Halacá ou Lei judaica, pela interpretação continuada mediante o comentário.



Ambos historiadores nos provêm de boas possibilidades teóricas para pensar o *judaísmo e o judaico* como coordenadas secularizadas que permitam entender a natureza móbil da história. O *judaísmo* seria a identidade dada (a chamada *tradição* em Sholemeo *passado* em Hobsbawm), ao passo que o *judaico* seria a identidade não necessária nem contingente que se revela no devir da história e que se concretiza a partir da escolha dos seus agentes (a *revelação* em Sholemou os *interstícios* em Hobsbawm).

Dita escolha, que colocaria a questão judaica nas antípodas da tese sartreana<sup>3</sup>, parte de uma interpretação vital que orienta sobre o que pode ser lembrado e o que deve ser deixado para trás no percurso existencial. O *judaísmo* seria a estrutura já definida, a tradição, o passado, a Lei e, inclusive, a religião percebida como um conjunto de valores explícitos expressados no rito que se repete marcando o tempo como um relógio externo (meses, anos, ciclos), isto é, a memória consciente e entendida. Por outro lado, porém simultaneamente, aconteceria o *judaico*, marcado por um relógio interno e implícito, que redefine e atualiza o *judaísmo* mediante a revelação, os interstícios do ainda incompleto, a encruzilhada na qual se escolherá uma memória possível para seguir em frente na dinâmica da história. O *judaico*, por tanto, é um movimento projetivo típico da mentalidade burguesa, mentalidade que havia ajudado a criar os nacionalismos do século XIX em diante e que evoluem com não poucos paradoxos que permeiam um processo tocado por avanços e recidivas (ARENDDT, 2012; HOBBSAWM, 1998).

---

<sup>3</sup> Talvez, e estamos aventurando uma interpretação, porque Sartre, mais que tratar do *judaico* trata do antisemitismo, isto é, de como o *judaico* é percebido pelo homem de massa.

Entender a atitude do judeu converso hispânico revela-se essencial para a contextualização histórica e social do médico e filósofo Francisco Sánchez (1551-1623), vulgo o cético. Embora desenvolvesse a sua carreira profissional na França, na cidade de Toulouse, a atitude crítica de Sánchez se insere dentro de um conjunto de intelectuais cujo pensamento surgiu e agiu na Espanha do século XV e XVI, tentando uma progressiva compreensão do significado da essência comunitária do ser humano quando já as práticas espirituais e académicas haviam sido tomadas pelo forte racionalismo filosófico.

A presença judaica na Península se faz sentir com especial ênfase nas diretrizes para a estruturação do estado. Na Espanha medieval, além do interesse dos monarcas na difusão da cultura, foram os assessores judeus quem no século XIII influenciaram os reis de Castela e Leão, Fernando III e Alfonso X, para usar cada vez mais a língua vernácula – o castelhano – nos textos oficiais em detrimento do latim por ocasião da unificação dos reinos de Castela e Leão (LAPESA, 1981). A partir de 1230, portanto, o emprego da língua castelhana em comunicados oficiais internos irá aumentar gradativamente, ao passo que o latim será a opção para as comunicações diplomáticas entre os diferentes reinos, além de ser a língua do ritual cristão.

Já desde a Idade Média, portanto, e por mera necessidade de sobrevivência da comunidade, o objetivo dos judeus hispânicos teria sido primeiro identificar e depois separar os dois espaços, o político e o religioso, que eram erroneamente identificados entre si. Isto é, deveriam encontrar e fazer visíveis os limites entre os afazeres do mundo íntimo e religioso de aqueles que correspondiam ao público e político. No âmbito privado, seria usada a língua latina no caso dos cristãos e a língua hebrai-

ca no caso dos judeus, ao passo que no âmbito público a língua de comunicação comum e quotidiana seria o castelhano. Assim o universo espiritual próprio de cada comunidade ou individuo estava garantido.

A partir do século XV e XVI, a quebra do absoluto que percorre Europa e a necessidade de dar coesão de uma sociedade constituída de diferentes visões de mundo que se instaura na Espanha posterior ao decreto de conversão, faz com que o conceito de língua entre os conversos comece ser reformulado de maneira implícita para poder fundar um novo consenso. No espaço do político, os conversos espanhóis aprofundam na leitura de São Paulo e aprimoram o paradoxo iniciado no medievo de realizar uma leitura política do Corpo de Cristo paulino (ROCA, 2011). No campo do linguístico essa tendência a politizar qualquer realidade leva a observar a importância do *uso* como uma atualização da experiência pelo exercício da memória constante. A língua é entendida como um exercício da memória que ilumina o presente à luz de uma experiência comunitária. Este lugar comum é frequentado nas argumentações de judeu-conversos como Juan Luis vives, Juan de Valdés (Cuenca, 1504 - Nápoles 1541) e o próprio Sánchez. Ditos autores, e Sánchez dentre eles, tentam uma caminho do pensamento mediante a prática do relativismo linguístico (ROCA, 2008) que faz prevalecer a memória por cima do exercício intelectual solitário, ancorado unicamente no sistema conceitual, além de facilitar a abertura mental para observar o uso, isto é, a situação concreta, o caso específico.

A ênfase do uso como referencial dos significados levou na Espanha do século XVI a escutar a comunidade por cima das práticas filosóficas, que consideravam o significado como con-

sequência de um processo mental e intelectual de natureza solipsista. Nestes autores a observação da situação concreta substitui qualquer tentativa de método genérico e generalizador para compreender a realidade. Se a língua romance se explica por si mesma através do uso, cada caso requer de um estudo específico e próprio para ser compreendido. Se analisarmos brevemente uma das obras primas da literatura espanhola, o Lazarillo de Tormes (1554), que terá influência na literatura europeia, não é à toa que o protagonista e relator parta do caso específico da sua vida para o leitor entender porque ele, esposo da mulher de um padre da cidade de Toledo, está vivenciando o melhor e mais honroso momento da sua vida (o “culmen de toda fortuna”). O autor continua anônimo, porém a crítica é unanime em concordar sobre a sua origem judaica. É o relato do caso o que o explica. Ele, portanto, se explica a si mesmo. Os judeu-conversos, em razão de vida, estavam se antecipando à quebra do absoluto europeu.

Pensadores da mesma origem, como o mencionado Juan de Valdés, desenvolvem a mesma metodologia que parte do caso específico como proposta inicial de análise. É essa visão do caso concreto a que permite que Valdés já sinalize diferenças importantes no seu *Diálogo de la lengua* (1535)[1737] entre língua morta, o latim, e língua viva, o romance. Enquanto que a primeira podia ser estudada nos livros, a segunda precisava da comunidade de falantes como referente, um referente que se revelava móbil, histórico e que só pode ser entendida indo ao caso concreto que Valdés encontra em um corpus linguístico de provérbios populares. No campo da linguística, portanto, na Espanha do século XVI já ressoa um princípio de relação que faz menção a uma experiência de uso em uma situação concreta

que obedece a um forte sentimento de pertença (ROCA, 2009). Valdés já sinaliza dois tipos de línguas em razão de conceitos muito modernos, o de aquisição (Língua materna) e aprendido (segundas línguas ou línguas históricas). Se as primeiras se aprendem "nos peitos das nossas mães, já as línguas históricas ou mortas se estudam a través de uma gramática, por não existir uma comunidade de uso. Seu aprendizado é pautado por um modelo que remete à escrita e a ela o estudante deve se adequar para obter sucesso e conhecimento. O aprendizado das línguas mortas se realiza em redor dos conceitos de "certo" ou "errado". Já as línguas vivas dispõem de uma comunidade de falantes que as regularizam mediante o uso e determina a norma a través "do que se diz" e "do que não se diz" (ROCA, 2010). Para as línguas vivas o referente é um fluxo, não um modelo, e o fluxo é mutável e mutante.

Sánchez, sem chegar a conhecer a mencionada obra de Valdés, que não será publicada até dois séculos depois da sua composição, em 1737, utilizará a mesma afirmação de língua ordinária ou em uso como referencial do conhecimento ou da ciência. O interessante, por paradoxal, é que ele irá empregar um conceito de conhecimento que tem mais a ver com como funciona a fé e que é o que a diferencia da ciência.

Da mesma maneira que as razões de uso tem origem em questões políticas do medievo, as raízes da preocupação por tratar dos limites entre ciência e fé devem ser encontradas nesse longo período histórico no qual Ocidente se formou política e espiritualmente. Espanha não é uma exceção. Mais especificamente devemos encontrá-las quando as comunidades judias e cristãs se debateram publicamente nos logradouros das cidades para determinar qual era a religião verdadeira, partindo ora de

argumentos teológicos (fé) ora de filosóficos (razão). Os primeiros consideravam a comunidade como doadora de significados seguindo uma tradição que perpassava séculos e que era entendida como um testemunho de fé, ao passo que a razão era uma tentativa intelectual que desenvolvera a cultura grega para explicar o mundo sem ter uma experiência de vida que a referendasse. Já no século XII, o poeta Yehuda ha-Levi, no seu livro *o Kuzari*, alertava para o perigo de acreditar que o método de Aristóteles era superior aos caminhos da fé porque, diferentemente dos judeus, ele não dispunha de uma tradição que o guiasse. A prática do comentário cresce na península posterior à conversão forçosa de 1492 como uma via interpretativa que atualize o sistema conceitual no qual a teologia e a filosofia acabaram se prendendo em um campo dogmático sem significação vital. Figuras como Teresa de Cartagena (ca. 1425-?) tece uma linguagem formada de citas bíblicas, ditos populares e traços da fala oral que vão se transformando no decorrer das novas relações que propõe em seu longo ensaio intitulado *Arboleda de enfermos* para denunciar as interpretações unilaterais que seus contemporâneos fazem da tradição religiosa. A sua maior seguidora, Teresa de Jesús (1515-1582), elabora imagens de tipo orgânico para aprofundar em conceitos teológicos evitando adotar a terminologia escolástica e escolhendo referências vindas da vida cotidiana. São Juan de Ávila (1499-1569) ganha fama por homilias em língua vernácula assim como por uma extensa atividade como comentarista bíblico. O século XV e XVI hispânico é, portanto, rico no uso de comentários que aproximam seus receptores da verdade revelada com o intuito de incluí-los no processo de atualização e renovação evangélica e, de novo não por acaso, seus protagonistas são de origem judeu-

conversa. O caso de Sánchez é único, pois seu texto é um longo comentário que denuncia as práticas acadêmicas universitárias da época. Por séculos, foi definido como cético e, mais frequentemente, como anti-aristotélico. Deveremos analisar a vida e a obra, seu *caso concreto*, para entendê-lo.

## 1 Significado da vida e da obra de Sánchez

Filho de pai convertido e exilado, primeiro das terras de Aragão e mais tarde da Espanha, e de uma judia de boa família da cidade de Braga, em Portugal, Francisco Sánchez, ou Sanches, como o conjunto de críticos da orilha lusa acostuma citá-lo, nasce por volta de 1551 em terra fronteiriça, Tuy, uma cidadezinha nos limites entre Espanha e Portugal. Talvez seu nascimento em um lugar de passo se justificasse pela necessidade paterna de encontrar um lugar de fácil mobilidade no caso das situações políticas ficarem adversas para os da sua nação.

Seja por causa da situação econômica, seja por causa das ameaças políticas, que já o tinham afetado no passado, nas convulsas terras de Aragão, o pai de Sánchez decide uma nova virada na vida familiar quando a criança tem uns sete anos de idade. A família sai para a cidade de Bordeaux, na França, onde havia se concentrado uma importante comunidade de judeus espanhóis e portugueses porque através de um edito do rei Luis XI de fevereiro de 1474, os estrangeiros podiam agir com liberdade comprando e vendendo propriedades assim como exercendo o comércio sem travas fiscais. Em tempos incertos para quem não poderia defender a sua limpeza de sangue nas terras luso-espanholas e nas vésperas do nascimento do pequeno, em 1550, esta liberalidade se faz mais específica para os cristãos

novos, que são convidados a se estabelecer na França e a usufruir os direitos de qualquer francês. Será em França, portanto, onde Sánchez receberá a sua formação básica e onde desenvolverá sua vida profissional como médico e como professor universitário, concretamente na cidade de Toulouse.

No entanto, será Bordeaux um destino determinante para a compreensão da obra sancheana. Ali frequenta entre os anos 1562 e 1571 o Colégio da Guyenne, a mesma escola na que Michele dela Montaigne havia cursado estudos entre 1539 e 1546. História familiar e critérios de formação constituirão o eixo compartilhado do pensamento de ambos filósofos. Com efeito, eles dois, tem familiares comuns que compartilham a mesma origem familiar aragonesa e judia.

Porém, será durante estes anos de escolarização onde ambos filósofos receberam uma formação comum que se manifestará na defesa da tolerância e do relativismo linguístico. Os professores do Colégio da Guyenne que compõem o quadro educativo eram, na sua maioria, de origem judia-conversa e dois deles, Henrique Estienne e Gentian Hervet, serão tradutores do grego para o latim dos *Esboços pirrônicos*, de Sexto Empírico (MOREIRA DE SÁ), o texto responsável por introduzir na Europa do XVI a discussão sobre a tolerância e o relativismo moral que desenvolverá Montaigne ao longo dos seus ensaios. Um olhar imediatista poderia fazer acreditar que a reflexão sobre a tolerância tem origem aqui, porém na nossa visão histórica acreditamos que era necessária uma sensibilidade prévia que permitisse ler entender o propósito do relativismo. E acreditamos que essa sensibilidade é anterior e tem razões existenciais e históricas que remetem à Espanha medieval com as quais am-



bos pensadores tinham comprometido seu passado. Sobre tudo no caso que nos ocupa, o de Sánchez.

Com efeito, as origens hispânicas e biográficas de Sánchez permitem entender que a discussão que ele trará a tona está vinculada a uma realidade existencial e histórica que tinha provocado de maneira direta ou indireta seu exílio. As questões que iremos tratar aqui partem da consideração de que o fenômeno do judeu – converso hispânico, a diferença do português, não se referem a um cripto-judaísmo, porém a uma persistência ou continuidade do sentido ético que o judaísmo sempre havia dado à leitura da Torah e que irá se traduzir ao longo dos séculos em um compromisso pela ação política dirigida à construção da sociedade civil (ROCA, 2005).

O problema que Sánchez aborda tem raízes na Espanha medieval, como permite entender outra figura de similares características. Século e meio antes, na mesma universidade onde Sánchez é professor de filosofia natural, outro professor também de origem hispânico, desta vez catalã, concretamente de Barcelona, havia escrito um tratado sobre a superioridade da fé sobre a razão como caminho, que não método, para o conhecimento. Tratava-se de Raimundo Sebunde, e sua obra *Diálogo de las criaturas* (finalizado por volta de 1436, porém só publicado em finais de século XV) e a ele devemos mais uma coincidência neste contexto de relativismo moral, científico e linguístico, pois Michele de la Montaigne lhe dedicará um dos seus mais longo e relevantes ensaios: *Apologia de Raymundo Sebunde*.

Por tudo isso, Francisco Sánchez parte de uma complexidade de elementos para elaborar sua crítica acadêmica. Eles são uma mistura de, por uma parte, uma experiência de exílio familiar, de uma longa discussão filosófica que só tinha produ-

zido exclusão, exaustão e desmembramento das comunidades de base, uma perda dramática de referenciais, um esquecimento da situação concreta e, por outra, de uma formação para a tolerância. Francisco Sánchez parte de tudo isso para levar à renascença europeia a discussão sobre uma das questões mais inquietantes do medievo espanhol, as inúteis diferenças entre fé e razão, a necessidade de observar o caso concreto e a inexistência de alguma coisa que possa ser chamada de universal.

## **2 Contextualização filosófica**

### **2.1 Sánchez na corrente cética**

A corrente de pensamento na qual alguns dos conversos têm sido incluídos é a chamada *corrente cética* que se iniciou com o filósofo grego Pirro (Elide, 365/360- 235 a.C.). Seu pensamento foi recolhido por Sexto Empírico (s.II - s.III d.C.) que marcou a separação definitiva com o mundo acadêmico grego quando este começava a percorrer uma linha mais dogmática em relação ao estreito vínculo entre língua e verdade. O interesse renascentista de determinados intelectuais pela obra cética foi influenciado pela mencionada tradução do latim da obra de Sexto Empírico.

Além do mais, é mister esclarecer que Sánchez escreveu suas obras a partir da sua experiência negativa primeiro como aluno e mais tarde como professor de filosofia nos cursos de medicina, na época tomada pelos professores que argumentavam com base em apriorismos aristotélicos. Os alunos deviam passar por dois anos de estudos da língua latina antes de entrar nos estudos científicos específicos, de modo que o latim era a língua da ciência. No entanto, no século XVI a Europa começa a

entender as ligações entre linguagem e ciência. É nesse contexto que Francisco Sánchez faz a suas reflexões sobre língua, natureza e conhecimento numa articulação da crítica contra os discursos totalitários.

Contudo, deve-se considerar que as críticas de Sexto eram mais de tipo moral e ético. Sexto discutia o erro dos julgamentos morais e éticos, visto que os costumes e hábitos mudam com os tempos e com os povos que os praticam. A corrente cética da renascença europeia, no entanto, irá transferir esta análise para outros campos e colocará a ênfase na necessidade de limpar a língua de quaisquer determinismos *a priori* que a desvie da verdade, isto é, da natureza e suas leis para poder evoluir na ciência.

É nesta última abordagem que se deve entender a intenção da obra sancheana, de modo a poder esclarecer os caminhos da ciência, fechados na época pelos princípios aristotélicos nos quais a filosofia natural se baseava. Portanto, os escritos sancheanos não estão centrados na crítica ao dogmatismo moralizador e sim na crítica aos critérios dominantes na academia, verdadeiros alçózes do pensamento e a pesquisa. Destarte, o ceticismo de Sánchez se enquadra na atitude que originou o ceticismo originário, baseado em uma atitude de abertura investigativa constante, típica dos médicos que a iniciaram. Esta atitude era muito diferente tanto da postura dogmática, a qual propugnava que a verdade existia e que já tinha sido encontrada, quanto da postura acadêmica, que defendia que, se bem a verdade existia, ainda deveria ser encontrada. Por sua vez, os cétricos, termo que significa na sua raiz etimológica grega “os que pesquisam”, não faziam nenhum tipo de afirmação *a priori*, isto é, não emitiam nenhum julgamento de valor. Eles manti-

nham uma atitude de constante observação dos fatos e as suas conclusões eram consideradas temporárias e inconclusivas.

A extrema modernidade de Sánchez se manifesta na tendência atual a desenvolver os estudos científicos com base no estudo de caso, em vez de partindo de uma fundamentação teórica alagada de apriorismos e sem uma origem empírica. No entanto, há, como dito acima, uma persistência de uma experiência de vida por trás das numerosas citas de autores gregos, que na sua maioria são chamados para logo serem recusados. Desde o século XVI, já observamos que os judeu-conversos citam os clássicos greco-latinos muito mais do que as fontes bíblicas, porém isso não significa, como muito bem demonstra Sergio Fernández López (p.15) que não bebam delas muito mais do que as citam. De fato, na sua obra principal, *Quod Nihil Scitur* (1581), Sánchez coloca a sabedoria de Salomão por cima da de Aristóteles

## **2.2 Sánchez na crítica e na continuidade da tradição**

O cerne da obra sancheana é a consciência como base do conhecimento. O judaísmo expressa de maneira clara a operação humana que identifica linguagem, divindade e consciência. O fato de a consciência ser o lugar de encontro com a divindade possibilitou que os judeu-conversos se amparassem nela para defender sua especificidade como comunidade e permitisse entender que a essência do humano estava no seu potencial de encontro e nos sentidos interpretativos que isso oferecia do repregado e denso sistema conceitual que aguardava ser aberto em cada geração.

A força do relativismo linguístico reside na crença de que o princípio epistemológico essencial tem por referente a *Presença*, que caracteriza os relacionamentos humanos autênticos, um pensamento de viés comunitário que terá seu maior artífice no século XX, quando o filósofo Martin Buber (Viena, 1878 - Jerusalém, 1965) edifica sua filosofia dialógica na obra *Eu e Tu* (1923). Esta atitude relativista, comunitária e finalmente dialógica se havia elaborado desde a necessária purificação do judaísmo contida no judeu-converso hispânico, assim como em autores posteriores que experimentaram processos assimilatórios, como Buber, de modo a permitir a sobrevivência de seus valores motrizes em momentos de necessária reformulação comunitária.

Por tudo isso, ao longo de este estudo estaremos diferenciando entre o *judaísmo* como religião e o *judaico* como atitude, como um *estar no mundo*, que resgata seus valores através de ações éticas. Será a este último sentido ao qual nós estaremos referindo em todo momento. Os traços desta atitude que teremos como marco de compreensão da obra sancheana se manifestam também em maior ou menor medida no que temos denominado em outros estudos (ROCA, 2005, 2006a, 2006b, 2008, 2011) como *judeu convertido, porém não assimilado*, em razão de manter os valores do judaico a través de uma aparente perda que resultou na verdade uma peculiar forma de interpretar a sua realidade histórica.

Na sua maioria, estes intelectuais que compartilham a mesma tradição de origem, e da qual Francisco Sánchez faz parte, consideram que a experiência comunitária era o caminho que possibilita o acesso ao conhecimento. Isto é, para eles os referenciais que dão sentido às palavras não são formais e os

signos físicos só são compreendidos se mediar uma experiência de relação em um momento histórico dado.

### 2.3 Sánchez na história

Segundo acabamos de expor, Sanchez coloca a ênfase da elaboração de sentidos no movimento histórico e comunitário que refaz seus referentes a cada hora e em cada momento concreto, a partir das experiências de relação, o que permitem a prática do relativismo mental, assim são criadas novas articulações segundo as mudanças acontecidas no interior do indivíduo e na comunidade. Os sentidos, portanto, são uma marca de realidade tanto individual quanto comunitária surgidos em um processo de vai-e-vem que forma as consciências. Eles absorvem assim uma função imunológica e desenvolvem mecanismos de defesa contra qualquer tipo de interferência entre o indivíduo e seu potencial de encontro (princípio de relação). Em coerência com isto, alguns dos sintomas que encontramos em autores de origem judaica, como o mencionado Juan de Valdés e em concreto em Francisco Sánchez, são por um lado a experiência comunitária como conhecimento e como referencial dos sentidos e por outro, a compreensão de autoridade como aquela derivado do uso comunitário.

Para alguns dos mais relevantes intelectuais espanhóis de origem judia-conversa que surgem nos dois séculos seguintes à obrigada conversão de 1492, era fundamental a compreensão de que o princípio epistemológico essencial ao ser humano se ativava a partir do encontro consciente com o outro. A necessidade da presença *do outro* para desenvolver a compreensão e entrar no caminho do conhecimento será apontado no movi-

mento hermenêutico de H.G Gadamer (1902-2002) durante a segunda metade do século XX e explicitado pelo filósofo Martin Buber nos seus estudos sobre comunidade (1987).

O pensamento deste último se desenvolveu em decorrência da assimilação da comunidade judaica em Alemanha e no leste europeu, que segundo o pesquisador Julio Caro Baroja foi muito semelhante à acontecida na Espanha dos séculos XV, XVI e XVII. Para Buber, do mesmo modo que para um importante número de judeus espanhóis convertidos dos séculos XV e XVI, a comunidade deveria ser a experiência de encontro com a divindade, em um relacionamento que permitia a presença completa.

Se Juan de Valdés falava na necessidade de o homem se libertar da culpa para dar espaço à esperança, Buber fala em *liberação de uma ressalva* como o fato que permite um relacionamento autêntico. Assim, o princípio de relação intrínseco aos seres humanos superava a necessidade de adequaçãoquetodadoutrina exige, manifestada esta na fidelidade cega aos ritos e às cerimônias que entendem a presença e o relacionamento com a divindade como a sequência correta de uma série de gestos formais previamente convencionados.

Já no contexto acadêmico, contagiado de uma compreensão superficial da espiritualidade, que reduz a superstição ou dogma aleatório, este enfoque irá levantar a velha discussão sobre o método como porta do conhecimento. A partir dela, estes intelectuais assumirão de maneira implícita ou explícita que o conhecimento não é resultado da aplicação cega de um método senão da prática constante da observação dos fatos, própria à essência da filosofia esclarecedora da natureza humana e que isso só é possível se feitos desde uma língua em uso,

ou em palavras de Gadamer, de *uma língua que se habita*. Assim estabelece-se a oposição que Buber viu entre dogma e espiritualidade e que em outros trabalhos tratei como a referida diferença entre gramática e língua ou entre a necessidade de adequação ao método e o princípio de relação.

Neste sentido, a atitude dos intelectuais aqui considerados, compartilhada por Francisco Sánchez, definir-se-á pelo *princípio de relação*, pela presença, como o processo que permite os homens atingirem a necessária paz que leve ao crescimento à luz da verdade em termos humanos e humanizadores.

O conhecimento científico deve incorporar aspetos existenciais, através de um processo esclarecedor que ponha de manifesto o carácter de abertura e o movimento constante da Natureza, que só pode ser compreendida se leva em consideração a interação de todos os seus elementos e observar seu comportamento no momento concreto, um momento que nunca se repete que no futuro provavelmente outro contexto obrigue a reconsiderar as conclusões de outra hora. Esta é orientada por leis próprias que nada tem a ver com os princípios morais com os quais os homens querem apresá-la. Isso é defendido por Sánchez em todos seus escritos, sobre tudo em aqueles dirigidos a combater a superstição como é o caso do poema *O cometa do ano 1577*. Porém, o interessante é que Sánchez aponta para o fato de que a maior guarida da superstição é o médio acadêmico (SÁNCHEZ, 1999, p.130),

### **3 Sánchez visto pela crítica moderna.**

Os pesquisadores lusos e hispânicos afundaram durante anos em discussões sobre a nacionalidade portuguesa ou espa-



nhola do filósofo, que não parece relevante para a leitura do seu pensamento. A perspectiva que aqui tomamos como mais esclarecedora é a tese da origem conversa de Sánchez. A sua biografia está tingida de problemas na sua identidade jurídica e religiosa. Para o converso, que se encontra exilado nas fronteiras dos Estados nascentes, a crítica da linguagem é a maneira mais genuína de se posicionar no mundo envolvendo os valores que como acima temos indicados envolvem a preservação da memória comunitária como exercício de inteligência e caminho para o conhecimento.

Américo Castro foi um dos pesquisadores mais reputados no que se diz respeito do estudo da influência conversa na Espanha. Iniciador de uma leitura mais sociológica e histórica-que puramente filológica da literatura, Castro foi reconhecido pelas suas abordagens lúcidas dos principais autores e das principais obras da renascença e do barroco hispânico, colocando em evidência a complexidade de uma sociedade regida por categorias absolutistas no ambiente público, mas fragmentada em diferentes confissões no campo do privado. Isto se traduzia numa falta de consenso sobre o destino comum enquanto Estado. Continuaram nesse trabalho, não sem desacordos, historiadores como Antonio Dominguez Ortiz, Julio Caro Baroja ou Joseph Pérez, entre outros. No entanto, Sánchez não teve muita atenção da crítica durante os últimos trezentos anos. Poucos críticos dedicaram tempo a ele, que o consideram como um filósofo menor, sem a altura de um Descartes, com quem não por acaso se acostuma compará-lo.

Foi no século XX quando os estudos sobre Sánchez alcançaram um relevante número de estudos, artigos e livros, começando pelos valiosos artigos de Henri Pierre Cazac, na

primeira década do século XX. O pesquisador Popkin (2000) estruturou a pesquisa do pensamento cético da Renascença europeia, incluindo nas suas obras grande número de autores de origem conversa, entre os quais se encontra o autor objeto da nossa pesquisa, Francisco Sánchez. Em todos eles, a necessidade da crítica filosófica passava necessariamente pela crítica da linguagem e seu posicionamento diante do problema do método como um assunto moral ou dependente do momento histórico, da situação concreta.

De uma maneira solapada e em surdina, a possível influência sobre Descartes, quem teria tomado seu primeiro capítulo de *Que nada se sabe* para dar início a seu *Discurso do Método*, não tomou muita atenção da crítica até há pouco tempo (se desconsideramos a correspondência que alguns pensadores mantiveram com o filósofo, e que acabou com um “não me fala mais desse Sanchez” por parte de Descartes). Stäudlin e Coralnik atribuem a causa da pouca atenção ao estilo extremamente moderno de Sánchez, que o fazem um precursor de Bacon ou Descartes, como uma das possíveis causas deste esquecimento (*apud* POPKIN, 2000, p. 86-87). Podemos concordar com eles em que Sánchez tem um estilo moderno demais para a época, e até que seja um precursor de Bacon, porém temos razões para pensar que é mais um opositor que um precursor do pensamento cartesiano. A chave está em que os pressupostos sancheanos o impossibilitaram de compor método nenhum, pois ele iria de contramão das suas propostas. Esta impossibilidade, de tamanha coerência, é o que, paradoxalmente, deu a Sánchez o nome de *filósofo menor* ou de segunda fila. No entanto, na nossa perspectiva, um método, que não uma metodologia, supunha e ainda supõe entender o ser humano como a-histórico. A elabora-

ção de um método, como o que dá o título de filósofo de primeira magnitude a Descartes, parte de certezas e leva à certezas, eliminando toda confiança nos sentidos e colocando todas as esperanças no pensamento. Essa será a primeira crítica, e a fundamental, que Sánchez fará ao universo metodológico das ciências aristotélicas que vigoravam e ainda vigoram nos contextos científicos. A sua falta de confiança nos sentidos vinha do pensamento grego, que como Buber observará, estabeleceram a hegemonia da vista sobre os demais sentidos, fazendo assim do mundo ótico, o mundo por excelência (BUBER, 1995). É bem conhecida a anedota de que quando arquitetos norte-americanos foram até Atenas para fazer uma cópia do principal prédio que presidia a Acrópole e levá-la até o estado de Washington, nos Estados Unidos, o primeiro que foi observado, não sem surpresa, foi que um prédio que representava o ideal da proporção e o equilíbrio geométrico, tinha assimetrias propositalmente para que o olho humano devolvesse ao prédio a proporção almejada. A simetria não existia no mundo, ela era um ideal que os arquitetos atenienses deveriam construir burlando as leis da geometria para que o sentido da vista o pudesse ver admirar como referencial de simetria. Eles devem recorrer a um simulacro. E o sentido da vista é o olhar filosófico, como o próprio René Descartes o destaca no prólogo da sua obra. Ele diz, “me aproximei com meu olhar filosófico”.

Muito diferentemente, Sánchez partiu da dúvida e persistia nela como caminho do conhecimento. Ele, aliás, na sua obra central *Quod Nihil Scitur* (1581) defendia a suspensão do julgamento de valor para atingir o caminho para o conhecimento que Descartes afirmaria anos depois ter encontrado com o *Discurso do método*. Foi ele e seu método que alimentaram a Ilustra-

ção francesa e foi, segundo a experiência espanhola de integração malsucedida, uma infeliz marcha ré.

#### **4 A função da dúvida em Sánchez: ir ao caso, observar o uso**

No século XVI, os professores de filosofia natural que ensinavam nas universidades da Europa usavam uma língua impregnada de tautologias, apriorismos e julgamentos de valor – muitos deles de índole moral – que inibiam o desenvolvimento do conhecimento, isto é da aquisição da ciência, nos alunos que formavam.

Os intelectuais do século XVI, entre os quais se encontra Sánchez, põem em evidência o círculo vicioso dos conceitos-dogmáticos embutidos na língua com que os professores de filosofia natural formavam os alunos, em vez de iniciá-los na observação direta dos fatos. Quando os professores faziam ênfase na língua como modo de conhecimento, virando especuladores dos significados, dizia Sánchez, eles afastavam os alunos dos processos de aprendizagem mais eficazes, isto é, da observação da Natureza, com todas as suas mudanças.

Por isso, o principal argumento de Sánchez contra as autoridades, contra o sistema filosófico baseado em silogismos e com as disputas acadêmicas que no fundo só tratam de opiniões, é comunitário. Para ele, o referencial dos significados não é um modelo, ele se refaz constantemente com o devir do tempo e da história e avança com a lógica dos acontecimentos, de cada situação concreta, como mais tarde Buber afirmaria contestando também à filosofia,

Do povo é que parece depender mais, ou menos por completo, a significação das palavras, e por is-

so a ele se deve ir buscar; efectivamente, quem é que nos ensinou a falar senão o povo? É por isso que quase todos os que até aqui têm escrito, tomaram como fundamento da discussão as afirmações mais frequentes feitas pelos homens, como por exemplo, Aristóteles (...). Ora no povo haverá alguma certeza e estabilidade? De modo nenhum; e sendo assim, como é que pode deixar de haver modificações nas palavras? (SÁNCHEZ, 1999. p.69)

A crítica de Sánchez ao sistema educativo é que o aluno acabava sendo um *súdito-cego* do professor e ficava preso, estagnado, dentro dos estreitos parâmetros de uma determinada escola filosófica que torcia o valor dos termos reduzindo-os a especulações linguísticas (“loquacidade inútil”, define ele), em vez de direcionar o aluno para assumir suas próprias interpretações da realidade e fazê-los confiar nas suas próprias percepções, sem intermediários que os confundissem ou os fizessem duvidar da sua capacidade para aprender. Isto é, da mesma maneira que Juan Huarte de San Juan havia denunciado no prólogo de seu *Examen de Ingenios*, publicado em Baeza (Jaén) em 1575, o sistema educativo tirava toda chance dos alunos agirem segundo a sua criatividade e seu talento investigativo, que é o que define ao ser humano e determina a possibilidade seu aprendizado. Na verdade o que se está verificando com tudo isto é que o aluno não apreende pela atividade de ensino, simplesmente aproveita as oportunidades externas para desenvolver as capacidades inatas. O *Examen*, responsável por introduzir a biologia na psicologia, foi uma obra constantemente lida e citada nas discussões dos judeu-conversos que se haviam concen-

trado em Amsterdam provindos da Espanha e de Portugal durante o século XVI.

A ação do converso de origem judaica tem se caracterizado na Espanha pela crítica da linguagem em todos os campos nos quais agiu – político, religioso ou científico – apontando os perigos dos pensamentos fideístas e totalitários, que por sua vez ganham força quando as pessoas se vinculam fortemente às figuras de autoridade em vez de observar como cada um se relaciona com a realidade pessoal – e de certa maneira a constrói. Essa consciência de como cada um se relaciona com o mundo e a natureza é feita através do uso consciente e ordinário da língua. Tanto Sánchez como Valdés aludem à experiência comunitária de uso da língua como referente e ambos definem a autoridade como o aquilo que a observação dos fatos diz.

A partir de um destrinchar a essência do funcionamento linguístico, a evolução do conhecimento (que no contexto do século XVI se denominava ciência) se daria segundo Sánchez pela observação direta da Natureza e não pelo seguimento cego de uma determinada escola filosófica. Por tudo isso, a primeira coisa que deve ser cuidada no professor é fazer com que o aluno não perca a sua natural capacidade cognitiva da realidade com a qual adquiriu a língua, mas desenvolvida ao mesmo tempo dentro das leis fundamentais do *uso*. O professor deve permitir nos alunos o livre curso da crítica da linguagem como necessário ponto de início para poder obter resultados no desenvolvimento da consciência histórica do indivíduo, fato que recorrendo a uma leitura já muito moderna o possibilita para ser um cidadão de pleno direito na sociedade atual.

São ações educativas deste tipo as que podem neutralizar a eficácia política dos discursos totalitários, cuja característica

mais destacada é o culto à figura de autoridade baseado na fraqueza da dúvida cética – a observação constante dos fatos mutáveis. Os alunos devem cuidar dessas habilidades naturais para se defender dos possíveis apriorismos e dos abusos da simplificação da realidade à que a subserviência aos universais leva.

## Conclusões

Sánchez usa a argumentação cética que a tradução da obra do filósofo Sexto Empírico traz ao ocidente europeu. No entanto, as modificações são importantes. A primeira e fundamental é o objetivo de Sánchez na sua obra prima *Que nada se sabe*. Diferentemente dos céticos, neste texto Sánchez não visa à paz de espírito. De fato seus escritos parecem entrar em uma carreira nervosa, às vezes agressiva e sempre desassossegante por dismantelar todas as afirmações que estorvam à consecução dos seus objetivos científicos e aos elementos básicos da formação científica dos alunos e futuros profissionais. Seu verdadeiro objetivo é pôr de manifesto a fragilidade dos argumentos esgrimidos pelos professores aristotélicos da universidade cuja disciplina introdutória intitulada Filosofia Natural, de obrigatória estudo para ingressar nos diferentes cursos universitários, estava levando os alunos pelo caminho do dogmatismo em vez de pelo caminho da pesquisa, que era o significado etimológica do ceticismo.

A segunda modificação é a função da dúvida. Sánchez tem por objetivo introduzir dúvidas positivas na crença do método praticado como caminho para a ciência, isto é, para o conhecimento. No entanto, o dado mais interessante da argumentação sancheana é seu critério comunitário para validar ou não

o método usado em determinada pesquisa. Para ele, a linguagem é determinante na definição de critérios de avaliação. Diferentemente dos colegas aristotélicos, emaranhados em terminologia difícil e desenraizada da linguagem comum, Sánchez defende que quem ensinou a falar foi o povo, que dele vem o sentido das palavras e que sendo que nele não há estabilidade, pois o significado das palavras evolui com ele, um cientista deve estar preparado para que as conclusões dos seus experimentos sejam igualmente temporárias. E isto é estranhamento original dentro dos parâmetros da ciência que procura fechar suas argumentações em torno de terminologias acunhadas no estreito escopo do puramente acadêmico e traz necessárias revisões referentes à metodologia para as ciências, tanto das tecnológicas quanto das humanas.

Os primeiros capítulos de *Que nada se sabe* e do *Discurso do método* partem de problemas idênticos, porém chegam a conclusões diferentes. Enquanto Sánchez escolhe o argumento comunitário para determinar os sentidos da língua, Descartes propõe o isolamento dos métodos de conhecimento a través da abstração da mente.

O eu é para Descartes de natureza mental. Sánchez na verdade está seguindo a tradição judeu-conversa hispânica que escolhe a língua vernácula para desenvolver o conhecimento e que compreende a base comunitária e transitória do conhecimento, que precisa da sua contínua atualização através da prática do comentário. A prova é que mesmo Sánchez tendo prometido um livro sobre a apresentação de um método esse livro nunca chegou às mãos dos leitores. Tal vez porque foi perdido ou tal vez porque Sánchez entendeu que um método é incom-



patível com uma compreensão do conhecimento como um fluir com o rio da vida.

*João Pessoa, 09 de setembro de 2020.*

**PROFA. DRA. MARÍA DEL PILAR ROCA ESCALANTE**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

# 1

## INTRODUÇÃO

*Quod Nihil Scitur* de Francisco Sanches, o *cético* (Tui, 1551 - Toulouse, 1623), é uma obra que tem despertado o interesse de muitos estudiosos na atualidade, entre os quais destacamos vários estudos: Tavares (1945a, 1945b, 1945c), por abordar os aspectos da biografia de Sanches; Morais Filho (1953), por discutir sobre a influência de Sanches na renascença portuguesa; Jiménez (2003,2012), por apresentar dados relevantes sobre a vida e obra do autor; Margutti Pinto (2010), por sintetizar as ideias da filosofia sancheana; Vázquez (2008, 2012, 2014), por fazer um resumo das influências que o pensador teve ao longo da vida; Nabais (2006), por discutir questões de cunho filosófico; Silva Pinto (2004), Roca (2011) e Mohandas Souza (2014), por apresentarem a relação entre Sanches e Descartes, como sinal de uma forte influência daquele sobre este e, mais recentemente, o trabalho filológico de Souza<sup>4</sup> (2016), com sua edição diplomático-interpretativa do texto latino *Quod Nihil Scitur*.

A obra desse filósofo e médico foi escrita originalmente em 1574 (séc. XVI) e publicada somente em 1581, como consta na exposição do *prefácio* de uma das versões da obra de que dispomos, portanto, sete anos após a sua confecção.

É costume encontrarmos algumas traduções dessa obra, sendo pelo menos três em língua castelhana, uma em língua inglesa e quatro em língua portuguesa, em ordem cronológi-

---

<sup>4</sup> Edição do autor, inédita.

ca:tradução de Vasconcelos e edição de Moreira de Sá, em fascículos(1913-1916); Torrubiano/Menéndez Pelayo (1923); Mellizo (1977);Rabade, Artola e Pérez (1984);Thomson (1988);tradução de Vasconcelos e introdução de Carvalho (1991); tradução de Manuppela, Vasconcelos e Meneses, com prefácio de Calafate (1999) e, a mais recente, tradução de Vasconcelos, com introdução de António Azevedo (2006). Em cada uma das traduções, lemos o título “*Que nada se sabe*”, como já estabelecido na tradição da *filosofiae*, assim, o manteremos.

Por meio do acesso ao texto de Sanches, sabemos que muitas áreas foram influenciadas, desde os campos das ações políticas, educativas, espirituais e até o ambiente acadêmico, perpassando a filosofia, cultura, medicina, literatura e religião (ROCA, 2011). Apesar dessa forte influência que Sanches exerceu nesses campos, pouco se discute sobre o texto original desse autor espanhol<sup>5</sup>. Assim sendo, nosso estudo se coloca em outro terreno, o campo filológico-linguístico. Vemos na obra desse pensador, um material riquíssimo que merece inteira atenção.

Sob o prisma de Sylvain Auroux (2009), no que diz respeito à *história das ideias linguísticas* e ao *processo de gramatização* das línguas, sabemos que o nascimento das metalinguagens está ligado à busca pelo conhecimento linguístico. Dito isso, conforme assinala Auroux, há três categorias de estudos que se prestam a uma pesquisa consistente: 1) aqueles que constroem uma “base documentária para a pesquisa científica”, 2) aqueles que são “homogêneos à prática cognitiva de que derivam” e 3) aqueles que têm “papel fundador, queremos dizer, os que se

---

<sup>5</sup>As nações portuguesa e espanhola reivindicam a posição de berço para o nascimento desse cientista. Em nossa pesquisa, adotaremos a hipótese de que o autor nasceu na Espanha, cidade de Tui, no ano de 1551 e faleceu em Toulouse, no ano de 1623, como atestam Roca (2011) e Jiménez (2012), entre outros. No capítulo dedicado à vida e obra de Sanches entraremos em maiores detalhes.

voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea” (AUROUX, 2009, p. 11).

Nossa proposta se enquadra no segundomodelo, visto que nele, segundo Auroux, a descrição e análise factual tem primazia. Daí sua importância. As outras duas categorias também são extremamente relevantes, todavia, como escolha metodológica, optamos somente por uma delas. Como exemplo dessa segunda categoria, temos o “trabalho de um filólogo das línguas clássicas sobre a gramática, a filologia ou a lógica grega” (AUROUX, 2009, p. 11).

Ao adotarmos o modelo de análise documental sob o olhar da *Filologia*, auxiliada pela *Linguística Histórica e Ecdótica*, devemos adotar igualmente o aparato teórico-metodológicos dessas áreas, a fim de fundamentarmos um estudo que nos permita fazer ajuizamento seguro sobre um dado tema, em nosso caso em particular, para detectar traços do *ibero-romance* na obra apreciada.

Diante do já exposto, esta obra tem por objetivo central investigar as marcas do *ibero-romance* reveladas a partir do texto em latim da obra de Sanches, *Quod Nihil Scitur*. Fazemos, portanto, um estudo filológico e linguístico do texto original latino. Para isso, nos valemos do aporte teórico oriundo das supracitadas ciências e campos do conhecimento, interligando-os.

Em nosso entendimento, as marcas de *língua romance* em uma obra escrita, em fins do século XVI, em particular, podem se configurar muito mais que mero uso ou estilo de autoria de um determinado autor/escritor, podem, na verdade, indicar que o *romance* já estava assumindo um *status* de *língua nacional*, nos termos postulados por Ilari (1999, 2018). Além disso, García López (2016) concorda que no final do século XVI houve uma

ruptura com o dogmatismo vigente. Havia uma crise instaurada no *Humanismo*, o que favoreceu o ressurgimento de correntes filosóficas (tais como o *Estoicismo*, *Epicurismo*, *Pirronismo* e *Ceticismo*), que foram determinantes para uma virada epistemológica. Sanches, filiado às correntes filosóficas mais críticas, integrava um conjunto de autores que participaram do movimento de mudança de postura teórica, assim como procederam *Sexto Empírico*, *Descartes*, *Arquimedes*, *Pedro de Valencia*, *Justo Lipsio*, *Quevedo*, *Galileo*, *Cervantes*, entre outros (GARCÍA LÓPEZ, 2016). É preciso entender o clima de época em que Sanches viveu para buscar respostas sobre sua posição sobre a ciência, mais especificamente, sobre a língua latina.

Compreender essa problemática se faz necessária, uma vez que ainda no século XVI quando a obra de Sanches foi escrita, a língua latina ainda gozava de forte prestígio cultural, social, político e linguístico. *Como o romance exerceu influência na escrita latina?* Esta é uma questão crucial ao nosso estudo. Outras questões decorrem dela: *Quais as marcas do ibero-romance são identificáveis no texto latino da obra de Sanches? O texto de Sanches pode servir como fonte de estudo do latim medieval-bárbaro?* Para respondermos a tais questionamentos, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- I. Observar a presença de *sinais diacríticos* indicativos do *ibero-romance*;
- II. Identificar o *analitismo* ou *sinetismo* das sentenças eleitas, verificando o uso de conectores, tais como *preposições* e as alterações dos casos *acusativo* e *ablativos*;
- III. Exibir 50 *lições* do texto latino, com traduções em espanhol (Mellizo, 1997), português europeu (Vasconcelos, 1991) e português brasileiro (de nossa autoria);

IV. Problematizar, a partir do arcabouço teórico, a influência da oralidade no texto.

Várias outras razões mostram a relevância desta obra. Em primeiro lugar<sup>6</sup>, percebíamos que até o presente momento nenhum estudo com características semelhantes havia sido produzido no Brasil, desse modo, dado o caráter original de nossa proposta, fizemos uma série de descobertas no texto de Sanches.

Em segundo lugar, por se tratar de uma investigação fundamentada em ciências e áreas declaradamente distintas, mostramos que apesar dos estudos desenvolvidos nesses enfoques serem diferentes, o objeto de estudo é o mesmo, porém, com finalidades igualmente diferentes, a saber:

(1) Para a *Linguística* de vertente saussuriana ou estruturalista, por exemplo, o objeto geral de estudo é a língua vista como um sistema formado por um conjunto de signos. Esta perspectiva é diferente se tomarmos, por exemplo, uma abordagem funcionalista da linguagem, que toma a língua como instrumento de interação social;

(2) Por outro lado, para a *Filologia*, o objeto de estudo é o texto em si, bem como a edição de qualquer texto produzido em uma determinada língua, sendo esse texto visto enquanto documento usado para investigação, sob variados enfoques. Assim, a análise textual permite uma apreciação sobre os aspectos

---

<sup>6</sup> Em verificação ao *Catálogo de Teses e Dissertações* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) somente uma dissertação tratou especificamente da obra com o título "A dúvida cética de Quod Nihil Scitur de Francisco Sanches", produzida por Mohandas Karamchand Oliveira de Souza, de 12 de setembro de 2014. Ainda, em análise dessa dissertação, constatou-se que o foco do estudo era estritamente filosófico e a obra original não foi consultada, somente a tradução portuguesa. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1747886](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1747886). Acesso em: 07 jan. 2020.

históricos, culturais, sociais, políticos, ideológicos e linguísticos a partir do texto analisado;

(3) Para a *Ecdótica*, o objeto de estudo é a própria preparação, acabamento e finalização do texto final produzido em uma determinada língua. Envolve, assim, todo o processo de fabricação de textos, englobando especialmente a fase de produção e acabamento dos livros, códices ou enciclopédias. Envolve também as variadas modalidades e tipologias de edições, especialmente aquelas de cunho crítico sobre um determinado texto.

Nos três itens apresentados, percebemos que de um lado a língua é objeto de estudo central da Linguística, do outro, o texto é o *corpus*, ou seja, a matéria-prima da qual se extrai a língua para uma determinada investigação. E, ainda, o próprio texto é objeto de investigação, na terceira abordagem.

Por isso, um estudo que investiga os aspectos linguísticos por meio do arcabouço teórico da Linguística Histórica, assim como analisa os aspectos estilísticos por meio do exame filológico, traz resultados significativos e originais.

Outras áreas também tomam para si o estudo do texto, tais como a Linguística Textual e a Análise do Discurso, entre outras. Entretanto, por uma questão metodológica, de recorte teórico, delimitamos nossa área de foco, centrando nossas bases nas áreas citadas anteriormente. Assim, a união entre esses pontos de vistas distintos nos oferece uma nova maneira para entendermos o uso que Sanches fez do idioma do Lácio.

Em terceiro lugar, partindo do pressuposto da crença na superioridade da língua latina sobre as línguas novilatinas, interessou-nos compreender quais razões levaram Sanches a utilizar determinadas formas linguísticas, de origem românica, em detrimento das formas latinas, clássicas.

A nossa hipótese preliminar foi a de que Sanches, assim como qualquer outro escritor daquele período, era influenciado pelas crenças político-sociais e culturais da época: os escritores tinham o latim como língua universal, língua pura, sem mácula. Em outras palavras, era o latim a língua de uso corrente, empregada na escrita dos mais variados tipos de textos. Todavia, na oralidade, os idiomas românicos já eram utilizados desde fins do século IX d. C. como atesta Ilari (1999, p. 200), ao exemplificar com o “Juramento de Estrasburgo” de 842, o mais antigo documento de origem românica.

Nossa segunda hipótese dizia respeito às marcas da oralidade presentes no texto: são elas que servem para atestar as influências da língua falada no texto escrito. Postulamos que, assim como Andrade (2008), Coutinho (1981), Bassetto (2005, 2010) e Silva Neto (1948, 2004) argumentam que as principais fontes do latim vulgar são, entre outras: variadas *inscrições* coletadas no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, a *Peregrinatio ad loca sancta*, o *Appendix Probi*, as *glosae* e, especialmente, as línguas românicas. Nesse contexto, a obra de Sanches é um importante documento comprobatório do *latim medieval/bárbaro* (em nossos termos, o *latim medieval-bárbaro*), influenciado pela *língua romance*. A nossa posição é de incluir a obra de Sanches entre outras, com as mesmas características, que podem servir também para o estudo do *latim vulgar*, dentro de suas limitações técnicas.

Essas hipóteses iniciais surgiram com base nas seguintes evidências:

*A priori*, o texto contém inúmeras modificações de casos, especialmente o *acusativo* (geralmente traduzido por um *objeto direto*) e o *ablativo* (traduzido frequentemente por *adjunto adverbial* ou *agente da passiva*). Há exemplos da queda das desinências



finais de acusativos singular da 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> declinações em: **-am** e **-um**, respectivamente.

**01 Ex.:** *contrariũ* (ao invés de *contrarium*) *escientiã* (no lugar de *scientiam*) (amostras extraídas de SANCHEZ, 1581).

Notamos o uso elevado de *preposições* que regem o caso *oblativo*, outras que regem o *acusativo* e outras que regem ambos os casos e por essa razão, vemos alternâncias entre esses casos, inclusive com a mudança de suas funções sintáticas. Isto pode indicar uma mudança de princípios, cuja alteração se dá do *sintetismo* latino ao *analitismo* das línguas românicas, como ocorre na língua portuguesa. Entre outros fatores, o emprego reduzido de *preposições* é um indício de *sintetismo*, enquanto que o uso desses conectores sugere o *analitismo* devido a presença de mais formas para expressar o mesmo sentido.

**02 Ex.:** “Ergo **per** **materiale** & **formale**”, onde a *preposição* “per” (que rege o caso *acusativo*) poderia ser suprimida sem prejuízo do significado se o caso dos substantivos fosse *oblativo*: “Ergo **materiale** & **formale**” (amostras extraídas de SANCHEZ, 1581).

A presença constante de *supressões*, *reduções morfológicas* e uso de *abreviações*, geralmente, com uso de acentos *circunflexos*, *agudos*, *grave* e *til*, o que pode indicar marcas do *iberoromance*, já que o *latim clássico*, por exemplo, carecia de qualquer *acentuação*, enquanto que esses elementos *gráficos* e *modificações estruturais* tornaram-se frequentes no *latim vulgar* e *medieval*.

**03 Ex.:** *meritò, cõtra, priũs, meliũs, apertè, minũs, ferè, benè, potiũs, quòd, anteà, insigníque, nósque, quãvis, perfectè, absolutê, præsentiiũ, quadã, nullũ, sincerè, faciès, tũ, iterũ* etc. (amostras extraídas de SANCHEZ, 1581).

Sanches, no entanto, rompeu com a influência do idioma latino clássico ao adotar uma língua de uso diário, ou seja, o uso do latim na modalidade vulgar, um idioma utilizado sem a preocupação estilística dos autores clássicos do período de Ouro da Literatura Latina (séc. I a. C. - I d. C.), isto é, o autor espanhol empregou uma língua profundamente modificada, com vulgarismos, alterações morfológicas e sintáticas. Mas por quais razões? Eis uma questão a ser trabalhada. Esse rompimento poderá ser revelado por meio da exposição das marcas no próprio texto do autor.

A nossa perspectiva, diferentemente de outras que já foram produzidas, se voltou para uma investigação centrada na língua empregada por Sanches. Em um primeiro olhar, notamos que o texto latino da obra pertence a um período anterior ao *Renascimento*, com uso do *latim medieval* (séculos IV/V - XIII), conforme a datação das fases da língua latina apontada por Garcia (2008) e Garcia e Ottoni de Castro (2010).

Com um olhar mais acurado, porém, notamos que a língua em que foi escrita a obra não é um *latim clássico*, ou seja, culto, formal. Pelo contrário, é um latim influenciado pelo *iberoromance*. Como já dito antes, afirmamos que a obra de Sanches contém traços do *latim medieval-bárbaro*. Este fato chamou nossa atenção, visto que há somente indícios das razões para que isto tenha ocorrido.

Fazemos uma interligação entre estas áreas do saber e a ciência da linguagem em uma perspectiva histórica. Acreditamos que isso permitirá o entendimento que vai muito além do texto em si, mas também nos dará informações acerca da estruturação de uma língua. Informações essas que advêm do texto

escrito, nos dando provas do argumento comunitário de San-ches.

O nosso objeto de análise é o texto escrito em latim desse cientista. Com base no aporte teórico definido, faremos uma exposição dessas marcas, visando à identificação dos registros escritos no próprio texto, sejam marcas que apontem alterações na estrutura morfológica das palavras (ou seja, dos casos) ou alterações sintáticas, que envolvam ordenações atípicas nas estruturas sintáticas.

Desse modo, o *corpus* foi constituído de excertos de *Quod Nihil Scitur*. Dada à extensão da obra, nos concentramos em um número limitado de excertos do texto, de modo a permitir uma investigação satisfatória e, ao mesmo tempo, nos fosse possível executar as análises dentro do período estipulado para o doutorado.

# PARS PRIMA



## 2

# FRANCISCO SANCHES: O CÉPTICO

### 2.1 Vida: dados biográficos

Neste capítulo, em especial, nos debruçaremos sobre a vida do cientista espanhol Francisco Sanches, a quem muitos chamam “o céptico”. Em virtude da brevidade do capítulo, apontaremos os dados mais relevantes de que dispomos.

Acreditamos que o conhecimento do lugar social de onde o autor se apresenta pode ser determinante para o entendimento da obra, especialmente no tocante ao uso de uma variedade de latim que mais se aproxima à língua nacional românica do que o idioma clássico ciceroniano.

Destacaremos, nessa parte, algumas reflexões trazidas a lume por Silva Pinto (2004), em seu artigo *Francisco Sanches (ca 1551-1623) Filósofo, matemático e médico*<sup>7</sup>, em seguida, confrontaremos com outros dados extraídos de estudos, entre os quais devemos mencionar: *Francisco Sanches na renascença portuguesa*, de Moraes Filho (1953), *A diáspora de Francisco Sanches, na busca da consciência do Eu*, de Nabais (2006), *A Dúvida Céptica no Quod Nihil Scitur de Francisco Sanches*, de Mohandas Souza (2014), *El*

---

<sup>7</sup> Na base de dados do artigo, o título encontra-se em latim: *Franciscus Sanchez Philosophus et Medicus Doctor. Quod Nihil Scitur*. Optamos por deixá-lo em português europeu, assim como as citações, sem que fosse feita qualquer alteração para o português brasileiro.

*escepticismo renacentista de Francisco Sánchez*(2014)e *Intuciones de criptojudáismo en el Quod nihil scitur de Francisco Sánchez*(2008), de Manuel Vázquez, entre outros.

Conforme destaca Silva Pinto (2004), Francisco Sanches nasceu na localidade da Diocese de Braga, por volta do ano de 1551. E, de acordo com o registro civil, Sanches “foi batizado nessa cidade a 25 de julho de 1551, filho do Dr. António Sanches e de Filipa de Sousa” (SILVA PINTO, 2004, s/p). O mesmo pode ser reforçado por Morais Filho (1953, p. 34):

Foi êle batizado em Braga a 25 de julho de 1551, tendo nascido poucos dias antes nesta mesma diocese de Braga, embora êle próprio haja escrito em uma de suas obras que tal se tenha dado na cidade espanhola de fronteira chamada Tuy.

Assim sendo, qualquer tentativa de dizer que Sanches era português se torna nula. Parece haver, por parte desse e vários outros autores, uma tentativa de trazer Sanches a uma galeria de filósofos portugueses, pois o veem como um expoente, uma figura de destaque em meio a um período de obscurecimento intelectual, onde poucos pensadores se sobrepunham ao domínio do pensamento em volto da corrente filosófica conhecida por *Escolástica*<sup>8</sup>.

Nabais (2006, p. 357) tenta nos convencer do contrário, defendendo a naturalidade portuguesa do cientista, afirmando que:

---

<sup>8</sup> A Escolástica era tanto uma corrente filosófica quanto um modo de pensar e agir, profundamente influenciado pelos dogmas estabelecidos, especialmente, a partir das interpretações feitas pelos doutores da Igreja Católica (SANTOS; COSTA, 2015).

Francisco Sanches, médico e filósofo português cristão-novo, nasce *circa* 1551 “*in civitatae Tudensi*” (inserto na matrícula da Universidade de Montpellier), assim o declara, ter nascido em Tui – *natus in civitate tudensi* – ou possivelmente mais seguro, português de nascimento segundo assento do seu baptismo, na jurisdição da diocese de Braga: “*Aos vinte e cinco dias de Julho baptisei Francisco filho de Antonio Sanches fisico e de sua molher Filipa de Sousa padrinho o Comendador Antonio del Castilho e madriinha Maria Gonçalves molher do Licenciado Manoel Aranha moradores na rua do Souto*”. Isto pode explicar em parte a questão da sua naturalidade, embora ele se confesse *hispanus*, tal como o nosso Pedro Hispano (Papa João XXI), a si próprio se referia como antropónimo, trezentos e cinquenta anos antes (grifos do autor).

Sanches nasceu na cidade de Tui, como já foi apontado, portanto, em território espanhol (MORAIS FILHO, 1953). Tui é um município localizado na Galiza, ou seja, na Espanha. E o fado de ele mesmo se autodeclarar “*natus in civitate tudensi*” (“nasci na cidade de Tui”, tradução nossa) e “*Ego Franciscus Sanctis, Hispanus, diocensis Bracarensis*” (“Eu, Francisco Sanches, Hispano, da diocese de Braga”, tradução nossa) se refere a sua naturalidade, isto é, hispano, hispânico ou espanhol.

Discordamos igualmente de Severiano Tavares (1949a), que em seu artigo *Francisco Sanches e o problema da certeza*, chega a indicar que o nascimento de Sanches se deu em uma diocese de Braga “Lusitana”:

Nascido em 1550 ou 1551 na vila de Valenga do Minho (Portugal), como tivemos já ocasião de o



demonstrar, muito cedo abandonou a pátria portuguesa, por motivos ainda hoje desconhecidos, indo continuar os estudos secundários no Colégio de Guyenne em Bordéus” (TAVARES, 1949a, p. 2049).

Essa mesma opinião prevaleceu em outros estudos feitos por Tavares, o que pode ser visto tanto em *Francisco Sanches e o problema da sua nacionalidade* e em *Ainda a naturalidade de Francisco Sanches*, ambos escritos em 1945.

Essa apreciação de Tavares é corroborada por Morais Filho que, em nota, afirma deliberadamente que “Tuy, a que se refere Sanches, é Valença do Minho” (MORAIS FILHO, 1953, p, 35). Algumas linhas antes disso, Morais Filho diz que seu posicionamento vem da leitura que fez de Tavares, o qual fazemos alusão nessa lição anterior. Ambos os autores estão equivocados.

Apesar de ser levado a concordar com o equívoco de Tavares e Morais Filho, no estudo sobre *A Dúvida Cética no Quod Nihil Scitur de Francisco Sanches*, Mohandas Souza (2014) discute essa problemática por outro viés, no qual afirma que esse posicionamento já foi contestado antes, de modo que:

Tal avaliação contrasta com a de Henri P. Cazac, que publicou em 1903 estudos documentais onde se conclui que Sanches nasceu em Tuy, na Galícia espanhola por volta de 1550. Cazac assegura sua conclusão sobre a naturalidade de Sanches no fato de este mesmo tê-lo declarado, por escrita de punho próprio, em 21 de Outubro de 1573, ao efetuar sua matrícula na Universidade de Montpellier: *Ego, Franciscus Sánchez, Hispanus natus in civitate*

*Tudensi*. Instaure-se, assim, um longa disputa entre portugueses e espanhóis pela nacionalidade do filósofo e médico (SOUZA, 2014, p. 39, grifos do autor).

Mesmo não aceitando, Morais Filho (1953) também admitiu a mesma sentença latina, que traduzida significa: “Eu, Francisco Sanches, nasci na cidade de Tui”. A disputa da verdadeira nacionalidade de Sanches perdurou por longo tempo. Mas alguns fatos são inegáveis, por exemplo, a diocese de Braga é uma província espanhola, não é, de modo algum a cidade de Braga, que, de fato fica, em Portugal. Sobre essa questão, é válido trazer aqui as palavras Manuel Bermúdez Vázquez ditas em dois momentos.

Na primeira fala, no artigo intitulado *Intuciones de cripto-judaísmo en el Quod nihil scitur de Francisco Sánchez*, Vázquez (2008, p. 286) diz, assim:

A biografia de Francisco Sanches (Tui 1551-Toulouse 1623) tem estado repleta de incógnitas que a moderna historiografia vem resolvendo. Começando por seu lugar de nascimento e terminando pelo ano de sua morte, a maior parte das datas significativas na trajetória vital deste médico e filósofo galego estavam desaparecidas na obscuridade da dúvida. Porém, muitas destas questões se tem determinado recentemente: temos podido estabelecer que Sanches nasceu em 1551, em Tui, Galiza, foi batizado na diocese de Braga – daqui procede a larguíssima polêmica com os eruditos lusos que teorizavam sobre sua origem portuguesa -, procedia de uma família de judeus-conversos, viveu em Bordeaux, Montpellier, Itália e Toulouse e

morreu nesta última cidade em 1623 (tradução nossa).

Em outro momento, em *El escepticismo renacentista de Francisco Sánchez*, o mesmo autor reforça:

Podemos estabelecer que Francisco Sanches nasceu em 1551 em Tui, Galiza, no seio de uma família de judeus-conversos ou cristão novos. Provavelmente esta característica influenciou em certo modo sobre a evolução intelectual deste médico-filósofo galego, embora resulte impossível determinar em que maneira e extensão pôde afetar a sua obra filosófica. Em todo caso, temos encontrado fatores na obra de Sanches tanto a favor como contra a possibilidade de que apresente influências de passado judeu de sua família. Contra, estaria a utilização de certo fideísmo moderado em sua obra de carácter cético, questão que lhe aproximaria às teses que o situam desvinculado do mundo judaizante. A favor podemos ver a falta de dedicatória à virgem, às citações do Antigo Testamento e do Novo, eo tom um tanto superficial e quase tópico do fideísmo como saída da dúvida proposta (VÁZQUEZ, 2014, s/p, tradução nossa).

Vázquez, além de confirmar que Sanches era espanhol, nos dá outras informações sobre suas origens. Daí se pode extrair de onde veio o apelido de “o cético”. Não era Sanches católico, mas judeu-converso (com frequência tido como cristão novo). Como se sabe, Portugal era e ainda é um país católico. A família de Sanches não era portuguesa, mas sim judeu-conversa, como explica Vázquez, então, não fazia sentido per-

manecer em território católico, talvez seja essa a razão para a saída de sua família dessa região à outra.

Contudo, como ressaltar Vázquez pouco ou nada se sabe se essa herança religiosa influenciou alguma parte de suas obras. Mas é certo que o *Ceticismo*<sup>9</sup>, corrente a qual ele se ligava, demonstrava mais poder sobre o pensamento filosófico do que propriamente a vida, no sentido religioso. Compreender o clima de época em que Sanches viveu nos ajuda a entender sua posição enquanto cientista e filósofo.

Em uma conferência dedicada a *El estilo de Miguel de Cervantes*, Jorge Garcia López (2016) discorre sobre o clima de época no *Humanismo* do século XVI, afirmando que:

O humanismo do final do século XVI se dá conta de que há uma mudança fundamental e de que as coisas não vão bem. O humanismo do final do século XVI tem problemas. Por quê? Por uma questão que é relativamente sensível de entender, porém tenho que refletir com certo rigor e imaginar-se fazer um esforço de imaginação [...] O humanista de princípios do século XVI, por exemplo Erasmo, chegam ao latim de Cícero, aprendem grego por eles mesmos ou, simplesmente, no caso de Erasmo, a final, não o deixa por impossível, mas não pode com o hebraico. Mas, em qualquer caso, é trilingue e, muitas vezes, ele conquistou o mundo da antiguidade a partir de uma postura pessoal, que é o caso de Erasmo [...] (GARCÍA LÓPEZ, 2016, s/p., tradução nossa).

---

<sup>9</sup> No tocante à corrente cética, sugerimos ao leitor o trabalho de Roca (2011).

*Erasmus de Rotterdam*, assim como Sanches, foi um erudito. Ambos buscaram, por meio da ciência, o conhecimento das coisas, esquadrinhando os muitos textos do passado. Sanches foi mais além, pois coube a ele a tarefa de revisitar o *Estoicismo* (de Zenão de Cício, séc. IV-III a. C.), o *Epicurismo* (de Epicuro, séc. IV-III a. C.) e o *Ceticismo* (de Pirro, séc. IV-III a. C), a fim de construir argumentos científico-filosóficos.

Muitos humanistas, desse tempo, se dedicavam ao estudo dos clássicos (especialmente de obras em grego e latim), com o objetivo de realizar cogitações acerca dos fenômenos que o cercavam. A crítica de Sanches residia no fato que muitos deles apoiavam-se, cegamente, na doutrina dos antigos, sem questionar. Para Sanches, essa atitude de apenas “aceitar” as orientações dos antigos, sem que se fizesse qualquer questionamento, não lhe era válido.

García López (2016, s/p.) concorda com nosso entendimento, quando afirma que: “o humanista do final do século XVI já não tem que conquistar nada, seu lugar é na escola, tanto é que nas escolas evangélicas, como nas escolas da Companhia de Jesus, se estuda Ovídio, se estuda Horácio, se aprende a escrever como Cícero” (tradução nossa). Em outras palavras, o humanista, ao invés de buscar o conhecimento por si passa a receber o ensinamento da escola, sem questionamentos.

Sanches produz sua *operae* em um período em que mundo europeu admitia que o humanista, que antes precisava se autodefinir enquanto estudioso e “escritor ciceroniano”, tornasse um “produto escolar”. Sua posição, como professor, cientista e filósofo, é contrária aos dogmas impostos.

No artigo intitulado *O argumento comunitário como defesa da língua ordinária em Francisco Sánchez, o cético (1551-1623)*, Pilar

Roca (2011) afirma que o vínculo entre a corrente cética e Sanches favoreceu a visão de que seus escritos não estavam fundamentados em uma crítica direta ao que tinha como um *dogmatismo moralizador*, mas aos critérios estabelecidos até então pela academia “aristotélica”.

Nesse sentido, “O cético não afirma nem nega. Suspende o juízo. Por isso, não adere a nenhum valor, de maneira definitiva; não se filia a nenhuma instituição de maneira plena. Está sempre pronto a rever sua posição: observa, procura e pergunta” (LARA, 1989, p. 215). Disso decorre a recusa à autoridade pregada por Sanches.

Para Roca (2011), essa atitude de Sanches contrastava com o ideal dominante da *Escolástica*. Em primeiro lugar porque ele era contra a postura ortodoxa e extremista dos pensadores da época, que defendia que a *verdade* já fora descoberta pelo filósofo grego. Em segundo lugar, Sanches não admitia que houvesse apenas uma *verdade* imutável. Na verdade, esta seria inalcançável, daí sua busca incessante por ela, nunca aceitando o que estivesse tido como acabado.

Essas recusas, por assim dizer, levaram o pensador espanhol a ser considerado *anti-aristotélico*, tendo em vista a principal recusa residia na negação a uma verdade absoluta, incontestável, já descoberta por *Aristóteles* e perpetuada por seus seguidores. Mais adiante essa questão será retomada na discussão acerca da particularidade das obras de Sanches.

A alcunha “cético” dada à Sanches faz jus ao seu pensamento. É oportuno mencionar que os céticos eram, na verdade, questionadores, isto é, aqueles que punham a busca pelo conhecimento acima da autoridade, não fazendo nenhum tipo de re-

ducionismo ou afirmação *a priori*. Na raiz etimológica do termo temos a noção de “os que pesquisam” (ROCA, 2011).

Em continuidade sobre a vida de Sanches, lemos que:

[Sanches] Estudou em Portugal até aos 12 anos, tendo ido para Bordéus, acompanhado pela sua família, aí seguiu os estudos numa das mais famosas escolas francesas da época, o Colégio de Guyenne, onde permaneceu até 1569. Este Colégio fora reorganizado pelo humanista português António Gouveia, posteriormente substituído por Gélicida, a que se seguiu Elie Vinet. Esta instituição era um foco intenso de renovação intelectual onde dominavam as ideias do Reformismo religioso e do Renascimento italiano. Em 1569 Sanches seguiu para Itália, fixou residência em Roma, aí estudou medicina, aprendendo a examinar cadáveres. Especializou-se em estudos anatómicos e cirúrgicos, influenciado pelos trabalhos de Realdo Colombo (?-1577), Vesálio (1514-1564) e Falópio (ca 1523-1562) (SILVA PINTO, 2004, s/p).

Temos nessa lição informações valiosas. A primeira a informação de que Sanches tinha conhecimento não só do português de Portugal, onde estudara, mas também da língua francesa, com a qual fez uso no colégio de Guyenne e, finalmente, também aprendeu o italiano. Em outras palavras, Sanches era fluente em pelo menos três idiomas neolatinos, além do próprio latim, dado o seu uso nas universidades ibéricas. Essas informações serão úteis mais adiante.

Outro dado relevante que se pode depreender dessa lição é o de que as áreas da Medicina e Filosofia, nesse período em questão, isto é, no fim da Idade Média e Renascimento, era

um fato comum entre as universidades europeias, especialmente da Itália (SILVA PINTO, 2004). Sanches tinha, portanto, o conhecimento das ciências humanas e ciências da natureza e saúde (MORAIS FILHO, 1953). E seu contato com Realdo Colombo, Vesálio e Falópio, nomes de grande importância nesse período, fizeram desse cientista, um profissional com qualificações particulares.

Morais Filho (1953, p. 38) acrescenta que:

Viajando para a Itália, passa Sanches quase um lustro em Roma, onde trava conhecimento mais íntimo com a Escolástica e onde inicia e conclui seus estudos de medicina. Em 1573, aparece o seu nome como aluno da Faculdade de Medicina da Universidade de Montpellier, onde recebe o grau de doutor em 1574 e é desde logo nomeado professor de medicina.

Por motivos ignorados, vamos encontrar Sanches no ano seguinte em Toulouse, onde fixa residência. Ali faz-se diretor do hospital, ensina medicina durante 25 anos e filosofia durante 12 anos. E não mais regressa a Portugal, vindo a falecer em terras francesas, nessa mesma cidade, a 26 de novembro de 1623.

Essas mesmas informações são apontadas por Silva Pinto (2004), atestando a veracidade dos dados apontados por Marais Filho, sobre a biografia do cientista espanhol. Nessas e noutras lições, também se pode notar a dedicação de Sanches à docência, tendo sido professor por quase três décadas. Por fim, a autora conclui: “Além de médico foi também filósofo, contestou a filosofia de Aristóteles, o saber da escolástica e tentou definir o seu próprio ideal de conhecimento” (SILVA PINTO, 2004, s/p).



## 2.2 A singularidade das obras

A partir de uma análise documental, Moraes Filho (1953) discute a impossibilidade de atestarmos uma tradição na filosofia portuguesa. Ainda segundo esse autor, outros tantos autores já tentaram em vão construir uma historiografia que revele uma homogeneidade entre os estudos feitos nos períodos que antecedem a filosofia moderna, entre os quais, cita: Lopes Praça, Lothar Thomas, Fidelino de Figueiredo, Ferreira Deusdado, Sant'Anna Dionísio, Hernani Cidade e Joaquim de Carvalho. Nenhum deles obteve sucesso nessa empreitada.

Contudo, Moraes Filho assevera que apesar de não haver uma sequência do espírito filosófico, “Há casos isolados, individuais, que irrompem aqui e ali, dando mostras do gênio da raça e das possibilidades potenciais, mas morrem talvez por falta de estímulo e de ressonância” (MORAIS FILHO, 1953, p. 11). Em outras palavras, Sanches teria, conforme se lê, um espírito crítico a frente de seu tempo. Ele soube, como poucos, produzir uma obra que com originalidade. Nisso reside o desejo de Moraes Filho de incluir Sanches no rol dos filósofos “portugueses”.

*Quod Nihil Scitur*, mesmo sendo um “panfleto” como já mencionado por Moraes Filho, é, sem sombra de dúvidas, uma carta filosófica que se revelou produtiva em suas ideias centrais. O fato de negar a autoridade como detentora da verdade absoluta, Sanches entra em confronto direto com o pensamento dominante da época, isto é, o cientista acaba por enfrentar os dogmas da *Escolástica*.

Em um breve estudo sobre a *História da Filosofia Medieval*, Bento Silva Santos e Ricardo da Costa (2015) explicam que a

*Escolástica* se refere a cultura de ordem “acadêmica”, assumindo significados distintos: na primeira acepção, é compreendida como uma *corrente dentro da filosofia* que se desenvolve na universidades europeias entre os séculos XIII e XVIII; numa segunda acepção, o termo se refere ao que os autores chamaram de *modus philophandi*, que se aplica a qualquer atitude do pensar, independentemente de uma corrente filosófica específica (SANTOS; COSTA, 2015).

Há na *Escolástica* uma série de atributos, aos quais Sanches fortemente criticou em suas obras, mas que é preciso expô-las aqui para que possamos compreender melhor como a obra do cientista espanhol é peculiar.

Um desses atributos diz respeito aos antecedentes teóricos, do mais clássico ao moderno, tendo como ponto de partida as obras do filósofo grego *Aristóteles* (séc. IV a. C.), e, mais recentemente, as obras de um dos fundadores da corrente, *Boécio* (séc. V d.C.). Outro atributo importante se refere ao *metodus* (método de aplicação da reflexão) que deve se apoiar em *auctoritates* (autoridades) e a conseqüente *lectio* (leitura) de seus escritos, a fim de compreender seu pensamento por meio da *hermenêutica*. Desses atributos se instala o que se convencionou chamar de “aristotelismo”, como modelo teórico-metodológico e crítico de interpretação (SANTOS; COSTA, 2015).

Era justamente a esse apego aos *auctoritates* (a *Platão*, um pouco menos, e a *Aristóteles*, bem mais) que Sanches mais recusava, pois para ele, havia entre os “aristotélicos” mais cegueira do que compreensão. Havia uma verdadeira propagação da incompreensão. Não havia a “leitura analítica” dos escritos gregos por parte dos aristotélicos da época, mas somente uma aceitação do que se interpretava a partir de tais textos. E, a apre-

são hermenêutica era, muitas vezes, preterida, em virtude de muitos desejarem apenas fazer referência a Aristóteles, como isso já fosse o bastante.

Para termos uma visão panorâmica das obras escritas<sup>10</sup>, listaremos, nessa seção, as que consideramos como principais. Sobre esse assunto, cabe destacar as palavras de Silva Pinto (2004, s/p):

Das obras de Francisco Sanches que foram publicadas, além dos trabalhos médicos que deram nome à obra, ainda se incluem quatro tratados filosóficos: *De longitudine et brevitare vite; In lib. Aristotelis Physiognomicon, Commentarius; De divinatione per somnum ad Aristotelem; Quod Nihil Scitur*. Conhecem-se também: *Carmen de Cometa*, publicada pela primeira vez em Lyon, em 1578; *Opera Medica. His iuncti sunt tractatus quidam Philosophi non insubtiles*, impressa em 1636, edição preparada pelos filhos de Francisco Sanches, e por Delauss, discípulo do filósofo e a carta a Cristovão Clávio que foi descoberta e publicada no século XX, em 1940 (grifos da autora).

Dessas obras mencionadas, nos determos somente sobre *Quod Nihil Scitur*, objeto deste livro. Antes, porém, de discutirmos esse tratado, devemos ouvir as palavras de Silva Pinto (2004) porque há nelas algo que muito nos interessa aprofundar. Vamos ao texto, em seguida faremos algumas considerações.

---

<sup>10</sup> O conjunto de obras filosóficas de Francisco Sanches pode ser encontrado em: SANCHES, Francisco. **Obra filosófica**. Tradução de Giacinto Manuppella, Basílio de Vasconcelos e Miguel Pinto de Meneses; prefácio de Pedro Calafate. Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1999. (Coleção pensamento português).

Na sua obra, *Quod nihil scitur* (Que nada se sabe), revela-se contrário à pretensão de uma ciência feita e um adversário do dogmatismo científico-filosófico. Contestou a validade da ciência Aristotélica e a utilidade da silogística. Francisco Sanches, é considerado um filósofo céptico, explorou a situação epistemológica do homem e tentou mostrar que as reivindicações do conhecimento do homem em todas as áreas do conhecimento levantavam muitas dúvidas. O seu pensamento é frequentemente apresentado como precursor da crítica gnoseológica cartesiana e do experimentalismo de Bacon. [...] No entender dos que estudaram o seu pensamento, é a obra *Quod Nihil Scitur* a mais relevante, e a que lhe deu importância e notoriedade. Francisco Sanches “o céptico” é o exemplo de um homem que viveu longe da pátria e tornou-se célebre além fronteiras (SILVA PINTO, 2004, s/p, grifos da autora).

Tomemos o primeiro ponto abordado no excerto anterior. Esta obra se constitui uma das significativas obras filosóficas do pensamento hispânico. Nela podemos ver uma refinada reflexão sobre o conhecimento, um rebatimento sobre a figura da autoridade e mais ainda, o autor lança uma dúvida sobre as bases epistemológicas da própria filosofia: o que seria a verdade? Haveria uma verdade absoluta? Essas são algumas das questões lançadas nessa obra singular.

Sanches criticava os “aristotélicos” e não o filósofo grego Aristóteles, como se pode erroneamente afirmar. O que ele negava era o uso “cego” da autoridade sem questionamentos, ou seja, sem a devida problematização do fato. Nessa época, os seguidores da *Escolástica* seguiam cegamente qualquer ponto

sem qualquer questionamento, fosse esse vindo “de Aristóteles”, isso bastava.

Esse dogmatismo deturpado era o que Sanches mais enfrentava. Em *Quod Nihil Scitur*, Sanches diz que, se de fato, querem seguir alguma autoridade, por que não seguir então o mais sábio entre os homens, o Rei Salomão? Não seria esse o caminho mais proveitoso? (SANCHEZ, 1581).

Daí surge o segundo ponto, não é dado ao homem o “dom” de tudo conhecer, pois somente parte do todo se pode enxergar. Por isso, então, a máxima exaustivamente repetida: “*que nada se sabe*”. O homem desconhece a verdade, pura e sublime. A dúvida o persegue desde seu nascimento e não se esgota com sua morte. Ela permanece *post-mortem*. A busca pelo conhecimento é o que o movia e isso pode ser visto mais claramente nessa obra.

*Quod Nihil Scitur* é a obra principal de Sanches, que teve 5 edições: a primeira publicada em Lyon, em 1581, da qual a Biblioteca Nacional possui 2 exemplares (RES. 321 V.; D.S. XVI - 42). A 2ª de Frankfurt impressa em 1618 com o título *De multum nobili et prima universali scientia Quod Nihil Scitur*. A 3ª edição impressa em 1636, vem incluída na Opera Medica. A 4ª é datada de 1649 e foi impressa em Roterdão compreendendo só os tratados filosóficos: *Quod Nihil Scitur; De Divinatione per somnum; In Physiognomicon; De longitudine et brevitate vitae* (existe um exemplar na BN, com a cota RES. 6275 P.), e por último, a 5ª edição saiu em 1665 com o título *Sanchez aliquid sciens*, edição preparada por Daniel Hartnack (SILVA PINTO, 2004, s/p, grifos da autora).

Com base nesses comentários, lemos que esse tratado foi chamado de “*De multum nobili et prima universali Scientia: Quod Nihil Scitur*”, a partir da 2ª edição de 1618 (portanto, cinco anos antes da morte de Sanches, que ocorre em 1623). No entanto, como nosso objeto de estudo se concentra na 1ª edição, que hoje se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal (MORAIS FILHO, 1953), optamos por preservar o título original dado pelo autor, tendo em vista o exemplar digital de que dispomos.

Esperamos que este breve capítulo possa ter apresentado de onde partiram as ideias de Sanches, desde a perspectiva que o coloca como um autor nascido na Espanha (VÁSQUEZ, 2007, 2012, 2014; ROCA, 2011), de origem judia-conversa, passando por uma formação intelectual que o permitiu ter conhecimento das ciências humanas, da natureza e da saúde (MORAIS FILHO, 1953) e, finalmente, discutimos a sua principal obra, *Quod Nihil Scitur*.



# 3

## FILOLOGIA ROMÂNICA, LINGUÍSTICA HISTÓRICA E ECDÓTICA COMO SUPORTE TEÓRICO AO ESTUDO DA OBRA QVOD NIHIL SCITVR

O texto latino *Quod Nihil Scitur* (1581) de autoria atribuída ao cientista espanhol Francisco Sanches, o *cético*, pode ser encarado como uma fonte documental comprovativa das influências que as línguas românicas exerceram sobre o latim escrito do século XVI.

Para que possamos evidenciar tais marcas, devemos, por meio de um arcabouço teórico fundamentado em diferentes disciplinas, com finalidades estritamente direcionadas ao exame da obra em latim, apontar de que modo essas disciplinas auxiliarão nesse estudo.

Da *Linguística Histórica* nos valeremos das noções de *língua*, *família*, *subfamília* e *dialeto*(COUTINHO, 1981; MATTOS E SILVA, 2008; BASSETTO, 2005; FARACO, 2006; BOSSAGLIA, 2019), pois percebemos que o latim usado no texto de Sanches se configura como uma modalidade medievo-bárbara, dadas as características: estrutura analítica da língua, com preposições em excesso e alterações desinenciais de casos; vocabulário de



cunho filosófico de origem renascentista; presença de acentuação incomum ao *latim clássico*, mas corriqueiro no latim vulgar.

Estas e outras questões podem ser destacadas em descrições linguísticas, nas quais se podem destacar os aspectos morfológicos, sintáticos, lexicais e/ou semânticos das amostras extraídas da obra de Sanches, em que se evidenciem as estruturas alteradas (ou seja, a morfologia) e as ordenações sintáticas analíticas (ou seja, a sintaxe), bem como mudanças de sentidos (isto é, de natureza semântica) ou contexto de uso (isto é, de ordem lexical). Tomaremos como base o modelo proposto por Garcia e Ottoni de Castro (2010).

Aliada ao arcabouço da Linguística Histórica, utilizaremos como ferramenta metodológica noções gramaticais do latim, tendo em vista as traduções das sentenças selecionadas do *corpus*. Esse exercício de tradução do latim ao português brasileiro nos permitirá observar as diferenças estruturais entre as duas línguas. O mérito dessas novas traduções está na possibilidade de vermos até que ponto as traduções hoje existentes são, de fato, traduções fieis ao texto original ou se são apenas traduções meramente aproximadas do texto.

Da Filologia Românica nos interessa as noções de *substrato*, *superstrato* e *adstrato*, tendo em vista que o latim empregado na obra se apresenta como um idioma formado a partir da união entre o *latim medieval* e o *latim bárbaro* somado aos inúmeros dialetos falados na península ibérica, que serviram como *substrato*, *superstrato* e *adstratolinguísticos* (FARACO, 2006; BASSETTO, 2005, 2010; CÂMARA JÚNIOR, 2011a; GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010).

No século XVI, em particular, quando a obra de Sanches foi escrita, as línguas românicas ainda não haviam sido

plenamente *normatizadas*, isto porque o processo de *gramatização* das línguas vulgares foi algo tardio. Na verdade, foi esse um processo longo, polêmico e de muito trabalho por parte de intelectuais de época posteriores. Assim, nesse período, o latim era o modelo ideal de língua de uso, de oratória, de ortografia e de gramática. E, por mais que o idioma dos romanos não fosse mais a língua de fala diária (pois as línguas vulgares começavam a ter certo prestígio na oralidade em detrimento ao latim falado), seu prestígio de língua escrita era, seguramente, superior a quaisquer outra.

Sobre esse tema, é válido trazer as palavras de James Andersen (1973, p. 23) extraídas de *Aspectos estructurales del cambio lingüístico*:

Desde o século XV em diante, se escreveram na Europa gramáticas das línguas modernas, começando por uma gramática do espanhol de Antonio de Nebrija. O século XVI contemplou várias gramáticas do francês (a de Meigret, Estienne e Bèze, por exemplo) e a primeira gramática do português de Fernão de Oliveira. No século XVII apareceu a gramática dos estudiosos de Port-Royal, Lancelot e Arnaud. A atenção sobre o latim retrocedeu conforme se foi situando a ênfase sobre o estudo das línguas contemporâneas (tradução nossa).

Daí também ser necessária à compreensão do conceito de *bilinguismo* tocante ao contato linguístico entre povos que utilizava o latim escrito, mas tinham o romance como língua de uso diário, sendo esse um fenômeno linguístico que se realizou, especialmente, na península ibérica (TEYSSIER, 2014; AREÁN-GARCÍA, 2011; CALVET, 2013; BASSANI, 2015). O idioma lati-

no exercia influência na escritura de documentos oficiais dos estados-nação de toda a Península. Ao passo que as línguas românicas passaram a ter o estabelecimento da escrita com o *Humanismo*, o que se concebe como processo de gramatização desses dialetos, permitiu o surgimento de línguas nacionais que disputaram o prestígio que o latim, antes, era único dominador. E, finalmente, da Ecdótica nos importa o seu aparato teórico-metodológico, por algumas razões:

A primeira é porque através dessa disciplina podemos identificar a edição ou edições de uma obra, nesse caso, identificarmos as origens e as características das fontes utilizadas como *corpus* nesta obra. Encontramos três versões digitais do tipo fac-símile (fac-similar): uma cópia digital da Biblioteca Nacional da França (departamento de filosofia, história e ciências) - BNF Gallica, outra da Biblioteca Digital Hispânica (Biblioteca Nacional da Espanha) e uma terceira da Biblioteca Nacional Digital de Portugal (BNP).

Além dessas edições baseadas nos originais, há traduções feitas em língua inglesa, espanhola e portuguesa que igualmente servirão para a compreensão do texto sancheano, com isso, evitaremos incongruências textuais ao compararmos com as nossas traduções.

A segunda razão é que por meio dessa disciplina que faremos o estudo das características ortográficas do texto sancheano. A partir da observação da disposição gráfica das palavras no texto e formato das letras impressas com uso de formas de chumbo, de cor preta (ou de aparência escurecida), a escrita se configura como sendo de origem medieval, com presença de letras góticas.

Outra razão que nos motiva a empregar a Ecdótica diz respeito à possibilidade de identificação da confiabilidade das fontes consultadas, quer seja no tocante às fontes que tratam sobre a biografia do autor, quer seja sobre o clima de época no qual a obra foi produzida ou ainda, quer seja sobre a originalidade do próprio *corpus* adotado.

Para essa identificação do *corpus*, uma ferramenta de suma importância é a *Crítica Textual*, por ser uma aliada à Ecdótica, com a qual conhecemos as tipologias das edições (*monotestemunhais* e *politestemunhais*) e respectivas variações (*edição fac-similar*, *edição diplomática*, *edição paleográfica*, *semidiplomática* ou *diplomático-interpretativa* e *edição interpretativa*) (BASSETTO, 2005; CAMBRAIA, 2005; MATTOS, 2009).

A versão *Quod Nihil Scitur* da Biblioteca Nacional Digital de Portugal (BNP) e outra da Biblioteca Digital Hispânica (Biblioteca Nacional da Espanha), com base em uma avaliação crítica dos documentos, são cópias de origem politestemunhal, com aparências ligeiramente diferentes. Enquanto a primeira contém uma *errata* (*Errata sic corrige*), a segunda não. Ambas são edições do tipo fac-similar, pois se trata de cópias escaneadas. Essas informações trazidas da Ecdótica nos permitem fazer a escolha da versão que melhor se adequa ao nosso estudo: *a versão fac-similar portuguesa*. O motivo é evidente, pois como observamos, a versão espanhola apresenta uma série lacunas devido a buracos que o texto contém. Já a versão portuguesa, além de não ter essas falhas, ainda tem a *errata*, o que nos indica ser uma cópia mais antiga e, portanto, mais próxima do original da obra de Sanches.

Em síntese, a bibliografia consultada como suporte teórico girou entorno dos seguintes Referenciais Teóricos:

- Fundamentos da Linguística Histórica, com a identificação dos principais conceitos; apreciação da Linguística Geral e Linguística Histórica;
- Fundamentos da Filologia, apreciação dos principais conceitos; apreciação da Filologia Clássica (Comparada), Filologia Românica e Linguística Românica;
  - Fundamentos da Ecdótica, com identificação dos conceitos basilares; apreciação da Paleografia e Crítica Textual;
  - Fundamentos da Linguística Românica, com ênfase nos seguintes temas: *latim clássico*, latim vulgar e outras variedades; fontes do latim vulgar; bilinguismo; contato linguístico: substrato, superstrato, adstrato; romances; falares românicos;
  - Fundamentos da História das Ideias Linguísticas (HIL), com ênfase no processo de gramatização de línguas clássicas e línguas vernáculas; aspectos da escrita; normatização de línguas;
  - Fundamentos sobre a Filosofia (por exemplo, *Filosofia Medieval, Estoicismo, Ceticismo, Epicurismo, Renascimento*), tendo em vista o conhecimento da vida e obras de Sanches, bem como o clima de época em que o texto foi produzido.

### 3.1 Ecdótica, Crítica Textual e Filologia

Neste subcapítulo, iremos conceituar Ecdótica, diferenciando-a de Crítica Textual e Filologia. Iremos, também, apresentar o aparato teórico que dá sustentação a essa disciplina, mostrando alguns importantes estudos na área. Em seguida, faremos uma apresentação das duas principais versões da obra *Quod Nihil Scitur* em língua latina, observando os aspectos formais do texto. Esperamos, assim, fazer um estabelecimento do *corpus* que subsidiará o estudo.

É nosso interesse apresentar os principais tipos de edição de textos, com o intuito de selecionarmos qual dentre eles melhor se aplica ao exame da obra de Sanches. Aproveitaremos, ainda, para discutir sobre a ortografia dos textos medievais e renascentistas, tendo em vista a observação da grafia empregada por Sanches em *Quod Nihil Scitur*.

### 3.1.1 Ciências do texto

A *Ecdótica* (muitas vezes grafada sem o “c”: *edótica*<sup>11</sup>) é geralmente apresentada como uma “Disciplina que trata da edição de um texto” (FERREIRA, 2004, p. 710). Essa definição, longe de ser completa, pouco nos informa. É preciso estabelecer, inicialmente, não apenas uma definição completa acerca do termo, mas também estabelecer a distinção entre essa disciplina e a *crítica textual*.

A *Ecdótica* tem servido para designar “o campo de conhecimento que engloba o *estabelecimentodetextos* e a *suaapresentação*, i. é, sua *edição*” (CAMBRAIA, 2005, p. 13, grifos do autor). Nela há duas etapas na edição crítica de um texto, uma primeira que é *filológica* e uma segunda que é *técnica* (SPINA, 1994). Assim sendo, “nessa acepção, o termo abarca não apenas o processo de restituição da forma genuína de um texto, mas também os procedimentos técnicos para apresentar o texto ao público” (CAMBRAIA, 2005, p. 14; SPINA, 1994).

---

<sup>11</sup>Não nos alongaremos sobre essa questão. Porém, é oportuno mencionar que houve uma polêmica trazida por Spina (1977), quando na primeira edição de *Introdução à Edótica*, trouxe a forma escrita *edótica* (no lugar de *Ecdótica*) e na segunda edição, de 1994, teceu inúmeros argumentos etimológicos defendendo a alteração. Optamos pelo termo mais erudito por mera razão de apego de ordem pessoal do autor desta livro.

Nas palavras do mestre Silveira Bueno (1946, p. 144), trazidas de *Estudos de Filologia Portuguesa*, “Dá-se o nome de *Edótica* ao conjunto de regras e de observâncias que se adotam para a publicação de um livro, desde o preparo do manuscrito até a colocação do volume à venda (grifos do autor)”.

Buscando estabelecer a distinção entre a Ecdótica e crítica textual, encontraremos no *Novo dicionário da língua portuguesa*, assinado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004, p. 710), a seguinte discussão:

A ecdótica é mais abrangente que a crítica textual, pois trata de todos os aspectos de uma edição, mesmo daqueles não linguísticos, tais como a disposição da mancha, dos títulos, o uso diferenciado de caracteres gráficos, o conjunto das ilustrações.

A partir desse enunciado, podemos pressupor que a Ecdótica é antecedida pela atividade filológica, isto é, pela crítica textual. Temos, portanto, a seguinte sequência no exame de um texto: filologia > atividade filológica – crítica textual > Ecdótica > obra (finalizada, revista e/ou corrigida). Cada uma dessas etapas deve ser revista, afim de que possamos compreender como se faz um estudo de uma dada obra.

No mesmo dicionário, encontramos a definição para crítica textual e filologia. Crítica textual é definida como: “Disciplina que tem por finalidade a restituição de um texto à sua forma linguística original, dele retirando todas as alterações que possa ter sofrido no decurso de sua transmissão do autor ao leitor” (FERREIRA, 2004, p. 578). Nesse sentido, a crítica textual se insere dentro da filologia, pois se trata de uma atividade de

restauração e até de conservação de obras. Por isso, Miranda Poza (2019, p. 59), a define como “arte de fixar, restaurar e comentar textos literários”.

O objetivo da crítica se volta para a preservação do texto (inicialmente o literário, em seguida outros tipos), evitando, com isso, a sua eminente destruição pelas ações do tempo, da natureza (e até das ações humanas). Nas palavras de Azevedo Filho (1987, 1998, 2006, 2007), a crítica textual integra a Ecdótica e é compreendida como uma *técnica de editar* um determinado texto.

Já a filologia é definida como “Estudo da língua em toda a sua amplitude, e dos documentos escritos que servem para documentá-la” (FERREIRA, 2004, p. 899). Conceituação essa que retoma as anteriores mencionadas. Logo, a sequência que apresentamos pode ser convertida em: Filologia (*estudo da língua escrita/documentada, visando sua conservação*) > atividade filológica - crítica textual (*estudo da língua escrita, visando à restauração genuína da obra*) > Ecdótica (*estabelecimento do texto / apresentação em formato de livro*) > obra (impresa - em fólio; ou digital: empdf, Word, etc.).

A Ecdótica diferencia-se da *paleografia* e da *codicologia*, com as quais mantém relações. No livro didático *Filologia Românica*, Joaquim Maia de Lima (2008, p. 15) diz que a paleografia é uma “Ciência que tem por objeto o estudo das escritas antigas, em qualquer espécie de material, e que compreende a decifração, a descoberta de erros na transmissão, a datação de textos, a atribuição de lugar de origem e interpretação, além de ocupar-se da própria história da escrita”. Enquanto que a codicologia é “Disciplina auxiliar da crítica textual que tem por ob-



jeto o estudo dos materiais empregados na confecção e elaboração do livro manuscrito ou códice” (LIMA, 2008, p. 15).

Mais adiante, o mesmo autor nos reforça a conceituação de filologia e sua relação com outras ciências:

A Filologia é uma ciência, tem seu objeto formal estabelecido, com métodos próprios, seguros e apurados, com conclusões seguras que a tornam ciência por apresentar um conjunto de postulados logicamente encadeados acerca de uma língua ou linguagem. A sua finalidade específica é fixar, interpretar e comentar os textos. Para tanto, ela se acerca de outras áreas do conhecimento humano, como a História, a Literatura, a Filosofia, a Linguística, a Paleografia, a Arqueologia, a Mitologia, o Folclore, a Codicologia e outras, que forem necessárias para o maior e melhor entendimento do universo textual (LIMA, 2008, p. 15).

Essa noção retoma a que já discutimos em momento anterior. É por causa dessas aproximações entre as áreas (linguística – filologia – crítica textual) que não poderíamos investigar a obra de Sanches sem levar em conta o arcabouço teórico advindo da Ecdótica. Como veremos, o exame de uma obra se inicia no estabelecimento de sua autenticidade e originalidade, passando pela identificação e datação do livro investigado.

Além disso, devemos observar a formatação do texto, isto é, como ele foi escrito, quais tipos de letras, ortografia e aspectos gramaticais empregados. Nossa tarefa não se restringe à tradução de excertos pré-selecionados, mas também a análise acurada das formas das palavras, pois isso nos permitirá chegar

a conclusões se o texto de Sanches é, de fato, um documento autêntico, sem qualquer tipo de alteração.

### 3.1.2 Tipos de edição de textos

Em importante estudo sobre a filologia, cujo título é *Filologia: uma ciência antiga e uma polêmica eterna* (apresentado em duas partes), Expedito Eloísio Ximenes (2012a, p. 110) se dedica a discutir sobre “o fazer filológico”, argumentando que.

O primeiro passo, diríamos, do fazer filológico, caracteriza-se pela recuperação dos textos manuscritos ou impressos, mediante o perigo de destruição material em que esses se encontram. Por meio de transcrição conservadora ou não, edição e publicação, esses documentos passam a ter uma vida longa e a sua divulgação chega ao conhecimento do grande público que lhe dará destinos diversos. Cada área do conhecimento interpreta um texto conforme finalidades específicas, pois os textos oferecem muitas informações e possibilidades de leituras. Assim, um historiador direciona suas leituras para os fatos históricos, um linguista, para manifestações da língua, um sociólogo ou um antropólogo, para dados relativos ao comportamento humano e social. Outros profissionais também poderão encontrar seu objeto de pesquisa nos textos editados.

Isso dito, o filólogo tem como tarefa tanto recuperar uma dada obra como também fazer uso de cópias ou edições já existentes, escolhendo dentre elas a que melhor se adequa ao tipo de estudo que faz ou pretende fazer.

De acordo com César Nardelli Cambraia (2005), em sua *Introdução à crítica textual*, há duas categorias de edição de textos, de acordo com as cópias existentes ou não do material:

- I. *Edições politestemunhais* (com mais de uma cópia do texto);
- II. *Edições monotestemunhais* (com apenas uma cópia do texto).

Em relação às edições monotestemunhais, podemos dizer que elas possuem somente uma única testemunha do material que se vai editar; enquanto as edições politestemunhais são variadas (XIMENES, 2012a, 2012b).

No que se refere às edições QNSS-BNP e QNSS-BNF vemos, a partir do texto, que se trata de versões diferentes. Por mais que haja certas semelhanças quanto ao texto em si, os detalhes já discutidos anteriormente nos indicam que podem ser cópias de origens diferentes. A ausência da *errata sic corrige* é um dos fatores determinantes nessa diferenciação.

Finalizada essa questão, devemos, agora, retomar os conceitos de Cambraia (2005) sobre *Edições politestemunhais* e *Edições monotestemunhais*. Seguindo o raciocínio, no primeiro grupo, temos as edições politestemunhais que podem ser de dois tipos:

- *Edição crítica*;
- *Edição genética*.

Por uma questão de recorte teórico-metodológico, não nos deteremos em definições alongadas do que são edições<sup>12</sup>. Diremos, apenas, que a *edição crítica*: “É uma reprodução do

---

<sup>12</sup> Sobre esse assunto, remetemos o leitor às obras de: Spina (1977, 1994), Cambraia (2005), Ximenes (2012a, 2012b), Bassetto (2005) e Miranda Poza (2019).

texto criticamente definido pela operação *constitutio textus*, que consiste em constituir o texto mais próximo possível do original (quando este não mais existe). É realizada a partir do confronto de várias cópias existentes” (XIMENES, 2012a, p. 113). Ou dito de outro modo: “A edição crítica, ou interpretativa, como os próprios rótulos já indicam, baseia-se na interpretação do conteúdo e da estrutura do texto editado, em busca do que teria sido o ‘original’ perdido do texto” (MASSINI-CAGLIARI, 2007, p. 33).

No mesmo grupo, encontramos a *edição genética*. Sobre isso, vale a pena ressaltar que: “a edição genética diferencia-se da edição crítica porque trabalha com diferentes versões do mesmo texto preparadas pelo próprio autor, em vez de trabalhar com cópias do mesmo texto efetuadas por copistas que, às vezes, até desconhecem o idioma em que foi redigido o texto” (MASSINI-CAGLIARI, 2007, p. 35). Em outras palavras:

É uma edição que apresenta, sob forma impressa e na ordem cronológica do processo de escrita, o conjunto dos documentos genéticos conservados de uma obra ou de um projeto, anotados de modo a perceber-se o processo da sua escrita. Na realização de uma edição genética, o editor faz o estudo da gênese de cada testemunho (XIMENES, 2012a, p. 114).

Apesar de muito importante para o estudo de escritos antigos, lamentavelmente, até esse momento, não encontramos nenhuma edição crítica ou genética da obra de Sanches. No meio acadêmico, o que nós encontramos foram algumas importantes traduções, como já mencionado.

É nosso interesse, ao traduzir as sentenças, observar as semelhanças/diferenças entre a nossa tradução e as outras duas línguas românicas, tendo em vista a observação das diferentes formas de estruturação dos enunciados. Obviamente que não iremos nos deter nessa comparação, pois o mais importante será evidenciar a adequação das preposições à sintaxe de nosso idioma.

No outro grupo, ainda de acordo com Cambraia (2005), as edições monotestemunhais podem ser:

- *Edição diplomática;*
- *Edição paleográfica, semidiplomática ou diplomático-interpretativa;*
- *Edição interpretativa;*
- *Edição fac-similar.*

Sobre a *reprodução diplomática* (ou *edição diplomática*), trazemos à lume a explicação de Spina (1977, p. 78):

Esta consiste numa reprodução tipográfica do original manuscrito, como se fosse completa e perfeita cópia do mesmo, na grafia, nas abreviações, nas ligaduras, em todos os seus sinais e lacunas, inclusive nos erros e nas passagens estropiadas. A transcrição diplomática já implica uma interpretação do texto nos seus aspectos paleográficos.

A edição diplomática é, portanto, “a que mais se aproxima, em fidelidade, da materialidade do documento, sem, no entanto, reproduzi-lo” (MASSINI-CAGLIARI, 2007, p. 31). Nesse tipo, são feitas transliterações do texto, de uma escrita ma-

nuscrita ou de outra natureza para uma edição tipográfica, muitas vezes, em mídia digital (pdf, Word, Epub etc.). Não há, nesse tipo, nenhuma intervenção no editor no texto em si, nem mesmo o desenvolvimento de abreviaturas ou quaisquer alterações de ordem linguística. O texto permanece intacto.

No que diz respeito à *edição paleográfica, semidiplomática ou diplomático-interpretativa*, Ximenes (2012a, p. 112) afirmar ser essa uma versão “em que há interferência do editor. Apesar de se manter conservadora, as abreviaturas são desenvolvidas como sinal de intervenção, visando facilitar a leitura por outras pessoas não acostumadas aos manuscritos”. Isto significa dizer que “está a meio caminho, no que se refere à interpretação do documento, entre a edição diplomática e a interpretativa” (MASSINI-CAGLIARI, 2007, p. 32). No dizer de Miranda Poza (2019, p. 61), é “aquela que, sem recorrer à reprodução da imagem por meios técnicos, tenta oferecer ao leitor com a maior exatidão possível as características formais do texto original”. É, portanto, um tipo de edição conservadora, cujas interferências do editor não alteram significativamente a obra editada.

A *edição interpretativa* é aquela em que há um maior grau de intervenção por parte do editor/filólogo que altera, insere, retira, repõe e faz uma série de mudanças no texto a fim de tornar mais legível.

Assim como na paleográfica, fazem-se operações como desenvolvimento de abreviaturas e conjecturas, mas, além disso, o texto passa por um forte processo de uniformização gráfica e as conjecturas vão além de falhas óbvias, compreendendo intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína (CAMBRAIA, 2005, p. 97).

Essa uniformização torna mais clara não apenas a obra em si, mas também torna possível a sua conseqüente tradução, quando se fala em obra escritas em outros idiomas, tais como grego, árabe, sânscrito etc. Nesse tipo de edição, “ocorre quando há um alto grau de interferência do editor. Nesse tipo de edição também são desenvolvidas as abreviaturas e outras operações de mediação” (XIMENES, 2012a, p. 112).

As versões QNSS-BNF, QNSS-BNP e QNSS-BNE são edições do tipo *fac-similar*, pois são cópias originais restauradas por meio de equipamentos eletrônicos. Por edição *fac-similar* ou *fac-similada*, dizemos que: “Nesse tipo de edição, tem-se a reprodução fotográfica do documento, em tamanho natural” (MASSINI-CAGLIARI, 2007, p. 31). Em outras palavras, é “aquela que reproduz a imagem (por fotografia ou por escâner) do texto, tal como o editor o encontrou” (MIRANDA POZA, 2019, p. 61). Trata-se de uma edição conservado no mais alto grau. Mais detalhadamente, podemos afirmar que:

É uma edição mecânica e não apresenta nenhuma mediação no texto pelo editor, já que é uma reprodução do original por meios de alguns recursos mecânico como fotografia, xerografia ou escanerização. Tem a vantagem de ser o texto reproduzido fielmente, porém, por outro lado, é necessário que o usuário ou o público a quem se destina domine a leitura dos manuscritos (XIMENES, 2012a, p. 111).

A pesar das intervenções na qualidade da imagem do texto da versão QNSS-BNF, com o branqueamento dos fólhos, essa versão ainda deve ser enquadrada nessa categoria, haja vista que o texto em si não foi alterado. Talvez a falta da errata

seja porque essa versão de fato não possua essa ferramenta, podendo ter sido feita de material anterior ou posterior a inclusão da ferramenta. Por outro lado, a versão QNSS-BNP conserva toda a qualidade de fólhos, mesmo com a aparência amarelada, nada foi removido. A versão QNSS-BNE conserva as mesmas características da versão QNSS-BNP, exceto também pela falta da errata. E, os acréscimos do *animus* foram feitos em cima do texto apenas na edição portuguesa, isto é, as anotações estão sobrepostas ao texto.

Assim sendo, teremos que tomar unicamente a versão fac-similar QNSS-BNP e, quando necessário, recorreremos às traduções a fim de compararmos com as traduções dos excertos que faremos nas análises.

### **3.2 Filologia, Linguística Histórica e Filologia Românica: considerações gerais**

Nesse subcapítulo, nos propomos a fazer um apanhado geral do que seja a Filologia e Linguística, mostrando suas origens e definições, apresentando também a distinção entre Linguística Geral, Linguística Histórica e História da Linguística.

Em seguida, apresentaremos a origem da Filologia Românica, mostrando sua conexão com a Linguística Histórica. Nessa ocasião, pretendemos definir alguns termos relevantes ao nosso estudo, tais como: *ibero-romance*, *romance*, *romanço*, *família-linguística*, *substrato*, *superstrato*, *adstrato*, *bilinguismo*, entre outros.



### 3.2.1 Filologia

A primeira ciência que pretendemos empregar em nosso estudo é a *Filologia*. Com o intuito de sermos diretos, apresentaremos alguns conceitos tidos como basilares. Não será nossa intenção mergulharmos em longas digressões ao mundo helênico, mas de modo algum descartaremos alguns dos princípios por eles estabelecidos.

A filologia não é disciplina recente. Ela remonta aos estudos gregos feitos na Ágora em Atenas ou em qualquer recanto da Ática, no século IV a. C e refinados em Alexandria, no século II a. C. Por séculos, por meio dessa ciência, muitos filólogos se debruçaram sobre os poemas homéricos, a fim de esmiuçá-los, analisando o vocabulário e respectivos sentidos a partir dos textos.

No dizer de João Ribeiro, essa ciência “abrange a crítica, o comentário dos textos antigos, a história das línguas, principalmente naquilo que elas possuem do elemento literário e culto” (RIBEIRO, 1963, p. 07). Ou, noutras palavras: “A filologia é uma ciência histórica que tem por objetivo o conhecimento das civilizações passadas através dos documentos escritos que elas nos deixaram: estes nos permitem compreender e explicar as sociedades antigas” (DUBOIS *et al.*, 2004, p. 278), ou seja, trata-se de uma ciência crítica e discursiva, todavia se atém ao estudo do texto.

É oportuno recorreremos ao que nos diz Eduardo Pereira, em sua *Grammatica Histórica*, há um século atrás, quando afirmava que:

**Philologia.** (gr. *philos* = amante, *logos* + *ia* = discurso, palavra) é a ciência que tem por objecto o estudo crítico da literatura de um povo, ou da literatura de uma época, e da língua que lhes serviu de instrumento. Dahi dois aspectos principaes da Philologia – o literario e o linguistico (PEREIRA, 1919, p. 09, grifos do autor).

Nesse sentido, a filologia tinha como finalidade a análise e síntese dos documentos do tipo literário, observando seus aspectos intrínsecos (grafemas, sentidos, contextos linguísticos, etc.). Noutra via, a mesma ciência debruçava-se sobre a língua que serviu de código para a escrita de tais documentos. E daí, se podia realizar o exame minucioso tanto da língua quanto do texto *per se*.

“O trabalho principal do filólogo é, portanto, a edição dos textos” (DUBOIS *et al.*, 2004, p. 278). O texto é a fonte para todas as investigações filológicas. E sem ele, o trabalho não se faz. Eis aí um problema crucial: o filólogo sedetém sobre o texto, extraindo dele todas as informações, porém, como sabemos, os textos escondem mais do que revelam. Confirmando nosso pensamento, dizia Silveira Bueno (1946, p. 15):

Dirige-se a filologia à interpretação do pensamento literário do passado e como *tal pensamento se encontra em documentos escritos*, êstes são o campo especial do trabalho filológico. Onde não houver documentos literários, escritos, não haverá filologia [...] *Preocupa-se o filólogo, exclusivamente, com os documentos literários, produtos de civilização e onde termina esta, termina aquêle o seu trabalho; onde não existe nem documento escrito, nem civilização, não existe tão pouco filologia* (grifo nosso).

Uma investigação filológica, por si só, não pode ir além do que as linhas revelarem. Essa “prisão textual” força o pesquisador a tomar duas decisões: ou ele investiga o texto e a ele se atém, ou extrapola-o, fazendo uso de outras ferramentas ou aparato teórico-práticos de outras ciências.

Em nosso estudo, o mesmo impasse se construiu. Mas decidimos seguir o segundo caminho. Acreditamos e defendemos que a interdisciplinaridade é o melhor caminho para a compreensão global de um fenômeno linguístico. Talvez até mesmo a transdisciplinaridade se ajuste ao nosso tema.

Um olhar único para uma obra, como a que se poderia fazer sobre *Quod Nihil Scitur*, nos daria igualmente um único ponto de vista. Isto é, ao analisarmos a obra de Sanches sob o prisma da filologia exclusivamente, nos daria somente essa visão, digamos, até certo ponto imprecisa. O que devemos fazer é, através de múltiplos olhares (o da Filologia, o da Linguística Histórica e o da Ecdótica), esmiuçarmos a obra do autor espanhol.

Estabelecido o nosso ponto de partida, partamos para a definição do campo de atuação do *φιλόλογος* (GINGRICH, 1979, p. 218), que se traduz por *amante das palavras escritas* (LIDDELL; SCOTT, 1996, p. 1.937; BASSETTO, 2005), sendo aquele “que gosta de dissertar; erudito; sábio; douto” (SOPENA, 1998, p. 1477, tradução nossa), ou em termos similares, é um “homem instruído, um erudito, um sábio, um letrado” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 511).

De mesmo modo, sigamos do conceito geral: “Do grego *φιλόλογος*, através do latim *philologus*, isto é, ‘amigo das letras, das obras literárias, da linguagem’ (ELIA, 2004, p. 01, grifos do autor). Este conceito é etimológico, assim como também

procedeu Bassetto (2000, 2005, 2013), entre tantos outros filólogos. A compreensão do termo se refere aos desdobramentos do sentidos relativos à divisão que se faz dos das raízes gregas do vocábulo: φίλ- (*amigo*) e λογ- (*palavra*).

Vemos que os argumentos de Bassetto reforçam a tese já proferida por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1912-1913), em sua clássica obra *Lições de Filologia portuguesa: segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13; seguidas das lições práticas de português arcaico*:

*Filologia é portanto etimologicamente: amor da ciência; o culto da erudição ou da sabedoria em geral. E em especial: o amor e culto das ciências do espírito (Geistes-wissenschaften)—sobretudo da ciência da linguagem, do verbo ou do logos que é distintivo do homem — expressão do pensamento, manifestação da alma nacional, órgão de literatura e instrumento de nós todos, mas principalmente e sublimadamente dos letrados que, apesar de tudo quanto contra eles se tenha dito e se possa dizer, são poderosos obreiros de Deus. Sem eles, ninguém assentasse o que presenciou, pensou e viu, não havia progresso nem civilização, torno a dizê-lo (VASCONCELOS, 1912-1923, p. 129-130).*

A conceituação apresentada pela filóloga destaca o sentido que refere ao estudo da *palavra escrita*, da mesma maneira como destacaremos logo mais adiante. Trata-se, desse modo, de uma ciência, simultaneamente: *história, textuale crítica*. Uma ciência que realiza o exame, fixação, restauração e comentários acerca de obras antigas e modernas, escritas em línguas clássicas ou contemporâneas, extraindo dos escritos seus variados sentidos.

Retomando a significação etimológica, termos outras fontes que corroboram essa compreensão do termo *φιλολογία* (*philologia*), que se traduz simplesmente por: “amor das letras, aplicação aos estudos” (DICONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 511). Definição similar e bastante conhecida no meio acadêmico nos é dada por Câmara Júnior (2011a, p. 143) colhida de seu *Dicionário de linguística e gramática*:

Helenismo que significa literalmente ‘amor à ciência’, usado a princípio com o sentido de erudição, especialmente quando interessada na exegese dos textos literários. Hoje designa, estritamente, o estudo da língua na literatura, distinto portanto da linguística.

Contudo, a Filologia além de ser utilizada para a análise de textos literários, como aponta Câmara Júnior, ela também se presta à avaliação de outras tipologias de textos, como em nosso caso, a obra de Sanches, que é um *obra filosófica*, isto é, é um texto de cunho acadêmico acerca de um tema de base filosófico-científica: a busca pelo conhecimento.

No Brasil, variadas obras de autores renomados foram dedicadas ao exame de gêneros textuais e temas diversos, muitas delas sobre textos clássicos como *Os Lusíadas* ou questões gramaticais, estilos literários, etimologia, entre outros assuntos (ELIA, 1975; ALI, 1975, 2006).

Em procedimento semelhante ao de Câmara Júnior (2011a) e Silvio Elia (2004), Bruno Bassetto (2005) faz uma revisão etimológica do conceito de filologia na *Introdução* do livro *Elementos de Filologia Românica*. Nessa obra, o autor adverte:

O conceito de Filologia não é unívoco; divergem muito os autores ao defini-la, ao determinar os limites de seu campo de atuação e até seu objeto de estudo. Daí a necessidade de se levantar a biografia do termo, ainda que concisa, na busca de conteúdo semântico. Obviamente, é necessário partir do que nos legaram os gregos, os inventores do termo (BASSETTO, 2005, p. 17).

Sendo assim, de acordo com autor, termos como *filologar* e *filólogo* antecederam *filologia*. Os três termos possuem o vocábulo *ὁ λόγος*(*verbum*) e isso explica a relação do filólogo com o texto, isto é, com a “palavra” escrita. Em sua origem, foram primeiramente empregados por Platão e Aristóteles, tendo como significado essencial o amor pelas palavras (escritas). Durante alguns séculos esse era o conceito que perpassava, mas sua transmissão gerou polissemia em virtude de variados usos (BASSETTO, 2000, 2005, 2013). Além dos filósofos já mencionados, essa palavra foi empregada por Eratóstenes de Cirene, Cícero, Suetônio, Sexto Empírico, entre outros estudiosos (BASSETTO, 2000, 2005, 2013; ELIA, 2004).

Os caminhos entre a filologia e linguísticas estão unidos desde tempos anteriores, como nos declara Carlos Alberto Faraco em sua obra *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*:

[...] é importante dizer que a linguística como ciência não nasceu evidentemente do nada. Precedem as formulações modernas sobre a linguagem os milênios em que as pessoas, em diferentes sociedades, pensaram a questão da linguagem. Qualquer livro de história da linguística pode ilustrar esse

longo período e intrincado caminho que passa pelos estudos linguísticos dos sábios hindus já no século IV a. C.; pelas discussões filosóficas dos gregos; pelos cuidados filológicos dos gramáticos alexandrinos e pelas suas primeiras gramáticas da língua grega; pelas gramáticas latinas; pelos filósofos metodistas da Idade Média; pela filologia árabe; pelas especulações renascentistas sobre a língua mãe de todas as línguas; pela gramática lógica de Port-Royal, no século XVII (FARACO, 2006, p. 130-131).

Visto dessa maneira, as primeiras investigações sobre a linguagem, nos variados povos, sempre se moldaram em uma mesma base-comum: o filosófico-filológico. Os estudos hermenêuticos que orientam a doutrina grega se calcam na filologia, pois os gregos acreditavam que a melhor maneira de se investigar o pensamento/linguagem era analisar os escritos.

A filologia nasce da necessidade que os gregos sentiam de abordar esse pensamento/linguagem. Para eles, as palavras (especialmente as escritas) refletiam a *razão*, no sentido filosófico do termo. Durante muitos séculos essa hipótese prevaleceu e à medida que a filologia se refinava enquanto ciência do texto, mais esse ajuizamento era feito. A pureza da língua (oral/escrita) servia como baliza para se fazer julgamento sobre a linguagem.

Conforme salienta Câmara Júnior (2011b), no tocante a relação entre Filologia e língua helênica na Grécia antiga, por exemplo, essa ciência desempenhava importante papel no exame de textos literários. Seu objetivo principal era a explicação de textos dos poetas consagrados, especialmente dos chamados textos “homéricos”, com ênfase na *Ilíada* e *Odisseia*. Nesse senti-

do, discutia-se sobre os dialetos detectados nos textos, assim como os variados sentidos do léxico das obras, afim de compreender os diferentes usos, tanto sob um viés filológico quanto gramatical, textual.

Essa ciência passa a revelar questões intrínsecas ao textos e ao próprio idioma grego, de modo a permitir que os filólogos e gramáticos, discutissem até mesmo questões referentes à norma (ainda não plenamente compreendidas, mas que já passavam a figurar como um tema de interesse). Mais modernamente,

Entende-se por *filologia* aqui o estudo de textos antigos com o objetivo de estabelecer e fixar sua forma original. As sociedades humanas que tiveram escrita e puderam assim preservar textos literários e religiosos — assumidos, a cada geração, como preciosos monumentos culturais — desenvolveram também estudos filológicos. São exemplos disso os trabalhos dos sábios hindus que, desde pelo menos o século IV a. C., procuravam fixar seus textos religiosos; os estudos que os alexandrinos, por volta do século II a. C., fizeram dos textos dos poetas gregos antigos; o esforço dos comentadores árabes, na Idade Média, para fixar o texto do Corão (FARACO, 2006, p. 131).

Desse modo, a Filologia se constitui em uma ciência histórica e, ao mesmo tempo, conservadora. Sua origem está ligada à formação da *Gramática Normativa*, também nascida em berço helênico. Ao conservar um texto “puro”, não corrompido pelos dialetos bárbaros, o filólogo fazia um trabalho similar ao de um



gramático, que tenta impedir os usos considerados inferiores ao dialeto estabelecido como padrão.

A *Gramática Normativa* tinha (e ainda tem) um papel determinante na eleição de formas de prestígio, em detrimento às formas de menor prestígio. Na língua grega, tudo aquilo que vinha de fora (de outros idiomas não helênicos) devia ser desprezado.

O mesmo procedimento ocorreu em Roma. Todo o qualquer idioma era tido como bárbaro, isto é, as “línguas bárbaras” eram todas inferiores ao *latim clássico* e por isso mesmo devia ser banidas, para não dizer extintas.

Durante séculos Roma se recusou a admitir o uso de outras línguas dentro de seus muros, exceto a helênica e latina em modalidades cultas. Obviamente que fora dele, um conjunto de outros falares se impunham ao latim. Nesse sentido, a Filologia, tanto na Grécia quanto em Roma, enfrentou resistência das camadas populares que faziam uso de *variedades*<sup>13</sup> desprestigiadas.

Sobre a época em que essas duas nações enfrentavam situações de contato linguístico com outros povos, Bassetto (2005, p. 29) adverte: “É sabido que os gregos e os romanos não se interessavam por outras línguas que não a própria, mostrando até certo menoscabo pelos não falantes do grego ou do latim ao chamá-los ‘barbari’”. Mas é certo que no próprio idioma grego e latino existiam variedades linguísticas de toda sorte, de maneira que os dialetos e variações não poderiam ser contidos.

---

<sup>13</sup> Em nossa pesquisa, tomamos o conceito de *variedade linguística* extraído de Calvet (2013, p. 157): “sistema de expressão linguística que pode ser identificado pelo cruzamento de variáveis linguísticas (fonéticas, morfológicas, sintáticas etc.) e de variáveis sociais (idade, sexo, região de origem, grau de escolarização etc.)”.

Em termos etimológicos sobre a origem do vocábulo “bárbaros”, está atestado que se empregava a palavra *βάρβαρος* com o sentido de “*quem fala uma língua estrangeira, ininteligível*” ou “*uma pessoa que não é grega, um estrangeiro, bárbaro*” (GINGRICH, 1979, p. 41, grifos do autor), ou seja, eram aqueles que falavam como *estrangeiros* (SOPENA, 1998). Esse desinteresse aos outros falares perdurou por séculos. Voltaremos a essa questão em momento mais oportuno.

A pureza de um idioma é um mito que hoje não mais é pregado. Todo e qualquer idioma apresenta variações e mudanças linguísticas. No dizer de Faraco (2006), qualquer língua é “um conjunto de variedades”. Um estudo mais acurado de um texto irá nos revelar essas variedades. Seria improvável que o livro *Quod Nihil Scitur* conservasse um *latim clássico* desprovido de vulgarismos. Estamos cientes de que o texto nos mostrará estruturas que ora pertencem ao *latim clássico*, ora ao *latim vulgar* ou, ainda, há outras variedades/modalidades do *latim*.

Em uma discussão sobre a abrangência de atuação da Linguística e sua relação com outras ciências, Furtado da Cunha, Costa e Martelotta (2008) argumentam que a Filologia é uma ciência *histórica*, o que significa que se ancora em uma tradição milenar que remota os estudos da linguagem escrita na Antiguidade. Trata-se de uma ciência que investiga civilizações antigas por meio de seus escritos, abordando o texto como objeto de apreciação, para interpretá-lo, fixá-lo e estabelecê-lo a sua forma genuína, em suma, sua transmissão através dos tempos.

Ao nos depararmos com o primeiro capítulo do *CLG*, cujo título é *Visão geral da história da Linguística*, lemos a seguinte exposição feita pelo mestre genebrino sobre o termo *filologia*: “A língua não é o único objeto da Filologia, que quer, antes de tu-

do, fixar, interpretar, comentar os textos; este primeiro estudo a leva a se ocupar também da história literária, dos costumes, das instituições etc.; em toda parte ela usa seu método próprio, que é a crítica” (SAUSSURE, 2012, p. 31).

Neste sentido, a Filologia é uma “Ciência que estuda uma língua em toda a sua amplitude, a partir da análise histórica de textos” (BECHARA, 2009, p. 412). Uma de suas principais contribuições diz respeito aos estudos de história cultural, política, social e linguística, visto que por meio dela podemos preparar os textos, editá-los, comentá-los e organizá-los, além disso, os materiais servirão como documentos que revelam a história de um determinado povo (QUEIROZ; TEIXEIRA, 2008).

Essa ciência permite uma “Análise científica que visa restituir a forma linguística original a um texto, pela comparação com outras versões ou edições” (BECHARA, 2009, p. 412). Dito de outra maneira, “Uma função básica da filologia é a recuperação dos textos escritos em tempos pretéritos, por meio da edição conservadora e a explicação de fenômenos da história e da cultura de um povo, expressos por meio da linguagem registrada nos textos” (XIMENES, 2012a, p. 93-94).

No entendimento de Ismael de Lima Coutinho (1981) em sua obra *Pontos de Gramática Histórica*, já dizia: “Qualquer estudo feito no sentido de reconstituir textos antigos de uma língua, corrigi-los quando errados, restituí-los à sua genuinidade quando interpolados, constitui trabalho da Filologia” (COUTINHO, 1981, p. 18).

Esse filólogo ainda divide a área de atuação de Filologia em duas: de um lado a Filologia Comparada que se atém as línguas clássicas, tais como o Latim e o Grego, e outra, a *Filologia Românica* (também chamada de *Linguística Românica*) voltada

para as línguas novilatinas (COUTINHO, 1981; ELIA, 2004; MÜLLER, 2010; BASSETTO, 2005; FURTADO DA CUNHA; COSTA; MARTELOTTA, 2008).

Outros autores optam por dividir a Filologia em duas: *Filologia Clássica*, que se dedica a investigar exclusivamente línguas clássicas e *Filologia Moderna*, que por sua vez se atém ao estudo das línguas modernas e, ainda, pode receber o nome de *Filologia Românica*, *Filologia Portuguesa*<sup>14</sup> ou qualquer outra nomenclatura conforme a área de abrangência (SILVEIRA BUENO, 1946; SILVA NETO, 1977; MELO, 1981; SPAGGIARI; PERUGI, 2004; ELIA, 2004; BASSETTO, 2005). Voltaremos a essa divisão em outra oportunidade.

### 3.2.1.1 A Filologia examinada pela Historiografia Linguística

Para uma reflexão historiográfica consistente, mobilizaremos alguns autores e pesquisas que refletem o conceito de *Filologia*, tomando escritos produzidos em diferentes momentos, porém não separadas *sui generis*. Inicialmente, tomaremos *Linguística e Filologia: o eterno debate*, de Koener (1997); depois, nos valeremos de *Filologia e Linguística: enlace, divórcio, reconciliação*, de Swiggers (1998), logo a seguir, utilizaremos *Conceito de Filologia*, de Bassetto (2000), passando a *Filologia e Linguística – outra vez*, de Altman (2004) e *Filologia e Linguística: encontros e desencontros*, de Müller (2010) e, finalmente, encerraremos com *Entre a Filologia e a Linguística Histórica: o texto como artefato histórico*, de Sacramento e Nascimento (2019).

---

<sup>14</sup> Para maior esclarecimento sobre os rumos dos estudos filológicos no Brasil, consultar: ELIA, Silvio. **Ensaio de Filologia e Linguística**. Rio de Janeiro: GRIFO/MEC, 1975. Observar, especialmente, o capítulo *Os estudos Filológicos no Brasil*, p. 117-176. Em virtude do campo de atuação e investigação dessa obra se restringir à *Filologia Românica*, não enfatizaremos suas linhas específicas, como a *Filologia Portuguesa* ou *Brasileira*.

Para Koener (1997), a relação entre as duas ciências foi, desde o início do século XIX, mais polêmica do que se pode crer. O autor parte da reflexão e mapeamento da origem desse conflito, situando seu debate em torno das pesquisas feitas por comparatistas renomados, na maioria, alemães (entre os quais cita: *Bopp, Rask, Grimm, Pott, Curtius, Hoefler, Kuhn*, com destaque para *Schleicher*), discutindo as diferenças terminológicas e as diferentes abordagens filológicas e linguísticas, comparando variantes ditas clássicas com as modernas.

A compreensão do termo *Filologia*, ainda no século XX, se restringia ao “amor pelo estudo e pela literatura” (KOENER, 1997, p. 08), sendo este o mesmo entendimento acolhido em diferentes idiomas, como ressalta o autor em releitura que faz de Bloomfield (1933). Em seguida, com o advento dos estudos historicistas, o termo passa a assumir um caráter de *disciplina histórica*, o que acaba por interligá-la a Linguística Histórica. Além disso, ambas empregavam o mesmo método: o *histórico-comparativa*. Para o estudioso, o fato de a *Linguística* ter adquirido o *status* de ciência piloto com a publicação póstuma do *Curso de Linguística Geral* atribuída a Ferdinand de Saussure, em 1916, deu novo fôlego aos estudos linguísticos, agora, voltados à sincronia das línguas (KOENER, 1997).

Em certa altura do trabalho, o autor diz que, após as discussões realizadas no painel sobre “Filologia e Linguística Histórica” ocorrido na Irlanda em 1981,

[...] ficou claro haver um consenso geral sobre as vantagens de se estar familiarizado com a prática filológica quando se está interessado em questões que dizem respeito à mudança linguística. De fato, sem uma boa base filológica, adequadamente ad-

quirida, uma pesquisa neste campo não representa um avanço de conhecimento (KOENER, 1997, p. 18).

Seria esse um posicionamento mais coerente com a prática da análise factual/linguística, uma vez que a análise linguística que se fazia no modelo histórico-comparativo, ou de vertente histórica como se faz hoje, por exemplo, dependem diretamente do aparato teórico-crítico-aplicado da *Filologia*. Quaisquer pesquisas linguísticas que desprezem dados escritos previamente analisadas pelo viés filológico corre o risco de ter comprometido parte de seus resultados ou até a sua totalidade. É, portanto, impensável investigar dados históricos sem que se recorra a *Filologia* (KOENER, 1997).

Nessa mesma linha de raciocínio, Swiggers (1998) trata também da relação entre as duas ciências, partindo de longa data até a época da reflexão que ele mesmo faz no século XX, definindo os objetos teóricos de ambas e especificando a área de atuação da *Filologia*, tanto ampla quanto restrita (que ora caminha pelo exame de textos literários ou não-literários, ora se aplica a edições de textos, ora se dedica ao estudo de línguas antigas - ou *mortas*, para ser mais preciso). Swiggers (1998) realiza uma investigação histórica, situando sua discussão nos diferentes conceitos dos termos no seio dos estudos histórico-comparatistas, do mesmo modo que procedeu Koener (1997).

Para Swiggers (1998), esta ciência acumula três níveis de investigação: o *linguístico*, a da *literatura* e o da *edição de textos*. Com isso, acreditamos que ela liga-se diretamente à *Linguística*, a *Crítica Textual* e a *Ecdótica*. Talvez por essa razão haja, ainda hoje, muita confusão quanto aos objetos teóricos por elas anali-

sados. Mas, é preciso esclarecer que, enquanto o objeto analítico da primeira é a própria linguagem verbal, traduzida em termos precisos como a *língua como um conjunto de signos que exprimem ideias* (SAUSSURE, 2012), a segunda é uma técnica ou atividade filológica que consiste em *interpretar e reconstruir uma dada produção textual à sua forma genuína* (FERREIRA, 2004), a última, por sua vez, se refere à disciplina de edição de textos ou campo do conhecimento que trata do *estabelecimento de um texto e sua apresentação enquanto produto* (CAMBRAIA, 2005).

Esclarecida essa questão, trazemos aqui uma passagem em que Swiggers (1998) concorda com Koener (1997), quando afirma que: “ O termo ‘filologia’ evoluiu da significação de ‘conhecimento do homem letrado’ à de ‘estudo científico das línguas e das literaturas’ (SWIGGERS, 1998, p. 06). Nesse sentido, tal evolução na compreensão do termo nos revela que a ciência passou por um refinamento, não apenas teórico, mas também metodológico, uma vez que o grau de cientificidade se ampliou com a aplicação de novos métodos, além do histórico-comparativo, tivemos o método *crítico*, como o que foi concebido por Spaggiari e Perugi (2004) e Spina (1994). Outra questão decorre das metodologias adotadas pela ciência textual:

Do ponto de vista metodológico, de fato será difícil justificar uma clivagem entre a atividade filológica e a atividade linguística. Há, além disso, domínios de pesquisa em que a conjunção dos dois tipos de atividade é indispensável (SWIGGERS, 1998, p.11).

Ora, essa junção entre elas as une ainda mais, uma vez que passam a influir uma sobre a outra, interligando-as. Torna-

se oportuno reforçar: uma pesquisa baseada no aporte teórico-analítico e, ao mesmo tempo, filológico-linguístico, pode trazer resultados singulares.

Por fim, o autor defende que são ciências complementares. Em suas palavras, Swiggers (1998, p. 13) afirma: “A filologia e a linguística têm relações intrínsecas”. Mais adiante, reforça: “A filologia engloba a linguística, na medida em que é necessário fazer também *uma filologia da linguística*: a filologia toma, então, como objeto o discurso dos linguistas e, de modo bem particular, a sua terminologia descritiva” (SWIGGERS, 1998, p. 14-15, grifos do autor). Trata-se, então, de uma relação de “englobamento”, onde uma dá base aos argumentos da outra, que sua vez rediscute língua, linguagem e texto, buscando, nessa relação, descrever seus estados evolutivos (SWIGGERS, 1998).

Contudo, a separação entre as ciências não parece algo resolvido. Longe disso, pois como afirma Bassetto (2000, p. 01): “O conceito de Filologia não é unívoco; divergem muito os autores ao defini-la, ao determinar os limites de seu campo de atuação e até seu objeto de estudo”. Com isso em mente, Bassetto (2000) advoga a necessidade de uma revisão de literatura sobre as origens do termo se voltando para a Grécia Antiga, pois só assim será possível compreender o que tal ciência significou nos primórdios de sua constituição (Cf. BASSETTO, 2005, 2010).

Em termos etimológicos, diz o autor:

O termo ‘filólogo’, que certamente precedeu ‘filologia’ e ‘filologar’ (pouco usado), é encontrado inicialmente em Platão e em Aristóteles, mas o termo



é sem dúvida anterior. Significando etimologicamente 'amigo da palavra', encaixa-se na filosofia dos estóicos (BASSETTO, 2000, p. 01).

Nesse sentido, *filólogo* se referia, em sua origem, a um estudioso da *palavra oral*, buscando dela apreender o conhecimento. Na Grécia Antiga, no século V a. C., o termo se referia aquele que discursava com eloquência, que discutia o saber pela linguagem oral. Em seguida, com o advento da divulgação dos escritos helênicos, o filólogo passou a ser um estudioso também da *palavra escrita* (BASSETTO, 2000, 2005). Por ser a escrita uma fonte passível de conservação, tornou-se frequente o seu estudo por repetidas vezes e com isso, conseqüentemente, favorecia a releitura e crítica das mesmas passagens dos escritos (papiros e pergaminhos, por exemplo).

Enfim, Bassetto (2000) após fazer uma longa digressão sobre os muitos pensadores que comentaram o tema desde a antiguidade até os estudos mais recentes, traz a seguinte reflexão a partir de três fases. Na primeira delas, resume o autor o conceito de filólogo:

As primeiras ocorrências nos textos gregos dos séc. V e IV a.C. apresentam a acepção etimológica de 'amigo da palavra', isto é, aquele que gosta de falar ou de ouvir a palavra (BASSETTO, 2000, p. 20).

Ressalta o autor que esse conceito mudou conforme o foco que se deu, da palavra oral à palavra escrita, evidenciando uma conotação de erudição à medida que os filólogos se debruçavam sobre as obras clássicas, especialmente as literárias, a fim

de comentá-las, editá-las e fixá-las. Expressões como as de tagarela, erudito, culto, entre outras, lhes são atribuídas desde então (BASSETTO, 2000).

Na segunda fase, esclarece o autor que: “Com Eratóstenes de Cirene (275-194 a.C.), filólogo é sinônimo de sábio, pessoa de vasta cultura e conhecimentos em todos os ramos, expressos em muitos livros” (BASSETTO, 2000, p. 20). Nessa acepção, filólogo incorpora uma atribuição mais específica quanto ao estudo da palavra (*escrita, oral e ouvida*). Com o tempo, houve cada vez mais uma especialização do termo, porém seu uso em textos se tornou igualmente raro (BASSETTO, 2000).

Por último, na terceira, fase, lemos que no período do Renascimento (século XIV, para ser mais exato), houve uma retomada dos estudos greco-romanos, com a revisitação de obras clássicas em grego e latim, reacendendo os estudos filológicos, dando à ciência textual uma nova roupagem (BASSETTO, 2000). Dessa maneira:

[...] se fixa o conceito moderno, em sentido estrito, de filologia como *a ciência do significado dos textos*; e em sentido mais amplo, como *a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo ou de uma cultura com base em sua língua ou em sua literatura* (BASSETTO, 2000, p. 21, palavras do autor)

Esta nova acepção do termo é a que hoje vigora e da qual nos apoiaremos. Porém antes, devemos conhecer outras definições complementares. Dando continuidade as nossas discussões, Altman (2004), retoma os debates feitos por Koener (1997) e Swiggers (1998), resgatando os *contornos* que as duas ciências adquiriam ao longo das pesquisas da Alemanha, Portugal e

Brasil entre os séculos XIX e XX. Segundo a autora, os objetos analíticos sofreram significativas reformulações teóricas. A autora também se debruça sobre a noção de linguista e filólogo, seus métodos e modos de fazer ciência. Logo de início, fazendo releitura de discussão feita por Aryon Dall’Igna Rodrigues na abertura da ABRALIN de 1988, nos diz que a *Filologia* no Brasil significava o “*estudo científico de língua portuguesa*”, voltado para os estudos de textos medievais e até da linguagem falada em sociedades do campo (ALTMAN, 2004, p. 162, grifo nosso). E logo mais à frente, completa que:

[...] a busca de autonomia da disciplina Linguística no Brasil, no século XX, pode ser interpretada não apenas como uma ruptura institucional, mas também como uma ruptura intelectual, que imputou a toda tradição filológica que a antecedeu um valor pejorativo de conhecimento ‘ultrapassado’ (ALTMAN, 2004, p. 162).

Assim, nos anos 60, com a institucionalização dos estudos linguísticos em terras brasileiras, bem como com o fervilhar do *Estruturalismo* em Praga, o *Descritivismo* e o *Gerativismo* na América, a *Filologia* foi preterida, talvez porque grande parte dos pesquisadores estavam atrelados a um pensamento de que somente a *Linguística* era a verdadeira ciência da linguagem e que as demais fossem apenas disciplinas auxiliares, ou, ainda, porque cabia a *Linguística* o estudo da linguagem humana, coisa que as demais áreas e disciplinas não faziam. Houve neste ponto quase que um completo rompimento entre linguistas e filólogos (ALTMAN, 2004).

De acordo com a autora, até mesmo nomes como de Theodore Maurer Jr. , em 1967, saíram a criticar esse movimento separatista, uma vez que a maior alegação era de que a Filologia estava ultrapassada pela “Linguística Sincrônica”, sendo esta última a ciência por excelência (ALTMAN, 2004). Fomos, então, em busca da noção de *Filologia* mencionada pela autora, que fora extraída do artigo *Filologia portuguesa no Brasil*, de Megale e Cambraia (1999), que por sua vez reproduzem um fragmento de uma obra de Ivo de Castro, de 1992:

[...] ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, a sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais, o modo de editar os textos com respeito máximo pela intenção manifesta do autor (CASTRO, 1992, p. 124, *apud* MEGALE; CAMBRAIA, 1999, p. 01).

Com essa definição, conforme a autora, seria praticamente impossível de um linguista brasileiro se ver representado nessa definição. É, por assim dizer, um atestado de separação entre o fazer filológico e fazer linguístico. A partir dessa parte, a autora retoma o que Koener (1997) havia esclarecido em seu trabalho.

No Brasil se instaura três visões distintas do que seria a Filologia a partir de tradições: a tradição germânica (estudo histórico e literário), a tradição francesa (estudo histórico e literário) e a tradição anglo-saxônica (filologia comparada) (ALTMAN, 2004).

Enquanto que no tocante aos estudos de ordem linguística, afirma a autora que: “A emergência de um domínio autônomo de estudos linguísticos no Brasil está inevitavelmente ligada às contingências sociais, políticas e intelectuais da segunda metade do século XVIII e XIX europeus” (ALTMAN, 2004, p. 171), o que implica que aqui se avolumou são orientações teóricas vinda de Portugal, já que o país foi domínio português desde sua formação histórica.

É certo que o advento dos estudos histórico-comparados e da *Filologia Românica* - muitas vezes chamada de *Linguística Românica*, como afirmam Silvio Elia (2004) e Ilari (1999, 2018) - em muito contribuíram para uma aproximações entre as duas abordagens. Cabe então dizer que:

O que se observa é que a Filologia ampliou suas fronteiras de maneira tal a incorporar todos os ‘novos’ objetos linguísticos revelados pelos estudos comparados. Como resultado, o estatuto da(s) ciência(s) da linguagem se tornaria cada vez mais ambíguo e oscilante (ALTMAN, 2004, p. 174).

Ainda na atualidade parece impossível separá-las sem que se incorra em certos erros: afirmar que a língua não é objeto da Filologia não procede, uma vez que não se pode analisar um texto sem que se depreenda dele o seu significado; é igualmente impossível se fazer *Linguística Textual*, por exemplo sem o uso do texto como fonte de investigação.

Por fim, resumindo:

Seja sob a designação de Filologia Românica, seja sob a de Linguística Românica, o fato é que nunca pareceu palatável a qualquer romanista que se re-

conheça como tal, estudar uma língua desvinculada da sua literatura e, muito menos, descrever sua estrutura gramatical desvinculada daquele que a fala, e o mundo acadêmico luso-brasileiro não é exceção (ALTMAN, 2004, p. 189).

A separação entre as duas abordagens científicas longe de trazer quaisquer benefícios trariam, sim, consequências negativas para a busca pelo conhecimento. O renascimento dos estudos filológicos na atualidade trouxe significativos resultados – as muitas pesquisas recentes são amostras disso – sendo o maior deles a possibilidade que se desenvolveu, de junto com os estudos linguísticos, resgatar fontes antigas, extraído delas a língua, a história, a cultura, enfim, a própria sabedoria.

Na mesma linha que os autores anteriores, para Müller (2010), essa ciência tinha como maior qualidade a de *preservar* e *fixar* textos antigos. Foi também utilizada para “designar os homens eruditos que se debruçavam nas ciências da linguagem – os chamados filólogos: amigos da palavra” (MÜLLER, 2010, p. 149), o que reforça as definições mencionadas.

Sacramento e Nascimento (2019, p. 475), por seu turno, problematizam a conceituação do seguinte modo:

A Filologia, campo de estudo que abrange práticas de crítica, interpretação e edição diversas, costuma ser compreendida como uma ciência ancilar das pesquisas e de áreas que possuem interesse histórico, a saber: a História, a Linguística etc. Isso se deve a pelo menos dois motivos: (i) **a construção decópus**: os estudos filológicos, por meio de leitura paleográfica e da crítica textual produziram transcrições e edições dos textos representativos

para cada tipo de trabalho; (ii) **a objetividade científica dos dados**: a promessa de que o texto filologicamente cuidado garantiria a fidedignidade do original que foi transformado pelas diversas cópias ou pelo texto autoral que também sofreu alguma intervenção não consentida (grifos dos autores).

Sobre os destaques dos autores, sabemos, pois, que de fato os estudos filológicos trazem garantias de os dados ou textos coletados sejam de procedência confiável e fidedigna, uma vez que passaram pelo crivo avaliativo e exame apurado de um ou mais filólogos. Nesse sentido, a *Filologia* acabou por servir aos propósitos da *Linguística*.

No tocante à formação acadêmica de um linguista, é fato de que nem sempre lhe é garantido o conhecimento sobre línguas antigas (como o *gótico*, por exemplo) ou clássicas (a exemplo do *grego koinê*, *hebraico bíblico* ou *latim clássico*). Por outro lado, o filólogo recebe – ou pelo menos deveria ter recebido – uma formação básica ou até avançada em línguas como essas, a fim de que possa desenvolver as habilidades de tradução, praticar a cópia, transcrição ou transliteração manuscrita ou digital, bem como possa produzir estudos críticos sobre os textos escritos nesses idiomas.

Contudo, não queremos aqui dizer que o linguista não possa fazer as mesmas tarefas ou que não possa ter as mesmas habilidades, mas que o foco investigativo é muito diferente. De um lado, o linguista costuma trabalhar, geralmente, com línguas orais, isto é, *ágrafas*, ou línguas modernas escritas, do outro, o filólogo se detém ao estudo dos textos em diferentes línguas antigas, arcaicas ou até obscuras, com outros objetivos. Em síntese: “O trabalho filológico tem por objetivo a reconstituição

de um texto, total ou parcial, ou a determinação e o esclarecimento de algum aspecto relevante a ele relacionado (BASSETTO, 2005, p. 43).

Por fim, cabe trazemos à lume a definição que acreditamos resumir o essencial da *Filologia*. No *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), encontramos um detalhamento sobre a definição do termo, o qual reproduzimos na íntegra:

1. O estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos;
2. O estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos;
3. O estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas (p. ex., filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica;
4. O estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.), esp. para a edição de textos.

Conforme lemos nesse verbete, a ciência do texto compreende desde o estudo das civilizações que empregaram uma dada língua, o exame rigoroso de escritos antigos e modernos, a análise científica desses escritos até o estabelecimento da auten-



ticidade de tais documentos. Por essa razão, acreditamos que o aparato teórico-metodológico da *Filologia*, unido ao da *Linguística Histórica* nos permitirá fazer uma análise pormenorizada da língua latina utilizada por Sanches. Na seção que segue, nos dedicaremos a definir Linguística Histórica.

### 3.2.2 Linguística Histórica

Em nossa apreciação da *Linguisticae* suas áreas conexas, nos esforçaremos para não adentrarmos em questões mais polêmicas sobre essa ciência. Por isso, faremos a distinção entre *Linguística Histórica*, *Linguística Geral* e *História da Linguística*. Nos deteremos em uma exposição objetiva de conceitos relevantes ao nosso estudo, bem com trataremos da relação direta que existe em o método histórico-comparativo e Filologia Românica.

Em nosso ponto de vista, apoiamo-nos nos argumentos de Faraco (2006), para quem a Linguística Histórica determinou o surgimento da linguística românica. E nesses termos, aceitamos a hipótese que Faraco replica: a criação do método comparativo foi o fator decisivo para a investigação do parentesco entre as línguas e, conseqüentemente, o estudo das variantes do latim vulgar.

Mas, antes de aprofundarmos essa questão acima, estabelecamos a distinção entre a Linguística e suas partes correlatas.

Silvio Elia (1978) divide a ciência da linguagem em duas partes: na primeira, cujo nome é *Linguística Histórica*, é uma área que se dedica a investigação da língua em uma perspectiva evolutiva, isto é, observa a língua sob a óptica diacrônica, tratando

de historicidade; na segunda, a *Linguística Geral*, prioriza-se uma investigação sincrônica da língua, ou seja, de estados da língua (ELIA, 1978).

É dessa segunda parte que trata o *Curso de Linguística Geral*, obra atribuída a Ferdinand de Saussure (2012). Nesta obra, e muitas outras similares (MARTELOTTA, 2008; CABRAL, 1974), que vemos uma exposição de temas como: definição da Linguística, suas divisões e vertentes, natureza da língua, signo linguístico, dupla articulação da linguagem, fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, variação e mudança linguística, entre outros temas.

A importância da *Linguística Geral* não é discutida, todavia, para nosso empreendimento, esse olhar geral sobre a língua não nos traria melhores rendimento sobre *Quod Nihil Scitur*. A distinção que apontamos serve para decidirmos qual área da linguística tomaremos como ponto de partida para nosso estudo.

Tal obra apresenta um latim que reflete as mudanças de sua época. Assim sendo, por meio do arcabouço teórico da Linguística Histórica, podemos investigar esse latim, observando quais os fatores externos e internos determinaram as formas que palavras tomaram, ou seja, as mudanças que o latim passou. É por meio dessa área que poderemos verificar a presença de marcas do romance castelhano ou de qualquer outro romance no texto.

Além das diferenças apontadas por Silvio Elia (1978), Assis *et al.* (2011) estabelecem outra distinção, dessa vez entre e *História da Linguística e Linguística Histórica*:

A primeira resgata os momentos iniciais da Linguística, a ciência da linguagem, buscando compreender suas práticas, conceitos e temas. Nessa perspectiva, conhecemos os teóricos que investigaram cientificamente a língua, os conceitos defendidos por esses teóricos, bem como as várias abordagens em que se enquadram suas teorias. Trata-se, portanto, de estudar a origem e o desenvolvimento da Linguística. Já a *linguística histórica* ocupa-se das mudanças fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais que ocorrem numa língua ou família de línguas, ao longo do tempo (ASSIS *et al.*, 2011, p. 14).

Os trabalhos *História da linguística*, de Denilson Matos (2007), *História da linguística*, de Câmara Júnior (2011b) e *História concisa da linguística*, de Bárbara Weedwood (2014) pertencem evidentemente ao campo da história da linguística, enquanto que os trabalhos de Faraco (2006), Assis *et al.* (2011), Gabas Jr (2012) e Mattos e Silva (2008) pertencem ao campo da Linguística Histórica. Diferentemente desses, há estudos que se dedicam da linguagem em uma perspectiva historiográfica (BATISTA, 2013).

Nosso estudo seguirá o segundo modelo teórico, haja vista que o olhar sobre a história dessa ciência em nada agregaria a nossa pesquisa. Todavia, quando necessário, recorreremos à historiografia da linguística a fim de preencher lacunas ou esclarecer temas obscuros entorno da obra de Sanches.

Estabelecida a distinção entre *Linguística Histórica*, *Linguística Geral* e *História da Linguística*, esse é o momento para aprofundarmos a definição da primeira. No quinto capítulo de

seu livro, intitulado *História da nossa disciplina*, Faraco sintetiza a área:

Costuma-se dizer que a linguística histórica — compreendida como a reflexão sobre as mudanças das línguas no eixo do tempo, sistematicamente realiza dentro dos pressupostos da prática científica moderna (em especial, a fundamentação empírica e a construção de modelos teóricos) — nasceu aproximadamente há 200 anos, nos fins do século XVIII (FARACO, 2006, p. 128).

Passados esses 200 anos, sob o método histórico e comparativo entre línguas, a Linguística Histórica tem se estabelecido cada vez mais. Muitos estudos foram realizados (MATTOS E SILVA, 2008). Sobre a história dessa área, completa Faraco (2006, p. 129):

Esses dois séculos podem ser vistos como divididos em dois grandes períodos: o primeiro — que vai de 1786 até a publicação do manifesto dos neogramáticos em 1878 — é o período da formação e consolidação do método comparativo. O segundo — que vai de 1878 até os dias de hoje — é o período de contínua tensão entre duas grandes linhas interpretativas [...].

Nessa primeira fase, temos estudiosos de grande envergadura, entre os quais, podemos citar: Friedrich Schlegel (1772-1829), Franz Bopp (1791-1867), William Jones (1746-1794), Jacob Grimm (1785-1863), Ramus Rask (1787-1832), Friedrich Diez (1794-1876), August Schleicher (1821-1868), Herman Osthoff (1847-1909), Karl Brugmann (1849-1919), Karl Verner (1846-

1896), entre muitos outros. São esses alguns dos nomes que, como afirma Faraco (2006), foram um “divisor de águas” com seus tratados, “de um lado, pela crítica aos antecessores, da qual resultou em maior rigor em certos procedimentos metodológicos; de outro, pela direção que acabou imprimindo à linguística histórica a partir daí” (FARACO, 2006, p. 139).

Na segunda fase, os procedimentos metodológicos se aprimoraram e o método histórico tornou-se a ferramenta essencial para a investigação e comparação entre os idiomas, especialmente aqueles oriundos da latina.

Ainda Faraco (2006, p. 129-130), estabelece a diferenciação entre as duas linhas interpretativas:

[...] uma mais imanentista, que — continuadora, de certa forma, do pensamento neogramático e caudatária do estruturalismo e, depois, do gerativismo — vê a mudança como um fato primordialmente interno, isto é, como um acontecimento que se dá no interior da língua e condicionado por fatores da própria língua. A outra, mais integrativa, que — enraizada nos primeiros críticos dos neogramáticos e fundada nos estudos de dialetologia e, depois, de sociolinguística — entende que a mudança deve ser vista como articulada com o contexto social em que se inserem os falantes, isto é, como um evento condicionado por uma conjunção de fatores internos (estruturais) e externos (sociais).

O ponto de vista que adotamos segue a segunda orientação. Defendemos que as estruturas da língua são moldadas pelo contexto de uso desse sistema. A estrutura está a serviço das funções que a língua desempenha. As mudanças que uma dada

língua sofre tem sua origem tanto internamente quanto externamente. Em outras palavras, as mudanças são ocasionadas pelos fatores estruturais e sociais, como aponta Faraco.

De volta à definição da área, Mattos e Silva (2008, p. 08) afirma que:

Tradicionalmente, define-se a linguística histórica como o campo da linguística que trata de interpretar mudanças — fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais — ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinado espaço geográfico e em determinado território, não necessariamente contínuo.

Isso coaduna com a discussão anterior. O objeto de estudo dessa área é a *mudança linguística*, o que corrobora com a definição apresentada por Gabas Jr. (2012, p. 85):

A linguística Histórica estuda os processos de mudança das línguas no tempo. Os estudos históricos, principalmente os desenvolvidos a partir do século XIX com o latim, o grego e o sânscrito, são tão importantes em linguística que a própria disciplina, a Linguística, afirmou-se como ciência a partir deles.

Assim, através do estabelecimento do método histórico-comparativo, esses processos de mudanças foram mais bem estudados. Entendemos por mudança linguística as alterações que ocorrem no interior de um sistema linguístico, a língua. Para Gabas Jr. (2012, p. 89), tais alterações podem ocorrer em virtude de três fatores: “a) as mudanças são lentas e graduais; b) elas são parciais, envolvendo apenas partes do sistema lin-

guístico e não o seu todo; c) elas sofrem influência de uma força oposta, a força de preservação da intercompreensão”.

De acordo com Mattos e Silva, a mudança linguística é fruto das relações externas e internas à língua. Sob esse viés, ao tratamos do latim em *Quod Nihil Scitur*, devemos procurar no texto (e além dele), as possíveis intervenções de Sanches. Alguns questionamentos surgem dessas reflexões: Até que ponto o uso de determinadas formas segue o padrão canônico estabelecido pelos gramáticos latinos? Não haveria aí marcas do estilo de Sanches como falante de outro idioma? Para responder a essas e outras questões, buscaremos no texto evidenciar a morfologia das construções, procurando nelas similaridades/diferenças entre o *latim clássico* e o latim vulgar.

A Linguística Histórica compreende, ainda, duas vertentes: linguística histórica *lato sensu* e linguística histórica *stricto sensu* (MATTOS E SILVA, 2008). “A primeira inclui todo estudo linguístico que trabalha com dados datados e localizados, portanto, historicamente contextualizados” e “a segunda concentra-se na mudança linguística no tempo, considerando fatores intralinguísticos ou estruturais e fatores extralinguísticos ou sócio-históricos” (ASSIS *et al.*, 2011, p. 14). Esta última vertente trabalha com duas orientações: a Linguística Histórica sócio-histórica e a linguística diacrônica associal (MATTOS E SILVA, 2008).

Nossa investigação, portanto, se concentrará nos fatos internos à língua e, por isso, abordará os dados coletados sob a perspectiva tanto em sentido amplo (*lato sensu*) quanto em sentido estrito (*stricto sensu*), objetivando, com isso, realizar uma discussão acurada do *corpus*.

Além disso, segundo Carboni (2008), a Linguística Histórica não defende o estudo da origem da linguagem, mas o estudo das transformações que uma dada língua sofre. E sua área de abrangência vai da *história interna* (as mudanças internas que um dado sistema passa) à *história externa* (as mudanças externas à língua, ou seja, acontecimentos históricos, políticos, sociais e culturais que exercem influência sobre uma língua) (COUTINHO, 1981; FARACO, 2006; MATTOS E SILVA, 2008; ASSIS *et al.*, 2011).

Dito de outro modo: “Tradicionalmente, a história da língua é estudada sob duas perspectivas: a *história externa* — abrange acontecimentos políticos, sociais e culturais, que repercutem na língua; e a *história interna* — que descreve a evolução fonética, morfológica, sintática e semântica da língua” (ASSIS *et al.*, 2011, p. 15).

A partir do já estabelecido, além do conhecimento do latim e suas variedades, devemos também conhecer a história envolta de Sanches: aspectos biográficos relevantes, influências recebidas de autores, áreas ou leituras, informações acerca da época na qual o autor viveu podem ser interessantes, especialmente no tocante à fase do latim empregado nos textos da época. O conhecimento exato da modalidade do latim empregado pelo autor será determinante para nossos julgamentos sobre a obra.

Por hora, nos detenhamos um pouco mais no estudo da Linguística Histórica e sua relação com a Filologia Românica. Na seção a seguir traçaremos melhor essa interseção.

### **3.2.2.1 Da definição ampla de Linguística Histórica e seu objeto de estudo**



A *Linguística Histórica* é uma disciplina que investiga, entre outras questões, os principais processos de mudança que as línguas passam (GABAS JR., 2012), ou seja, seu objetivo é descrever os fatos históricos da língua/linguagem, com ênfase nessas mudanças (BANZA; GONÇALVES, 2018; FARACO, 2006; CONTRERAS; MUÑOZ, 1977).

Em outros termos, “a Linguística histórica trata principalmente das mudanças da língua no curso do tempo” (ANDERSEN, 1973, p. 09, tradução nossa), portanto, busca analisar todos e quaisquer princípios que subjazem as mudanças, bem como suas motivações, sejam de ordem interna (sistemática) ou externa (social), com o objetivo de compreender “como e por que muda a língua” (ANDERSEN, 1973, p. 30, tradução nossa). Posicionamento também ancorado nas palavras de Muñoz (1978, p. 30, tradução nossa): “A linguística histórica, sem dúvida, se preocupa com o estudo das línguas em curso do tempo. Estuda as formas em que as línguas mudam de um período a outro e se preocupa com as causas e resultados destas mudanças”.

A vertente da Linguística História a qual nos filiamos segue os princípios adotados por, entre outros autores: Coutinho (1981), Andersen (1973), Martinet (1975), Contreras e Muñoz (1977), Muñoz (1978), Coseriu (1978), Faraco (2006), Gabas Jr. (2012), Banza e Gonçalves (2018). A razão de termos Coutinho, Gabas Jr e especialmente Faraco juntamente com Banza e Gonçalves e, em especial, Coseriu e Andersen, reside na seguinte configuração do quadro teórico: os autores brasileiros, ao tratarem do fenômeno da mudança linguística, realizam uma investigação centrada em certas características, mais especificamente,

centrados numa perspectiva mais externa do que interna; por outro lado, os estrangeiros (Coseriu e Andersen mais explicitamente) tratam do fenômeno com ênfase nas questões de ordem interna, isto é, investigam o fenômeno observando as alterações estruturais e apontam outras questões preteridas por outros pesquisadores. Desse modo, as duas perspectivas se complementam.

Segundo essa nossa postura, uma pesquisa como a que nos propomos a executar, deve se voltar para o sistema linguístico, observando, por exemplo, a gradualidade das mudanças, diferentes tipos de metaplasmos, formas vulgares presentes em textos escritos, etc., levando em considerações a força externa nessa ação. Contudo, não descartamos a importância de outras abordagens teóricas, porém essa é a mais adequada aos nossos propósitos.

Partimos, assim, de alguns pressupostos fundamentais: primeiramente, da noção de *língua histórica*, isto é, a compreensão de língua enquanto um sistema funcionalmente estabelecido. Na obra *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico*, Eugenio Coseriu (1978, p. 30) diz que é preciso entender que “a língua não funciona *porque* é sistema, senão, ao contrário, é sistema *para* cumprir uma função, para corresponder a uma finalidade” (tradução nossa).

Em segundo lugar, aceitamos o pressuposto de que a língua falada está sujeita às variações e, conseqüentemente, às mudanças. Daí termos afirmações como a que fazem Banza e Gonçalves (2018) no *Roteiro de História da Língua Portuguesa*, quando afirmam que toda e qualquer língua está em constante processo de mudança, de maneira que quaisquer partes da estrutura do sistema é passível de mudança.

Martinet (1975) e Faraco (2006), apesar dos diferentes enfoques teóricos que adotam, também defendem que as línguas passam por sucessivas alterações que podem atingir quaisquer partes do sistema da língua. Não obstante, é válido ressaltar que os falantes não estão cômnicos dessas alterações por que passam essas línguas (GABAS JR., 2012).

Nesse sentido, as mudanças pelas quais passou o *latim vulgar*, evidentemente, não puderam ser percebidas pelos romanos, porquanto que toda e qualquer mudança é *contínua, lenta e gradual, regular, parcial* e não atinge todo o sistema da língua e a força da *intercompreensão* prevalece (GABAS JR., 2012; FARACO, 2006). Um falante não se dá conta de uma mudança estabelecida, muito menos de variações linguísticas em processo de mudança. Com razão afirma Martinet (1975, p. 177) que “ninguém tem a impressão de que a língua que fala se modifique durante sua vida ou de que não se exprimam de maneira uniforme as várias gerações coexistentes”.

Em um estudo que pretende abordar questões filológico-linguística a partir do texto latino de Sanches, faz-se necessário a compreensão de como as mudanças se processam e quais os principais tipos, tendo em vista a análise linguística que se fará mais adiante.

De modo geral, as mudanças podem ocorrer nos mais variados níveis do sistema linguístico, podendo ser:

- (1) Mudanças de som (nível: *fonético-fonológico*) representadas pelas alterações de natureza estrutural (*metaplasmos*);
- (2) Mudanças gramaticais (nível: *morfológico-sintático*) representadas pelas alterações no sistema gramatical da língua;

(3) Mudanças semânticas (nível: *semântico-discursivo*) representado pelas alterações de sentidos, surgimento de palavras (neologismos), empréstimos e estrangeirismos na língua;

(4) Analogia<sup>15</sup> (níveis: *fonético-fonológico* e *morfológico-sintático*) representados pelos casos em que pouco se podem precisar a mudança ocorrida, sendo, muitas vezes, os casos em que mais de uma alteração se efetuou;

Conforme assinala Faraco (2006), acrescentemos:

(5) Mudanças pragmáticas (nível: *uso/discursivo*) que são os diferentes usos da língua, que se adequam as necessidades comunicativas;

(6) Mudanças lexicais (nível: *léxico*) representados pela composição lexical, especialmente sua origem e constituição.

Em relação à *mudança de som*, destacamos as alterações denominadas *metaplasmos*, que, *grosso modo*, podem ser definidas como toda e qualquer alteração da língua que envolva seus seguimentos distintivos, isto é, os fonemas (GABAS JR., 2012). Os *metaplasmos* são, portanto, “modificações fonéticas que sofrem as palavras na sua evolução” (COUTINHO, 1981, p. 142). Em nossas análises certamente necessitaremos de conhecer tais *metaplasmos*, recorreremos sempre que possível as definições contidas em Coutinho (1981), com sua rica e ampla gama de exemplificações de amostras do *latim clássico* e vulgar.

Essas mudanças, segundo a literatura sobre historiografia da teoria gramatical, podem ocorrer em virtude do acréscimo, supressão, transposição, troca, permuta ou descolamento de um fonema no interior de um vocábulo (SOUZA, 2019b). Dito de outra maneira, “verificamos que elas são motivadas pela troca, pelo acréscimo, pela supressão de fonema e ainda

---

<sup>15</sup>Conforme Gabas Jr. (2012, p. 95): “Muitas mudanças linguísticas não podem ser explicadas exclusivamente em termos de mudança de som. Certos tipos de mudança são mais apropriadamente agrupados sob a denominação de analogia”. Por ser esse um tema de estudo declaradamente de teor neogramático, não vemos aqui razões para nos alongarmos em mais discussões sobre isso.

pela transposição de fonema ou de acento tônico” (COUTINHO, 1981, p. 143).

Na outra esteira, as *mudanças gramaticais* envolvem ajustes na sintaxe da estrutura. Na língua latina, por ser uma língua onde a morfologia induz a sintaxe, isto é, a forma que uma dada palavra se apresenta indica a função sintática que ela desempenha na estrutura, é preciso conhecer o sistema de casos, sua morfologia, portanto (GARCIA, 2008). Faraco divide esse tipo de mudança em *morfológicas* e *sintáticas*, tendo a primeira como as mudanças que ocorrem com a forma/estrutura das palavras e a segunda, com ênfase na organização da cláusula e suas regras de posicionamento dos constituintes (FARACO, 2006).

Em termos gerais,

Por mudança gramatical deve ser entendido todo processo que tem como resultado uma mudança no sistema gramatical de uma dada língua, seja no âmbito morfológico, seja no sintático. Os processos de mudança gramatical se distinguem, assim, dos processos de mudança de som e de analogia descritos anteriormente pelo fato de, nos últimos, nenhuma alteração gramatical ser produzida como resultado da mudança (GABAS JR., 2012, p. 97).

No que se refere às *mudanças semânticas*, a ênfase no estudo de formas advindas de outros sistemas linguísticos, isto é, de outras línguas, pode propiciar a identificação de empréstimos linguísticos. Em nossa pesquisa, buscamos exatamente identificar quais são as formas originárias das línguas românicas inseridas no texto latino de Sanches. Estas mudanças são, ao nosso ver, cruciais para nosso propósito.

As *mudanças pragmáticas* se referem aos “usos dos elementos linguísticos em contraste com o estudo das propriedades estruturais desses elementos” (FARACO, 2006, p. 41-42). Envolve os diferentes empregos das construções da língua, isto é, sua função pragmática dentro de determinados contextos linguísticos. Observar esse tipo de mudança requer a compreensão de todo o contexto de uso da língua, principalmente as questões interativas, discursos e especialmente avaliação dos envolvidos colhidos a partir dos textos, caso a investigação se dê em uma abordagem diacrônica e do discurso.

Por fim, resta mencionar que a *mudanças lexicais*, de acordo com Faraco (2006), envolvem tanto a origem quanto composição do léxico, além de questões relacionadas ao contato linguístico. Nesse ponto, a definição do autor retoma a proposta de Gabas Jr. Temos, então, certa similaridade entre as *mudanças semânticas*, de Gabas Jr., e *mudanças lexicais*, de Faraco.

Resta, ainda, dizermos que:

A percepção das mudanças não se dá apenas pelo contraste entre manifestações linguísticas afastadas no tempo (o que chamamos de *mudanças em tempo real*). É também possível detectar fenômenos de mudança concentrando nossa atenção no tempo presente (o que chamamos de *mudança em tempo aparente*) (FARACO, 2006, p. 21, grifos do autor).

Com esse raciocínio, em nosso estudo, nos concentraremos em mudanças do tipo “tempo real”, uma vez que para identificarmos formas escritas em *latim vulgar* compararemos com outras formas atestadas em textos anteriores, textos em *latim clássico*, ou outras fontes em *latim vulgar*, ou em dicionários que comprovem a grafia de tais vocábulos.

Em uma abordagem histórica da mudança linguística, devemos levar em conta que um texto (tratado filosófico) como o de Sanches, encontraremos o emprego consciente de certas formas escritas que, muitas vezes, correspondem ao uso da época ou período em que o texto foi produzido. Nem tudo o que constar no texto refletirá “erros” do tipo *gramatical* ou *ortográfico*, apesar da existência de uma errata. A presença de possíveis “erros” deve ser observada com acuidade, tendo em vista que Sanches não era um gramático e, portanto, não tinha a pretensão de ser prescritivista em relação a língua latina. Seu propósito, acima de tudo, é de cunho filosófico e científico.

Os cinco tipos de mudança aqui elencados podem ser detectados na obra sancheana, mas para isso, temos de eleger um *instrumento linguístico* adequado ao nosso intento. No tocante às questões gramaticais da língua latina, poderíamos supor que obras recentes, completas, dariam cabo de nossos questionamentos. No entanto, ao nosso ver, uma gramática mais próxima ao texto latino de *Quod Nihil Scitur* será muito mais proveitosa, dada as características textuais, das quais mencionaremos aqui.

Assim sendo, elegemos a *Grammatica latina: novamente ordenada, e conuertida em portugues pera menos trabalho dos que começã aprender*, escrita por Domingos de Araujo (Araújo, em grafia moderna), uma gramática de 1627 (início do século XVII), a qual foi discutida em trabalho anterior (SOUZA, 2017).

Entre a publicação de *Quod Nihil Scitur*, em 1581, e a publicação da *Grammatica latina* de Araujo, em 1627, temos um período de 46 anos, um tempo que nos permite observar e realizar o contraste entre as manifestações da língua, daí o emprego da noção de “tempo real”. E por se tratar da língua latina, a qual tem uma gramática plenamente estabelecida desde o I século a.

C., esse instrumento de Arauio será de grande valia, pois apresenta rudimentos das regras de constituição dos casos latinos, entre outras questões igualmente pertinentes.

Além disso, esse instrumento apresenta uma escrita similar ao texto de Sanches, com as mesmas configurações: aparência da textura de papel, cor dos fólhos e dos grafemas, formas/tipos de letras, estrutura textual etc., tudo o que poderíamos dispor como amostras de recurso tipográfico. Isso nos permite avaliar com mais precisão o texto da obra, haja vista estarmos diante de outro texto com características próximas, mesmo que escrito em língua portuguesa.

O uso de língua vernácula por Arauio só comprova o que já se discutiu por Ilari (1999, 2018), quando menciona o emprego das línguas românicas como línguas nacionais. As línguas neolatinas suplantaram o uso do latim na escrita e obras como as gramáticas da língua clássica deixaram de ser escritas naquela língua, passando a serem produzidas nas próprias línguas ditas vulgares, isto é, românicas.

A estrutura morfológica da língua latina, conforme assinalam os textos clássicos, nos indicam, por exemplo, que o uso dos casos latinos em *latim clássico* representava muito mais que recurso estilístico, era uma “economia linguística”, para empregarmos palavras de Martinet (1975). Assim sendo, alterações morfológicas nos casos podem ser avaliadas sobre a perspectiva histórica da mudança aqui adotada, sejam elas de natureza *fonético-fonológica*, *morfológico-sintática*, *semântico-discursiva* ou *lexical*.

### 3.2.2.2 Metaplasmos

As alterações fonéticas ressaltadas por Coutinho surgiram em virtude dos *metaplasmos* que ocorreram no interior da



estrutura da língua. Por *metaplasmos* entendemos um fenômeno linguístico estrutural, isto é, “[...] uma mudança na estrutura de uma palavra, ocasionada por acréscimo, remoção ou deslocamento dos sons de que ela é composta. Na mudança do latim em português é possível detectar alguns metaplasmos que agiram com regularidade nessa transformação” (BAGNO, 2007, p. 08).

De acordo com Bagno (2007), os metaplasmos podem ser de quatro naturezas: (a) **por acréscimo** (*prótese, aglutinação, epêntese, paragoge*); (b) **por supressão** (*aférese, deglutinação, síncope, apócope, crase, sinalefa*); (c) **por transposição** (*metátese, hipértese, hiperbibasmo*) e (d) **por transformação** (*vocalização, consonantização, nasalação, desnasalação, abrandamento, palatalização, assibilação, assimilação, dissimilação, apofonia, metafonía*).

É difícil delimitar com precisão quantos e quais foram os metaplasmos que atuaram nas modificações do latim ao português, mas é certo de que não foram poucos. As alterações fonéticas variaram de pequenas supressões de fonemas iniciais ou finais até o apagamento de desinências inteiras. Ex.: *amat*>*ama*; *caelum*>*caelu* >*céu*. Em outros casos, a transposição ou acréscimos de fonemas mudou parcialmente ou completamente a estrutura das palavras. Ex.: *semper*>*sempre*; *stella*>*estrela*. Os exemplos são os mais variados (COUTINHO, 1981).

No tocante as questões estruturais, algumas considerações devem ser feitas: **Morfologia** — o *latim clássico* possuía cinco declinações, com seis casos latinos (nominativo, genitivo, dativo, ablativo, acusativo e vocativo); cada um deles exercia uma ou mais funções sintáticas: (a) nominativo: sujeito/predicativo do sujeito; (b) genitivo: adjunto adnominal restritivo; (c) dativo: objeto indireto; (d) ablativo: adjunto adverbial

/ agente da passiva; (e) acusativo: objeto direto e (f) vocativo: interpelação (PEREIRA, 1919; GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010).

No *latimvulgar*, esse sistema organizado de declinações entra em completo declínio. Dos seis casos, somente dois resistiram por algum tempo: o *nominativo* e o *acusativo* (com e sem preposição). Na língua portuguesa as funções exercidas por esses casos permanecem como no latim, isto é, as funções de sujeito / predicativo do sujeito, objeto direto / indireto fazem partes dos termos essenciais e integrantes da oração (PEREIRA, 1919; COMBA, 1991).

Outra mudança significativa na língua serão as reduções morfológicas. Muitas das desinências dos casos latinos (12 formas por palavra, sendo substantivo e 36 formas, sendo adjetivo triforme) irão deixar de existir. Entre essas quedas de desinências, vemos mais claramente as dos casos acusativos em quatro declinações: **-am** (1ª declinação), **-um** (2ª declinação), **-em** (3ª declinação) e **-um** (4ª declinação).

Com as mudanças na estrutura da língua, isto é, com a queda de grande parte das desinências de casos na passagem do *latim clássico* para o *latim vulgar*, a ordem dos constituintes da oração se tornou cada vez mais rígida. Sobre isso, podemos formular alguns juízos sobre a sintaxe latina: **Sintaxe** — a ordenação sintática dos termos da oração no *latim clássico* era determinada pela morfologia das formas, de maneira que, os casos e respectivas funções sintáticas, geralmente, não se alteravam com mudança na posição (PEREIRA, 1919). Assim, um romano diria:

(a) **S-O-V**: *Deus Paulum amat*; ou

(b) **S-V-O**: *Deus amat Paulum*; ou ainda

(c) **O-S-V**: *Paulum Deus amat*, ou até mesmo

(d) **V-O-S**: *amatPaulum Deus*.

Nas quatro sentenças, a tradução “Deus ama Paulo” ocorre sem qualquer perda no significado. Contudo, não se pode acreditar que a mobilidade da sintaxe era algo desprezioso ou aleatório. Havia, sim, uma ordem natural baseada na própria índole da língua, assim sendo, a sequência **S-O-Vem** “a” era de uso frequente (GARCIA, 2008; GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010).

Ao traduzirmos uma sentença para português devemos inserir artigos, por exemplo, quer fossem definidos ou indefinidos, quando necessários. É fato notório que a língua dos romanos carecia da categoria linguística *artigo*, como atestam Assis *et al.* (2014) e Garcia (2008). De acordo com as autoras, no lugar do uso de artigos com fazemos, os romanos empregavam no latim vulgar os pronomes demonstrativos, por exemplo, *ille*, *illa* e *illud* (cujos significados eram, geralmente: *ele*; *ela*; *o*; *a*; *aquele*; *aquela*; *aquilo*). Na passagem da modalidade clássica para a vulgar, certos usos inovadores surgiram, como no exemplo a seguir:

a) **Latim clássico**: *liber* (em nominativo, traduzido por “o livro” ou “um livro”);

b) **Latim vulgar**: *illu[d] libru* ou *unu libru* (com desinência indefinida, mais pronome demonstrativo ou numeral, traduzido por “o livro” ou “um livro”).

Dessa maneira, o que antes era menos rígido torna-se uma ordem fixa, em que o “artigo” neológico tem a posição an-

tecedente obrigatória. O *latimvulgar* inicia um processo de enriquecimento de sua estrutura interna que impedirá que os falantes modifiquem as posições dos elementos linguísticos em uma dada sentença. Com a inserção de *artigos* e o uso de *preposições* e *conjunções*, ao invés dos casos acusativo, dativo ou ablativo, por exemplo, tornou o idioma analítico, perdendo seu caráter sintático. Voltaremos a discutir sobre a ordenação sintática quando tratarmos mais especificamente das características do *latim vulgar*.

Na próxima seção daremos ênfase à dualidade entre os dois princípios que regeram o *latim clássico* e *latimvulgar*: sintetismo e analitismo. Apresentaremos, ainda, as categorias morfológico-funcionais dos nomes latinos.

### 3.2.3 Filologia Românica

De acordo com Coutinho (1981) e Silveira Bueno (1946) os estudos filológicos podem ser de duas naturezas: (a) *o estudo comparado entre línguas clássicas* (denominada *Filologia Clássica* ou *Comparada*) e (b) *o estudo voltado para romances originários do latim vulgar* (denominada *Filologia Românica*).

No dizer de Silveira Bueno (1946), a *Filologia Clássica* se debruça sobre os poetas e prosadores romanos e helenos, seja em estudos separados (daí *clássica*) ou em conjunto (donde *comparada*), tanto sobre as línguas quanto às literaturas. Doutro lado, a *Filologia Românica* se volta para o estudo das variedades do latim, especialmente a variedade vulgar. O autor ainda destaca que quantas forem as “civilizações” quantas serão as “filologias” (italiana, provençal, portuguesa, espanhola, etc.) (SILVEIRA BUENO, 1946). Nos termos de Miazzi (1972, p. 15), cabe

a Filologia Românica o “estudo das línguas românicas, desde as origens mais remotas até as fases atuais”.

Antes de prosseguirmos nessa linha de raciocínio, voltemos um pouco ao passado e conheçamos as bases que fomentaram o nascimento da Filologia Românica. Sobre sua origem, cabem aqui as palavras do celebre livro *Ensaio de Filologia e Linguística*, de Sílvio Elia (1975):

Foi o Romantismo o maior acontecimento espiritual do Ocidente nos tempos modernos. Vários autores já o têm assinalado: não se trata simplesmente de um movimento literário ou estético e sim da irrupção de uma tábua de valores que atingiu todos os domínios do pensamento humano, o artístico como o científico, o político como o religioso[...]. Tem, pois, toda a procedência indagar das relações do Romantismo com a Filologia. E mais: veremos que a própria constituição da Linguística como ciência se realizou ao bafejo do espírito romântico (ELIA, 1975, p. 13).

O *Romantismo* não foi de maneira alguma um simples movimento da literatura universal. Foi, na verdade, uma revolução muito além da literária atingindo até mesmo o pensamento humano. A efervescência de um novo espírito que nutria os homens na Idade Média toma força no movimento intelectual seguinte, o *Renascimento*, gerando, desse modo, mudanças na política, ideologia e na sociedade como um todo.

Em consonância com Silvio Elia, Benedek Elemér Vidos (2001) declara outros fatos relevantes sobre o movimento romântico em seu livro *Manual de Linguística Românica*, acrescentando que:

No clima espiritual criado pelo romantismo alemão, surgiram, no final do século XVIII, a Filologia Germânica, a Filologia Românica e a Linguística Moderna. O interesse e a admiração dos românticos alemães por tudo que era exótico e medieval fizeram que não só se ocupassem da civilização e da literatura da antiga Índia e estudassem o sânscrito, mas que se estudassem também os *Minnesanger* alemães e a literatura românica da Idade Média. Os românticos alemães descobriram o mundo romântico medieval e trouxeram à luz *das Vergessene und Verkannte*. Mas não se contentaram com um puro prazer estético derivado da descoberta dos tesouros do medievo; desejaram também considerá-lo a partir de um ponto de vista científico, com a publicação de manuscritos e de textos. Depois que Bodmer, Wieland, Herder e Uhland publicaram boa parte daqueles tesouros, tornou-se significativa sobretudo a obra dos irmãos Schlegel (VIDOS, 2001, p. 20, grifos do autor).

Desde fins do século XIII, alguns membros das sociedades, principalmente os intelectuais da época, já estavam cientes de seus valores enquanto seres ativos no processo de mudança do mundo que os cercava e, como isso, inicia-se um período de profundos questionamentos sobre a vida, religião, política, filosofia, artes e linguagem, para citar algumas das esperas afetadas pela nova maneira de pensar.

Com o *Romantismo*, em meio a revoluções tecnológicas, econômicas, políticas e religiosas, muitos pensadores travam lutas não só contra os dogmas da Igreja ou Filosofia, mas também a qualquer outra ideologia dominante. Com o *Renascimento* (XVI - XVII), a busca pelo conhecimento cresce de modo avassalador.

É inegável que:

Por influência do Romantismo durante o século XVIII, a Filologia torna-se uma ciência preponderantemente histórica. O conhecimento do passado esquecido, do exótico e do medieval, deve por natureza fundamentar-se na história. O estado de espírito romântico do século XVIII e da primeira metade do XIX só podia ser filológico, isto é, publicar manuscritos e textos, confrontá-los entre si, enriquecê-los com comentários filológicos e linguísticos e com glossários. Compreende-se, e não só para este período, que quanto mais se pratica a Linguística, em sentido filológico, mais se encontra ela orientada historicamente (VIDOS, 2001, p. 23).

Como vimos em momento anterior, a Linguística surge em meio a essa onda de questionamentos e se firma com o Romantismo e Renascimento. Ao lado da Linguística, a Filologia também multiplicou sua produção, refinando suas teorias e aplicações. Muitos novos adeptos dedicaram-se ao exame do texto, sob o olhar filológico. Vários novos ramos da Filologia nascem das relações entre o movimento Romântico e as duas ciências, recebendo nomes como *Filologia Românica*, *Germânica*, *Moderna*, entre outras.

Vertentes estas criadas a partir de importantes trabalhos produzidos por Diez, como ressalta Vidos (2001, p. 21):

Neste clima espiritual medieval, criado pelo romantismo alemão, Friedrich Diez (1794-1876), que em sua juventude havia estado inteiramente sob a influência dos românticos, fundou não só a Filolo-

gia Românica, mas também a Linguística Românica. [...] (VIDOS, 2001, p. 21)

As pesquisas de Diez e de muitos outros intelectuais, entre os quais se destacaram os neogramáticos, fortaleceram as relações entre a ciência do texto e ciência da linguagem (MATTOS E SILVA, 2008; ELIA, 1975; VIDOS, 2001).

Devemos acrescentar que:

A constituição da Filologia Românica, fruto dileto do próprio Romantismo, muito contribuiu para essa maneira de interpretar a realidade linguística. Na origem das línguas neolatinas estava o latim; não, porém, o latim literário de Cícero ou Virgílio, mas a língua falada, a língua das classes menos preparadas, o falar do povo enfim (ELIA, 1975, p. 28).

Será, portanto, sobre essa variedade popular que os estudos filológicos românicos serão direcionados por um longo período. Ainda sobre a origem e objeto de estudo da Filologia Românica, há outros fatos importantes a serem destacados.

Em *Preparação à Linguística Românica*, Silvio Elia (2004) defende que a Filologia Românica é um dos setores da Filologia Comparada e:

O seu objetivo é o estudo comparado das línguas românicas. Chamam-se línguas românicas aquelas que são diferenciações no tempo e no espaço de uma língua comum primitiva, o *latim* vulgar. Costuma-se dizer que a Filologia Românica é a menina dos olhos da Filologia Comparada, porque não só as línguas neolatinas são bem conhecidas, mas



também o é o ponto de origem de que todas provêm, ou seja, o latim (ELIA, 2004, p. 03).

Além desse autor em destaque, outros também concordam com essa terminologia para definir a área de dentro da Filologia que se dedica ao estudo comparativo entre os falares românicos. Destacamos, entre outros: Silva Neto (1977), Spaggiari e Perugi (2004), Bassetto (2005), Müller (2010) e Furtado da Cunha, Costa e Martelotta (2008).

Para esses autores, a Filologia Românica assume papel determinante na manutenção de textos escritos em *latim clássico* e latim vulgar outras modalidades/variedades.

Em *Elementos de Filologia Romanica*, Antenor Nascentes (1954) sintetiza o pensamento de muitos autores, ao dizer que:

O problema da filologia romanica é explicar as mudanças do latim nas linguas romanicas e delimitá-las no tempo e no espaço [...] No tempo: dada uma forma latina, chegar à forma românica resultante nas varias linguas, ou dada uma forma romanica, chegar à forma latina correspondente [...] No espaço: dado um fenomeno, caracterizá-lo nas varias linguas e depois sistematizá-lo (NASCENTES, 1954, p. 19).

Nesse sentido, a filologia românica se dedica a estudar, por exemplo, por quais transformações passaram as vogais (*vocalismo*) e consoantes (*consonantismo*) do latim vulgar ao português.

Esse setor de estudos da filologia, para usarmos a denominação de Silvio Elia (2004), é a área dedicada ao estudo das *fontes do latim vulgar*, matéria que pretendemos abordar mais

adiante. O estudo do latim vulgar é feito por meio do método estabelecido pela Linguística Histórica. Sobre isso, vale ressaltar: “Ora, o *latim vulgar*, exatamente pelo fato de ser falado, somente pode ser conhecido indiretamente e é na verdade um produto do método histórico-comparativo, da mesma forma que o eslavo comum ou o germânico comum” (ELIA, 2004, p. 03-04).

Assim sendo, devemos compreender como se deu o surgimento da Filologia Românica, para então analisarmos a relação entre as áreas aqui debatidas. Tendo discutido o trabalho peculiar de Ramus Rask, originalmente escrito na língua dinamarquesa, no qual o neogramático fez um estudo comparativo entre línguas nórdicas e o grego, latim, lituano, eslavo e armênio, Faraco (2006) ressalta a importância desse trabalho para o aprimoramento do método comparativo entre as línguas, assim como o fez Franz Bopp e Jacob Grimm, no entanto, esse estudo de Rask pouco foi lido exatamente pelo fato de ter sido escrito em língua nórdica de pouca expressão, na época. Já os outros estudos, o de Bopp e Grimm, por exemplos, escritos em alemão, muito foram debatidos nos círculos acadêmicos da época.

Logo após essa discussão, Faraco (2006, p. 136-137) nos fala sobre *A criação e o papel da filologia românica*:

Nas décadas seguintes a esse trabalho pioneiro de Bopp, Rask e Grimm, ampliou-se a pesquisa comparativa, criando-se áreas especializadas com o estudo de cada subfamília das línguas indoeuropeias. Nessa linha, destaca-se principalmente o desenvolvimento da chamada filologia (ou linguística) românica, nome que se deu ao estudo histórico-comparativo das línguas oriundas do latim.

Os livros mencionados aqui foram traduzidos por: *Sobre o sistema de conjugação da língua sânscrita em comparação com o da língua grega, latina, persa e germânica*(1816) e *Gramática comparativa do sânscrito, persa, grego, latim, lituano, gótico e alemão*(1833 e 1852), de Franz Bopp; *Gramática alemã* (1819), de Jacob Grimm; estudos comparados diversos de Rask (escritos entre 1814 e 1818) (FARACO, 2006; ILARI, 1999).

Essa área da Filologia nasce por causa do método histórico-comparativo iniciado pelos neogramáticos. “Toma-se o linguista alemão Friedrich Diez (1794-1876) como o iniciador desse ramo de investigações. Ele publicou, entre 1836 e 1844, uma gramática histórico-comparativa das línguas românicas e, em 1854, um dicionário etimológico dessas línguas” (FARACO, 2006, 137). Um dos mais importantes livros de Diez, traduzido como *Gramática das línguas românicas*<sup>16</sup>(1836), é considerado o trabalho precursor dos estudos filológicos (NASCENTES, 1954), soma-se ainda o *Dicionário etimológico das línguas românicas*, datado de 1853 (MIRANDA POZA, 2019).

Para entendermos esse método, nos apoiamos no pensamento de Martelotta (2008), que nos informa que os *comparatistas* tiveram o interesse pelo estudo de línguas aparentadas, onde as diferenças e similaridades entre estas era muito saliente. Havia, portanto, certo grau de regularidade e sistematicidade entre essas línguas. Isso permitiu pressupor a existência de uma origem comum entre elas. Tendo em vista que trabalhavam com línguas muitas vezes desaparecidas ou, em outros casos, com dados escassos ou imprecisos, o método comparado lhes permitia fazer conjecturas, formular teorias e desenvolvê-las a

---

<sup>16</sup> Obra dividida em três tomos: o primeiro dedicado à *fonética*, de 1836; o segundo sobre a *morfologia*, de 1838; o terceiro sobre *sintaxe*, de 1844.

partir da comparação com outros dados disponível, afim de estabelecer os parentes entre as línguas (MARTELOTTA, 2008).

Como exemplos, o autor apresenta casos comparativos entre o latim e as línguas românicas:

**Figura 1 – regularidade entre o latim e as línguas românicas**

| LATIM    | FRANCÊS | ITALIANO | ESPAÑHOL | PORTUGUÊS |
|----------|---------|----------|----------|-----------|
| caput    | chef    | capo     | cabo     | cabeça    |
| cārus    | cher    | caro     | caro     | caro      |
| campus   | champ   | campo    | campo    | campo     |
| cabāllus | cheval  | cavallo  | caballo  | cavalo    |

**Fonte: Martelotta (2008, p. 48)**

Podemos observar as regularidades entre os fonemas da seguinte forma: em latim vulgar temos *caput*, *cārus*, *campus*, *cabāllus*, todas iniciadas com o fonema /k/ (fone [k]). Esse mesmo “C” em francês passa a ser um fonema /ʃ/; enquanto que nas demais línguas permanecem /k/ (fone [k]), assim como latim vulgar. Desse modo, a correspondência ou não correspondência entre os fonemas /k/ - /ʃ/ - /k/ - /k/ - /k/ aliado a outros fatores internos ao sistema, nos permitem pressupor a origem comum entre essas línguas, isto é, a língua mãe: o *latim*. O método histórico-comparativo se utiliza dessas comparações, bem como a formulações de hipóteses, para determinar a origem, troncos ou famílias de línguas (MARTELOTTA, 2008).

Estas comparações serviram para inúmeras discussões sobre o parentesco entre as línguas, o que permitiu descobertas significativas (MARTELOTTA, 2008). A Filologia Românica, aliada aos estudos da Linguística Histórica, conseguiu trazer a lume muitas explicações sobre como o latim vulgar se fragmen-

tu. Esses comentários ora vinham de fatores externos, ora de fatores internos. Podemos afirmar, com segurança, que nenhuma língua foi tão investigada quanto à latina.

Outra obra que nos interessa conhecer é a de Édouard Bourciez. De acordo com dados históricos: “Em 1910, Edouard Bourciez publica os *Eléments de linguistique romane*, obra de alto valor didático, a qual apresenta a originalidade de fazer o estudo da fase do latim vulgar e da fase romanica primitiva preceder o das línguas atuais” (NASCENTES, 1954, p. 13).

Além dessa obra de Bourciez, outros estudos recentes merecem nossa atenção, entre os quais destacamos: o já mencionado *Elementos de Filologia Romanica*, de Nascentes (1954), *Elementos de Filologia Românica*, de Bruno Bassetto (2005, 2010) e o *Manual de Linguística Românica*, de Benedek Elemér Vidos (2001). Não podemos deixar de mencionar que os títulos das obras de Bourciez, Nascentes e Bassetto são os mesmos (Bourciez põe o termo Linguística ao invés de Filologia, porém a noção é similar). Isso não implica em dizer que não são trabalhos dignos de originalidade. Ao longo de nossa pesquisa teremos a oportunidade de fazer menção a esses trabalhos e mostrar suas qualidades.

Há, portanto, uma vasta relação de fontes para estudo do latim. A riqueza de documentos escritos em *latim clássico*, aliado aos poucos registros do *latim vulgar*, serviu para o refinamento da Filologia Românica. Aqui, mais uma vez, devemos retomar aquele impasse já mencionado: o aprisionamento do filólogo ao texto.

Também já ressaltamos nosso interesse em abordar o texto de Sanches, observando a ação desse autor sobre o texto. Será necessário prepararmos uma série de argumentos sobre o latim

do texto, evidenciando qual a modalidade empregada, se culta ou com vulgarismos. Não será uma tarefa simples, mas é possível fazê-la, como demonstraremos mais adiante.

### 3.2.3.1 Ibero-Romance e Romance

Antes de prosseguirmos em uma tentativa de conceituação do que seja o *ibero-romance* (e suas subdivisões em *subfamílias linguísticas*) e do que seja o *romance(s)* e o que ele representou dentro do quadro evolutivo do *latim vulgar*, gostaríamos de abrir espaço para explicarmos um problema de ordem teórica que rodeia os estudos filológicos contemporâneos: *qual a filiação das línguas românicas (galega, portuguesa, castelhana e catalã) dentro da família iberorromânica?* Sem dúvida é uma questão da qual não poderemos nos isentar de discutir, uma vez que buscamos compreender suas influências na obra de Sanches. Além disso, devemos retomar o entendimento de que essas línguas rivalizaram contra o latim, seja na escrita, seja na oralidade.

Para início de reflexão, cabe aqui trazer as palavras de Rafael Lapesa (1981), que em *Historia de la lengua española*, nos chama a atenção para o fato de que:

A maioria das línguas modernas coincidia com a plenitude do Renascimento, que incrementava o uso do latim entre os doutos. De uma parte a tradição medieval mantinha o emprego do latim nas obras doutriniais, como língua comum do mundo civilizado; por outra, os humanistas aspiravam a ressuscitar o latim elegante de Cícero (LAPESA, 1981, p. 299, tradução nossa).

Nesse sentido, ao passo que muitos tentavam fazer o latim “renascer” através do intelecto, as línguas românicas assumiam a posição que até então cabia ao latim, haja vista que os povos que habitavam a península ibérica, por exemplo, já não mais falavam o latim como língua de uso diário. Foi nesse período, segundo Lapesa (1981), que autores tais como *Nebrija*, *Juan de Valdés*, *Luís Vives* e *García Matamoros*, defensores do idioma hispânico, pelejaram contra *Fox Morcillo*, *Arias Montano* e *Luís de León*, que insistiam no uso do latim escrito. O emprego do vernáculo, nesse contexto, tinha maior aceitação quando se tratava de composições literárias.

Todos esses autores e vários outros, que saíam em defesa do castelhano e de outras línguas românicas, se valiam de um pensamento *nacionalista* (LAPESA, 1981). Isso implica em dizer que os idiomas neolatinos – apesar de não gozar ainda do mesmo *status* que o latim tinha – se tornaram as *línguas nacionais* de nações que se fortaleciam socialmente e culturalmente (ILARI, 1999; 2018).

Mas o que são, de fato, línguas românicas? O que são línguas nacionais? E de onde vieram? Essas são questões para as quais nos debruçaremos mais adiante<sup>17</sup>. Por agora, devemos definir o *ibero-romance*.

De acordo com Hall (1974), em sua obra *External History of Language*<sup>18</sup>, o *ibero-romance* poderia ser compreendido como uma *língua medieval de ascendência latina*, ou seja, uma família linguística que se formou a partir da variedade denominada *latim da românia ocidental*, que em nossa visão, significa que essa

---

<sup>17</sup> Sugerimos a leitura dos subcapítulos 4.3 *Línguas românicas* e 4.4 *Português e Espanhol: línguas nacionais*, nesta obra. Indicamos, também, a leitura de Ilari (1999), especialmente do capítulo 14. *A constituição das línguas nacionais* (p. 213-236).

<sup>18</sup> Cf. INSTITUTO da Cooperação e da Língua – Camões. *Árvore genealógica da língua portuguesa*. Ministério dos Negócios Estrangeiros: Portugal, 2001. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/tempolingua/04.html>. Acesso em: 10 nov. 2017.

família linguística tinha no *latim vulgar*, difundido na península ibérica, o seu manancial.

No que diz respeito às filiações do galego, português, castelhano e catalão há, segundo a tradição que se estabeleceu na *Filologia Românica*, duas vertentes opostas que partem de perspectivas completamente diferentes: de um lado, romanistas tais como o suíço *Wilhelm Meyer-Lübke* e o alemão *Gerhard Rohlfs*, defendiam que o catalão pertencia a família do *galoromance*; do outro, romanistas tais como o alemão *Benedek Vidos* e, mais particularmente, o espanhol *Menéndez Pidal*, contrários a isso, admitiam que o catalão vinha do *ibero-romance*.

Sobre esse conflito, em uma dissertação dedicada a uma análise do *caráter vulgar da perífrase ir + infinitivo* nos idiomas valenciano, português e catalão, Paula da Costa Souza (2009) nos esclarece esse ponto:

A tese galorromanista do catalão é sustentada por autores que admitem na língua catalã maiores afinidades com o provençal, como foi o caso do próprio *Diez*, em sua gramática de 1836. Já a teoria iberorromânica faz ver traços linguísticos compatíveis com o aragonês, o leonês, o português, o moçárabe e, também, em proporções bastante reduzidas, com o castelhano, além da manutenção de afinidades com outras línguas hispânicas em geral, em menor grau (SOUZA, 2009, p. 31).

A diferença nos posicionamentos advém das investigações centradas em aspectos linguísticos (fonéticos, morfológicos, sintáticos e lexicais), de modo que, na tese galorromanista, o catalão se aproxima do provençal e se distancia do português



e castelhano; já na tese iberorromânica, a aproximação se dá ao castelhano e português e se distancia do provençal. São, portanto, teses que não se coadunam.

Mais recentemente, Bagno (2010) e Lagares (2008, 2011), Lagares e Monteagudo (2012) passaram a defender a tese de que a língua portuguesa veio do galego, sendo este originário de uma variedade do romance, que por sua vez veio do *latim vulgar*. Essa posição advém, porém, de Ángel López García. Em *La lengua común en España plurilingüe* (2009), o autor retoma essa perspectiva.

Nessa obra, Garcia López (2009) se posiciona contrariamente a tratar o português e galego como línguas de filiações distintas, e que quaisquer diferenciações vieram de razões *políticas e administrativas*, e não linguísticas, pois em suas origens, a “Galícia forma parte do Estado espanhol e Portugal é um estado independente” (GARCIA LÓPEZ, 2009, p. 97, tradução nossa). Dito de outro modo, a língua portuguesa tinha berço, o galego não. Em suas palavras: “Desde logo, ambos os idiomas têm a mesma origem, o português vem do galego” (GARCIA LÓPEZ, 2009, p. 103, tradução nossa).

Concordando Garcia López (2009), Bagno (2010, p. 37) vai mais além, afirmando que:

O português, portanto, não “veio do latim”. A língua que tem esse nome, português, é na verdade a continuação histórica, com outro nome, da língua românica que se desenvolveu na região desde sempre chamada Galécia-Galícia-Galiza, ou seja, do galego.

Bagno recusa, de modo veemente, a filiação do português com o *latim vulgar*, quando afirmar que: “o português vem do galego. O galego é que é, sim, umalíngua derivada da variedade de latim vulgar que se criou no noroeste da Península Ibérica” (BAGNO, 2010, p. 35).

Nossa posição teórica é contrária a esses autores, uma vez que nos colocamos no terreno da *Linguística Histórica* e *Filologia Românica*, e não no campo da *Política Linguística*. Seguimos, portanto, o posicionamento da tese iberorromânica, pois para nós, esclarecimentos como os de Vidos (1996, p. 34) a seguir não deixam dúvidas das filiações das principais línguas ibéricas:

Com efeito, ao comparar as línguas românicas, considerando o resultado do ditongo latino *au*, vemos que deu em francês, italiano, espanhol e catalão *o*, em português *ou*, enquanto ao contrário, se conservou em romeno e em provençal (por exemplo, *aurum* e *taurum* continuam em francês *or*, antigo francês *tor*, italiano *oro*, *toro*, espanhol *oro*, *toro*, catalão *or*, *toro*, mas em português *ouro*, *touro*, em romeno *aur*, *taur*, e em provençal também *aur*, *taur*) (grifos do autor).

Do exposto, o provençal e espanhol, por exemplo, apresentam certas particularidades estruturais, que conhecemos por *vocalismo* e *consonantismo* segundo a literatura filológica, que sinalizam que essas línguas não vieram de uma mesma família, mas sem dúvida vieram do *latim vulgar*. O português veio do *latim vulgar*, que se formou onde hoje se encontra o antigo *condado portugalense*. Sobre isso, é válido tomar emprestadas as palavras de Câmara Júnior (2011a, p. 195):

**PORTUGUÊS** — Língua românica que se desenvolveu na zona atlântica da península itálica ibérica, aproximadamente correspondente à província romana da Lusitânia. Ao lado do CASTELHANO (também dito ESPANHOL) e do CATALÃO, é uma das três grandes línguas românicas da península ibérica) (grifos do autor).

O português e espanhol integram a família linguística do ibero-romance, já o catalão, a do galo-romance. Isso vem a esclarecer a proximidade linguística entre aquelas línguas.

No *prefácio* à tradução do *Manual de Linguística Românica* de Vidos ([1956] 2001), José Pereira da Silva (2001) ressalta o valor do compêndio nos seguintes termos, que nos interessam:

Um mérito especial do presente Manual, para os leitores de língua portuguesa, é o de estudar os romances que resultaram nas três línguas ibero-românicas em plano de igualdade e de refletir o estado atual dos estudos sobre o galego-português, assim como sobre o castelhano e o catalão (SILVA, 2001, p. 12).

É preciso dizer, ainda, que a posição de Vidos já havia sido há muito tempo discutida por Menéndez Pidal, a quem se costuma atribuir como o “criador” do conceito de *ibero-romance*. Para nós, a proposta de Menéndez Pidal revelada em seu *Manual Elemental de Gramática Histórica Española* (1904) e depois aprofundada em *Orígenes del español* (1926) é a que melhor se enquadra aos nossos objetivos.

Na obra de 1904, por ser a primeira em que a tese foi apresentada, sendo até hoje amplamente aceita, nos deteremos

sobre primeiro capítulo, que é dedicado a esclarecer a filiação das línguas românicas. Vejamos alguns pontos que merecem atenção.

O primeiro deles diz respeito à filiação dos idiomas. Para Menéndez Pidal (1904, p. 02, grifos do autor):

Todas estas línguas são uma continuação moderna do Latim; porém não do LATIM LITERÁRIO, *escrito* por Cícero, Horácio e os demais autores clássicos, que tinha muito de convencional e artificial, senão do LATIM VULGAR, *falado* a descuido, sem preocupação literária, pelos legionários, colonos, magistrados e demais conquistadores que se estabeleciam nas províncias conquistadas (tradução nossa).

O que se pode perceber dessa passagem, é que o autor faz questão de destacar o lado escrito da variedade clássica, de um lado, e o caráter oral da variedade vulgar, do outro. A escrita é mais conservadora que a fala, esta fica sujeita às pressões do uso, de onde convergem formas que ora entram no falar vidas dos *substratos*, *adstratos* e *superstratos*<sup>19</sup>, ora caem em desuso, outras formas são incorporadas à língua através dos *empréstimos linguísticos* e *estraneirismos*, outras surgem de *neologismos* (SOUZA, 2015).

Um segundo ponto se refere ao *latim vulgar* e sua relação direta com o espanhol. Para o autor, “O fundo primitivo do idioma espanhol, seu elemento essencial, é unicamente o latim vulgar” (MENÉNDEZ PIDAL, 1904, p. 03, tradução nossa). Essa afirmação implica em entender que, apesar do espanhol ter re-

---

<sup>19</sup> Sugerimos a leitura do subcapítulo 4.5 Diferentes tipos de contato linguístico de línguas, nesta obra.

cebido influência dos muitos contatos linguísticos que teve com outros idiomas românicos e não-românicos na península ibérica, a base da língua é latina, seu léxico, estrutura e sintaxe, basicamente.

Essa afirmação também nos leva ao terceiro ponto: “se o latim vulgar explica perfeitamente a parte maior e castiça da língua espanhola, não pode explicá-la toda. Grande porção de nosso idioma, como de todos os romances, procede do latim literário” (MENÉNDEZ PIDAL, 1904, p. 08, tradução nossa). Ao contrário do que se pensa, diz o autor, o clássico e vulgar não vieram de período distintos. Na verdade, um nasceu do outro ainda na Roma Imperial. O clássico é um refinamento do vulgar. E ambos se influenciam um ao outro. Por exemplo, as chamadas palavras *eruditas*, *semieruditas* e *populares* que Coutinho (1981) menciona, penetraram os idiomas neolatinos por intermédio da escrita. Além desses elementos de fontes latinas, outros também foram incorporados, assunto destacado no quarto ponto.

Já no período do latim vulgar, isto é, antes da clara aparição dos romances, se incorporaram elementos das línguas indígenas da Espanha e elementos germânicos que participam, portanto, da mesma evolução que as palavras vulgares; os elementos incorporados ao idioma depois de seu período pré-histórico, participam dessa maior imutabilidade que temos assinalado como característica das formas cultas (MENÉNDEZ PIDAL, 1904, p. 12, tradução nossa).

Assim, o espanhol sofreu influências das primeiras línguas ibéricas, do basco, do germânico, árabe, entre outras, dando à língua a feição que hoje tem. De certo modo, podemos dizer que a diferença entre o espanhol e português reside mais particularmente ao léxico que propriamente a sua estrutura e sintaxe. Enfim, resta tomarmos uma última afirmação do autor, que se aplica aos dois idiomas: sem dúvida, o *latim vulgar* constitui, “por assim dizer, o patrimônio hereditário de nosso idioma” (MENÉNDEZ PIDAL, 1904, p. 20, tradução nossa).

Partamos agora a refletir mais detidamente os conceitos de *ibero-romance* e *romance*. O ibero-romance é a fase em que o latim se constitui enquanto uma *família* de línguas. Trata-se de um estado da língua anterior à formação das línguas novilatinas, que a elas deu origem, sendo, na essência, um latim modificado, fortemente influenciado pela oralidade.

Em termos mais específicos, Kabatek e Pusch (2011) definem o que seriam *ibero-romancee romancee* em um estudo cujo título traz em si já a noção geral do termo, *The Romance languages* (“As línguas românicas”, tradução nossa). Para os autores, há o consenso que: “de todas as famílias de línguas europeias, o Romance tem o maior número de falantes nativos no mundo todo” (KABATEK; PUSCH, 2011, p. 69, tradução nossa). Nesse sentido, as línguas originárias do romance, a espanhola, a portuguesa e a francesa, são as mais faladas. Essas e outras línguas são originárias dessa *família linguística*, ou, em outras palavras mais precisas, constituem um *grupo coeso*, que juntamente com outros grupos integram a *família linguística indo-europeia*, tendo a língua ancestral o *protoindo-europeu* (BOSSAGLIA, 2019).

De acordo com a classificação apresentada por Kabatek e Pusch (2011), idiomas tais como o português, o galego, o espa-

nhol e o catalão vieram do *ibero-romance*, enquanto outros vieram de outras famílias linguísticas, a saber: *gallo-romance*, *italo-romance* e *balkan-romance* (KABATEK; PUSCH, 2011). Ao nosso estudo, interessa somente aquela família, por razões que trataremos mais adiante.

Sobre a terminologia que adotamos, Faraco (2006, p. 207) nos adverte:

A classificação dita genealógica das línguas, iniciada no século XIX no contexto do grande desenvolvimento dos estudos biológicos, opera com termos como *família*, *subfamília*, *língua ancestral*, *língua mãe*, *língua filha*, *parentesco*, que devem ser tomados, hoje, metaforicamente, porque a história das línguas não é uma história biológica (genética), mas um complexo processo de diferenciação correlacionada com a história social e cultural das sociedades humanas.

Apesar do arcaísmo do termo *família* - muito metafórico, diga-se de passagem - ele nos serve de parâmetro para nos situarmos diante do estudo das línguas românicas que pretendemos fazer. Nossa intenção é construirmos nosso aporte teórico, e nele, tratarmos da noção de qual a fase o latim tomou na península ibérica.

Ainda sobre a terminologia que adotamos, lemos que:

**FAMÍLIA LINGUÍSTICA** — Entende-se família linguística, ou BLOCO LINGUÍSTICO, um agrupamento classificatório de terminadas línguas COGNATAS, por serem todas provenientes de outra anterior, documentada ou não, dita em relação

a elas LÍNGUA PRIMITIVA ou PROTOLÍNGUA [...] (CÂMARA JÚNIOR, 2011a, p. 142, grifos do autor).

Em termos mais recentes, conforme salienta Giulia Bosaglia (2019) em sua obra *Linguística Comparada e Tipologia*:

Uma família linguística é um grupo de línguas que compartilha uma mesma língua ancestral, normalmente não atestada, *i.e.*, que não deixou nenhum tipo de documento, mas é reconstruída a partir da comparação entre línguas filhas (BOSAGLIA, 2019, p. 25).

Diante disso, tomaremos as definições apresentadas e diremos, então, que o *ibero-romance* é *um estado da língua que se refere à forma que toma o latim evoluído utilizado na península ibérica*. Para termos uma melhor compreensão de como essa forma de língua pode ser bem aproveitada em nossa pesquisa, devemos fazer uma revisão das classificações de que dispomos.

Somada a classificação de Kabatek e Pusch (2011), retomamos as palavras de Martelotta (2008), quando esse pensador apresenta uma classificação das línguas expostas na *Gramática Histórico-Comparativa*, onde temos a informação de que do indoeuropeu se gerou alguns *trancos linguísticos*, a saber: os grupos *indo-irânico*, o *armênio*, o *albanês*, o *balto-eslavo*, o *céltico*, o *germânico*, o *grego* e finalmente, o *itálico* (MARTELOTTA, 2008).

Desses *trancos linguísticos*, ainda vemos o que outros pesquisadores chamam de *ramos linguísticos* (FARACO, 2006). Entre esses ramos, o *itálico* divide-se, de um lado, no *itálico ociden-*



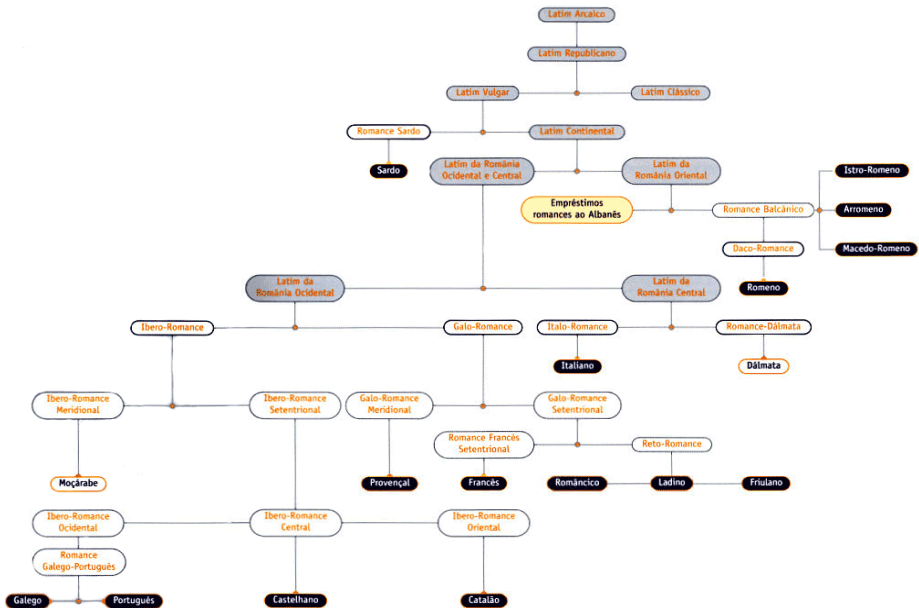
*tal*, com o latim e suas divisões românicas; do outro, no *itálico oriental*, com o osco e umbro, já extintos (MARTELOTTA, 2008).

Ainda é preciso fazer outros aprofundamentos nessas divisões. Do *itálico ocidental*, temos o *latim arcaico*. Do *arcaico* teremos o *latim republicano*. Desse último, teremos, de um lado, o *latim clássico*, do outro, o *latim vulgar*. Desse último, sabemos que ele se desdobrou em línguas de ascendência latina. Entre essas línguas de base latina, uma é pertinente ao nosso estudo, visto que Sanches, por ser de origem espanhola, era falante nativo do *castelhano*.

Eis a sequência genealógica do espanhol:

- Latim arcaico
- Latim republicano
- Latim vulgar
- Latim continental
- Latim da românia ocidental e central
- Latim da românia ocidental
- Ibero-romance
- Ibero-romance setentrional
- Ibero-romance central
- Castelhano

**Figura 2 – árvore genealógica dos romances**



**Fonte:** <http://cvc.instituto-camoes.pt/tempolingua/04.html>

A escolha que fizemos, inclusive do título de nossa proposta, de que há influências da família linguística *ibero-romancena* obra de Sanches, reside no fato que entre a fase final do *latim vulgar* e as duas fases que antecedem a língua espanhola propriamente dita, essa seria, então, a fase intermediária entre o *latim da românia ocidental* e a formação do *ibero-romance setentrional* e o *ibero-romance central*, falado naquela região da península ibérica, onde é, hoje, a Espanha.

Vale destacar, ainda, que o mesmo *ibero-romance* também está ligado à formação do *ibero-romance meridional*, que juntamente com o *moçárabe* (variante do substrato árabe) constituirão o *ibero-romance ocidental*, em seguida o *romance galego-português*, que está na base da formação do *galego* e do *português*.

Feitas essas considerações sobre o *ibero-romance*, resta agora tratar do conceito de *romance*. Na obra *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*, Bruno Bassetto (2005, p. 39) assim esclarece o termo *românico*:

Embora mais raramente, já no latim arcaico se usava o adjetivo ‘Romanicus’ no sentido de ‘à maneira romana’; posteriormente, ‘Romanicus’ associou-se ao novo conceito de România; daí que *Romanice fabulare* ou *parabolare*, ‘falar romanicamente’ se opõe a *Latine* ou *Romane loqui*, ‘falar latinamente ou romanamente’.

Essa definição muito se assemelha à de Ribeiro (1963) e Câmara Júnior (2011a) no que se refere ao conceito de *romance*, o qual se refere ao “advérbio medieval latino *romanice* (*romanice loqui* ‘falar numa língua românica’, em contraste com *latine loqui* ‘falar em latim’) substantivado” (CÂMARA JÚNIOR, 2011a, p. 262, grifos do autor). Por outro lado, *romanço* é definido como sendo “derivado do latim medieval *romanicum* para designar qualquer língua românica, em contraste com o latim” (CÂMARA JÚNIOR, 2011a, p. 262, grifos do autor).

Ilari (1999) corrobora com Ribeiro (1963), Câmara Júnior (2011a) e Bassetto (2005), acrescentando que:

Sobre *romanus* formou-se o advérbio *romanice*, ‘à maneira romana’, ‘segundo o costume romano’, e a expressão *romanice loqui* se fixou para indicar as falas vulgares de origem latina, em oposição a *barbarice loqui*, que indicava as línguas não românicas dos bárbaros, e a *latine loqui* que se aplicava ao latim culto da escola. Do advérbio *romanice*, derivou

o substantivo *romance*, que na origem se aplicava a qualquer composição escrita em uma das línguas vulgares (ILARI, 1999, p. 50, grifos do autor).

Torna-se muito difícil não admitir que Bassetto, Ribeiro, Câmara Júnior e Ilari não tenham se apoiado nas clássicas palavras da obra *Lições de Filologia Portuguesa*, de Vasconcelos (1912/1913, p. 9), quando esta afirmou:

*Românico* deriva de *romanicus*. *Romanço* (como também se chamava a língua vulgar dos países mencionados), representa *\*romanicium*. *Romanice* vem do advérbio *romanice*: *Romanice loqui*. O sinônimo *neo-latino* (ou *novi-latino*) é termo ainda mais apropriado, porque indica que as línguas românicas nada mais são do que fases evolutivas do latim, tal como êle foi trazido para as diversas províncias conquistadas pelos romanos, e nelas modificado paulatinamente no decurso dos séculos — um *milénio* — na bôca dos habitantes de então, e dos que vieram depois (grifos da autora).

*Grosso modo*, o *romance* pode ser entendido, então, como um aglomerado de falares distintos, mas que possuem uma base comum, que foi o *latim vulgar* verbalizado nas comunidades de origem romana ou que a ela se ligaram culturalmente. A fragmentação e dialeção do latim, bem como a divisão da própria România, não foi um evento negativo como alguns estudiosos querem pregar, pelo contrário, foi um evento que propiciou a formação de novos dialetos. A maioria desses dialetos se tornou línguas oficiais de suas respectivas regiões.

Podemos afirmar que o latim passou por muitas mudanças, desde alterações de ordem sintática, passando por mudanças lexicais, semânticas e até pragmáticas. Essas questões internas atingiram o sistema da língua. Contudo, houve também a influência de fatores externos. Entre os principais fatos históricos que culminaram com a fragmentação e dialeção do latim, podemos citar: as *invasões bárbaras* (de povos tais como os *alanos, vândalos, suevos, visigodos*, entre outros), a *invasão mulçumana* (dos povos árabes) na península ibérica e a queda do império romano por volta do V século d. C., foram, sem dúvida, momentos decisivos na história, conseqüentemente, da própria história da língua. A força exercida pelos *substratos, superstratos* e *adstratos* nesse período foi determinante para a formação dos vários romances (COUTINHO, 1981; SOUZA, 2019a).

Dito de outra maneira, a força do contato entre as línguas favorece as mudanças e, dessa maneira, o conjunto de acontecimentos externos a língua, geralmente, exerce algum tipo de efeito sobre as características internas do sistema. Devido ao grande número de invasões que a região da românia sofreu durante séculos, os substratos, superstratos e adstratos foram determinantes para a constituição de novos falares. A romanização da península ibérica, por exemplo, foi um processo longo e frutífero, pois originou uma dezena de idiomas (COUTINHO, 1981).

Por fim, resumidamente, concebemos o *romance* como um estado de língua que refletiu resultado de um processo lento, gradual e contínuo de modificação do *latim vulgar* que se difundiu nas regiões conquistadas pelo *Imperium Romanum*. No *romance* convergem formas linguísticas variadas que surgiram de variados processos de formação de palavras (*prefixação, sufixa-*

ção, derivação imprópria, empréstimos linguísticos, estrangeirismos, arcaísmos, vulgarismos e neologismos – e processos que hoje conhecemos por gramaticalização e lexicalização, entre outros). Não podemos, portanto, afirmar que o romance é uma língua homogênea, isso seria um completo devaneio, diremos, sim, que se trata de um *panstrato*<sup>20</sup> nascido do contato linguístico.

E, recorrendo às postulações teóricas de Ilari (2018), assim como às de seu predecessor, Theodore Maurer Jr., a estrutura do *protorromance*, isto é, do *latim vulgar* nos termos adotados por Ilari, é diferente do *latim culto*, pois há poucas declinações, empregam-se uma pequena parcela de numerais, reduzem-se os demonstrativos indefinidos e desinências casuais, abundam-se expressões analíticas com usos de preposições além do comum, multiplicam-se as perífrases, ampliam-se os processos de formação e derivação de novas palavras e, além disso, incorporam-se muitas palavras de outros sistemas linguísticos. Todas essas características se ampliarão com a difusão do *romance* entre povos da península ibérica e outras regiões, especialmente aqueles de origem não românica. Enfim, “o protorromance foi uma língua vulgar no sentido de língua popular” (ILARI, 2018, p. 66).

---

<sup>20</sup>“Panstrato” é um termo por nós desenvolvido para a tese. Ainda estamos buscando uma maneira de o definir com rigor científico mais preciso, porém, a princípio, trata-se de um *amalgama de substratos, superstratos e adstratos de diferentes origens, que confluíram em um conjunto de falares românicos*.



# 4

## DO LATIM CLÁSSICO AO LATIM MEDIEVO-BÁRBARO

Nesse capítulo, nos deteremos sobre o conhecimento do latim, em suas variedades: *latim clássico*, *latimvulgar* e *latimmedieval*. Para isso, nos valeremos de obras que há muito estão em debate nos círculos acadêmicos, entre as quais, destacamos os textos de: Ribeiro (1963), Nascentes (1954), Sousa da Silveira (1960), Coutinho (1981), Cardoso (1993), Leite (2009), Bassetto (2005), Ilari (1999, 2018), entre outros. Acrescentamos, ainda, os estudos recentes de Miranda Poza (2009b, 2019). Faremos também a descrição das principais fontes que atestam o *latimvulgar*, assim como as características que definem essa modalidade. Além disso, apresentaremos à definição de *latim bárbaro*, culminando com o *latim medieval-bárbaro*, segundo nossa proposta.

*A priori*, o latim foi uma das três principais línguas faladas na península itálica. Além do latim, havia também o *osco*(língua do *Samnium*, *Apulia*, *Lucânia*) e o *umbro*(língua da *Umbria* e da *Campânia*) (CARDOSO, 1993; SILVA NETO, 2004; ILARI, 2018; MIRANDA POZA, 2019). Além dessas línguas, havia o *falisco* e o *prenestino* que em muito contribuíram ao manancial lexical latino (SILVA NETO, 2004). A o *grego* foi, sem sombras de dúvidas, a língua que mais favoreceu o enriquecimento da latina. a influência helênica é inegável (COUTINHO, 1960). Nos é conhecido o *Panorama linguístico da antiga Itália* através do seguinte fragmento:



Havia, no tempo dos romanos, numerosas línguas faladas nas regiões e cidades da Itália, tais como: osco, umbro, sabélicos, latim, etc. a maioria delas não nos deixou documentos que possam dar ideia do que tenham sido. Algumas, no entretanto, por epígrafes ou por curtas referências de autores antigos, chegaram até nós (COUTINHO, 1960, p. 04).

Na mesma passagem, Coutinho (1960) menciona, ainda, outras tantas línguas faladas na Itália: *vêneto*, *gaulês* e *lígure*, porém estas pouco ou nada influíram sobre o latim.

O idioma romano era a língua do *Antiquum Latium*, uma pequena região da Itália central e, em seguida, tornou-se o veículo de comunicação entre os mais variados povos da península itálica, em seguida, estendeu-se por toda a Europa e várias outras regiões (COUTINHO, 1960; CARDOSO, 1993; FUNARI, 2003; SILVA NETO, 2004; MIRANDA POZA, 2019). Sabemos que, “progressivamente, os romanos, mesmo de origem humilde, graças a sua disciplina e tenacidade, foram conquistando os territórios vizinhos até formar o maior dos impérios da Antiguidade” (MIRANDA POZA, 2009b, p. 91).

Em conformidade ao que dizem Cardoso (1993) e Miranda Poza (2009b, 2019), Sousa da Silveira (1960) assim já resumia a origem do latim em *Lições de português* ainda em fins do século XX:

Em tempos muito afastados o latim era um simples dialeto (língua rude e de pouca importância) falado no Lácio, exíguo distrito à margem do Tibre, na península itálica. Tornou-se depois a língua dominante da península, e foi levado pelos romanos para os países por eles conquistados, onde o adota-

ram por fim para língua própria as populações vencidas e romanizadas (SOUSA DA SILVEIRA, 1960, p. 17).

É bem verdade que os romanos não impuseram, politicamente, sua língua a força sobre os dominados, mas muitos destes, por sua vez, abraçaram o idioma romano, bem como a cultura e religião romana em um processo de romanização (MIRANDA POZA, 2009b, 2019).

A constituição do povo romano se deu em virtude da união de pelo menos três distintos povos que chegaram à região onde hoje é Roma: os *sabinos*, os *etruscos* e os *latinos*. Os sabinos e etruscos tiveram importante papel nessa formação, pois do primeiro vieram os inúmeros habitantes, especialmente do sexo feminino, após guerras entre eles e os latinos; do segundo veio uma forte influência cultural (FUNARI, 2001). Há, inclusive uma crença amplamente aceita de que foram os etruscos que transmitiram o alfabeto grego aos latinos, e esses o adaptaram (Cf. COUTINHO, 1960; SILVA NETO, 2004). Pedro Funari (2001), em sua célebre obra *Grécia e Roma*, nos dá detalhes sobre esses povos, com destaque maior a linhagem lendária dos latinos através de uma narrativa que remota a queda de Troia.

Em resumo, Funari (2001) nos informa que *Rômulo* e *Remo* são descendentes diretos de *Enéias* (filho do rei troiano *Anquises* e da deusa *Vênus*). Isso se deu do seguinte modo: Eneias teve um filho de nome *Ascânio* e este, por sua vez, foi, além de ter sido o fundador de *Alba Longa*, teve um descendente, *Numitor*, avô dos gêmeos *Rômulo* e *Remo*. Sobre essa história, transcrevemos as palavras do escritor latino que assim as narra: “O IMPÉRIO ROMANO, DE INÍCIO TALVEZ O MAIS FRACO E *que*

*se tornou, por suas conquistas, o Estado mais poderoso que jamais existiu na face da terra, tem sua origem em Rômulo, filho de uma sacerdotisa de Vesta, e ao que se acredita, de Marte” (EUTRÓPIO, I, 1-2, apud PINSKY, 2018, p. 124, grifos do autor).*

Encerramos essa breve narrativa com os escritos de outro célebre historiador, que nos conta a tragédia familiar entre os dois irmãos:

Durante o debate que seguiu, sua cólera, aumentada pela resistência, ensanguentou a disputa. Em meio à desordem, Remo, ferido, cai morto. Uma tradição mais corrente relata que Remo, para insultar seu irmão, saltara as novas muralhas e que Rômulo, no arrebatamento da fúria, matou-o, dizendo: ‘Assim há de morrer aquele que transpor minhas muralhas’. Romulo ficou sendo, pois o único chefe, e a nova cidade tornou o nome de seu fundador (TITO LÍVIO, I, VII-VIII, apud PINSKY, 2018, p. 125, grifos do autor).

Enfim, a origem de Roma tem duas frentes: uma mitológica, outra histórica/lendária (FUNARI, 2001). Historicamente, sabemos que por volta do ano 753 (séc. VIII a. C.), *Rômulo* fundou uma *Urbs*, isto é, a cidade sagrada de Roma, tornando-a nos séculos seguintes um dos mais vastos impérios (FUNARI, 2001; CARDOSO, 1993; ILARI, 1999). Fato igualmente discutido por Júlio Comba (1991) em sua *Gramática Latina*:

O latim foi primeiramente o idioma falado numa pequena zona da Itália Central, à margem esquerda do rio Tibre, não longe do Mar Tirreno. A cidade principal dessa minúscula região, chamada Lá-

cio, foi e é ROMA, fundada, segundo consta, por Rômulo no dia 21 de abril de 754 A.C. (COMBA, 1991, p. 13).

Apesar da aparente “pobreza” do latim em relação a seu vocabulário reduzido e de seu parentesco com os outros dois idiomas do Lácio, como já mencionamos, o idioma romano conseguiu suplantar essas duas línguas graças às conquistas do povo que o falava. O latim passou a ser a única língua dominante (CARDOSO, 1993; GARCIA, 2008; SOUZA, 2019a; MIRANDA POZA, 2019).

Sobre as conquistas dos romanos e do uso do latim, Comba (1991, p. 13) destaca que:

Essa língua do Lácio, seguindo as conquistas dos exércitos de Roma, implantou-se primeiramente na Itália Central, depois em toda a Itália, na Espanha, em PORTUGAL, no Norte da África, nas Gálias (França, Suíça, Bélgica, regiões alemãs ao longo do Reno), na Récia e no Nórico (Áustria), na Dácia (Holanda) [sic], na Dalmácia e na Ilíria (Iugoslávia), e na Panônia (Hungria).

Em complemento ao que diz Comba (1991), Miranda Poza (2009b, p. 91) nos informa que os limites de Roma “eram o Atlântico, o Rim, o Danúbio, o Cáspio, os rios Tigre e Eufrates e os desertos da África. Dentro desses países ficava fechado o Mediterrâneo, ao qual os romanos davam o nome de *Mare Nostrum* (O Nosso Mar)”. As conquistas romanas uniram povos completamente distintos, o que perdurou por muitos séculos. Havia no mundo então conhecido uma hegemonia romana, isto é, estabeleceu-se a *romanização* dos povos.

No dizer de Miranda Poza (2019 p. 21): “a língua foi a fiel companheira do Império” (grifos do autor). Isso significa também dizer que o latim era mais que um “veículo de comunicação”, era, sim, a língua do povo, representativa de uma cultura, de uma civilização em crescimento. Era, portanto, um instrumento de poder, domínio e unificação, a língua dos cultos e incultos.

Pensamento similar é informado por Garcia (2008, p. 17) quando diz que: “Das épocas mais remotas, o latim falado no Lácio e em Roma sobrepõe-se aos outros dialetos itálicos e vai adquirir características literárias somente a partir do séc. III a. C”. Mas é claro que, durante esse período de gramatização da língua até se tornar um idioma estilizado, muitas mudanças ocorreram, tais como: reorganização sintática baseada na língua grega, enriquecimento do léxico com palavras helênicas e de outros idiomas por empréstimos linguísticos, ajustamento da morfologia e conseqüentemente a ampliação do conjunto de desinências, entre outras (COUTINHO, 1960).

Estas mudanças favoreceram a diferenciação da língua escrita e oral. Assim, surgem duas modalidades do latim: *latim clássico* e *latim vulgar*. De acordo com Coutinho (1981, p. 29): “Essas duas modalidades do latim, a literária e a popular, receberam dos romanos a denominação respectivamente de *sermo urbanus* e *sermo vulgaris*” (grifos do autor).

No que diz respeito a separação entre as duas modalidades, é oportuno trazer para cá as palavras de João Ribeiro (1963) ditas em seus *Rudimentos de filologia românica*: “Ao lado do latim popular, isto é, do latim falado pelo povo (*sermo plebeius* ou *sermo rusticus*), foi se formando o latim literário, falado geralmente por uma elite urbana (*sermo urbanus*) e disciplinado pelos literatos” (RIBEIRO, 1963, p. 46, grifos do autor). Com isso, havia em

Roma a separação entre o *latim literário*, por ser principalmente escrito, e o *latim vulgar*, por ser prioritariamente falado. “Entretanto, essa diferença entre o *latim vulgar* e o *latim literário* dever ser tomada nos seus justos termos”, adverte o autor (RIBEIRO, 1963, p. 46, grifos do autor).

Sobre esse mesmo assunto, Garcia (2008, p. 18) igualmente nos aconselha que: “É importante que não se confunda a língua literária, modalidade por natureza conservadora, com o *latim vulgar*, modalidade falada e, portanto, mais ágil e suscetível às transformações” (grifos da autora). Por essa razão, é preciso compreender que o idioma do Lácio era, ao mesmo tempo, uma língua da plebe, da comunicação diária, sem preocupações estilísticas e uma língua de cultura, dos letrados e intelectuais, empregada pelos patrícios e gente da alta nobreza.

Em um estudo sobre o *latimvulgar* intitulado *História do latim vulgar*, Serafim da Silva Neto (2004) faz a diferenciação entre essas modalidades, ressaltando algumas questões pertinentes ao tema. Logo de início, o autor parte da definição de *latimvulgar*, em seguida aborda os problemas e métodos na investigação dessa modalidade, então tece inúmeros comentários sobre o *latim provincial* e regional, cita também as fontes para conhecimento da língua falada e finaliza sua exposição mostrando os subsídios para o estudo do latim corrente. Para esse autor, relendo Grandgent (1907), a modalidade vulgar deve ser vista como “substrato das línguas românicas e define-se como a língua das classes médias da população” (SILVA NETO, 2004, p. 12).

Dito de outra maneira, uma das características que a língua latina adquiriu nos diversos usos linguísticos, mais particularmente devido a diversidade de classes sociais em Roma, foi a

heterogeneidade dos falares. Isso se inicia antes da constituição do Império Romano e prossegue após sua queda, culminado com novos falares românicos (SOUZA, 2019a).

Nessa mesma linha de raciocínio, na obra *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*, de Oswaldo Antônio Furlan (2006), encontra-se a seguinte passagem esclarecedora:

**Latim vulgar** é, pois, aquela variante que foi correntemente falada pelo povo romano no Império e que, tendo evoluído de modos diferentes nas diversas províncias, com influência do substrato étnico-linguístico nelas encontrado pelos conquistadores, deu origem, desde o fim do século V dC, aos falares neolatinos regionais, chamados *\*romances* ou *romanços*, dos quais derivaram, até o final do 1º milênio, as atuais línguas neolatinas ou românicas. (FURLAN, 2006, p. 31, grifos do autor).

Com base no que foi dito por Furlan, percebe-se que as línguas românicas se originaram a partir dessa variante vulgar. Tais línguas se formaram a partir do contato entre o latim falado e os substratos e superstratos das regiões conquistadas por Roma. Os idiomas românicos podem ser vistos como o próprio latim evoluído. Com razão afirma Garcia (2008, p. 18): “Do latim vulgar, originaram-se as línguas românicas. Numa visão diacrônica do latim, poderíamos dizer que estas línguas, como o português, o francês, o italiano, o espanhol e outras, seriam a fase atual do latim, consideradas as variações de tempo e espaço”.

Convém destacar que:

Era o latim vulgar língua falada, não escrita. Língua da conversação diária, praticada por pessoas

pertencentes a várias classes sociais, mas sem qualquer intenção que não fosse a de intercâmbio de indivíduo a indivíduo, por sua natureza refugia à fixação pela escrita, indispensável apenas quando se trata da perpetuação de obras literárias ou da preservação de textos, como as leis, que se impõem ao conhecimento de uma coletividade (ELIA, 2004, p. 26).

Diante disso, percebemos que a modalidade escrita e a falada se afastaram cada vez mais uma da outra, pois só assim foi possível que ocorresse tamanha evolução. Para que o latim se tornasse as línguas românicas, algumas fases ocorreram, conforme salienta Cardoso (1993):

- Latim pré-histórico;
- Latim proto-histórico;
- Latim arcaico;
- Latim clássico;
- Latim vulgar;
- Latim pós-clássico;

Além dessas épocas/fases do idioma romano, Cardoso (1993) menciona outras variedades do latim, são elas:

- Latim de tabeliões ou latim bárbaro;
- Latim eclesiástico;
- Latim científico.

Às seis variedades anteriores, a autora faz um breve comentário, ressaltando os períodos em que ocorreram, porém,



pouca ênfase é posta nessas últimas duas variedades (CARDOSO, 1993). Em releitura das obras de Cardoso (1993) e de Garcia e Ottoni de Castro (2010), Miranda Poza (2019) elenca as seguintes fases:

- Latim pré-histórico;
- Latim proto-histórico;
- Latim arcaico;
- Latim clássico;
- Latim pós-clássico;
- Latim tardio;
- Latim medieval.

O autor se detém mais demoradamente na definição do que foi *olatin clássico* e *olatin vulgar*. À fase clássica, diz o estudioso: “é denominada como a **Idade de Ouro**. O período abrange desde o nascimento de Cícero (106 a. C.), isto é, aproximadamente o primeiro século antes de Cristo, até a morte de Augusto (14 d. C.)” (MIRANDA POZA, 2019, p. 24, grifos do autor). É quando são produzidas as mais significativas composições literárias da história romana, entre as quais, se destaca a epopeia de Virgílio, a *Eneida*.

Em relação ao *latim vulgar*, Miranda Poza (2019) diz essa variedade não é passível de ser posta em uma fase específica da história da língua latina, haja vista que a linguagem falada acompanhou a própria história do povo romano desde sua fundação. Para ao autor: “Este latim foi afastando-se progressivamente da língua escrita; é o latim do âmbito familiar, da fala habitual” (MIRANDA POZA, 2019, p. 29).

As datações apresentadas até aqui servirão para a elaboração de um esquema que trata da evolução do latim, que será apresentado logo mais adiante. Mas voltemos ao que Cardoso (1993) chamou de: *latim científico*, *latim eclesiástico* e *latim de tabeliães* ou *latim bárbaro*.

Em relação ao *latim científico*, importa-nos ouvir as palavras de Francisco de Freitas Leite, extraídas do livro (resultado de sua dissertação) *O latim em cartas do cariri cearense*:

Latim científico (ou latim das ciências) tradicionalmente é a denominação que sedá ao latim que foi mais vastamente usado, em tratados científicos, acadêmicos e filosóficos, desde a Idade Média até o início do século XX, pela ciência que via nele uma espécie de língua universal capaz de ser usada independentemente das fronteiras linguísticas que separavam os cientistas do mundo todo (LEITE, 2009, p. 34).

Esta variedade tomou força no fim do século XIX, à medida que novas espécies de plantas e animais foram descobertas pelos estudos da biologia e botânica, o uso dessa variedade se aplicava. Cada espécime novo recebe, geralmente, um nome em latim (RIZZINI, 1955). Conforme lemos em Leite, não seria espanto algum se encontrássemos algumas semelhanças entre o latim de *Quod Nihil Scitur* e outras obras filosóficas do mesmo período. Portanto, não descartaremos a possibilidade de olharmos para o latim científico como um desdobramento do *latim medieval-bárbaro*.

Em relação ao *latim eclesiástico* é certo que nasce dos ritos da Igreja Católica. Ele é o idioma utilizado desde meados do

século III ou IV d. C. pelos doutores da Igreja, com certas modificações na ortografiasomente a partir do século XVI d. C., com a inserção dos grafemas *j* e *v* pelo humanista Petrus Ramus (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010).

Dito de outro modo, essa variedade é “caracterizada como a língua oficial da Igreja [Católica], sendo tal idioma, obrigatório até 1961, nas cerimônias religiosas e na redação de documentos eclesiásticos” (MIRANDA POZA, 2019, p. 27).

Essa notícia é corroborada por Leite (2009, p. 29) que nos informa que:

O latim eclesiástico, ou latim da igreja, ou latim medieval, ou baixo latim são denominações que designam um latim que se pretendia herdeiro do latim clássico ‘escrito gramaticalmente, mas eivado de palavras novas, tomadas das línguas faladas e da contribuição grega’, no dizer de Hauy (1994, p. 12).

Notamos, a partir das considerações de Cardoso (1993), Leite (2009) e Miranda Poza (2019), que o *latim eclesiástico* seria, então, uma continuidade da língua clássica, culta, escrita. Era uma variedade de língua que conservaria o estilo dos grandes autores da Idade de Ouro. Porém, como veremos mais adiante, nenhuma variedade está livre completamente da influência de outras. A pureza entre as línguas seria um mito inalcançável.

Sobre o *latim bárbaro*, Miguel Eugenio Almeida (2011), afirma em seu estudo *Diplomata et chartae uma abordagem fonética no latim bárbaro*, que se trata de uma variedade utilizada em Portugal por tabeliães, durante os séculos XIII e XIV, mas que, aos poucos, foi sendo substituído pelo língua românica portu-

guesa, sob as ordens de D. Dinis. Ainda conforme as palavras do autor, esse *latim bárbaro* também havia sido empregado por eruditos desde a *Idade Média*. O autor conclui seus argumentos ressaltando o valor político-linguístico do *latim bárbaro* para estudos sobre a história do latim (ALMEIDA, 2011).

Temos, então, uma questão particularmente interessante sobre essa variedade: sua constituição enquanto língua alterada. Sousa da Silveira (1960, p. 36) chegou a afirmar o seguinte sobre ela:

Costuma-se entender por *latim bárbaro* o latim que aparece nos textos dos escrivães ignorantes da idade média: latim sem norma, que podia exibir todos os erros de que cada escrivão fôsse capaz. Neste ponto do programa, porém, é evidente que se denomina latim bárbaro a última fase do *latim vulgar* (grifos do autor)

Parece-nos oportuno dizer que sendo essa variedade a que sofrera a “infiltração” de vulgarismos e palavras de vocabulário oriundo da poluição romanesca, será dela, portanto, a fonte inesgotável de informações acerca das línguas românicas.

Em complemento ao que já foi dito, Leite (2009, p. 31) afirma que:

Ao lado do latim eclesiástico, surgiu o latim bárbaro ou latim de tabeliães, utilizado até os séculos XII e XIII, que é, segundo Haury (1994, p. 12), ‘um latim sem regra, também misturado com o léxico de outras línguas, empregado pelos tabeliães; foi o latim bárbaro que os cartórios documentaram em contratos, testamentos, doações e outros escritos de ordem jurídica.

Diante disso, devemos ressaltar, contudo, que não há consenso entre os autores sobre os períodos em que tais variedades foram empregadas. Sobre essa questão, proporemos mais adiante um sistema de classificação.

Uma advertência sobre a distinção entre *latimvulgar* e *latim bárbaro* deve ser posta:

Não devemos confundir *latim vulgar* com *latim barbaro*. Aquelle é lingua viva, que a pouco e pouco se modificou, e deu origem ás linguas romanicas ou *romanço*; este é o latim dos escrivães da idade-média, latim não só estropiado, mas mesclado de palavras e expressões da lingua fallada (VASCONCELLOS, 1911, p. 14-15, grifos do autor).

Temos nesse fragmento a confirmação do que mencionamos anteriormente e que devemos aprofundar: a de que o *latim bárbaro* conserva vestígios de uma *linguagem popular*. Por essa razão, o *latim bárbaro* serviu como instrumento de conservação de marcas da oralidade. Essa variedade é mais uma prova da existência do *latimvulgar*.

Estamos cientes de que as épocas/fases do idioma não podem ser vistas como estáticas, pois são apenas datas aproximadas, baseadas em evidências documentais. Mas consta na literatura historiográfica que:

Pelo que toca a Portugal, possuímos textos em latim barbaro, do seculo IX em diante. Antes de começar a usar-se o português nos documentos (contractos, testamentos, etc.), elles escreviam-se neste latim. Fallava-se uma lingua (romanço), e escrevia-se outra (latim barbaro). Ha muitos documentos

em latim barbaro nos *Portugaliae Monumenta Historica*, publicados pela Academia Real das Sciencias de Lisboa; os mais antigos provém de cartorios conventuaes da Beira e do Minho (VASCONCELLOS, 1911, p. 15, grifos do autor).

O *latim bárbaro* convivia lado a lado com os idiomas românicos. No entanto, nesse mesmo período, isto é, do século X em diante, o português e muitas outras línguas passaram também a ser utilizadas em alguns documentos escritos, apesar de ainda haver algumas imprecisões na ortografia, que só vão desaparecer com o processo de gramatização dessas línguas tempos depois.

Dentre essas épocas/fases mencionadas por Cardoso (1993), queremos destacar, mais demoradamente, o *latim vulgar*, também chamado por muitos autores de *latim provincial*, a se referirem aos diversos falares das regiões conquistadas. Essa modalidade era a língua falada pelo povo de Roma e das regiões conquistadas (CARDOSO, 1993, MIRANDA POZA, 2019), ou seja, era um idioma de uso diário, familiar (MIRANDA POZA, 2019; SOUZA, 2019a; SILVA NETO, 2004; ILARI, 1999).

Em leitura recente sobre a obra *Linguística Românica*, de Rodolfo Ilari, de 1999, Souza (2019a) argumenta que a modalidade vulgar do latim se diferenciava da variedade culta devido ao fato de apresentar *estruturas linguísticas analíticas, inovações sintáticas* e, em especial, *perda dos casos*, tornando a posição dos sintagmas da oração mais fixos. Sobre essa distinção, Coutinho (1981, p. 29) ressalta o conceito de língua clássica: “Diz-se *latim clássico* a língua, cuja imagem está perfeitamente configurada nas obras dos escritores latinos [...] Era uma língua artificial, rígida, imota [...]” (grifos do autor). Assim sendo, a forma escri-

ta permaneceu intacta, enquanto a forma falada evoluiu ao ponto de se fragmentar em dialetos românicos.

Dito de outra maneira:

O latim clássico é o da língua *literária* e da língua escrita em situação formal, com preocupações estéticas ou didáticas pelos escritores do período áureo da literatura latina (c. 100 aC a 100 dC). Resultou de cuidadosa elaboração estilística, seguiu a rigor princípios gramaticais greco-latinos e os modelos clássicos e, como tal, esteve longe do padrão da língua falada pelo povo (inclusive pela elite romana), que apresentava muitas variantes, por efeito da diversidade de etnias e de culturas que compunham o Império (FURLAN, 2006, p. 32, grifos do autor).

Entre o primeiro século a. C. e o primeiro d. C. teremos, então, uma língua profundamente gramatizada, isto é, padronizada. Diferente cada vez mais da oralidade. Não há dúvidas quanto à diferenciação entre ambas as modalidades. Em geral, entendemos que:

O **Latim clássico**, chamado pelos romanos de *sermo urbanus*, caracterizava-se pelo apuro do vocabulário, correção gramatical e elegância do estilo; é uma língua artificial e rígida, porém polida e requintada. Sinônimo de prestígio, era praticada por uma elite e usada nas escolas e nas obras dos escritores latinos: Cícero, César, Virgílio e Horácio (ASSIS *et al.*, 2014, p. 16-17, grifos dos autores).

Em consonância ao que já disse Ribeiro (1963, p. 46) quando afirma que: “O latim clássico nada mais é do que uma

filtração, feita pela literatura, do latim vulgar”. A escrita criou um abismo entre a língua de uma elite culta e uma população, em sua maioria, não letrada.

O distanciamento não apenas político ou social, era também linguístico. A língua popular evoluía juntamente com as mudanças por que o povo passava. Nesse sentido, é válido dizer que: “Chama-se *latim vulgar* o latim falado pelas classes inferiores da sociedade romana inicialmente e depois de todo o Império Romano” (COUTINHO, 1981, p. 30, grifos do autor). Uma língua que em nada se assemelhava à rigorosidade da escrita adotada por *Júlio César, Augusto, Catão de Útica, M. Túlio Cícero, Ovídio, Virgílio*, entre outros romanos ilustres (SOUZA, 2019a).

Ao elaborar uma descrição dos *Complementos de lugar em latim clássico e latim vulgar: uma comparação*, Maria Cristina Martins (2008) faz uma breve conceituação de *latim clássico*, suas variedades e logo depois fala do *latimvulgar*:

‘Latim clássico’ é a norma literária, altamente estilizada, que compreende o período que vai de 81 a. C. a 14 d. C. esta norma literária coexistia com o *sermo urbanus* ou *usualis*, língua oficial das classes cultas, e com o *sermo plebeius*, que pode ser ainda subdividido em outras variedades, notadamente no *sermo costrensis* ou *militaris* (língua dos soldados), no *sermo rusticus* (língua regional), *sermo peregrinus* (língua dos estrangeiros). ‘Latim vulgar’ é o termo tradicionalmente usado para se referir ao latim que mostra um conjunto de inovações gramaticais que não seguem as normas do latim literário (clássico), e que pode ser tomado como o latim falado. Este latim pertencia a uma população



que era muito pouco ou quase nada escolarizada e que, portanto, não poderia ter sido influenciada pelos modelos literários (MARTINS, 2008, p. 89-90).

Algumas novidades podem ser depreendidas da fala de Martins, em uma delas vemos que não havia, no latim, qualquer tipo de homogeneidade. Várias normas linguísticas coexistiam livremente, de modo que um mesmo falante podia dominar mais de uma. Um soldado, por exemplo, no campo de batalha usaria o *sermo militaris*, mas ao retornar para casa, campos pastoris, ele poderia se utilizar o *sermo rusticus*, pois muitos soldados integravam a plebe.

Outra questão que merece destaque, diz respeito ao *latimvulgar*, que para a autora, não seria uma modalidade que pudesse ter recebido influência do *latim clássico*. Veremos que isso não é uma verdade absoluta. Os chamados modelos literários influenciam o *latimvulgar* por intermédio de autores não clássicos, isto é, por autores de períodos posteriores a Idade de Ouro. Muitos autores, como os doutores da Igreja, entre outros, faziam uso de um latim que não mais se assemelhava a linguagem de Cícero. Por mais que fossem textos elaborados, as regras estilizadas do orador romano haviam se perdido quase que completamente.

Esse pensamento é defendido por outros autores. Em um deles, lemos:

O **Latim vulgar**, por outro lado, era usada pelo povo, sem preocupação com a correção gramatical, pelo contrário, serviu de instrumento de comunicação diária, com finalidades práticas e comerciais.

Também camada de *sermo vulgaris*, foi levado pelos soldados, colonos e funcionários romanos a todas as regiões do Império Romano. Sujeito a influências locais de costumes, raças, climas e outros fatores, o latim vulgar veio a fracionar-se em diferentes dialetos, o que resultou, logo a seguir, nas **línguas românicas** (ASSIS *et al.*, 2014, p. 17, grifos dos autores).

Em segundo lugar, ainda sobre as épocas/fases do latim destacadas por Cardoso (1993), queremos retomar a modalidade *medieval*. De acordo com Souza (2019a), o que compreendemos como modalidade medieval é, conforme a literatura atesta, uma herança do *latim vulgar* e, ao mesmo tempo, um traço igualmente herdado do *latim cristão/tardio*, utilizado entre os séculos III e IV/V d. C. Nesta fase do idioma latino, vários autores são encontrados, entre eles destacamos: Tertuliano, Ausônio, Amiano Marcelino, Cláudio Claudiano e alguns importantes doutores da Igreja Católica Apostólica Romana, entre os quais vale ressaltar: São Jerônimo, Santo Agostinho, Santo Ambrósio, Santo Antonio (MIRANDA POZA, 2019; SOUZA, 2019a; GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010; GARCIA, 2008).

Outra opinião que confirma as palavras de Martins (2008) e Assis *et al.* (2014) vem de Edwin B. Williams (2001), que em sua ilustre obra *Do latim ao português* informa:

O latim como língua viva estava sujeito a constantes modificações. Enquanto a língua das classes cultivadas (o latim clássico) se tornava cada vez mais uniforme sob a influência estabilizadora da cultura e do aprendizado, a língua do povo (o latim vulgar) se tornava cada vez mais diversificada

na medida em que se disseminava com a expansão do vasto Império Romano. O latim clássico se tornava uma língua morta, enquanto o latim vulgar se desenvolvia nas chamadas línguas neolatinas ou românicas (WILLIAMS, 2001, p. 15).

É evidente que o *latim clássico* como norma escrita estava bem mais “protegido” das mudanças que o *latim vulgar* enfrentaria. Portanto, é impossível afirmar até que ponto a norma do *latim vulgar* conservou qualquer tipo de normatização, ou seja, não havia padronização porque era uma norma regida pelo uso linguístico. Os romanos, especialmente os menos letrados, faziam uso do idioma sem nenhuma preocupação com o estilo ou normatização (COUTINHO, 1981).

Por outro lado, o *latim clássico* era regido por norma padronizada, com os casos latinos e flexões regulares. Havia não só gramáticos, mas também filólogos, retores, preceptores, copistas e outros tipos de estudiosos que viam no *latim clássico* uma língua que tinha de ser livre de corrupções da fala da plebe. Podemos afirmar que por uma *variedade gramatizada* não estaria sujeita às variações ou mudanças linguísticas. Fato esse que estava longe de ser verídico. As variações e mudanças atingiam e atingem qualquer variedade de uma dada língua. E com o latim isso não poderia ser diferente. Em todas as fases do latim houve alterações na fonética/fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e no léxico (WILLIAMS, 2001, BASSETTO, 2005, 2010).

Para Souza (2019a), Garcia e Ottoni de Castro (2010) e Garcia (2008), o *latim medieval* é uma variedade do latim usada entre o início do século IV e fim do século XIII d. C. De acordo Garcia e Ottoni de Castro (2010, p. 89), nesta fase, há textos de

gêneros variados escritos por inúmeros autores, tais como: “Sulpício Severo, Paulino de Nola, Prudêncio, Jordanes, Boécio, Gregório de Tours, Isidoro de Sevilha, Paulo Diácono, Alcuíno, João Escoto Erígena, Pedro Abelardo, Bernardo de Clairvaux (São Bernardo), São Boaventura, Roger Bacon”.

Dag Norberg produziu duas obras dedicadas ao estudo do *latim medieval*, a primeira, de título *Manual prático de latim medieval (I – breve história do latim medieval, 2006a)*, apresenta uma síntese histórica dessa modalidade; a segunda, de título *Manual prático de latim medieval (II – textos escolhidos, 2006b)* traz uma série de 11 textos escritos em *latim medieval* (traduzidos atualmente por José Pereira da Silva).

No tocante à origem do idioma, Norberg (2006a) faz os seguintes comentários:

No começo, o latim foi uma língua de pastores e de camponeses. Seu emprego estava restrito a Roma e seus arredores. Apesar do início humilde, o latim foi se tornando aos poucos uma língua de alta cultura, expandindo-se por todo o ocidente do império romano. Poucas línguas conheceram tão brilhante sucesso. Mais importante ainda é a história do latim após a queda do império (NORBERG, 2006a, p. 05).

O mesmo posicionamento é partilhado por Sousa da Silveira (1960), Ilari (1999, 2018), Funari (2001), Garcia (2008) e Garcia e Ottoni de Castro (2010), entre muitos outros. A expansão do *Imperium Romanum* levou consigo a língua, transmitindo-a as mais distantes regiões. Desse modo, o idioma dos romanos, inicialmente rude, evolui com seu povo, em seguida fragmenta-se,

tornando variados idiomas, como se verá logo mais adiante (CARDOSO, 1993). Para o momento, é preciso dizer que:

O latim falado, conservando, durante muito tempo, uma estabilidade espantosa, nunca morreu; modificou-se de uma geração a outra, diferenciou-se, e esta evolução deu origem às línguas neolatinas ou românicas. O latim escrito também não deixou de ser empregado. Ele servia como meio de expressão tanto nas igrejas quanto nas escolas: era escrito e falado (NORBERG, 2006a, p. 05).

Concordado com Norberg (2006a), trazemos as palavras de Sousa da Silveira (1960) que já alertava para o fato de que:

[...] essa língua, falada em vasto território e introduzida entre povos muito numerosos, e além disso diversos nas raças, nos hábitos linguísticos, nos costumes e tendências, não podia conservar uniformidade perfeita; produziram-se variedades locais, que se foram acentuando e dividiram a língua em dialetos [...] (SOUSA DA SILVEIRA, 1960, p. 34).

Muitas das variedades do latim se conservaram, mas somente graças a escrita, porque na oralidade seria inevitável a sua variação. Na escrita, por ser mais conservadora, a língua é revelada como se fosse *estática*. É a fotografia de um determinado momento.

É certo que o latim medieval já não era uma língua nacional e seu uso se limitava à classe erudita da sociedade. Mas, graças a isso, não conhecia frontei-

ras geográficas. Com o cristianismo, passa às regiões de línguas céltica, germânica, húngara e eslava, tornando-se uma língua comum a toda a civilização ocidental, imprimindo-lhe um cunho inapagável (NORBERG, 2006a, p. 05).

É justamente essa preservação do texto escrito que nos interessa. Apesar de tantas mudanças sofridas pelo latim ao longo de mais de dois mil anos, o texto escrito permaneceu quase que inalterado. Dado esse caráter conservador da escrita, foi possível depreender o fenômeno gramatical e, assim, percebermos de que maneira a gramática do latim se comportava. Pela escrita, além de detectarmos essa estrutura, podemos também perceber o que, de fato, mudou. Entre o *latim clássico* e o *latim medieval* há determinadas mudanças, porém são superficiais e não alteram o sistema da língua.

Entre o fim dos séculos XIV e XVI ocorre o movimento cultural conhecido por *Renascimento* e, nesse período, houve uma retomada dos estudos da literatura e filosofia greco-latina, conseqüentemente, um retorno aos modelos estilizados da antiguidade. Obras como as de *Cícero*, *Donato*, *Prisciano* e *Quintiliano* são novamente mote de investigações.

Sobre essa questão, vale trazer o pensamento de Furlan (2006, p. 34):

Por efeito do Renascimento, iniciado já no século XIV, o Classicismo Quinhentista e o Arcadismo adotaram os ideais estéticos da literatura grega e latina e propuseram-se a imitar os moldes clássicos dela, tendo produzido obras de primeira grandeza. Ela expressou poemas de Dante, Petrarca e Bocácio (séc. XIV), a multieditada *Imitação de Cristo*, atribu-

ida ao alemão Tomás de Kempen (*lat.* Kémpis), 1380-1471, assim como da filosofia e pesquisa de Pico della Mirândola (séc. XV), Sannazaro, Erasmo, Tomás Mórus (séc. XVI) e Descartes (*Cartésius*), Newton, Leibniz, Spinoza e outros (séc. XVII-XVIII).

O latim por ter se tornado uma *língua franca*, empregada no texto escrito da ciência dessa época, torna-se, assim, um veículo não apenas de comunicação, mas também de divulgação das grandes descobertas das ciências, da filosofia, do mundo. A obra de Sanches, como sabemos, foi escrita inteiramente nessa língua. E sendo o Sanches um cientista renascentista, vemos nesse texto a oportunidade de reconhecer as razões para o seu emprego. A obra pertence ao século XVI e, por essa razão, seguiu o raciocínio da época: o latim, língua universal – que representa o que havia de mais belo na cultura greco-latina.

Em outras três classificações das outras variedades do latim, temos, na primeira, a seguinte organização:

- baixo-latim – intermediário entre o clássico e o vulgar. Língua em que foram escritos trechos bíblicos e em que foi divulgada a doutrina cristã.
- latim familiar – de conversação e de cartas de pessoas instruídas.
- latim bárbaro – exclusivamente escrito, era o latim dos copistas da Idade Média. Chama-se bárbaro porque era mesclado de vocábulos romances e provinciais (ASSISet *al.*, 2014, p. 17, grifos dos autores).

Dois pontos sobre esse fragmento devem ser destacados. O *baixo-latim* seria então o idioma que perdura, atualmente, nos escritos do Vaticano, haja vista ser, senão o *latim clássico* é, pelo menos, o latim menos “alterado” pelos hereges, como prega a Igreja. Por outro lado, o *latim bárbaro*, ao contrário do que se acredita ser um latim “corrompido”, é a língua utilizada na escrita, especialmente nas cópias de importantes obras, a bíblia, é um exemplo.

Temos um contrassenso! Sendo o *latim bárbaro* uma forma de língua de menos prestígio, como então ela serviu para a cópia de documentos e escritos? O *latim bárbaro*, como apontam Assiset *al.*, era uma mistura de vocabulário latim/romance e, talvez por essa razão, não seria a linguagem adequada à Igreja. Fato esse que não pôde ser atestado, até então.

Mas há algo em que podemos nos agarrar para fazer um comentário contrário a hipótese de que esse *latim bárbaro* não servia a Igreja. Almeida (2011) nos informa que o *latim bárbaro* compunha a escrita do *latimvulgar* na Idade Média. Concordando com isso, Leite (2009) diz que o *latim bárbaro* ou *latim de tabeliães* tem sua origem no *baixo-latim*. Sabemos também que foi no *baixo-latimmedieval* em que foi vertida a *Vulgata* de São Jerônimo (LEGROSKI, 2008). Somado as essas opiniões, Ribeiro (1963, p. 51) diz que o “Baixo-latim era o latim literário da decadência, principalmente o latim dos autores cristãos”.

Ainda no estudo sobre *O latim vulgar na Vulgata de Jerônimo*, Marina Legroski (2008):

Fica claro, também, que a *Vulgata* pode ser considerada um registro escrito permeado por elementos do latim vulgar. Mesmo que as escolhas lexicais



não demonstrem um vocabulário menos erudito, as construções utilizadas, a ordem das sentenças, o uso de formas analíticas e os demais dados aqui apresentados corroboram para essa hipótese. Se não inscrevermos essa variedade dentro do latim vulgar, pelo menos devemos admitir que as construções se modificam de forma a parecerem mais com a língua mais popular (LEGROSKI, 2008, 148).

Portanto, seria oportuno afirmar que o *baixo-latim/latim bárbaro* são variedades do latim que estão ligadas, Ribeiro (1963) chega a dizer que se trata de uma mesma variedade linguística. A importância e reconhecimento do mérito dessas variedades serão assegurados por causa do uso do latim no texto das *Sagradas Escrituras* e nos demais escritos feitos pelos doutores da Igreja.

Na segunda classificação, Câmara Júnior (2011a, p. 77) igualmente afirma que o *latimmedieval* é o mesmo que *baixo-latim*, posto que esse seja o “Nome que se dá ao latim usado na Idade Média como língua escrita, em vez das línguas nacionais”. Para Câmara Júnior, o *baixo-latim* é a continuação da língua que hoje vigora no Vaticano. De acordo com esse linguista, o *baixo-latim*:

Caracteriza-se pela adaptação às condições novas da civilização medieval, em cotejo com as da Antiguidade, especialmente na sintaxe e no léxico; sob muitos aspectos afasta-se, portanto do latim clássico dos antigos escritores romanos (cf. Cohen, 1950, 78). O baixo-latim continua o latim dos Pais da Igreja, nos primeiros tempos do Cristianismo, e deturpou-se afinal em LATIM BÁRBARO, nos car-

tórios medievais, em documentos de rotina tabeli-  
oa, que, redigidos por escrivães incultos, são mui-  
tas vezes a mera latinização da língua românica fa-  
lada pelo redator do texto [...] (CÂMARA JÚNIOR,  
2011a, p. 77, grifos do autor).

Notamos no fragmento que os redatores “incultos” co-  
metiam desvios não só de palavras latinizadas, mas também da  
norma. Segundo o linguista, algumas das formas empregadas  
pelos tabeliães, muitas vezes, não passavam de neologismos e  
outros tipos de criações lexicais. Havia ainda outros modos de  
“corrupção” do idioma dos Pais da Igreja, que eram a inserção  
de artigos (definidos e indefinidos) e pronomes (caso reto, em  
especial) que interferiam diretamente na sintaxe da língua.

Discordamos de Câmara Júnior no tocante a ideia de que  
isso seria uma “corrupção” do latim. As modificações que ocor-  
rem no interior do sistema (sejam fonético-fonológica, morfoló-  
gica, semântica ou lexical) não empobrecem a língua. Longe  
disso! Foram essas mudanças que permitiram que o latim se  
fragmentasse e se tornasse um emaranhado de dialetos, que se  
uniram a outros tantos, formando novos idiomas.

Concordamos, sim, com as palavras de Ribeiro (1963, p.  
47) que nos faz um último alerta: “Precisamos convir que o *la-  
tim vulgar* não é senão o verdadeiro latim, a língua viva dos ro-  
manos e não é uma corruptela do *latim clássico* ou *literário*; êste é  
que é, em verdade, uma criação por vêzes artificial, sempre esti-  
lizada sôbre o modelo popular” (grifos do autor).

Por fim, trazemos aqui a terceira classificação das varian-  
tes do latim. Nela vemos uma síntese da classificação proposta  
por e Assiset *al.* (2014) e Câmara Júnior (2011a), com algumas  
informações ampliadas:

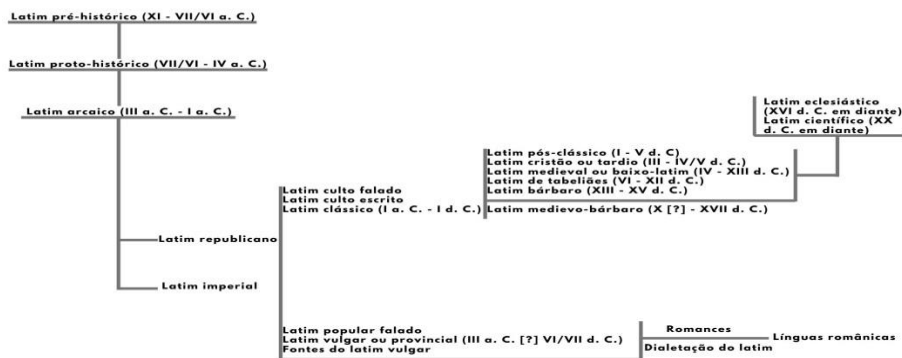
Entre as denotações das denominações destas variantes, registradas inclusive em dicionários da língua, sobressaem as e de usuários: a) latimarcaico, aquele que se documenta desde cerca de 100 a.C.; b) latimimperial, aquele que foi escrito nos dois primeiros séculos da era cristã, já não clássico mas ainda de ótima qualidade, como o de Tácito, Sêneca, Plínio o Jovem, Juvenal e Quintiliano; c) latimcristão, o empregado pelos escritores cristãos após o século II dC para anunciar ao povo a boa-nova de Cristo; d) latimtardio ou baixo-latim, o dos séc. III a VII, usado pelos monges, pautado na tradição gramatical do latim literário; e) latimescolástico, aquele que foi escrito pelos teólogos da Escolástica dos séc. XII e XIII; f) latimbárbaro, ‘conjunto de formulas latinas mais ou menos corretas, de mistura com vocábulos de outras línguas [como a galaico-portuguesa] sob forma alatinada ou não, que foi legado à posteridade nos documentos notariais da Idade Média’ (FURLAN, 2006, p. 33, grifos do autor).

Nas definições apresentadas, observamos que o *baixo-latim* se configura como uma herança do *latim clássico* e que *latim bárbaro* conserva os resquícios das línguas românicas, concordando o autor com o que foi dito antes por Assiset *al.* (2014) e Câmara Júnior (2011a). Essas e outras informações trazidas por Furlan (2006) nos permitem formular o conceito de *latim medieval-bárbaro*: um latim empregado em textos, especialmente científicos, que perpassa da Idade Média ao Renascimento, que herdou a base gramatical do *latim clássico* e as mudanças linguísticas do *latim vulgar*. Uma língua com características do *latim medieval* e *baixo-latim/latim bárbaro*, simultaneamente. Um

idioma profundamente enriquecido com vocabulário românico e criações linguísticas, tais como neologismos, estrangeirismos, empréstimos e interferências. Enfim, a língua dos copistas da Idade Média e a dos cientistas e filósofos renascentistas.

Para sintetizarmos o que foi dito, utilizaremos um sistema da evolução do latim, em forma de *árvore*, elaborado das leituras das datações encontradas em Ilari (1999, 2018), Cardoso (1993), Furlan (2006) e Garcia e Ottoni de Castro (2010).

**Figura 3 – Cronologia das variedades do latim**



**Fonte: Primária (nosso arquivo pessoal)**

A relação entre o *latim médio-bárbaro* e os romances deve ser observada com cautela. Não estamos afirmando que seria essa uma relação direta, como ocorre entre o *latim cristão/tardio* e o *baixo-latim*. É, na verdade, uma relação indireta, mais precisamente, de contato linguístico em que há influências do romance ibérico sobre o *latim vulgar* (oral), como apontou Assiset *al.* (2014).

Será esse *latim medievo-bárbaro* que encontraremos em *Quod Nihil Scitur*. Precisaremos compreender melhor as características das mudanças linguísticas do *latimvulgar*, buscando outras fontes que sinalizem tais detalhes. Com isso, poderemos avaliar as diferenças entre o clássico, o vulgar e o medievo-bárbaro.

#### 4.1 Fontes do latim vulgar

Diferentemente do *latim clássico*, facilmente identificado nos registros literários do primeiro século a. C., as fontes do *latimvulgar* são escassas, para dizer tudo, tais não existem no sentido estrito do termo. Quando se fala em *fontes* se quer dizer de documentos literários ou de outras naturezas, mas que conservam neles traços representativos da oralidade. O valor documental, histórico e linguístico dessas *fontes* é algo inquestionável, pelo menos agora na atualidade. Não podemos, porém, nos afastar do posicionamento de Silva Neto (2004, p. 08-09):

Como se sabe, não há textos escritos em latim ‘vulgar’: isso seria uma contradição, pois se trata, em essência de uma língua falada. Contudo há traços vulgares, traços de língua falada em determinada espécie de textos: são eles condicionados por necessidades estilísticas, descuidos ou imperfeita preparação de certos escritores.

Com base nesses argumentos, devemos tomar certos textos com acuidade, examinando com cautela, a fim de não se criar ou propor falsos juízos de valor sobre a obra em análise. Sobre essa questão, já nos advertia Theodore Maurer Jr. Na-

*Gramática do latim vulgar*, de 1959, e em *O problema do latim vulgar*, de 1962. Em leitura dessas obras, Castilho (1963, p. 145) destaca:

O problema do latim vulgar, pedra de toque da Filologia Românica, tem sido debatido pelas mais variadas correntes de romanistas, dividindo-se as opiniões não só quanto à conceituação do latim vulgar, senão também quanto aos seus métodos de estudo, datação e estabelecimento das fontes para a reconstituição.

A expressão *latim vulgaresteve* e ainda está envolta de muita complexidade e polêmicas. Não houve consenso por muito tempo, até mesmo entre romanistas. Herman ([1967] 2000), Väänänen (1968), Silva Neto (2004) e Maurer Jr. (1959, 1962), para citar os mais conhecidos, dedicaram parte de suas investigações na tentativa de uma definição precisa sobre o que seria de fato o *latim vulgar*. Traremos mais adiante algumas definições colhidas de variados autores e várias épocas. Nelas, muitas vezes com conceituações até mesmo antagônicas, encontraremos posicionamentos que refletem justamente a natureza complexa que é a aceitação do termo *vulgar*.

Talvez a melhor escolha fosse adotarmos a definição “*latim corrente*” dada por Silva Neto desde a primeira edição da obra *História do latim vulgar* ainda em 1957, bem como a partir da discussão que fez sobre o *Appendix Probi*<sup>21</sup> em *Fontes do latim vulgar*, de 1946 e logo depois nos apresenta o artigo *Três inscri-*

---

<sup>21</sup> Obra é definida do seguinte modo: “Chama-se APPENDIX PROBO (*Apêndice de Probo*) por que foi achado como anexo a uma obra do gramático PROBO – o que não significa fosse esse o seu autor. Ao invés, o benemérito censor do APPENDIX é desconhecido. Por isso alguns autores o chamaram, *Appendix ad Probum*” (SILVA NETO, 2004, p. 100, grifos do autor). Não entraremos na querela da autoria da obra.

ções do *latim vulgar*, de 1948. Mas é preciso fazermos uma discussão aprofundada do tema, porque o próprio autor faz a seguinte advertência: “o latim corrente é, por excelência, uma língua falada, não escrita” (SILVA NETO, 2004, p. 36).

Não há dúvidas de que tomar o *latim vulgar* como língua falada recai na dificuldade de se apresentar tais provas, algumas delas passíveis de críticas, como é caso das inscrições, devido a precariedade da caligrafia. Retomar a oralidade de tempos longínquos torna-se difícil pela escassez de documentos (CASTILHO, 1963). Estamos cômnicos de que: “O caráter de língua falada inerente ao latim vulgar causa-nos grande dificuldade” (SILVA NETO, 2004, p. 40). O trabalho filológico fica parcialmente comprometido, lhe restando somente os poucos dados de que dispõe em textos, na grande maioria, deteriorados ou pouco precisos. Graças ao advento do método histórico-comparativo, pode então o filólogo realizar incursões sobre a língua falada, a partir de reconstruções linguísticas (MARASCHIN, 2007). Temos, portanto, a tarefa de construir a língua com o fundamentos em dados escritos, mesmo que parciais.

Ao tratar dessa problemática, Silva Neto (2004) comentando sobre a proposta de Meyer-Lübke (1888) de que a história da língua latina em sua modalidade popular deveria ser reconstruída com ajuda exclusiva das línguas românicas não se sustenta.

Realmente, a frase [de Meyer-Lübke] ia um pouco além da realidade, pois as línguas românicas são de inapreciável valor para o conhecimento do latim falado, mas não para reconstruí-lo e sim para confirmá-lo: constituem apenas elementos de verificação (SILVA NETO, 2004, p. 43).

Isso significa dizer que as línguas românicas podem integrar o *corpus* investigado, mas não somente elas. Os dados escritos são cruciais e não podem ser excluídos. Doutro modo, muitas das reconstruções feitas por filólogos e linguistas do passado não teriam sido refutadas devido ao fato de serem meras reconstruções hipotéticas e até exageradas, outras tantas foram confirmadas através de amostras escritas, como ressalta Silva Neto (2004, p. 45):

É para nós ponto capital que a base das línguas românicas tem de ser encontrada e estudada nos textos, fragmentos e informações de toda a ordem que a antiguidade nos legou. Por mais escasso que seja esse material, ele oferece a possibilidade de obter-se um quadro nítido da língua corrente, oposta à língua estilizada.

Em outra passagem da mesma obra, prossegue o autor:

O problema da reconstituição do latim falado é uma tarefa em que devem colaborar latinistas e romanistas. Mas a base desse trabalho não pode ser uma reconstituição teórica, feita sob a medida das línguas românicas, mas uma reconstrução lenta e segura que leve em conta, principalmente, os dados colhidos em textos de toda a sorte (SILVA NETO, 2004, p. 53).

Ora, é fato amplamente aceito que o trabalho filológico consiste em examinar textos, especialmente antigos, reconstituindo seus sentidos conforme a leitura, comparação, análise ou tradução, exaurindo deles a compressão clara e objetiva dos



assuntos ali tratados. O filólogo também busca determinar os sentidos a partir de certos contextos de usos ou mediante a comparação com outras construções textuais.

Dessa visão decorre a nossa hipótese inicial: a de que a obra de Sanches é uma *fotografia* de seu tempo, que conserva em suas linhas marcas de uma oralidade vigente no século XVI. Também concordamos com Silva Neto (2004) quando fala em *estilo individual de um autor*, do qual transparece na escrita sua expressividade. É através da escrita que o *modus scribendi* se sobressai. Um autor como Sanches imprimiu seu modo particular de ver a língua, com finalidade e destreza. O uso de uma modalidade específica do latim deve ter tido, seguramente, certas razões das quais ainda não temos provas, mas buscaremos demonstrá-las à medida que analisarmos a língua.

Duas outras questões precisam de nossa reflexão: em primeiro lugar, as línguas mudam com o passar do tempo e isso implica dizer que o latim não foge a essa regra. Assim, o latim apresentava variedades que podem ser avaliadas a partir de dados não isolados, mas comuns a textos variados (*peças, comédias, farsas* etc.), onde haja a fala dos personagens. Em segundo lugar, a evolução linguística se realiza por meio da variação e, em seguida, pela mudança linguística. O latim, como qualquer outro idioma, apresentou variações e estas, por sua vez, evoluíram, muitas entraram em desuso, outras foram reutilizadas com novas significações, outras, ainda, sofreram variados tipos de metaplasmos (MARASCHIN, 2007; COUTINHO, 1981).

Ao mencionar as fontes desse latim falado, mostrando as representações da fala na escrita, Maraschin (2007) lembra que apesar de não termos textos escritos inteiramente em *latim vul-*

gar, muitas fontes literárias e não-literárias conservam vestígios da oralidade: *inscrições, epígrafes, tabuinhas ou tábulas execratorias, cartas* e várias outras composições escritas. Nesses textos, frisa a autora, foram muitas vezes escritos por pessoas incultas, que não compunham a aristocracia romana. Por essa razão, o latim ali escrito apresentava impropriedades, desvios da norma culta e até erros crassos (MARASCHIN, 2007).

Os textos da literatura latina do I séc. a. C. e I séc. d. C., em sua maioria, encobriam as verdadeiras falas da plebe romana. Somente a linguagem da aristocracia romana, isto é, as artificiais falas dos patrícios, sacerdotes e senadores, por exemplo, é que são ressaltadas nesse período. Durante muito tempo, o povo romano não teve acesso ao que a nobreza sabia. A escrita (e leitura) não era um bem-comum. Só aqueles mais abastados tinham acesso às letras. O latim literário permanecia intocável ao populacho. Os textos não-literários, como ressaltava Maraschin (2007), ficavam nas mãos daqueles que pouco utilizavam o *lati-murbanitas*. Assim sendo, é preciso conhecer quais foram essas fontes.

Roberto Oliveira (2013) no artigo *Aspectos do latim vulgar*, também confirma que raras são as fontes que atestam a existência de um latim vulgar, mas, entre estas, encontram-se trechos de obras de comédias – nas falas dos personagens que representam a plebe; em compêndios gramaticais – nos trechos em que houve identificação de formas não usuais da escrita ou desvios da norma gramatical; nas inscrições deixadas pela plebe; nos “cochilos” dos copistas de códices – quando estes cansados cometiam erros no momento das transcrições dos textos; nas falhas dos escritores – por equívocos ou hipercorreções; inscrições e textos antigos possuem vestígios de língua falada: *De Architec-*

*tura*, de Marco Vitruvius (do século I d.C.), *Satírico (Satyricon)*, de Petronius (do ano 60 d.C.), *Peregrinatio ad loca sancta*, de Egeria/Étéria (do século IV d.C.), as *glosas* (de várias épocas) e *Appendix Probi*, atribuída geralmente a Probus (do século III/IV d.C.) (OLIVEIRA, 2013).

Temos, assim, as indicações de algumas das fontes que conservam os vestígios da língua falada. Somada a essas, Coutinho (1981) nos informa que além da *Peregrinatio ad loca sancta* e do *Appendix Probi*, há também, *Inscriptiones, Opus agriculturae* e *De medicina pecorum*, de Paládios (do século IV d.C.), *Mulomedicina Chironis* (do século V), *Regula Monachorum* (do século VI), soma-se também as obras de São Gregório de Tours (do século VI), as de Isidoro de Sevilha (do século VII) e, especialmente, as *línguas românicas* (COUTINHO, 1981).

Em seu manual basilar, *Filologia Românica*, Andrade (2008) pontua cada uma dessas fontes. Mas antes, faz um apinhado geral que nos interessa conhecer. Conforme as palavras do autor, investigar uma língua falada traz uma série de dificuldades, sendo a principal delas a falta de materiais escritos impressos ou manuscritos. Ao contrário das obras que conservam o *latim clássico*, das quais se encontram inúmeras produções de alto valor, percorrendo um período de quase um século de literatura escrita. Para o autor, a riqueza de materiais linguísticos está nas próprias línguas românicas, bem como em quaisquer obras posteriores a queda do império romano, que retratem a vida diária do populacho, com uma linguagem desprovida do rigor gramatical, espontânea e natural. Há, ainda, as inúmeras inscrições latinas encontradas em regiões ao redor de Roma, com destaque para os grafites, pichações e inscrições em lugares como Pompéia (ANDRADE, 2008).

A esse respeito diz Funari (2003, p. 69): “Os romanos escreviam nas paredes e Pompéia deixou-nos uma grande quantidade dessas inscrições”. E, logo mais adiante, completa:

De fato, as paredes de Pompéia testemunham a ocupação pelos grafiteiros de *todos* os espaços disponíveis: ali encontramos cerca de uma inscrição por adulto, homens e mulheres, livres e escravos, feitas nos últimos momentos da cidade, o que significa dez mil inscrições (FUNARI, 2003, p. 80-81).

O valor documental, histórico e linguístico dessas inscrições e *graffiti* são ainda hoje incomensuráveis. É certo também que para se faça o estudo desses rascunhos de paredes e quaisquer outras fontes, torna-se igualmente necessário o auxílio de ciências e diferentes áreas do saber. Sobre o que foi dito pelo estudioso, podemos afirmar que, apesar da precariedade dos documentos, é possível, a partir desses registros, reconstruir a língua oral. Para isso, os estudos de *linguística histórica, história, paleografia, codicologia, historiografia, numismática, arqueologia, filologia*, entre outras ciências, têm servido para essa reconstrução do idioma romano. “Portanto, os filólogos trabalham num campo interdisciplinar em que é preciso buscar, reunir, integrar informações advindas de várias fontes e ciências” (LIMA, 2008, p. 15).

Para Andrade (2008), os registros literários e não-literários também são importantes para essas avaliações. Vale ressaltar que, com base nos argumentos do autor, a decadência romana foi um período no qual o registro da oralidade ascendeu. A razão, como ressalta, está na precária formação intelec-

tual dos escritores, que em nada mais lembram os grandes oradores romanos, tais como *Cíceroe César*.

De modo similar ao que fizeram os autores aqui mencionados, Ruy Magalhães de Araújo (2003) nos dá as indicações das fontes para estudo da língua falada pelos romanos no estudo *Fontes do latim vulgar*, sinalizando os seguintes documentos: *inscrições* representativas do cristianismo, originárias de povos vindos da Galileia; *inscrições parietais* (*graffiti*) das ruínas da cidade de Pompéia; *tabuinhas ou tábulas execratorias* (*tabellae defixionum*<sup>22</sup>); *Mulomedicina Chironis*; *Appendix Probi*; *Peregrinatio ad loca sancta*; *Glossários* de Reichenau e de Cássel; *comédias* de Plauto e fragmentos de obras de *Vitrúvio*, *Petrônio* e *Apício*, além de escritos de *gramáticos*, *lexicógrafos* e *mestres daretórica* que se utilizaram do *latim vulgar* (ARAÚJO, 2003).

Outros autores corroboram com essa lista, entre os quais, destacamos o trabalho de *Silvio Elia* (2004), com *Preparação à Linguística Românica*, e *Martins* (2007), com *Fontes do Latim Vulgar*, além do já mencionado artigo *Três inscrições do latim vulgar*, de *Silva Neto* (1948). Outro autor amplamente aceito reforça a lista de fontes, acrescentando que:

Foi o latim vulgar dos soldados, colonos e mercadores o que se propagou à comunidade romana. Dele possuímos hoje menos documentos do que do latim clássico. Encontramos restos nas comédias de Plauto e Terêncio, no *Satyricon* de Petronio, na *Silviae vel potius Aetheriae peregrinatio ad loca sancta*, atribuída a uma freira da Península Ibérica, na *Mulomedicina Chironis*, de *Claudio Hermerio*, no *Ap-*

---

<sup>22</sup>São definidas nos seguintes termos: "Consistem em fórmulas mágicas, encantações, maldições, enfim, assuntos diretamente ligados à massa do povo" (SILVA NETO, 2004, p. 100)

*pendix Probi*, lista de erros compilados por um gramático, nas inscrições, nas várias glosas, de Silos, de Cassel, de Reichenau etc. (NASCENTES, 1954, 22).

Diante do já exposto, ressaltamos que nossa intenção, ao trazer essas fontes, é mostrar o quão importante elas são para estudo da língua falada em Roma e nas demais regiões conquistadas pelos romanos. E, também, saímos em defesa da obra *Quod Nihil Scitur*, pois vemos nessa, uma fonte que atesta o uso do *latim medieval-bárbaro*. Essa visão nos permite tomar o texto de Sanches como documento histórico e linguístico, uma fonte indispensável para estudos do *latim vulgar*.

Conforme definimos no início desse capítulo, o *latim medieval-bárbaro* foi utilizado em textos de cunho filosófico, religioso e científico entre os períodos que compreendem a Idade Média e culminam com o florescimento das ideias no Renascimento. Nessa variedade do latim, apresentava certas características que oscilavam entre a modalidade medieval e o aparecimento de formas vulgares, inclusive com a influência das línguas românicas (e até línguas bárbaras).

## 4.2 Características do latim vulgar

Os termos *sermo classicus* (ou *urbanus*) e o *sermo vulgaris*, como definidos por Coutinho (1981), Silva Neto (2004), Leite (2009), Mattos (2009) e Ilari (1999, 2018), são as duas principais variedades do latim. É importante que saibamos que elas não são únicas variedades existentes, há, ainda: *sermo cotidianus*, *sermo usualis*, *sermo proletarius* e *sermo inconditus*, todos empregados, geralmente, pelo populacho romano (LEITE, 2009). Dou-

tra sorte, Silva Neto (2004) defende a tese de que o latim falado nas regiões conquistadas seria *olatum provincial ou latim corrente*, o que representaria um *continuum* ininterrupto entre o passado e o presente das línguas originárias da língua do Lácio.

É costume, portanto, aprendermos que:

Em Roma, ao lado do latim dos literatos, o latim clássico de Virgílio e Cícero em suas obras (*sermo nobilis, sermo urbanus*), havia o latim popular, o latim vulgar, do povo inculto (*sermo plebeius, sermo vulgaris, sermo cotidianus, sermo rusticus*) (NASCENTES, 1954, p. 22, grifos do autor).

Além dessas nomenclaturas adotadas ao *sermo urbanus*, os termos *sermo erudituseperpolitus* também podem ser encontrados. As duas modalidades mais evidentes, isto é, a clássica e a vulgar, conviviam no seio da sociedade romana, lado a lado, uma influenciando sobre a outra. O léxico latino se ampliou consideravelmente com o passar dos séculos graças a influência mútua entre os falares e uma escrita que aparentava ser impermeável aos vulgarismos (MARTINS, 2008).

Sobre o *sermo urbanus* e *sermo literarius* há escrito em português, por exemplo, uma vasta quantidade de pesquisas, tais como dissertações e teses produzidas por estudiosos em universidades espalhadas pelo Brasil e em outros países lusófonos (Cf. SILVA, 2015; PINO, 2014; BENEDICTO, 2013; LIMA, 2012; COSTA, 2011; CARDONA, 2010; RONDININI, 2009; FONTES, 2008, 2012; MIOTTI, 2006; OLIVEIRA, 1992; MARTINS, 1996, 2002; LEITE, 2009, 2014).

Nesse mesmo sentido, há também um conjunto de gramáticas sobre o latim de Cícero e de César escritas em variadas lín-

guas (Cf. SHARPLEY, 2003; GUASCH, 1940; ALMEIDA, 2000; gramáticas em língua inglesa, espanhola e portuguesa, respectivamente). Pelo menos três características do *latim clássico* costumam ser ressaltadas nesses instrumentos linguísticos: *apuro do vocabulário, correção gramatical e elegância de estilo* (COUTINHO, 1981). Essas características são confirmadas por Sousa da Silveira (1960, p. 32), que as organiza do seguinte modo: “Caracteres: sintético; flexivo; moderado uso de preposições; ordem inversa”. Era, portanto, uma modalidade estritamente estilizada, em que se escrevia muito diferentemente do que se falava. Por mais que o próprio *Cícero* confirmasse que ele mesmo falava numa língua vulgar, isso não significa que se refere às formas vulgares do populacho inculto romano como as vemos nos exemplos comentados por Silva Neto (2004) em sua *História do latim vulgar*. *Cícero* se utilizava de uma linguagem mais simples, assim como também fazia o primeiro imperador romano, *Augusto* (SILVA NETO, 2004).

Por outro lado, o latim corrente apresentava diferentes características:

Caracteres: analítico; formas verbais compostas; redução das flexões; largo uso de preposições; uso de determinantes com função de artigos; ordem natural; vocabulário mais reduzido e algo diferente do latim clássico; alterações e reduções fonéticas (SOUSA DA SILVEIRA, 1960, p. 32).

Em uma segunda classificação, na comparação com *latim clássico*, dizemos que o *latim vulgar* é: 1) era geralmente mais simples em todos os aspectos gramaticais; 2) era mais analítico, enquanto que o clássico era mais sintético; 3) era mais concreto,



porém menos objetivo; 4) normalmente era mais expressivo, porém com menos floreios retóricos; 5) era permeável a elementos estrangeiros, assim como a empréstimos linguísticos (MARTINS, 2007).

Para que possamos compreender melhor a estrutura dos vocábulos latinos populares, utilizaremos como fonte as amostras colhidas da obra *Pontos de Gramática Histórica*, cuja primeira edição data de 1938, com nova edição a partir de 1976 e hoje intitulada *Gramática Histórica*, na edição de 2011. Nessa obra, Coutinho (1981) diz que *ovocabulário dolatimvulgar* caracteriza-se:

1) pela preferência dada às palavras compostas, derivadas ou expressões perifrásticas: *\*accu'iste (iste)*, *depost (post)*, *fortimente (fortiter)*; *\*calcanear (calcaneum)*, *ovicula (ovis)*, *\*permanescere (permanere)*, *\*coratio (cor)*, *\*sperantia (spes)*; *vernum tempus (ver)*, *jam magis (nunquam)*, *hac hora (nunc)*;

2) pelo sentido especial, atribuído a alguns vocábulos do latim clássico: *comparare (comprar)*, *viaticum (viagem)*, *parentes (parentes)*, *paganus (pagão)*;

3) pelo emprego frequente de termos, representativos de ideias, que eram expressas diferentemente no latim literário: *caballus (equus)*, *apprendere (discere)*, *jocus (ludus)*, *bucca (os)*, *focus (ignis)*, *casa (domus)*, *grandis (magnus)*, *omnis (totus)*, *campus (ager)*, *bellus (pulcher)*, *bibere (potare)*, *manducare (edere)* (COUTINHO, 1981, p. 32, grifos do autor).

Não temos a pretensão de nos atermos ao *sermo urbanus*, mas a ele retornaremos sempre que for necessário às discussões. Em relação às gramáticas, adotaremos, entre outras: Ravizza (1940), Rizzini (1955), Faria (1958), Besselaar (1960), Cart *et al.* (1986), Comba (1991), Garcia (2008), Almeida (2000), Resende (2013) e preferencialmente a nomenclatura gramatical e conceitos oriundo do dicionário gramatical de Garcia e Ottoni de Castro (2010). Nessas obras, encontraremos os principais aspectos da morfologia, sintaxe, semântica e tradução.

Iremos, nesse momento, reunir as principais características do *latimvulgar*, para que possamos conferir com o *latim medieval-bárbaro* que definimos em momento anterior. Geralmente, para as mais variadas apresentações dessas características, busca-se fazer o confronto com o *latim clássico*, por ser uma variedade cujos instrumentos linguísticos já estão perfeitamente estabelecidos (MARTINS, 2007).

Nesse sentido, quando olhamos mais atentamente para a estrutura da língua em si, vemos diferenças que vão desde os aspectos fonético-fonológicos, passando pelo morfológico, lexicais e atingem as estruturas sintáticas. Em outros termos, as características do *latimvulgar* se manifestam: (a) no vocabulário, (b) na fonética, (c) na morfologia e (d) na sintaxe (ANDRADE, 2008; MARTINS, 2007; COUTINHO, 1981).

Em cada uma dessas partes do sistema linguístico, podemos detectar as mudanças sofridas pelo idioma do Lácio:

**Vocabulário** — prevalência de palavras de uso popular, muitas delas empréstimos linguísticos de línguas pré-românicas (substratos) e de palavras com sufixos diminutivos (ASSIS *et al.*, 2014).

A partir das amostras citadas, formulamos a seguinte tabela:

**Tabela 1—Predominância de palavras vulgares no português**

| Latim clássico | Latim vulgar     | Língua portuguesa |
|----------------|------------------|-------------------|
| equus          | <b>c</b> aballus | cavalo            |
| ignis          | <b>f</b> ocus    | fogo              |
| os             | <b>b</b> ucca    | boca              |
| domus          | <b>c</b> asa     | casa              |
| ager           | <b>c</b> ampus   | campo             |
| post           | <b>d</b> epost   | depois            |
| cor            | <b>c</b> oratio  | coração           |
| magnus         | <b>g</b> randis  | grande            |
| ludus          | <b>j</b> ocus    | jogo              |

Fonte: Primária (nosso arquivo pessoal)

Em relação à estrutura das amostras, notamos certas regularidades, tais como a permanência da consoante inicial: *c - f - b - c - c - d - c - g - j*; além de certas vogais na primeira sílaba de algumas palavras: *ca-* (cavalo), *fo-* (fogo), *ca-* (casa), *ca-* (campo), *de-* (depois), *co-* (coração), *gran-* (grande) e *jo-* (jogo). Os principais significados também permaneceram.

Uma das características da fonética do *latimvulgar* é a que se segue: **Fonética** — tendência a evitar palavras proparoxítonas (ASSISet al., 2014). Exemplos:

**Tabela 2— Reduções de palavras oxítonas**

| Latim clássico     | Latim vulgar       | Língua portuguesa |
|--------------------|--------------------|-------------------|
| <b>a</b> larem     | <b>a</b> larem     | alegre            |
| <b>c</b> athedram  | <b>c</b> athedram  | cadeira           |
| <b>p</b> onere     | <b>p</b> onere     | pôr               |
| con <b>d</b> ucere | con <b>d</b> ucere | conduzir          |

Fonte: adaptado de Assiset al. (2014)

Como ficam evidentes nas amostras, as palavras no *latimvulgar* tornaram-se paroxítonas e mais raramente oxítonas. Nos exemplos citados pela autora, houve a alternância da sílaba forte e, com isso, a língua portuguesa herdou as palavras do *latimvulgar* e não do *latim clássico*. É certo que pela oralidade as palavras fluíam com mais facilidade e rapidez que a escrita. Esta, em verdade, permanecia mais estática, conservando um padrão uniforme por muito mais tempo.

Coutinho (1981) nos apresenta uma série de dez características do *latim vulgar* no diz respeito à *fonética*, entre as quais consta a mencionada também por Assiset *al.* (2014). Vejamos na íntegra:

1) pela redução dos ditongos e hiatos a simples vogais: *plostrum* (*plaustrum*), *orum* (*aurum*), *preda* (*praeda*), *paretes* (*parietes*), *quetus* (*quietus*), *dodece* (*duodecim*), *cortem* (*cohortem*), *battalia* (*battualia*), *prendere* (*prehendere*), *febrarius* (*februarius*); 2) pela transformação ou queda de alguns fonemas: *justicia* (*iustitia*), *cocere* (*coquere*), *paor* (*pauor*), *rius* (*riuus*); 3) pelo obscurecimento dos sons finais: *es* (*est*), *dece* (*decem*), *mecu* (*mecum*) *posuerun* (*posuerunt*), *pos* (*post*), *ama* (*amat*), *biber* (*bibere*); 4) pela tendência a evitar as palavras proparoxítonas: *masclus* (*masculus*), *domnus* (*dominus*), *caldus* (*calidus*), *fricda* (*frigida*), *virdis* (*viridis*); 5) pela perda da aspiração, representada no latim clássico pelo h: *omo* (*homo*), *abere* (*habere*), *eres* (*heres*); 6) pela transposição do acento tônico, em circunstâncias especiais: *cathédra* (*cáthedra*), *intégnum* (*íntegrum*), *muliéris* (*mulieris*), *\*reténet* (*rétnet*); 7) pela confusão reinante entre i e e, sobretudo em hiato: *famis* (*fames*), *nubis* (*nubes*), *vinia* (*vinea*), *lileum* (*lilium*), *aria* (*area*); e

entre b e v: *serbus (seruus), vaclus (baculus), albeus (alveus)*; 8) pela desnasalação ou queda do n no grupo ns e nf: *asa (ansa), costat (constat), mesa (mensa), iferi (inferi)*; 9) pelas frequentes assimilações: *isse (ipse), pessicum (persicum), dossum (dorsum), grunnio (grundio), \*verecunnia (verecundia)*; 10) pela prótese de um i nos grupos iniciais st, sp, sc: *istare (stare), ispitus (spiritus), iscribere (scribere)*(COUTINHO, 1981, p. 32-33).

*Data veni* pela extensão do fragmento, mas sem dúvida, não seria possível aqui reescrever os argumentos e exemplos já sintéticos trazidos pelo eminente filólogo. Estas características, somadas as outras que já mencionamos – e muitas outras que poderiam ser acrescentadas – nos dão uma parca ideia do que foi esse *latim corrente ou provincial*, para usarmos os termos defendidos por Silva Neto (2004).

Coutinho (1981) fala ainda em outras características tanto da *morfologia* quanto da *sintaxe*. Desta última, reproduzimos quatro principais características:

1) pelas construções analíticas: *credo quod terra est rotunda* por *credo terram esse rotundam*; 2) pelo emprego mais frequente das preposições em vez dos casos: *dedi ad patrem (dedi patri), liber de Petro (Petri liber)*; 3) pela regência diferente de alguns verbos: *persuadere aliquem, meledicere aliquem*; 4) pela ordem direta: *'Haec est autem uallis ingens et planíssima, in qua filii Israel commorati sunt his diebus, quod sanctus Moyses ascendit in montem Domini, et fuit ibi quadraginta diebus et quadraginta noctibus'* (COUTINHO, 1981, p. 34, grifos do autor).

É consenso em gramáticas latinas que alterações na *morfologia* interferem diretamente na *sintaxeda* estrutura da língua. A troca nos casos latinos pode sugerir alternância na posição dos elementos que compõem a oração, com isso, ao passo que o *latim clássico* possuía um sistema com desinência definidas, no *latim vulgar* houve: “redução das cinco declinações” de cinco para apenas três e a “redução dos casos” e enfraquecimento das oposições (COUTINHO, 1981, p. 33). No excerto latino apresentado nessa passagem, vemos uma amostra da *Peregrinatio ad loca sancta*, com a posição dos constituintes orações em ordem direta, similar às línguas românicas.

Em resumo, essa modalidade da língua latina estava em constante *movimento evolutivo*, alterando-se à medida que entrava em contato com outros dialetos, falada por povos incultos, variava conforme as novas situações comunicativas. Empregamos o termo *evolutivo* não sentido de que evoluir signifique que o que se falava até então fosse algo insuficiente e que passasse a ser melhor ou mais eficiente, *evoluir* significa *mudar*, *se renova* e *se reconstruir*, pois com razão afirmou um filólogo:

Como toda língua oral, o latim vulgar esteve submetido incessantemente a alterações. Foi desse *latim vulgar*, evoluído gradualmente, de onde começaram a formar-se as línguas que hoje denominamos românicas ou neolatinas (MIRANDA POZA, 2019, p. 29, grifo nosso).

Como se verá mais adiante, o latim não morreu como muitos fazem crer – inclusive já pensei que o fosse – ele continua vivo na boca dos que falam as línguas neolatinas, num processo ininterrupto.

No tocante à **Sintaxe** – ordenação das partes do discurso, é preciso fazer um breve apontamento. Em primeiro lugar, ao que tudo indica, o *latim clássico* escrito preservou uma estrutura particularmente sintética, em que a frequência de preposições era reduzida, haja vista a riqueza da morfologia dos casos latinos. Desse modo, diferentemente da estrutura canônica (**S-O-V**) do *latim culto*, o *latim vulgar* deu preferência a uma ordem mais livre (**S-V-O**, por exemplo).

Em recente estudo, Fábio Fortes (2008) discute *A ordem das palavras na sentença latina: pontos de interface no discursometalinguístico antigo*. O autor realiza uma pesquisa historiográfica, retomando discursos antigos a fim de compreender o que, de fato, foi a sintaxe do latim. Para isso, o autor se vale de discussões propostas por *Marouzeau*, e, numa tentativa de resgate do passado, traz à baila os discursos de *Quintiliano*, *Sêneca*, *Apolônio Díscolo* e *Prisciano*, como fundamentos sobre a sintaxe.

Fortes (2008) chega à conclusão de que a ordem sintática da língua latina representa não necessariamente uma ordem puramente livre, mas revela as particularidades estilísticas e discursivas daqueles que a utilizavam enquanto instrumento de comunicação diária, especialmente quando empregada por *oradores*, *retóricos*, *filósofos*, *gramáticos* e *filólogos*, isto é, um instrumento utilizado por homens doutos, por assim dizer.

Fortes (2008, p. 248-249) sintetiza seu estudo em três classificações, as quais reproduziremos integralmente:

- 1) A ordem das palavras constitui um recurso de elaboração estilística, aconselhável para certos propósitos (cf. Quintiliano) e desaconselhável em outros (cf. Sêneca); em todo caso, a liberdade de emprego das palavras na sentença não passa des-

percebida entre os autores antigos e é objeto de polêmica em que comparece uma preocupação ético-moral e não apenas estilística.

2) A fixidez da ordem das palavras é considerada zelo excessivo e pedante, mas o exagero das inversões produz enunciados mal construídos estilisticamente (cf. Quintiliano).

3) A ordem das palavras é livre, porém é sujeita a sistematizações (cf. Apolônio Díscolo e Prisciano), bem como o seu emprego indiferente produz solecismos (cf. Prisciano).

Da síntese apresentada, pudemos depreender que, na escrita, muitos autores faziam uso de recursos expressivos, alterando a posição dos sintagmas na oração, a fim de atingir certos sentidos, ou criar jogos de palavras, seja como apelo discursivo, ou até mesmo visando destacar certos elementos linguísticos em uma oração ou frase.

Devido à queda de muitas das desinências casuais no *latim vulgar*, a expressividade teve de se readequar através de outros modos, como já mencionamos em outra oportunidade, o emprego de variadas preposições e reorganização das partes do discurso. Com isso, criaram-se novas estruturas linguísticas, onde os sintagmas podiam funcionar com certos sentidos, desde que postos numa mesma ordem sintática, haja vista que as funções sintáticas ficaram reduzidas.

Sobre isso, vale mencionar o que diz Ilari (2018) sobre a *concretude e analiticidade* do *latim vulgar*, o que confirma nossa linha de raciocínio:

[...] como era de esperar, a perda dos casos obrigou a buscar novos meios para indicar as funções sintá-



ticas, tarefa que passou a ser desempenhada pela ordem das palavras e pelo uso de preposições; chegou-se assim a uma ordem mais fixa, importante sobretudo para distinguir entre as expressões nominais da oração o sujeito e o objeto direto; ao mesmo tempo várias preposições se fixaram como indicadores privilegiados dos ‘complementos indiretos’ e das ‘circunstâncias’ (ILARI, 2018, p. 112).

Do exposto, não seria surpresa se Sanches, em *Quod Nihil Scitur*, não tenha seguido a ordem canônica da sentença, tendo em vista seus objetivos, que podiam ser tanto o ensino da teoria filosófica a que ele pregava, como também por uma preocupação se os leitores – não falantes do latim – compreenderiam seus argumentos, se por ventura, escrevesse em um latim mais polido. Nesta nossa hipótese, esperamos encontrar no texto sancheano indícios que nos permitam verificar o estilo empregado pelo autor e, desse modo, identificarmos qual modalidade da língua latina ele fez uso.

### 4.3 Línguas românicas

Quando relembremos, hoje, que o latim foi empregado por um determinado povo há mais de dois mil anos, jamais poderíamos supor que essa mesma língua poderia se subdividir em dialetos. Por mais que saibamos que as línguas variam, no tempo e no espaço, seria pretensioso demais cogitar na possibilidade de um idioma se modificar tão profundamente ao ponto de se tornar não apenas *um* idioma, mas *onze*. Daí dizermos que: “Do latim procedem os diversos idiomas chamados românicos, romances ou neolatinos” (SAID ALI, 1921, p. 01).

Mas como poderíamos definir o que foram as línguas românicas? Eis que precisamos recorrer a João Ribeiro (1963) que diz haver duas interpretações para esse conceito. Sigamos a conhecê-las e compreendê-las de acordo o contexto quando foram proferidas.

Na primeira corrente de pensamento, segundo o autor, era uma corrente não científica, que dizia que as línguas românicas “não passavam de *corrupção* do latim” (RIBEIRO, 1963, p. 88, grifos do autor). Segundo Ribeiro (1963), até mesmo o poeta Camões em *Os Lusíadas* aceitou essa tese, propagando-a.

Na segunda corrente, também não científica, era defendido que as línguas românicas “*derivam* do latim” (RIBEIRO, 1963, p. 88, grifos do autor). Para o autor, tais afirmações desprovidas de cientificidade não devem prevalecer. Talvez esse posicionamento não seja bem aceito na atualidade, mas em fins da década de 60 era mais que uma tese. Hoje, contudo, há outra compreensão do que significou a “*derivação*”, no sentido mais moderado, como o que ocorre na obra *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*, de Furlan (2006). Nosso posicionamento sobre essa questão é de que Ribeiro (1963) problematiza o sentido de *derivar* no tocante à modalidade do latim, isso significa dizer que as línguas românicas não *derivaram* do *sermo urbanus* escrito, mas se originaram do *sermo vulgaris* falado (Cf. ILARI, 2018).

Com o advento da *Filologia Românica* e aplicação do *método histórico-comparativo*, os esclarecimentos concretos surgiram. Afirma, então o autor: “As línguas românicas representam a continuidade do latim vulgar no espaço e no tempo” (RIBEIRO, 1963, p. 89). Em outras palavras, as línguas neolatinas são partes contínuas, quer dizer, são fases do *latim vulgar*. Posição

igualmente defendida por Sousa da Silveira (1960), para quem essas línguas são transformações diretas do latim falado nas regiões conquistadas. Ou seja:

As línguas românicas, entre as quais figura o português, nada mais são, pois, que fases atuais do latim falado. De sorte que nos é interessante ver em linhas gerais as divergências existentes entre o latim apurado dos grandes autores ou *latim clássico*, e o latim falado ou *popular*. Como transição do clássico para o popular interpõe-se o latim familiar; não tão rigoroso e peado como o primeiro, nem tão sôlto e instável como o segundo (SOUSA DA SILVEIRA, 1960, p. 29, grifos do autor).

Há, de certo, entre o latim falado e as línguas românicas muito mais proximidade que entre estas e o latim escrito. Retomando o que já disseram Sousa da Silveira (1960) e Coutinho (1981) podemos afirmar que não há sombras de dúvidas, uma vez que o latim falado era: mais analítico; possuía flexões reduzidas; usos em demasia de preposições; ordem sintática mais rígida; apresentava alterações de ordem fonética; vocabulário reduzido e emprego de perífrases.

Ao refletirmos sobre a história da formação das línguas neolatinas, devemos, também, nos voltar para a ocupação da região onde atualmente elas se formaram. Em um manual didático sobre a *Língua Latina*, Airto Ceolin Montagner (2008, p. 21-22) assim a expõe:

A Península Ibérica esteve por muitos séculos sob a dominação romana. Sofreu um processo de romanização tão profundo que acabou por assimilar não só a língua, mas também os costumes, leis, re-

ligião, usos. A língua predominante era a modalidade vulgar do latim, a língua falada. Como a língua é dinâmica, visto que a cultura também o é, foi-se modificando através dos séculos. Quando o Império Romano acabou e a unidade política cessou, as mudanças linguísticas acentuaram-se, ainda mais porque foram assimilados diversos fatores provenientes das invasões dos povos bárbaros. De uma só língua, o latim vulgar, surgiram várias línguas que hoje chamamos de línguas românicas, neolatinas ou novilatinas.

Como podemos perceber, Montagner nos informa que o domínio do latim, como já se esperaria, era o falado e não o erudito. Mais adiante ampliaremos essa discussão, mas por hora, vale ressaltar que era o *latim vulgar* a variante de uso e não a variante padrão escrita. As variações linguísticas ocorrem com mais frequência na oralidade, por isso, o *latim vulgar* sofreu pela força das ações das pressões de uso.

*O latim vulgar*, na essência, não era diferente do *latim literario*, ou latim propriamente dito: o que não quer dizer que os escritores escrevessem exactamente a língua do povo. Deve entender-se que em todas as nações onde se cultivam as letras, as pessoas cultas podem servir-se de expressões, distinguir sons, e usar vocabulos, diversos dos das pessoas incultas (VASCONCELLOS, 1911, p. 14, grifos do autor).

As diferenças entre a linguagem oral e escrita não eram, no início, facilmente identificáveis. Todavia, com o passar do tempo, à medida que a escrita (culto) se estabelecia em Roma,

mais distante se tornava da linguagem do povo. Enquanto a escrita, dado seu caráter conservador, ia cada vez mais se fixando, o uso do idioma variava e mudava juntamente com o povo.

A passagem do latim às línguas românicas não se deu rapidamente. Esse foi um processo longo, complexo e gradual. As mudanças que ocorrem no interior de um sistema linguístico não são abruptas. A mudança, no dizer de Faraco (2006), é lenta e gradual. Na monumental obra *Lições de Philologia Portuguesa*, mais precisamente no capítulo sobre a *Origem e evolução da língua portuguesa*, José Leite de Vasconcellos (1911, p. 11-12) diz que, além do português:

Outras lingoas se desenvolveram do latim vulgar no *orbis Romanus*. O conjuncto de todas fórmas a *familia romanica* ou *neo-latina*. Os principaes membros da familia romanica são: *português, hespanhol, francês, provençal, italiano, e rumeno*, — todos elles provídos de abundante litteratura. Mas além d’estes podem contar-se outros, que, se não apresentam tão rico peculio litterario como os antecedentes, apresentam, comtudo, caracteres glottologicos que lhes dão individualidade: *o ladino*, fallado em parte da Austria, da Suíça, e do Norte da Italia; *o sardo*, fallado na Sardenha. Ha tambem quem conte como tal um grupo glottico (Sueste da França; Val Soana e Valle d’Aosta; e Suíça Occidental) que participa do francês e do provençal, e por isso se chama *franco-provençal*. Igualmente podemos considerar idioma romanico distincto o *dálmata* ou *dalmatico*, fallado outr’ora nas costas da Dalmácia, e hoje extincto.

Entre as línguas mencionadas por Vasconcellos, cabe dizer que, seis delas tiveram forte tradição na escrita, o que favoreceu para que ocupassem lugar de destaque na família de línguas. A “abundante literatura” apontada pelo estudioso ainda é, atualmente, uma das maiores riquezas desses idiomas.

A península ibérica foi por séculos um aglomerado de falares pré-românicos, românicos e pós-românicos. Essa mistura de falares possibilitou a supremacia de alguns dialetos em detrimento de outros. De um lado, o espanhol da *Hispania*, por exemplo, se tornou uma língua fortemente estabelecida. Do outro, o dálmata na Dalmácia, por exemplo, não resistiu às invasões de povos belicosos.

Para Montagner (2008, p. 22), a distribuição das línguas latinas segue essa organização:

(I) Línguas nacionais:

- Galego
- Português
- Espanhol
- Francês
- Italiano
- Romeno
- Reto-romeno

(II) Línguas não-nacionais:

- Catalão
- Provençal
- Sardo
- Dálmata (extinto)

Nessa classificação, diferentemente da categorização de Rodolfo Ilari (1999, 2018) (a qual nós aludiremos na discussão sobre o *português e espanhol: línguas nacionais*), Montagner acrescenta o *galego* e *reto-romeno* como línguas nacionais, enquanto que exclui o *catalão*, classificando-o como dialeto não reconhecido como idioma nacional.

O estudo dessas línguas tem sido realizado por muitos pesquisadores interessados em fazer comparações entre elas, apontando as características, estruturas, questões gramaticais, empréstimos linguísticos, processos de formação de palavras, etimologia, aspectos históricos, políticos, entre muitos outros pontos.

Em um estudo desse tipo, sobre *As línguas Românicas*, Ernesto Ferreira de Oliveira (2001, p. 08) comenta acerca do conceito de língua e dialeto:

Tanto a língua como o dialeto são um conjunto de sinais – escritos ou orais – de que se serve um grupo de pessoas para se comunicar. Na verdade, as línguas foram, no início, dialetos que adquiriram foros de língua, graças a circunstâncias políticas ou sociais, econômicas e/ou religiosas. O próprio Latim, no início dialeto de um grupo de pastores, se impôs sobre o Osco e o Umbro, também dialetos do Indo-europeu.

Diante desse fato, o latim adquiriu o *status* de língua, suplantando os dialetos vizinhos. E, aos poucos, também adquiriu suas características, modificando-se cada vez mais. Não havia no latim qualquer tipo de homogeneidade e sua consequente dialeção e fragmentação em dialetos menores é uma prova irrefutável dessa variabilidade estrutural.

Uma das maiores autoridades da Filologia brasileira, Coutinho (1981, p. 41) nos dá uma exposição das línguas neolatinas:

LÍNGUAS ROMÂNICAS são as que conservam vestígios indeléveis de sua filiação ao latim no vocabulário, na morfologia e na sintaxe. Não basta só o vocabulário ou a sintaxe para caracterizar a filiação de uma língua. De outro modo, o *romeno* não seria idioma românico, porque, no seu vocabulário, predominam as palavras de fonte não latina. O mesmo se pode dizer de outras línguas românicas. A sintaxe delas apresenta mais pontos de semelhança com o alto-alemão ou com o grego que propriamente com o latim (grifos do autor).

Essa é uma das características dos idiomas românicos: nem todos apresentam as mesmas estruturas, isto é, alguns contêm vocabulário latino, outros não; alguns mostram uma sintaxe latina, outras nem tanto. O que as unem é um conjunto de similaridades, seja da forma, função ou origem.

Para refletirmos sobre o que são as *línguas românicas* é imperativo nos apoiarmos em mais bases teóricas. Somado ao aporte teórico já discutido, acrescentamos a clássica obra *Introduction of the grammar of the romance languages*, de Friedrich Diez (1863). Na referida obra, Diez (1863) apresenta o que chamou de “Elementos e jurisdições das línguas românicas” (tradução nossa), onde investiga seis línguas neolatinas, citando: *italiano, valáquio, espanhol, francês, provençal e português*.

Em outra classificação, Sousa da Silveira (1960, p. 17) lista dez línguas como as principais línguas: *português, galego, espanhol, catalão, francês, provençal, franco-provençal, italiano, rético e romeno*.



Noutras listas de classificações, tais como a apresentada por Kabatek e Pusch (2011) em *The Romance languages*, temos:

**Figura 4 – Classificação das línguas originárias do romance**

|                |                  |
|----------------|------------------|
| Ibero-Romance  | Portuguese       |
|                | Galician         |
|                | Spanish          |
| Gallo-Romance  | Catalan          |
|                | Occitan          |
|                | French           |
|                | Franco-Provençal |
| Italo-Romance  | Italian          |
|                | Sardinian        |
|                | Rhaeto-Romance   |
|                | Dalmatian †      |
| Balkan-Romance | Romanian         |

**Fonte: Kabatek e Pusch (2011, p. 70)**

É válido destacar que, para Diez (1863), o “valáquio” é, na verdade, o *romeno*. Enquanto que para Kabatek e Pusch (2011), o *occitano* também é uma língua românica, não mencionada por Diez.

Outro filólogo assim classificam os idiomas: “Há dez línguas românicas: *o português, o espanhol, o catalão, o francês, o provençal, o italiano, o reto-romano* [rético ou ladino], *o dalmático, o romeno* [ou valáquio] e *o sardo*” (COUTINHO, 1981, p. 41, grifos do autor).

Tratando sobre esse tema em *Grammatica historica da lingua portuguesa*, M. Said Ali (1921, p. 02) diz que: “Todas estas linguas e dialectos originaram-se do latim; não do latim litera-

rio, que em muitos pontos era linguagem artificial, e sim do *latim vulgar*, isto é, da linguagem viva, do latim falado”. Desse modo, o caminho que estamos seguindo nos levará a aceitar uma hipótese: a de que a língua escrita (culto) não passa de um idioma artificial que em nada reflete o uso e é o *latim vulgar* a verdadeira fonte inesgotável para estudos.

De acordo com Diez (1863, p. 01):

A fonte principal e mais conspícua de todas essas línguas é o latim. Elas derivaram, contudo, como já foi frequentemente e legitimamente mantido, não do latim clássico da literatura, mas de uma linguagem romana popular que havia sido usada ao lado da linguagem clássica (tradução nossa).

Esse mesmo pensamento é corroborado por outros autores de épocas diferentes, entre os quais, mencionamos: Vasconcellos (1911), Said Ali (1921), Coutinho (1981), Ilari (1999), Lima (2008), Galvão (2009), Kabatek e Pusch (2011), Queriquelli (2016), entre vários outros. Para esses autores, o *romance* representa muito mais que um mero *estado* da língua latina. Seria mais preciso, compreender o *romance* como: “Cada uma das variedades surgidas da evolução do latim vulgar, falado pelas populações que ocupavam as diversas regiões da România e que se constituiu na fase preliminar de uma língua românica” (LIMA, 2008, p. 30).

Além dessas línguas, há ainda inúmeros dialetos românicos de menor expressão, que não chegaram a constituir idiomas (ILARI, 1999). Sobre esses falares românicos, é importante ressaltar as palavras de Vasconcellos (1911, p. 12):

Concomitantemente com estes idiomas ha ainda mais, que estão para com elles na relação de intermedios, de co-dialectos, de dialectos, de sub-dialectos, — por exemplo, o gascão, o catalão, o valão, o auturiano, para não fallar na immensa variedade de romances crioulos que se desenvolveram na Africa, Asia, America e Oceania.

Desse conjunto de idiomas, interessa-nos pelo menos dois deles: o *português* e o *castelhano*. Sabemos que, de acordo com a biografia de Sanches, ele viveu em Portugal, na Espanha, na França e em Roma, assim sendo, não é de se estranhar que ele fosse poliglota nas línguas desses países, pois além de ser fluente naquelas duas línguas, era fluente em francês e italiano, bem como em latim e grego, como já se sabe (SOUZA, 2014).

É necessário que conheçamos um pouco sobre o *português* e o *espanhol*, para que possamos fazer ajuizamento das possíveis características que o latim empregado por Sanches venha a ter tomado. Não temos a pretensão de esgotar o tema em questão, mas esperamos fundamentar nossa base com informações suficiente para fazermos julgamentos futuros.

#### **4.4Português e Espanhol: línguas nacionais**

Dada a proximidade entre as línguas castelhana e portuguesa, em suas respectivas origens, acreditamos ser frutífera a exposição de ambas as histórias. Além disso, muitos autores defendem que a nacionalidade de Sanches é portuguesa e não espanhola, como aludiremos em momento oportuno.

Iniciaremos tratando das regiões onde elas são empregadas, seja como língua nacional, oficial ou dialeto. Sobre a língua

portuguesa, podemos dividi-la em duas normas linguísticas elementares, o português do Brasil (PB) e o português Europeu (PE). É um idioma “falado em Portugal, no Brasil, na ilha da Madeira, no arquipélago dos Açores, nas antigas e atuais colônias portuguesas da África, da Ásia e da Oceânia” (COUTINHO, 1981, p. 41).

O castelhano apresenta certa peculiaridade, assim com a língua portuguesa, é um idioma “falado na Espanha e suas colônias, em quase toda a América do Sul à exceção do Brasil e das Guianas, na América Central, no México, em algumas ilhas do arquipélago das Antilhas e nas Filipinas” (COUTINHO, 1981, p. 41).

Sousa da Silveira (1960) nos alerta para o fato de pelo menos cinco fatos históricos foram determinantes para a formação e constituição da língua portuguesa (europeia e brasileira): as *invasões bárbaras* no século V; as *invasões árabes* no século VIII; a *constituição da nacionalidade portuguesa* no século XII e o *descobrimento do Brasil* no século XVI. No que diz respeito ao léxico da língua, Sousa da Silveira (1960) diz que as palavras vieram dos vocábulos de várias origens: *latina* (a maior parte), de *línguasibéricas* e *pré-romanas*, *germânica*, *árabe*, *grega*, *francesa* e *provençal*, *espanhola*, *italiana*, *alemã*, *tupi*, *línguas africanas* e *asiáticas*, entre outras.

Para compreendemos a formação do português, trazemos à luz um fragmento da obra *Linguística Românica*, de Rodolfo Ilari, na qual lemos:

Durante todo o século XIII, floresceu em Portugal a poesia lírica, escrita numa língua muito próxima do galego e representada pelo gênero das cantigas,

de inspiração provençal.[...] um efeito da reconquista portuguesa foi o deslocar para o sul a capital e a Corte, cujas sedes foram sucessivamente o Porto, Coimbra e Sintra-Lisboa. Pela influência que esse centro político exercia sobre os hábitos linguísticos, o português culto, que na origem apresentava fortíssima semelhança com o galego, foi-se amoldando à fala culta da região que se situava entre as cidades de Coimbra, sede da antiga capital, e da mais antiga e célebre universidade, e de Lisboa, a capital atual (ILARI, 1999, p. 217).

Apesar de longo, esse texto nos traz algumas informações relevantes. A primeira informação é de que em sua origem, a língua portuguesa estava intimamente ligada ao galego. Na segunda informação, notamos que Ilari reforça o que já foi dito por Bagno (2010), de que o galego é antecessor ao português, sendo que o nome híbrido galego-português não faz jus à verdade: a língua galega é um idioma românico, gerado a partir do romance galego, o português é posterior, formado a partir do falar galego misturado a outros falares ibéricos. Em terceiro, o português assume um posto de grande importância nos textos escritos da época: de um lado o português, língua da “expressão dos sentimentos”, do outro, o castelhano, como língua da epopeia, ou seja, da “épica e a história”.

A partir do que foi dito, podemos concluir que Afonso X de Castela fez uso do português, como língua escrita, em virtude de já haver toda uma comunidade linguística que fazia uso desse idioma. Isso atesta que essa língua toma aí a forma de língua nacional. O estabelecimento da escrita permite, então, que o idioma sirva também aos usos em documentos notoriais e de outros tipos, já no século XII.

Todavia, por questões declaradamente políticas, o galai-co-português divide-se. E, assim, o *português* é elevado à língua nacional do Império Português que estabelece círculo Porto/Coimbra/Sintra/Lisboa. Enquanto que galego fica restrito à Galiza, sendo esta uma zona de domínio espanhol.

É relevante trazer aqui novamente as palavras de Ilari (1999, p. 213): “Hoje, no mundo românico, cabe reconhecer o *status* de línguas nacionais a seis idiomas: o português, o espanhol, o catalão, o francês, o italiano e o romeno”. Temos, assim, a classificação de línguas nacionais todas aquelas que se enquadram na seguinte definição: “uma língua nacional é um idioma que corresponde a todas as necessidades de uma sociedade” (ILARI, 1999, p. 215).

Com palavras similares, mais com novos acréscimos, Assiset *al.* (2014, p. 21) nos dizem:

Na atualidade, seis idiomas são considerados línguas românicas nacionais: português, espanhol, catalão, francês, italiano e romeno. Para obter esse *status*, é necessário atender a alguns critérios de classificação: técnico, político, legal, escrita, estética, padronização, religiosa, literária, relativas às funções que o dialeto desempenha na fala.

Em outros termos, para receber tal *status* é preciso que esses critérios, juntamente com as necessidades dos falantes, torne um idioma um patrimônio nacional. A completude dos critérios deve se somar a todo um projeto que faça do idioma utilizado uma ferramenta imprescindível na atividade humana.

Em outro momento, Ilari nos traça um resumo histórico da língua espanhola:

O movimento de reconquista teve o efeito de levar o castelhano — isto é, o dialeto de Castela, a Velha, a região em torno da antiga capital Burgos — não só para o sul, isto é, para os territórios retomados pelos árabes, mas também para o leste e oeste, isto é, para os territórios leonês e aragonês. É certo que o século XII o castelhano já devia ser o dialeto comumente falado numa vasta região do centro-norte da Espanha; e é precisamente no século XII que os estudiosos situaram a formação de um padrão literário tipicamente castelhano [...] (ILARI, 1999, p. 218).

Nesse segundo trecho, semelhante ao primeiro, podemos tirar algumas conclusões importantes. Entre os séculos X e XIII, a *Reconquista cristã* retomou regiões como *Leão, Castela, Toledo, Córdoba, Sevilha*, entre outras (ILARI, 1999). Com base no que foi apresentado, esse processo de reconquista “empurrou” o castelhano para as regiões retomadas. Desse modo, esse idioma recobriu lugares que antes pertencia aos árabes.

Outra conclusão que podemos tirar é que, já no século XII, o espanhol passa a vigorar não apenas na oralidade, como língua de uso diário, mas também como instrumento de comunicação empregado na escrita. Esse uso dá ao idioma românico o *status* de língua nacional exatamente pelo fato de servir às necessidades de uma nação.

Dito de outra maneira, entendemos que, as duas línguas que Sanches dominava, atualmente, recebem a denominação de línguas nacionais e por essa razão serviam (e ainda servem) como veículo de comunicação para quaisquer situações de interação social. Ambos os idiomas recobrem vastas terras. Cada

um, em contato com outros falares acrescentaram inovações morfológicas, lexicais e semânticas.

Seria pretensioso (ou até fantasioso) acreditar que havia qualquer tipo de homogeneidade no *latim vulgar* no período que antecedeu a constituição das línguas nacionais. Ilari (1999, p. 216) acrescenta: “As seis línguas nacionais que conhecemos hoje na România tiveram base em dialetos de alcance regional. As circunstâncias que levaram à transformação desses dialetos em línguas nacionais são peculiares a cada caso”. Ora, para que houvesse a *fragmentação* e *dialetação* do latim em dialetos românicos, nada mais crível do que a heterogeneidade nesses falares.

As línguas neolatinas não se derivam diretamente do latim, mas entre aquelas e este houve os vários *romances*, — assim se chamavam as modificações regionais do latim —, dos quais saíram então as línguas românicas. Não se pode precisar a época exata da formação dos *romances*, nem a do desaparecimento do latim vulgar. Segundo Grandgent, o período deste estende-se do ano 200 a. C. até pouco mais ou menos o de 600 da Era Cristã. Só então é que aparecem os *romances*. Diz Meyer-Lübke que as alterações características do sistema fonético das línguas românicas se verificam entre o IV e VI séculos (COUTINHO, 1981, p. 43, grifos do autor).

As “modificações regionais do latim”, isto é, os *romances* é que conservam os vestígios do *latim vulgar* ao qual pertenceram. Podemos afirmar que, o aparecimento das línguas românicas se realiza após a queda do Império Romano, que ocorreu no século V d. C. Isso nos leva a acreditar que a razão para o sur-



gimento dos *romances* foi o conjunto de invasões que sucederam após essa queda.

Com isso, os mais variados contatos linguísticos se realizam. Mas isso não é um fato recente, ao contrário, os contatos linguísticos ocorreram na península ibérica antes mesmo da formação do Império Romano no primeiro século a. C. Após a ruína do Império eles apenas se acentuaram. Devemos, portanto, conhecer os principais tipos de contato.

#### **4.5 Diferentes tipos de contato linguístico de línguas**

Para dar sustentação às nossas palavras e formularmos os conceitos-chave para esta obra, buscamos nos apoiar nos argumentos extraídos de um referencial teórico formado a partir dos seguintes autores: Faraco (2006), Silva Neto (2004), Garcia e Ottoni de Castro (2010), Câmara Júnior (2011a), Bassetto (2005), entre outras fontes.

Inicialmente, podemos dizer que uma determinada língua nem sempre é constituída somente por elementos formados a partir de seu próprio material linguístico, como é o caso dos inúmeros *neologismos*. Geralmente, a maioria das línguas apresenta, em sua estrutura interna, uma gama de itens lexicais oriundos de línguas com as quais manteve ou ainda mantém contato, tais como os *empréstimos linguísticos*, *strangeirismos*, *decalque*, *arcaísmos*, além dos variados processos de formação de palavras (SOUZA, 2015). Muitos desses processos se formam devido o contato linguístico entre línguas.

Sobre esse assunto, Faraco (2006) nos apresenta três diferentes situações em que o contato linguístico pode ocorrer: *subs-*

*trato*, *supertrato* e *adtrato*. Em relação ao primeiro termo, assim podemos defini-lo:

a) designa-se *substrato* a língua que uma população utilizava e que, por várias razões (por exemplo, sua invasão e conquista por outra população), é abandonada e substituída por outra. Um exemplo de substrato é a língua celta falada antes da ocupação romana nos territórios que hoje constituem a França, e que foi substituída pelo latim (FARACO, 2006, p. 68).

Conforme assinalou o autor, o substrato torna-se uma mera marca de língua. O idioma é completamente suplantado, restando somente alguns resquícios, principalmente no vocabulário. No exemplo em pauta, a língua celta, como se sabe, sofreu quase que uma completa dizimação da população gaulesa por parte do Império Romano no século I a.C., com as investidas do general *Júlio César* (SUETÔNIO, 2006, séc. II d.C.).

A mesma conceituação pode ser atestada nos seguintes argumentos retirados do *Dicionário gramatical de latim: nível básico*:

É a língua que, falada numa determinada região, por vários motivos, foi substituída por outra (por exemplo, no caso das invasões). A substituída acaba por influenciar, de alguma maneira, a língua que a substituiu. Os romanos, na Gália, implantaram o seu idioma, mas o celta ainda deixou vestígios no latim, como, por exemplo, a palavra *carrus* (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 141).

Observamos que tanto Faraco (2006) quanto Garcia e Ottoni de Castro (2010) apontam a língua celta como exemplo de *substrato*. Pouco se sabe sobre os celtas, mas foi atestado que se tratava de um “antigo povo indo-germânico” (BECHARA, 2009, p. 182) ou “povo de raça indo-europeia” (CUNHA, 2007, p. 170), que viveu na região da Gália Central por volta do século III a. C. Do celta restaram elementos lexicais, isto é, somente algumas palavras podem ser percebidas no latim, tais como *bŭcca*, - *ae* (*boca* ou *bochecha*) e *caballus*, - *i* (*cavalo*) (SILVA NETO, 2004).

Vale ressaltar que, o substrato:

[...] É um processo que, não se refletindo necessariamente de forma imediata na língua, pode transformá-la paulatinamente, imprimindo-lhe uma feição particular, dialetalizando-a e provocando uma diferenciação linguística que emergirá, mais tarde, em momentos de enfraquecimento da norma instituída (BAGNO, 2007, p. 45).

Assim sendo, as línguas que foram faladas em regiões onde hoje se falam variadas línguas, apresentam em sua estrutura algumas características peculiares. É o que percebemos na língua portuguesa falada no Brasil e em outros países de língua portuguesa. O idioma brasileiro contém inúmeros vocábulos de origem indígena e, apesar do Brasil ter tido mais de mil e quinhentas línguas e atualmente restarem somente cerca de cento e cinquenta, notamos traços que distinguem a produção sonora de certas palavras que se afastam das formas e construções do português europeu.

Hodiernamente, o português é falado em muitas partes do mundo, com destaque para: Brasil, Portugal, além de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Ilha de Ano-Bom (Guiné-Equatorial), São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique (países da África), menos frequentemente, em Goa, Damão e Diu (países da Índia), Timor (uma ilha na Indonésia), Macau (na China), Ceilão (no Sri Lanka), Malaca (na Malásia), entre outros (TEYSSIER, 2014). Nessas regiões a língua tomou aspectos que refletem de alguma maneira algumas das características herdadas dos idiomas que as precederam.

Os traços característicos do idioma do Brasil podem ser de variadas naturezas: fonético-fonológicos, morfológicos, semânticos e lexicais. São essas diferenças que percebemos ao ouvirmos um falante do Brasil, de um lado, e um falante do português europeu, do outro.

Em seu *Dicionário de Linguística e Gramática*, Câmara Júnior (2011a, p. 283) afirma que:

**SUBSTRATO** – Nome que se dá à língua de um povo que é abandonada e esquecida em proveito de outra que a ela se impõe, em regra como consequência de conquista política. O substrato persiste no léxico da nova língua, que se enriquece com um resíduo de palavras, especialmente topônimos, e pode ainda aí introduzir traços morfológicos e fonéticos, estabelecendo-se assim uma modalidade *sui generis* de empréstimo linguístico. Assim, no léxico português, temos um pequeno substrato pré-romano em topônimos como *Coimbra*, *Lima* e em alguns nomes comuns, como *arroio*, *baía*, *cama*, *lousa* (grifos do autor).

A definição apresentada por Câmara Júnior é, evidentemente, mais completa do que as duas anteriores. Nessa definição, vemos que o linguista brasileiro aponta que será no *léxico* onde as mudanças serão mais perceptíveis. Ora, eis aí um ponto que nos interessa. As introduções de traços fonético-morfológicos de outros idiomas, especialmente as línguas pré-românicas, inseridas na língua latina, que permitiram o aparecimento das formas que em nada retomam a forma clássica da língua. O *latim vulgar*, bem como o *latim medieval-bárbaro* poderá, com bases nas palavras de Câmara Júnior (2011a), apresentar algumas características herdadas de outros idiomas.

Diferentemente do *substrato*, o *superstrato* tem maior resistência e pode coexistir ao lado de outro idioma por um longo tempo, recebendo influência da língua já falada naquela região. Esse segundo termo apresenta a seguinte definição:

b) designa-se *superestrato* a língua introduzida na área de outra, mas sem substituí-la, podendo com o tempo vir a desaparecer. Um exemplo tradicional de superestrato são as línguas germânicas dos povos que invadiram o império romano. Esses povos posteriormente adotaram o latim como língua (FARACO, 2006, p. 69).

Sobre esse conceito, vamos nos deter um pouco mais. Primeiramente, porque lemos recentemente em *A Língua Gótica*, escrito por Fabricio Possebon (2003), que nos informa que a invasão e permanência germânica na península ibérica durou séculos, o que pode ter imprimido ao *latim vulgar hispânico* ali falado certas particularidades (POSSEBON, 2003).

Conforme Possebon (2003), os povos de origem germânica, entre os quais destaca os *vândalos*, *suevos* e *visigodos do ocidente* e povos de origem oriental, os *alanos*, penetraram as terras da península ibérica, fazendo dali seus refúgios. Sobre os *vândalos* já foi atestado que são “membros de um povo germânico que, no séc. V, invadiu o sul da Europa e o norte da África” (CUNHA, 2007, p. 810); os *suevos* é um “povo germânico que se fixou na Suábia” (CUNHA, 2007, p. 741); os *visigodos* ou *godos* foram uma “antiga tribo germânica que nos séculos III, IV e V invadiu os impérios ocidentais e orientais da Europa e fundou reinos na Itália, França e Espanha” (CUNHA, 2007, 389); sobre os *alanos* “pouco se sabe e também pouca influência deixaram” (POSSEBON, 2003, p. 73).

Esses povos, após as sucessivas invasões e acomodação as regiões conquistadas, passaram não apenas a adotar os costumes e religião, mas também o idioma. Concordando conosco, diz Possebon (2003, p. 73): “No que tange à língua, é fato notável que os germanos abandonaram suas línguas e adotaram o latim. Não também abandonar sua religião, o arianismo, e converter-se ao catolicismo”. Na boca desses povos, o latim muito já modificado, adquiriu novas feições, digamos, *bárbaras*, no sentido mais positivo do termo. Mas estas influências se restringiram ao *léxico*, como bem ressalta Possebon (2003).

O conceito de *superstrato* apresentado por Faraco (2006) pode ser reforçado pelas palavras de Garcia e Ottoni de Castro (2010, p. 141):

É a língua introduzida em uma região que já possuía um idioma próprio. Sem substituir totalmente a língua anterior, por ela é influenciada, e, em caso

de desaparecimento da língua local, esta pode deixar vestígios na língua remanescente. Por exemplo, as línguas germânicas dos povos bárbaros em territórios latinos: sobraram apenas vestígios, como, no francês, a presença do **h** (marca de uma antiga aspiração) em *haut* (alto, do latim *altus*) comparável a *hoch* (alto, em alemão) (grifos das autoras).

Essas marcas ou vestígios nem sempre são perceptíveis, sendo percebidas apenas com o exame acurado das influências linguísticas resultados dos contatos entre as línguas das invasões e os diversos romances. Grande parte dos falares dos povos invasores não resistiu ao processo da reconquista cristã, outros, porém, persistiram e ainda hoje constituem línguas.

O ramo linguístico germânico é formado pelas línguas escandinavas, o alemão, o inglês, o holandês, entre outras (BECHARA, 2009, p. 446; POSSEBON, 2003). A maior parte desses idiomas germânicos perdurou. Mas também é certo que as características dessas línguas fazem com que tenhamos idiomas aparentemente (ou até mesmo completamente) distintos.

Noutra definição do termo, lemos:

**SUPERSTRATO** — Nome que se dá à língua de um povo conquistador, quando ele a abandona para adotar a língua do povo vencido. O superstrato persiste no léxico da língua adotada, que se enriquece com termos referentes a traços específicos da cultura do povo conquistador. As línguas germânicas no território da România, com invasões bárbaras, constituíram superstrato do latim (CÂMARA JÚNIOR, 2011a, p. 286, grifos do autor).

Isso dito, entendemos que o *superestrato* (geralmente grafado *superstrato*) era a língua de maior prestígio, no entanto esse prestígio não foi determinante para sua manutenção. Esse abandono, de que fala o linguista brasileiro, reforça a hipótese de que uma língua só permanece como língua-padrão à medida que é empregada como língua de uso. Ao passo que um novo idioma passa a servir de veículo de comunicação entre as pessoas de uma determinada região, essa língua que antes gozava de prestígio cede lugar à nova língua. Todavia, algumas marcas ainda podem ser detectadas nesse idioma que será então dominante.

Com razão, Bagno (2007, p. 46) afirma na *Gramática histórica: do latim ao português brasileiro*:

Talvez o mais significativo resultado das invasões germânicas tenha sido o fato de concorrerem para a fragmentação linguística, não tanto provocando diretamente, enquanto **superstrato**, mudanças linguísticas, mas desmembrando o Império, fracionando a România, separando a área ocidental da oriental (com superstrato eslavo) e apartando a Península do resto do Império (grifos do autor).

Ou seja, a força dos superstratos (e dos substratos) favoreceu a fragmentação da România. A fragmentação linguística nada mais é do que a separação geográfica, social, cultural, política e linguística que se efetua entre os povos. A dialeção do latim, na região da România e de todo o restante do mundo conhecido naquele período, reforça também a hipótese de que antes havia uma supremacia de uma só língua. A língua latina, antes hegemônica e dominante, perde espaço para os idiomas



que se formam a partir do contato linguístico entre o *latim vulgar* e os outros falares.

A principal diferença entre o substrato e superstrato é que o primeiro é totalmente suplantado enquanto que o segundo pode resistir e permanecer sendo falado até hoje, como é o caso da língua alemã destacada nos dois fragmentos anteriores.

Finalmente, temos o terceiro e último termo: o *adstrato*. Conceituamos o termo da seguinte maneira:

c) designa-se *adstrato* uma língua falada num território contíguo àquele em que se fala a língua tomada como referência. Diz-se, por exemplo, que o espanhol é o adstrato do português brasileiro (tomado como referência) nas regiões da fronteira Brasil/Uruguai (FARACO, 2006, p. 69).

Vemos, assim, que o adstrato é diferente dos outros dois termos anteriores exatamente pelo fato de serem línguas que coexistem em um mesmo lugar, sendo que uma não afeta a outra. Exemplos disso, temos a situação vivida entre o grego e o latim durante um longo período na região da Grécia e Roma.

Outra situação peculiar ocorre entre o latim e o árabe na região da península ibérica durante o período da *invasão mulçumana* no século VIII d. C. Para Bagno (2007), em posição diferente do conceito apontado por Faraco (2006), diz que o árabe é um superstrato e não um adstrato. Assim, o autor esclarece:

Após uma fase de confrontos entre cristãos e árabes, a reação à colonização se manifesta, principalmente, como resistência no nível cultural e linguístico. O romance moçárabe, continuação do **romance visigótico**, continua a ser falado por estas

populações que conhecem, forçosamente, também o árabe. É assim que a nova língua de cultura, o árabe, convive no mesmo espaço com um estrato linguístico de origem latina. Esta convivência permite a ação do superstrato árabe, que se materializa, fundamentalmente, num contributo lexical (BAGNO, 2007, p. 47, grifos do autor).

Temos, então, dois caminhos a seguir: no primeiro, aceitaremos a definição de Faraco, definindo o árabe como *adstrato*; no outro, diremos que se trata de um *superstrato*, como aponta Bagno. De modo conciliatório, podemos dizer que os dois conceitos se coadunam, haja vista que em ambos os casos vemos que as línguas permanecem em contato linguístico direto. Nos dois casos também notamos que a influência entre os idiomas se reduz a troca de itens lexicais. E por último, sabemos que tanto na situação de bilinguismo que se efetuou entre a Grécia e Roma e na península ibérica favoreceu o enriquecimento do léxico de um dos idiomas: o latim.

Em um segundo caminho, devemos ouvir a definição de Câmara Júnior (2011a, p. 47) sobre um dos termos:

**ADSTRATO** — Toda língua que vigora ao lado de outra, num território dado, e que nela interfere como manancial permanente de empréstimos. Na história do português é particularmente importante o adstrato árabe, decorrente da ocupação moura da Península Ibérica, a partir do séc. VIII, ao lado do romance dos MOÇÁRABES [...] (grifos do autor).

Para esse linguista, *adstrato* difere de *superstrato*: enquanto aquele conceito se refere ao contato entre línguas que coexistem, quando um povo dominador abandona sua própria língua em favorcimento ao idioma recém-chegado, este se refere à língua em contato que permanece como influência, mas que não seja a ser abandonada. Uma prova disso é que os árabes não chegaram a abandonar seu idioma, mesmo após a Reconquista cristã expulsá-los da Península.

É neste ponto que nos interessa os conceitos de *superstrato* e *adstrato* (e *substrato*, evidentemente), que nessas situações de contato o idioma latino já transformado em *romance* foi profundamente enriquecido, seja no vocabulário/léxico, seja na sintaxe ou qualquer outra parte de seu sistema linguístico.

Convém, nesse momento, trazermos algumas considerações acerca das conquistas romanas:

Em 218 a. C, quando os romanos desembarcam em Ampúrias, encontram uma Península bastante fragmentada, habitada por povos e tribos de origens muito diversificadas. Desde cedo, por via continental ou marítima, vagas sucessivas de migrações tinham sido atraídas por uma situação geográfica privilegiada. Vestígios arqueológicos, notícias de historiadores latinos e gregos, topônimos de origem não latina, nos fornecem os escassos conhecimentos que possuímos sobre estes povos. Iberos, vindos do Norte de África cerca do III milênio a. C., tinham-se estabelecido no Sul e Este peninsulares; no Centro e Oeste fixaram-se, em sucessivas vagas, celtas; na costa meridional havia colônias fenícias e, na cadeia montanhosa ao norte, bascos (BAGNO, 2007, p. 44).

A primeira certeza que temos, com base no texto anterior, é a de que a formação das línguas neolatinas na Península começou bem antes da própria constituição do Império Romano, que só ocorreu no ano 27 a. C, com Otávio (Augusto). A segunda impressão que percebemos é que o latim aí falado não podia ser um idioma das classes cultas, era, portanto, o idioma vulgar, falado pelos soldados romanos que iam, aos poucos, conquistando essas terras.

Em consonância ao que foi dito por Bagno (2007), Paul Teyssier (2014) nos informa em sua obra *História da língua portuguesa*, que o povo romano, mais especificamente os soldados das legiões romanas, se instalaram na península ibérica por volta do século II a. C. (fato que ocorreu no ano de 218 a. C., segundo o autor). Esse período de invasões romanas é conhecido por *segunda guerra púnica*, quando pelejaram contra o povo cartaginês e outros povos vizinhos. Além disso, após derrotarem esses povos, conquistaram toda a península. Contudo, pensar do domínio romano, o povo basco não adotou a língua dos romanos, ao contrário, permaneceram com seu próprio idioma e costumes. Os demais povos se sujeitam ao julgo romano, inclusive a religião (TEYSSIER, 2014).

Diante do que foi dito, chegamos à conclusão de que os povos que habitaram a península ibérica são os denominados pré-romanos; são eles: os *gregos*, os *fenícios*, os *iberos* e os *celtas*, sendo esses dois últimos chamados também de celtibéricos (ASSIS *et al.*, 2014; COUTINHO, 1981; ILARI, 2018). Desses povos, temos a seguinte lista<sup>23</sup> de palavras colhidas de Coutinho (1981):

---

<sup>23</sup> Esta lista é meramente ilustrativa não contém todas as palavras dessas línguas. Não tivemos a pretensão de sermos exaustivos nessas exemplificações.

**I. Palavras de origem ibérica:** *abarca, arroio, baía, balsa, barro, bezerro, bizarro, cama, esquerdo, garra, lousa, manto, madorra, nêspêra, páramo, sapo, sarna, veiga, etc.;*

**II. Palavras de origem céltica:** *bico, brio, bragas, cabana, cambiar, caminho, carpinteiro, carro, cerveja, cheda, duna, gato, gordo, lança, seara, saio, tona, trato, touca, vidoeiro, vassalo, etc.*

**III. palavras de origem fenícia:** *mapa, mata, saco, barca, etc.*

**IV. Palavras de origem grega:** *bolsa, cara, corda, calma, chato, caixa, ermo, espada, governar, golfo, órfão, anjo, apóstolo, bíblia, cônego, clérigo, crisma, diabo, epifania, esmola, idolatria, igreja, parábola, diocese, etc.*

É preciso ressaltar que, exceto a língua dos gregos e fenícios, “pouco sabemos sobre os povos que habitavam a Península em época pré-romana, menos ainda conhecemos as línguas que eles falavam e que podem ter funcionado como substratos do latim hispânico” (BAGNO, 2007, p. 45).

O que sabemos, de fato, é que a mistura entre esses povos, e conseqüentemente, de seus falares antes da chegada dos romanos, permitiu a formação de idiomas singulares. Com a chegada dos romanos a Península no século III a. C. houve, evidentemente, uma ampliação significativa de novos falares. À medida que o idioma latino ia penetrando na região, os idiomas dos celtibéricos iam ou desaparecendo ou se afastando dali.

À variedade étnica correspondia a variedade linguística. E a ação romanizadora, de que resultou a implantação do latim, reflete, em grande medida, esta variedade: a assimilação cultural implicou um período de bilinguismo, mais ou menos longo, em que características das línguas nativas penetraram,

com maior ou menor intensidade, na língua recentemente adquirida e que viria a tornar-se dominante. O bilinguismo, num jogo de compromisso entre hábitos articulatórios da língua materna e a aquisição de uma nova língua, permite que tendências linguísticas pré-existentes atuem sobre a marcha evolutiva da língua que se adquire (BAGNO, 2007, p. 44-45).

Conforme assinalou Bagno, as variedades do latim que se formaram na Península refletiam igualmente as variadas regiões e falares distintos que existiam. Podemos a partir do que foi comentado pelo autor, extraímos a ideia de que, o *latim vulgar* longe de ser uma língua homogênea era, na verdade, uma gama de variedades constituída de diversos falares.

A *romanização* da Península não foi de modo algum algo pacífico. A introdução de um novo idioma só se fez após a conquista da região. Sabemos que o “latim que vai romanizar as províncias não é, evidentemente, o latim das cidades da Itália e muito menos o de Roma” (SILVA NETO, 2004, p. 64). E essa conquista foi possível graças ao poderio e supremacia romana. O exército romano, à medida que conquistava novas terras, ia, aos poucos, inserindo ali seu falar. Além da península ibérica, regiões como *Cartago*, *Galícia (Galiza)* e *Gália* resistiram por longos períodos ao jugo romano (ASSIS *et al.*, 2014).

No tocante à *Galícia*, interessa-nos dizer que:

A atual Galiza espanhola e Portugal correspondem, aproximadamente, a quatro desses *conventus*, que são: Bracara (Braga), Scalabis (Santarém), Lucus Augustus (Lugo) e de Pax Augusta (Beja). A geografia linguística do que será o galego-

português e o português, delineiam-se desde a época romana, a partir das subdivisões do mapa administrativo do Ocidente Peninsular (ASSIS *et al.*, 2014, p. 13).

As duas línguas românicas, isto é, o castelhano e português formados nessa região, têm suas raízes unidas por um mesmo fato histórico: a *romanização* da Península. Assim sendo, era de esperar que as estruturas linguísticas das duas línguas tivessem algo semelhante. Todavia, isso não reflete uma verdade absoluta. Pelo contrário, as diferenças entre essas línguas superam, de certa maneira, suas igualdades. É oportuno dizer que a forma que o *latim vulgar* assumiu no Condado Portucalense (Portugal) e na Hispânia (atual Espanha) favoreceu a distinção entre elas. Em outras palavras, devido a diferentes substratos e superstratos linguísticos, idiomas distintos se tornaram.

Concluída as três definições (*substrato*, *superstrato* e *adstrato*), “Observa-se que, nesses três tipos de contato, as populações desenvolveram diferentes graus de bilinguismos e, em consequência, de eventuais passagens de características de uma língua para outra, o que pode resultar em processos de mudanças” (FARACO, 2006, p. 69). Estamos cientes da não univocidade das definições apresentadas (*cf.* GARCIA, 2002), mas acreditamos que essas conceituações serão úteis em nossas análises.

Para nós, são os bilinguismos latim/grego e latim/celtibérico que terão maior força na constituição do dialeto espanhol e de outros falares da Península. Devemos, para uma profunda compreensão desse tipo de contato, nos voltar para o período de conquistas romanas que antecedem a formação do Império Romano.

Retornemos, mais uma vez, às palavras de Bagno (2007, p. 46-47) sobre a romanização da península ibérica:

Nos três séculos em que a Península se encontra dominada pelos visigodos a língua sofre profundas mudanças que vão acentuando uma diversidade que se funda na transformação do **latim vulgar hispânico** (ou seja: o latim vulgar que se implantara na Hispânia) pela ação dos substratos, favorecida pelo isolamento de algumas regiões (grifos do autor).

Segundo Bagno, a variante do *latim vulgar* que se instalou na Hispânia foi *ohispânico*. Isso nos dá a informação de que as características adquiridas na formação da língua refletiram diretamente no substrato hispânico que deu origem à língua espanhola.

Por essa razão, duas fronteiras linguísticas se concretizam: a primeira é a geográfica, a separação natural entre Espanha e Portugal, que distanciou os dois dialetos que logo se tornariam idiomas. A segunda fronteira é político-social, esta menos aparente, separou linguisticamente os dialetos por questões políticas e sociais, isto é, enquanto Portugal se tornou uma nação independente, um reino já no século XIII; a Espanha, especialmente a região da Galiza, também veio a se tornar uma nação, mas em período posterior, em início do século XV.

Historicamente, Portugal constituiu-se reino independente de Castela e Leão no século XII (1128), na batalha de São Mamede, tendo Afonso Henrique (ou Afonso I, como também era conhecido) se separado de Afonso VII, rei de Castela e Leão (TEYSSIER, 2014).



A Espanha se tornará reino unificado somente no século XV, quando ocorre “o casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão” em 1469, fato este que levou “à unificação de Aragão e Castela num único Estado fortemente centralizado” (ILARI, 1999, p. 218). Fatos esses atestados por Cardona (2010, p. 29):

O casamento de Isabel de Castela com Fernando de Aragão, em 1469, e a subsequente união dinástica das Coroas de Castela e Aragão; a finalização da Reconquista em 1492; a expansão ultramarina, a partir de estabelecimentos firmes nas Canárias ao longo do século XV; a importância política, militar e econômica das Coroas sob a Casa dos Áustria; a transformação das Coroas num grande Estado nacional moderno a partir do século XVIII; a transformação dos antigos vice-reinados nos séculos XIX e XX e a integração de Espanha na União Europeia em 1986, têm favorecido a contínua estandardização e expansão do castelhano.

Com isso, o espanhol, enriquecido com elementos linguísticos de outros dialetos românicos, ocupou vastas terras e hoje é a segunda língua mais falada no mundo<sup>24</sup>. De acordo com dados recentes disponibilizados pelo *Ethnologue* (SIMONS; FENNING, 2018; BOSSAGLIA, 2019), a língua espanhola é a segunda língua mais falada em todo o mundo, a língua portuguesa é a sétima no *ranking*.

---

<sup>24</sup> Sobre a lista das línguas mais faladas no mundo, consultar: SIMONS, Gary F.; FENNING, Charles D. (Eds.) *Ethnologue: languages of the world, twenty-first edition*. Dallas: SIL International. Disponível em: [www.ethnologue.com](http://www.ethnologue.com). Acesso em: 15 dez. 2016.

Outra questão que merece destaque diz respeito:

À variação própria do latim vulgar e ao contato desse latim com línguas de substrato e superstrato, devemos, ainda, adicionar as circunstâncias geográficas (a situação periférica da Península — e, em particular, da Galécia — em relação a Roma), históricas (invasões germânicas, fragmentação do Império) e sociais (maior ou menor centralização da língua, imposta por instituições como a Escola ou a Igreja, influência cultural de centros urbanos). Este mosaico complexo conduziria, necessariamente, à diversificação da língua. Ainda assim, o romance visigótico falado no século VIII na Península Ibérica devia apresentar uma relativa unidade. A destruição dessa unidade linguística acompanhará a queda do império visigodo e se traduzirá na emergência de falares regionais (BAGNO, 2007, p. 47).

Temos, nesse pequeno fragmento, uma síntese daquilo que já dissemos. Cremos que agora podemos abordar a obra de Sanches sobre o prisma dos substratos, superstratos e adstratos que definiram a modalidade do latim empregado pelo autor espanhol. *Quod Nihil Scitur* não nos revelará um *latim clássico*, perfeitamente estabelecido na ortografia e sintaxe, conforme os moldes ciceronianos. Pelo contrário, o texto latino irá nos permitir observar um idioma profundamente modificado. Um latim escrito que não escapou das formas de uso. É como se estivéssemos diante de um retrato do latim em um estado evolutivo. O texto de Sanches está impregnado de construções da oralidade. As evidências estão no próprio texto, cabe a nós encontrá-las e evidenciá-las.

## 4.6 Bilinguismo entre o latim e os falares românicos

Iniciamos esta discussão trazendo à lume um problema-chave: a situação das províncias romanas após a romanização exercida por Roma. Qual era, portanto, o *panorama linguístico* dessas províncias? Silva Neto (2004) nos dá uma ideia da situação, em três distintas gerações:

1) latim normal, caracterizado pelo sotaque e pelo arcaísmo, usado pelas classes mais bem dotadas, aquelas que frequentaram a escola e haviam assimilado a tradição da vida romana, penetrando-lhe as fontes escritas, e até colaborando na literatura (SILVA NETO, 2004, p. 80).

De acordo com o autor, nas províncias onde a educação romana chegou, criou-se também o germe da literatura latina, não rebuscada quanto o que se viu em Roma, mas passível de despertar o interesse por uma leitura mais cuidadosa. Garcia e Castro (2010) ressaltam, inclusive, muitos autores não originários de Roma, com destaque para: *Sêneca, Plínio, Fedro e Quintiliano*, na fase pós-clássica da língua.

Noutra geração, destaca o autor:

2) variados falares latinos, que se caracterizavam pela simplificação das formas, sotaque próprio, sabor arcaico e copioso vocabulário indígena. Era o meio de expressão dos campônios, que só pouco a pouco se iam enfronhando na cultura romana, e, em consequência, só muito lentamente iam abandonando a língua materna (SILVA NETO, 2004, p. 80).

O uso da língua por falantes não nativos e não acostumados com o manejo da escrita apurada contribuía para a quase que completa alteração na estrutura da língua por eles faladas. O autor ressalta a importância de se separar a língua do campo do da *urbe*, ou seja, dos interiores das províncias e as cidades. Não havia como a língua permanecer inalterada na *boca e na linguagem de incultos* (SILVA NETO, 2004). Sobre essa questão, destaquemos também a força exercida pela língua basca, na Espanha, por exemplo, que não se curvou ao julgo romano, perdurando até o presente momento. Também é fato que:

No território hoje ocupado pelos albaneses o latim não chegou a firmar-se entre uma população indomável que se acastelava numa vida rude, no recesso das suas montanhas. Na Grécia o latim não pôde destronar o prestígio do grego. Na Britannia o latim, depois de largo florescimento, recuou diante dos falares célticos nativos. Na Germânia o latim foi considerado sempre a língua do inimigo [...] (SILVA NETO, 2004, p. 90-91).

Dessa maneira, compreendemos que apesar da força que exercia a língua dos antigos romanos em muitas regiões, havia ainda aqueles povos que permaneciam com os idiomas pátrios, mas mesmo assim, quando preciso era, se utilizavam do latim na forma escrita, a seu modo, imprimindo-lhes sua feição e particularidades (COUTINHO, 1981).

Por fim, resta trazer à discussão a terceira geração:

3) variadas línguas e dialetos pré-romanos, que só pouco a pouco iam incorporando palavras latinas. Era ainda o meio de expressão da maioria dos ha-

bitantes que viviam longe dos grandes centros, em lugares afastados e de difícil acesso, ou, de qualquer modo, sem contacto com os agrupamentos romanos. Aqui os padrões culturais de Roma somente penetraram com a força do Cristianismo (SILVA NETO, 2004, p. 80).

De um ponto de vista preciso, podemos afirmar que a extensão territorial do *Imperium Romanum* nos tempos de Augusto (século I a.C.), por exemplo, já seria grande o suficiente para dificultar a homogeneidade dos falares. Com o crescimento exponencial das conquistas, a heterogeneidade se multiplicava, digamos *desenfreadamente*. Os diferentes contatos linguísticos entre o latim e outros falares já existentes nas regiões conquistadas favorecia a dialeção do latim (ILARI, 1999).

Na obra *Sociolinguística: uma introdução crítica*, Louis-Jean Calvet (2013) dedica o segundo capítulo ao estudo das *línguas em contato*. O autor trata nessa parte, entre outras coisas, de “empréstimos e interferências” e “a diglossia e os conflitos linguísticos”. Logo de início, o autor nos informa: “O plurilinguismo faz com que as línguas estejam constantemente em contato. O lugar desses contatos pode ser o indivíduo (bilíngue, ou em situação de aquisição) ou a comunidade” (CALVET, 2013, p. 27).

Começemos, então, por definir o que acreditamos ser *bilinguismo*<sup>25</sup>. De acordo com Câmara Júnior (2011a, p. 78): “**BI-LINGUISTICO** – Capacidade de um indivíduo usar duas línguas distintas, como se ambas fossem a sua língua materna, optando por uma ou por outra, conforme a situação social em

---

<sup>25</sup> Sobre outros conceitos de *bilinguismo*, consultar: BASSANI, Indaiá de Santana. **Disciplina: Fundamentos linguísticos: bilinguismo e multilinguismo.**Mód. 3. Marcos conceituais referentes à variação linguística. São Paulo: UNIFESP, 2015.

que no momento se acha” (grifos do autor). Essa capacidade permite que um falante domine dois ou mais idiomas simultaneamente. E pode fazer uso de um deles, ou de ambos, em situações de interação social, com muita naturalidade.

Todavia, “Quando um indivíduo se confronta com duas línguas que utiliza vez ou outra, pode ocorrer que elas se misturem em seu discurso e que ele produza enunciados ‘bilíngues” (CALVET, 2013, p. 34-35). Não é fácil, para um falante poliglota, para ele se desprender de seu idioma nativo. Ele faz uso de sua língua materna como modelo para as outras que aprendeu depois. É como se a primeira língua coordenasse as outras, porque se torna uma “balança” nas comparações estruturais que faz.

A *diglossia* é definida como “uso de duas línguas ou de duas variedades linguísticas dentro de uma mesma comunidade linguística, cada uma delas detentora de um status social determinado, o que lhe garante um conjunto específico de usos” (CALVET, 2013, p. 154). Nesse sentido, as relações de contato de diglossia, há sempre duas variedades em conflito, uma *variedade alta*, ou seja, de prestígio, e uma *variedade baixa*, ou de menos prestígio. A primeira variedade goza de prestígio tanto escrito quanto oral; já segunda variedade é aquela que é adquirida naturalmente, através da oralidade, de domínio popular (CALVET, 2013).

Esta era a situação de grande parte dos falantes da península ibérica. Por se tratar de uma região vasta e cheia de riquezas naturais, durante séculos ela foi almejada por fenícios, gregos, celtas, árabes e, evidentemente, por romanos (TEYS-SIER, 2014).

Outras formas de bilinguismo se referem às relações de variados contatos:

Encontra-se o bilinguismo: a) nas famílias de língua materna diversa da do país em que se radicam; b) nas comunidades conquistadas por um povo de língua diversa; c) nos indivíduos que vivem na fronteira entre dois povos de línguas diversas, com atividade em um e outro povo (CÂMARA JÚNIOR, 2011a, p. 78).

Dois exemplos do tipo “b” relevantes para nosso estudo são os que ocorreram entre o romance português/espanhol *versus* árabe (CÂMARA JÚNIOR, 2011a) e o latim escrito *versus* línguas românicas. No primeiro caso, sabemos que o romance que deu origem à língua portuguesa se formou na região da Galiza. O romance que originou o espanhol se formou na região centro-norte da península ibérica. Por outro lado, o árabe, a sua origem nos remete ao Oriente médio; não podemos precisar o país, mas é certo de que o árabe não pertence somente à Arábia Saudita. Outros países, tais como o Catar, Argélia, Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Marrocos, Tunísia, Iêmen, entre outros, adotam tanto o árabe como idioma oficial quanto o Islamismo (Islão) como religião.

Como já dissemos antes, o árabe era um adstrato do romance e dada suas características, bem como a do povo que o falava, é de se acreditar que não se submeteram ao julgo romano, nem as suas leis e religião. Daí o fato de que não abandonaram sua língua em favor do latim ou do poder de Roma.

No segundo caso, o bilinguismo latim escrito *versus* línguas românicas, se deu à medida que enquanto não havia o emprego escrito das línguas vernáculas, o latim permanecia no posto de domínio. Nesse caso, a *latinização* foi um processo de mão única. Não houve resistência dos vencidos. Roma conqui-

tou não só os povos celtibéricos, como também impôs o idioma pátrio.

Em um primeiro artigo, cujo título é *Breve histórico da península ibérica*, Nilsa Areán-García afirma que:

[...] a diglossia proveniente da latinização acabou desencadeando um processo massivo de assimilação linguística, que culminou com a extinção das línguas autóctones na parte ocidental do Império. Dessa maneira, o latim se sobrepôs às línguas locais e distintas em épocas diferentes na Península Ibérica, significando que, durante a romanização, nunca deve ter havido uma unidade linguística total na região peninsular (AREÁN-GARCÍA, 2009, p. 28-29).

Ora, isso implica dizer que a romanização da Península gerou variedades do latim diferentes da que se fala em Roma. O latim falado nessa região tomou formas que trarão consequências determinantes na formação de novos idiomas. Muitos dos falantes eram bilíngues e até mesmo políglotas, dominam tanto o grego quanto o latim. Outros sabiam igualmente o celta, o ibérico, o basco, etc.

A riqueza de léxicos e vocabulários aumentava a cada novo contato entre esses falares. Apesar das batalhas que se travavam entre romanos e povos bárbaros, os sobreviventes que ali se instalavam traziam consigo o idioma pátrio, o latim. Passados séculos após essas lutas, o povo herdava o idioma, já profundamente modificado. Portanto,

O galego, o português, o castelhano, como também a maioria das línguas da região [isto é, a Península



Ibérica], exceção feita ao basco, originaram-se do processo de romanização da Península aliado ao substrato indo-europeu característico de cada localidade e ainda somado aos superstratos germânicos e aos adstratos vizinhos (AREÁN-GARCÍA, 2009, p. 25).

Notamos, com isso, que nessa região instalou-se um conjunto de falares de base comum, isto é, esses idiomas são originários do romanço. Durante os séculos IX e XIII d. C., esses falares conviviam harmonicamente. Porém, com a invasão de povos bárbaros, tais como os alanos, vândalos, suevos, entre outros, tornou a região uma gama de línguas cada vez mais distintas entre si.

Ao elaborar um panorama histórico da Galícia no artigo intitulado *A história e a evolução das línguas na Galiza, em Portugal e no Brasil*, Areán-García reforça que a língua galega compartilha uma origem comum com a espanhola:

[...] inicialmente na segunda metade do século XII, o galego disputava sua autonomia como língua, enfrentando o latim da igreja, o notarial e o literário. A partir do século XIII, o castelhano já começava a se impor como a língua de uma nação, começando a se sobrepor ao latim no campo notarial e literário. Com os reis católicos e a expansão marítima, o castelhano se sobrepôs às demais línguas espanholas. Mas, somente no século XVI, com o humanismo, o castelhano se impôs totalmente ao latim no campo literário, como também às outras línguas espanholas, e em particular ao galego (AREÁN-GARCÍA, 2011, p. 09).

Com base no que foi dito, podemos fazer algumas considerações: o latim literário, na modalidade escrita, gozava de forte prestígio nesse período. Porém, aos poucos, perderá esse posto, dando lugar aos dialetos de menor prestígio, tais como o românico e suas variantes. A razão para isso reside no fato de que o latim já não era mais falado antes mesmo do século XII d. C., pois não havia mais comunidades homogêneas de falantes romanos. Com a queda do Império Romano no século V d. C. também ruiu o povo que o empregava.

Outra consideração importante diz respeito aos dialetos românicos. Tanto a língua espanhola quanto a galega, entre outras, tomarão a posição de prestígio que antes pertencia ao idioma do Lácio. Devemos observar, no entanto, que os idiomas neolatinos enfrentaram grande resistência, especialmente por parte da Igreja Católica. O *latim cristão/tardio* tornou-se o veículo de comunicação entre os membros do alto clero. Desde fim do século III d. C. até a atualidade, o latim permanece como idioma oficial dos ritos religiosos.

Não podemos nos esquecer de que, apesar do latim não ser mais falado, exceto nos rituais dentro dos muros do Vaticano, por muito tempo ele foi apreciado no meio intelectual. Assim como a língua helênica, devemos compreender que:

A importância do latim e do grego literário na aquisição de cultismos acentuou-se no século XVI e XVII no período do Renascimento, momento no qual, também houve uma forte influência do italiano nos campos literário, artístico e linguístico. Os autores adeptos do movimento Renascentista recorreram os recursos de ampliação vocabular nos

moldes dos clássicos antigos (AREÁN-GARCÍA, 2011, p. 22).

O *Renascimento* favoreceu um enriquecimento lexical dos idiomas românicos, entre os quais, o italiano, o francês, o espanhol e, especialmente o português, através de Luís Vaz de Camões e sua epopeia *Os Lusíadas* (1572), obtiveram ganhos incalculáveis. O período do *Renascimento* é, para muitos, um rompimento com *osaeculumobscurum* (ou “Idade das trevas”), como assinalam Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2015) no verbete “Renascimento” no *Dicionário de conceitos históricos*. Nas palavras dos autores:

[...] A historiografia tradicional, principalmente do século XIX, costuma olhar para o Renascimento como um momento de ruptura com a Idade Média, considerada então a Idade das Trevas. O renascimento, portanto, seria uma volta aos valores da Arte mais pura e avançada, a Arte greco-romana [...] (SILVA; SILVA, 2015, p. 359).

Vale ressaltar que esse movimento intelectual-científico nasce com o ressurgimento de um pensamento classicista após quase mil anos de *saeculumobscurum*. Podemos concluir que essa revolução nas artes trouxe crescimento tanto intelectual quanto científico, mudando a história. O período compreendido entre os séculos IV e XVIII d. C. perpassa a crise do *Feudalismo* e culmina com o surgimento do *Capitalismo*, e é nesse ínterim, que movimentos como o *Renascimento*, *Humanismo* e a *Reforma* ocorreram, marcando um rompimento entre uma ideologia cristã-feudal dominante e a vontade do homem de que se manifestar enquanto *ser* num universo (SILVA; SILVA, 2015).

A centralidade do poder e da língua universal, o *latim cristão/tardio* escrito, ficará restrita à Igreja Católica Apostólica Romana. Mas, o acesso às informações deixa de ser somente da Igreja e começa a ser discutido pelos intelectuais da época. Até mesmo o texto bíblico, que antes era restrito aos padres e doutores da Igreja, começa a ser traduzido e vertido para outros idiomas<sup>26</sup>, primeiramente à língua alemã, com Martinho Lutero, no ano de 1534 (século XVI d. C.) e em seguida às línguas românicas tida como de maior prestígio, tais como francês e italiano; só depois começam a surgir versões do texto bíblico em línguas consideradas então de menor prestígio, como o inglês, na época. Tradução essa feita por King James (Rei James) em 1611 (século XVII d. C.).

A Igreja Católica, no entanto, ainda conserva seus ritos e liturgias baseados somente na *Vulgata*, versão latina da Bíblia produzida por São Jerônimo no fim do século IV d. C, a pedido do papa São Dâmaso (ILARI, 2018).

No tocante ao processo de escritura da *Vulgata*, que não levou em conta outra versão do texto bíblico de grande aceitação, a *Itala Vetus*, sendo então um versão inteiramente nova, é oportuno trazer o seguinte esclarecimento:

Como iniciativa de aproximação entre a língua vulgar e o latim culto, pode-se citar a decisão da Igreja, no tempo de São Jerônimo, de redigir em um latim tanto quanto possível popular os textos do Novo Testamento (ILARI, 2018, p. 68).

---

<sup>26</sup> Sobre as datas das traduções citadas, consultar: Sociedade Bíblica do Brasil. Disponível em: [www.sbb.org.br](http://www.sbb.org.br). Acesso em: 01 nov. 2016.

Nesse sentido, São Jerônimo, motivado por questões espirituais segundo a tradição prega, produziu a *Vulgata* numa linguagem mais próxima a do povo<sup>27</sup>, deixando de lado uma primeira edição do *Novo Testamento* que havia feito do hebraico ao latim, mas em um latim culto, bem como abandonou a *Itala Vetus*, cuja fonte era o grego.

Assim como Ilari (1999, p. 226), acreditamos que “O saldo cultural mais importante da Renascença foi, indiscutivelmente, o reencontro da humanidade com a cultura greco-latina, adequadamente compreendida e estudada”. E acrescenta:

Um aspecto deste fenômeno foi a grande voga dos estudos de grego e latim, que resultou na incorporação ao vocabulário e à sintaxe das línguas românicas de um número considerável de latinismos. Mas, por uma espécie de reação, a Renascença foi também um período de dignificação e valorização das ‘línguas vulgares’ [...] (ILARI, 1999, p. 226).

Desse modo, as línguas nacionais começam a ser vistas como idiomas tão importantes quanto línguas clássicas (grego e latim). Não seria mais preciso decodificar as letras gregas ou mergulhar no mundo romano, como muitos ainda acreditavam e defendiam, para se chegar ao conhecimento, bastava, agora, codificar/decodificar no próprio vernáculo. As fontes gregas e latinas não eram mais suficientes para recobrir toda a gama de novos conhecimentos que o Renascimento fomentava.

Nesse mesmo período, muitos tratados são produzidos, a fim de elevar o idioma nacional ao patamar de língua superior, ao próprio latim:

---

<sup>27</sup> Não nos alongaremos mais sobre esse tópico, por não ser o objeto de investigação desta obra.

Entre os tratados que sustentavam a superioridade de uma língua românica em face do latim ou das línguas contemporâneas (esta situação é típica de Portugal, onde muitos autores reagem à influência do espanhol) e defendem a necessidade de cultivá-las e aprimorá-las [...] Lembre-se também que a Renascença viu nascer a imprensa, que teria um papel importantíssimo na fixação das línguas em seus vários aspectos, a começar pela ortografia (ILARI, 1999, p. 227, grifos do autor).

Vemos, assim, que as obras *Diálogo de la lengua*, de Valdés (1535), *Diálogo em favor de nossa língua*, de Barros (1540), *Deffense et illustration de la langue française*, de Bellay (1548), *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, de Gândavo (1574) e *Origem da língua portuguesa*, de Leão (1606) foram escritos com a finalidade de exaltação de suas respectivas línguas. Dos cinco tratados elencados por Ilari (1999, 2018), notamos que o espanhol (Valdés), o português (Barros, Gândavo e Leão), o francês (Bellay) são três das seis línguas nacionais hoje vigentes.

Em todas elas e nas demais línguas, o fator preponderante para sua manutenção é a escrita. Com o surgimento da imprensa no século XVI, realizada a partir da invenção de *Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg*<sup>28</sup> (ou simplesmente J. Gutenberg), essas línguas foram cada vez mais ganhando espaço, conseqüentemente houve uma definição do sistema ortográfico e normatização das estruturas linguísticas.

---

<sup>28</sup> Sobre a biografia de *Johannes Gutenberg*, consultar: [www.biography.com/amo/people/johannes-gutenberg-9323828](http://www.biography.com/amo/people/johannes-gutenberg-9323828). Acesso em: 01 nov. 2016.

## 4.7 Classificação tipológica do latim

Na esteira de discussões recentes sobre a classificação das línguas, Silva Borba (2008), em sua obra *Introdução aos estudos linguísticos*, mais precisamente na terceira parte, esclarece o que significa a expressão *tipologia linguística*. Para o autor, as primeiras tentativas de classificação das línguas humanas surgiram na Alemanha, no período de maior divulgação científica, entre os séculos XVIII e XIX.

O estabelecimento dos *laços de parentesco* entre os idiomas se tornou popular entre os comparativistas. Também chamado de *critério genético*, esse estabelecimento buscava reunir línguas que apresentassem características similares e origem comum, organizando-as em um mesmo grupo. De acordo com o autor, graças ao *método histórico-comparativo* foi possível analisar diferentes línguas, identificando as que tiveram ou não uma mesma origem, a partir de suas especificidades estruturais (BORBA, 2008).

Em *Iniciação ao latim*, obra fundamental sobre a estrutura da língua latina, Cardoso (1993) nos adverte que, para uma correta classificação das línguas, é preciso partir de um critério que identifique a estrutura interna, bem como os mecanismos que orientam o seu funcionamento enquanto um sistema.

Segundo Cardoso (1993), é com o desenvolvimento da atividade filológica no século XIX que nomes como os de Schlegel e Schleicher que tal critério classificativo é refinado: o exame da estrutura das palavras e vocábulos que integram o léxico de um determinado idioma. De acordo com esse critério, o latim é uma língua *flexiva* (ou *flexional*), portanto, um idioma em que existem inúmeros morfemas indicadores de categorias que se

unem aos radicais das palavras (especialmente substantivos, adjetivos, verbos, etc.), formando com elas novas formas e, conseqüentemente, variações de função e significados (CARDOSO, 1993). Outros autores reforçam que o latim é uma língua *natural, flexiva e sintética* (BORBA, 2008; FURLAN; NUNES; COELHO, 2012; BOSSAGLIA, 2019).

Assim sendo, havia no latim uma multiplicidade de morfemas, o que permita aos falantes utilizarem esses elementos de acordo com a necessidade de cada palavra e dos diferentes usos, de modo que quantas funções fossem necessárias, acrescentava-se ou trocavam-se tais morfemas. Daí o princípio de que nesse idioma, a morfologia era rica, sendo então a mobilidade de posições dos sintagmas menos restrita do que as línguas românicas.

Além das línguas flexivas, tais como latim, grego e russo, há ainda as línguas *isolantes*, que não possuem flexão alguma (ex.: chinês e vietnamita); línguas *aglutinantes*, que unem afixos invariantes a uma raiz (ex.: turco e japonês); *polissintéticas* (ou *incorporantes*), que empregam inúmeros afixos que incorporam funções de outras formas (ex.: Inuktitut – da Irlanda) (PRIA, 2006). Foi graças ao *método comparado* na linguística românica que essas tipologias foram identificadas (ILARI, 1999).

#### 4.7.1 Sintetismo e Analitismo

Para compreendermos como se dá as diferenças entre a sintaxe do português e do latim, devemos nos voltar para dois princípios que regem a estrutura dessas línguas, o *analitismo*, de um lado, e o *sintetismo*, do outro.



Os conceitos de analitismo e sintetismo são relativos. Ao se comparar o latim com o português, percebe-se que, para uma mesma mensagem se expressar nos dois idiomas, no primeiro, serão usadas menos palavras, pois o latim é uma língua *sin-tética*, ao contrário do português, que demanda maior número de termos, por isso, é mais *analítica* em relação ao latim (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 90).

Concordando com a definição apresentada, Furlan (2006) nos revela outras informações pertinentes a nossa discussão:

O latim, como outras línguas – grego, alemão, polonês e russo –, para expressar as suas funções sintáticas que os nomes (substantivos, adjetivos) e pronomes exercem na cadeia sintagmáticas, vale-se de flexões (sufixos e desinências), isto é, declina-  
osnomesemseiscasos, assim conjugaosverbo-  
semquatroconjugações, o que o enquadra entre as *línguassintéticas*, isto é, as que tendem a reunir, numa só palavra, vários morfemas. Esse caráter sintético confere ao latim poder de concisão e precisão bem maior do que o das línguas *analíticas*, razão de sua preferência nas ciências humanas que as requerem, como Direito e Teologia [...] (FURLAN, 2006, p. 51, grifos do autor).

Portanto, em *latim clássico* usaremos menos vocábulos para dizer algo que, em português, empregariamos mais vocábulos. As inúmeras desinências que o *latim clássico* oferece permite que construa qualquer enunciado com pouquíssimos elementos linguísticos, muitas vezes, elisões são efetuadas, basta pensar nos excertos literários de Cícero (FURLAN, 2006).

Como amostras, Garcia e Ottoni de Castro (2010, p. 90) trazem o uso de uma forma verbo-nominal no gerúndio “*Puella amanda*” (“A menina que deverá ser amada”). Nesse exemplo, vemos que *Puella* (nominativo) é traduzida por *menina* e, como na língua portuguesa temos artigo, devemos pô-lo antes do substantivo: *a menina* (ou *uma menina*). A forma verbo-nominal oriunda do verbo *amare* (amar), juntamente com a ideia de gerúndio revelada por causa do morfema final **-a**, será então traduzida por *que deverá ser amada* (quatro vocábulos).

Em outro exemplo, lemos: “*puella amicae rosam dat*” (“a menina dá uma rosa à amiga”) (GARCIA, 2008, p. 23). Nessa sentença, em latim são usadas quatro palavras, enquanto que em português foram necessárias sete para que o mesmo significado permanecesse.

Concordando com Garcia (2008), Garcia e Ottoni de Castro (2010) e Furlan (2006), Ricardo Soares da Silva e Hermes Orígenes Duarte Vieira (2011), em um compêndio gramatical intitulado *Língua Latina I*, trazem algumas observações:

Uma das principais diferenças entre o latim e o português consiste na estrutura morfossintática das palavras em situação textual. Para tanto, costuma-se apontar que o latim é uma língua sintética e o português uma língua analítica. Muitas línguas clássicas indo-europeias – como o sânscrito, o grego ou o latim – e algumas modernas – como as línguas eslavas – são línguas sintéticas. O principal indicativo de que a língua é de fato sintética reside no corpo da palavra. Assim, os nomes substantivos e adjetivos trazem, em sua estrutura, alterações especiais no final que ocasionam função específica para cada um deles (SILVA; VIEIRA, 2011, p. 30).

As alterações nos finais das palavras que os autores mencionam dizem respeito à presença de desinências de casos. A morfologia do latim, nesse sentido, é variada. Um substantivo de primeira declinação, por exemplo, *romana*, *-ae* (romana), pode sofrer pelo menos doze acréscimos de desinências (seis no singular e seis no plural); um adjetivo triforme de primeira classe, por exemplos, *altus*, *-a*, *-um* (alto), pode receber pelo menos trinta e seis desinências (doze para o masculino, doze para o feminino e doze para o neutro) (ALMEIDA, 2000).

Em relação ao analitismo, os autores o confrontam com as características dos idiomas românicos:

Por outro lado, as línguas neolatinas, como o português, são chamadas analíticas, porque trazem poucas ou pequenas modificações formais e, sobretudo, porque exprimem as funções sintáticas por meio de artigos, preposições e pela ordem ou distribuição dos termos sintáticos na oração. Ou seja: a colocação das palavras na frase ou a forma como elas são arranjadas exprimem funções que são a expressão analítica da combinação entre elas (SILVA; VIEIRA, 2011, p. 30).

Essas diferenças se acentuaram devido à própria índole da língua portuguesa, ao passo em que elementos como os citados (artigos, preposições, conjunções) foram empregados com mais frequência, além das novas ordenações sintáticas, favoreceram a uma reestruturação do sistema. O emprego de preposições, ao invés dos casos, pôs em xeque o valor que elas detinham na escrita culta. Para finalizar, concluem os autores:

Enquanto o português exprime suas funções sintáticas de forma analítica, através da colocação dos

termos no enunciado e pelo uso de preposições e artigos, o latim exprime as mesmas funções de forma sintética, através de modificações formais ocasionadas no aspecto final das palavras (SILVA; VIEIRA, 2011, p. 31).

A estrutura do latim vulgar diferia substancialmente da estrutura clássica, uma vez que aquela variedade apresentava menos desinências casuais e carecia de certos aspectos morfológicos (especialmente no que diz respeito aos verbos), portanto, mais analítica, esta outra modalidade, por sua vez, apresentava desinências casuais com funções sintáticas mais específicas, possuía sistema verbal complexo e carga semântica mais particularizada, com desinências com mais funções.

A perda das desinências, na modalidade falada, favoreceu o uso de conectivos (tais como preposições, conjunções e, como isso, também o surgimento de artigos), para preencher lacunas no sistema da língua, permitindo, assim, construções sintáticas em que as posições dos termos na oração necessitava era mais limitada. Podemos, também, observar o analitismo em formas cristalizadas, tais como máximas e expressões há muito conhecidas, porque elas preservam uma carga semântica muito maior que sua “tradução” para a língua portuguesa. Alguns exemplos servirão para demonstração desses conceitos:

**Tabela 3— Língua sintética versus Língua analítica**

| Latim clássico                          | Língua portuguesa                                 |
|---|---|
| <i>A non domino.</i>                    | Por parte de quem não é dono.                     |
| <i>Ab reo dicere.</i>                   | Falar em favor do réu.                            |
| <i>Ad impossibilia nemo tenetur.</i>    | Ninguém é obrigado a fazer o impossível.          |
| <i>A fortiori.</i>                      | Com tanto mais razão.                             |
| <i>Dixi.</i>                            | Tenho dito.                                       |
| <i>Dura lex, sed lex.</i>               | A lei é dura, mas é a lei.                        |
| <i>Habeas corpus ad subjudiciendum.</i> | Que tenhas teu corpo para o apresentares em juízo |

**Fonte: adaptado de Araújo (2006)**

As sentenças apontadas, extraídas de *Expressões jurídicas latinas aplicadas ao cotidiano forense*, de autoria de Ruy Magalhães de Araújo (2006), nos revela o quão o latim serviu (e ainda serve) como exemplo que exige raciocínio por parte daquelas que o utilizam. Essas expressões jurídicas são, na maior parte, preceitos utilizados e “empregados por juízes, advogados, escrivães, tabeliães, serventuários da justiça” (ARAÚJO, 2006, p. 02). A razão para seus usos, além do forte apelo de erudição, também representa a eficácia do sintetismo do latim que permite que se fale muito com poucas palavras.

Em oposição a isso, no *latimvulgar*, teremos o uso cada vez maior de palavras, até que nas línguas românicas, isso se tornaria uma marca de analitismo. Das amostras coletadas, vimos que em todas elas, as versões em português excederam em quantidade as latinas. Muitos outros casos similares foram detectados em Araújo (2006) e Coutinho (1981).

#### **4.8 Casos latinos: particularidades**

Na maioria dos instrumentos linguísticos que adotamos, vemos que o estudo descritivo (de ordem morfossintático) das orações latinas deve partir do exame dos elementos linguísticos que a compõem. Nesse sentido, na *Gramática latina: curso único e completo*, Napoleão Mendes de Almeida (2000), nos adverte que podemos encontrar seis elementos em uma oração:

- 1.º o sujeito;
- 2.º o vocativo;
- 3.º o adjunto adnominal restritivo;
- 4.º o objetivo indireto;
- 5.º o adjunto adverbial;
- 6.º o objeto direto.

Com esses termos é possível construir qualquer estrutura. As funções sintáticas exercidas pelas formas, no português, variam de acordo com a posição do elemento na sentença. No latim, por outro lado, a função independe da posição dos sintagmas. Para que possamos compreender essa organização da frase latina e sua conseqüente tradução para o português, devemos nos voltar para o estudo dos casos, observando seus comportamentos em contextos específicos.

Por *caso* latino, entendemos:

[...] a forma que a palavra apresenta quando flexionada, com uma desinência apropriada, para indicar a função sintática que desempenha na oração. Os casos são: **nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo, ablativo (instrumental e locativo)** (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 33, grifos das autoras).

Aliado ao entendimento desses casos, a noção de sintetismo que apresentamos, nos permite conhecer a estrutura do idioma do Lácio. O caráter sintético do *latim clássico* não se restringe a expressões e máximas. Os casos latinos conservam essas características:

**Tabela 4— Casos latinos e suas funções sintáticas**

|   | <b>Casos latinos</b> | <b>Definições</b>  |
|---|----------------------|--|
| 1 | <b>Nominativo</b>    | Função de sujeito ou complemento predicativo (predicativo do sujeito).   |
| 2 | <b>Genitivo</b>      | Função de adjunto adnominal restritivo. Geralmente designa <i>posse</i> .  |
| 3 | <b>Dativo</b>        | Caso que indica a <i>pessoa, ser</i> ou <i>coisa</i> beneficiada/prejudicada pela ação do verbo. Tem a função de objeto indireto e vem sempre acompanhado de uma preposição. Também é denominado <i>complemento de interesse</i> . |

|   |                     |  |
|---|---------------------|--|
| 4 | <b>Acusativo</b>    | Função de objeto direto.   |
| 5 | <b>Ablativo</b>     | Função de adjunto adverbial (de todas as naturezas).                       |
| 6 | <b>Vocativo</b>     | Função de interpelação/ chamamento.  |
| 7 | <b>Locativo</b>     | Funcional como indicativo da circunstância de lugar.                       |
| 8 | <b>Instrumental</b> | Funciona como indicativo do instrumento utilizado para exercer certa ação. |

**Fonte: adaptado de Garcia (2008, p. 25)**

Ao traduzirmos um texto qualquer, estaremos diante de palavras flexionadas ou declinadas. Como já mencionamos, o latim possuía cinco declinações e, em cada uma, os casos latinos eram empregados. No *latim clássico* havia os casos 01 a 06, no latim arcaico havia ainda os casos 07 e 08. Vale ressaltar que: “Os casos locativo e instrumental deixaram de ser usados já em épocas remotas, e suas funções foram absorvidas na maioria das vezes pelo ablativo, embora o locativo possa ser representado de outras formas” (GARCIA, 2008, p. 26). Assim, no *latim clássico* restaram somente seis casos. No *latim vulgar*, eles foram reduzidos a apenas três e nas línguas românicas a nenhum (COUTINHO, 1981).

Por questões de recorte teórico, nos propomos a investigar a estrutura sintática de partes de *Quod Nihil Scitur*, verificando o uso de conectores, tais como *conjunções* e *preposições* e as alterações dos casos *acusativos* e *ablativos*.

Dito isso, vamos nos ater ao entendimento desses dois casos. Retomando os conceitos, diremos que o ablativo é um caso latino que indica, geralmente, uma circunstância verbal. O resultado da função sintática exercida por esse caso, na condição de adjunto adverbial, pode ser de *lugar*, *tempo*, *modo*, *companhia*, *instrumento*, *causa*, *matéria* etc. (ALMEIDA, 2000).

Em outras palavras:

O ABLATIVO trata de orações como as circunstâncias de lugar onde, tempo em que; origem, início do movimento, ponto de partida, afastamento; meio, causa, instrumento, companhia; assunto, matéria (RESENDE, 2013, p. 75).

Sendo, então

[...] o ablativo puro – isto é, sem preposição – tem a função de adjunto adverbial, indicando três situações circunstanciais:

1. Origem (ablativo separativo)
2. Locativo
3. Instrumental

Quando o ablativo vem regido por uma preposição, sua função de adjunto adverbial não é alterada, apenas especificada (GARCIA, 2008, p. 28).

Assim sendo, o ablativo suplanta o uso dos casos locativo e instrumental, exercendo, portanto, suas funções sintáticas. Exemplos do uso do ablativo com preposição e sem preposição:

- (a) Petrus **cum** amicis in templo est (Pedro com [seus] amigos está no templo);
- (b) Caesar **cum** barbaris pugnabat (César batalhava contra os bárbaros);
- (c) Statuam dei hortorum **coronis** ornant ([Elas] ornaram a estátua do deus dos jardins com coroas [de rosas]);



(d) *Amicae aras dearum rosis ornant* (As amigas enfeitam os altares das deusas com rosas).

Nas sentenças (a) e (b) temos a preposição “cum” mais ablativos (situações de analitismo que se ampliaram no *latimvulgar*). Devemos observar que em ambas não há qualquer alteração de sentido, apenas um rótulo semântico como propôs Garcia: *cum* significa *com* ou *contra*. Em (c) e (d) temos somente ablativos (situações de sintetismo que se reduziram cada vez mais no *latimvulgar*). É importante também observarmos que nessas duas sentenças as palavras “*coronis*” e “*rosis*” já conservam, na tradução, a ideia de preposição.

Em outra definição desse termo, Furlan (2006) faz algumas considerações sobre as funções sintáticas que esse o caso ablativo conserva:

**Ablativo** – a) Adjuntoadverbial de origem, meio, lugar, tempo, companhia, referência, ora preposicionada, ora não: *Magistra sedet [incathedrā et hora sexta] narrat [ex cathedrā] fabūlas [de piratis]*, ‘a professora está sentada na cadeira e, à hora sexta, narra, da cadeira, fábulas sobre piratas’. b) Agentedavozpassiva, que é precedido de *a*, *ab*, *abs* quando ele é representado por um ser animado: *Fabūlas legītur a me, abs te et ab illis*. ‘A fábula (peça teatral) é lida por mim, por ti e por eles/elas’. c) Termodecomparação dos comparativos: *Nihil est ratiōne divinius*. ‘Nada é mais divino do que a razão’. d) Orações reduzidas de particípio com sujeito próprio, expressas na construção ablativoabsoluto: *{nitā causa}*, *cessat effectus*, ‘finda a causa, cessa o efeito’ (FURLAN, 2006, p. 68-69, grifos do autor).

Em síntese, o ablativo exerce quatro funções elementares: adjunto adverbial, agente da passiva, termo de comparação e orações reduzidas de particípio. Nos instrumentos linguísticos (manuais e gramáticas), geralmente, encontramos na primeira declinação o uso do macron (acento em linha reta sobre a vogal) sempre que estamos diante do ablativo. Ex. *Romā, feminā, poetā* etc. Isso facilita a sua identificação em um texto. Contudo, como já sabemos, o *latim clássico* carece de qualquer acento, o que não se pode dizer do *latim vulgar* que passou a mostrar muitos acentos (WILLIAMS, 2001).

Percebemos certas similaridades: o plural ablativo da primeira e segunda em **-is**, o singular da terceira e quinta em **-e**, o plural do ablativo da terceira e quarta em **-ibus** são iguais. Na terceira vemos alternância entre **-e** e **-i**, o mesmo ocorre entre o plural da quarta entre em **-ibus** e **-ubus**. Como já foi dito, o macron na desinência-**ā** é meramente didático. Para muitos autores, o ablativo singular da segunda em **-o** também pode ser grafado com um macron, **-ō**, ou seja, com a quantidade silábica longa (RAVIZZA, 1940; RIZZINI, 1955; BESSELAAR, 1960; COMBA, 1991; ALMEIDA, 2000; RESENDE, 2013).

Em uma tradução, o exame do contexto linguístico em que as palavras declinadas aparecerem, permitirá que se identifique a qual caso e declinação a palavra de fato pertencem. É necessário fazer um exame cuidadoso de cada unidade lexical.

No texto de *Quod Nihil Scitur* vemos um conjunto de sinais diacríticos ortográficos que vão desde agudos (´), circunflexos invertidos e usuais (ˆ)(˘) até marcações que acreditamos serem indícios de aspiração (ˆ), isto é, são espíritos usados na língua grega e vários outros. Outra possibilidade seria a entendê-los como graves ou crases. Diante desse fato, não poderemos

nos agarrar em elementos diacríticos para identificarmos os ablativos, será necessário recorrer às desinências das cinco declinações, tanto singulares quanto plurais.

Por outro lado, no que se refere ao outro caso, diremos que o *acusativo* “é o caso para o qual vão as palavras que desempenham a função do complemento verbal: o objeto direto” (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 09). Sobre a noção teórica do caso, há outras informações que merecem destaque:

O ACUSATIVO representa, na sua complexidade, as noções de movimento, duração; fim de movimento, ponto de chegada; produto, resultado, em outras palavras, o lugar para onde, o tempo durante o qual. Em acusativo se expressam o objeto direto e também o sujeito gramatical da oração objetiva direta (RESENDE, 2013, p. 74-75).

Dito de outra maneira, o acusativo indica, comumente, o objeto direto. De acordo com Garcia (2008, p. 28):

Com o acusativo, a situação se modifica: o acusativo puro – isto é, sem preposição, como já vimos, tem a função de objeto direto; *entretanto, se vier regido por preposição, esta tem o poder de neutralizar sua função de caso e lhe impõe a função de adjunto adverbial*. Nesse caso, o nome regido pela preposição torna-se, na verdade, mera designação, mero rótulo semântico (grifo nosso).

Logo mais iremos apresentar as preposições que regem ambos os casos, tendo em vista que tais preposições podem neutralizar ou especificar a função que esses casos exercem. Em

relação ao acusativo, vemos que a neutralização altera a função, o que irá modificar a tradução como um todo.

Vejamos alguns exemplos do uso do acusativo, sem preposição:

- (e) Paulus **Mariam** amat (Paulo ama Maria);
- (f) Puer **puellam** videt (O menino vê a menina);
- (g) Magistra **feminam** salutata (A professora saúda a moça);
- (h) Magister **fabulam** narrat (O mestre narra uma fábula).

As palavras *Mariam*, *puellam*, *feminam* e *fabulam* estão em acusativo da primeira declinação, formadas com a desinência de singular **-am**. Nas sentenças mencionadas não há a presença de preposições ou conjunções. Quando essas partículas aparecem, os significados podem ser alterados<sup>29</sup>.

Eis um exemplo do caso com preposição:

- (i) Immo vero etiam **in senatum** uenit (E, além disso ainda, vem **ao senado** (Cícero – Catilinárias, I, 1, 2 *apud* GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 09, grifos das autoras).

Nessa sentença, por causa da preposição, a função desempenhada foi de adjunto adverbial. Na tradução, *in* tem o significado de “ao” (ao senado) e não mais de “em” ou “no” como ocorre com frequência na tradução do ablativo. Além do

---

<sup>29</sup>As alterações se restringem ao uso das preposições com os casos ablativos ou acusativos.

mais, situações como essa demonstram que esse caso “Preposicionado, em função de adjunto adverbial, é apropriado para acompanhar verbos que tenham em sua significação a noção de movimento” (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 09).

Notamos também certas similaridades: o acusativo da segunda e quarta é igual. Há alternância entre o acusativo singular da terceira entre **-em**, mais comuns, e **-im**, menos comum, que variam por causa do **-i** do tema. Alternância entre os plurais da segunda, **-os**, para masculino e feminino, e **-a** para os neutros; na terceira, **-es** para masculino e feminino, **-is** forma arcaica e **-a** para os neutros; na quarta, **-us** para o masculino e feminino e **-ua** para os neutros (RAVIZZA, 1940; RIZZINI, 1955; BESSELAAR, 1960; COMBA, 1991; ALMEIDA, 2000; RESENDE, 2013).

Devido às semelhanças entre as desinências desse caso e de outros casos latinos, em uma tradução muitas dúvidas podem suscitar. Somente o exame do contexto linguístico e, às vezes, do conteúdo semântico do texto, é que podemos fazer uma tradução que se aproxime do significado original do enunciado. O conhecimento dessas desinências é apenas uma das etapas.

Há outras funções sintáticas para o acusativo. Sobre isso, Furlan (2006, p. 68) diz:

**Acusativo** - a) Objetodireto de verbos que em latim são transitivos diretos: *vocāre, amare, laudare, vidēre, docēre, plaudēre, quaerēre, audire...* *poetam* [poetas], ‘chamar, gostar de, louvar, ver, ensinar, aplaudir, procurar, ouvir... o poeta’. b) Adjunto adverbial (de movimento para, de tempo, de distância), geralmente preposicionado: *venīre ad umbram*, ‘vir à (para a) sombra’. c) Sujeitodeoração in-

finitivaobjetivadireta de verbos declarativos-cognitivo-perceptivos e seupredicativo: *Scio {vitam esse brevem}* ‘Sei {ser breve a vida}’ ou ‘Sei {que a vida é breve}’ (grifos do autor).

Por fim, resta dizer que: “Na maioria das vezes o ablativo é usado em situações estáticas e o acusativo posicionado em situações dinâmicas, geralmente acompanhado verbos que de alguma forma indiquem movimento” (GARCIA, 2008, p. 28). Iremos a seguir, então, tratarmos das principais preposições latinas, apresentando-as com seus respectivos sentidos.

#### 4.9 Preposições latinas

No *latim clássico*, as preposições eram empregadas em ríssimas situações de uso, haja vista que o idioma tronou-se rico em desinências, isto é, a morfologia do latim se ampliou com o ajuste das formas adaptadas às cinco declinações, com seis casos definidos, contendo em cada declinação pelo menos doze desinências, divididas em dois números, singular e plural.

Dessa maneira, para um falante construir qualquer sentença, bastava empregar a declinação ou flexão desejada, com a desinência apropriada. As funções sintáticas eram determinadas pela morfologia da palavra. Em muitas situações, as preposições podiam ser suprimidas sem a perda de significado (FARIA, 1958).

Sobre esse assunto, em *Síntese de gramática latina*, Ernesto Faria (1940) antecipa uma discussão que fará sobre as *preposições* em sua monumental obra *Gramática Superior da língua latina* tempos depois (mais precisamente em 1958):

As preposições são antigos advérbios usados primitivamente em relação estreita com alguns nomes ou em composição com alguns verbos. Depois, por uma necessidade de clareza, em virtude do enfraquecimento e redução dos casos, seu emprego foi tornando-se cada vez mais frequente antes de determinados casos de nomes ou em composição com certos verbos (FARIA, 1940, p. 115).

Em complemento, na *Gramática superior da língua latina*, diz o autor:

*As preposições são, em sua grande maioria, antigos advérbios ou partículas independentes, sendo, como muitos advérbios, originárias de antigas formas nominais flexionadas. A princípio, sua função era trazer maior ênfase à expressão, sendo também empregada por uma necessidade maior de clareza, uma vez que as relações que mais tarde elas passaram a indicar, os casos já as exprimiam por si mesmos (FARIA, 1958, p. 255).*

Essa categoria linguística é formada por um conjunto de palavras invariáveis (RAVIZZA, 1940) e seu uso estava assegurado, desde que o falante quisesse ampliar ou enfatizar uma dada estrutura linguística. Aos poucos, as preposições, no *latim vulgar*, começam a ser empregadas com mais frequência, com fins de clareza ou até mesmo de ordem sintática. Uma língua, antes sintética, inicia um processo irreversível de analitismo. Em relação à origem das preposições, eis um fragmento da mesma gramática que nos será útil:

[...] havendo um enfraquecimento do valor significativo dos casos, o emprego desses advérbios e partículas se tornou uma necessidade absoluta de clareza, sendo por este motivo frequentemente usados, o que determinou o aparecimento de uma nova classificação gramatical, a das preposições. Por vezes, estes advérbios e partículas eram acrescentados, não para tornarem mais preciso o emprego de um caso, mas a significação de um verbo a que se vinham jungir, constituindo destarte os prevérbios [...] (FARIA, 1958, p. 255).

O uso das preposições forçado pela necessidade da regência de certos verbos, fez com que o *latim vulgar* se distanciasse cada vez mais do sintético *latim clássico*. Os casos tornam-se “pobres” em virtude de não mais preencherem um papel “completo” no significado. As preposições tornaram-se elementos quase obrigatórios para o preenchimento das lacunas deixadas pelas desinências vazias.

Em uma definição baseada na função semântica que as preposições exercem, diremos que essa categoria:

É uma partícula morfológicamente invariável que, ao reger um nome, habilita-o a desempenhar uma função adverbial. As preposições são elementos externos que atribuem função sintática ao nome, assim como as desinências casuais o fazem. Pode-se dizer, então, que as desinências causais e as preposições atingem o mesmo objetivo. As línguas com flexão fazem pleno uso das desinências casuais para a expressão das funções sintáticas; já as línguas não flexionadas recorrem às preposições para esse mesmo fim (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 117).



De acordo com essa noção, a utilização das preposições em uma língua como o latim, uma língua flexional e rica em desinências, indica de certo modo certa confusão. Essa confusão se amplia à medida que as preposições são mais empregadas do que os casos. Desse modo, o uso de preposições atinge diretamente no emprego das desinências, que passam a entrar em desuso.

A diferença entre os usos de preposições e as desinências de caso se revela quase nula. De certo modo, Lisardo Rubio (1982) já havia nos explicado sobre esse tema em *Introducción a la sintaxis estructural del latín*, onde afirma que: “a única diferença entre casos e preposições se reduzirá a sua distinta posição na cadeia falada: o sistema casual seria uma declinação por sufixos; o sistema preposicional seria uma ‘flexão por prefixos” (RUBIO, 1982, p. 167, tradução nossa).

Em reflexão sobre *a origem e natureza das preposições*, José Van Den Besselaar (1960, p. 156), no livro *Propylaeum latinum (Sintaxe latina superior)*, faz uma válida declaração:

Uma vez nascidas as preposições, os casos ganharam muita clareza, mas, ao mesmo tempo, não tardaram em desvaloriza-se, visto que a preposição por si já exprimia a função sintática e a terminação da palavra ‘regida’ se tornava um elemento acessório, quase supérfluo.

O uso das preposições foi, dessa maneira, um dos fatores determinantes na modificação da estrutura das línguas românicas, uma vez que pelo seu uso frequente tornou a estrutura sintática de certos sintagmas menos livre, mas isso, como se sabe, também foi determinado pelo desaparecimento das *desinências*

*de casos* e o enfraquecimento da *oposição de quantidade silábica* em situações em que as formas apresentavam duplo significados se alterando a *mora*, como aponta Andersen (1973).

Sobre o uso de preposições, devemos ressaltar uma observação feita por Garcia (2008, p. 28): “Há preposições que regem apenas o caso ablativo; outras regem somente o acusativo e algumas os dois casos”. Nesta obra, iremos identificar no texto de Sanches quais as preposições utilizadas, observando quais os casos que estas acompanham. O uso dessas preposições pode indicar analitismo, isto é, é um indício do emprego do *latimvulgar*.

Na mesma esteira que Besselaar, Garcia, Faria e Ravizza, Furlan (2006) define essa classe gramatical com os seguintes argumentos:

**Preposições** (<*prae-positiones*, ‘anteposições’) são conectivos gramaticais invariáveis prepostos ao termo regido, que subordinam nomes, locuções (sintagmas) nominais ou pronomes a outros termos da oração, criando, entre eles, relações de lugar, tempo, causa, modo, especificação, etc. e podendo denotar mais de um significado. Vinte e oito delas regem o acusativo; 14, o ablativo; quatro (*in*, *sub*, *subter*, *super*), oraoacusativo, oraoablativo. A grande maioria delas são antigos advérbios ou partículas independentes que se originaram, como muitos advérbios, ou antigas formas nominais flexionadas. Funcionam também como prefixos presos, tanto no latim, quanto no português (FURLAN, 2006, p. 128, grifos do autor).

De acordo com o que foi dito, há cerca de quarenta e seis preposições mais usuais no latim. Listamos uma a uma, com o respectivo sentido, pois acreditamos que dessa maneira poderemos localizá-las no texto de Sanches, mediante uma rápida consulta às listas de preposições nos mais variados compêndios gramaticais.

Uma segunda observação sobre as categorias nos é dada por Besselaar (1960, p. 157):

O termo 'preposição' é enganador, porque nem sempre a preposição precede a palavra 'regida'. Por ser uma palavra sem acento próprio, sem vida própria, a preposição sempre procura ligar-se estreitamente a outra palavra, e essa ligação pode efetuar-se de três maneiras diferentes: existe a 'próclise' (p. e. *ad templum, e templo*), que é a ligação mais comum; existe a 'mesóclise' (p. e. *quam ob rem, qu de caus*); existe também a 'ênclise' (p. e. *me-cum*). Algumas palavras têm sempre, ou quase sempre, a colocação enclítica, p. e. *ergo* e *tenu*; poderíamos chamar-lhes 'pós-posições' (grifos do autor).

Diante dessas informações, temos de levar em consideração que as preposições apontadas por Ravizza (1940), Rizzini (1955), Faria (1958), Besselaar (1960), Cart *et al.* (1986), Furlan (2006) e por muitos outros estudiosos, poderão ser empregadas tanto antes, no meio ou após a palavra por elas determinadas. Para o exame do latim de *Quod Nihil Scitur*, estas informações nos darão a indicações da colocação das preposições presentes no texto. Resta agora conhecer aquelas que são de uso mais comum.

As vinte e seis preposições que existiam poderiam ser usadas com acusativo das cinco latinas, tanto no singular quanto no plural. Os sentidos, no entanto, não recobrem a riqueza vocabular que só os instrumentos linguísticos, em forma de dicionários, podem revelar. Das doze preposições que antecedem o ablativo, duas merecem destaque.

Vejamos as razões:

**A, ab, abs** [“afastamento do limite”] — têm seus usos determinados pela forma do nome que com elas se ligam. Usaremos *ab* se a palavra que determinada por ela se iniciar por vogal. Ex.: *ab Italia* - da Itália. Por outro lado, usaremos *a* se a forma da palavra for iniciada por consoante. Ex.: *a Galia* - da Gália. *Abs* é um arcaísmo que segue a mesma regra de *ab* (GARCIA, 2008). Para Furlan (2006), essa não é uma simples preposição, mas uma preposição com três formas distintas.

**E, ex** [“afastamento do interior do ponto de origem”] — também têm seus usos determinados pela forma do nome que com elas se ligam. Usaremos *ex* se a palavra que determinada por ela se iniciar por vogal. Ex.: *ex aqua* - da água. Por outro lado, usaremos *e* se a forma da palavra for iniciada por consoante. Ex.: *e templo* - do templo (GARCIA, 2008). De mesmo modo, Furlan (2006) afirma que essa também não é uma simples preposição, mas uma preposição com duas formas diferentes.

Diferentemente das preposições anteriores, estas aqui têm dupla utilidade, isto é, servem aos dois casos. Todavia, destacamos as diferenças de sentido que as três primeiras apresentam. “**In** e **sub** levam ao acusativo os termos que exprimem ideia de movimento paraonde *-quo*; levam para o ablativo os que exprimem ideia de lugar onde *-ubi*. **Subter**, ‘abaixo de, de-

baixo de', e **super**, 'sobre, em cima de', usam-se pouco no ablativo" (FURLAN, 2006, p. 131, grifos do autor).

Ao traduzirmos uma sentença qualquer é preciso levar em conta esses sentidos específicos, para não correremos o risco de uma tradução falha. Em uma sentença como: **In principio erat verbum** ("No princípio era o Verbo"). Notamos que, a preposição *in* não poderia ser traduzida por "a", "para", "contra" ou "para com" porque o significado soaria estranho. Devemos observar que o vocábulo determinado, isto é, *principio*, está no ablativo singular da segunda declinação, devido à presença da desinência **-o**. Assim, só restaria um sentido apropriado "em princípio". Após um pequeno ajuste semântico, chegaremos a "no princípio".

#### 4.10 Palavras finais

Na *pars primada* obra que agora revelamos, algumas questões parecem cruciais, para que sigamos em frente na *pars secunda*: nossos alicerces teóricos. O primeiro e segundo capítulos nos serviram de exposição para o tema, bem como apontarmos os encaminhamentos da pesquisa, com pequeno destaque para a apresentação de Francisco Sanches e de sua obra *Quid Nihil Scitur*, que por nós está sendo investigada.

No terceiro capítulo sobre a *Filologia* nos detemos mais demoradamente a discussão sobre os fundamentos que definem a *Ecdótica*, seu objeto de estudo, tipos de edições e procedimentos. Definimos a *Crítica Textual* como parte integrante no processo de apreciação de um dado texto ou obra. Dela escolhemos

o *método crítico* como modelo para apreciação ao *corpus* selecionado. Daí em diante apontamos a distinção entre *Filologia Clássica (Comparada)* e *Românica*, com espaço para a *Linguística Histórica*. Não fomos exaustivos no tocante à clássica e comparada porque o foco de nosso estudo se restringe à *Filologia Românica*, seu objeto de investigação, conceitos elementares e procedimentos. Da *Filologia Românica* e da *Linguística Histórica* escolhemos o *método histórico-comparativo* que, unido ao método crítico, nos permitirá o exame dos aspectos linguísticos e filológicos da obra de Sanches.

No mesmo capítulo, ainda refletimos sobre as principais *mudanças linguísticas* que o *latim vulgar* passou, antes de se tornar o que conhecemos por *línguas românicas*. Nossa avaliação se construiu sob uma perspectiva historicista, levando em consideração os fatos internos (intralinguísticos) e externos (extralinguísticos). Encerramos o capítulo com uma tentativa de esclarecer o que foi o *romance ibérico*, que se constitui enquanto estado de língua na península ibérica. A nossa visão se resume em dizer que, o *ibero-romance*, enquanto forma de uso, estava sujeito às pressões da oralidade, enquanto o *latim medieval-bárbaro* escrito, já muito alterado, recebia influências constantes da língua romance tanto no léxico, morfologia, sintaxe e até mesmo na pronúncia. Dessa maneira, um texto escrito nesse latim estava impregnado por palavras da oralidade, uma vez que não mais existiam falantes nativos do latim, mas, certamente, todos eram falantes da língua romance.

Tendo em vista compreender a estrutura da língua latina, nos debruçamos, em um quarto capítulo, onde apontamos as principais *fontes do latim vulgar*, ressaltando que a obra de Sanches também deve aí ser listada, uma vez que dela se pode

identificar marcas da influência do ibero-romance, portando, apresenta traços de latim falado. Em seguida apontamos as *características da língua falada* pelos romanos, buscando, assim, compreender como essa variedade popular originou as línguas românicas, com destaque para a *língua portuguesa e espanhola*. Tratamos, entre outros pontos, dos *contatos linguísticos e bilinguismo* (entre falaremos românicos, idiomas e povos). Enceramos essa primeira parte traçando reflexões sobre *atipologia do latim*, particularidades de sua estrutura (*sintética* em oposição às *formas analíticas*), seu sistema de declinações e usos de preposições.

# PARS SECVNDA





# 5

## QVOD NIHIL SCITVRANALISADA SOB OS MÉTODOS HISTÓRICO-COMPARATIVO E DA CRÍTICA TEXTUAL

### 5.1 *Quod Nihil Scitur*: um tratado ou uma epístola?

Inicialmente, quando nos deparamos com o texto de Sanches, acreditávamos que estávamos diante de tratado filosófico. Mas, à medida que nos debruçamos sobre o texto, não percebemos o caráter retórico dos argumentos e, sim, um texto que se apresenta ao leitor de modo mais aproximado.

Uma carta é, como aponta Muhana (2000, citando o orador Cícero), um *dialogo per absentiam* (em sentido literal, um “diálogo entre ausentes”), no qual se pode construir um debate/diálogo interno através de palavras e reflexões. Quando nos referimos ao termo *carta* como sinônimo de *epístola*, é porque aceitamos a acepção dicionarizada por Bechara (2009, p. 353), em que faz referência à palavra latina *epistōla*<sup>30</sup>, originária da grega *ἐπιστολή*<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> No Dicionário Latim-Português/Português-Latim (2014, p. 164) consta: “epistōla, -ae, f. epístola; carta; escrito”.

<sup>31</sup> De acordo com o dicionário Sopena (1998, p. 548) a palavra *ἐπιστολή* significa: “ordem ou aviso transmitido por uma mensagem; mensagem; encargo | carta; escrito” (tradução nossa).

De acordo com Pierre Fabri (1521, *apud* MUHANA, 2000, p. 334), as cartas podem conter temas variados, tais como: assuntos relacionados à *teologia e artes liberais*<sup>32</sup> (*cartas elevadas ou graves*); assuntos relacionados à *economia, governos e rendas* (*cartas medianas ou familiares*); assuntos particulares, como *casa, família, crianças, vida pessoal* (*cartas baixas ou humildes*). As cartas eram importantes ferramentas na comunicação, escritas com estilo, retórica e argumentação (ALEXANDRE JÚNIOR, 2015).

Além disso, há muito tempo, as cartas continham uma estrutura particular, com: “*salutatio* (fórmula de saudação ao destinatário, seguido ocasionalmente de seu título), *exordium*, *narrativo*, *petitio* e *conclusio*” (VASCONCELLOS, 2008, p. 375, grifos da autora). Podemos, assim, dizer que a Filosofia também pode ser discutida a partir desse tipo de escrita. E foi isso que Sanches fez.

*Quod Nihil Sciturse* apresenta de modo dialógico e não como algo monológico. A todo instante na leitura da obra, o leitor é compelido a refletir sobre o que está lendo. O texto tem um tom de conversa filosófica, de maneira franca e, muitas vezes, um modo irônico se sobressalta, são recursos usados para abordar um assunto caro a ciência: a *verdade*.

O próprio cientista assim descreve suas intenções, ao escrever uma *Epistola ad Lector* (*Epístola ao leitor*), afirma que produzirá uma obra despida de adornos e floreios linguísticos:

Non igitur à me comptam & positam expectes orationem. Darem quidem si vellem: sed labitur interea veritas, dum verbum proverbio supponimus, ambagidúsque vtimur: hoc manque est verba dare.

---

<sup>32</sup> As sete artes liberais eram: *Lógica, Gramática, Retórica, Aritmética, Música, Geometria e Astronomia*.

Si id vis, pete à Cicerone, cujus hoc munus est: fat enim pulchrè dixero, si sat verè (SANCHEZ, *epistola ad lector*, 1581, p. IV).

Não esperes de mim um estilo ataviado e polido. Empregá-lo-ia se quisesse mas a verdade escapa-se quando estamos a escolher muito as palavras e usamos de rodeios: isso é nem mais nem menos que enganar. Se é isso que desejas, recorre a Cícero, pois é esse o seu ofício. O que eu disser será bastante belo, se bastante verdadeiro (SANCHES, 1991, p. 60).

Com isso, nos apoiaremos em nossa linha de raciocínio de que se trata de uma obra que não se dispõe a conter o padrão culto da língua latina, mas um texto direto, sem rodeios. Uma “fala” espontânea, não rebuscada. Não esperaremos, pois, encontrarmos um texto sem “falhas”, nem tampouco um texto gramaticalmente estilizado. É isso que nos motivará na busca das formas linguísticas românicas impregnadas no texto latino.

## **5.2 Procedimentos de coleta de dados / Definição do tipo de pesquisa**

Para que possamos definir com exatidão o nosso tipo de pesquisa, recorreremos ao que Antonio Carlos Gil estabeleceu em suas obras: *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (1999) e em *Como elaborar projetos de pesquisa* (2002), bem como o que foi postulado por Antônio Joaquim Severino em *Metodologia do trabalho científico* (2016).

Inicialmente, frisamos que Gil (1999, 2002) definiu dois procedimentos de coletas de dados para um tipo de pesquisa que reflete a nossa proposta de estudo: o primeiro procedimento é a *pesquisa bibliográfica*, que consiste no desenvolvimento de um estudo que toma material já produzido anteriormente por outras pesquisas. Há estudos que se baseiam exclusivamente em leituras, fichamentos, resenhas, análises e comentários acerca de produções escritas, documentos, bibliografias etc. Nesse sentido, uma pesquisa bibliográfica tem o mérito de se apoiar em fontes previamente consultadas, dando ao estudo um caráter de confiabilidade.

A partir do que Gil (1999, 2002) estabeleceu para esse tipo de procedimento, vimos como essencial a necessidade de construirmos um aporte teórico que leve em consideração os diferentes *referenciais teóricos*.

Em nosso entendimento, concordamos com o posicionamento de Severino (2016), que afirma se a *pesquisa bibliográfica* é a que se produz através da revisão de material disponível e acessível em variados suportes (impressos ou digitais), resultado de outros estudos (textos, artigos, resenhas, periódicos, capítulos, livros, dissertações, teses etc.). É portanto, um tipo de pesquisa que se ancora em fontes, bem como em suas contribuições tanto teóricas quanto analíticas.

O segundo procedimento de coleta de dados que adotamos, dadas as características de paridade com a *pesquisa bibliográfica*, é a *pesquisa documental*. Conforme aponta Gil (1999, 2002) a *pesquisa documental* tem relação direta com a pesquisa bibliográfica, dela se servindo, uma vez que para a construção do cabedal teórico que sustentará a pesquisa, será necessária a consulta a referências teóricas.

Ou diferença entre os dois tipos consiste na procedência das fontes analisadas: de um lado, a bibliográfica, como apontamos antes, se baseia em fontes já investigadas (sendo propícia para *revisão de literatura e fortuna crítica*), do outro lado, a documental se volta para fontes *ainda não analisadas ou que nunca receberam o tratamento analítico adequado*. Isso dá ao estudo um caráter *original e inovador*, porque o material nunca recebera a atenção devida.

Essa definição está em plena consonância com os argumentos de Severino (2016), para quem a *pesquisa documental* serve para o exame de obras e outros tipos de materiais ainda inéditos, sendo, portanto, vistos como “matérias-primas” passíveis de serem desvendadas. O estudo que decorre desse tipo de pesquisa terá sua originalidade assegurada.

Com base nesse pressuposto e partindo da não localização de trabalhos da mesma natureza que o nosso, isto é, até o presente momento desconhecemos outras teses que tenham investigado, cientificamente, o latim utilizado por Sanches na escritura do texto de *Quod Nihil Scitur*, por isso, podemos seguramente afirmar que nossa proposta é inédita.

*Quod Nihil Scitur* é um documento do qual pouco ou nada se comenta sobre a língua usada na versão original e é exatamente nisso que nossa pesquisa se sustenta: em uma proposta de exame do idioma latino, vendo nessa língua dados comprovativos dos falares românicos. Ora, isso pode representar uma descoberta que vai nos permitir pôr a obra de Sanches no patamar de fontes que trazem uma série de indícios do latim falado, influenciado pela oralidade.

Tendo como procedimentos de coleta de dados a *pesquisa bibliográfica e documental*, retomamos, então, a segunda categoria

de estudo estabelecida por Sylvain Auroux (2009). Nela, Auroux comenta acerca da *análise factual* (entenda-se *documental*), na qual vemos uma relação direta com a nossa proposta que se firma entre a Filologia e Ecdótica, ambas voltadas para o estudo de obras, com a finalidade de editar, fixar, comentar e interpretar textos, seja em língua clássica, seja em língua vernácula.

Enfim, fazemos uma investigação tanto filológica quanto linguística, o que implica em uma busca pelas fontes para a constituição do *corpus*, bem como uma busca para as bases teóricas. Assim, portanto, podemos classificar a nossa pesquisa a partir de tais procedimentos técnicos adotados como sendo uma *pesquisa bibliográfico-documental*.

### 5.3 Métodos

Dois *métodos* foram selecionados para estudo de *Quod Nihil Scitur: o método histórico-comparativo* (RIBEIRO, 1963; BASSETTO, 2005, 2010; LINS BRANDÃO; VITORINO, 2012; SILVA, 2011; MIRANDA POZA, 2009c, 2010, 2019) criado a partir das ideias de Franz Bopp, Jacob Grimm e Friedrich Diez, utilizado pela Filologia Românica, Linguística Românica e Linguística Histórica e o *método crítico* que constitui parte da Crítica Textual e, conseqüentemente, da Ecdótica.

O método histórico-comparativo, como se sabe, consiste no exame das causas e conseqüências da evolução dos fatos linguísticos, o que pode ser feito sob o prisma da diacronia ou sincronia (ou até da pancronia), observados a partir de documentos escritos. Alguns exemplos desse tipo de análise são os estudos das etimologias e as reconstruções morfológicas; a tradução

de excertos de uma obra também é de grande utilidade para o estudo comparativo entre os idiomas ou dialetos.

Dito de outro modo, o método histórico-comparativo se aplica ao estudo de estados da língua, com ênfase em dialetos ou idiomas atestados em documentos escritos. Para isso, é preciso fazer comparações entre os idiomas-alvo, neste caso, na variante latina medievo-bárbara.

O *método crítico*, (SPINA, 1994; SPAGGIARI; PERUGI, 2004; BASSETTO, 2005; CAMBRAIA, 2005; AZEVEDO FILHO, 1987,1998,2006, 2007; LIMA, 2008), por seu turno, se aplica à análise do texto, seja de origem monotestemunhal ou politestemunhal, com o objetivo de executar um exame acurado das fontes, de suas características ortográficas, estrutural ou composicional.

A Crítica Textual, com esse método, se dedica a investigar documentos antigos a fim de estabelecer a sua autenticidade. O que se espera como o método crítico é determinar a validade das versões de *Quod Nihil Scitur*, tendo em vista qual ou quais delas melhor se enquadra para o tipo de pesquisa empreendida.

Foi esse método que permitiu a escolha da versão da Biblioteca Nacional Digital de Portugal (BNP) por meio da *Collatio Codicum* (*colação* ou *comparação*) com as outras versões selecionadas, esta versão se configura como a que se apresenta como uma cópia politestemunhal, a mais antiga, a que conserva os vestígios de ser uma das mais bem conservadas (basta observar a conservação dos fólhos, com pouquíssimas rasuras ou manchas). Enfim, não nos esqueçamos de que:



[...] o estudo das origens românicas a partir do método comparativo e da reconstrução interna, se é absolutamente necessário e permite chegar a algumas conclusões diacrónicas seguras (diacrónicas, note-se, não cronológicas), deve, no entanto, ser feito em estreita consonância com a observação e estudo das fontes linguísticas e meta-linguísticas; o estudo das fontes, por sua parte, não pode alhear-se dos evidentes avanços nas últimas décadas dos modelos teóricos das várias áreas da linguística e da filologia (EMILIANO, 1999, p. 17).

Daí decorre a necessidade de unirmos os dois métodos a fim de observarmos a epístola de Sanches sob esses ângulos.

## 5.4 Procedimento metodológico

Uma versão digital fac-símile da obra original intitulada *Quod Nihil Scitur*, de Francisco Sanches, encontra-se na *Biblioteca Nacional Digital de Portugal* e pode ser acessada gratuitamente<sup>33</sup>. Esta edição será utilizada como *corpus*. A obra contém **cento e dezoito fólhos**, dos quais os quatro primeiros, um fólio após a capa e os cinco últimos não apresentam texto escrito, totalizando **cento e oito fólhos** escritos. O fólio cento e treze contém uma *errata* com o título de *Errata sic corrige* (SANCHEZ, 1581, p. 113).

Diante disso, excluindo-se a *erratae* a capa, restarão **cento e seis fólhos**, dos quais analisaremos **cinquentadeles**, haja vista estarmos cientes da impossibilidade de análises de toda a obra,

---

<sup>33</sup> SANCHES, Francisco (1551-1623). Franciscus Sanchez Philosophus et Medicus Doctor. *Quod Nihil Scitur*. - Lugduni: apud Ant[onium] Gryphium, 1581. – [8], 100 p.; 4° (23 cm). Disponível em: <http://purl.pt/929>. Acesso em: 01 ago. 2014.

o que demandaria mais tempo, até mais que o tempo limite dos quatro anos do doutorado. Por essa razão, realizamos esse recorte para viabilizar a pesquisa.

Alguns procedimentos metodológicos foram adotados. Antes, porém, é preciso esclarecer as razões para a escolha dos elementos analíticos selecionados para tais análises subsequentes.

**(a)Preposições** - como já foi amplamente discutido, as preposições são *conectores* que servem para interligar as partes do discurso, ou seja, com o uso de preposições é possível manter uma relação entre os termos da oração. Em latim, há, como sabemos, preposições que regem o caso *acusativo*, outras o *ablativo*, outras ambos os casos. É sabido que os casos já indicam a função sintática que devem exercer em uma estrutura, assim sendo, a preposição torna-se um indicativo de analitismo porque amplia a quantidade de formas em uma sentença. Seu uso, portanto, pode ser suprimido. A sua presença sugere, muitas vezes, uma ordem sintática mais românica do que latina.

**(b)Reduções morfológicas ou supressões nas desinências de acusativo** -o latim carece de vogais nasalizadas, enquanto que os idiomas neolatinos, como o português, por exemplo, a nasalização é uma característica da própria língua. O acusativo singular das declinações tem um **-m** final, seja masculino, feminino ou neutro. Por isso, a queda desse o emprego do til ( ~ ) sobre a vogal sinaliza uma supressão e, ao mesmo tempo, uma indicação de nasalidade. Outra questão diz respeito às abreviações de sílabas finais ou mediais, queda da consoante **-n**-medial, além de outras desinências de caso que também terminam com um **-m** final, tais como o *genitivo plural* da 1ª e 2ª

declinações. Essa e outras alterações interferem na compreensão da forma, uma vez que quase não dá para diferenciar, em certos usos, uma forma em singular de uma no plural (Ex.: *expectabat/expectabāt*). Essas são características do *latim vulgar*, que pouco seguia os moldes morfológicos do *latim clássico*.

**(c) Acentuação de vocábulos** –o latim carecia de acentuação, sendo que os sinais diacríticos ortográficos *mácron* (  $\bar{\quad}$  ) e *braquia* (  $\sim$  ) indicativos de *mora* e datam de tempo recente. Acentos tais como o *agudo* (indicativo de sílaba tônica e breve), *grave* (indicativo de sílaba átona e breve), *circunflexo* (indicativo de sílaba tônica e fechada) e o *til* (indicativo de nasalidade) não pertenciam ao *latim vulgar*, mas ao romance e, conseqüentemente, ao *ibero-romance*. São acentos que tem uso didático, para servir como auxiliar na pronúncia das palavras, principalmente para um público-leitor não falante do latim.

Explicadas as motivações de nossas escolhas, eis que apresentamos a seguir o passo-a-passo de nossos procedimentos metodológicos:

**PASSO 01:** Em cada um dos primeiros cinquenta fólios da obra, uma *lectio* (*lição*) foi extraída no formato *print* da edição fac-similar QNSS-BNP;

**PASSO 02:** Os fragmentos selecionados nas lições foram apresentados em transcrições paleográficas, preservando, na medida do possível, todas e quaisquer formas originais do texto latino, inclusive, grafemas, pontuações, abreviações, grifos, acentos e ortografia;

**PASSO 03:** Em notas de rodapé, foram feitas as descrições linguísticas dos principais vocábulos/palavras dos excertos das lições (destacando os aspectos morfológicos, sintáticos, lexicais e semânticos);

**PASSO 04:** Apresentamos os mesmos fragmentos das lições a partir de reproduções de traduções feitas por Carlos Mellizo (1977), em espanhol, e Basílio de Vasconcelos (1991), em português europeu;

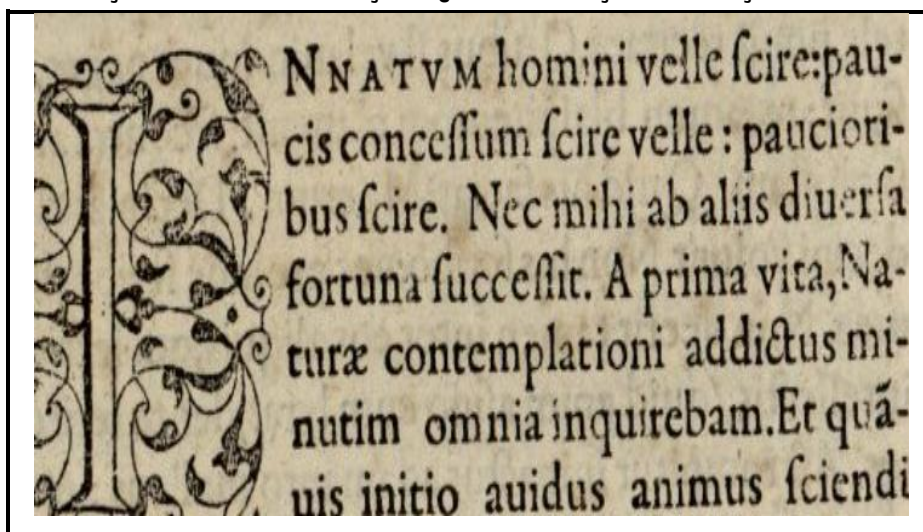
**PASSO 05:** Fizemos as traduções das lições para o português brasileiro a partir de dicionários bilíngues (latim-português). Tomamos as traduções de Mellizo e Vasconcelos como referência, à nível de comparação, mas tivemos o fragmento latino original como alvo. Produzimos traduções que visaram, ao máximo possível, conservar a estrutura latina, exceto quando a ordem dos constituintes devia seguir a portuguesa. Nosso foco de pesquisa não era produzir uma tradução completa da obra, mas a de fundamentar as nossas análises;

**PASSO 06:** Elaboração de comentários críticos sobre os elementos destacados nas lições, levando em consideração os três elementos mencionados: (a) **Preposições**; (b) **Reduções morfológicas ou supressões nas desinências de acusativo** e (c) **Acentuação de vocábulos**.

Como exemplificação desses procedimentos, apresentamos uma amostra da obra de Sanches seguindo a nossa proposta de análise.

## **PASSO 01:**

### **Lição 0— Modelo de descrição linguística e tradução de sentença latina**



## PASSO 02:

### Transcrição paleográfica

INNATVM homini<sup>1</sup> (1) velle scire: paucis concessum scire velle: paucioribus scire. Nec mihi ab aliis diuersa fortuna successit.

## PASSO 03:

<sup>1</sup> Hōmō, -īnīs (substantivo): “O homem, os homens, o genero humano; um homem, uma pessoa, um individuo” (SARAIVA, 1927, p. 556).

## PASSO 04:

### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Es innato en los hombres querer saber. Pero pocos son los que emprenden el camino de la ciencia, y menos aún los que la alcanzan (p. 43).

### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

É inato ao homem o querer saber: a poucos é dado o saber querer; a menos ainda o saber. Para mim não abriu a fortuna excepção (p. 57).

## PASSO 05:

### Tradução nossa

É inato ao homem querer saber; a poucos é dado o saber querer; a menos ainda o saber. Para mim não abriu a fortuna exceção.

## PASSO 06:

O último passo traz considerações acerca de elementos percebidos na lição, para isso, utilizamos o aporte teórico já exposto nos capítulos anteriores, além disso, empregamos o uso de variados dicionários bilíngues latim-português e adotamos *Apontamentos de linguística histórica: ensaios de filologia românica e filologia clássica*, de Miranda Poza (2019), *Manual de pronúncia do latim*, de Souza (2019a), *Estudos de filologia portuguesa*, de Silveira Bueno (1946) e *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*, de Flexor (2008), como bases para muitas das discussões. Os métodos crítico e histórico-comparativo serão determinantes para as análises que faremos logo mais.



# 6

## ESTABELECIMENTO DO *CORPUS* DA PESQUISA

Nesse capítulo, podemos tomar a obra de Sanches sob os seguintes aspectos: há, atualmente, três versões conhecidas da obra em língua latina. Um dessas encontra-se no site da Biblioteca Nacional da França (departamento de filosofia, história e ciências) - BNF Gallica<sup>34</sup>, da qual dispomos as seguintes informações:

**Titre:** Quod nihil scitur  
**Auteur:** Sánchez, Francisco (1550-1623). Auteur du texte  
**Éditeur:** apud A. Gryphium (Lugduni)  
**Date d'édition:** 1581  
**Type:** monographie imprimée  
**Langue:** latin  
**Langue:** latin  
**Format:** [6]-100 p.; in-4  
**Format:** Nombre total de vues: 109  
**Droits:** domaine public  
**Identifiant:** [ark:/12148/bpt6k49823t](http://ark:/12148/bpt6k49823t)  
**Source:** Bibliothèque nationale de France, département Philosophie, histoire, sciences de l'homme, R-2784

---

<sup>34</sup>Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k49823t>. Acesso em: 03 ago. 2014.



A segunda versão encontra-se no site da Biblioteca Digital Hispânica (Biblioteca Nacional da Espanha)<sup>35</sup>, da qual temos algumas informações similares a versão francesa:

|                            |  |
|----------------------------|--|
| <b>Título</b>              | Franciscus Sanchez philosophus et medicus doctor.<br>Quod nihil scitur   |
| <b>Autor</b>               | <u>Sánchez, Francisco (1550-1623)</u> <u>Gryphius, Antoine (1527-1599)</u>   |
| <b>Fecha</b>               | 1581   |
| <b>Datos de edición</b>    | Lugduni Apud Ant. Gryphium   |
| <b>Tipo de Documento</b>   | Libro  |
| <b>Materia</b>             | <u>Escepticismo</u>  |
| <b>Descripción física</b>  | [8], 100 p.  |
| <b>PID</b>                 | Bdh0000202196  |
| <b>Descripción y notas</b> | Baudrier, H.L. Bib. Lyonnaise, v. VIII, p. 380 Palau, n.294103 Sign.: $\mu\pm 4\div$ , A $M\pm 4\div$ , N $\pm 2\div$ Errores en sign., D3 por E3 Texto con apostillas marginales Marca tip. en port. Inic. grab. xil. |

A terceira versão é a que se encontra na Biblioteca Nacional Digital de Portugal (BNP), cuja versão digitalizada está disponível para *download* gratuitamente no site da instituição<sup>36</sup>. Eis os dados referentes a essa versão:

<sup>35</sup>Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000202196&page=1>. Acesso em: 07 mar. 2017.

<sup>36</sup> Disponível em: <http://purl.pt/929>. Acesso em: 01 ago. 2014.

BND [Biblioteca Nacional Digital]

Franciscus Sanchez Philosophus et Medicus Doctor. Quod Nihil Scitur, Lugduni, 1581.

SANCHES, Francisco, ca 1551-1623. Franciscus Sanchez Philosophus et Medicus Doctor. Quod Nihil Scitur. - Lugduni: apud Ant[onium] Gryphium, 1581. - [8], 100 p.; 4° (23 cm)

Cota do exemplar digitalizado: res-321-v. cópias digitais - cópia publica em formatos: pdf (arquivo) e jpeg (imagem).

Ant. possuidor: António Alberto Marinho Duarte de Souza, 1896-1950.

Notas: marca de impressor na p. de tít.

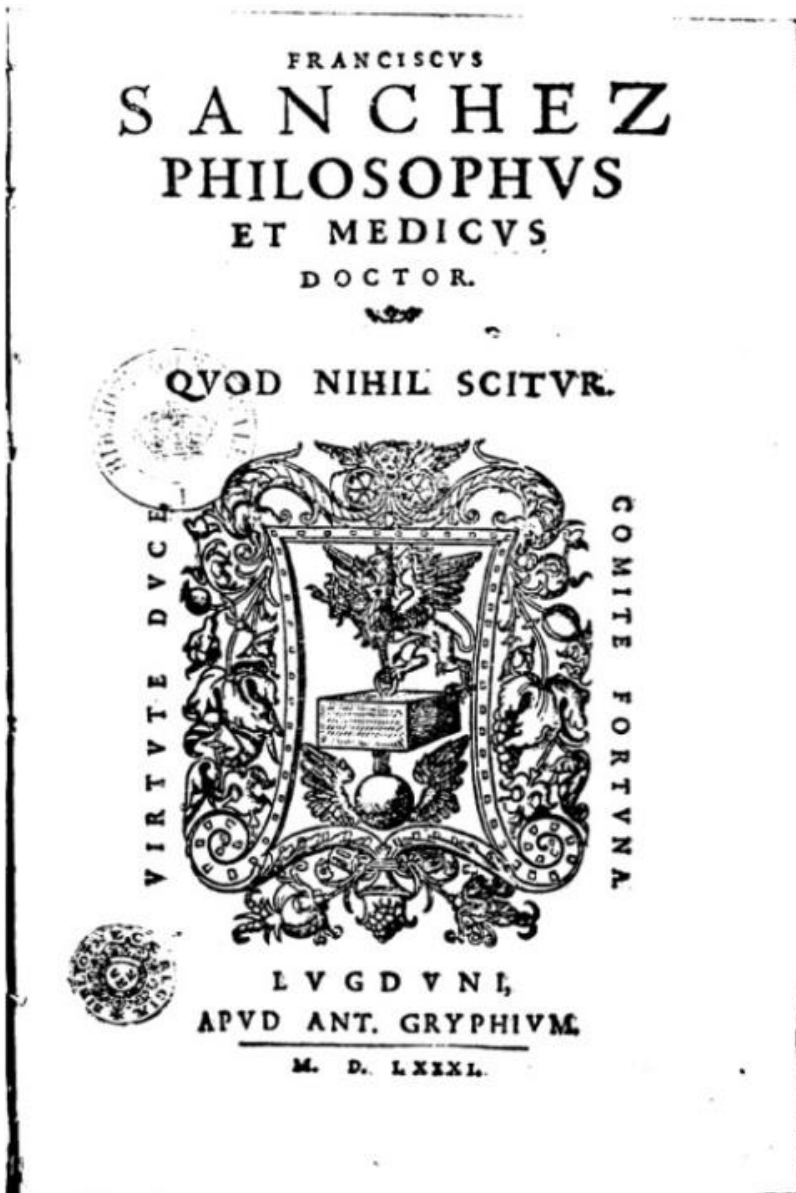
Capitais iniciais ornamentadas

Errata na última p. inumerada

A três versões podem ser comparadas a fim de se estabelecer uma precisão quanto à autenticidade do texto. Em uma primeira verificação, notamos que as cópias se encontram em perfeito estado de conservação, com ligeiras rasuras, mas que nada impedem a visualização dos textos, exceto em algumas partes da edição espanhola. Todavia, algumas diferenças podem ser facilmente percebidas: a versão francesa (doravante QNSS-BNF) foi modificada digitalmente de modo que os fólhos estão em cor branca.

Ver figura a seguir:

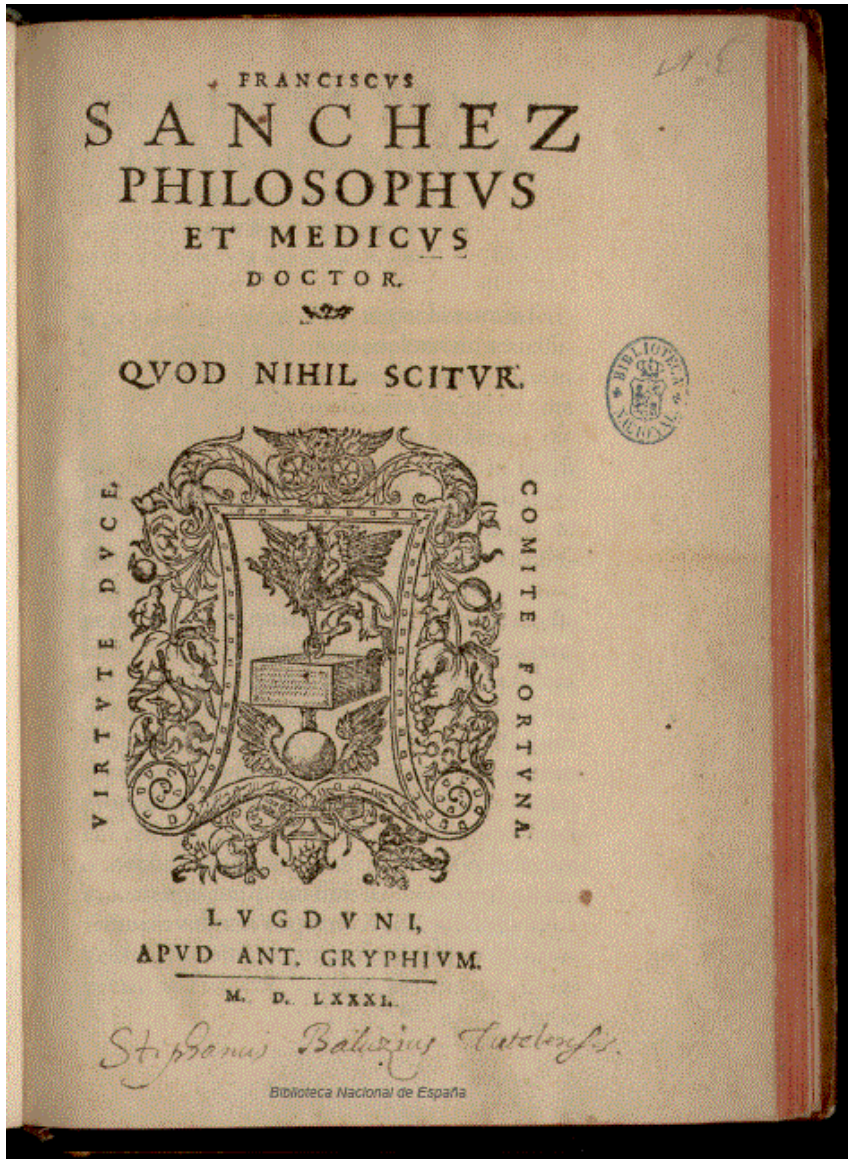
Figura 5 – fôlio da capa do texto latino de QNSS-BNF



Fonte: QNSS-BNF

Por outro lado, a versão espanhola (doravante QNSS-BNE), a imagem de capa é fidedigna à original impressa:

Figura 6 – fólio da capa do texto latino de QNSS-BNE

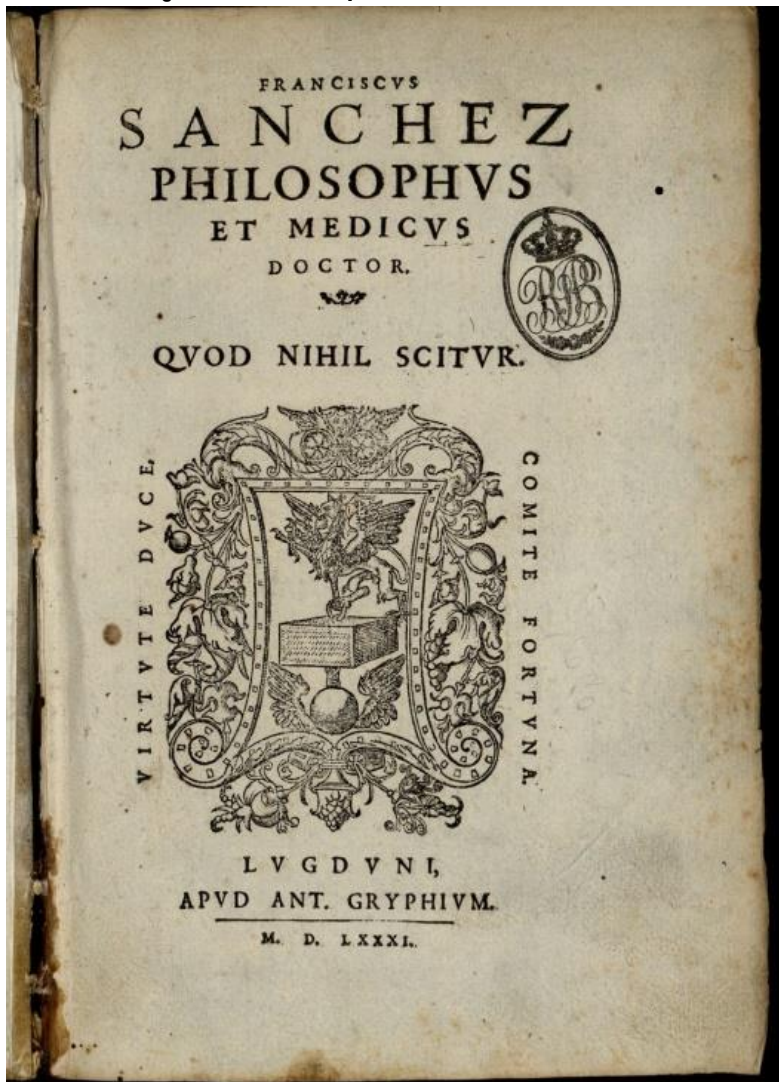


Fonte: QNSS-BNE

Enquanto que a versão portuguesa (doravante QNSS-BNP), os fólhos estão igualmente como nos originais, tendo em

vista que esta é uma versão fac-similar. Os fólhos apresentam uma coloração amarelada.

Figura 7 – fólho da capa do texto latino de QNSS-BNP



Fonte: QNSS-BNP

Tendo em vista essa diferença, defendemos a necessidade de se fazer a uma escolha entre as edições, descartando a

versão QNSS-BNF, haja vista que ela foi, nesse aspecto formal, totalmente alterada, portanto comprometida e poderia comprometer também a tese. Restarão, então, as versões QNSS-BNE e QNSS-BNP.

Outra diferença pode ser identificada na presença e posicionamento dos carimbos nas capas. Na versão QNSS-BNF nós encontraremos dois deles, um na parte superior esquerda e outro na parte inferior esquerda:

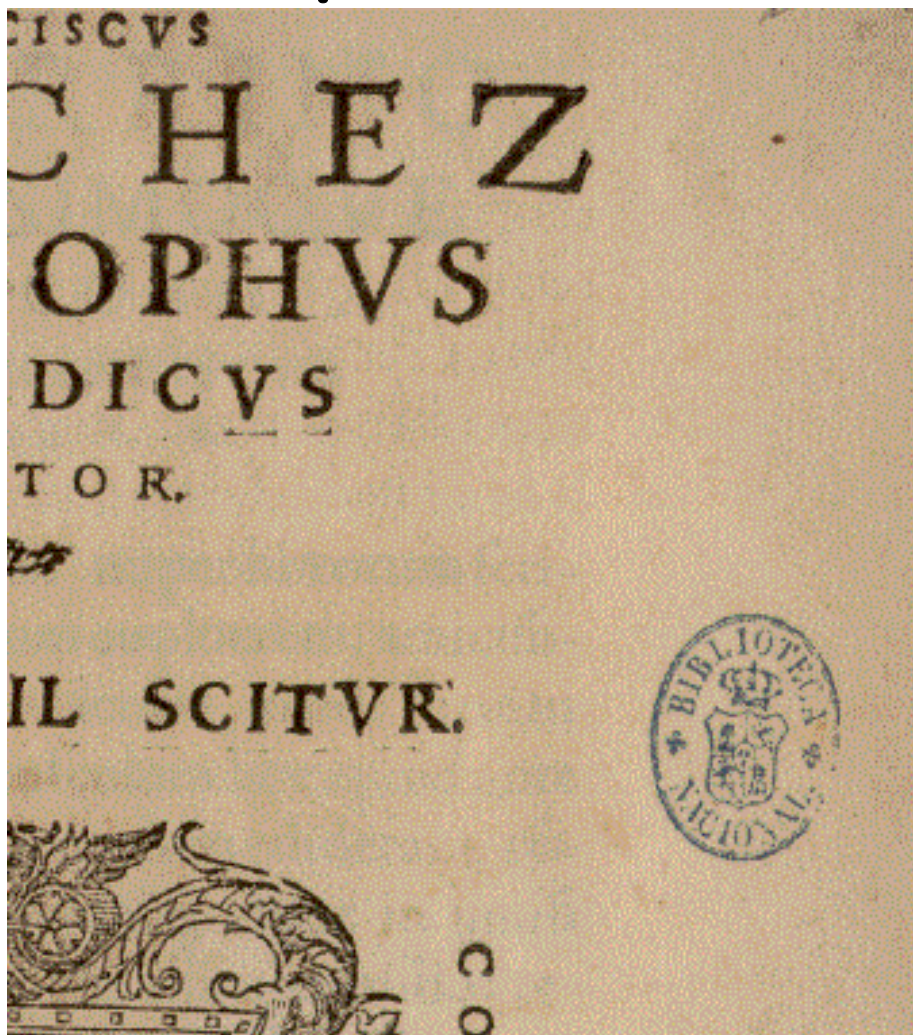
**Figura 8 – carimbos na QNSS-BNF**



**Fonte: QNSS-BNF**

Nas versões QNSS-BNE e QNSS-BNP, respectivamente, encontraremos somente um carimbo, que está localizado na parte superior direita:

**Figura 9 – carimbo na QNSS-BNE**



**Fonte: QNSS-BNE**

**Figura 10 – carimbo na QNSS-BNP**



**Fonte: QNSS-BNP**

Além dessas diferenças apresentadas, há uma inscrição anotada com letras manuscritas (possivelmente escritas com pena dado o formato das letras) que foi posta logo após a capa da QSSS-BNF:

**Figura 11 – anotação na QNSS-BNF**

*Nihil est hominum inoptata persequens  
Falsum et ficta seruitute inopti.  
Petr. Arbitr.*

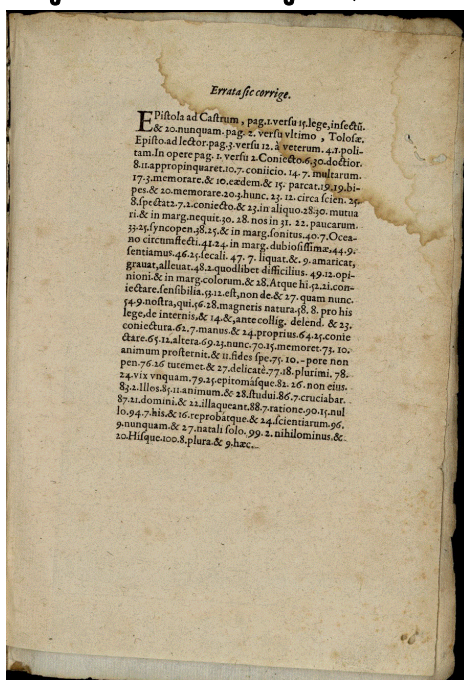
**Fonte: QNSS-BNF**



Do que está escrito, só é possível ler: “Nihil est hominum inopta perfectionem<sup>37</sup>”, ou seja, “Nada existe mais perfeito privado dos homens” (tradução nossa). Lamentavelmente, devido à ilegibilidade dessa inscrição, não poderemos ter mais detalhes sobre o que aí está escrito. Não encontramos essa inscrição na versão QNSS-BNP e isso é mais um indício de que são edições distintas.

Outra questão que nos motiva a descartá-la é a ausência da *errata sic corrige*, que só encontramos na versão QNSS-BNP:

**Figura 12 – errata sic corrige de QNSS-BNP**



**Fonte: QNSS-BNP**

<sup>37</sup>Deixo aqui meus mais sinceros agradecimentos ao prof. Fabrício Possebon, que, durante minha qualificação em 15 de julho do corrente ano, foi quem de fato conseguiu compreender o manuscrito, ajudando, inclusive, na tradução.

Em uma reflexão<sup>38</sup> sobre os exemplares digitais da obra de Sanches de que dispomos, Vanessa Martins do Monte (2019, p. 01), acredita que são:

[...] exemplares de uma mesma edição, publicada em 1581 muito provavelmente pelo Antoine Gryphius, filho do célebre impressor Sébastien Gryphe. A encadernação da edição portuguesa parece ser bem mais antiga (talvez da época mesmo da impressão) do que a encadernação espanhola, que aparenta ser bastante tardia. Portanto, essas diferenças de encadernação dizem, a meu ver, mais sobre a proveniência e a circulação do que sobre a edição em si. Assim, não acho que a portuguesa seja um exemplar de revisão do autor ou uma obra inacabada. Acredito que seja apenas um exemplar com uma encadernação antiga e não tão bem conservada. Quanto ao exemplar francês, pela digitalização ser em P&B, não é possível conjecturarmos sobre a encadernação, mas certamente é uma outra cópia da mesma impressão de 1581, por conta do carimbo da capa ser distinto.

Nesse sentido, estamos diante não necessariamente de um *manuscrito autoral em fase de revisões pelo autor*, como havíamos conjecturado em momento de escritura do texto inicial desta obra, mas, possivelmente, identificamos um primeiro exemplar da obra – ou pelo menos, a mais deteriorada, o que sugere ter seguido uma circulação diferente da versão QNSS-BNF e,

---

<sup>38</sup> **Gostaria de deixar aqui os meus sinceros agradecimentos a Profa. Dra. Vanessa Monte (DLCV /FFLCH /USP)**, que em ocasião do VII Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa (VII SIMELP, Ipojuca - PE, 2019), fez comentários e deu sugestões pertinentes a minha pesquisa. Além disso, a professora, gentilmente, concedeu permissão para que eu utilizasse informações colhidas de correspondência eletrônica que mantivemos após o evento. *Cf.*: MONTE, Vanessa Martins do. **Sobre a edição da obra "Quod Nihil Scitur" de Francisco Sanches**. Destinatário: Adílio Junior de Souza. Juazeiro do Norte, 24set. 2019.1 mensagem eletrônica.

principalmente, da versão QNSS-BNE – sendo, portanto, a versão mais antiga da obra. Esse será nosso posicionamento, salvo contestação por parte de quem outra versão mais antiga o tiver.

É provável, também, segundo Monte (2019), que duas impressões de uma mesma edição tenham ocorrido em dois momentos: em um primeiro, houve a impressão do texto sem a *errata sic corrige* (presente em SANCHEZ, 1581, s/p); em um segundo momento, houve outra impressão, porém dessa vez, a errata foi acrescida. E isso poderia ser sustentado pelo fato de a errata ser inumerada, o que nos sugere que foi colocada postumamente. Contudo, para que essa suposição seja confirmada sem a possibilidade de refutação, teríamos de ter mais dados sobre as edições e anos de impressões.

Uma questão que nos chama a atenção é destaca pela autora: “Os carimbos das três cópias (distintos entre si) e a assinatura na cópia espanhola são marcas de proveniência e podem dar pistas interessantes sobre a circulação do livro (MONTE, 2019, p. 01). Estamos procurando, ainda, essas marcas de procedência, porém sem sucesso devido à escassez de informações.

De modo geral, após comparações entre os exemplares, chegamos a algumas importantes conclusões:

- A errata será útil ao nosso estudo, pois com o uso dessa ferramenta, poderemos detectar vestígios formas vulgares, românicas, neologismos ou até hipercorreções no texto;

- Consideraremos a versão QNSS-BNP como fonte primária (cópia da primeira edição); enquanto que as versões QNSS-BNE e QNSS-BNF serão tomadas como cópias polítestemunhais da primeira edição, mas não diretamente;

- As três versões partilham de mesmas características, sendo, portanto, exemplares de uma única edição, haja vista que há pequenas vari-

ações (cor do texto, cor de papel, tipo de imagem escaneada, formato de tamanho das imagens, do tipo de edição fac-similar executada), mas não há diferenças no conteúdo da obra;

- QNSS-BNP contém uma série anotações manuscritas marginais<sup>39</sup>sobrepostas no texto, que podem ter sido feitas por um leitor, copista, editor ou, até mesmo pelo autor, as quais são as mesmas anotações impressas pontuadas na *errata sic corrige*. Por não estamos certos quem de fato as fez, chamaremos esse autor desconhecido de *animus*;

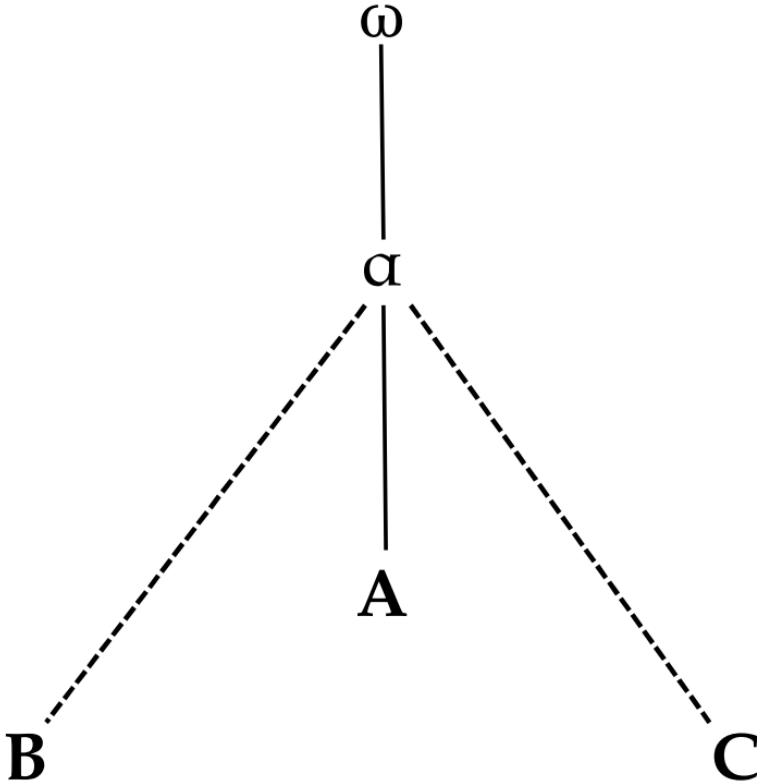
- Os danos dos fólhos 39-89 da QNSS-BNE interferem na correta extração do texto, o que pode comprometer as traduções;

- A partir dessas informações, estabelecemos o seguinte *Stemma Codicum*:

---

<sup>39</sup> Entendemos por *anotações manuscritas marginais* o que está posto nos seguintes termos: "As anotações, quando intimamente relacionadas ao texto que enquadram, são chamadas de marginais. Eles corrigem, completam ou comentam o texto. Eles podem ser o trabalho de um copista (participando assim da edição do texto) ou de um leitor" (MARQUES DE PROVENCE, s/d, tradução nossa). Cf. MARQUES de provenance. In: *Liste hiérarchisée de termes relatifs aux marques de provenance portées sur les livres*. Disponível em: [http://bibliopar.fr/sites/default/files/provenances/referentiel\\_2.html#top](http://bibliopar.fr/sites/default/files/provenances/referentiel_2.html#top). Acesso em 28 nov. 2019.

## Stemma Codicum



**Legenda:**

$\omega$ : manuscrito do autor

$\alpha$ : família ou ramo de cópias impressas da 1<sup>a</sup> edição

**A**: versão QNSS-BNP (1581, versão impressa deteriorada, com a *errata sic corrige*)

**B**: versão QNSS-BNF (1581, com alterações e sem a *errata sic corrige*)

**C**: versão QNSS-BNE (1581, sem alterações e sem a *errata sic corrige*)

## 6.1 Análise da “Errata sic corrige”

A utilidade de uma errata, normalmente, está na configuração de uma lista de erros ou falhas no texto. Erros esses que podem ser de variadas naturezas (ortográficas, gramaticais, lexicais, textuais etc.). Ela é uma corrigenda, na qual encontraremos as correções que foram (ou devem ser) realizadas ao longo do texto.

O que vemos na versão QNSS-BNP, no entanto, é que as falhas textuais permaneceram no texto. A errata foi posta no último fólio, após o texto integral, mesmo com a presença dos “erros”. Seria de se esperar que, de posse da errata o editor ou copista encarregado de efetuar as alterações no texto, as tivesse posto em prática. Porém não é bem isso que ocorre. O que se vê é a presença de muitas anotações manuscritas marginais nas exatas partes indicadas na errata. Será necessário observar cada uma das lições a seguir para se chegar a alguma conclusão.

Transcrevemos abaixo a errata na íntegra:

### **Errata sic corrige.**

Epistola ad Castrum, pag. 1. versu 15. lege, infectū. & 20. nunquam. pag. 2. versu ultimo, Tolosæ. episto. ad lector. pag. 3. versu 12. à veterum. 4. 1. politam. in opere pag. 1. versu 2. Coniecto. 6. 30. doctior. 8. 11. appropinquaret. 10. 7. coniiicio. 14. 7. multarum. 17. 3. memorare. & 10. eædem. & 15. parcat. 19. 19. bipes. & 20. memorare. 20. 3. hunc. 23. 12. circa scien. 25. 8. spectat 2. 7. 2.

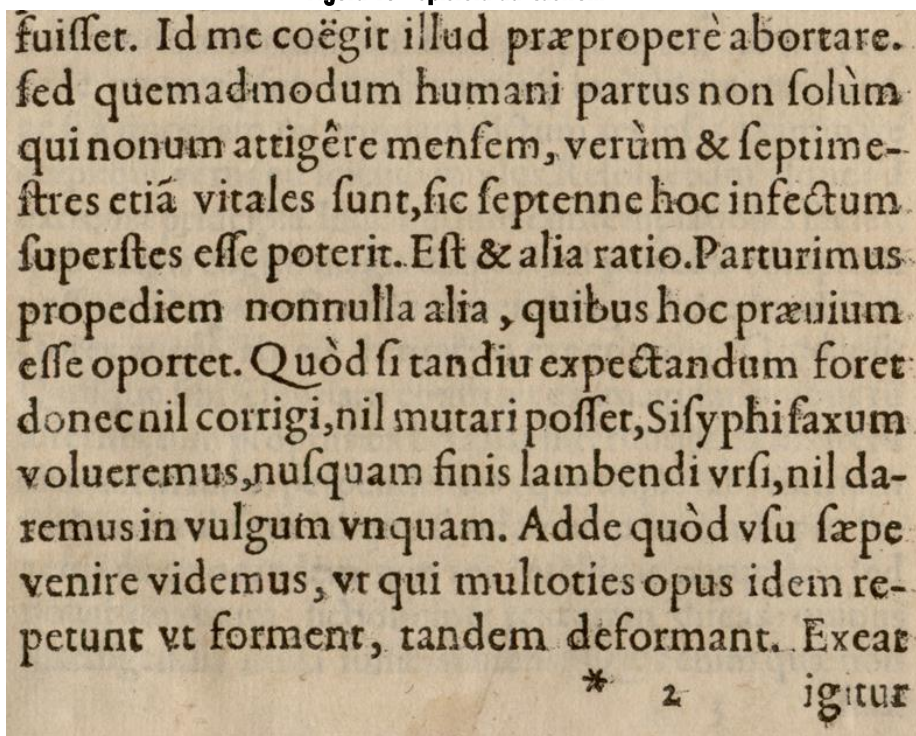
coniecto. & 23. in aliquo. 28. 30. mutuari. & in marg. nequit. 30. 28. nos in 31. 22. paucarum. 33.25. syncopen. 38. 25. & in marg. sonitus. 40. 7. oceano circumflecti. 41. 24. in marg. dubiosissimæ, 44. 9. sentiamus. 46. 25. secali. 47. 7. liquat. & 9. amaricat, grauat, alleuat. 48. 2. quodlibet difficilius. 49. 12. opinioni. & in marg. colorum. & 28. atque hi. 52. 21. coniectare. sensibilia. 53. 12. est, non de. & 27. quam nunc. 54. 9. nostra, qui. 56. 28. magnetis natura. 58. 8. pro his lege, de internis, & 14. &, ante collig. delend. & 23. coniectura. 62. 7. manus. & 24. proprius. 64. 25. coniectare. 65. 12. altera. 69. 23. nunc. 70. 15 memoret. 73. 10. animum prosternit. & 11. fides spe. 75. 10. – pore non pen. 76. 26 tutemet. & 27. delicatè. 77. 18. plurimi. 78. 24. vix vnquam. 79. 25. epitomásque. 82. 26. non eius. 83. 2. illos. 85. 11. animum. & 28. studui. 86. 7. cruciabar. 87. 21. domini. & 22. illaqueant. 88. 7. ratione. 90. 15. nullo. 94. 7. his & 16. reprobaturque. & 24. scientiarum. 96. 9. nunquam. & 27. natali solo. 99. 2. nihilominus. & 20. hísque. 100. 8. plura. & 9. hæc.

**I. Epistola ad Castrum, pag. 1. versu 15. lege, infectū. & 20. nunquam.**

Isto significa que no fólio 01, linha 15, deve ser lido *infec-tū* e não *infectum*. Bem como na linha 20 a escrita deveria ser *nunquam* e não *nusquam*. *Infectum* vem do adjetivo *infectus*, -a, -um: “que não foi feito; imperfeito; incompleto” (SILVA; MON-

TAGNER, 2012, p. 226). *Nunquam* (ou *numquam*) vem do advérbio “nunca; jamais” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 312). Nesses dois exemplos, não houve sobreposição de *animus* na versão QNSS-BNE, mas na QNSS-BNP. E isso se repetirá nas demais amostras.

**Figura 13— epistola ad Castrum**

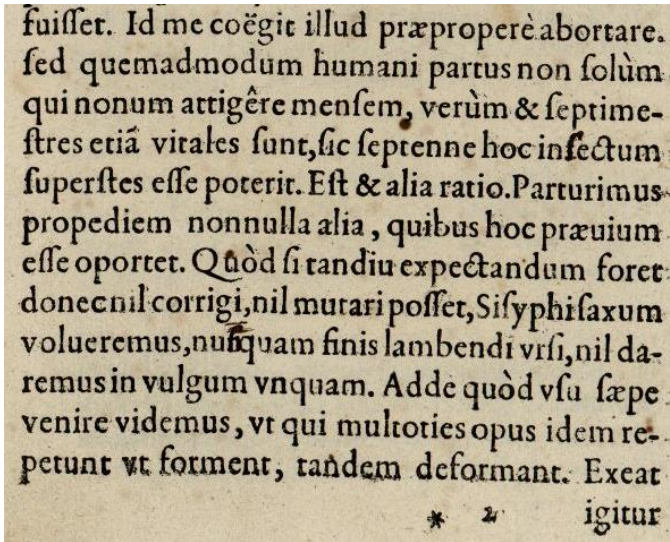


fuiſſet. Id me coëgit illud præproperè abortare. fed quemadmodum humani partus non ſolùm qui nonum attigère menſem, verùm & ſeptimeſtres etiã vitales ſunt, ſic ſeptenne hoc infectum ſuperſtes eſſe poterit. Eſt & alia ratio. Parturimus propediem nonnulla alia, quibus hoc præuium eſſe oportet. Quòd ſi tandiu expectandum foret donec nil corrigi, nil mutari poſſet, Sifyphi faxum volueremus, nuſquam finis lambendi verſi, nil daremus in vulgum vnquam. Adde quòd uſu ſæpe venire videmus, vt qui multoties opus idem repetunt vt forment, tandem deformant. Exeat  
\* 2 igitur

**Fonte: QNSS-BNE, p. 01.**



Figura 14— epistola ad Castrum



Fonte: QNSS-BNP, p. 01.

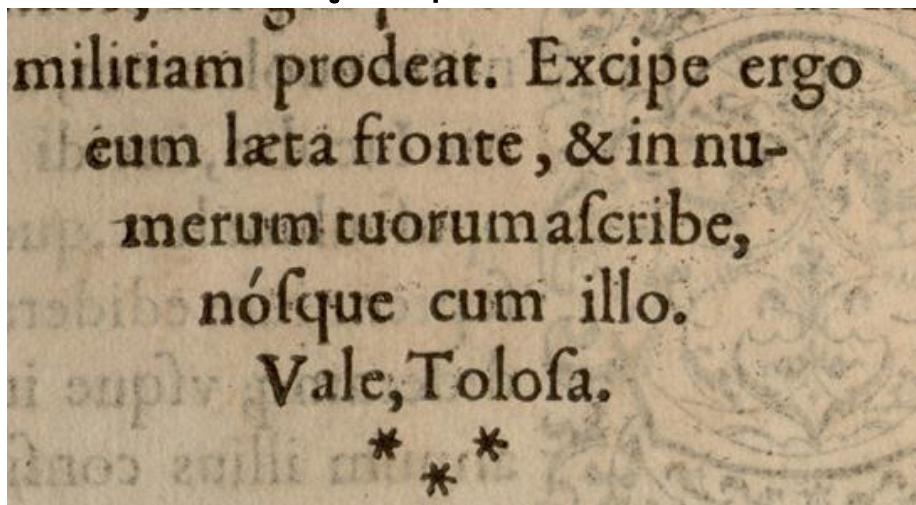
## II. pag. 2. versu ultimo, Tolosæ.

A nota indica que no fólio02, última linha, deveria ser *Tolosæ* (locativo da primeira declinação) e não *Tolosa* (nominativo da primeira declinação). No primeiro, a tradução é “Em Toulouse”, enquanto que na segunda possibilidade, a tradução seria “A Toulouse” ou “Uma Toulouse”, portanto, a noção de lugar se perderia. Na edição QNSS-BNP há a indicação da correção em *-æ*.

Outra interpretação, mais crítica, nos levar a dizer que a forma do texto *Tolosa*, na verdade, está no caso ablativo, traduzido por “Em Toulouse” também, o que não justificaria a troca pelo locativo com a desinência *-æ* da primeira declinação. Nesse sentido, o que a errata indica como “erro” se trata de uma *hiper-correção*, ou seja, mesmo a forma estando correta no texto, a er-

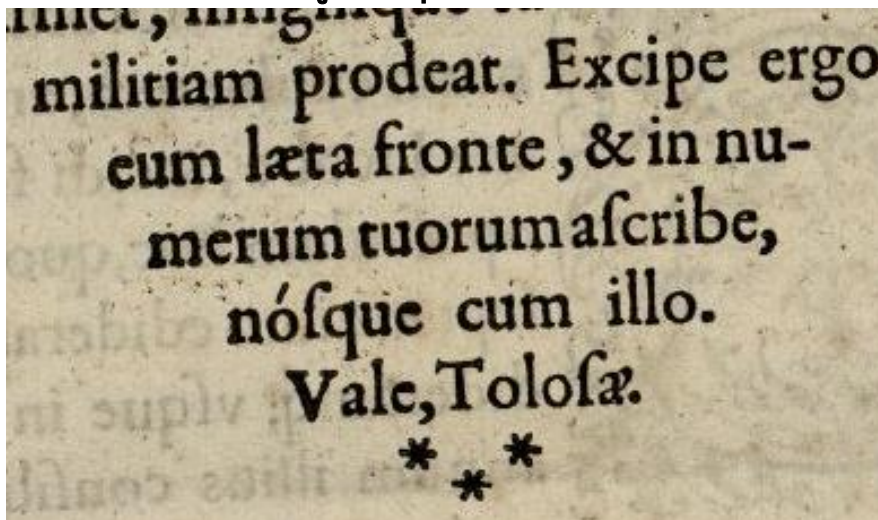
rata insiste em trazer o retorno de uma forma arcaica pouco empregada até mesmo no *latim clássico*, o locativo.

**Figura 15— epistola ad Castrum**



Fonte: QNSS-BNE, p .02.

**Figura 16— epistola ad Castrum**



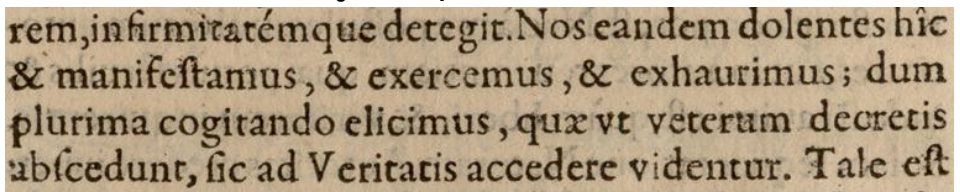
Fonte: QNSS-BNP, p. 02.

### III. episto. ad lector. pag. 3. versu 12. à veterum.

Na *epístola ao leitor*, no fólho 03, linha 12, é sugerido que a expressão deveria ser *à veterum* e não *ut veterum*. Mudança da preposição *a* para *ut*. *Veterum* vem do substantivo *veteres*, *-um* “os antigos; os antepassados” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 516).

*Ut* é um advérbio “como” e conjunção “quando; logo que; desde que” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 504). Enquanto que, *a/ab/abs* é uma preposição que rege ablativo traduzido geralmente por “de; por; desde; a” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 11).

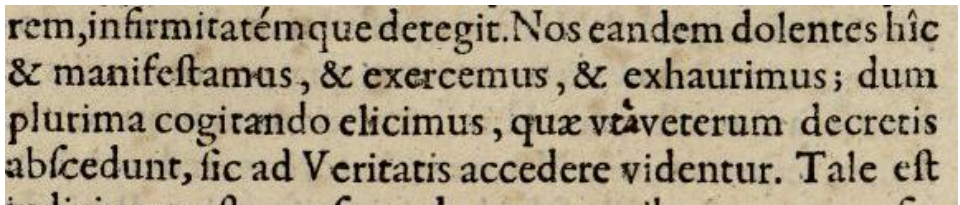
Figura 17– epistola ad lector



rem, infirmitatem que detegit. Nos eandem dolentes hîc  
& manifestamus, & exercemus, & exhaurimus; dum  
plurima cogitando elicimus, quæ ut veterum decretis  
abscedunt, sic ad Veritatis accedere videntur. Tale est

Fonte: QNSS-BNE, p. 03.

Figura 18– epistola ad lector



rem, infirmitatem que detegit. Nos eandem dolentes hîc  
& manifestamus, & exercemus, & exhaurimus; dum  
plurima cogitando elicimus, quæ ut veterum decretis  
abscedunt, sic ad Veritatis accedere videntur. Tale est

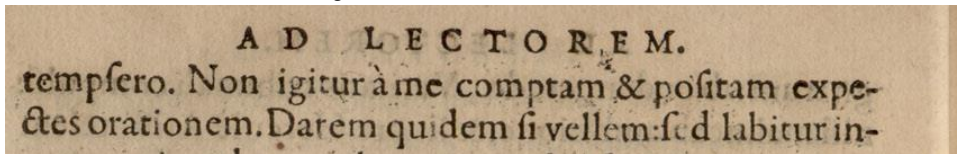
Fonte: QNSS-BNP, p. 03.

#### IV. d) 4. 1. *politam*.

Na *epístola ao leitor*, no fólíio04, linha 01, deveria ser *politam* e não *positam*. Trata-se de um erro de troca de letras, isto é, usou-se um -s- onde deveria ser a letra -l-. *Politam* vem da forma feminina do adjetivo *politus*, -a, -um “elegante; cultivado; ilustrado; polido; fino” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 360).

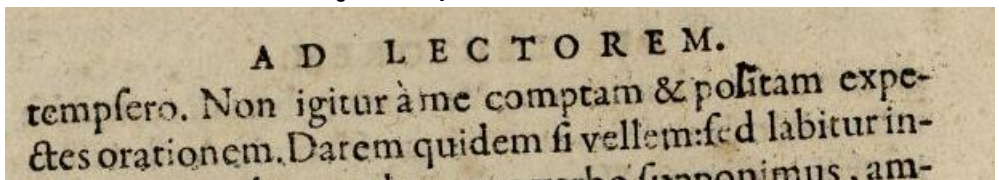
O adjetivo *politam*, que estaria em acusativo singular feminino, concordaria em gêneroem gênero, número e caso com *orationem*, um substantivofeminino singular da 3ª declinação, originário de *oratio*, -onis, cujo significado é “discurso” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 327). O mesmo pode ser dito sobre o adjetivoque antecede *politam*: *comptam* vem do adjetivo*comptus*, -a, -um “penteado; enfeitado; esmerado” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 86) e concorda com *orationem*, tanto em gênero, número quanto caso.

Figura 19 – *epístola ad lector*



Fonte: QNSS-BNE, p. 04.

Figura 20– *epístola ad lector*



Fonte: QNSS-BNP, p. 04.

## V. e) in opere pag. 1. versu 2. Coniecto.

Na obra, no fólho 01, linha 02, deveria ser *Coniecto* e não *Coniector*. Neste caso, em ambas as versões, a falha (acréscimo de um -r final) não foi corrigida, um tanto confuso apesar da errata indicar o erro.

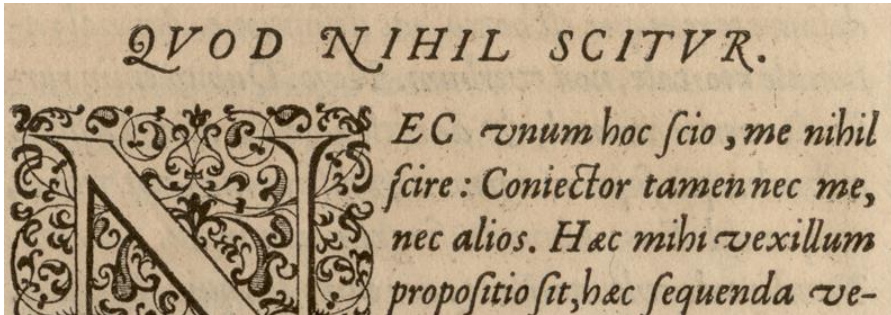
E se, por ventura, a forma *coniector* fosse uma *depoentização de verbo ativo*<sup>40</sup>? Teríamos, portanto, uma possível explicação para o acréscimo de do -r final, uma vez que as formas passivas em 1ª pessoa do singular apresentam essa desinência pessoal. Os verbos *depoentes* são aqueles que apresentam morfologia passiva e se significação ativa (GARCIA, 2008).

Noutra interpretação, *coniector*(*conjector*) provém do substantivo *coniector*, *-oris* “intérprete de sonhos; adivinho; intérprete de signos; astrólogo” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p.93), por outro lado, *coniecto* seria uma forma verbal, que se origina da forma em 1ª pessoa do singular. de *coniecto/conjecto*, *-as*, *-are*, *-avi*, *-atum* “arremessar; lançar juntamente; trazer juntamente; conjecturar; suspeitar; adivinhar” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 92).

---

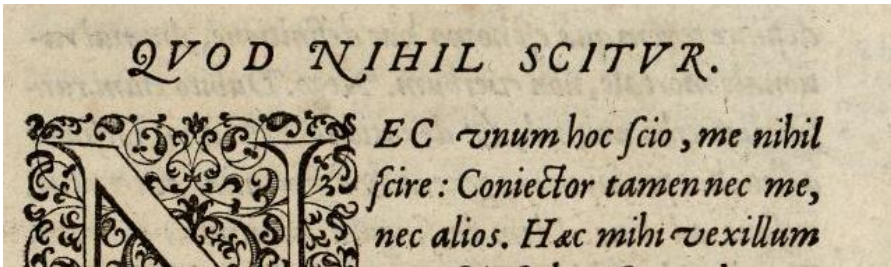
<sup>40</sup>Deixo aqui meus agradecimentos ao prof. Marlos Pessoa, que, para a defesa da tese, enviou-me sugestões e questionamentos sobre as interpretações de muitos fenômenos aqui discutidos.

Figura 21– in opere



Fonte: QNSS-BNE, p. 01.

Figura 22– in opere



Fonte: QNSS-BNP, p. 01.

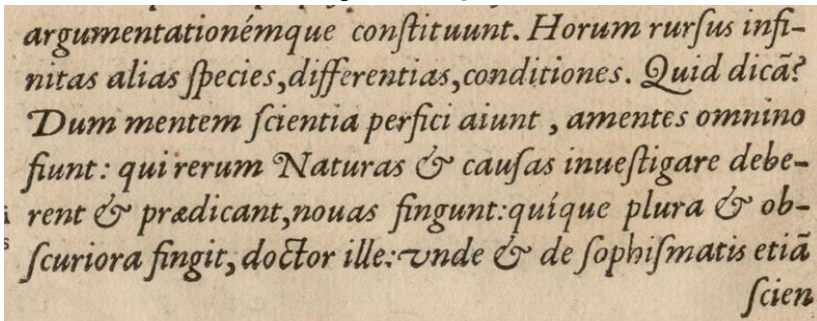
## VI. 6. 30. doctior.

Na obra, no fôlio 06, linha 30, há um erro gráfico que modifica o caso e consequentemente a função da forma. A nota sugere que deve ser *doctior* e não *doctor*. A alteração indica uma mudança semântica na sentença. Enquanto *doctior* é superlativo analítico do adjetivodoctus, -a, -um “douto; instruído; sábio; destre; hábil” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 133), portanto, se traduz “o mais sábio”, por outro lado, *doctor* vem de *doctor*, -oris,

um substantivo que significa “que ensina; mestre; doutor” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p.132).

A troca de palavras sugere que, ou o vocábulo foi empregado incorretamente na sentença, isto é, houve um desvio da norma culta do Latim Clássico, por se assemelhar morfológicamente as duas formas (*doctor/ doctior*), ou que o seu uso, nesse tipo de sentença, era comum e sua consequente correção era um indicativo de um uso considerado agramatical (em termos de língua culta).

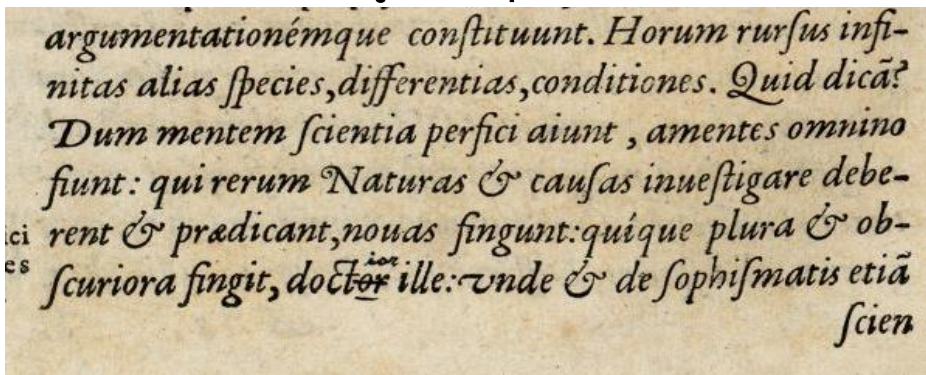
**Figura23– in opere**



*argumentationemque constituunt. Horum rursus infinitas alias species, differentias, conditiones. Quid dicā? Dum mentem scientia perfici aiunt, amentes omnino fiunt: qui rerum Naturas & causas inuestigare deberent & prædicant, novas fingunt: qui que plura & obscuriora fingit, doctor ille: unde & de sophismatis etiã  
scien*

Fonte: QNSS-BNE, p. 06.

**Figura 24 – in opere**



*argumentationemque constituunt. Horum rursus infinitas alias species, differentias, conditiones. Quid dicā? Dum mentem scientia perfici aiunt, amentes omnino fiunt: qui rerum Naturas & causas inuestigare deberent & prædicant, novas fingunt: qui que plura & obscuriora fingit, doctor ille: unde & de sophismatis etiã  
scien*

Fonte: QNSS-BNP, p. 06.

## VII. 8. 11. appropinquaret.

No fólío 08, linha 11, a forma verbal é *appropinquaret* e não *appropriares*. *Appropinquaret* vem do verbo *appropinquo*, -as, -are, -avi, -atum “acercar-se; aproximar-se de; estar próximo” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 39), ou seja, significa “Aproximar-se de; avizinhar” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 42).

Por outro lado, a forma *appropriares* advém do verbo *approprio*, -as, -avi, -atum e se traduz por “apropriar” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS/PORTUGUÊS-LATIM, 2014, p. 43). Trata-se de uma forma verbal do Latim Clássico.

**Figura 25– in opere**

A photograph of a manuscript page showing a Latin text in a cursive script. The text is written on aged, yellowish paper. The visible portion of the text is: "Non potes amplius. Quid ens tandem est? Nescis ut antea. Quid his Syllogismis perfecisti? Non probasti hominem esse ens, quod petiueram primum: imò per lineam tuam tum descendens, tum ascendens, ut altum illud Ens mihi appropriares, tibi maximum periculum, mihi metum peperisti, ne cadens totus comminuereris, meque si subtus comprehendisses, idem: remque tandem ita du-".

Fonte: QNSS-BNE, p. 08.

**Figura 26– in opere**

A photograph of a manuscript page, similar to Figure 25, showing the same Latin text in a cursive script. The text is: "Non potes amplius. Quid ens tandem est? Nescis ut antea. Quid his Syllogismis perfecisti? Non probasti hominem esse ens, quod petiueram primum: imò per lineam tuam tum descendens, tum ascendens, ut altum illud Ens mihi appropriares, tibi maximum periculum, mihi metum peperisti, ne cadens totus comminuereris, meque si subtus comprehendisses, idem: remque tandem ita du-".

Fonte: QNSS-BNP, p. 08.

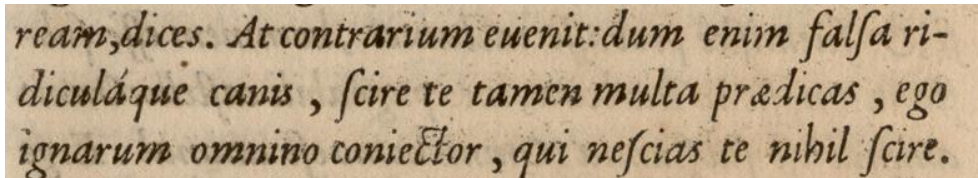


## VIII. 10. 7. coniiicio.

No fólho 10, linha 07, a nota sugere que deveria ser escrito *coniicio* e não *conietor*. No texto da versão QNS-BNP a grafia está *conijcio*, com o **-j-** no lugar do segundo **-i-**. A forma corrigida “*conijcio*” seria um exemplo de *metátese* (um tipo de *metaplasm*), pois conforme registro dos dicionários, a grafia seria “*conijcio*”: houve, portanto, uma mudança na posição do **-j-**, em que o grafema deveria ocupar a posição consonantal e não a posição vocálica. Porém, esta regra nem sempre ocorre, veja-se os muitos exemplos de Nunes (1921) na obra *Crestomatia Arcaica*: “*anjuersayros*” e “*Triidade*”.

As formas *coniicio* e *conijcio* pertencem ao verbo *coniicio/conijcio* (*iacio*)/*conicio/coicio*/-is, -ere, -ieci, /-ieci, -iectum/-iectumque se traduz por: “disparar; lançar; arremessar; dirigir; suspeitar; conjeturar; julgar; adivinhar; acertar; explicar; pôr; levar; meter; cravar” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 93; DICCIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS/PORTUGUÊS-LATIM, 2014, p. 106; FARIA, 1962, p. 232).

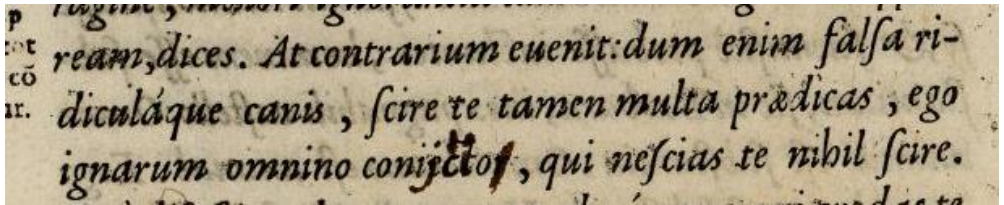
Figura 27– in opere



*ream, dices. At contrarium euenit: dum enim falsa ridiculáque canis, scire te tamen multa prædicas, ego ignarum omnino conietor, qui nescias te nihil scire.*

Fonte: QNSS-BNE, p. 10.

Figura 28– in opere



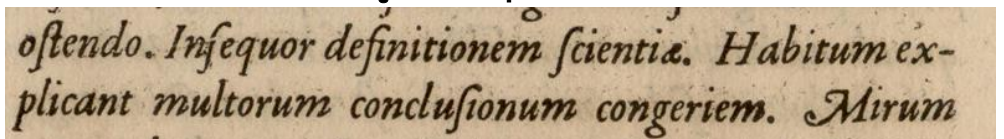
Fonte: QNSS-BNP, p. 10.

#### IX. 14. 7. multarum.

No fólíio 14, linha 07, a grafia deve ser *multarum* e não-*multorum*. *Multarum* vem do adjetivomultus, -a, -um “muito” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 297). A mudança ocorre de genitivo plural da segunda declinação, em **-orum** (“dos muitos”), para o genitivo plural da primeira declinação, em **-arum** (“das muitas”). Isso permite a concordância nominal com *conclusionum*, que vem do substantivo feminino *conclusio*, -onis que significa: “conclusão; ação de fechar; terminação; fim” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 88).

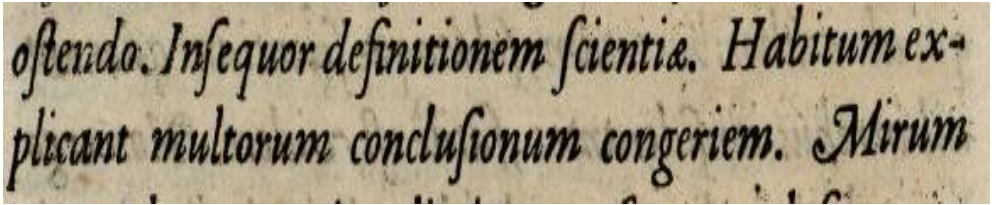
O trecho passa então a ser traduzido por “das muitas conclusões”. No entanto, nas duas versões, o erro gráfico permaneceu, sem alteração ou indicação.

Figura 29– in opere



Fonte: QNSS-BNE, p. 14.

Figura 30– in opere



Fonte: QNSS-BNP, p. 14.

X. 17. 3. *memorare*. & 10. *eædem*. & 15. *parcat*.

Há aqui três vocábulos que devem ser lidos, respectivamente: fólio 17, linha 03, *memorare* e não *memorari*. *Memorare* é a forma no infinitivo do verbo *memoro*, *-as*, *-are*, *-avi*, *atum* que se traduz por “lembrar; recordar; comemorar; falar; fazer menção (de)” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p.285).

Linha 10, *eædem* e não *eadem*. A forma *eædem* é a forma feminina plural do pronome de identidade formado a partir de *is*, *ea*, *id* mais o sufixo reforçativo *-dem* (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 106). *Eademé*, por conseguinte, a forma do neutro plural. É um advérbio e significa “pelo mesmo lugar; pelo mesmo caminho; pelas mesmas vias; ao mesmo tempo; do mesmo modo” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 243), bem como “no mesmo lugar; ao mesmo tempo” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 137).

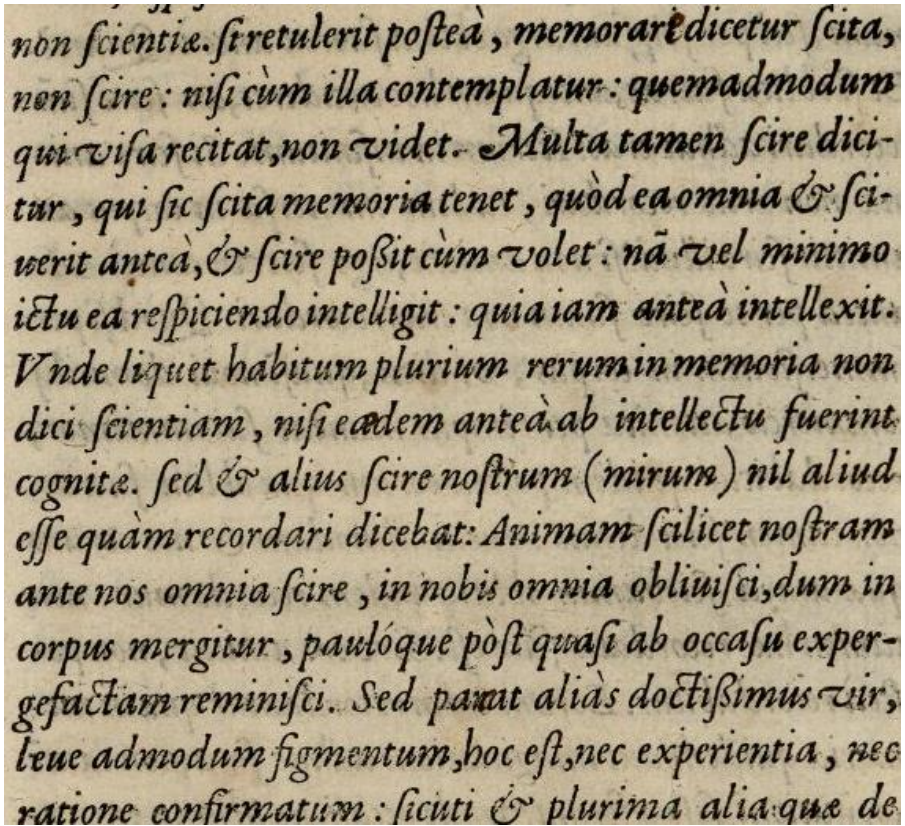
Finalmente, na linha 15, diz que se deve ler *parcat* e não *parat*. *Parcat* vem do verbo *parco*, *-is*, *-ere*, *peperci*, *parsum* “conter; reter; abster-se de” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 334). Por outro lado, a forma *parat* vem do verbo *paro*, *-as*, *-are*, *-avi*, *-atum* significa “preparar” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 335).

Figura 31— in opere

non scientia. si retulerit postea, memorari dicitur scita, non scire: nisi cum illa contemplatur: quemadmodum qui visa recitat, non videt. Multa tamen scire dicitur, qui sic scita memoria tenet, quod ea omnia & sciverit antea, & scire possit cum volet: nam vel minimo ictu ea respiciendo intelligit: quia iam antea intellexit. Unde liquet habitum plurium rerum in memoria non dici scientiam, nisi eadem antea ab intellectu fuerint cognitae. sed & alius scire nostrum (mirum) nil aliud esse quam recordari dicebat: Animam scilicet nostram ante nos omnia scire, in nobis omnia obliuisci, dum in corpus mergitur, pauloque post quasi ab occasu expergefactam reminisci. Sed parat alius doctissimus vir, leue admodum figmentum, hoc est, nec experientia, nec ratione confirmatum: sicuti & plurima alia que de

Fonte: QNSS-BNE, p. 17.

Figura 32– in opere



non scientiæ. si retulerit postea, memorare dicitur scita, non scire: nisi cum illa contemplatur: quemadmodum qui visa recitat, non videt. Multa tamen scire dicitur, qui sic scita memoria tenet, quod ea omnia & sciverit antea, & scire possit cum volet: nam vel minimo ictu ea respiciendo intelligit: quia iam antea intellexit. Vnde liquet habitum plurimum rerum in memoria non dici scientiam, nisi eadem antea ab intellectu fuerint cognita. sed & alius scire nostrum (mirum) nil aliud esse quam recordari dicebat: Animam scilicet nostram ante nos omnia scire, in nobis omnia obliuisci, dum in corpus mergitur, pauloque post quasi ab occasu expergefactam reminisci. Sed parat alius doctissimus vir, leue admodum figmentum, hoc est, nec experientia, nec ratione confirmatum: sicuti & plurima alia que de

Fonte: QNSS-BNP, p. 17.

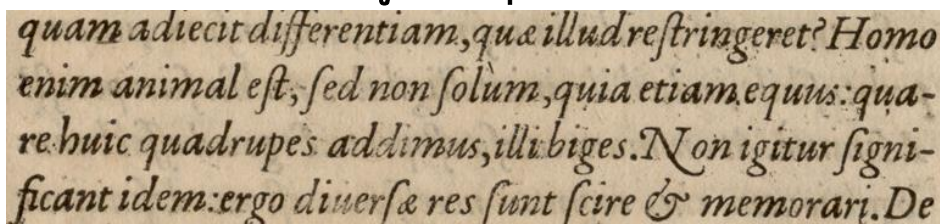
## XI. 19. bipes. & 20. memorare.

Temos aqui dois vocábulos que devem ser lidos, respectivamente: *bipes* e não *biges* e *memorare*<sup>41</sup> e não *memorari*. A respeito da forma *bipes*, podemos dizer que ela vem do adjetivo *bipes*, *pedis* traduzida por “bípede” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 55), isto é, vem da forma *bipes*, *bipedis* (*bis-pes*) significando

<sup>41</sup> Sobre a forma *memorare*, ver informações no Item X, nesse capítulo.

“Que tem dois pés; bípede” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 53). A forma \*biges<sup>42</sup> não foi atestada.

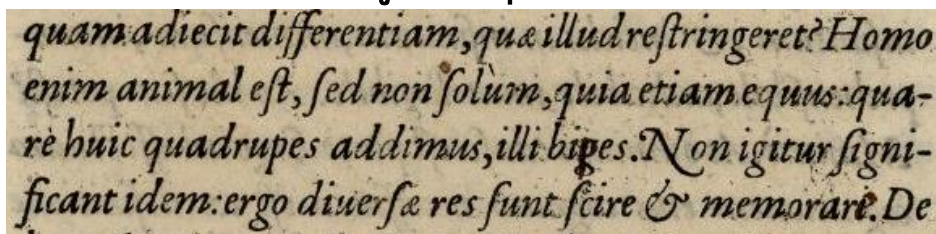
**Figura 33– in opere**



quam adiecit differentiam, quæ illud restringeret? Homo enim animal est, sed non solum, quia etiam equus: quare huic quadrupes addimus, illi biges. Non igitur significant idem: ergo diuersæ res sunt scire & memorari. De

**Fonte: QNSS-BNE, p. 19.**

**Figura 34– in opere**



quam adiecit differentiam, quæ illud restringeret? Homo enim animal est, sed non solum, quia etiam equus: quare huic quadrupes addimus, illi bipes. Non igitur significant idem: ergo diuersæ res sunt scire & memorare. De

**Fonte: QNSS-BNP, p. 19.**

## XII. 20. 3. hunc.

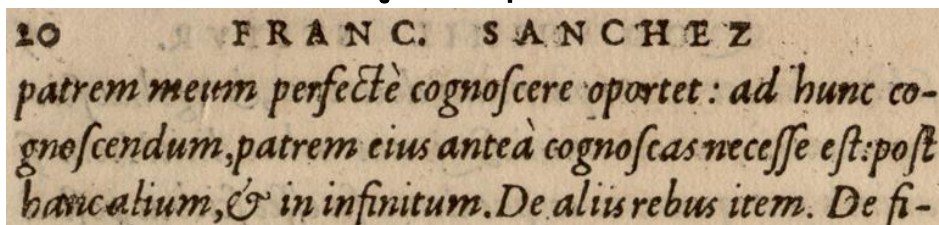
No fólio 20, linha 03, é sugerido que a escrita deveser-*hunc* e não *hanc*. Tanto *hunc* quanto *hanc* vem do pronome demonstrativo *hic, haec, hoc* “este; esta; isto” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 196). A diferença no uso consiste no fato de que *hunc* é a forma acusativa masculino e *hanc* é a feminino (GARCIA, 2008, p. 182). No contexto, há a concordância com o substantivo masculino *patrem meum* (trad.: “meu pai”), que vem de

---

<sup>42</sup>Faremos a verificação a partir das tabelas de conjugação verbal disponíveis na obra de Stock (2000), *Conjugação dos verbos latinos*, e sempre que não localizarmos uma dada forma em um dos dicionários de que dispomos, marcaremos essa forma com um asterisco (\*), sinalizando o seu desconhecimento, seguindo a sugestão de Coutinho (1962, 1981, 2011) e Ilari (1999, 2018).

*pater, -tris* “pai; autor; antepassados; patricio” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 337).

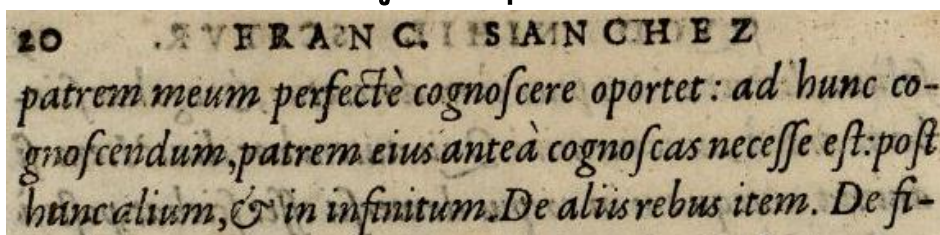
Figura 35– in opere



20 FRANC. SANCHEZ  
*patrem meum perfectè cognoscere oportet: ad hunc cognoscendum, patrem eius antea cognoscas necesse est: post hanc alium, & in infinitum. De aliis rebus item. De fi-*

Fonte: QNSS-BNE, p. 20.

Figura 36– in opere



20 VERAN C. ISIANCHEZ  
*patrem meum perfectè cognoscere oportet: ad hunc cognoscendum, patrem eius antea cognoscas necesse est: post hanc alium, & in infinitum. De aliis rebus item. De fi-*

Fonte: QNSS-BNP, p. 20.

### XIII. 23. 12. circa scien.

Neste caso, em especial, deveria ser *lidocircascien.*, sendo que *circa* é uma preposição que rege acusativo ou pode ser advérbio “em volta de; ao pé de; nas imediações” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 64) e *scien.* é uma abreviação de *scientiæ*, ou seja, vem do substantivo feminino *scientia*, *-ae*, cujo significado é “Conhecimento; ciência; habilidade; especialidade. Conhecimento teórico; saber científico” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 374), o uso de *ae* indica que está no caso genitivo “da ciência”.

No texto das duas edições havia a palavra *iuxta*, que vem do advérbio e preposição que rege acusativo *juxta/iuxta*, cujo significado é “junto; ao lado; logo depois; muito perto” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 258). Apesar de certa similaridade, uma foi selecionada em detrimento da outra. É válido ressaltar que tanto *circa* quanto *iuxta* concordam com *definitionem*, palavra originária do substantivo feminino *definitio,-onis* que significa “determinação; indicação precisa; definição; providência; resolução” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 114), assim sendo, a tradução nesse trecho seria “ao lado da determinação (ou definição) da ciência”.

É interessante notar, que *animus* pôs a anotação fora do texto “a ~~circa~~” (*a*, no valor de uma preposição), mas esta anotação se refere à sentença na mesma linha: *rem a sciendam*.

**Figura 37– in opere**

præter rationem dicta hæc sunt. Huc- usque enim aliorum ignorantiam, iuxta scientiæ definitionem, cognitionemque subinde ostendi: nunc meam proferam, ne solus ego scire aliquid videar. Ex quo videre poteris

Fonte: QNSS-BNE, p. 23.

**Figura 38– in opere**

nibus Demonstratio nil deseruit aliud, quàm forsan ostendere rem sciendam. Sed iam satis: plura enim diximus, quàm nihil scienti convenire videbatur. At non præter rationem dicta hæc sunt. Huc- usque enim aliorum ignorantiam, <sup>CIRCA</sup> ~~iuxta~~ scientiæ definitionem, cognitionemque subinde ostendi: nunc meam proferam, ne solus ego scire aliquid videar. Ex quo videre poteris

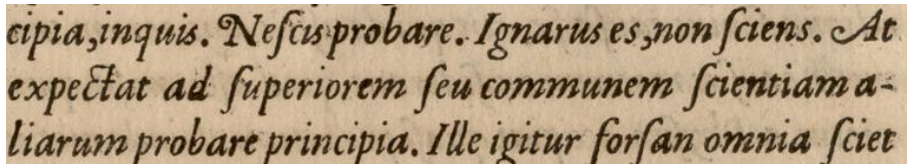
Fonte: QNSS-BNP, p. 23.



#### XIV. 25. 8. Spectat

No fólho 25, linha 08, o verbo é *spectat* e não *expectat*. *Spectat* vem do verbo *specto*, -as, -are, -avi, -atum, isto é, significa “ver; olhar; considerar; contemplar; observar; provar” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 447). Por outro lado, *expectat* poderia vir do verbo *expecto*, -is, -ere “pentear com cuidado” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 270) ou do verbo *exspecto*, -as, -are, -avi, -atum “esperar; estar à espera” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 275). Portanto, as acepções do verbo *specto* diferem completamente de *expecto/exspecto*, daí a necessidade de mudança, segunda a errata e o contexto. Na versão QNSS-BNP há a uma sobreposição dessa correção.

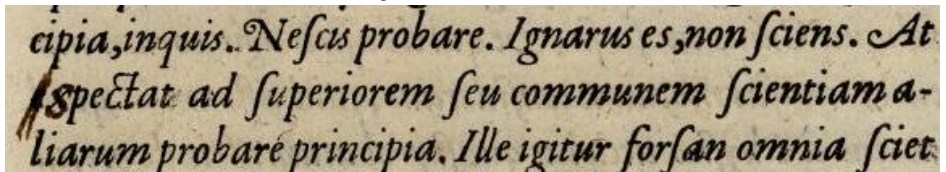
**Figura 39– in opere**



*cipia, inquis. Nescis probare. Ignarus es, non sciens. At expectat ad superiorem seu communem scientiam aliarum probare principia. Ille igitur forsan omnia sciet*

Fonte: QNSS-BNE, p. 25.

**Figura 40– in opere**



*cipia, inquis. Nescis probare. Ignarus es, non sciens. At spectat ad superiorem seu communem scientiam aliarum probare principia. Ille igitur forsan omnia sciet*

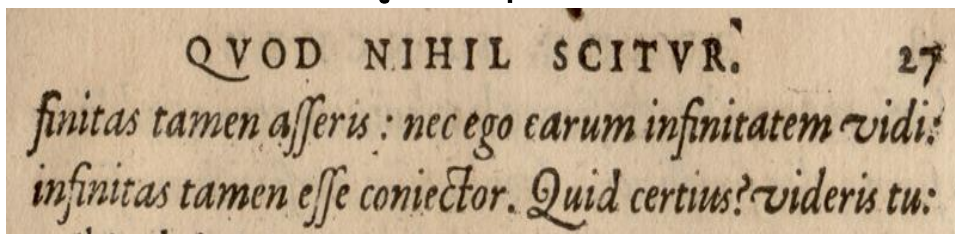
Fonte: QNSS-BNP, p. 25.

## XV. 27. 2. coniecto. & 23. in aliquo.

Conforme a errata, no fólho 27, nas linhas 02 e 23, há duas correções necessárias. Na linha 02, a nota diz que deveria ser *coniecto*<sup>43</sup> e não *conietor*.

Na linha 23, a nota informa que deveria ser *in aliquo*, mas a correção só foi indicada com uma espécie de seta no texto da versão QNSS-BNP. *In* é uma preposição que rege tanto acusativo quanto ablativo, cujo sentido é “para; a; em direção a; em; sobre; entre; diante de” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 213). *Aliquovem* do pronome indefinido *aliquis/aliqui, -a, -id/-od* que significa “alguém; algum; algo” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 31). A sentença “*Ergo conueniunt aliquo communi*” poderia então ser traduzida por: “Portanto, reúnem algo comum”.

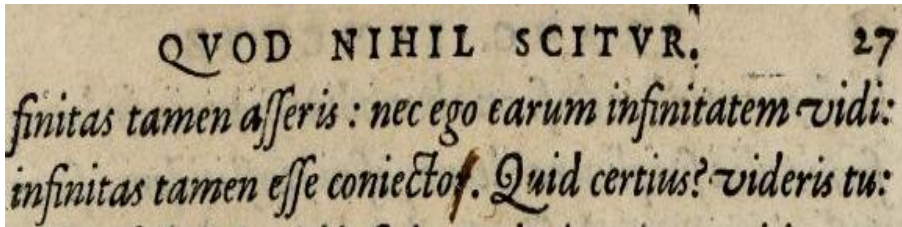
Figura 41– in opere



Fonte: QNSS-BNE, p. 27.

<sup>43</sup>Sobre a forma *coniecto*, ver informações noslrens V e VIII, nesse capítulo.

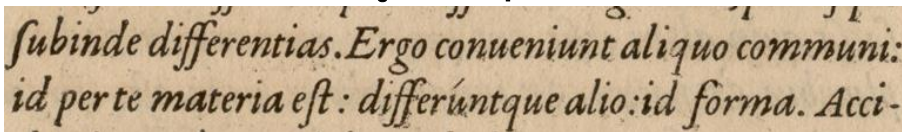
Figura 42 – in opere



QVOD NIHIL SCITVR. 27  
finitas tamen asseris : nec ego earum infinitatem vidi:  
infinitas tamen esse coniectof. Quid certius? videris tu:

Fonte: QNSS-BNP, p. 27.

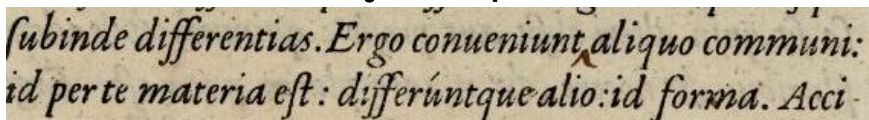
Figura 43– in opere



subinde differentias. Ergo conueniunt aliquo communi:  
id per te materia est : differuntque alio: id forma. Acci-

Fonte: QNSS-BNE, p. 27.

Figura 44– in opere



subinde differentias. Ergo conueniunt aliquo communi:  
id per te materia est : differuntque alio: id forma. Acci-

Fonte: QNSS-BNP, p. 27.

XVI. 28. 30. mutuari. & in marg. nequit.

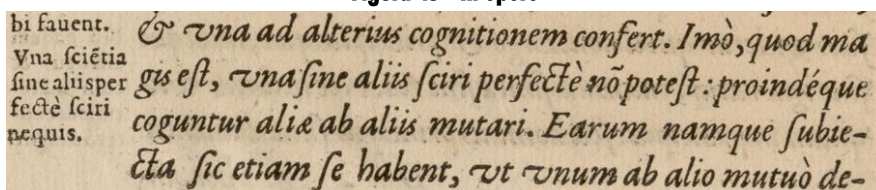
Nessa parte, em particular, temos a indicação de no fólho 28, linha 30, a nota informa que a escrita dever ser *mutuari* e não *mutari*. Na versão QNSS-BNP há a anotação de u acima da palavra. *Mutuari* vem do verbo *mutuor*, -as, -are, -avi, -atum “tomar emprestado; receber do outro” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 299), por outro lado, *mutari* vem do verbo *muto*, -as, -are, -avi, -atum “trocar; mudar; alterar; modificar; transplantar; metamorfosear; tingir; colorir” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 299). São, portanto, significados muitos adversos, o que mudaria o sentido do contexto.

Na errata, consta “& in marg.” (ou seja, “e na margem”, tradução nossa), há a indicação de que onde aparece na obra a forma *nequis* deveria ser *nequit*. *Nequit* é uma forma verbal originária do verbo *nequeo*, -is, -ire, -iui/ii, -itum “não poder; não ser capaz; não estar em condições de” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 305).

Uma primeira interpretação seria a de que *nequit* e *nequis* vem do mesmo verbo: *nequeo*. Sendo que *nequis* é a forma da 2ª pessoa do singular e *nequit* da 3ª pessoa. Isto é, houve um erro no uso da forma e *nequit* se refere à “Vna sciētia”.

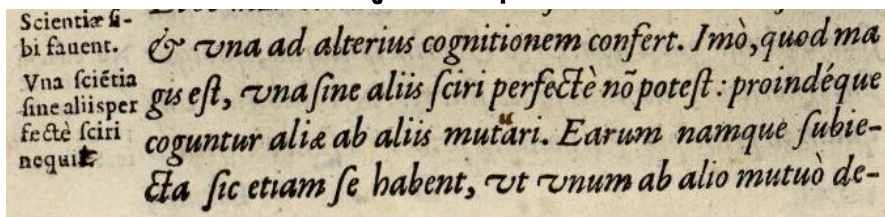
Uma segunda interpretação e essa se ajusta a primeira, é a de que *nequis* vem do pronome indefinido *nequis*, *nequa*, *nequod* “para que ninguém; para que nenhum; para que nenhuma coisa” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 305). Portanto, não seria *nequis* e sim *nequit* nesse contexto, pois essas formas apresentam funções morfológicas e sintáticas completamente diferentes.

**Figura 45– in opere**



Fonte: QNSS-BNE, p. 28.

**Figura 46– in opere**



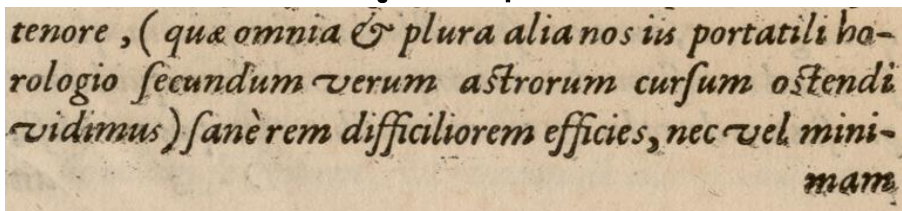
Fonte: QNSS-BNP, p. 28.

## XVII. 30. 28. nos in

No fólho 30, linha 28, deveria ser lidonos *in* e não *nos iis*. *Nos* vem do pronome pessoal *nos, nostrum / nostri* que significa “nós; nos” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 309). E *iis* vem do pronome demonstrativo anafórico plural – dativo e ablativo: tanto para o masculino, feminino quanto do neutro – (GARCIA, 2008, p. 183) de *is, ea, id* “este; isto; aquele; aquilo; o; a; os; as; ele; ela; aquele” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 251).

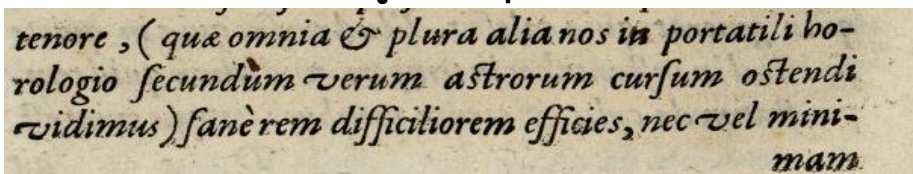
Por outro lado, como se viu no **Item XV**, o item lexical *in* é uma preposição que rege tanto acusativo quanto ablativo, cujo sentido é “para; a; em direção a; em; sobre; entre; diante de” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 213). Nessa sentença, a preposição *in* rege o ablativo *horologio*, que vem do substantivo neutro *horologium, -ii* traduzido por “relógio (de sol ou de água)” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 198).

**Figura 47– in opere**



Fonte: QNSS-BNE, p. 30.

**Figura 48– in opere**



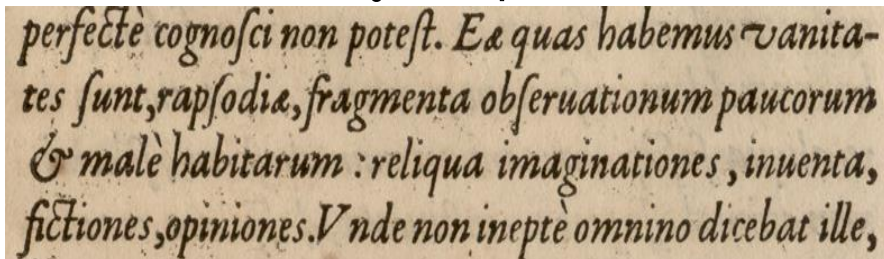
Fonte: QNSS-BNP, p. 30.

### XVIII. 31. 22. paucarum.

Neste trecho do qual a errata indica que no fólio 31, na linha 22, a nota diz que deveria ser *paucarum*, genitivo da primeira declinação, em **-arum** e não *paucorum*, genitivo da segunda declinação, em **-orum**. A razão para isso é que *paucarum/paucorum* vem de um pronome adjetivo triforme *paucus*, *-a*, *-um* “pouco; pequeno; escasso” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 337) que pode ser declinado tanto como masculino, feminino quanto neutro. Esse pronome adjetivo se declina conforme concordância em gênero, número e caso com a palavra a que se refere.

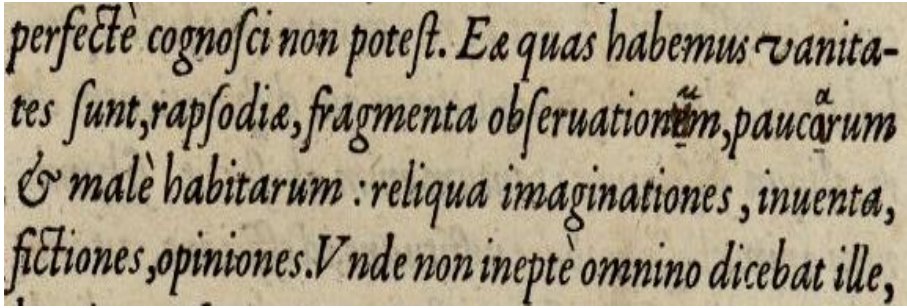
Há também uma anotação sobreposta na versão QNSS-BNP que não consta na errata: a anotação indica que a palavra deveria ser grafada com u, com genitivo da terceira declinação em **-um**, portanto, *obseruationum*, e não *obseruationem*, com um **-em**, o que indicaria o caso acusativo singular também da terceira declinação. *Obseruationum / obseruationem* vem do substantivo *obseruatio*, *-onis* “observação; respeito; atenção; escrúpulo” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 317)

Figura 49– in opere



Fonte: QNSS-BNE, p. 31.

Figura 50– in opere



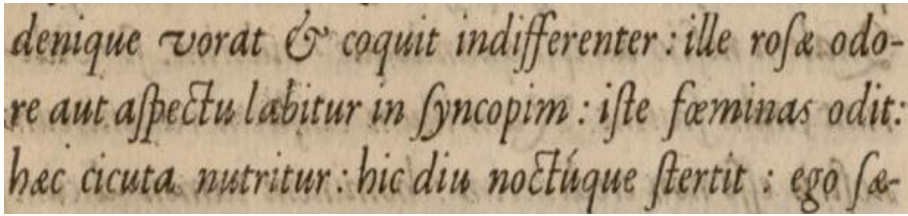
Fonte: QNSS-BNP, p. 31.

### XIX. 33.25. syncopen.

No fólio 33, linha 25, a grafia da palavra deve ser *syncopen* (com *-en*) e não *syncopim* (com *-im*). Tendo em vista que a forma dicionarizada do substantivo é *syncopa*, *-ae* e *syncope*, -es atestada em vários dicionários: “1. GRAMÁTICA síncope; 2. Síncope; desmaio” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 654) “supressão d’uma syllaba no meio [...] Desmaio, desfallecimento, delíquio” (SARAIVA, 1927, p. 1.173) e do verbo é *syncopo*, *-as*, *-are*, *-atum* “(syncopa) cair com uma síncope” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 654) e “Desfallecer, desmaiar, cair em delíquio” (SARAIVA, 1927, p. 1.173), nota-se que *-im* não é uma desinência gramatical identificável, pode-se seguramente dizer que esse é um caso de *vulgarismos* por ser uma forma incomum tanto ao substantivo quanto ao verbo.

Poder-se-ia dizer que se trata de um mero “erro ortográfico”, mas nesse caso teríamos de crer no desconhecimento do latim por parte do escritor, fato que deve ser descartado, haja vista que a íntegra da obra transparece fluência como já viu nessas descrições apresentadas.

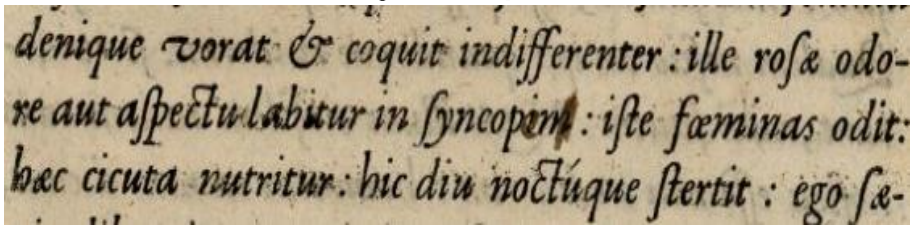
**Figura 51– in opere**



denique vorat & coquit indifferenter: ille rosa odore aut aspectu labitur in syncopim: iste faeminas odit: hac cicuta nutritur: hic diu noctuque stertit: ego se-

**Fonte: QNSS-BNE, p. 33.**

**Figura 52– in opere**



denique vorat & coquit indifferenter: ille rosa odore aut aspectu labitur in syncopim: iste faeminas odit: hac cicuta nutritur: hic diu noctuque stertit: ego se-

**Fonte: QNSS-BNP, p. 33.**

**XX. 38. 25. & in marg. sonitus.**

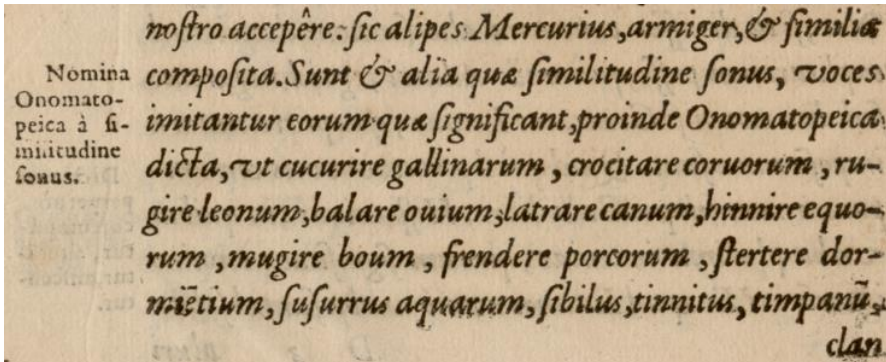
De acordo com essa nota, no fólho 38, linha 25, na margem esquerda e no texto, deveria ser *sonitus* e não *sonus*. *Sonitus* vem do substantivo masculino *sonitus*, *-us* “som; ruído; barulho; brado; clamor” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 393), já *sonus* vem do substantivo *sonus*, *-i* “som; ruído; barulho; voz; palavra; tom; característica; estilo; sonoridade” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 393).

Temos aqui uma situação em que há a escolha de uma forma mais culta, haja vista que, apesar dos significados serem similares, opta-se por uma forma em detrimento a outra. Possivelmente, *sonus* é uma forma mais popular, enquanto que *soni-*



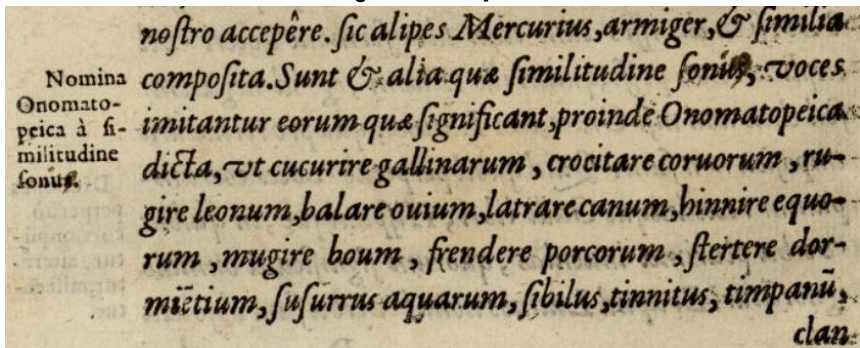
tus seria mais culta, por isso, a indicação de substituição. Talvez isso seja um indício de que a *errata* teria a função de corrigir certos vícios de escrita e vulgarismos.

**Figura 53— in opere**



Fonte: QNSS-BNE, p. 38.

**Figura 54— in opere**



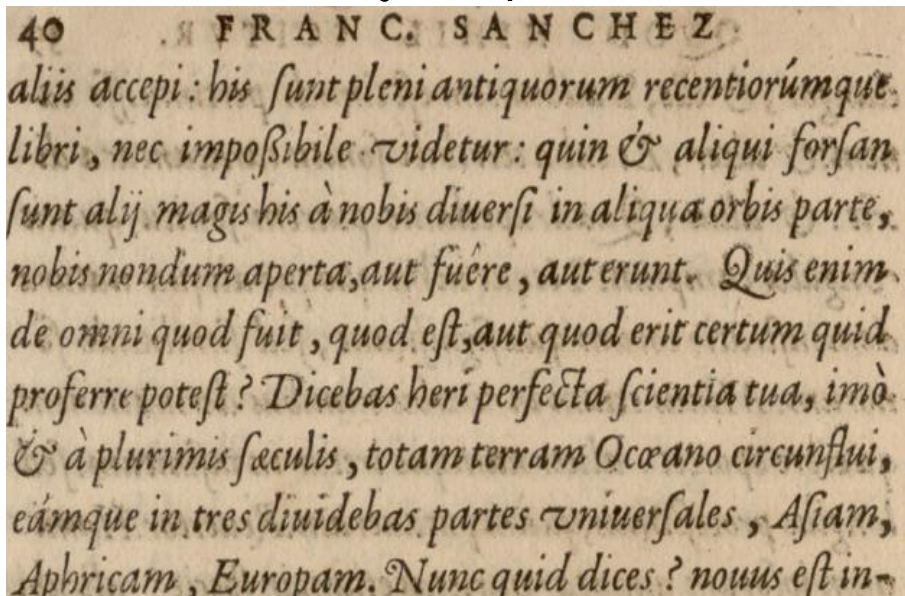
Fonte: QNSS-BNP, p. 38.

XXI. 40. 7. oceano circumflecti.

No fólho 40, linha 07, a expressão deve ser “*oceano circumflecti*” e não “*ocæano circunflui*”. *Oceano* vem do substantivo masculino *oceanus*, -i “Oceano; deus do mar; esposo de Tétis; pai de todos os rios (Cíc. *Nat.* 3, 48)” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 321). Não localizamos a forma \**ocæano* nos dicionários de que dispomos, não temos como atestar sua existência.

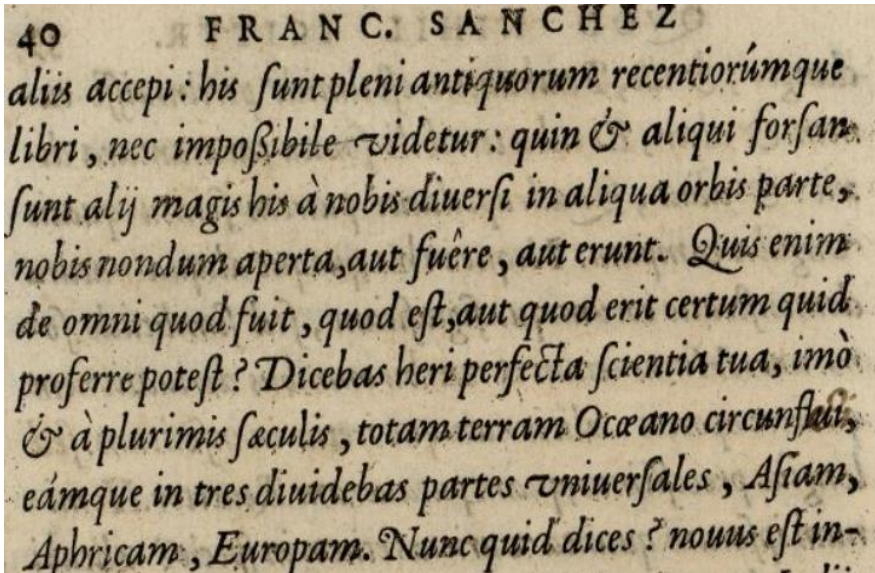
*Circumflecti* vem do verbo *circumflecto*, -is, -ere, -flexi, -flectum “descrever um círculo; percorrer à volta de” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 65) e tem relação com a forma masculina *circumflexus*, -us “linha circular; circunferência; circunflexo; arco; abóbada” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 73). A expressão inteira é “*perfecta scientia tua... totam terram oceano circumflecti*”, ou seja, “a sua perfeita ciência [...] percorre em volta de toda a terra com o oceano (tradução nossa)”.

**Figura 55– in opere**



**Fonte: QNSS-BNE, p. 40.**

Figura 56– in opere



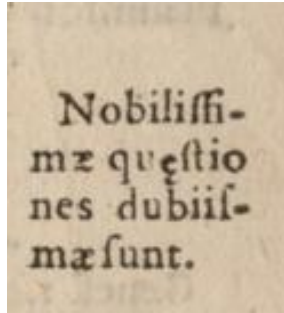
Fonte: QNSS-BNP, 40.

## XXII. 41. 24. in marg. dubiosissimæ,

Na margem direta do fólio 41, na linha 24, deveria ser *dubiosissimæ* e não *dubiismæ*. *Dubiosissimæ* é um superlativo do adjetivo triforme *dubius*, -a, -um “indeciso; hesitante; irresoluto; incerto” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 240). E, nesse contexto, a expressão “*Nobilissimæ questiones dubiosissimæ sunt*” encontra-se inteiramente no plural, com dois superlativos, sendo, então, traduzida por “As questões conhecidíssimas são incertíssimas”.

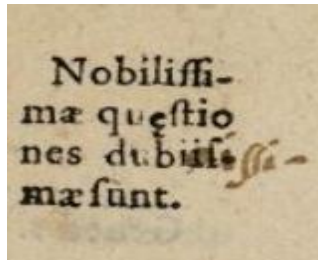
Na versão QNSS-BNP há a indicação de correção sobreposta no vocábulo.

**Figura 57– in opere**



**Fonte: QNSS-BNE, p. 41.**

**Figura 58 – in opere**



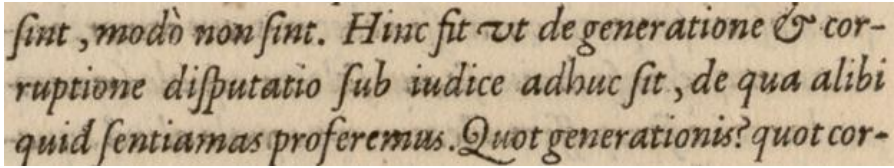
**Fonte: QNSS-BNP, p. 41.**

### **XXIII. 44. 9. sentiamus.**

No fólio 44, linha 09, a forma verbal é *sentiamus*, com a desinência da pessoa verbal em *-mus* e não *sentiamas*, com *-mas*. *Sentiamus* vem do verbo *sentio*, *-is*, *-ire*, *sensi*, *sensum* e significa “perceber pelos sentidos; sentir; experimentar uma sensação ou sentimento” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 612).

Na lição, “[...] *de qua alibi quid sentiamus proferemus*” que pode ser traduzido da seguinte maneira: “[...] a partir do lugar o qual sentimos, proferimos”.

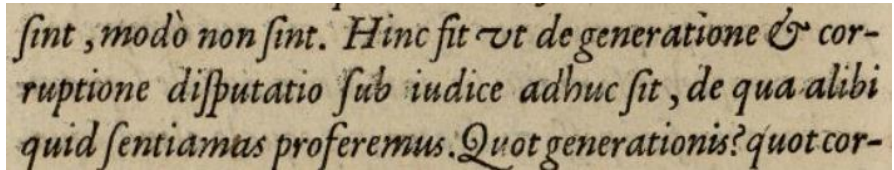
**Figura 59– in opere**



sint, modò non sint. Hinc fit ut de generatione & corruptione disputatio sub iudice adhuc sit, de qua alibi quid sentiamus proferemus. Quot generationis? quot cor-

**Fonte: QNSS-BNE, p. 44.**

**Figura 60– in opere**



sint, modò non sint. Hinc fit ut de generatione & corruptione disputatio sub iudice adhuc sit, de qua alibi quid sentiamus proferemus. Quot generationis? quot cor-

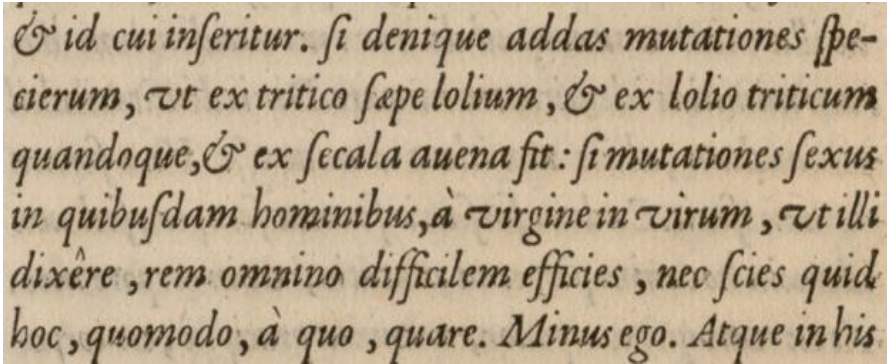
**Fonte: QNSS-BNP, p. 44.**

#### **XXIV. 46. 25. secali.**

Na linha 25 do fólio 46, deveria ser *secali* grafado com **-i** e não *secala* grafado com **-a**. A razão para isso é a concordância de caso devido à presença da preposição *ex*: “& ex secali auena fit:[..]”. A forma *ex* vem da preposição e prevérbio *ex*, *e*, *ec* que “Indica ponto de partida (sent. local) 1) Do interior de, de (com ideia de movimento de dentro para fora) [...]” (FARIA, 1975, p. 367).

As formas *\*secala*/*\*secali* não foram localizadas nos dicionários de que dispomos, o que nos impede de fazermos mais apreciações.

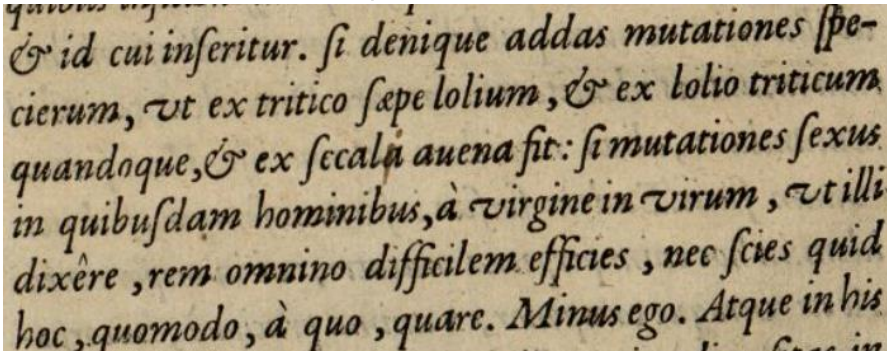
**Figura 61– in opere**



Et id cui inferitur. si denique addas mutationes specierum, ut ex tritico saepe lolium, & ex lolio triticum quandoque, & ex secala auena fit: si mutationes sexus in quibusdam hominibus, à Virgine in Virum, ut illi dixere, rem omnino difficilem efficies, nec scies quid hoc, quomodo, à quo, quare. Minus ego. Atque in his

**Fonte: QNSS-BNE, p. 46.**

**Figura 62– in opere**



Et id cui inferitur. si denique addas mutationes specierum, ut ex tritico saepe lolium, & ex lolio triticum quandoque, & ex secala auena fit: si mutationes sexus in quibusdam hominibus, à Virgine in Virum, ut illi dixere, rem omnino difficilem efficies, nec scies quid hoc, quomodo, à quo, quare. Minus ego. Atque in his

**Fonte: QNSS-BNP, 46.**

**XXV. 47. 7. liquat. & 9. amaricat, grauat, alleuat.**

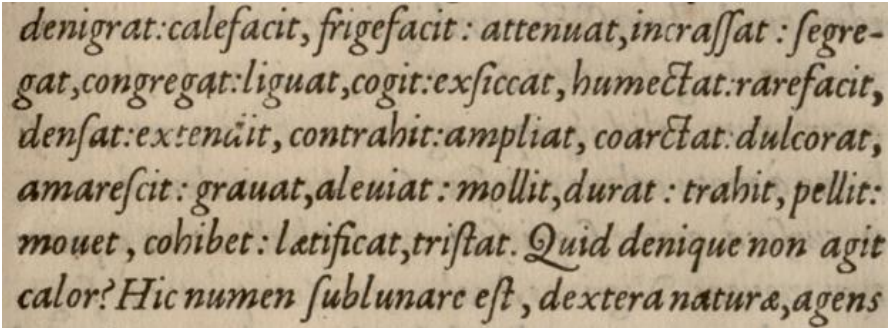
No fólíio 47, nas linhas 07 e 09, respectivamente, as formas verbais devem ser gravadas *liquat*, *amaricat* e *alleuat* ao invés de *deliquat*, *amarescite* e *aleuiat*. Não vimos a necessidade da correção em *grauat*, já que está igual tanto na errata quanto na

obra. As formas *liquat*, *amaricat*, *grauat* e *alleuat* vêm respectivamente dos seguintes verbos:

- *Liquat* < *liquo*, -as, -are, -aui, -atum “filtrar; tornar limpo; liquefazer; derreter; difundir” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 214);
- *Amaricat* <\* *amarico* forma não localizada em Stock (2000) e não pôde ser depreendida dos verbos contidos nos dicionários de que dispomos.
- *Grauat* < *grauo*, -as, -are, -aui, -atum “sobrecarregar; carregar; pesar sobre; agravar; oprimir; aturdir; entorpecer; gravar” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 160).
- *Alleuat*<*alleuo*, -as, -are, -aui, -atum “levantar-se; erguer-se; elevar; aliviar” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 35).
- 

Os erros ortográficos podem ser provenientes de escrita ou de desvios causados pelos usos de formas corriqueiras da linguagem falada. Por exemplo: em *liquit* o uso de *liquat* com um **-g-** medial ao invés de **-q-** e da desinência **-it**no lugar de **-at**; em *amaricat* o uso do final *-arescit*. Ao invés de *-aricat*; em *alleuat* a redução da consoante germinada **-ll-** e a presença de um **-i-** após o **-u-**, que tem posição consonantal.

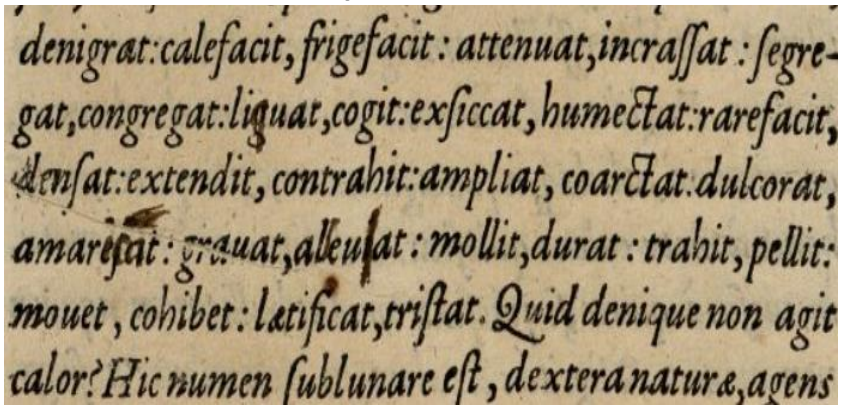
Figura 63– in opere



denigrat: calefacit, frigefacit: attenuat, incrassat: segregat, congregat: liquat, cogit: exsiccat, humectat: rarefacit, densat: extendit, contrahit: ampliat, coarctat: dulcorat, amarescit: grauat, alleviat: mollit, durat: trahit, pellit: mouet, cohibet: letificat, tristat. Quid denique non agit calor? Hic numen sublunare est, dextera naturæ, agens

Fonte: QNSS-BNE, p. 47.

Figura 64– in opere



denigrat: calefacit, frigefacit: attenuat, incrassat: segregat, congregat: liquat, cogit: exsiccat, humectat: rarefacit, densat: extendit, contrahit: ampliat, coarctat: dulcorat, amarescit: grauat, alleviat: mollit, durat: trahit, pellit: mouet, cohibet: letificat, tristat. Quid denique non agit calor? Hic numen sublunare est, dextera naturæ, agens

Fonte: QNSS-BNP, p. 47.

## XXVI. 48. 2. quodlibet difficilium.

No fólho 48, linha 02, a expressão deve ser *quodlibet difficilium* e não *quolibetdifficilium*. *Quodlibet* vem do adjetivo e pronome indefinido *quilibet*, *quælibet*, *quodlibet* que se traz por “1. aquele que se quiser, quem quer que seja. 2. o primeiro que aparecer” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 564); enquanto

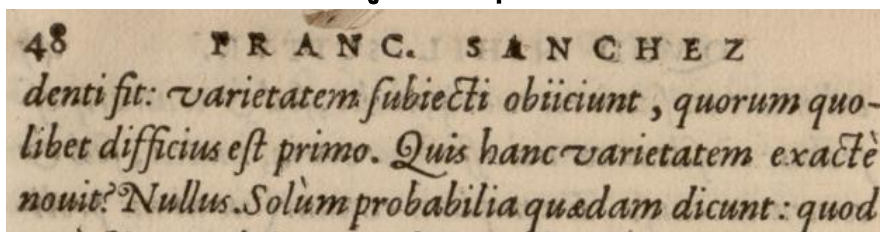


que *quolibet* é um advérbio que significa “não importa onde; onde quer que” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 398).

*Difficilius* vem do adjetivo biforme *difficilis*, *-e*, cujo significado é “difícil; dificultoso; pouco acessível; intratável; inflexível” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 225). *Difficius* apresenta uma redução morfológica da forma, com a queda da sílaba *-li-*, ou seja, sofre uma *síncope*.

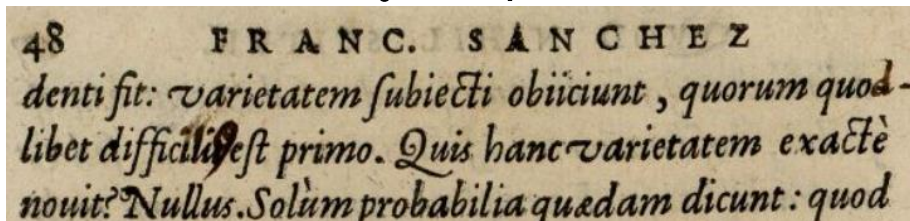
Em observação ao contexto, a sentença “*quorum quolibet difficilius est primo*” pode ser traduzida por “dos quais o primeiro que vier [se mostrar] difícil é o primeiro”.

**Figura 65– in opere**



**Fonte: QNSS-BNE, p. 48.**

**Figura 66– in opere**



**Fonte: QNSS-BNP, 48.**

XXVII. 49. 12. *opinioni*. & in marg. *colorum*. & 28. *atque hi*.

No fólio 49, linhas 12 e 28, há as seguintes alterações: a palavra *opinione* deve ser grafada com *-i*, *opinioni*; *colorũ* deve ter a forma em genitivo plural *colorum*; a expressão deve ser *atquehi* e não *atque* (sem o *hi*).

*Opinioni* vem do substantivo *opinio*, *-onis* “conjectura; crença; opinião;” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 471). Há nessa mudança uma alteração de função sintática: na terceira declinação a desinência *-e* desempenha o papel de ablativo singular (adjunto adverbial) e a desinência *-i* desempenha a função de dativo singular (objeto indireto). Ou seja, traduz-se por “para a opinião” e não “pela opinião”.

*Colorũ* vem do substantivo neutro *color*, *-i* “parte; porção duma obra; trecho” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 152). Por pertencer a segunda declinação, a forma do caso em genitivo plural é *colorum*. Nessa amostra, em especial, parece haver uma preocupação em não se confundir a desinência *-um* (acusativo singular), frequentemente grafada *-ũde -orum*, desinência de genitivo singular.

*Atque* é uma conjunção (com função copulativa e adversativa) traduzida por “1. e [...]. 2. e até, e sobretudo, e mesmo, e por outro lado, mas, ou antes, e contudo, e todavia” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 88), mas, geralmente, com o uso ao lado de pronomes, pode ser traduzida por “como, do que, que” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 88). *Hi* é a forma masculina plural do adjetivo e pronome demonstrativo *hic, hæc, hoc* “este; esta; isto” (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 107; DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS,

2001, p. 320). Nesse contexto pode traduzir-se então por “como estes”. Na versão QNSS-BNP há uma indicação sobreposta ao lado do texto.

**Figura 67 – in opere**

*Et cogatur opinione cedere: sicq; hinc inde varia nunquam sistitur. Si asserat albedinem ( ut de coloribus sufficiat exemplum adduxisse ) à calore fieri, arguit eam nix, glacies, Germani: si à frigore, cinis, calx, gypsum & os, vsta. Si ab humiditate, hæc: si à siccitate, illa. De nigredine totidem contingunt dubitationes. Quid verò dicas de mediis? Quam temperiem illis assignabis? Atque extrema adhuc videntur manifestam habere causam, ut nix frigus, cinis calorem: quia utrumque sen-*

Colorū cau  
se dubiæ.

**Fonte: QNSS-BNE, p. 49.**

**Figura 68 – in opere**

*Et cogatur opinio cedere: sicq; hinc inde varia nunquam sistitur. Si asserat albedinem ( ut de coloribus sufficiat exemplum adduxisse ) à calore fieri, arguit eam nix, glacies, Germani: si à frigore, cinis, calx, gypsum & os, vsta. Si ab humiditate, hæc: si à siccitate, illa. De nigredine totidem contingunt dubitationes. Quid verò dicas de mediis? Quam temperiem illis assignabis? Atque extrema adhuc videntur manifestam habere cau-*

Colorū cau  
se dubiæ.

**Fonte: QNSS-BNP, p. 49.**

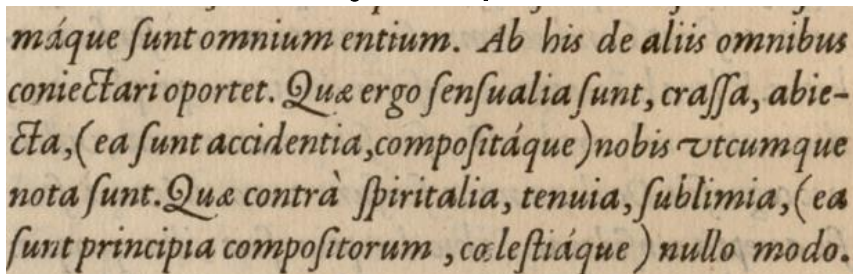
## XXVIII. 52. 21. coniectare. sensibilia.

No fólio 52, linha 21, as duas formas são, respectivamente: *coniectare*, grafado com *-e*, não *coniectari* com *-i*; a outra deve ser *sensibilia* e não *sensualia*.

*Coniectare* é o infinitivo do verbo *conjecto*, *-as*, *-are*, *-avi*, *-atum*, geralmente grafado *coniecto* com *-iconsonantal* e significa “1. lançar juntamente, atira; 2. conjecturar, presumir, concluir por conjectura” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 169).

*Sensibilia* vem do adjetivo biforme de segunda classe *sensibilis*, *-e* se traduz por “1. sentido, significação; 2. sentimento, sensibilidade” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 612). Por outro lado, *sensualia* vem de outro adjetivo de segunda classe, *sensualis*, *-e* “(sensuais) relativo aos sentidos, dotado de sensação” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 612). A conotação do segundo se restringir, na maioria das vezes, ao campo semântico da sensualidade e sexualidade, o que levaria o contexto para uma conotação particular, até mesmo pejorativa. Na versão QNSS-BNP há a indicação de correção sobreposta nos dois vocábulos.

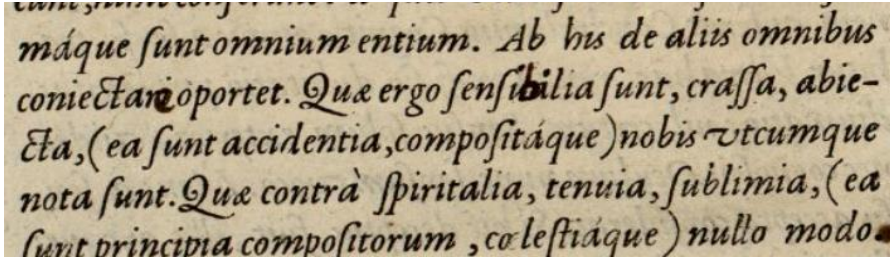
Figura 69 – in opere



máque sunt omnium entium. Ab his de aliis omnibus coniectari oportet. Quæ ergo sensualia sunt, crassa, abiecta, (ea sunt accidentia, compositaque) nobis utcumque nota sunt. Quæ contra spiritalia, tenuia, sublimia, (ea sunt principia compositorum, cœlestiaque) nullo modo.

Fonte: QNSS-BNE, p. 52.

Figura 70– in opere



Fonte: QNSS-BNP, 52.

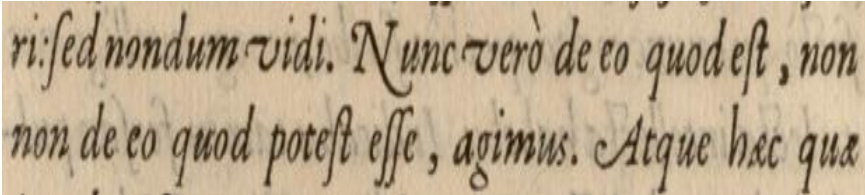
XXIX. 53. 12. est, non de. & 27. quam nunc.

No fólíio 53, há duas indicações: na primeira, linha 12, diz-se *est, non de*, isto é, “é, não de (tradução nossa)” com apenas um advérbio “não”; na segunda, linha 27, a expressão *quam nunc* em lugar de *quam more*.

*Quam* é um advérbio que se traduz, normalmente, por “quão, quão grande, quanto, a que ponto” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 562). *Nunc* é outro advérbio e significa “agora, actualmente, presentemente” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 454). *More* também é um advérbio e seu significado é “estupidamente” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 432).

A escolha de *quam nunc* (“quão agora”) ao invés de *quam more* “quão stupidamente” nos parece indicar uma modalização da linguagem. A primeira expressão seria uma sentença polida, da escrita revisada, enquanto que esta última demonstra a naturalidade da linguagem, devido ao uso de uma palavra “grosseira”, típica da linguagem falada. Nas lições a seguir se vê a correção sobreposta nas duas situações na versão QNSS-BNP.

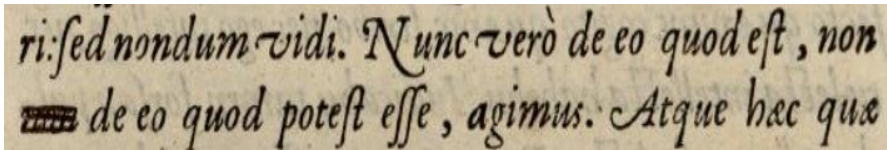
Figura 71– in opere



ri: sed nondum vidi. Nunc verò de eo quod est, non  
non de eo quod potest esse, agimus. Atque hæc quæ

Fonte: QNSS-BNE, p. 53.

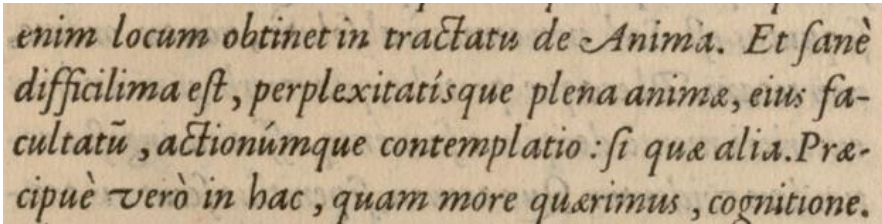
Figura 72– in opere



ri: sed nondum vidi. Nunc verò de eo quod est, non  
~~non~~ de eo quod potest esse, agimus. Atque hæc quæ

Fonte: QNSS-BNP, p. 53.

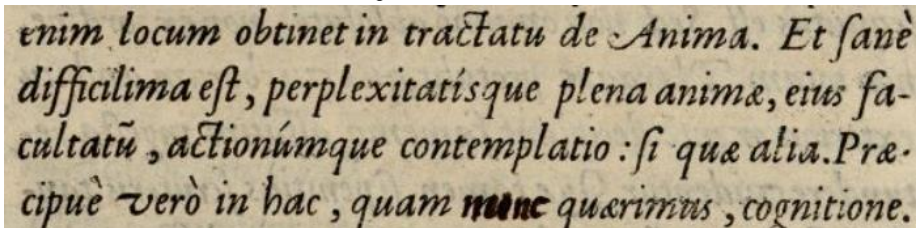
Figura 73 – in opere



enim locum obtinet in tractatu de Anima. Et sanè  
difficilima est, perplexitatisque plena animæ, eius fa-  
cultatū, actionūque contemplatio: si quæ alia. Præ-  
cipuè verò in hac, quam mōre quærimus, cognitione.

Fonte: QNSS-BNE, p. 53.

Figura 74 – in opere



enim locum obtinet in tractatu de Anima. Et sanè  
difficilima est, perplexitatisque plena animæ, eius fa-  
cultatū, actionūque contemplatio: si quæ alia. Præ-  
cipuè verò in hac, quam ~~mōre~~ quærimus, cognitione.

Fonte: QNSS-BNP, p. 53.

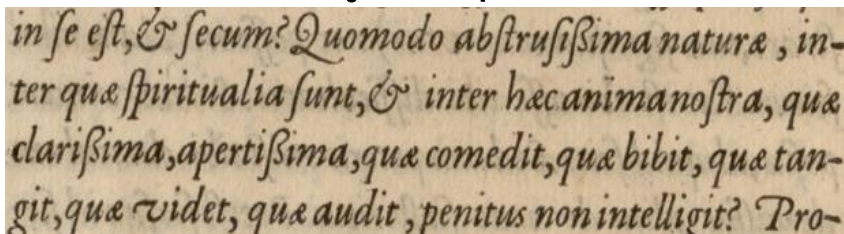
### XXX. 54. 9. nostra, qui.

No fólho 54, linha 09, antes do superlativo *clarissima* a forma deve ser grafada *qui* com **-i** e não *quæ* com **-æ**.

Tanto as formas *qui* quanto *quæ* são pronomes relativos e traduzem-se por “o qual / quem, a qual / quem, que”, sendo *qui* masculino singular e plural (nominativos) e *quæ* feminino singular e plural (em nominativo), ou neutro plural (nominativo e ablativo) (GARCIA, 2008, p. 89). Outra interpretação nos leva a aceitar essas duas formas como pronomes indefinidos adjetivos traduzidos por “algum, alguma, um, uma” (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 108).

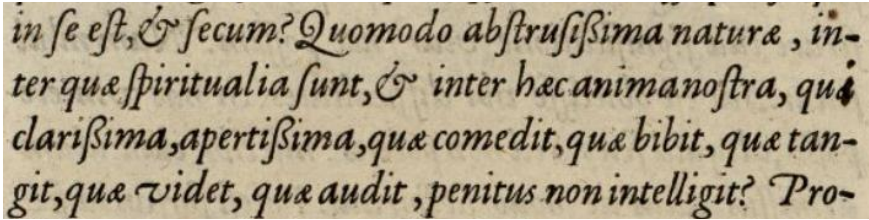
Todavia, devemos ressaltar que a concordância *qui/quæ*, nesse contexto, se faz com a palavra feminina *anima*, que vem de *anima*, *-ae* “1. sopro, ar, aragem [...] 2. respiração [...] 3. vida [...] 4. alma dos mortos” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 62). Assim sendo, na sentença “& inter hæc anima nostra, *quiæ* clarissima [...]” significa “E entre esta nossa alma [vida], a qual é claríssima [...] (tradução nossa)”. Acreditamos que deveria permanecer *quæ*, já que *anima* também é feminina e todo o restante do período vemos *quæ* e não *qui*. É um caso de hipercorreção equivocada por parte da errata.

Figura 75 – in opere



Fonte: QNSS-BNE, p. 54.

Figura 76– in opere



*in se est, & secum? Quomodo abstrusissima natura, inter quæ spiritualia sunt, & inter hæc anima nostra, quæ clarissima, apertissima, quæ comedit, quæ bibit, quæ tangit, quæ videt, quæ audit, penitus non intelligit? Pro-*

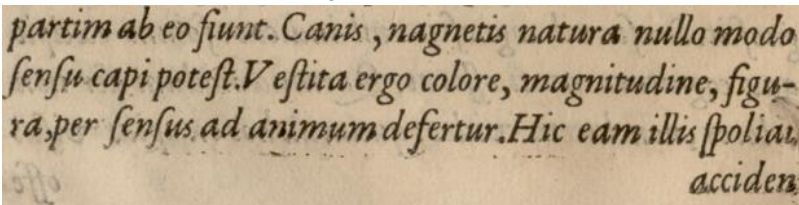
Fonte: QNSS-BNP, p. 54.

XXXI. 56. 28. magnetis natura.

No fólíio 56, linha 28, a expressão é *magnetis* (grafado com *m-*) *natura* e não *nagneris* (grafado com *n-*) *natura*.

*Magnetis* vem do adjetivo *magnes*, *-etis* “magnésia, íman, magente (mineral)” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 408). A palavra encontra-se no caso genitivo, ou seja, exerce a função de ajunto adnominal restritivo. E *natura* vem substantivo *natura*, *-æ* “1. acção de fazer nascer, nascimento [...] 2. disposição natural [...] 3. hábitos, qualidade, propriedade, espécie [...] 4. estado natural, natureza [...] 5. leis da natureza” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 441). E está no caso nominativo. Então, “*magnetisnatura*” traduz-se por “a propriedade do íman [magente]”.

Figura 77– in opere

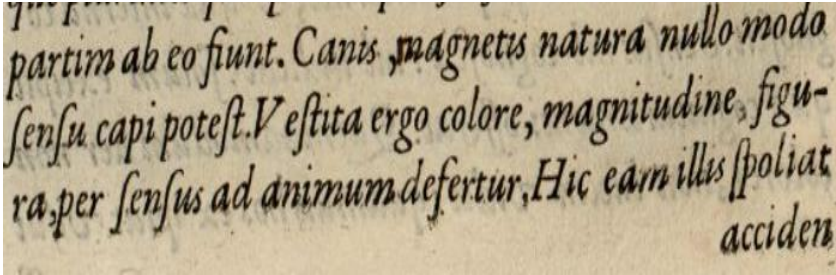


*partim ab eo fiunt. Canis, nagnetis natura nullo modo sensu capi potest. Vestita ergo colore, magnitudine, figura, per sensus ad animum defertur. Hic eam illis spolia acciden*

Fonte: QNSS-BNE, p. 56.



Figura 78– in opere



Fonte: QNSS-BNP, p. 56.

XXXII. 58. 8. pro his lege, de internis, & 14. &, ante col-  
lig. delend. & 23. coniectura.

Nesta nota, em especial, temos três indicações: na primeira, linha 08, a forma *his* deve ser trocada por *de internis*. *His* é a forma feminina em dativo e ablativo plural de um pronome demonstrativo que vem de *his, haec, hoc* “este; esta; isto” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 196). E nada tem a ver com *internis* que vem do adjetivo triforme de primeira classe *internus, -a, -um* “interno; interior; doméstico; nacional; civil” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 243).

Na linha, a conjunção & deve ser suprimida.

Na linha 23, a grafia deve ser *coniectura* e não *coniectatio*. *Coniectura* vem do substantivo feminino *coniectura / conjectura, -ae* “conjectura; suspeição; juízo” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 93). Já *coniectatio* vem do substantivo feminino *coniectatio, -onis* (“1. ação de conjecturar, de presumir, conjectura, presunção, ideia; 2. previsão” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 169). Não vimos uma razão expressa para que houvesse tal substituição, já que os dois vocábulos têm

sentidos muito próximos. Tanto é, que esta palavra não foi sinalizada nas duas versões.

**Figura 79– in opere**

*nere queat. Et id tantum. Contra autem certitudine vincitur cognitio, quæ de externis per sensus habetur, ab ea, quæ his, quæ aut in nobis sunt, aut à nobis fiunt, trahitur. Certior enim sum, me & appetitum habere, & voluntatem: & nunc hoc cogitare, modò illud fugere, detestari, quàm templum, aut Socratem videre. Dixi, de his quæ in nobis aut sunt, aut fiunt, nos esse certos quod in re sint. Nam de his, quæ discursu, & ratiocinatione de rebus iudicando opinamur, & colligimus quòd ita in re sint, ut nos iudicamus, incertissimum est. Certiusque multò mihi est, chartam hanc, cui inscribo, & esse, & albam esse, quàm eandem ex quatuor elementis compositam: & hac in ea actu esse: & formam aliam ab illis eam habere. Denique, si ea quæ in nobis sunt, aut à nobis fiunt, demas: certissima omnium cognitio est, quæ per sensus fit: incertissima omnium, quæ per discursus. Nam hæc non verè cognitio est: sed palpatio, dubitatio, opinatio, coniectatio. Ex quo illud rursus emergit, scientia nõ*

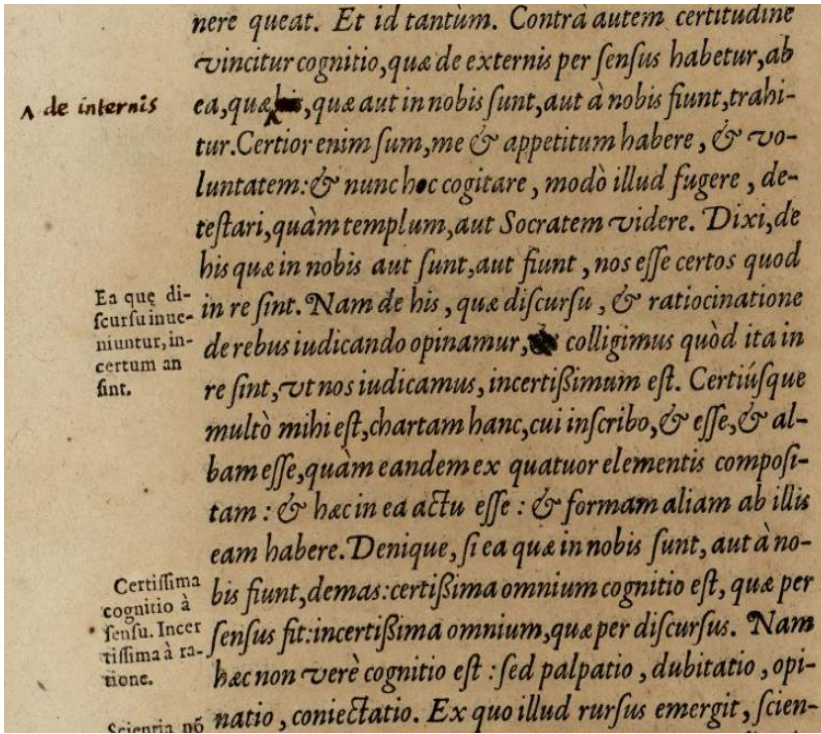
Ea quæ discursu inveniuntur, incertum an sint.

Certissima cognitio à sensu. Incertissima à ratione.

Scientia nõ

**Fonte: QNSS-BNE, p. 58.**

Figura 80– in opere



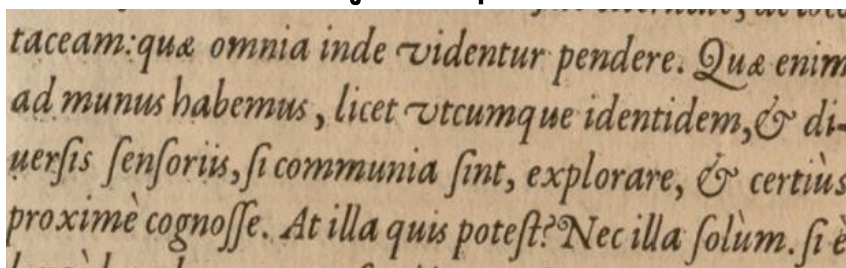
Fonte: QNSS-BNP, p. 58.

XXXIII. 62. 7. manus. & 24. proprius.

No fólio 62, linha 07, a forma deve ser *manus* e não *munus*. *Manus* vem do substantivo feminino *manus*, -us “mão” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 281). Enquanto que *munus* vem do substantivo neutro *munus*, -eris e significa “dever; obrigação; cargo; emprego; posto; serviço; trabalho; carga; favor; graça; obséquio; prova de amizade; dom [...]”. Essas acepções são, portanto, significados muitos adversos que mudariam totalmente o contexto. Tanto *manus* quanto *munus* não foram sinalizadas nas versões da obra.

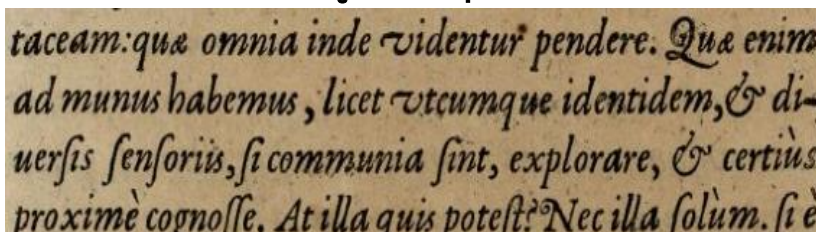
Na linha 24, há um erro que modifica o caso e consequentemente a função da forma, onde tem *proprior* deveria ser *proprius*. *Proprius* vem do adjetivo triforme *proprius*, *-a*, *-um* “próprio; exclusivo [...] individual; pessoal; característico; essencial; especial” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 384). Por outro lado, *proprior* é superlativo analítico do adjetivo *proprius* e se traduziria por “o mais exclusivo” ou “o mais pessoal”, por exemplo. *Proprius* foi parcialmente sinalizada na versão QNSS-BNP.

**Figura 81– in opere**



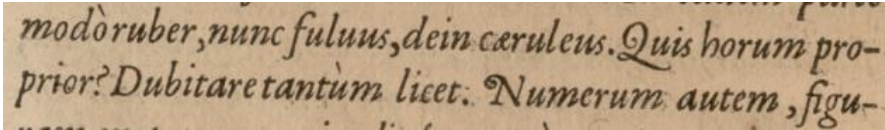
**Fonte: QNSS-BNE, p. 62.**

**Figura 82– in opere**



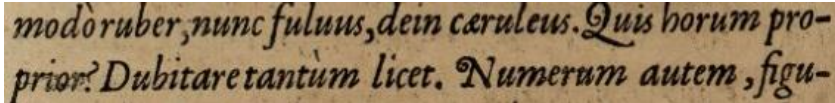
**Fonte: QNSS-BNP, p. 62.**

**Figura 83 – in opere**



**Fonte: QNSS-BNE, p. 62.**

**Figura 84 – in opere**



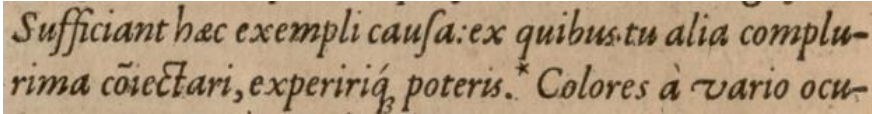
**Fonte: QNSS-BNP, p. 62.**

#### XXXIV. 64. 25. coniectare.

No fólio 64, linha 25, a grafia deve ser *coniectare* e não *cõiectari*. Esta palavra não foi sinalizada em nenhuma versão. *Coniectare* é o infinitivo do verbo *conjecto* / *conjecto* (*iacto*), -as, -are, -avi, -atum e significa “arremessar; lançar juntamente; trazer juntamente; conjecturar; suspeita; explicar; interpretar por conjecturas; adivinhar” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 92).

Há, nessa amostra, uma visível preocupação por parte da errata em evitar a nasalidade representada na escrita por parte do signo-*õ-*, em *-on-*. Nos muitos casos onde a supressão ocorre, geralmente, é uma posição em que o signo substitui a nasalidade final, como em *terrã* (*terram*) ou *caelũ* (*caelum*). Mas em *cõiectari*/*coniectare*, o *-n-* é consonantal e não desinencial, portanto, não poderia ser suprimido, talvez já o fosse na pronúncia. Não houve na versão QNSS-BNP qualquer indicação de mudança.

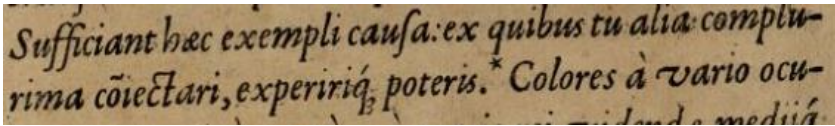
**Figura 85 – in opere**



Sufficiant hæc exempli causa: ex quibus tu alia complurima cõiectari, expeririq̃ poteris. \* Colores à vario ocu-

Fonte: QNSS-BNE, p. 64.

**Figura 86 – in opere**



Sufficiant hæc exempli causa: ex quibus tu alia complurima cõiectari, expeririq̃ poteris. \* Colores à vario ocu-

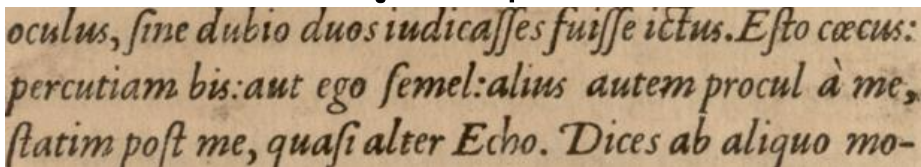
Fonte: QNSS-BNP, p. 64.

XXXV. 65. 12. altera.

No fólíio 65, linha 12, a grafia deve ser *altera* (com *-a* final) e não *alter*. Há aqui uma mudança de gênero, tendo em vista que *altera* vem do pronome indefinido *alter*, *-era*, *-erum* “um (de dois), o outro (de dois); o segundo” (SILVA, MONTAGNER, 2012, p. 32).

*Alter* é a forma masculina, *altera* é a feminina e *alterum* a neutra, portanto, no contexto em que aparece, deveria ser *altera* por concordar com *echo*, uma palavra feminina que vem de *echo*, *-us* “eco (som repercutido)” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 137). Esta palavra não foi sinalizada em nenhuma versão.

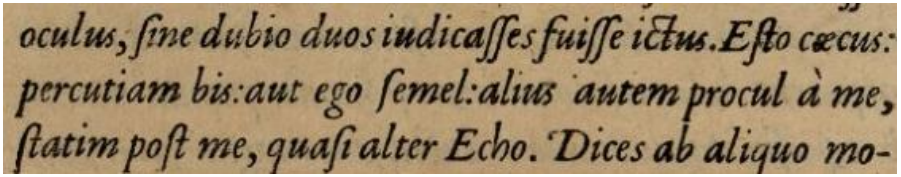
**Figura 87 – in opere**



oculus, sine dubio duos iudicasses fuisse ictus. Esto cæcus: percutiam bis: aut ego semel: alius autem procul à me, statim post me, quasi alter Echo. Dices ab aliquo mo-

Fonte: QNSS-BNE, p. 65.

**Figura 88– in opere**



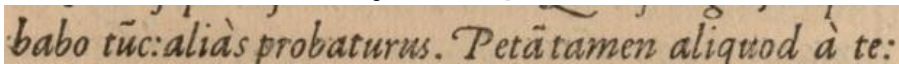
*oculus, sine dubio duos indicasses fuisse ictus. Esto cæcus:  
percutiam bis: aut ego semel: alius autem procul à me,  
statim post me, quasi alter Echo. Dices ab aliquo mo-*

**Fonte: QNSS-BNP, p. 65.**

**XXXVI. 69. 23. nunc.**

Em relação a esta nota, no fólio 69, linha 23, não foi localizado o advérbio *nunc* “agora” ou qualquer outra forma que deva ocupar seu lugar nessa linha indicada. Isso ocorre nas duas versões. Todavia, pelo que se pode extrair da lição, há uma forma similar: *tūc* “então”, que poderia ser estar no lugar de *nūc* (teríamos nesse caso, uma espécie de par-mínimo *tūc* / *nūc*). Na sentença, “*dabo nunc*” significaria “darei agora”, enquanto que “*dabo tūc*” significaria “darei então”.

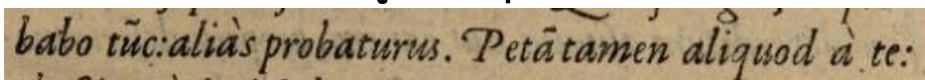
**Figura 89 – in opere**



*babo tūc: aliàs probaturus. Petā tamen aliquod à te:*

**Fonte: QNSS-BNE, p. 69.**

**Figura90 – in opere**



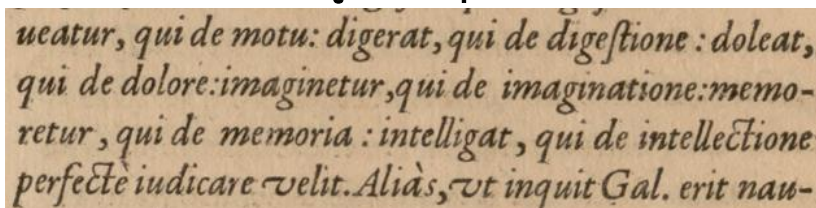
*babo tūc: aliàs probaturus. Petā tamen aliquod à te:*

**Fonte: QNSS-BNP, p. 69.**

### XXXVII. 70. 15 memoret.

No fólho 70, linha 15, na palavra destacada na errata, temos uma troca de forma e de função. Enquanto *memoriavem* do substantivo feminino *memoria*, -ae “memória; lembrança; recordação; reminiscência [...]” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 285), a nota sugere que seja posto *memoret*, forma verbal indicativa da 3ª pessoa do singular, originária do verbomemoro, -as, -are, -avi, -atum “lembrar; recordar; comemorar; falar; fazer menção (de)” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 285). Nas duas versões não houve qualquer tipo de sinalização.

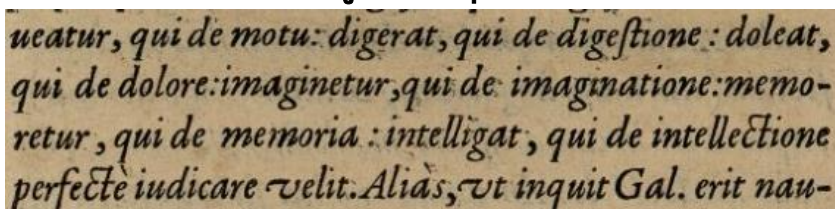
**Figura 91– in opere**



ueatur, qui de motu: digerat, qui de digestionē: doleat,  
qui de dolore: imaginetur, qui de imaginatione: memo-  
retur, qui de memoria: intelligat, qui de intellectu  
perfecte iudicare velit. Aliàs, ut inquit Gal. erit nau-

**Fonte:** QNSS-BNE, p. 70.

**Figura 92– in opere**



ueatur, qui de motu: digerat, qui de digestionē: doleat,  
qui de dolore: imaginetur, qui de imaginatione: memo-  
retur, qui de memoria: intelligat, qui de intellectu  
perfecte iudicare velit. Aliàs, ut inquit Gal. erit nau-

**Fonte:** QNSS-BNP, p. 70.



### XXXVIII. 73. 10. *animum prosternit.* & 11. *fides spe.*

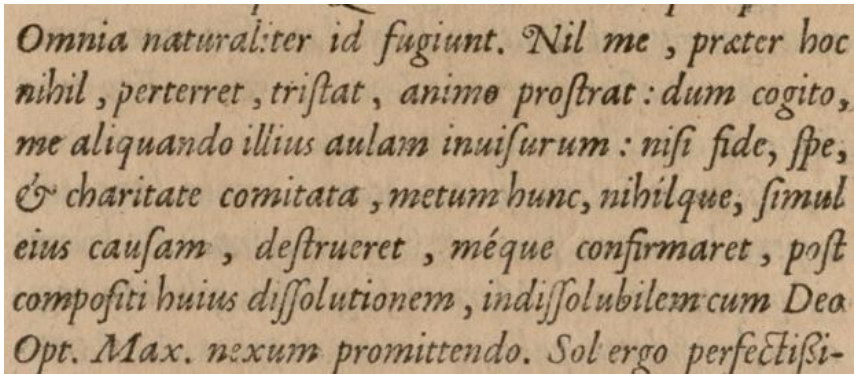
No fólíio 73, há duas indicações de mudança: na primeira, na linha 10, no lugar onde está escrita a expressão *animo prostrat* deveria ser *animum prosternit*.

*Animum* vem do substantivo masculino *animus*, -i “1. alma, espírito, coração; 2. pensamento, memória; 3. consciência; 4. juízo; caráter, desejo; 5. condição, natureza” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 36). A forma *animum* está em acusativo, ou seja, objeto direto, já *animo* estaria em dativo (ou seja, seria um objeto indireto).

A forma verbal *prosternit* vem de *prosterno*, -as, -are, -stravi, -stratum “fazer cair; derrubar; [...] arrasar; destroçar; destruir; prostituir” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 385). Por outro lado, a palavra \**postrat* empregada no contexto tem certa similaridade formal com “prostrar”, o que poderia indicar um uso informal da palavra. O trecho “*animum prosternit*” poderia ser traduzida por “faz cair o espírito” ou “arrasa o espírito”.

Na segunda nota, onde está escrito *fide, spe*, deveria ser *fidesspe* (sem a vírgula entre as palavras e *fides* com -s). *Fides* (que está em nominativo) é atestada em dicionários da seguinte maneira: *fides*, -ei “fé; confiança” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 172). *Spe* (que está em ablativo) vem de *spes*, -ei “esperança; expectativa; perspectiva; temor” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 448). Não houve qualquer tipo de sinalização.

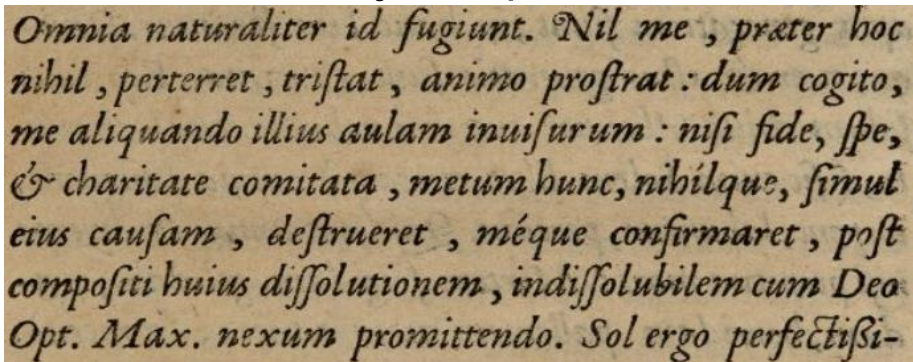
**Figura93 – in opere**



*Omnia naturaliter id fugiunt. Nil me , præter hoc nihil , perterret , tristat , animo prostrat : dum cogito , me aliquando illius aulam inuisurum : nisi fide , spe , & charitate comitata , metum hunc , nihilque , simul eius causam , destrueret , méque confirmaret , post compositi huius dissolutionem , indissolubilem cum Deo Opt. Max. nexum promittendo. Sol ergo perfectissi-*

**Fonte: QNSS-BNE, p. 73.**

**Figura 94 – in opere**



*Omnia naturaliter id fugiunt. Nil me , præter hoc nihil , perterret , tristat , animo prostrat : dum cogito , me aliquando illius aulam inuisurum : nisi fide , spe , & charitate comitata , metum hunc , nihilque , simul eius causam , destrueret , méque confirmaret , post compositi huius dissolutionem , indissolubilem cum Deo Opt. Max. nexum promittendo. Sol ergo perfectissi-*

**Fonte: QNSS-BNP, p. 73.**

**XXXIX. 75. 10. -porenon pen.**

No fólíio 75, linha 10, onde há a sentença “*cor-pore non non pendet intellectio*” deveria constar “*cor-pore non pendet intellectio*” com apenas um advérbio de negação “non” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 308). Nas duas versões não houve qualquer tipo de sinalização.

Figura 95– in opere

Fonte: QNSS-BNE, p. 75.

Figura 96– in opere

Fonte: QNSS-BNP, p. 75.

XL. 76. 26 tutemet. & 27. delicatè.

No fólío 76, linhas 26 e 27, as grafias devem ser *tutemet*, ao invés de *detumet* e *delicatè*, ao invés de *deliciosè*, respectivamente.

*Tutemet* vem do pronome pessoal da 2ª pessoa do singular *tu, tui, tibi* ou *ti, te* “tu, te, ti {1. pode ser reforçado com **te** ou **temet**: **tute, tutemet**; 2. → vos}” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 681), ou seja, *tutemet* é um reforço estilístico utilizado juntamente com o pronome oblíquo “te”. Enquanto *tumet* é a forma simples que se traduz por “tu” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 681), sem o uso do pronome oblíquo.

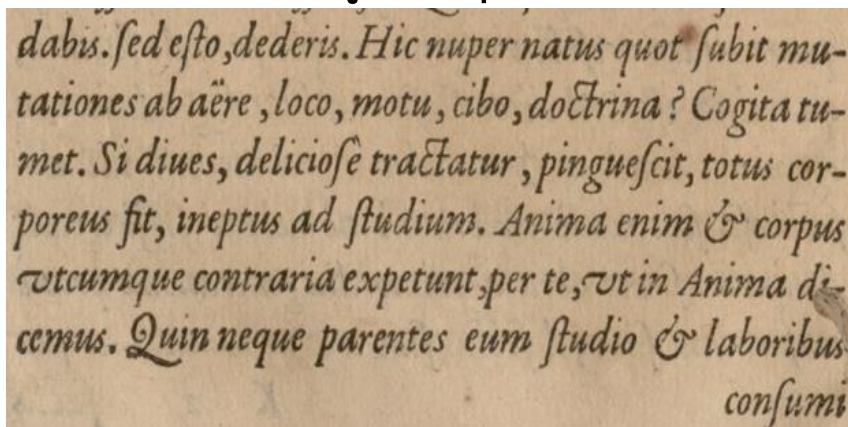
*Delicate* é um advérbio traduzido por “1. delicadamente; com delicadeza; 2. voluptuosamente; efeminadamente; docemente; com doçura; 3. molemente; vagarosamente (DICIONÁRIO

RIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 211). Este advérbio é formado a partir do adjetivo triforme *delicatus*, -a, -um “delicado; fino; encantador; suntuoso; manso; melindroso; afeminado; elegante” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 116).

Por outro lado, *deliciose* é um advérbio traduzido por “com delícias” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 211), ou “deliciosamente” em uma tradução moderna. Este advérbio é formado de outro adjetivo igualmente triforme: *deliciosus*, -a, -um “delicioso; voluptuoso” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 211).

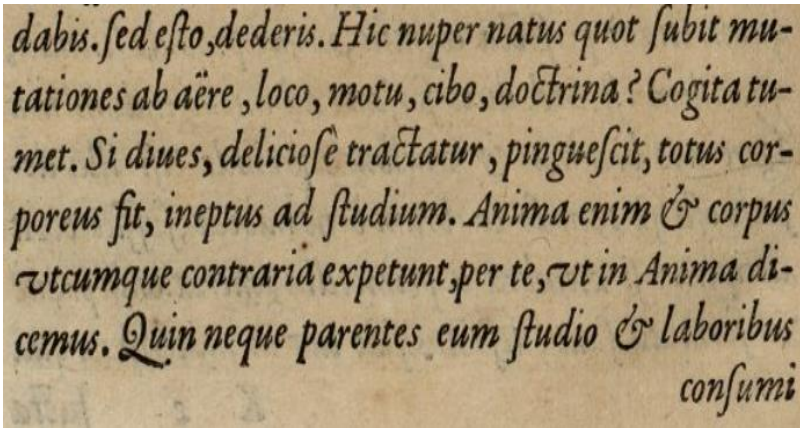
Mais uma vez, percebemos que houve uma indicação na errata para a troca de palavras, aparentemente sinônimas, mas que acabam por terem usos diversos. Dizer “*delicate tractatur*” “foi tratado delicadamente” tem um sentido menos pejorativo do que “*deliciose tractatur*” “foi tratado deliciosamente”. A segunda sentença soaria “grosseira” e até de mau gosto. Nas duas versões não houve qualquer tipo de sinalização.

**Figura 97 – in opere**



**Fonte: QNSS-BNE, p. 76.**

Figura 98 – in opere



Fonte: QNSS-BNP, p. 76.

#### XLI. 77. 18. plurimi.

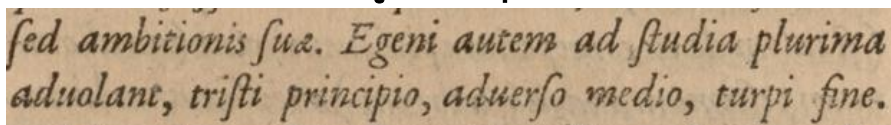
No fôlio 77, linha 18, a grafia deve ser *plurimi*, com **-i** e não *plurima*, com **-a**. Nas duas versões não houve qualquer tipo de sinalização.

Tanto *plurimi* quanto *plurima* vem do adjetivo triforme *plurimus*, **-a**, **-um** “em muito grande número; muito espaçoso; frequente; assíduo; que abundância em” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 359). Este adjetivo é o superlativo do adjetivo triforme *multus*, **-a**, **-um** “muito” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 297).

O uso de *plurimi*, nesse contexto, se dá em virtude da concordância (em gênero, número e caso) que faz com *egeni*, adjetivo que vem de *egenus*, **-a**, **-um** “que tem falta; pobre; necessitado (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 140), então, a sentença “*Egeni autem ad studia plurimi aduolant*” se traduz por “Os

necessitados, porém, fogem em muito grande número aos esforços”.

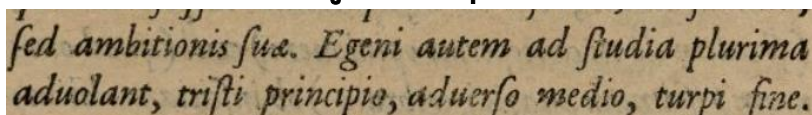
**Figura 99– in opere**



fed ambitionis sua. Egeni autem ad studia plurima aduolant, tristi principio, aduerso medio, turpi fine.

Fonte: QNSS-BNE, p. 77.

**Figura 100– in opere**



fed ambitionis sua. Egeni autem ad studia plurima aduolant, tristi principio, aduerso medio, turpi fine.

Fonte: QNSS-BNP, p. 77.

## XLII. 78. 24. vix vnquam.

No fólio 78, linha 24, a expressão deve ser grafada *vix vnquam* e não *vinum vnquam*.

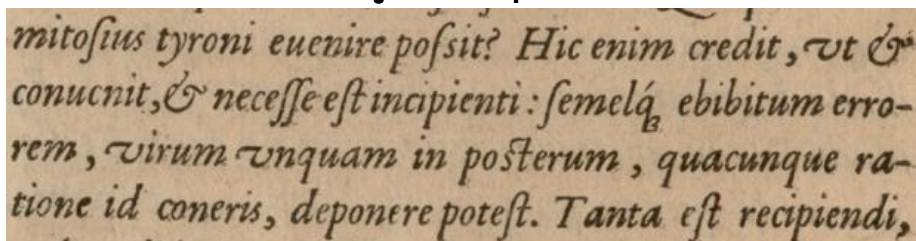
Em primeiro lugar, *vix* é um advérbio que significa “1. com custo, com dificuldade, dificilmente, mal [...]; 2. (em correlação com **cum**) apenas vem [...]” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 711).

Em segundo lugar, *vinum* só poderia vir do substantivo neutro *vinum*, -i “vinho” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 708).

Por último, *vnquam* (geralmente grafado *unquam*) é um advérbio traduzido por “um dia; algum dia; alguma vez; em algum momento” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 689).

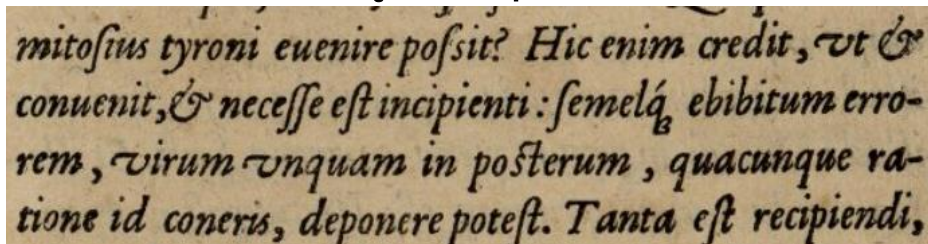
O trecho que nos interessa é: “[...] *vix vnquam in posterum, quacumque ratione id coneris deponere potest*”, que se traduz por “dificilmente, algum dia no futuro, [ele] pode abandonar isto pela razão de qualquer maneira” (tradução nossa). O termo \*coneris é obscuro para nós, não detectamos uma tradução nos dicionários de que dispomos.

**Figura 101– in opere**



**Fonte: QNSS-BNE, p. 78.**

**Figura 102– in opere**



**Fonte: QNSS-BNP, p. 78.**

### **XLIII. 79. 25. epitomásque.**

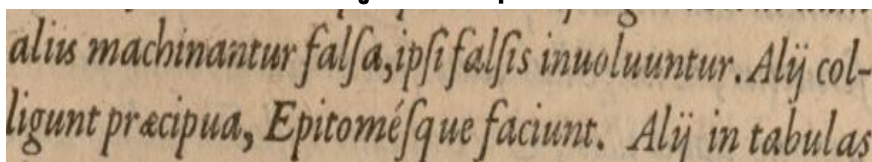
No fólio 79, linha 25, a grafia é *epitomásque* e não *Epitomésque*. Um dos exemplares de dicionários de que temos estabelece o seguinte registro dessa palavra: *epitome, -es*, um vocábulo feminino de língua grega que se traduz por “resumo; epitome; extracto” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 256). E

*epitoma*, -ae é a mesma palavra, só que na forma latinizada, igualmente feminina e com mesmas acepções.

Por estar grafada *epitomás(-que)*, com desinência -as, significa que está em acusativo, portanto, desempenha a função de objeto direto plural. É interessante notar que a preocupação nessa nota não é com o caso (se fosse posto incorretamente), mas com a origem da palavra, pois mesmo significando a mesma coisa, optou-se por uma forma latina, não grega. Apesar de ser posto um diacrítico sobre a sílaba -más- que sequer existia na latina.

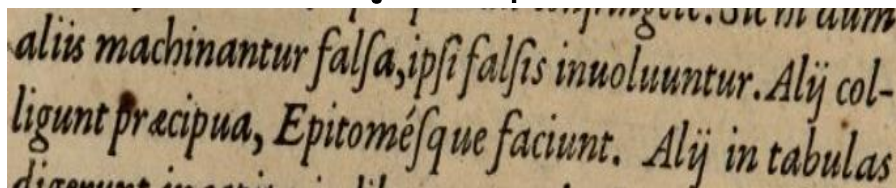
A partícula -que é uma conjunção copulativa enclítica, ou seja, justaposta ao substantivo subsequente, traduz-se, geralmente, pela conjunção aditiva “e” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 563), então, “*epitomásque*” traduz-se por “e os resumos (tradução nossa)”. Nas duas versões não houve qualquer tipo de sinalização.

**Figura 103— in opere**



**Fonte: QNSS-BNE, p. 79.**

**Figura 104— in opere**



**Fonte: QNSS-BNP, p. 79.**

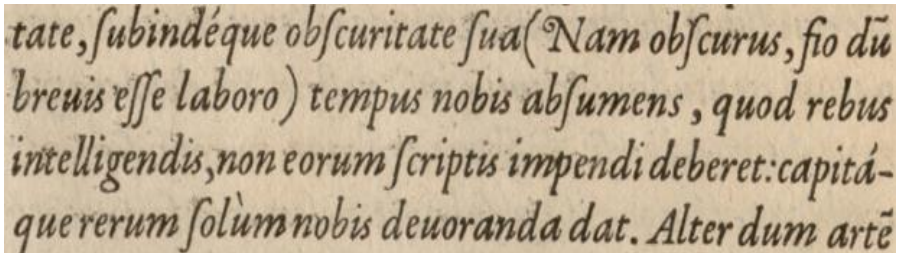


#### XLIV. 82. 26. non eius.

No fólho 82, linha 26, a expressão deve ser *non eius* e não *non eorum*. *Eius* e *eorum* são formas originárias do pronome anafórico *is, ea, id*, geralmente, traduzidos por: “este; isto; aquele; aquilo; o; a; os; as; ele; ela; aquele” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 251).

*Eius* é a forma do caso genitivo singular para masculino, feminino e neutro, enquanto que *eorum* é uma forma apenas paramasculino e neutro (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 106). Assim, “*non eius scriptis*” significa “não daqueles escritos”. Nas duas versões não houve qualquer tipo de sinalização.

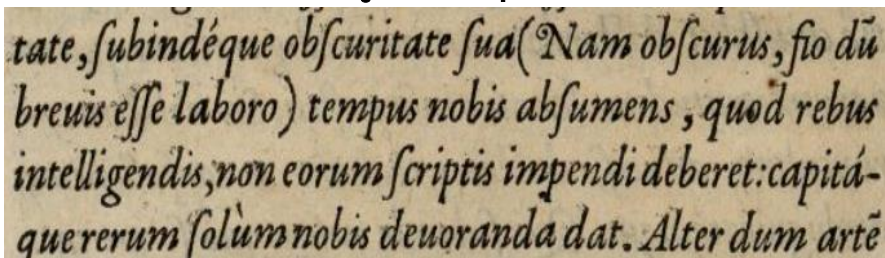
**Figura 105— in opere**



tate, subindé que obscuritate sua (Nam obscurus, fio dū brevis esse laboro) tempus nobis absumens, quod rebus intelligendis, non eorum scriptis impendi deberet: capitá- que rerum solūm nobis deuoranda dat. Alter dum artē

**Fonte:** QNSS-BNE, p. 82.

**Figura 106— in opere**



tate, subindé que obscuritate sua (Nam obscurus, fio dū brevis esse laboro) tempus nobis absumens, quod rebus intelligendis, non eorum scriptis impendi deberet: capitá- que rerum solūm nobis deuoranda dat. Alter dum artē

**Fonte:** QNSS-BNP, p. 82.

## XLV. 83. 2. illos.

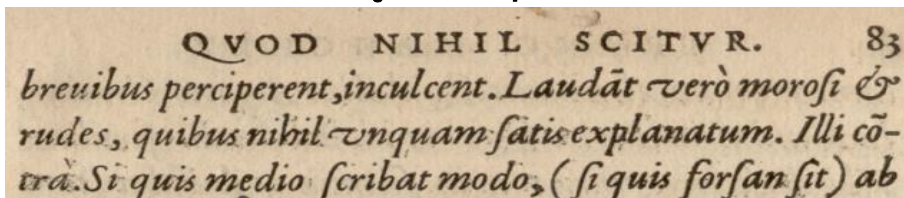
No fólho 83, linha 02, a grafia é *illos*, com **-os**, não *illi*, com **-i**. Tanto *illos* quanto *illi* vem do pronome demonstrativo *ille*, *illa*, *illud* “aquele; aquela; aquilo” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 203) ou por “ela; ela; o” (GARCIA, 2008, p. 65), dependendo do contexto.

*Illos* é a forma em acusativo plural masculina; *illi* pode ser tanto as formas em dativo para o masculino, feminino e neutro quanto também pode ser a forma do nominativo plural masculina. Isto é, são formas com funções completamente distintas.

No contexto em que aparece *illos*, devido a preposição que rege acusativo *cōtra* (na maioria das vezes grafado *contra*, sem a síncope do **-n-**) ter sido utilizada, a sentença “*Illoscōtrā*” traduz-se por “Contra eles”.

Vale destacar que diferentemente de outra amostra já mencionada<sup>44</sup>, a nasalidade em *cōtra* não foi destacada na errata. A razão para isso é que em *cōtra* o **-n-** não tem valor consonantal, por isso a sua síncope não afeta a pronúncia. Isto nos indica que a escrita dele é representativa da fala. Todavia, nas duas versões não houve qualquer tipo de sinalização.

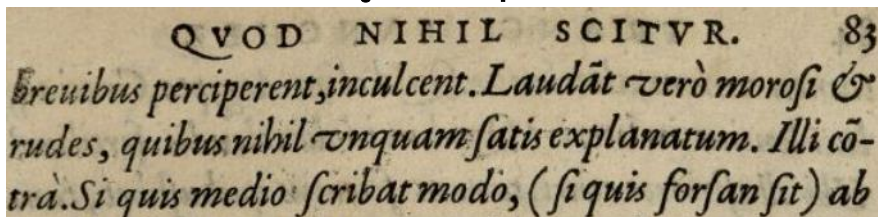
**Figura 107– in opere**



**Fonte: QNSS-BNE, p. 83.**

<sup>44</sup> Ver o exemplo: *cōiectari* > *coniectare*, no Item XXXIV, neste capítulo.

Figura 108— in opere



Fonte: QNSS-BNP, p. 83.

#### XLVI. 85. 11. *animum.* & 28. *studui.*

No fólio 85, há duas indicações de modificações: na primeira, linha 11, a palavra é *animum* e não *animo*; na segunda, linha 28, a forma é *studui* (grafado com *-ui*) e não *studij* (grafado com *-j*).

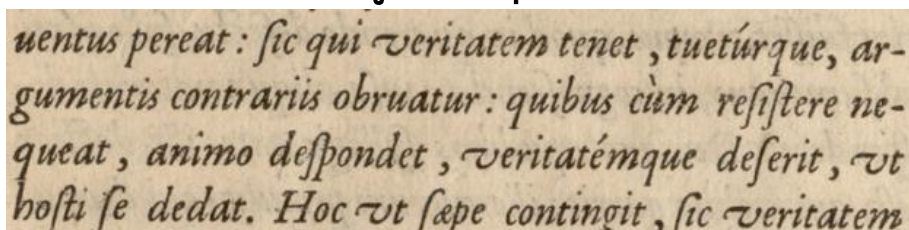
Como já se viu antes, forma *animum*<sup>45</sup> está em acusativo (com função de objeto direto), já *animo* estaria em dativo (com valor de objeto indireto). Isto, são formas e funções diferentes. A sentença em que a forma *animum* aparece é “*animum despondet*”, que se traduz por “a consciência perde” ou “o espírito abandona”.

*Studui* vem do verbo *studeo*, *-es*, *-ere*, *-dui*, *-*, “aplicar-se a; empenhar-se; procurar com afã conseguir algo; dedicar-se com entusiasmo” (SILVA; MONTAGER, 2012, p. 455) ou vulgarmente traduzido por “estudar”. É a primeira pessoa do singular do perfeito do indicativo. A sentença em que a forma *studui* aparece é “*quia non studui ut tu*”, ou seja, “porque eu não me dedicava com entusiasmo como tu” (tradução nossa). Nas duas versões não houve sinalização desses vocábulos.

<sup>45</sup>Ver o exemplo: *animum*, no Item XXXVIII, neste capítulo.

Vale destacar, ainda, que a forma *studij* presente na lição do texto, nos chama a atenção pelo uso do -ÿ, um signode origem românica, talvez originário da língua grega. É mais um indício da presença de elementos de línguas românicas reveladas pelo texto. Mas esse fato sequer foi apontado na errata.

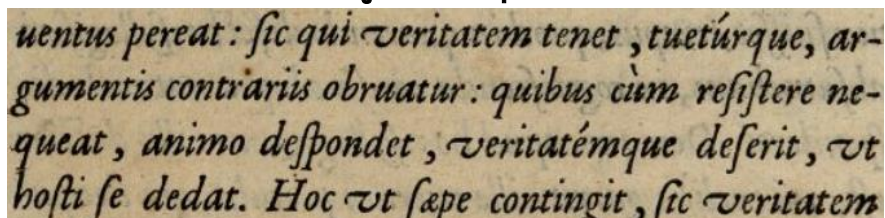
**Figura 109– in opere**



*uentus pereat : sic qui Veritatem tenet , tuetúrque , ar-  
gumentis contrariis obruatur : quibus cum resistere ne-  
queat , animo despondet , Veritatémque deserit , ut  
hosti se dedat . Hoc ut saepe contingit , sic Veritatem*

**Fonte: QNSS-BNE, p. 85.**

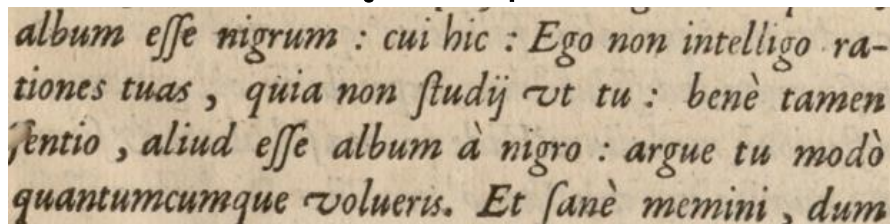
**Figura 110– in opere**



*uentus pereat : sic qui Veritatem tenet , tuetúrque , ar-  
gumentis contrariis obruatur : quibus cum resistere ne-  
queat , animo despondet , Veritatémque deserit , ut  
hosti se dedat . Hoc ut saepe contingit , sic Veritatem*

**Fonte: QNSS-BNP, p. 85.**

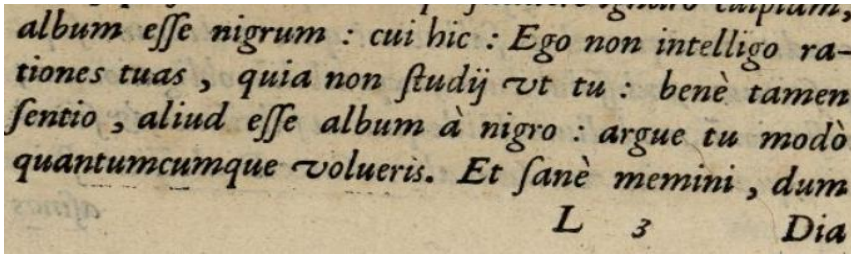
**Figura 111 – in opere**



*album esse nigrum : cui hic : Ego non intelligo ra-  
tiones tuas , quia non studij ut tu : benè tamen  
sentio , aliud esse album à nigro : argue tu modo  
quantumcumque volueris . Et sanè memini , dum*

**Fonte: QNSS-BNE, p. 85.**

Figura 112 – in opere



Fonte: QNSS-BNP, p. 85.

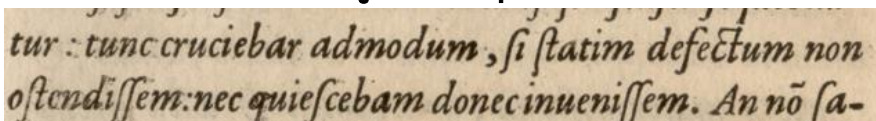
XLVII. 86. 7. *cruciabar*.

No fólíio 86, linha 07, a forma deve ser *cruciabar* (grafado com *-abar*), não *cruciebar* (grafado com *-ebar*).

*Cruciabar* vem do verbo *crucio*, *-as, -are, -avi, -atum* “pôr na cruz; pregar na cruz; atormentar; supliciar; torturar” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 105), a grafia deve ser com *-a-* e não *-e-* por se tratar de uma forma verbal de 1ª conjugação. A forma *cruciabar* está na primeira pessoa do pretérito imperfeito do indicativo na voz passiva (GARCIA, 2008, p. 132) sendo, portanto, traduzido por “era atormentado”.

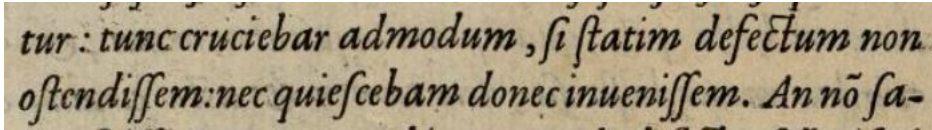
No contexto em que aparece essa forma verbal, “*tunc cruciabar admodum*”, a tradução se ajusta ao enunciado: “então era atormentado até o limite” (tradução nossa). Nas duas versões não houve sinalização dessa alteração.

Figura 113– in opere



Fonte: QNSS-BNE, p. 86.

Figura 114— in opere



Fonte: QNSS-BNP, p. 86.

#### XLVIII. 87. 21. domini. & 22. illaqueant.

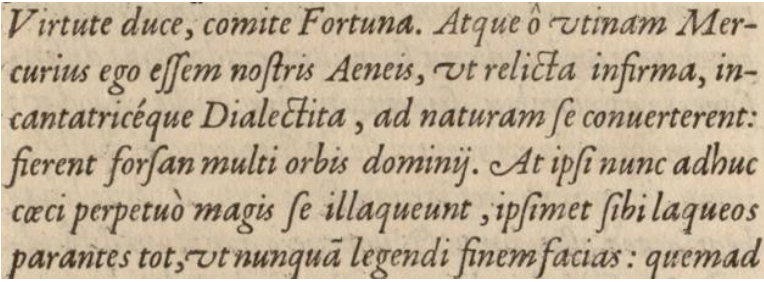
No fólio 87, há duas indicações de alteração: na primeira, linha 21, a forma deve ser *domini* (grafado com *-i*) e não *dominÿ* (grafado com *-ÿ*). *Domini* vem do substantivo masculino *dominus*, *-i*, “senhor; proprietário; chefe; organizador de um festim” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 133). Como exemplo anterior<sup>46</sup>, temos outro caso de influência de língua românica ou grega na escrita dessa palavra, que novamente não foi relatado na errata.

A segunda indicação de alteração, linha 22, a forma deve ser *illaqueant* (grafado com *-ant*), não *illaqueunt* (grafado com *-unt*). *Illaqueant* é uma forma verbal originada de *illaqueo*, *-as*, *-are*, *-avi*, *-atum* que se traduz por: “atar; enredar; envolver; seduzir” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 203). A grafia deve ser *illaqueant* por se tratar de uma forma verbal vinda da 1ª conjugação em *-are*. Esta segunda alteração também não foi sinalizada nas versões de que dispomos.

---

<sup>46</sup> Ver o exemplo: *studÿ* > *studui*, no Item XLVI, neste capítulo.

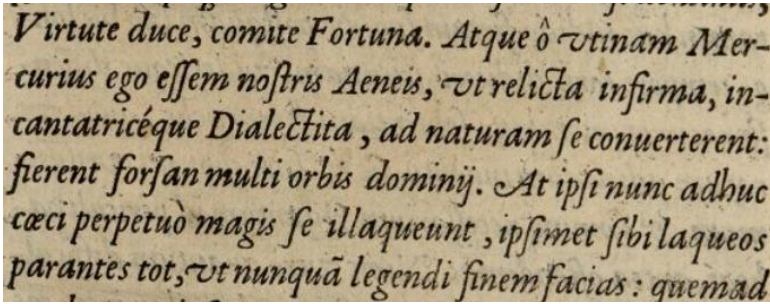
**Figura 115— in opere**



*Virtute duce, comite Fortuna. Atque ô utinam Mercurius ego essem nostris Aeneis, ut relicta infirma, incantatricéque Dialectita, ad naturam se conuerterent: fierent forsan multi orbis dominij. At ipsi nunc adhuc cæci perpetuò magis se illaqueunt, ipsimet sibi laqueos parantes tot, ut nunquã legendi finem facias: quemad*

**Fonte: QNSS-BNE, p. 87.**

**Figura 116— in opere**



*Virtute duce, comite Fortuna. Atque ô utinam Mercurius ego essem nostris Aeneis, ut relicta infirma, incantatricéque Dialectita, ad naturam se conuerterent: fierent forsan multi orbis dominij. At ipsi nunc adhuc cæci perpetuò magis se illaqueunt, ipsimet sibi laqueos parantes tot, ut nunquã legendi finem facias: quemad*

**Fonte: QNSS-BNP, p. 87.**

#### **XLIX. 88. 7. ratione.**

No fólíio 88, linha 07, a palavra deve ser *ratione* e não *rata*. Nas duas versões não houve qualquer tipo de sinalização.

*Ratione* vem do substantivo feminino *ratio*, *-onis* “conta; cálculo; ponto de vista; relação; trato; índice; lista; registro [...] causa; razão; inteligênciã; método; plano” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 400). *Ratione* está no caso ablativo, isto é, desempenha a função de adjunto adverbial/agente da passiva, conforme contexto. Portanto, se traduz por “pela razão”.

Por outro lado, *rata* vem do adjetivo triforme *ratus*, *-a*, *-um* “contado; determinado; seguro” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 400). São, palavras com significados e funções completamente diferentes. Daí a nota da errata sugerir a troca. Todavia, nas duas versões esse ponto não foi destacado.

**Figura 117— in opere**

A snippet of a handwritten Latin manuscript in a cursive script. The text is written on a light-colored background and is framed by a thin black border. The text reads: "Ut tota vita nil scias. Sed dices forsan: quid ergo, visne imperatoris modo quaecunque dixeris rata esse sine rantine, &amp; probatione, quod alienum iudicant omnes? Nec".

**Fonte:** QNSS-BNE, p. 88.

**Figura 118— in opere**

A snippet of a handwritten Latin manuscript in a cursive script, identical to the one in Figure 117. The text is written on a light-colored background and is framed by a thin black border. The text reads: "Ut tota vita nil scias. Sed dices forsan: quid ergo, visne imperatoris modo quaecunque dixeris rata esse sine rantine, &amp; probatione, quod alienum iudicant omnes? Nec".

**Fonte:** QNSS-BNP, p. 88.

**L. 90. 15. nullo.**

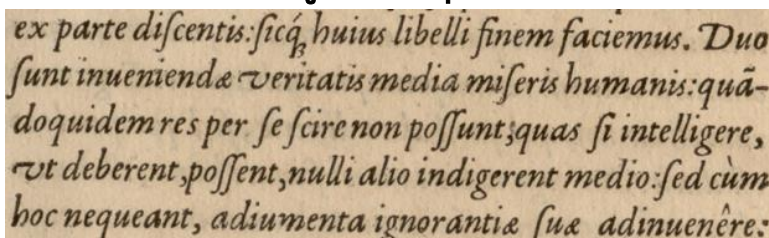
No fólho 90, linha 15, a grafia deve ser *nullo*, com *-o*, não *nulli*, com *-i*. Tanto *nullo* quanto *nulli* vem do adjetivo triforme *nullus*, *-a*, *-um* “nenhum” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 311).

A diferença nos usos consiste em: *nullo* só poderia estar nos casos dativo singular (objeto indireto) ou ablativo singular (adjunto adverbial); enquanto que *nulli* poderia estar nos casos nominativo plural, vocativo plural ou genitivo singular. O caso está sujeito ao uso no contexto em que aparece. A concordância ocorre por causa de *alio* (um pronome indefinido vindo de *alius*, *-a*, *-ud* “outro”, SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 31).



A sentença é: “*Nullo alio indigerent medio*”, ou seja, “[como] nenhum outro têm necessidade do meio (tradução nossa)”. Nas duas versões não houve qualquer tipo de sinalização.

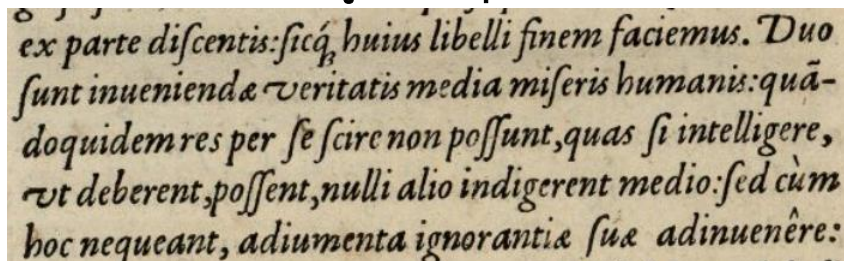
**Figura 119— in opere**



ex parte discentis: sicq̄ huius libelli finem faciemus. Duo sunt inueniendæ veritatis media miseris humanis: quãdo quidem res per se scire non possunt; quas si intelligere, ut deberent, possent, nulli alio indigerent medio: sed cùm hoc nequeant, adiumenta ignorantia suæ adinuenêre:

**Fonte: QNSS-BNE, p. 90.**

**Figura 120— in opere**



ex parte discentis: sicq̄ huius libelli finem faciemus. Duo sunt inueniendæ veritatis media miseris humanis: quãdo quidem res per se scire non possunt, quas si intelligere, ut deberent, possent, nulli alio indigerent medio: sed cùm hoc nequeant, adiumenta ignorantia suæ adinuenêre:

**Fonte: QNSS-BNP, p. 90.**

**LI. 94. 7. his & 16. reprobatque. & 24. scientiarum.**

No fólho 94, há três formas que devem ser observadas: na primeira indicação, linha 07, a grafia deve ser *his* e não *hic*<sup>47</sup>.

Na segunda indicação, linha 16, a grafia deve ser *reprobatque* e não *probátque*. A forma verbal *reprobatque* apresenta o verbo *reprobat* e a conjunção posposta *-que*. A forma verbal *reprobavem* do verbo *reprobo*, *-as*, *-are*, *-*, *-atum* (*re-probo*) “repro-

<sup>47</sup> Ver o exemplo: *hic, hæc, hoc*, nos Itens XII e XXVII, neste capítulo.

var; rejeitar; condenar” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 356). Está flexionada na 3ª pessoa do singular, no tempo verbal pretérito, ou seja, traduz-se por “e reprova / e reprovou” ou “e rejeitava / rejeitou”.

Na terceira, linha 24, a forma deve ser *scientiarum* (grafado com **-arum**) e não *scientiraram* (grafado com **\*-raram**). Como já mencionado anteriormente<sup>48</sup>, esse substantivo pertence a 1ª declinação e, portanto, faz o genitivo plural com a desinência **-arum**, visto que **\*-raram** não existe enquanto desinência conhecida. Traduz-se por “dos conhecimentos/das ciências”. Não houve qualquer tipo de sinalização nas versões de que dispomos.

---

<sup>48</sup> Ver o exemplo: *circascien.* < *circascientiæ*, no Item XIII, neste capítulo.

Figura 121— in opere

omni affectione carere debet. Sed etsi omnibus hic carere demus iuuenem nostrum nunc, & in posterum, (quod vix fieri posse existimo) an propterea aliquid sciet? Minime quidem. Nam & in eo continua mutatio est, quemadmodum & in omnibus aliis rebus. Illa verò præcipua, ætatis scilicet: quum multum differat iuuenis à perfecto viro, hic à sene: & in quoque horum magna sit etiã differentia principij, mediij, finisque. Qui nunc iuuenis hoc iudicat, verumque credit, modicum vir reuocat, probatque: quod idem forsàn cum senex est iterum tenet, & tuetur: aliàs aliter, sibi nunquam constans. Nec ullus est qui si nunc opus aliquod edat, postea palinodiam non recantet, fateaturque, si probus est, se deceptum fuisse cum iuuenis esset. Qui autem hoc nollunt propter ignominiam, etsi videant falsum asseruisse, vel forsàn non videntes, sui amore obfuscati, pertinaciter id defendunt, nihilq; non explorant, ut se ab ignorantia, aut falsitatis nota vindicent, maximo scientiarum incommodo: præcipuè si hi subtiles sint. Nec est aliquis

Fonte: QNSS-BNE, p. 94.

Figura 122— in opere

omni affectione carere debet. Sed etsi omnibus hic carere demus iuuenem nostrum nunc, & in posterum, (quod vix fieri posse existimo) an propterea à aliquid sciet? Minime quidem. Nam & in eo continua mutatio est, quemadmodum & in omnibus aliis rebus. Illa verò præcipua, ætatis scilicet: quum multum differat iuuenis à perfecto viro, hic à sene: & in quoque horum magna sit etiã differentia principij, mediij, finisque. Qui nunc iuuenis hoc iudicat, verumque credit, modicum vir reuocat, probatque: quod idem forsàn cum senex est iterum tenet, & tuetur: aliàs aliter, sibi nunquam constans. Nec ullus est qui si nunc opus aliquod edat, postea palinodiam non recantet, fateaturque, si probus est, se deceptum fuisse cum iuuenis esset. Qui autem hoc nollunt propter ignominiam, etsi videant falsum asseruisse, vel forsàn non videntes, sui amore obfuscati, pertinaciter id defendunt, nihilq; non explorant, ut se ab ignorantia, aut falsitatis nota vindicent, maximo scientiarum incommodo: præcipue si hi subtiles sint. Nec est aliquis

Fonte: QNSS-BNP, p. 94.

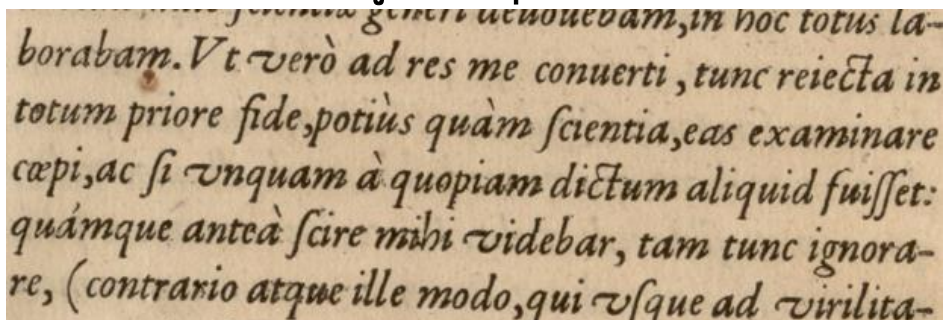
## LII. 96. 9. nunquam. & 27. natali solo.

No fólho 96, há duas indicações: na primeira indicação, linha 09, temos a troca de *unquam* (geralmente grafado *umquam*) que se traduz por “um dia; algum dia; alguma vez” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 502), pelo advérbio *nunquam* (também grafado *numquam*), um do advérbio que significa “nunca; jamais” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 312). Isto muda o contexto, tendo em vista que o uso de *nunquam* encerra qualquer possibilidade futura, mas *unquam* abre margem para cogitações.

Na segunda indicação, linha 27, temos *natali solo* no lugar de *natali suo*. *Solo* vem do substantivo neutro *solum*, -i “solo; terra” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 444) e está no caso ablativo singular por causa da preposição *in*. E se liga à forma *natali*, originária do substantivo masculino *natalis*, -is “dia de nascimento; natal; terra natal; pátria” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 300) que no caso dativo singular.

A sentença “[...] *innatalisolo*” significa, então, “[...] na terra para o dia de nascimento”, ou uma tradução livre “na terra natal” (traduções nossas).

Figura 123— in opere



Fonte: QNSS-BNE, p. 96.

Figura 124 - in opere

borabam. Vt verò ad res me conuerti, tunc reiecta in totum priore fide, potius quàm scientia, eas examinare cœpi; ac si unquam à quopiam dictum aliquid fuisset: quàmque antea scire mihi videbar, tam tunc ignorare, (contrario atque ille modo, qui usque ad virilita-

Fonte: QNSS-BNP, p. 96.

Figura 125 – in opere

tim suo loco videbis. Quòd si addas dubitationi de attractione ferri, illam, quomodo tactum ferrum ab eodem magnete secundum partem eam lapidis, quæ Septentrionem respiciebat in natali suo, Septentrionem versus semper vertatur: (quod nobis parua nauicula

Fonte: QNSS-BNE, p. 96.

Figura 126- in opere

tim suo loco videbis. Quòd si addas dubitationi de attractione ferri, illam, quomodo tactum ferrum ab eodem magnete secundum partem eam lapidis, quæ Septentrionem respiciebat in natali suo, Septentrionem versus semper vertatur: (quod nobis parua nauicula

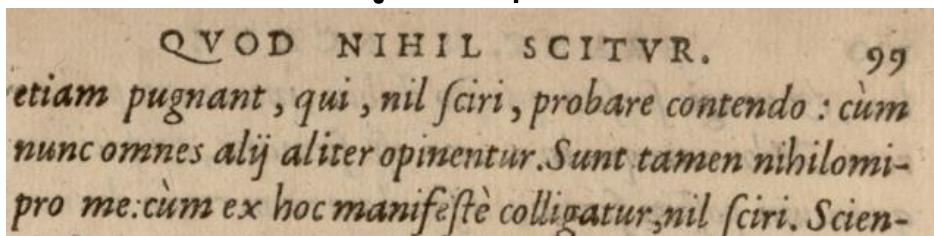
Fonte: QNSS-BNP, p. 96.

LIII. 99. 2. nihilominus. & 20. hisque.

Neste penúltimo fólio, de número 99, há duas indicações na errata: na primeira, linha 02, a forma deve ser *nihilominus* e não *nihilomi-pro*. A grafia, segundo registro de dicionário, é *nihilominus* ou *nihilominus*, um advérbio que significa: “contudo; todavia; não obstante; entretanto; não menos” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 448). A forma *pro* não é um sufixo desinencial e sim uma preposição que se traduz por “diante de; defronte de; em presença de” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 540). Daí a indicação de alteração, pois não faz sentido algum o uso de preposição como desinência de caso.

Na segunda, linha 20, a forma deve ser *hísque* e não *hícq*. *Hísque* é a junção entre o pronome demonstrativo em dativo/ablativo plural *his*<sup>49</sup> e a conjunção posposta *-que*<sup>50</sup>. Em toda a obra, como se viu antes, há algumas reduções morfológica de determinadas palavras, nesse exemplo, geralmente, o uso dessa partícula se reduz a *-q*, uma abreviação. Porém, a grafia estava *hícq*, com um *-c-* na posição do *-s-*, por isso a correção sugerida na errata.

**Figura 127– in opere**

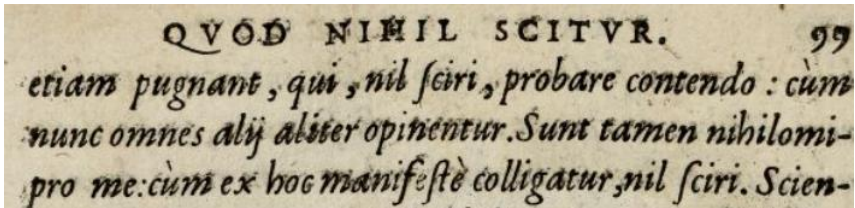


**Fonte: QNSS-BNE, p. 99.**

<sup>49</sup> Ver o exemplo: *hic, hæc, hoc*, nos Itens XII e XXVII, neste capítulo.

<sup>50</sup> Ver o exemplo: *-que*, no Item XLIII, neste capítulo.

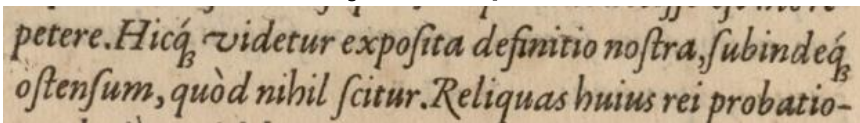
Figura 128– in opere



QVOD NIHIL SCITVR. 99  
etiam pugnant, qui, nil sciri, probare contendo: cum  
nunc omnes alij aliter opinentur. Sunt tamen nihilomi-  
pro me: cum ex hoc manifestè colligatur, nil sciri. Scien-

Fonte: QNSS-BNP, p. 99.

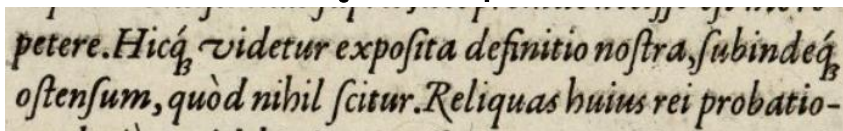
Figura 129 – in opere



petere. Hicq<sub>3</sub> videtur exposita definitio nostra, subindeq<sub>3</sub>  
ostensum, quòd nihil scitur. Reliquas huius rei probatio-

Fonte: QNSS-BNE, p. 99.

Figura 130 – in opere



petere. Hicq<sub>3</sub> videtur exposita definitio nostra, subindeq<sub>3</sub>  
ostensum, quòd nihil scitur. Reliquas huius rei probatio-

Fonte: QNSS-BNP, p. 99.

LIV. 100. 8. plura. & 9. hæc.

Neste últimofólio da obra de Sanches, há duas indicações na errata: na primeira, linha 08, a grafia deveria ser *plura* e não *plures*. *Plura* vem do neutro compostoplus, *pluris* “Mais, muito, mais numeroso. (*plures* = a massa, a multidão; a maioria)” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 297). Desempenha função de substantivo ou advérbio, conforme o contexto.

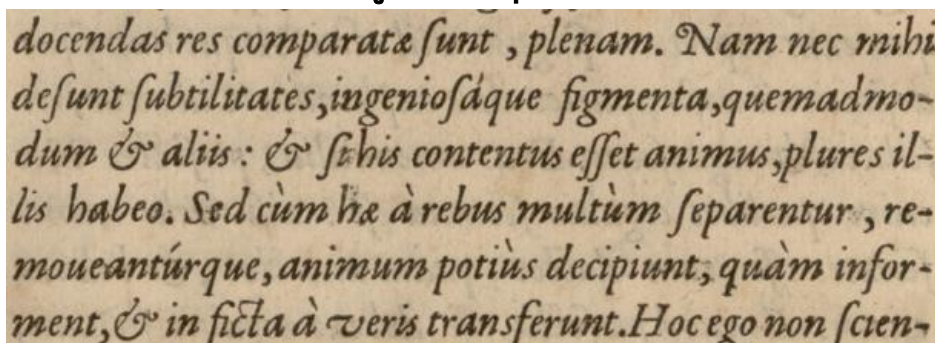
Por outro lado, *plures* vem de *plures*, -aé o plural de *plus* e se traduz por “1. mais numerosos; um maior número de [...]; 2. vários; um grande número; bastante numerosos; muitos” (DI-



CIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 519). Assim sendo, a troca das formas se dá pela necessidade se evitar a ambiguidade do tipo “mais” e “multidão”, por exemplo. Na versão QNSS-BNP há uma correção sobreposta na palavra *plures*.

E por fim, linha 09, a forma deve ser *hæc* (grafado com -c final)<sup>51</sup> e não *hæ* (sem o -c). *Hæc* é a forma do pronome demonstrativo neutro plural (em acusativo), que se adequa ao contexto “*sed cum hæc à rebus multum separentur*” “mas com estas muitas das coisas são separadas” (tradução nossa). Trata-se de um possível apagamento da consoante final em virtude de esquecimento.

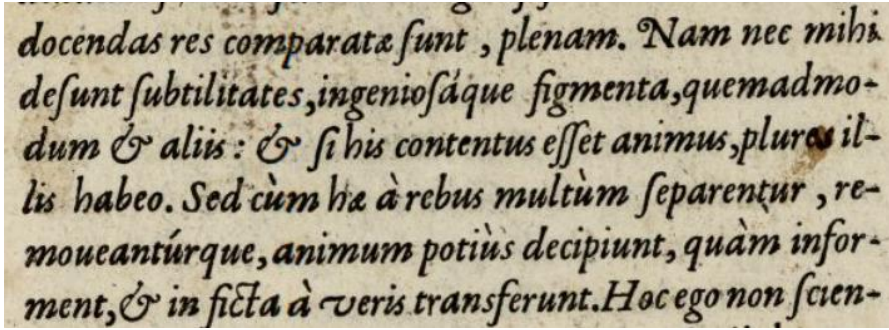
**Figura 131– in opere**



**Fonte: QNSS-BNE, p. 100.**

<sup>51</sup>Ver o exemplo: *hic, hæc, hoc*, nos Itens XII e XXVII, neste capítulo.

Figura 132– in opere



Fonte: QNSS-BNP, p. 100.

De uma maneira ou de outra, só poderíamos ter feito essas cogitações a partir da errata, sem ela, teríamos apenas as correções sobrepostas no texto do *animus* sem qualquer tipo de referência. Duas possibilidades nos vêm à mente. *Animus* fez a marcação no texto:

(a) com base na errata sic corrige (ele observou a errata durante a leitura do texto);

(b) a partir de seu conhecimento gramatical do latim (nesse caso, ele sequer viu a errata ou apenas comparou suas anotações com as correções presentes nela).

Acreditamos na segunda hipótese por uma única e forte razão: seria impossível para um leigo, desconhecedor do latim, fazer a leitura de uma obra inteiramente escrita nessa língua. Portanto, *animus* sabia, de fato, latim. E suas observações no texto refletem as suas preocupações em tornar o texto o mais claro possível. Essas preocupações, acima de tudo, são preocupações gramaticais, porque, vemos aí um interesse de que o texto não apresente incorreções de qualquer tipo. Não é uma preocupação apenas de filólogo, mas de um gramático que se debruça sobre um dado texto, procurando nele falhas. No mí-

nimo, é a preocupação de um editor ou copista que se encarregou de revisar o texto.

Nas análises que faremos, teremos outras oportunidades de retornarmos as marcas deixadas pelo filólogo-gramático *animus*, pois foi por causa dessas marcas que nos interessamos ainda mais pela obra.

Diante do que foi dito, fica estabelecido que a fonte primária tomada como *corpus* para esta obra será a QNSS-BNP. Para atestarmos a confiabilidade dessa fonte, deixaremos aqui exposto a capa da página do site da Biblioteca Nacional Digital de Portugal (BNP), onde o texto se encontra disponível.

**Figura 133 – Perfil da página da obra *Quod Nihil Scitur* da Biblioteca Nacional Portuguesa**

The image shows a screenshot of a digital library page. At the top left is the BNP logo (Biblioteca Nacional de Portugal) and at the top right is the 'biblioteca nacional digital' logo. Below the logos is a navigation bar with the text 'BND > Franciscus Sanchez Philosophus et Medicus Doctor. Quod Nihil Scitur, Lugduni, 1581'. The main content area includes the author's name 'SANCHES, Francisco, ca 1551-1623', the title 'Franciscus Sanchez Philosophus et Medicus Doctor. Quod Nihil Scitur. - Lugduni : apud Ant[onium] Gryphium, 1581. - [8], 100 p. ; 4º (23 cm)', and the digital copy information 'Cota do exemplar digitalizado: res-321-v' and 'Ver registo completo'. There is a section titled 'Cópias Digitais' with three entries: 'Cópia pública', 'Cópia pública, 36.7 MB, 1 ficheiro', and 'Cópia pública, 86.7 MB'. To the right of the text is a small image of the book's cover, which features a coat of arms and the title 'SANCHEZ PHILOSOPHVS ET MEDICVS QVOD NIHIL SCITVA'. At the bottom of the page, there are social media sharing buttons for 'Gosto' (13), 'Tweetar', and 'Partilhar' (4), along with a PURL link '<< PURL 929 >>' and a timestamp 'Última atualização em 2016-03-01T01:11:17'.

Fonte: <http://purl.pt/929>

# 7

## ANÁLISES DO CORPUS QNSS-BNP

Neste capítulo, seguimos os procedimentos metodológicos expostos anteriormente, os quais retomamos:

Primeiramente, retiramos uma *lectio* (*lição*) de cada um dos cinquenta fólios, utilizando a edição fac-similada QNSS-BNP como *corpus*. Priorizamos os fragmentos que contenham: *preposições, abreviaturase acentuações*.

Em seguida, realizamos a transcrição paleográfica da lição, conservando as particularidades do texto (signos gráficos, grafemas, pontuações, abreviações, grifos, acentos e ortografia). Com isso, expusemos descrições linguísticas, em notas de rodapé, dos principais vocábulos/palavras, com variadas acepções.

Depois, reproduzimos em lições as traduções de Mellizo (1977) e Vasconcelos (1991), seguidas de uma tradução direta do texto latino, que prioriza a conservação da estrutura sintática latina, com algumas adaptações e ajustamentos ao português brasileiro.

Logo após isso, discutimos as lições a partir do aparato teórico-crítico e dos métodos adotados, em comentários objetivos.

## 7.1 Transcrição paleográfica dos grafemas utilizados na obra

Inicialmente, faremos uma exposição dos grafemas contidas na edição fac-similar QNSS-BNP, para que possamos executar as transcrições paleográficas das lições.

























É oportuno, neste momento, apresentar a distinção entre o que se entende por *transcrição* e *transliteração*. Em *Problemas de transliteração na edição de textos medievais*, Emiliano (2002) assim esclarece os dois termos:

Ora, a **transcrição** em sentido estrito de um texto antigo deve ser entendida como a **reprodução de um texto através da reprodução do conjunto de caracteres presente no texto**, e através de glifos minimamente divergentes dos glifos originais.





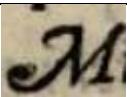










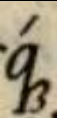





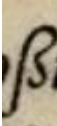









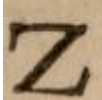
A **transliteração**, ao contrário, implica a **substituição de um conjunto de caracteres** por outro; ou seja, a transliteração de um texto é a sua representação através de um conjunto de caracteres distinto do original. (EMILIANO, 2002, p. 33, grifos do autor).

Neste sentido, transcrever significa fazer a representação tipográfica de um texto, seguindo mesma grafia dos caracteres, enquanto que transliterar é intervir, substituindo os caracteres por outros que tenham a mesma função (EMILIANO, 2001, 2002, 2004). Assim, buscamos realizar a transcrição dos grafemas para uma versão digital, conservando as mesmas formas gráficas dos caracteres, porém, quando preciso, tivemos de transliterá-los, pois alguns deles não foram encontrados na ferramenta do Wordde que dispomos.

**Tabela 5 — Transcrição paleográfica e transliteração dos grafemas da edição QNSS-BNP**

| Grafemas / Signos gráficos  |   |   |   | Transcrições / Translitterações* |   |                 |    |
|---|---|---|---|----------------------------------|---|-----------------|----|
|    |    |   |   | A                                | a |                 |    |
|    |    |   |   | B                                | b |                 |    |
|    |    |  |  | C                                | c | c*              | c* |
|    |    |   |   | D                                | d |                 |    |
|    |    |  |  | E                                | e | & <sup>52</sup> | &  |
|    |    |  |   | F                                | f | ff*             |    |
|    |    |   |   | G                                | g |                 |    |
|   |   |   |   | H                                | h |                 |    |
|  |  |   |   | I                                | i |                 |    |
|  |   |   |   | I                                | j |                 |    |

<sup>52</sup> O símbolo “&” (E, e, &) merece um destaque à parte, uma vez se trata, na verdade, do que se denomina *notas tironianas* (*notae tironianae*). Flexor (2008, p. 13) nos informa que essa denominação vem de uma invenção de um escravo liberto de Cícero, de nome *Tullius Tira*, “que se servia desse sistema ‘taquigráfico’ para captar, na íntegra, em tábuas enceradas e estilete, os discursos dos mais famosos oradores romanos”. Em seguida, a autora completa: “As notas tironianas baseavam-se nas letras do alfabeto maiúsculo romano. Os sinais eram utilizados em várias posições, tendo significação diferente em cada uma delas” (FLEXOR, 2008, p. 13). Foi amplamente empregado como recurso em tipografias do século XVI, em mosteiros medievais, aparecendo em textos latinos e nas principais línguas românicas, entre elas a portuguesa, espanhola e francesa.

|   |   |   |   |   |    |                  |    |
|---|---|---|---|---|----|------------------|----|
|    |    |   |   | L | l  |                  |    |
|    |    |    |   | M | m  | M*               |    |
|    |    |    |   | N | n  | N*               |    |
|    |    |   |   | O | o  |                  |    |
|    |    |   |   | P | p  |                  |    |
|    |    |    |  | Q | q  | q̇               | q̇ |
|    |    |   |   | R | r  |                  |    |
|    |    |    |  | S | s* | ss <sup>53</sup> | ss |
|   |   |   |   | T | t  |                  |    |
|  |  |   |   | V | u  |                  |    |
|  |  |  |   | V | v  | v*               |    |
|  |  |   |   | X | x  |                  |    |
|  |   |   |   | Z | z  |                  |    |

<sup>53</sup>Em termos paleográficos, é preciso esclarecer que havia dois tipos de "ss", cujas formas altas e alongadas se assemelhavam ao emprego do grego do sigma inicial e medial -σ-; por outro lado, as letras baixas e arredondadas se igualavam ao sigma final -ς-.

|   |   |  |  |   |   |  |  |
|---|---|--|--|---|---|--|--|
|  |  |  |  | Y | y |  |  |
|  |   |  |  | K | k |  |  |

Fonte: edição QNSS-BNP

## 7.2 Principais diacríticos percebidos na obra

Na leitura que fizemos do texto de Sanches, observamos certos usos de diacríticos e sinais gráficos, muitos dos quais utilizamos modernamente com mesmo valor tanto gráfico quanto fonológico. É preciso compreendê-los quanto ao seu emprego na ortografia, para isso, buscamos no *Dicionário de linguística e gramática*, de Câmara Júnior (2011a), uma fonte amplamente aceita no meio acadêmico. Além dessa obra, destacamos a gramática *Noções do Grego Bíblico*, de Lourenço Rega e Johannes Bergmann (2004), em virtude de um capítulo que dedicam ao assunto em questão. Segundo Rega e Bergmann (2004), na língua grega os acentos tinham o objetivo restrito de sinalizar a tonicidade das sílabas, destacada pela *sílaba tônica*. Os acentos mais comuns eram: *agudo* ( ´ ), *grave* ( ` ) e *circunflexo* - em três formas ( ~ ), ( ^ ) ou ( ^ ).

Além dos acentos mencionados, havia ainda o sinal de *aspiração*: *espírito brando* ( ˆ ) ou *áspero/forte* ( ˊ ) e o *apóstrofo*. A *aspiração* é um leve sopro ao se pronunciar certas palavras com espírito forte, unicamente. Enquanto o *apóstrofo* servia para suprimir uma vogal ou sílaba, geralmente (REGA; BERGMANN, 2004).



Na obra de Sanches, detectamos os principais diacríticos aqui mencionados, além do uso do *trema*, que no grego servia para indicar “que duas vogais juntas não formam um ditongo”, sendo pronunciadas separadamente (REGA; BERGMANN, 2004, p. 21). Como no *latim clássico* não havia acentos desse tipo, seu uso *latim vulgar* reflete uma readequação dos sinais com a finalidade de auxiliar o leitor em sua pronúncia. Uma diferença entre os usos dos acentos gregos e modernos reside no fato de que o ( ~ ) é chamado apenas de *til* e o sinal ( ^ ) não é empregado, pelo menos em língua portuguesa ou espanhola.

Vejamos a seguir as definições dos principais sinais:

- **Agudo ( ´ )**: o acento agudo é um diacrítico que fica sobre a vogal, que a ortografia grega passou a usar desde o século II a.C. O acento indicava uma sílaba de *tom ascendente*, ou seja, agudo (CÂMARA JÚNIOR, 2011a). Ex.: *méque*.
- **Grave ( ` )**: diacrítico grave colocado sobre a vogal, assim como o agudo utilizado pelos gregos no século II a. C., mas este indicava um *tom atenuado*, o que o diferenciava do agudo propriamente dito (CÂMARA JÚNIOR, 2011a). Ex.: *contrà*.
- **Circunflexo ( ^ )**: diacrítico posto sobre a vogal indicava uma vogal longa ou ditongo no grego escrito, o que elevava a altura da sílaba, era, portanto, um *tom ascendente-descendente*. A emissão do som elevava-se no início e descia no fim (CÂMARA JÚNIOR, 2011a). Ex.: *hîc*.
- **Til ( ~ )**: sinal gráfico colocado sobre a vogal para indicar *nasalidade* em línguas como a portuguesa (CÂMARA JÚNIOR, 2011a), muito frequente em gramáticas, retóricas e outros textos dos séculos XVI em diante. Nos textos lati-

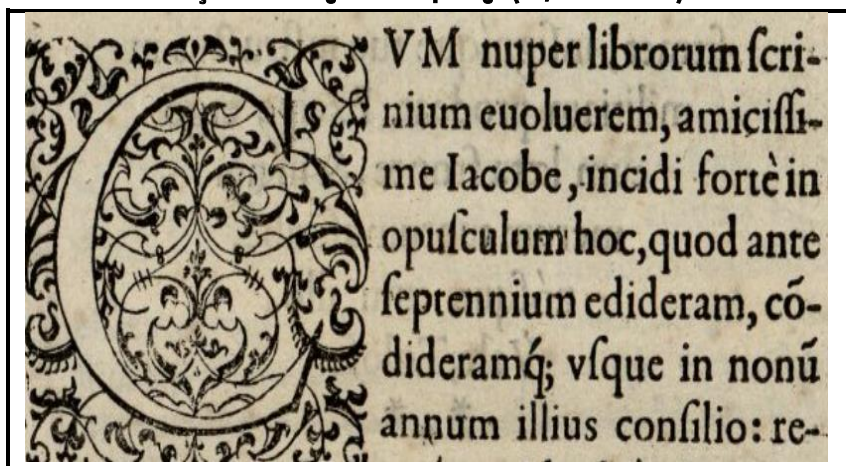
nos, muitas vezes, sugere a supressão de uma consoante final. Ex.: *terrã*>*terram*.

- **Trema** ( ¨ ): diacrítico colocado sobre a vogal para indicar que o **-u-** não é uma *letra muda*, em certos contextos linguísticos, tais como após **-q-** ou **-g-** (CÂMARA JÚNIOR, 2011a). Em textos latinos, o trema era posto em vogais tais como o **-ë-** para indicar uma separação silábica em hiato em que as duas vogais são pronunciadas separadamente, uma em cada sílaba (SOUZA, 2019a). Ex.: *poëta*.

De posse dessas informações, prosseguiremos daqui, com mais propriedade para tratarmos da acentuação dos vocábulos do texto. A seguir, realizamos a análise das 50 lições colhidas de excertos da versão QNSS-BNP, seguindo o modelo proposto anteriormente.

### 7.3 Análises das lições 01 a 50

**LIÇÃO 01 — Fragmento do prólogo (f. I, linhas 01-06)**



## Transcrição paleográfica

CVM<sup>54</sup> nuper<sup>55</sup> librorum<sup>56</sup> scrinium<sup>57</sup> euoluerem<sup>58</sup>, amicissime<sup>59</sup> Iacobe<sup>60</sup>, incidi<sup>61</sup> fortè<sup>62</sup> in<sup>63</sup> opusculum<sup>64</sup> hoc<sup>65</sup>, quod<sup>66</sup> ante<sup>67</sup> septennium<sup>68</sup> edideram<sup>69</sup>, cōdideram<sup>70</sup>; vsque<sup>71</sup> in nonū<sup>72</sup> annum<sup>73</sup> illius<sup>74</sup> consilio<sup>75</sup>:

## Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Revolviendo hace poco entre los papeles de mi biblioteca, Diego carísimo, encontré por casualidad este libro que compuse durante los últimos siete años, y que me proponía guardar hasta que se cumpliese el noveno (p. 41).

## Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

<sup>54</sup> cum (preposição/conjunção): no momento em que; com; quando; logo que; embora.

<sup>55</sup> nuper (advérbio): ainda há pouco; há pouco tempo; nos últimos tempos.

<sup>56</sup> liber, -bri (substantivo): livros; tratado; manuscritos; coleção; compilação.

<sup>57</sup> scrinium, -i (substantivo): porta-livros; escrínio; escaninho; caixa de cartas.

<sup>58</sup> evoluerem (1ª pessoa do subjuntivo do verbo *evolvo*): desenrolar; separar; desdobrar.

<sup>59</sup> amicissime (superlativo): amicíssimo.

<sup>60</sup> Iacobe (subs. masc.) Jacob, também grafado sem o “b” e com acento no “ó” Jacó.

<sup>61</sup> incidi (perfeito do indicativo do verbo *incido*): acontecer; suceder.

<sup>62</sup> fortè (advérbio): talvez; por acaso; casualmente.

<sup>63</sup> in (preposição que rege ablativo e acusativo): em; sobre; a; para; contra; para com; em.

<sup>64</sup> opusculum, -i (substantivo): pequena obra; opúsculo; pequeno trabalho.

<sup>65</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>66</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>67</sup> ante (advérbio): antes; anteriormente.

<sup>68</sup> septeni, -ae, -um (adjetivo tríforme): grupo de sete [anos].

<sup>69</sup> edideram (1ª pessoa do mais-que-perfeito do indicativo do verbo *edo*): fazer sair; publicar; produzir; escolher; nomear.

<sup>70</sup> cōdideram (1ª pessoa do mais-que-perfeito do indicativo do verbo *condo*): reunir; compor; escrever. /-q̄(conjunção): que; e que.

<sup>71</sup> vsque (advérbio): sem interrupção; sem cessar; sempre; muito tempo; até.

<sup>72</sup> nonū (ordinal): nono.

<sup>73</sup> annus, i (substantivo): ano.

<sup>74</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>75</sup> consilium, -ii (substantivo): conselho; deliberação; decisão; opinião; vontade; astúcia; sabedoria.

Passando há pouco em revista os meus livros, incidiu por acaso a minha atenção sobre este opúsculo, escrito por mim sete anos antes. Seguindo o conselho do poeta, tinha-o posto em remissa por nove anos; (p. 55).

## Tradução nossa

Separando ainda há pouco um porta-livros de manuscritos, amicíssimo Jacob, sucedeu por acaso [encontrar] este opúsculo que compus sete anos antes, e que [o] reuni, por um conselho, [e decidi] o guardar até o nono.

Nesta lição, dois vocábulos nos chamam a atenção: *fortè* e *cõdideramq̃*. O vocábulo *fortè* é uma forma indeclinável, ou seja, é uma forma invariável, um advérbio. O registro desse advérbio nos instrumentos linguísticos disponíveis não indica qualquer acento de quantidade silábica, quando se fala em textos clássicos. Contudo acentos similares foram encontrados em Araujo (1627, p. 6, prólogo): “se mal parecer minha *sòserà* a culpa (grifo nosso)”.

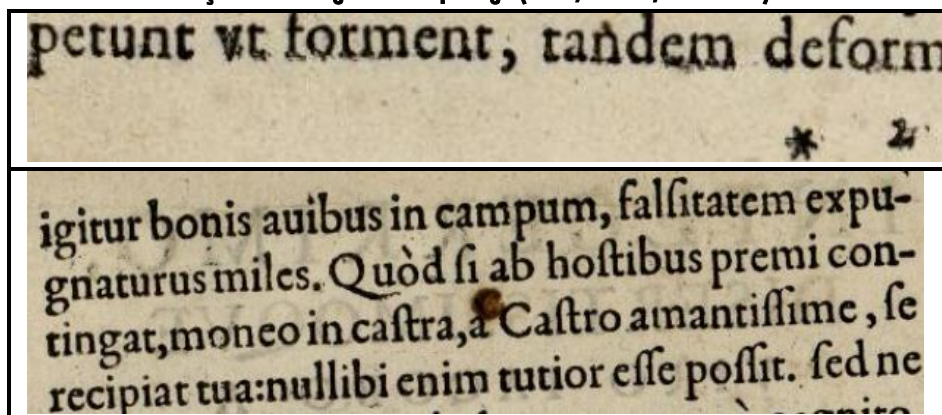
Em *cõdideramq̃* (**condideramque**) encontramos tanto uma síncope ou abreviação do verbo *condideram* com emprego de um til ( ~ ) no **-õ-**, quanto uma abreviação da conjunção posposta **-q** (*-que*). Já no numeral *nonũ* (**nonum**), temos uma apócope do **-m** final. No que diz respeito às formas dos vocábulos, temos o que e Silveira Bueno (1946) e Flexor (2008) chamaram de *abreviação comsinal de significado fixo*, em que se utiliza um til ( ~ ) ou hífen ( - ) “colocados em cima de uma letra” indicando a ausência de um **-m-** ou **-n-** (FLEXOR, 2008, p. 14); enquanto que na

conjunção há o emprego do que Silveira Bueno (1946) e Flexor (2008) chamaram de *abreviação com sinal de significado relativo*, em que um “traço horizontal ( - ) colocado sobre o q:  $\bar{q}$  = que; ou colocado na haste do  $\underline{q}$  = quem” (FLEXOR, 2008, p. 14).

Em Araujo (1627, p. 6, *prólogo*) encontramos o seguinte uso: “& se aos que a *seguirẽ* for util, ao Mestre *q* a puser em pratica se dé o louvor” (grifo nosso). A conjunção que é reduzida a apenas um -*q*, igualmente ao texto de Sanches, além disso, há a forma *seguirẽ*, na qual se vê a mesma abreviação de *cõdideramq*.

Resta dizer também que nas traduções de que dispomos, o nome próprio *Iacobe* aparece com a tradução “Diego [de Castro]”. Contudo, optamos por uma tradução mais literal ao texto. É o caso da dedicatória da obra: “Integerrimo disertissimoque viro Iacobo a Castro, Franciscus Sanchez S. P.” (SANCHEZ, 1581, p. i) — “Ao honradíssimo e eloquentíssimo varão Jacob de Castro, saúda Francisco Sanches” (tradução nossa).

#### LIÇÃO 02 — Fragmento do prólogo (f. I-II, linha 0; linhas 1-2)



## Transcrição paleográfica

Exeat<sup>76</sup>igitur<sup>77</sup>bonis<sup>78</sup>auibus<sup>79</sup>in<sup>80</sup>campum<sup>81</sup>,falsitatem<sup>82</sup>expuganturus<sup>83</sup>miles<sup>84</sup>.Quòd<sup>85</sup>si<sup>86</sup>ab<sup>87</sup>hostibus<sup>88</sup>premi<sup>89</sup>contingat<sup>90</sup>,moneo<sup>91</sup>incastrum<sup>92</sup>,aCastro<sup>93</sup>amantissime<sup>94</sup>,serecipiat<sup>95</sup>tua<sup>96</sup>:nulli<sup>97</sup>enim<sup>98</sup>tutior<sup>99</sup>esse<sup>100</sup>possit<sup>101</sup>.

## Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Salga, pues, este soldado al campo abierto, acompañado por las buenas aves del cielo. Y si acaso acontece que se ve acorralado por el enemigo, de mí lleva el encargo de refugiarse en tu castillo, mi querido Castro, pues em ninguna otra parte estará más seguro (p. 42).

<sup>76</sup> exeat (3ª pessoa do singular do presente do indicativo verbo *exeo*): sair.

<sup>77</sup> igitur (conjunção conclusiva): pois; portanto; então.

<sup>78</sup> bonus, -a, -us (adjetivo triforme): bom/boa.

<sup>79</sup> avis, -is (substantivo): aves.

<sup>80</sup> in (preposição que rege ablativo e acusativo): em; sobre; a; para; contra; para com; em.

<sup>81</sup> campus, -i (substantivo): campo.

<sup>82</sup> falsitas, falsitatis (substantivo): falsidade.

<sup>83</sup> expuganturus (adjetivo verbal): expugnar; tomar de assalto.

<sup>84</sup> miles, -itis (substantivo): soldado.

<sup>85</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>86</sup> si (conjunção): se; no caso que; que; desde que; posto que.

<sup>87</sup> ab (preposição de ablativo): de; do; dos; da; das; fora de; afora; dentre; pelo; pela (com sentido de afastamento).

<sup>88</sup> hostis, -is (substantivo): rival; inimigo.

<sup>89</sup> premi (forma no infinitivo presente passivo do verbo *premo*): comprimir; oprimir; molestar; ferir; destruir.

<sup>90</sup> contingat (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *contingo*): tocar; provar; atingir; confinar; ter relação com.

<sup>91</sup> moneo (1ª pessoa do singular do presente do indicativo) admoestar; castigar; estimular.

<sup>92</sup> castrum, -i (substantivo): fortaleza.

<sup>93</sup> a Castro: (preposição mais sobrenome) de Castro.

<sup>94</sup> amatissime (superlativo): amorosíssimo.

<sup>95</sup> recipiat (3ª pessoa do singular presente do indicativo do verbo *recipio*): recuperar; recobrar; reaver; acolher; tirar.

<sup>96</sup> teus, -a, -um (adjetivo e pronome possessivo): teu; tua.

<sup>97</sup> nullus, -a, -um (adjetivo): nenhum; nenhuma.

<sup>98</sup> enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

<sup>99</sup> tutior (adjetivo na forma de comparativo de superioridade): lugar seguro; acolhida; abrigo.

<sup>100</sup> esse (forma no infinitivo do verbo *sum*): ser/estar.

<sup>101</sup> possit (3ª pessoa do singular do perfeito do subjuntivo do verbo *possum*): poder; ser capaz; ter poder.

## Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Saia, portanto, a campo com bons auspícios, como soldado que vai batalhar contra a mentira. Se adregar de ser acossado pelo inimigo, que ele então, meu querido Castro, se refugie no teu acampamento: em parte alguma poderá estar mais seguro; (p. 56).

## Tradução nossa

Saia, portanto, este soldado expugnando a falsidade, [com] as boas aves no campo [bons augúrios]. Que se atingido [e] molestado pelos inimigos, admoesto de se recuperar em tua fortaleza, ó amorosíssimo Castro, porquanto em nenhum lugar possa estar mais seguro.

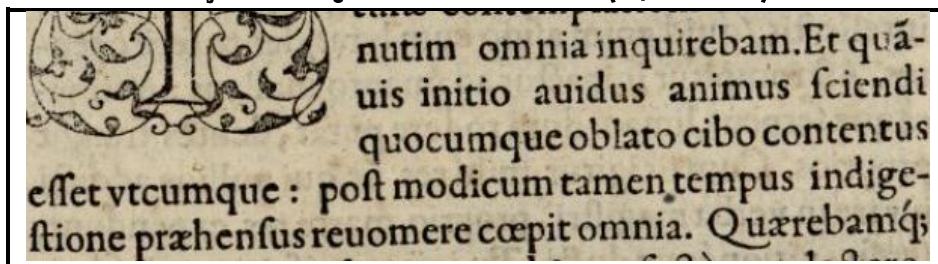
Neste excerto, encontramos a forma *quòd* acentuada, algo muito frequente em toda a obra de Sanches e também ocorre em Araujo (1627). Há sentenças em que o acento desaparece, um exemplo é o que está posto na **Lição 01**: “quod ante septennium edideram” (SANCHEZ, 1581, p. i), em que o acento não existe. Ao que tudo indica, estes diacríticos – acento grave ( ` ) e o agudo ( ´ ) – tornaram-se frequentes em textos românicos entre os séculos XVI e XVII (ILARI, 1999).

Com o desaparecimento da quantidade silábica do *latim clássico*, o *latim vulgar* e, conseqüentemente, das línguas românicas, restou somente os acentos tônicos das palavras. Assim, não haveria mais a distinção de sentidos via mudança de quantidade, apenas a mudança de tonicidade em fortes e fracas (FUR-

LAN; BUSARELLO, 1997; MIRANDA POZA, 2005; SOUZA, 2019a).

Na mesma lição, encontramos “a Castro amantissime”, que se traduziu por “ó amorosíssimo Castro”, sem que houvesse a necessidade do emprego da preposição “a”. Isso decorre de duas razões: ao longo do texto se percebe inúmeros usos de preposições onde facilmente se poderia pôr a forma substantivada em ablativo, suprimindo, assim, esse uso supérfluo. E porque, muitas vezes, há hipercorreções com o emprego de preposições em certas sentenças, por exemplo, em “Quòd si *ab* hostibus premi contingat” (SANCHEZ, 1581, p. ii, grifo nosso), *hostibus* já contém em si a ideia de “pelos inimigos”, o que torna o uso de *ab* uma redundância.

### LIÇÃO 03 — Fragmento da carta aos leitores (f. I, linhas 6-10)



### Transcrição paleográfica

Et<sup>102</sup> quãuis<sup>103</sup> initio<sup>104</sup> avidus<sup>105</sup> animus<sup>106</sup> sciendi<sup>107</sup> quocumque<sup>108</sup> oblato<sup>109</sup> cibo<sup>110</sup> contentus<sup>111</sup> esset<sup>112</sup> vtcumque<sup>113</sup> :

<sup>102</sup> et (conjunção): e.

<sup>103</sup> quãuis (advérbio) tanto quanto se queira / (conjunção) ainda que; de fato.

<sup>104</sup> initium, -ii (substantivo): início; origem.

<sup>105</sup> avidus, -a, -um (adjetivo triforme): ávido; ambicioso.

<sup>106</sup> animus, -i (substantivo): ânimo; alma; espírito; vida; inteligência; opinião; intenção.

<sup>107</sup> sciendi (gerúndio do verboscia): saber; conhecer; compreender; ser capaz; decidir.

<sup>108</sup> quocumque (advérbio) para onde quer que; em toda a parte que.



post<sup>114</sup> modicum<sup>115</sup> tamen<sup>116</sup> tempus<sup>117</sup> indigestione<sup>118</sup> præhen-  
sus<sup>119</sup> reuomere<sup>120</sup> cœpit<sup>121</sup> omnia<sup>122</sup>.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Y aunque al principio mi ánimo, afanoso de saber, solía contenterse con cualquier comida que se le ofreciese, llegó después un momento en el que, atacado de indigestión, comencé a vomitar todo lo que había ingerido (p. 43).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

A principio o meu espírito, ávido de saber, contentava-se com qualquer alimento que se lhe oferecia; a breve trecho, porém, se lhe tornou impossível digerir e começou a vomitar tudo o que ingeria (p. 57).

### Tradução nossa

E ainda que [no] início, meu ânimo, ávido para conhecer, estivesse contente [com] qualquer alimento oferecido em toda a

---

<sup>109</sup> oblatō (particípio passado do verbo *offera*): oferecido; dado; sacrificado.

<sup>110</sup> cibus, -i (substantivo): alimento; comida; refeição.

<sup>111</sup> contentus (particípio passado do verbo *contineo*): contente.

<sup>112</sup> esset (3ª pessoa do singular do imperfeito do subjuntivo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>113</sup> utcumque (adjetivo): qualquer.

<sup>114</sup> post (preposição que rege acusativo): depois de / (advérbio): depois; em seguida.

<sup>115</sup> modicum, -i (substantivo): pequena quantidade; pouca coisa.

<sup>116</sup> tamen (conjunção): todavia; contudo; entretanto.

<sup>117</sup> tempus, -oris (substantivo): tempo; momento; instante; oportunidade.

<sup>118</sup> indigestio, -onis (substantivo): indigestão.

<sup>119</sup> præhensus (particípio passado): apanhado; colhido.

<sup>120</sup> reuomere (forma no infinitivo do verbo *reuomo*): vomitar; repelir.

<sup>121</sup> cœpit (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *cœpi*): ter começado; ter principiado.

<sup>122</sup> omnia (adjetivo biforme): toda; tudo.

parte, depois de um tempo, [com] pouca coisa, todavia, atacado de indigestão, começou a vomitar tudo o que havia colhido.

A forma do advérbio *quãuis* (*quamvis*) contém uma *abreviação comsinal de significado fixo* (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008), situação similar a *cōdideramq* presente na **Lição 01**. Sabemos que no *latim clássico* não havia a *nasalização*<sup>123</sup> das vogais, quer elas fossem breves ou longas, assim, uma palavra como *terram* era pronunciada [ˈtɛɾam] com um [m] no final, não podendo o falante pronunciá-la sem esse só consonantal final, sob a pena de incorrer em vulgarismo ou desconhecimento do sistema de declinação da língua.

Contudo, a desinência **-am** (agregada ao radical da palavra) era posta sempre ao fim das palavras, pelo fato de ser uma desinência do caso acusativo singular da primeira declinação, enquanto que em *quãuis* estamos diante de um **-am** que integra o próprio radical da palavra. Houve, portanto, uma síncope do **-m-**no interior do vocábulo. Disso, podemos dizer que, apesar de serem unidades que constituem morfemas distintos, sofreram reduções (ou abreviações, como se pode pressupor) que sugerem uma nasalização, uma vez que, modernamente em português, por exemplo, um **-ã-** indica nasalidade como em: *lã, manhã, rã, galã, maçã, romã*, etc.

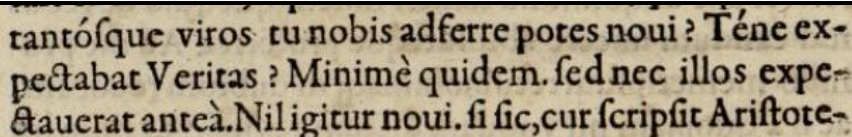
Um fato que merece ser destacado é que o emprego do til ( ~ ) como recurso de supressão não foi utilizado apenas no século XVI, como os inúmeros exemplos que veremos na obra de Sanches, mas desde o século XIII, como atesta Massini-Cagliari (2007), em seu estudo sobre *Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*.

---

<sup>123</sup>Camara Jr. (2002) distingue *nasalidade fonética* de *nasalidade fonológica*, sendo a primeira aquela em que não se estabelece uma distinção de significados, enquanto a segunda pressupõe justamente a mudança no significado.

A exemplo disso, extraímos uma lição em edição diplomática feita por Massini-Cagliari da cantiga *No mundo non me sei parella*<sup>124</sup>, de Paio Soares de Tavares: “.mao dia me leuãtey” (TAVARES, séc. XIII, verso 7, *apud* MASSINI-CAGLIARI, 2007, p. 63), onde o verbo *leuãtey* contém um *-ã-* indicando a supressão do *-n-* e um *-ỹ* que pressupõe certa nasalidade. Traremos outros exemplos mais adiante.

#### LIÇÃO 04 — Fragmento da carta aos leitores (f. II, linhas 23-25)



tantósque viros tu nobis adferre potes noui? Téne expectabat Veritas? Minimè quidem. sed nec illos expectauerat antea. Nil igitur noui. si sic, cur scripsit Aristote-

#### Transcrição paleográfica

Té<sup>125</sup> ne<sup>126</sup> expectabat<sup>127</sup> Veritas<sup>128</sup>? Minimè<sup>129</sup> quidem<sup>130</sup>. sed<sup>131</sup> nec<sup>132</sup> illos<sup>133</sup> expectauerat<sup>134</sup> antea<sup>135</sup>.

#### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

¿Te esperaba a ti la Verdad? Por supuesto que no. Pero tampoco les esperaba a ellos (p. 45).

<sup>124</sup> Também chamada de *cantiga de Garvaya* ou *Guarvaya*, é considerada a mais antiga lírica profana escrita em galego-português (MASSINI-CAGLIARI, 2007).

<sup>125</sup> té (pronome pessoal de *ego, mei* em acusativo/ablativo; 2ª pessoa do singular): te; ti.

<sup>126</sup> ne (advérbio de negação): não / (advérbio de afirmação): seguramente; certamente; sim.

<sup>127</sup> expectabat (verbo no pretérito): esperar; aguardar.

<sup>128</sup> veritas, -tatis (substantivo): verdade; sinceridade; justiça.

<sup>129</sup> minimè (advérbio): quase nada; muito menos; de modo nenhum (noção de negação).

<sup>130</sup> quidem (advérbio): na verdade; certamente.

<sup>131</sup> sed (conjunção): mas; porém; todavia; por outro lado.

<sup>132</sup> nec (conjunção): não; nem.

<sup>133</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>134</sup> expectauerat (3ª pessoa do singular do mais-que-perfeito do verbo *expecto*): esperar; aguardar.

<sup>135</sup> antea (advérbio): antes; até agora.

## Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

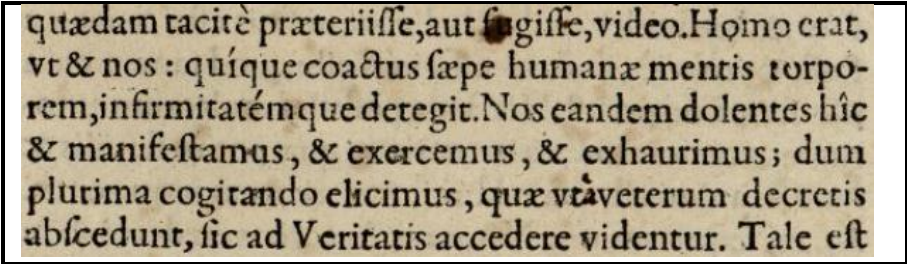
Porventura estava à tua espera a verdade? De modo algum; mas também antes não tinha estado à espera de eles (p. 58-59).

## Tradução nossa

Não esperavas ti a verdade? Certamente, de modo nenhum. Todavia, antes nem eles esperavam [isso].

Ao que vimos em Arauio (1627), exemplos como *téne* (formado pela justaposição do pronome **te** e o advérbio de negação **ne**), *minimè* e *anteà* eram comuns as línguas românicas, posto que seu uso permitia uma “correta” pronúncia de termos, neste caso, de vocábulos latinos. Nas *licenças* da obra de Arauio (1627, p. 4, *licenças*), temos: “Antes me parece que *serà* proueitosa, & muito a proposito dos que em pouco tempo querem aprender Latim” (grifo nosso), citação em que a forma verbal destacada contém acento similar aos da **Lição 04**.

### LIÇÃO 05 – Fragmento da carta aos leitores (f. III, linhas 10-13)



quædam tacitè præterisse, aut fugisse, video. Homo erat,  
vt & nos : quique coactus sæpe humanæ mentis torpore,  
infirmatémque detegit. Nos eandem dolentes hîc  
& manifestamus, & exercemus, & exhaurimus; dum  
plurima cogitando elicimus, quæ vt veterum decretis  
abscedunt, sic ad Veritatis accedere videntur. Tale est

## Transcrição paleográfica

Homo<sup>136</sup> erat<sup>137</sup>, vt<sup>138</sup>&<sup>139</sup> nos<sup>140</sup>: quíque<sup>141</sup> coactus<sup>142</sup> sæpe<sup>143</sup>  
humanæ<sup>144</sup> mentis<sup>145</sup> corporem<sup>146</sup>, infirmitatémque<sup>147</sup> detegit<sup>148</sup>.  
Nos eadem<sup>149</sup> dolentes<sup>150</sup> hîc<sup>151</sup>& manifestamus<sup>152</sup>, & exerce-  
mus<sup>153</sup>, & exhaurimus<sup>154</sup>; dum<sup>155</sup> plurima<sup>156</sup> cogitando<sup>157</sup> elici-  
mus<sup>158</sup>, quæ<sup>159</sup> vt veterum<sup>160</sup> decretis<sup>161</sup> abscedunt<sup>162</sup>, sic<sup>163</sup> ad<sup>164</sup>  
Veritatis accedere<sup>165</sup> videntur<sup>166</sup>.

<sup>136</sup> homo, -ominis (substantivo): homem; pessoa.

<sup>137</sup> erat (3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>138</sup> vt (advérbio): como; de que modo; assim como / (conjunção): que; para que; a fim de que.

<sup>139</sup> & (conjunção aditiva – nota tironiana): e.

<sup>140</sup> nos (pronome pessoal de *ego*, *mei* em nominativo/acusativo; 1ª pessoa do plural): nós.

<sup>141</sup> quíque (ablativo arcaico de *quisquis*): de qualquer maneira que; qualquer que seja.

<sup>142</sup> coactus, -us (substantivo): impulso; pressão.

<sup>143</sup> sæpe (advérbio): muitas vezes; frequentemente.

<sup>144</sup> humanus, a, -um (adjetivo triforme): humano; benévolo; amável; bem-educado; civilizado; culto.

<sup>145</sup> mens, mentis (substantivo): mente; pensamento; razão; inteligência; alma; caráter.

<sup>146</sup> corpus, -oris (substantivo): corpo; matéria; indivíduo; pessoa.

<sup>147</sup> infirmitas, infirmitatis (substantivo): debilidade; enfermidade (mais a conjunção posposta *-que*).

<sup>148</sup> detegit (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *detego*): descobrir; revelar; desvendar.

<sup>149</sup> eadem (advérbio): pelo mesmo lugar; do mesmo modo.

<sup>150</sup> dolentes (advérbio): que se aflige; aflitivo / originado do verbo *doleo*: sentir dor; sofrer; lamentar.

<sup>151</sup> hîc (*hic*, *haec*, *hoc*, pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>152</sup> manifestamus (1ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *manifesto*): manifestar; revelar; descobrir.

<sup>153</sup> exercemus (1ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *exerceo*): perseguir; cultivar; exercer.

<sup>154</sup> exhaurimus (1ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *exhaurio*): esgotar; esvaziar; escavar.

<sup>155</sup> dum (conjunção): enquanto; até que; contanto que.

<sup>156</sup> plurimum, -i (substantivo): grande quantidade.

<sup>157</sup> cogitando (gerúndio do verbo *cogito*): pensar; meditar; considerar.

<sup>158</sup> elicimus (1ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *elicio*): fazer sair; tirar; obter; provocar; atrair.

<sup>159</sup> quæ (pronome indefinido): algo; alguém.

<sup>160</sup> vetus, -eris (substantivo): velho; antigo.

<sup>161</sup> decretum, -i (substantivo): decisão; decreto; sentença.

<sup>162</sup> abscedunt (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *abscedo*): afastar-se; morrer.

<sup>163</sup> sic (advérbio): assim; deste modo; a tal ponto; por isso.

<sup>164</sup> ad (preposição que rege acusativo): para; contra; até; junto de (designa aproximação).

<sup>165</sup> accedere (forma no infinitivo do verbo *accedo*): aproximar-se; chegar; atacar; acontecer.

<sup>166</sup> videntur (verbo na voz passiva): ver.

### **Tradução espanhola - Mellizo (1977)**

Al fin y al cabo, era un hombre, lo mismo que nosotros, y varias veces dio muestra de la torpeza y debilidad que aquejan a la mente humana. Nosotros nos dolemos de esa misma enfermedad. Y así lo manifestamos. Pero al mismo tiempo, nos esforzamos, sin recurrir a los antiguos, por aclarar aquellas cosas que no están resueltas (p. 46).

### **Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)**

Era homem como nós; e por isso bastantes vezes teve de pagar tributo à insuficiência e fraqueza do espírito humano. Com grande pesar nosso, também aqui a patenteamos, exercemos e esgotamos nós, enquanto pela reflexão chegamos a muitas conclusões que se afastam das doutrinas dos antigos, parecendo aproximar-se assim mais da Verdade (p. 59).

### **Tradução nossa**

Era um homem, [e] assim como nós, que qualquer que seja o impulso da mente humana, muitas vezes, revelaria [também] a enfermidade do corpo. Do mesmo modo, nós [que] nos afligimos [com]essa [enfermidade], [a] manifestamos, [a] exercemos e [a] esgotamos. Até que, pensando, tiramos grandes quantidades [dessas enfermidades], algo assim como afastam-se das velhas decisões, deste modo, para que seja visto aproximar-se da verdade.

No excerto da **Lição 05** notamos incomum em textos latinos eruditos: o uso de um “&” com valor de uma conjunção aditiva “e”. Este fato nos chama a atenção, haja vista que o “&” não era empregado, pelo menos, em *latim clássico*, pois havia a forma “e”, que assumia uma função sintática diferente. A conjunção aditiva empregada, geralmente, era “et”, em posição entre os termos interligados na oração, ou “-que” utilizado como partícula posposta ao segundo termo.

O registro do símbolo “&” não foi localizado em dicionários. Encontramos apenas: “e, ex, prep. c. abl. de, do interior de; procedente de; entre; desde” (BUSARELLO, 2003, p. 96, grifos do autor). Na lição há, quatro repetições, todas com valor de conjunção e nunca como preposição. Uma hipótese mal formulada poderia nos levar a vê-lo como uma abreviação/alteração do tipo: **et (e - t = e - ø) = &**, em que haveria uma apócope da consoante -t e, em seguida, uma alteração ortográfica da forma do signo escrito para um &.

À luz de um trecho de Arauio (1627, p. 11, *opera*, grifos do autor), somos levados a refletir mais profundamente: “De vogais, & consoantes se formão syllabas, como, *Pa*, & de syllabas a palavra como *Pater*, & de palavras a oração como. *Pater noster in cælis est*, que he o fim, a que esta arte se encaminha”.

Em uma análise mais acurada nos deparamos com uma informação paleográfica: & não é um grafema, mas uma *nota tironiana*<sup>167</sup>, também chamado de *ampersand* ou *ligatura de evolução de et até* &<sup>168</sup>. De acordo com Flexor (2008, p. 12), esses *signos gráficos*: “Foram pouco utilizados nos documentos luso-

---

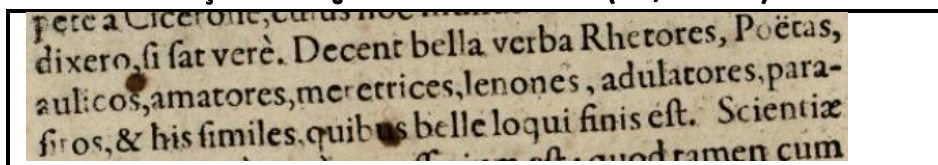
<sup>167</sup>Sugerimos ao leitor, a consulta a *Tabela 5 — Transcrição paleográfica e transliteração dos grafemas da edição QNSS-BNP*, com respectiva nota informativa, neste livro.

<sup>168</sup> Agradeço a sugestão do prof. Marlos Pessoa no tocante à terminologia tipográfica.

brasileiros, mas são encontrados até o século XVI, após o que desapareceram por completo”. Na idade média e tempos mais remotos, porém, seu uso era frequente. “As notas tironianas, de acordo com os paleógrafos latinos, são a mais antiga forma de ‘taquigrafia’ europeia” (FLEXOR, 2008, p. 13). Isto é, trata-se de um tipo particular de anotação, cujo uso propiciava a economia de espaço e tempo de escrita.

No mesmo trecho da lição, ainda temos o vocábulo *quí-que* com acento igual aos que já comentamos em lições anteriores. Há, todavia, o vocábulo *híc* com acento circunflexo ( ^ ) não visto antes. Este diacrítico também pode ser visto em Arauío (1627, p. 3, *capa*): “Meirinho Môr”, que se repete no vocábulo latino “erêmus” (ARAUIO, 1627, 15, *opera*), nos dando mais provas da relação entre o latim escrito do final do século XVI e uma língua românica do início do século XVII.

#### LIÇÃO 06 — Fragmento da carta aos leitores (f. IV, linhas 6-8)



#### Transcrição paleográfica

Decent<sup>169</sup> bella<sup>170</sup> verba<sup>171</sup> Rhetores<sup>172</sup>, Poëtas<sup>173</sup>, aulicos<sup>174</sup>, amatores<sup>175</sup>, meretrices<sup>176</sup>, leones<sup>177</sup>, adultores<sup>178</sup>, parasitos<sup>179</sup>, & his<sup>180</sup> similes<sup>181</sup> quibus<sup>182</sup> belle loqui<sup>183</sup> finis<sup>184</sup> est<sup>185</sup>.

<sup>169</sup>decent (do verbo impessoal *deceat*): convir; ser conveniente; ser mister; ficar bem.



## Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Las palabras bellas son patrimonio de los poetas, de los oradores, de los amantes, de las meretrices, de los aduladores, de los rufianes, de los parásitos y demás gentes de esa clase, para quienes todos se reduce al bien hablar (p. 47).

## Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

As belas frases convêm aos retóricos, aos poetas, aos áulicos, aos namorados, às cortesãs, aos proxenetas, aos aduladores, aos parasitas e semelhantes, para os quais o falar bem é um fim (p. 60).

## Tradução nossa

As palavras belas são convenientes aos oradores, artistas, escravos da corte, libertinos, meretrizes, leões, aduladores, comediantes e esses semelhantes, para quem o fim é expressar-se bem.

---

<sup>170</sup> *bella*: de acordo com Dicionário Latim-Português (2001, p. 101): “*bellus, a, um* (benulus) *dim.* de *bonus=bonus* (duenus) *adj.* 1. lindo, encantador, elegante, amável, delicado. 2. de boa saúde, em bom estado”. Acreditamos se tratar de adjetivo de origem *vulgar* ou *românica*.

<sup>171</sup> *verbum, -i* (substantivo): palavra; expressão; linguagem; discurso.

<sup>172</sup> *rhetor, -oris* (substantivo): orador; retórico.

<sup>173</sup> *poëtas* (poëta, -ae): poeta; artista.

<sup>174</sup> *aulici, -orum* (substantivo): escravos da corte.

<sup>175</sup> *amator, -oris* (substantivo): amante; libertino; devasso.

<sup>176</sup> *meretrix, -cis* (substantivo): rameiras; prostitutas; meretrizes.

<sup>177</sup> *leo, -onis* (substantivo): leões.

<sup>178</sup> *adulator, -oris* (substantivo): adulator; lisonjeiro.

<sup>179</sup> *parisutus, i* (substantivo): parasita; hóspede; comediante.

<sup>180</sup> *hic, haec, hoc* (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>181</sup> *similes* (adjetivo biforme): semelhante; parecido.

<sup>182</sup> *qui, quæ, quod* (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>183</sup> *loqui* (perfeito do verbo depoente *loquor*): falar; dizer; expressar-se.

<sup>184</sup> *finis, -is* (substantivo): fim; limite; alvo.

<sup>185</sup> *est* (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

Do excerto da **Lição 06**, há algumas questões que merecem nossa atenção: primeiro, porque há usos de formas que pertencem ao *latim vulgar*, por exemplo, o adjetivo triforme *bella* (*bellus, -a, -um*) em lugar do adjetivo *pulchra* (*pulcher, -cra, -crum*); em segundo porque a expressão *belle loqui* se dizia no *latim clássico* “*bene loqui*” (ou seja, *exprimir-se bem* ou *falar bem*) (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 400). Onde também era comum se empregar a expressão “*latine loqui*”, ou seja, *falar latim* (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 400).

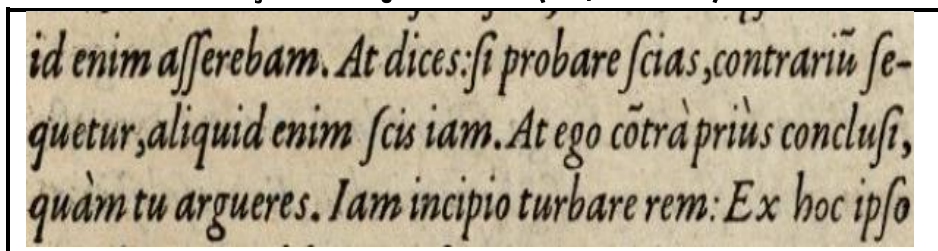
Ao nosso ver, o vocábulo *bella* tem relação direta com a língua castelhana, como se pode ler na tradução do termo em: “Las palabras *bellas*” (SANCHEZ 1977, p. 47, grifo nosso). As formas *bella/bellas* são formas morfológicamente próximas, diferentemente de *pulchra/bellas*.

Outro fato que atesta ser essa palavra de origem vulgar é que se encontra em glosas, tais como no *Corpus Glossariorum Latinorum* na glosa de Reichenau (apud COUTINHO, 1981, p. 40): “1 – *pulchra: bella*”, ou seja, *pulchra* (*latim clássico*) e *bella* (*latim vulgar*). Conforme salienta Coutinho (1981, p. 32), uma das características do *latim vulgar* é o “emprego frequente de termos, representativos de ideias, que eram expressas diferentemente no *latim literário*”, sendo um dos exemplos: *bellus* em oposição a *pulcher*.

Em terceiro lugar, em textos didáticos produzidos na modernidade, especialmente após o século XX, tornou-se comum o uso do sinal mácron ( ¯ ) em palavras cujos acentos indiquem a quantidade silábica longa; de igual maneira, usa-se a bráquia ( ˇ ) para vogais breves (FURLAN; BUSARELLO, 1997; MIRANDA POZA, 2005; SOUZA, 2019a).

O vocábulo “poëtas” que aparece no texto com um trema ( ¨ ) passou a ser grafados com mácron ( ¯ ) sobre a vogal longa: *poëta*. Seja como for, em *poëta/poëta* temos uma palavra, que ao ser pronunciada, teríamos um hiato: **po-ë-ta** [po'e:ta]. Este é o valor do diacrítico presente nela, indicar a separação silábica entre **-o-** e **-ë-**, de maneira que o leitor não se confundisse em pronunciar como se fosse um ditongo. A motivação de seu uso, nesse exemplo, é puramente instrutiva para pronúnciação (SOUZA, 2019a).

#### LIÇÃO 07 – Fragmento da obra (f. 01, linhas 8-10)



#### Transcrição paleográfica

At<sup>186</sup> dices<sup>187</sup>: si<sup>188</sup> probare<sup>189</sup> scias<sup>190</sup>, contrariũ<sup>191</sup> sequetur<sup>192</sup>, aliquid<sup>193</sup> enim<sup>194</sup> scis<sup>195</sup> iam<sup>196</sup>. At ego<sup>197</sup> cõtrà<sup>198</sup> priùs<sup>199</sup> conclusi<sup>200</sup>, quàm<sup>201</sup> tu<sup>202</sup> argueres<sup>203</sup>.

<sup>186</sup> at (conjunção): mas; porém, todavia; pelo contrário.

<sup>187</sup> dices (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbodico): dizer; pronunciar.

<sup>188</sup> si (conjunção): se; se por ventura; todas as vezes que.

<sup>189</sup> probare (forma no infinitivo do verbo *probo*): julgar; apreciar; estimar; aprovar; provar; demonstrar.

<sup>190</sup> scias (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verboscio): saber; conhecer.

<sup>191</sup> contrarium, -ii (substantivo): o contrário; o inverso.

<sup>192</sup> sequetur (verbo na voz passiva): seguir; acompanhar; ir atrás de.

<sup>193</sup> aliquis, aliqui, aliqua, aliquid, aliquod (adjetivo e pronome indefinido): algum; alguém; alguma coisa.

<sup>194</sup> enim (advérbio) certamente; sem dúvida; na verdade; de fato; na realidade.

<sup>195</sup> scis (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verboscio): saber; conhecer.

<sup>196</sup> iam (advérbio): agora; já; imediatamente; logo.

<sup>197</sup> ego (pronome pessoal de *ego*, *mei* em nominativo; 1ª pessoa do singular): eu.

## Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Podrás decirme: ‘Si sabes demostrarla, habrá que concluir lo contrario, pues ya sabes algo’. Pero yo concluí eso mismo antes que me presentases tu objeción (p. 49).

## Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Dirás talvez: se souberes provar, seguir-se-á o contrário, visto que já sabes alguma coisa. Não: antes de tu argüires já eu tinha concluído contra (p. 63).

## Tradução nossa

Todavía, tu dizes: se por ventura sabes demonstrar [algo], o contrário se segue, alguma [coisa] certamente já sabes. Porém eu, ao contrário, concluí [isso] antes que tu [me] mostrasse.

No excerto da **Lição 07**, encontramos uma forma que apresenta uma *abreviação comsinal de significado fixo* (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008) em *contrariũ* (contrarium). Anteriormente, nas **Lições 01** e **02**, vimos que os vocábulos, respectivamente, *quãuis* (quamvis) e *cõdideramq*(condideramque), que também apresentam abreviações de formas. Percebemos que tais abreviações podem ser encaradas

---

<sup>198</sup> cõtrà (advérbio e preposição): em frente; face a face; ao contrário; contrariamente.

<sup>199</sup> priús (advérbio): antes; primeiramente; de preferência.

<sup>200</sup> conclusi (perfeito do verbo *concludo*): fechar; encerrar; concluir; completar.

<sup>201</sup> qui, quæ, quod (pronomes relativos): que; o qual; quem.

<sup>202</sup> tu (pronomes pessoais de *ego*, *mei* em nominativo; 2ª pessoa do singular): tu.

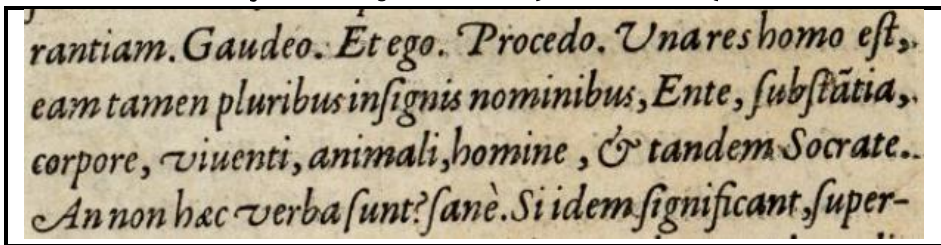
<sup>203</sup> argueres (2ª pessoa do singular do subjuntivo do verbo *arguo*): mostrar; provar; demonstrar; indicar; afirmar; convencer.

como reduções morfológicas, mas que não afetam as funções sintáticas expressas pelas desinências de caso.

Em uma observação mais atenta, porém, vemos que o substantivo *contrariū* (*contrarium*) tem, na verdade, uma redução morfológica na desinência de acusativo singular da segunda declinação **-um**. Não nos parece mera abreviação, mas indicativo de nasalidade da palavra. Isso pode ser confrontado com outros vocábulos que não sofreram esse tipo de redução em outras partes do mesmo texto. Se fosse, de fato, uma abreviação, deveria ser algo um pouco mais uniforme em toda a obra, o que não ocorre.

Enquanto que o advérbio *prius* e o pronome relativo *quàm* possuem acentos similares ao que vimos em Araujo (1627) e noutras amostras anteriormente apresentadas. Estes vocábulos estão grafados com acento grave ( ` ), que não sinaliza a quantidade silábica, mas apenas demarca a elevação da sílaba.

#### LIÇÃO 08 — Fragmento da obra (f. 02, linhas 18-21)



#### Transcrição paleográfica

Una<sup>204</sup> res<sup>205</sup> homo<sup>206</sup> est<sup>207</sup>, eam<sup>208</sup> tamen<sup>209</sup> pluribus<sup>210</sup> insignis<sup>211</sup> nominibus<sup>212</sup>, Ente<sup>213</sup>, substãtia<sup>214</sup>, corpore<sup>215</sup>, viuenti<sup>216</sup>,

<sup>204</sup> unus, -a, -um (adjetivo numeral): um/uma.

<sup>205</sup> res, rei (substantivo): coisa.

animali<sup>217</sup>, homine<sup>218</sup>, & tandem<sup>219</sup> Socrate<sup>220</sup>. An<sup>221</sup> non<sup>222</sup> hæc<sup>223</sup> verba<sup>224</sup> sunt? Sanè<sup>225</sup>.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

No obstante ser el hombre una sola cosa, la designas con muchos nombres: *ente, substancia, cuerpo, viviente, animal* y hasta *Sócrates*. ¿Qué es todo esto, sino palabras? (p. 51, grifos do tradutor).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

— *Homem é uma coisa só, e todavia tu dás a essa coisa diferentes nomes: Ente, substância, corpo, vivente, animal, homem, e*

---

<sup>206</sup> homo, -ominis (substantivo): homem; pessoa.

<sup>207</sup> est (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>208</sup>is, ea, id (pronome anafórico): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>209</sup>tamen (conjunção): todavia; contudo.

<sup>210</sup> pluribus (plural do comparativo plus, pluris): maior quantidade; melhor; mais numerosos; um número maior de; vários; bastante numerosos.

<sup>211</sup> insignis (insigne, -is): marca; sinal; marca distintiva; insignia; distintivo; emblema / originado do verbo *insignio*: distinguir; distingue-se; torna-se notável; notabiliza-se; faz-se notar.

<sup>212</sup> nomen, -inis (substantivo): nome; títulos.

<sup>213</sup> ente (ens, entis, particípio passado de *sum*): ente; existente.

<sup>214</sup> substantia, -ae (substantivo): substância; ser.

<sup>215</sup> corpus, -oris (substantivo): corpo; matéria; indivíduo; pessoa.

<sup>216</sup> viventi: vocábulo não encontrado em diversos instrumentos linguísticos, a tradução, portanto, se dará pelo contexto. Há o registro de “vivi, -orum”: os vivos; os viventes. Mesmo significado indicado na versão espanhola. Há também a possibilidade de entendermos a forma como um particípio ativo: “aquele que vive”.

<sup>217</sup> animal, -alis (substantivo): ser vivo; ser animado; animal.

<sup>218</sup> homo, -ominis (substantivo): homem; pessoa.

<sup>219</sup> tandem (advérbio): enfim; finalmente; no fim de contas; então; pois.

<sup>220</sup> Socrâtes, -is (substantivo): “Sócrates 1. grande e célebre filósofo ateniense do séc. V a. C.” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 623).

<sup>221</sup> an (partícula interrogativa): porventura; acaso; se.

<sup>222</sup> non (advérbio): não.

<sup>223</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>224</sup> verbum, -i (substantivo): palavra; expressão; linguagem; discurso.

<sup>225</sup> sanè (advérbio): sem dúvida; seguramente; sim.

finalmente Sócrates. Não são isto palavras? Sem dúvida (p. 65, grifos do tradutor).

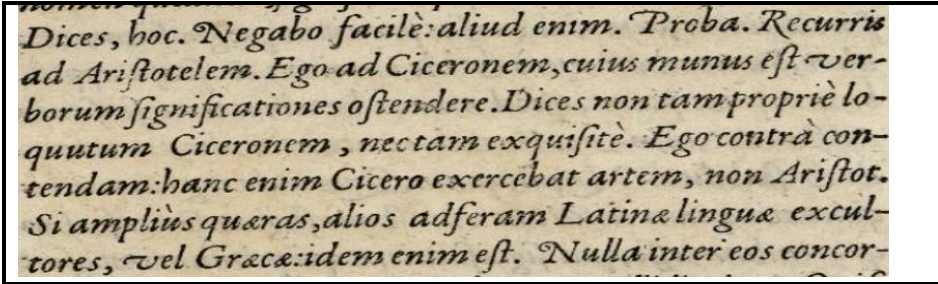
### Tradução nossa

O homem é uma coisa, todavia ele faz-se notar por muitos nomes: ente, substância, indivíduo, vivente, animal [e], finalmente, Sócrates. Porventura, não são essas [apenas] palavras? Sem dúvida.

Na **Lição 08**, temos um exemplo de abreviação de palavra no substantivo *substãtia* (substantia). Podemos crer que se trata de abreviação que revela a nasalidade da forma, visto que a presença do diacrítico til ( ~ ) ocorre em sílabas em que a vogal é nasalizada e, neste exemplo, o **-n-** não compõe uma desinência, mas uma parte do radical da palavra, como nos exemplos das **Lições 01 e 02**.

Ainda na **Lição 08**, temos outro exemplo de emprego do acento grave ( ` ) no advérbio *sanè*, demarcando a elevação da sílaba. Há também o emprego da *nota tironiana* com função de conjunção aditiva, mesma função que vimos na **Lição 05**.

## LIÇÃO 09 — Fragmento da obra (f. 03, linhas 3-9)



### Transcrição paleográfica

Recurris<sup>226</sup> ad<sup>227</sup> Aristotelem<sup>228</sup>. Ego<sup>229</sup> ad<sup>230</sup> Ciceronem<sup>231</sup>, cuius<sup>232</sup> munus<sup>233</sup> est verborum significationes<sup>234</sup> ostendere<sup>235</sup>. Dices<sup>236</sup> non tam<sup>237</sup> propriè<sup>238</sup> loquutum<sup>239</sup> Ciceronem, nec<sup>240</sup> tam exquisitè<sup>241</sup>. Ego contrà<sup>242</sup> contendam<sup>243</sup>: hanc<sup>244</sup> enim<sup>245</sup> Cicero exercebat<sup>246</sup> artem<sup>247</sup>, non Aristot. Si<sup>248</sup> ampliùs<sup>249</sup>

<sup>226</sup>recurris (2ª pessoa do singular do perfeito do subjuntivo do verbo *recurra*): correr para trás; voltar correndo rapidamente; voltar; recorrer.

<sup>227</sup> ad (preposição que rege o caso acusativo): para; a; até; junto de; em.

<sup>228</sup> Aristotēlēs, -is (substantivo): "Aristóteles 1. célebre filósofo de Estagira, preceptor de Alexandre" (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 78).

<sup>229</sup> ego (pronome pessoal de *ego*, *mei* em nominativo; 1ª pessoa do singular): eu.

<sup>230</sup> ad (preposição que rege o caso acusativo): para; a; até; junto de; em.

<sup>231</sup> Cicerō, -ōnis (substantivo): "1. Marco Túlio Cícero, o orador" (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 136).

<sup>232</sup> cuius (qui, quæ, quod, pronome relativo): que; o qual; quem / pertencente a quem; de quem; a quem.

<sup>233</sup> munus, -eris (substantivo): cargo; função; ofício público; ocupação.

<sup>234</sup> significatio, -onis (substantivo): significado; indicação; sinal; anúncio; alusão.

<sup>235</sup> ostendere (forma no infinitivo do verbo *ostendo*): estender adiante; expor; apresentar; mostrar; fazer ver; significar; revelar; prometer.

<sup>236</sup> dices (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *dicō*): dizer; pronunciar.

<sup>237</sup> tam (advérbio): tão; tanto; de tal forma.

<sup>238</sup> propriè (advérbio): particularmente; em particular; especialmente; propriamente.

<sup>239</sup> loquutum (supino do verbo *loquor*): falar; dizer; expressar-se.

<sup>240</sup> nec, neque (conjunção): e não; nem.

<sup>241</sup> exquisitè (advérbio de *exquisitus*): com muito cuidado; com escolha; dum modo aprofundado.

<sup>242</sup> contrà (advérbio e preposição): em frente; face a face; ao contrário; contrariamente.

<sup>243</sup> contendam (1ª pessoa do singular do subjuntivo do verbo *contendo*): resetar; estender; afirmar; sustentar; pretender.

<sup>244</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>245</sup> enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

<sup>246</sup> exercebat (verbo no pretérito): exercer; praticar.

<sup>247</sup> artem (ars, artis): conduta; habilidade; ciência; conhecimentos técnicos; trabalho; ofício.



quæras<sup>250</sup>, alios<sup>251</sup> adferam<sup>252</sup> Latinæ<sup>253</sup> linguæ<sup>254</sup> excultores<sup>255</sup>,  
vel<sup>256</sup> Græcæ<sup>257</sup>: idem<sup>258</sup> enim<sup>259</sup> est.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Recurres a Aristóteles para darme una prueba. Yo acudiré a Cicerón, pues su oficio era mostrar el significado de las palabras. Dirás que Cicerón no habló con tanta finura. Y yo te repli-caré lo contrario, pues era Cicerón quien ejercía este arte, y no Aristóteles. Y si me pides más, traeré a otros cultivadores de la lengua latina o de la griega (p. 51-52).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Se, para provar, te socorres de Aristóteles, eu recorrerei a Cíce-ro, a quem compete indicar a significação das palavras. Alegra-ras que Cícero não falou com tanta propriedade nem com tanto apuro. Eu afirmarei o contrário, pois essa arte exercia-a Cícero, e não Aristóteles. Se quiseres mais, recorrerei a outros cultores da língua latina, ou até da grega: o resultado será o mesmo (p. 66).

---

<sup>248</sup> si (conjunção): se; se por ventura; todas as vezes que.

<sup>249</sup> ampliùs (advérbio comparativo de *ample*): mais; em maior quantidade; por mais tempo.

<sup>250</sup> quæras (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *quæro*): procurar; buscar; procurar saber; perguntar; querer.

<sup>251</sup> alius, alia, aliud (pronome indefinido): outros.

<sup>252</sup> adferam (do verbo *affero*): levar para; trazer; produzir; motivar; alegar; referir.

<sup>253</sup> Latinus, -a, -um (adjetivo triforme): [língua] Latina.

<sup>254</sup> lingua, -ae (substantivo): língua; idioma.

<sup>255</sup> excultor, -oris (substantivo): aquele que cultiva; cultivadores.

<sup>256</sup> vel (advérbio): ou; se queres; ou se queres; mesmo / (conjunção): ou; ou então; ou... ou.

<sup>257</sup> Græcus, -a, -um (adjetivo triforme): [língua] Grega.

<sup>258</sup> idem, eadem, idem (pronome de identidade): o mesmo; a mesma; também; ao mesmo tempo.

<sup>259</sup> enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

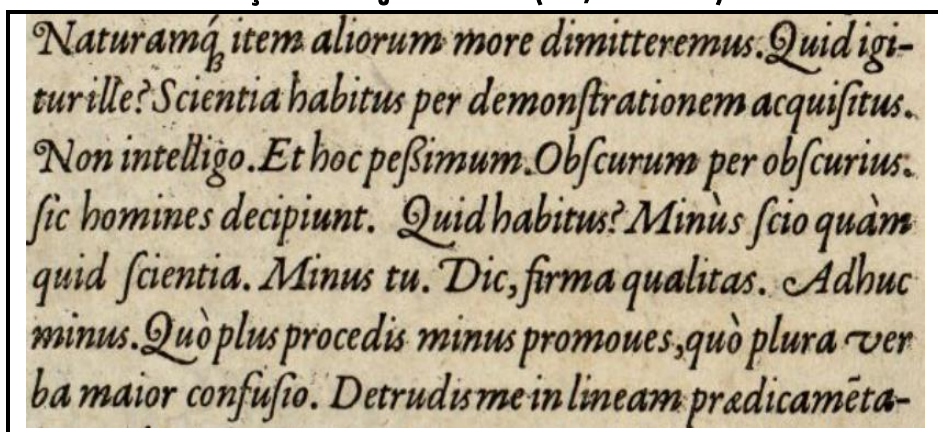
Tu recorres a Aristóteles [para dar-me alguma prova]. Eu [recorro] a Cícero, a quem a ocupação era mostrar os significados das palavras. De tal forma, tu dirás [que] Cícero não falou [sobre isso] particularmente, nem tanto dum modo aprofundado. Eu afirmo contrariamente: pois Cícero exercia esta arte, não Aristóteles. Se por ventura, tu procuras saber mais, trarei outros cultivadores da língua Latina ou da [língua] Grega também: porquanto isso é o mesmo.

Na **Lição 09**, temos o uso adequado para a preposição **ad** em “ad Aristotelem” e “ad Ciceronem”, visto que ambos substantivos se encontram com a desinência **-em**, sinalizando o caso acusativo singular da terceira declinação. No entanto, tal preposição poderia ser suprimida se ambos os substantivos estivessem no caso dativo em **-i**, tendo em vista que a regência dos verbos latinos não exige a presença de preposições como ocorre em língua portuguesa, por exemplo. Diante disso, vemos uma estrutura de sentença analítica (com mais termos), onde se poderia ter uma estrutura sintética (com menos termos), mais propícia ao latim. A presença dessas preposições nessas e noutras sentenças parece ser algo do estilo do autor, que a todo instante faz reforços de certos usos analíticos.

O advérbio e preposição *contrà*, uma forma não abreviada, se contrasta com *côtrà* (contra), na qual se tem uma **abreviação comsinal de significado fixo** (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008), similar ao que vimos na **Lição 07**. Trata-se da mesma palavra, em situações, aparentemente, similares, mas que são grafadas diferentemente.

Por fim, resta mencionar que o substantivo *Aristot.* (Aristoteles) está apresentando o que Silveira Bueno (1946, p. 159) definia como “abreviaturas por *Suspensão* ou *Apócope*, quando falta o final da palavra” e Flexor (2008) confirma ser uma *abreviação por suspensão ou apócope*, “quando falta o final da palavra” (FLEXOR, 2008, p. 14).

#### LIÇÃO 10 – Fragmento da obra (f. 04, linhas 20-26)



#### Transcrição paleográfica

Quid<sup>260</sup>    igitur<sup>261</sup>    ille<sup>262?</sup>    Scientia<sup>263</sup>    habitus<sup>264</sup>    per<sup>265</sup>  
demonstrationem<sup>266</sup>    acquisitus<sup>267</sup>.    Non    intelligo<sup>268</sup>.    Et<sup>269</sup>

<sup>260</sup> quis, qui, quae, quid, quod (pronome interrogativo): Que? Quem? Qual? Que coisa? Que espécie? Quê? Porque? Por que razão?

<sup>261</sup> igitur (conjunção): portanto; pois; então; por consequência; em resumo; em suma.

<sup>262</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>263</sup> scientia, -ae (substantivo): conhecimento; saber; conhecimento científico; ciência.

<sup>264</sup> habitus, -us (substantivo): hábito; estado; exterior; constituição; aspecto; caráter.

<sup>265</sup> per (preposição que rege acusativo): através de; por; por entre; diante de; por; por meio de; por intermédio de.

<sup>266</sup> demonstratio, -onis (substantivo): demonstração; descrição.

<sup>267</sup> acquisitus (particípio do verbo *acquirō*): ajuntar; adquirir; obter.

<sup>268</sup> intelligo (1ª pessoa do singular do presente do indicativo): perceber; compreender; discernir; notar; reconhecer; entender.

<sup>269</sup> et (conjunção aditiva): e; e até; e também; e além disso; e depois disto.

hoc<sup>270</sup>pessimum<sup>271</sup>. Obscurum<sup>272</sup> per<sup>273</sup> obscurius<sup>274</sup>. Sic<sup>275</sup> homines<sup>276</sup> decipiunt<sup>277</sup>. Quid<sup>278</sup> habitus? Minus<sup>279</sup> scio<sup>280</sup> quàm<sup>281</sup> quid scientia. Minus<sup>282</sup> tu. Dic, firma<sup>283</sup> qualitas<sup>284</sup>. Adhuc<sup>285</sup> minus<sup>286</sup>. Quò<sup>287</sup> plus<sup>288</sup> procedis<sup>289</sup> minus promoues<sup>290</sup>, quò plura<sup>291</sup> verba maior<sup>292</sup> confusio<sup>293</sup>.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

¿Qué dice, pues, Aristóteles? Que la ciencia es un hábito adquirido por demostración. Esa definición es pésima. Consiste en definir lo oscuro por lo más oscuro. Así es como engañan los hombres. ¿Qué es un hábito? Lo sé menos aún que lo que es ciencia. Y tú, menos todavía. Cuanto más avanzas, menos me convences(p. 54).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

<sup>270</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>271</sup> pessimum (superlativo do adjetivo *pessimus*, -a, -um): péssimo; detestável; muito cruel.

<sup>272</sup> obscurum, -i (substantivo): obscuridade.

<sup>273</sup> per (preposição que rege acusativo): através de; por; por entre; diante de; por; por meio de; por intermédio de.

<sup>274</sup> obscurius (comparativo de superioridade do adjetivo *obscurus*, -a, -um): escuro; obscuro; sóbrio; tenebroso.

<sup>275</sup> sic (advérbio): assim; deste modo.

<sup>276</sup> homo, -ominis (substantivo): homem; pessoa.

<sup>277</sup> decipiunt (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *decipio*): apanhar; surpreender; enganar; iludir.

<sup>278</sup> quis, qui, quae, quid, quod (pronome interrogativo): Que? Quem? Qual? Que coisa? Que espécie? Quê? Porque? Por que razão?

<sup>279</sup> minus (advérbio): menos; muito pouco.

<sup>280</sup> scio (1ª pessoa do singular do presente do indicativo): saber; conhecer; ter conhecimento.

<sup>281</sup> qui, quae, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>282</sup> minus (advérbio): menos; muito pouco.

<sup>283</sup> firmus, -a, -um (adjetivo): firme; sólido; consistente; resistente.

<sup>284</sup> qualitas, -atis (substantivo): qualidade; natureza das coisas; maneira de ser.

<sup>285</sup> adhuc (advérbio): até agora; até ao presente; e até então; ainda.

<sup>286</sup> minus (advérbio): menos; muito pouco.

<sup>287</sup> qui, quae, quod (pronome relativo): que; o qual; quem [ou quanto].

<sup>288</sup> plus, pluris (comparativo de *multus*): mais; melhor.

<sup>289</sup> procedis (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *procedo*): ir para adiante; avançar; afastar-se.

<sup>290</sup> promoues (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *promoveo*): fazer avançar; promove; revelar; adiar.

<sup>291</sup> plus, pluris (comparativo de *multus*): mais; melhor.

<sup>292</sup> maior, -us (comparativo de *magnus*): maior.

<sup>293</sup> confusio, -onis (substantivo): ação de misturar; confusão; desordem; vergonha.

Ora, o que diz ele? Diz que a ciência é ‘*um hábito adquirido por demonstração*’. Não compreendo. Acho péssima essa definição: é definir uma coisa obscura por outra mais obscura ainda. Assim enganam os homens. O que é um hábito? Para mim ainda é mais obscura a palavra *hábito* que a palavra *ciência*; e para ti também com certeza não mais clara. O hábito, podes tu dizer, é ‘qualidade constante’. Cada vez percebo menos. Quanto mais caminhas, menos adiantas: quanto mais palavras, maior confusão (p. 67-68, grifos do tradutor).

### Tradução nossa

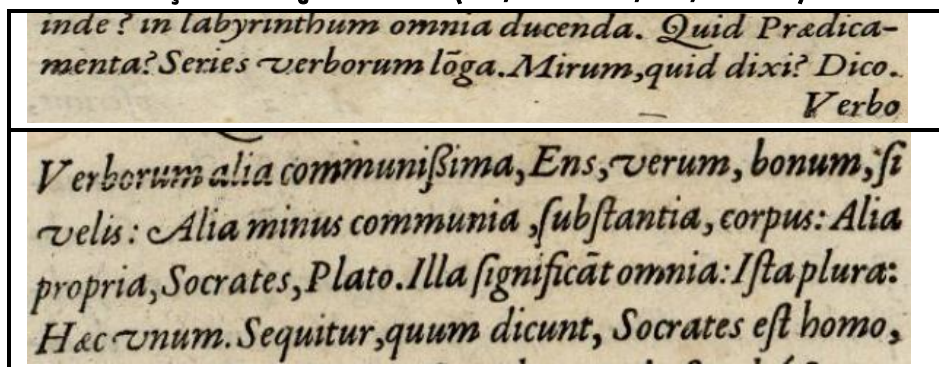
Que diz, pois, ele? Que a ciência [é] um hábito adquirido através da demonstração. Não [o] compreendi. E isso é péssimo. A obscuridade pelo mais obscuro. Assim se enganam os homens. Que [é] um hábito? Sei menos que o que é a ciência. Tu, muito pouco. Afirmas: qualidade consistente. Até agora [isso diz] muito pouco. Quanto mais avanças, menos revelas, quanto mais palavras, maior a confusão.

A **Lição 10** contém os vocábulos *minùs*, *quàm* e *quò* cujas grafias com acento grave ( ` ) já foi percebida em outras amostras, como nas **Lições 02** e **08**, reforçando a hipótese de Ilari (1999, 2018), de que esse fato se tornou comum em textos latinos do mesmo século em que a obra de Sanches foi escrita. Mais amostras como essas podem nos assegurar tal hipótese.

Ainda sobre a lição em discussão, temos o substantivo *scientia* que aparece duas vezes: a) uma no caso nominativo com

função sintática de sujeito: “**Scientia** habitus per demonstratio-  
nem acquisitus” (SANCHEZ, 1581, p. 4) - “Que la **ciencia** es un  
hábito adquirido por demostración” (SANCHEZ, 1977, p. 54);  
b) outra na função de acusativo, portanto, funciona como objeto  
direto: “Minùs scio quàm quid **scientia**” (SANCHEZ, 1581, p. 4)  
- “Lo sé menos aún que lo que es **ciencia**” (SANCHEZ, 1977, p.  
54). Entretanto, esta última forma em acusativo deveria ser gra-  
fada *scientiam* com a desinência **-am** e não **-a**, fato que não ocor-  
reu seja por esquecimento, seja por uso agramatical ou por ser  
um uso comum nesse tipo de construção sintática.

#### LIÇÃO 11 — Fragmento da obra (f. 04, linhas 29-31; f. 05, linhas 1-4)



#### Transcrição paleográfica

Quid<sup>294</sup> Prædicamenta<sup>295</sup>? Series<sup>296</sup> verborum lōga<sup>297</sup>. Mirum<sup>298</sup>,  
quid dixi<sup>299</sup>? Dico. Verborum alia<sup>300</sup> comunissima<sup>301</sup>, Ens, ve-

<sup>294</sup>quis, qui, quae, quid, quod (pronome interrogativo): Que? Quem? Qual? Que coisa? Que espécie? Qué? Porque? Por que razão?

<sup>295</sup>prædicamentum, -i (substantivo): enunciação; categorias; predicamentos.

<sup>296</sup>series, -ei (substantivo): série; conexão; ordem.

<sup>297</sup>longus, -a, -um (adjetivo triforme): comprido; longo; extenso; grande.

<sup>298</sup>mirus, -a, -um (substantivo): digno de admiração; admiração; admirável; maravilhoso; surpreendente.

<sup>299</sup>dixi (perfeito do verbodico): dizer; pronunciar.

rum<sup>302</sup>, bonum<sup>303</sup>, si velis<sup>304</sup>: Alia<sup>305</sup> minus communia<sup>306</sup>, substantia, corpus: Alia propria<sup>307</sup>, Socrates, Plato<sup>308</sup>. Illa<sup>309</sup> significat<sup>310</sup> omnia<sup>311</sup>: ista<sup>312</sup> plura<sup>313</sup>: Hæc<sup>314</sup> vnum.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

¿Qué son los predicamentos? Una larga serie de palabras. Pero, ¿qué he dicho? Digo: de palabras, unas muy generales, como *ente, verdad, bien*; otras menos generales, como *sustancia, cuerpo*; otras, propias, como *Sócrates, Platón*. Aquéllas lo significan todo; las segundas, muchas cosas; las últimas, una sola (p. 55, grifos do tradutor).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Realmente o que são as categorias? Uma longa série de palavras. É estranho o que eu disse? Pois é assim mesmo. Dos nomes, uns são comuníssimos, como, por exemplo, Ente, verdade, bem, se quiseres; outros menos comuns, como, por exemplo, substância, corpo; outros, próprios, como, por exemplo, Sócrates,

---

<sup>300</sup> alius, -a, -ud (pronome e adjetivo indefinido): outro.

<sup>301</sup> communissima (superlativo do adjetivo *communis*, -e): comum; geral; público; aberto; acessível; banal; medíocre.

<sup>302</sup> verum, -i (substantivo): a verdade; o verdadeiro; o justo.

<sup>303</sup> bonum, -i (substantivo): bem.

<sup>304</sup> velum, -i (substantivo): disfarce; máscara.

<sup>305</sup> alius, -a, -ud (pronome e adjetivo indefinido): outro.

<sup>306</sup> communis, -e (adjetivo biforme): comum; geral; público; aberto; acessível; banal; medíocre.

<sup>307</sup> proprius, -a, -um (adjetivo triforme): próprio.

<sup>308</sup> Platō, ōnis (substantivo): "Platão [célebre filósofo grego, discípulo de Sócrates]" (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 517).

<sup>309</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>310</sup> significat (3ª pessoa do plural presente do indicativo do verbo *significo*) mostrar por sinais; indicar; fazer compreender; fazer conhecer; mostrar; declarar; significar.

<sup>311</sup> omnia (adjetivo biforme): toda; tudo.

<sup>312</sup> iste, -a, -ud (adjetivo e pronome demonstrativo): esse; essa; isso.

<sup>313</sup> plus, pluris (comparativo de *multus*): mais; melhor.

<sup>314</sup> hic, hæc, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

tes, Platão. Os primeiros significam todas as coisas; os segundos, muitas; os últimos, uma só (p. 68).

### Tradução nossa

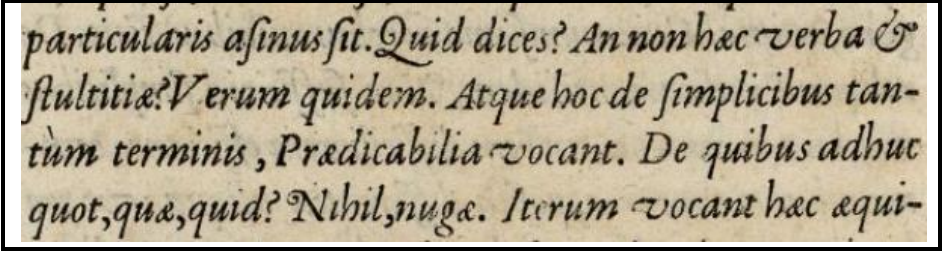
O que [são] categorias? [São] séries longas de palavras. [É] digno de admiração, o que tens dito? Digo[:] de outras palavras banalíssimas, [por exemplo:] o ente, a verdade, o bem, posto que para os disfarces; outras menos comuns, [tais como:] a substância, o corpo; outras próprias, [tais como:] Sócrates, Platão. Aquelas significam tudo; essas muitas [outras coisas]; estas uma [somente].

Neste excerto, temos o adjetivo *lōga* (longa) com grafia abreviada, como já verificamos em outras situações (*quāuisna Lição 03* e *cōtrà*, na *Lição 07*, por exemplo). Seguindo o mesmo raciocínio de antes, manteremos a indicação de que se trata de formas abreviadas, em que o til ( ~ ) suprime um **-n-** ou **-m-** no interior (síncope) ou no fim (apócope) dos vocábulos.

Enquanto que a forma verbal *significāt* (significant) sinaliza não apenas nasalidade, mas também uma redução morfológica da *desinência pessoal da voz ativa*, haja vista que a desinência **-t** pertence a 3ª pessoa do singular e **-nt** a 3ª pessoa do plural. Assim, ao empregar o til ( ~ ), nesse vocábulo, o autor mexe tanto no som que a palavra terá, ao ser pronunciada, como também na compreensão do que a desinência pessoal representa. Um iniciante nos estudos do latim, por exemplo, seria levado a crer que se trata de um verbo no singular e não plural, como de fato o é.



## LIÇÃO 12 — Fragmento da obra (f. 06, linhas 9-12)



*particularis asinus sit. Quid dices? An non hæc verba & stultitiæ? Verum quidem. Atque hoc de simplicibus tantum terminis, Prædicabilia vocant. De quibus adhuc quot, quæ, quid? Nihil, nugæ. Iterum vocant hæc equi-*

### Transcrição paleográfica

Quid<sup>315</sup> dices<sup>316</sup>? An<sup>317</sup> non hæc verba & stultitiæ<sup>318</sup>? Verum<sup>319</sup> quidem<sup>320</sup>. Atque<sup>321</sup> hoc de<sup>322</sup> simplicibus<sup>323</sup> tantum<sup>324</sup> terminis<sup>325</sup>, Prædicabilia<sup>326</sup> vocant<sup>327</sup>. De quibus<sup>328</sup> adhuc<sup>329</sup> quot<sup>330</sup>, quæ<sup>331</sup>, quid<sup>332</sup>? Nihil<sup>333</sup>, nugæ<sup>334</sup>.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

¿Qué respondes? ¿Qué es todo esto, sino palabras y necesidades? No son, ciertamente, otra cosa. Y esto sólo de los términos sim-

<sup>315</sup> quis, qui, quae, quid, quod (pronome interrogativo): Que? Quem? Qual? Que coisa? Que espécie? Qué? Porque? Por que razão?

<sup>316</sup> dices (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbodico): dizer; pronunciar.

<sup>317</sup> an (partícula interrogativa): porventura; acaso; se.

<sup>318</sup> stultitia, -æ (substantivo): estupidez; tolice; insensatez; imprudência; extravagâncias.

<sup>319</sup> verum, -i (substantivo): a verdade; o verdadeiro; o justo.

<sup>320</sup> quidem (advérbio): na verdade; certamente.

<sup>321</sup> atque (atque ou ac, conjunção copulativa e adversativa): e; e até; e sobretudo; e mesmo; e por outro lado; mas; ou antes; e contudo; e todavia.

<sup>322</sup> de (preposição que rege ablativo): de; de cima de; a partir de; de (origem); depois de; logo (geralmente indica afastamento do ponto de origem); só; acerca de.

<sup>323</sup> simplicibus (adjetivo biforme de simplex, -icis): simples; não composto; singelo; só; único; isolado.

<sup>324</sup> tantum (com função substantiva): tão grande quantidade de; tanto (com função adverbial): tanto; tão grandemente; a tal ponto.

<sup>325</sup> terminus, -i (substantivo): termo; limite; fim; extremidade.

<sup>326</sup> prædicabilis, -e (adjetivo biforme): digno de ser publicado; digno de elogios; predicável.

<sup>327</sup> vocant (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbovoco): chamar; mandar; vir; convocar; reunir.

<sup>328</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>329</sup> adhuc (advérbio): até agora; até ao presente; e até então; ainda.

<sup>330</sup> quot (pronome interrogativo): quanto.

<sup>331</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>332</sup> quis, qui, quae, quid, quod (pronome interrogativo): Que? Quem? Qual? Que coisa? Que espécie? Qué? Porque? Por que razão?

<sup>333</sup> nihil (função pronominal e substantiva): nada; nulidade; zero; um nada.

<sup>334</sup> nugæ, -arum (substantivo): bagatelas; ninharias; frivolidades; frioleiras.

ples, que llaman predicables. Acerca de los cuales se preguntan aún que cuántos son, que cómo son, que qué son. Nada tonterías (p. 57).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Que te parece? Não são tudo isto simples palavras e disparates? Sem dúvida; e o mesmo se pode dizer de esses termos simples a que chamam “*Praedicabilia*”. Efetivamente, quantos, quais, e o que são eles? Nada, futilidades (p. 70, grifos do autor).

### Tradução nossa

Que tu respondes? Por ventura não [são] estas, palavras e extravagâncias? Certamente [que é] verdade. E isso só dos termos simples, [a que se] chamam predicáveis. Ainda acerca dos quais [se questiona] quantos [são], quem [são] e o que [são]? Nada, frivolidades.

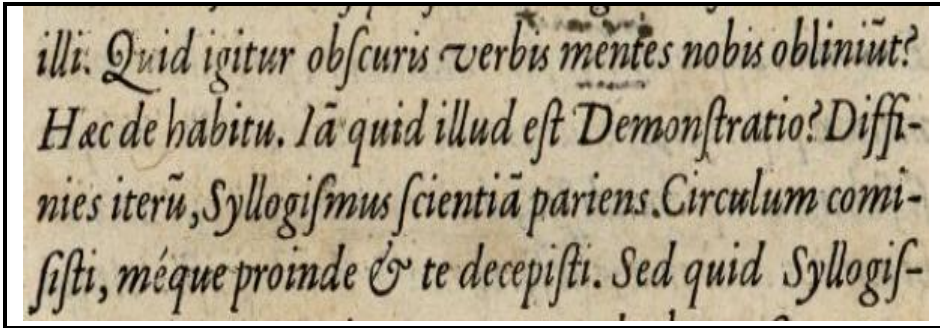
A lição apresenta a *nota tironiana* &, que como já vimos na **Lição 05**, não é a preposição com forma próxima à “e, ex”, portanto, tem a função de uma conjunção aditiva. Mesma função desempenhada pela conjunção **et**. O uso de notasma idade média no século XVI, de acordo com Flexor (2008), trazia uma série de dificuldades de interpretação, pois muitas delas eram quase indecifráveis.

Muitos outros exemplos com o uso da nota tironiana “&” foram localizados na obra de Araujo (1627) e o mesmo se viu na epopeia *Os Lusíadas*, de Camões (1572). No texto poético de

Camões (1572, p. 11), lemos: “As armas, & os barões assinalados” (*canto I, verso 1*), “Em perigos, & guerras esforçados” (*canto I, verso 5*), entre vários outros. Daí vemos o & como uma conjunção aditiva igual a *et* e *-que*, haja vista seu emprego frequente em outros textos em línguas românicas.

Assim como vimos nas **Lições 02 e 10**, encontramos outra amostra de vocábulo acentuado com acento grave ( ` ) em *tantùm*. Outras mais serão destacadas afim de comprovarmos ou refutarmos nossa hipótese inicial, de que isso também era fato usual.

### LIÇÃO 13 — Fragmento da obra (f. 07, linhas 11-14)



#### Transcrição paleográfica

Quid<sup>335</sup> igitur<sup>336</sup> obscurius<sup>337</sup> verbis<sup>338</sup> mentes<sup>339</sup> nobis<sup>340</sup> obliniunt<sup>341</sup>? Hæc<sup>342</sup> de habitu<sup>343</sup>. Iã<sup>344</sup> quid illud<sup>345</sup> est<sup>346</sup> Demonstratio<sup>347</sup>? Deffinies<sup>348</sup> iterũ<sup>349</sup>, Syllogismus<sup>350</sup> scientiã<sup>351</sup> pariens<sup>352</sup>. Circulum<sup>353</sup> comisisti<sup>354</sup>, méque<sup>355</sup> proinde<sup>356</sup> & te<sup>357</sup> decepisti<sup>358</sup>.

<sup>335</sup> quis, qui, quae, quid, quod (pronome interrogativo): Que? Quem? Qual? Que coisa? Que espécie? Quê? Porque? Por que razão?

<sup>336</sup> igitur (conjunção conclusiva): pois; portanto; então.

<sup>337</sup> obscurius (comparativo de superioridade do adjetivo *obscurus*, -a, -um): escuro; obscuro; sóbrio; tenebroso.

<sup>338</sup> verbum, -i (substantivo): palavra; expressão; linguagem; discurso.

<sup>339</sup> mens, mentis (substantivo): mente; pensamento; razão; inteligência; alma; caráter.

<sup>340</sup> nobis (pronome pessoal de *ego*, *mei* em dativo/ablativo): nós.

<sup>341</sup> obliniunt (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *oblinio*): emboçar; untar; cobrir; recobrir; tomar; impregnar.

<sup>342</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>343</sup> habitus, -us (substantivo): hábito; estado; exterior; constituição; aspecto; caráter.

<sup>344</sup> iã (advérbio): agora; já; imediatamente; sem perda de tempo; logo.

<sup>345</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>346</sup> est (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>347</sup> demonstratio, -onis): demonstração; descrição.

<sup>348</sup> deffinies [definies] (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *definio*): delimitar; definir; determinar; expor; concluir.

<sup>349</sup> iterũ (advérbio): pela segunda vez; de novo; por sua parte; por sua vez.

<sup>350</sup> syllogismus, -i (substantivo): silogismo.

<sup>351</sup> scientia, -ae (substantivo): conhecimento; saber; conhecimento científico; ciência.

<sup>352</sup> pariens (do verbo *pario*): produzir; gerar; criar; inventar.

<sup>353</sup> circulum, -i (substantivo): círculo; assembleia; reunião.

<sup>354</sup> comisisti (perfeito do verbo *committo*): juntar; unir; reunir; começar; travar.

<sup>355</sup> méque (pronome pessoal de *ego*, *mei* em ablativo; 1ª pessoa do singular, mais a conjunção posposta *-que*): e a mim.

<sup>356</sup> proinde (advérbio): por isso; por consequência; assim; como.

<sup>357</sup> te (pronome pessoal de *ego*, *mei* em acusativo/ablativo; 2ª pessoa do singular): te; ti.

<sup>358</sup> decepisti (perfeito do verbo *decipio*): apanhar; surpreender; enganar; iludir.

### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Nada sé, pero menos saben ellos. Y hasta aquí, lo que se refiere al hábito científico. ¿Y qué es la demostración? La defines diciendo que es un silogismo que engendra ciencia. Eso es un círculo vicioso, y, por tanto, me engañaste y te engañaste (p. 59).

### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Tudo isto veio a propósito da palavra – hábito. Agora vamos a ver o que vem a ser isso de *demonstração* (demonstratio). Naturalmente defini-la-ás: ‘Silogismo que engendra ciência’. Caíste num círculo vicioso; a ti próprio te enganaste, e a mim também (p. 71, grifos do tradutor).

### Tradução nossa

Porque, pois, os pensamentos tomam as mais obscuras palavras para nós? Isso [vem] pelo hábito. Sem perda de tempo, que é, pois, uma demonstração? Conclui, por sua parte, [que] o silogismo gera o conhecimento. Travou um círculo, e a mim enganaste, assim [como] a ti [enganaste].

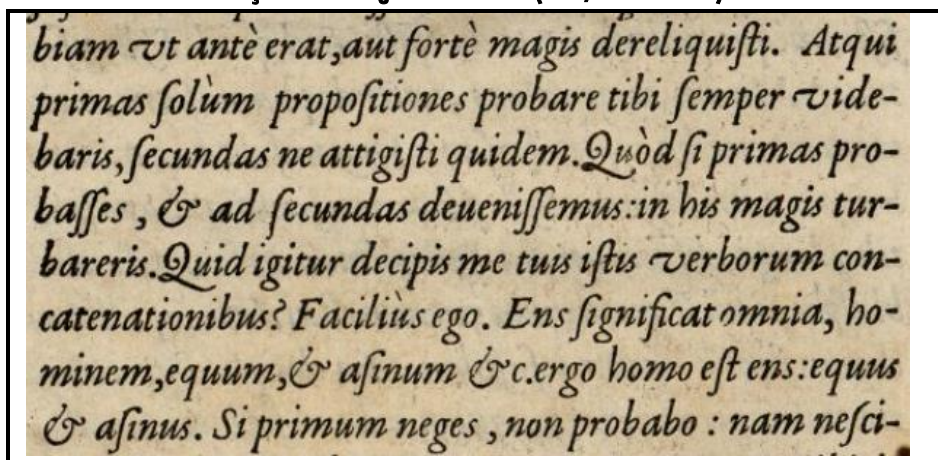
Nesta lição, encontramos alguns vocábulos que retomam uma problemática particular: no primeiro, temos o verbo *oblīniūt* (oblīniunt), em que vemos o mesmo que na **Lição 11**, onde a *desinência pessoal da voz ativa* foi reduzida a um **-t** por causa da *abreviação comsinal de significado fixo* (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008) do **-n-**, sendo, portanto, a indicação de

nasalização com o uso do til ( ~ ). Em seguida, temos a redução morfológica da desinência **-am** de acusativo no substantivo *scientiã* (*scientiam*), em que há a apócope do **-m** final e uso do til ( ~ ).

E logo depois, temos mais duas abreviações, ambas em advérbios: *iã* (**-iam**) e *iterũ* (*iterum*). Nelas, vemos a apócope do **-m** final e emprego do til ( ~ ).

Ainda no mesmo trecho, temos novamente o emprego do acento agudo ( ´ ) em vocábulos como *méque*, em que se separa o pronome pessoal de 1ª pessoa “*me*” da conjunção posposta *que*.

#### LIÇÃO 14 — Fragmento da obra (f. 08, linhas 14-21)



#### Transcrição paleográfica

Atqui<sup>359</sup> primas<sup>360</sup> solùm<sup>361</sup> propositiones<sup>362</sup> probare<sup>363</sup> tibi<sup>364</sup> semper<sup>365</sup> videbaris<sup>366</sup>, secundas<sup>367</sup> ne<sup>368</sup> attigisti<sup>369</sup> quidem<sup>370</sup>.

<sup>359</sup> atqui (conjunção): mas; e todavia; e contudo; na verdade; com efeito.

Quòd<sup>371</sup> si<sup>372</sup> primas probasses, &<sup>373</sup> ad<sup>374</sup> secundas deuenisse-  
 mus<sup>375</sup>: in<sup>376</sup> his<sup>377</sup> magis<sup>378</sup> turbareris<sup>379</sup>. Quid<sup>380</sup> igitur<sup>381</sup> deci-  
 pis<sup>382</sup> me tuis istis<sup>383</sup> verborum concatenationibus<sup>384</sup>? Faciliùs<sup>385</sup>  
 ego. Ens significat<sup>386</sup> omnia<sup>387</sup>, hominem, equum<sup>388</sup>, &<sup>389</sup> asi-  
 num<sup>390</sup> & c.<sup>391</sup> ergo<sup>392</sup> homo est ens: equus & asinus.

<sup>360</sup> primus, -a, -um (adjetivo triforme): o primeiro.

<sup>361</sup> solùm (advérbio): somente; unicamente; só.

<sup>362</sup> propositio, -onis: proposição; frase.

<sup>363</sup> probare (forma no infinitivo do verbo *probo*): julgar; apreciar; estimar; aprovar; provar; demonstrar.

<sup>364</sup> tibi (pronome pessoal de *ego*, *mei* em dativo; 2ª pessoa do singular): a ti.

<sup>365</sup> semper (advérbio): de uma vez por todas; sempre; sem cessar.

<sup>366</sup> videbaris (imperfeito do verbo *video*): ver.

<sup>367</sup> secundas (adjetivo triforme de *secundus*, -a, -um): o segundo; que segue; seguinte.

<sup>368</sup> ne (advérbio de negação): não / (advérbio de afirmação): seguramente; certamente; sim.

<sup>369</sup> attigisti (perfeito do verbo *atingo*): tocar; atacar; atingir; ocupar-se de.

<sup>370</sup> quidem (advérbio): na verdade; certamente.

<sup>371</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>372</sup> si (conjunção): se; no caso que; que; desde que; posto que.

<sup>373</sup> & (conjunção aditiva – nota tironiana): e.

<sup>374</sup> ad (preposição que rege acusativo): para; contra; até; junto de; em (designa aproximação, com ideia de movimento).

<sup>375</sup> deuenissemus (1ª pessoa do plural do mais-que-perfeito do subjuntivo do verbo *devenio*): vir de; chegar de; dirigir-se a; ir a; recorrer a.

<sup>376</sup> in (preposição que rege ablativo e acusativo): em; sobre; a; para; contra; para com; em.

<sup>377</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>378</sup> magis (advérbio): mais.

<sup>379</sup> turbareris (imperfeito do verbo *turbo*): perturbar; pôr em desordem; agitar; perseguir; turvar; fazer tolices.

<sup>380</sup> quis, qui, quae, quid, quod (pronome interrogativo): Que? Quem? Qual? Que coisa? Que espécie? Quê? Porque? Por que razão?

<sup>381</sup> igitur (conjunção conclusiva): pois; portanto; então.

<sup>382</sup> decipis (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *decipio*): apanhar; surpreender; enganar; iludir.

<sup>383</sup> iste, -a, -ud (adjetivo e pronome demonstrativo): esse; essa; isso.

<sup>384</sup> concatenatio, -onis (substantivo): encadeamento; conexão; concatenação.

<sup>385</sup> faciliùs (comparativo de superioridade do adjetivo *facilis*, e): o mais fácil; o mais favorável; o mais propício.

<sup>386</sup> significat (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *significo*) mostrar por sinais; indicar; fazer compreender; fazer conhecer; mostrar; declarar; significar.

<sup>387</sup> omnis, omne (adjetivo biforme): toda; tudo.

<sup>388</sup> equus, -ii (substantivo): cavalo.

<sup>389</sup> & (conjunção aditiva – nota tironiana): e.

<sup>390</sup> asinus, -i (substantivo): burro; homem estúpido.

<sup>391</sup> & c.: etc.; e outras coisas; e assim por diante.

<sup>392</sup> ergo (conjunção): pois; portanto; por conseguinte; logo; certamente; então.

### **Tradução espanhola - Mellizo (1977)**

Pensando siempre que bastaba probar las primeras premisas, no tocaste las segundas. Y si, habiendo probado las primeras, hubiésemos llegado a las segundas, en éstas habrías caído con mayor estrépito. ¿Por qué, pues, tratas de engañarme con estas concatenaciones de palabras? Yo lo diré más claramente. *Ente* lo significa todo: hombre, caballo, asno, etcétera; luego el hombre es ente, y también el caballo y el asno (p. 60, grifos do tradutor).

### **Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)**

Ora tu que te parecia sempre provar só as primeiras proposições, nem sequer atingiste as segundas. Se provasses as primeiras, chegaríamos então às segundas: nestas mais perturbado serias. Para que procuras, pois, enganar-me com esses teus encaideamentos de palavras? Com mais facilidade provarei eu. *Ente* significa todas as coisas – homem, cavalo, burro, etc.; logo o homem, o cavalo e o burro são entes (p. 72).

### **Tradução nossa**

Com efeito, vistes só provar para ti somente as primeiras proposições, não tocaste as segundas [proposições], na verdade. Que se as primeiras tu tivesses provado, e tivéssemos chegado às segundas, nestas mais fosse agitado. Por que, pois, me enganas [com] essas tuas concatenações de palavras? Eu [darei] o mais fácil. *Ente* significa tudo, homem, cavalo, e burro etc.; por conseguinte, homem é um ente; o cavalo e o burro [também são entes].



No excerto, temos amostras como *solùm* e *quòd*, igualmente como *minùs*, *quàm* e *quò* e outras mais, cujas grafias apresentam acento grave (`), retoma outras amostras, como nas **Lições 02, 08 e 10**.

Na mesma lição, além das inúmeras repetições que vimos do emprego da *nota tironiana* “&”, encontramos um exemplo do que Silveira Bueno (1946) e Flexor (2008) definem como *sigla* do tipo *simples* em “& c”, em que se usa a mesma conjunção. Siglas como essas chegam a representar palavras inteiras, nesse exemplo, seria “*et cetera*” ou mais comumente “*etc.*”, de uso geral, para se evitar repetições em sequência de enumerações.

## LIÇÃO 15 — Fragmento da obra (f. 09, linhas 7-13)

*animal est substantia . Omnis homo est animal . Ergo  
omnis homo est substantia . Verum dixisti , sed inscienter ,  
& obscurius quàm poterat sciens . Idem enim est ac si  
diceres , substantiam significare tam viuentia , quàm  
non viuentia : & viuentia significare hominem & ce-  
rasum : ergo à primo ad ultimum , significare substan-  
tiam hominem . At per tot intermedios gradus confundi-*

### Transcrição paleográfica

Omnis<sup>393</sup> homo<sup>394</sup> est animal<sup>395</sup>. Ergo<sup>396</sup> omnis homo est sub-  
stantia<sup>397</sup>. Verum<sup>398</sup> dixisti<sup>399</sup>, sed<sup>400</sup> inscienter<sup>401</sup>, & obscu-  
rius<sup>402</sup>quàm<sup>403</sup> poterat<sup>404</sup> sciens<sup>405</sup>. Idem<sup>406</sup> enim<sup>407</sup> est ac<sup>408</sup> si<sup>409</sup>  
diceres<sup>410</sup>, substantiam significare<sup>411</sup> tam<sup>412</sup> viuentia<sup>413</sup>, quàm

<sup>393</sup> omnis, omne (adjetivo biforme): toda; tudo.

<sup>394</sup> homo, -ominis (substantivo): homem; pessoa.

<sup>395</sup> animal, -alis (substantivo): ser vivo; ser animado; animal.

<sup>396</sup> ergo (conjunção): pois; portanto; por conseguinte; logo; certamente; então.

<sup>397</sup> substantia, -ae (substantivo): substância; ser.

<sup>398</sup> verum, -i (substantivo): a verdade; o verdadeiro; o justo.

<sup>399</sup> dixisti (perfeito do verbodico): dizer; pronunciar.

<sup>400</sup> sed (conjunção): mas; porém; todavia; por outro lado.

<sup>401</sup> inscienter (advérbio): com ignorância.

<sup>402</sup> obscurius (comparativo de superioridade do adjetivo *obscurus*, -a, -um): escuro; obscuro; sóbrio; tenebroso.

<sup>403</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>404</sup> poterat (pretérito do verbo *potio*): pôr em poder de; sujeitar.

<sup>405</sup> sciens (sciens, -entis, particípio presente de *scio*): que se sabe; que está informado / adjetivo: hábil; instruído; sabedor.

<sup>406</sup> idem, eadem, idem (pronome de identidade): o mesmo; a mesma; também; ao mesmo tempo.

<sup>407</sup> enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

<sup>408</sup> ac (*atque* ou *ac*, conjunção copulativa e adversativa): e; e até; e sobretudo; e mesmo; e por outro lado; mas; ou antes; e contudo; e todavia.

<sup>409</sup> si (conjunção): se; no caso que; que; desde que; posto que.

<sup>410</sup> diceres (3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do subjuntivo do verbodico): dizer; pronunciar.

<sup>411</sup> significare (forma no infinitivo do verbo *significo*) mostrar por sinais; indicar; fazer compreender; fazer conhecer; mostrar; declarar; significar.

<sup>412</sup> tam (advérbio): tão; tanto; de tal forma.

non<sup>414</sup> viuentia: & viuentia significare hominem & cerasum<sup>415</sup>:  
ergo à<sup>416</sup> primo<sup>417</sup> ad<sup>418</sup> vltimum<sup>419</sup>, significare substantiam  
hominem.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

[...] todo hombre es animal; luego: todo hombre es sustancia.  
Dijiste verdad, pero la dijiste más necia y confusamente de lo  
que lo haría un sabio. Pues es igual que si dijeras que sustancia  
significa lo mismo los vivientes que los no vivientes; y viviente  
significa el hombre como la cereza. Luego, ya desde el princi-  
pio, significa sustancia el hombre (p. 61, grifos do tradutor).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

[...] todo o homem é animal; logo todo o homem é substância.  
Disseste uma verdade, mas sem conhecimento de causa, e mais  
obscuramente do que o poderia fazer quem soubesse. Efectiva-  
mente isso é o mesmo que se disseses que a substância signifi-  
ca tanto os viventes como os não viventes; os viventes são, por  
exemplo, o homem e a cerejeira; e portanto desde o primeiro até  
ao último a substânciasignifica o homem(p. 73).

---

<sup>413</sup> viuentia: vocábulo não encontrado em diversos instrumentos linguísticos, a tradução, portanto, se dará pelo contexto. Há o registro de “vivi, -orum”: os vivos; os viventes. Mesmo significado indicado na versão espanhola. Há também a possibilidade de entendermos a forma como um particípio ativo: “aquele que vive”.

<sup>414</sup> non (advérbio de negação): não.

<sup>415</sup> cerasus, -i / cerasum, -i (substantivo): cerejeira; cereja.

<sup>416</sup> à (a, ab, abs, preposição que rege ablativo): de; dos arredores de; do lado de; desde; a partir de (indica, geralmente, afastamento).

<sup>417</sup> primus, -a, -um (adjetivo triforme): o primeiro.

<sup>418</sup> ad (preposição que rege acusativo): para; contra; até; junto de (designa aproximação).

<sup>419</sup> ultimum, -i (numeral): fim; extremo.

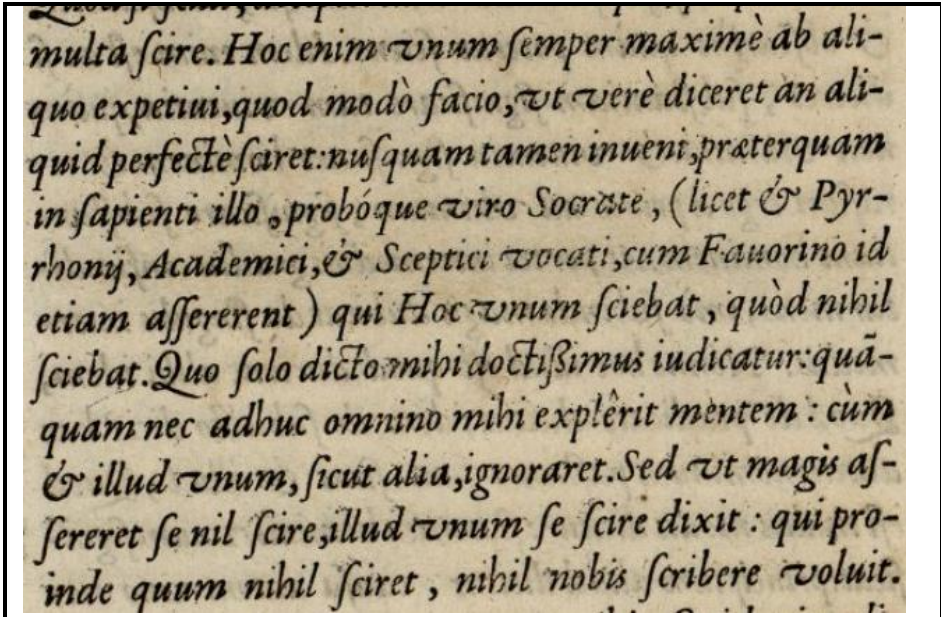
## Tradução nossa

Todo homem é um animal. Por conseguinte, todo homem é substância. A verdade dizeis, porém [dizeis] com ignorância. E [se] sujeitou ao mais obscuro que um sábio. Com efeito, é o mesmo [que] dissesse a si, a substância significa tanto viventes, quanto não viventes; e viventes significa homem e cereja [ou cerejeira]; logo, desde o início até o fim, significa homem-substância [homem e substância].

Inicialmente, na **Lição 15**, encontramos o comparativo de superioridade *obscuriùs* e o pronome relativo *quàm* com acento grave ( ` ), acentuação esta que tem sido percebida como frequente em vários outros exemplos, tais como: *priùs*, *ampliùs*, *miniùs*, *tantùm*, *solùm*, *faciliùs*, *quòd*, *quò*, *sanè*, *propriè*, *fortè*, *minimè*, *exquisitè*, *anteà*, *contrà*, entre outras. Além disso, a preposição *à* (**a**, **ab**, **abs**) também contém o mesmo acento. Todavia, até o momento, ainda não foram localizados vocábulos com este tipo de acento na vogal “i”.

Ainda na mesma lição, percebemos que as preposições *à* e *ad* possuem seus próprios significados conforme instrumentos linguísticos, separadamente, mas juntamente com os vocábulos *primo* e *ultimum* (**ultimum**), respectivamente, passaram a funcionar como expressões idiomáticas: *à primo* se traduz por “desde o começo” ou “desde o início”; enquanto que *ad ultimum* significa “até o fim” ou “até o extremo”. Parece se tratar de casos específicos de *sintetismo* do latim, algo bem distinto em um texto repleto de preposições e construções analíticas.

LIÇÃO 16 — Fragmento da obra (f. 10, linhas 9-19)



Transcrição paleográfica

Hoc<sup>420</sup> enim<sup>421</sup> vnum<sup>422</sup> semper<sup>423</sup> maximè<sup>424</sup> ab<sup>425</sup> aliquo<sup>426</sup> expetiui<sup>427</sup>, quod modo<sup>428</sup> facio<sup>429</sup>, vt<sup>430</sup> verè<sup>431</sup> diceret<sup>432</sup> an<sup>433</sup> ali-

<sup>420</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>421</sup> enim (advérbio) certamente; sem dúvida; na verdade; de fato; na realidade.

<sup>422</sup> unus, -a, -um (adjetivo numeral): um/uma.

<sup>423</sup> semper (advérbio): de uma vez por todas; sempre; sem cessar.

<sup>424</sup> maximè (advérbio de *maximus*): muitíssimo; infinitamente; extremamente; muito.

<sup>425</sup> ab (preposição de ablativo): de; do; dos; da; das; fora de; afora; dentre; pelo; pela (com sentido de afastamento).

<sup>426</sup> aliquo (advérbio): para qualquer lugar; para alguma parte; para algum fim.

<sup>427</sup> expetiui (perfeito do verbo *expeto*): procurar; desejar; cobiçar; escolher; tomar.

<sup>428</sup> modo (advérbio): nem mais nem menos; somente; apenas.

<sup>429</sup> facio (1ª pessoa do singular do presente do indicativo): fazer; produzir; exercer.

<sup>430</sup> vt (advérbio): como; de que modo; assim como / (conjunção): que; para que; a fim de que.

<sup>431</sup> verum, -i (substantivo): a verdade; o verdadeiro; o justo.

<sup>432</sup> diceret (verbo no imperfeito subjuntivo): dizer; pronunciar.

<sup>433</sup> an (partícula interrogativa): porventura; acaso; se.

quid<sup>434</sup> perfectè<sup>435</sup> sciret<sup>436</sup>: nusquam<sup>437</sup> tamen<sup>438</sup> inueni<sup>439</sup>,  
 præterquam<sup>440</sup> in sapienti<sup>441</sup> illo probóque<sup>442</sup> viro<sup>443</sup> Socrate,  
 (licet<sup>444</sup>&Pyrronÿ<sup>445</sup>, Academici<sup>446</sup>, & Sceptici<sup>447</sup> vocati<sup>448</sup>, cum  
 Fouorino<sup>449</sup> id<sup>450</sup> etiam<sup>451</sup> asserent<sup>452</sup>) qui Hoc vnum sciebat,  
 quòd nihil<sup>453</sup> sciebat. Quo solo dicto<sup>454</sup> mihi<sup>455</sup> doctissimus<sup>456</sup>iu-  
 dicatur<sup>457</sup>: quãquam<sup>458</sup> nec<sup>459</sup> adhuc<sup>460</sup> omnino<sup>461</sup> mihi explêrit<sup>462</sup>  
 mentem: cùm<sup>463</sup>& illud vnum, sicut<sup>464</sup> alia, ignoraret. Sed<sup>465</sup> vt

---

<sup>434</sup>aliquis, aliqui, aliqua, aliquid, aliquod (adjetivo e pronome indefinido): algum; alguém; alguma coisa.

<sup>435</sup>perfectè (advérbio): completamente; perfeitamente.

<sup>436</sup>sciret (verbo no imperfeito subjuntivo): saber; conhecer; ter conhecimento.

<sup>437</sup>nusquam (advérbio): em nenhuma parte; em nenhuma ocasião; em nada.

<sup>438</sup>tamen (conjunção): todavia; contudo; entretanto.

<sup>439</sup>inueni (perfeito do verbo *invenio*): vir sobre (alguma coisa); encontrar; achar; descobrir.

<sup>440</sup>præterquam (advérbio): além; além de que; exceto.

<sup>441</sup>sapiens, -entis (adjetivo uniforme): sensato; prudente; inteligente; que conhece; experiente.

<sup>442</sup>probóque (verbo *probo* mais conjunção aditiva posposta): julgar; bom; apreciar; estimar.

<sup>443</sup>vir, viri (substantivo): homem; varão; indivíduo; pessoa.

<sup>444</sup>licet (conjunção): ainda que; embora; posto que; conquanto.

<sup>445</sup>Pyrrhōnī, -iorum (substantivo): pirrônicos.

<sup>446</sup>academici, -orum (substantivo): os filósofos da Academia; acadêmicos.

<sup>447</sup>scepticus, -i (substantivo): céticos [seguidores do Ceticismo pirrônico].

<sup>448</sup>vocati (verbo no supino): chamar; mandar; vir; convocar; reunir.

<sup>449</sup>Favorino: conforme nota do tradutor Carlos Mellizo (1977, p. 63), eis as informações sobre esse nome: "Favorino (80?-135): filósofo e orador de Declamação e Filosofia. Fundou em Roma e em Atenas escolas de Declamação e Filosofia. Embora fosse ele admirador do pensamento platônico, as doutrinas por ele partilhadas estão inspiradas no Ceticismo de Pírron" (tradução nossa).

<sup>450</sup>is, ea, id (pronome anafórico): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>451</sup>etiam (conjunção): agora ainda; ainda; agora; mesmo.

<sup>452</sup>asserent (imperfeito subjuntivo do verbo *assero*): ligar a; juntar a si; puxar para si; reclamar; preservar; atribuir; sustentar; afirmar; dizer.

<sup>453</sup>nihil (função pronominal e substantiva): nada; nulidade; zero; um nada.

<sup>454</sup>dictum, -i (substantivo): palavra; termo; provérbio; sentença.

<sup>455</sup>mihi (pronome pessoal de *ego*, *mei* em dativo; 1ª pessoa do singular): a mim; para mim.

<sup>456</sup>doctissimus (superlativo de *doctus*, -a, -um): sapientíssimo; prudentíssimo; instruídíssimo.

<sup>457</sup>judicatur (verbo na voz passiva de *judico*): julgar; intentar; condenar.

<sup>458</sup>quãquam (*quamquam* ou *quanquam*, conjunção redobro de *quam*): todavia; contudo; de resto; ainda que; posto que; embora.

<sup>459</sup>nec (conjunção): não; nem.

<sup>460</sup>adhuc (advérbio): até agora; até ao presente; e até então; ainda.

<sup>461</sup>omnino (advérbio): completamente; totalmente; inteiramente.

<sup>462</sup>explêrit (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *expleo*): encher; entulhar; guarnecer; resguardar; completar; acabar; terminar; executar; efetuar; cumprir.

<sup>463</sup>cùm (preposição/conjunção): no momento em que; com; quando; logo que; embora.

<sup>464</sup>sicut (conjunção e advérbio): do mesmo modo que; assim como.

<sup>465</sup>sed (conjunção): mas; porém; todavia; por outro lado.

magis assereret<sup>466</sup> senil<sup>467</sup> scire, illud vnum se scire dixit: qui proinde quum nihil<sup>468</sup> sciret, Nihil nobis scribere<sup>469</sup> voluit<sup>470</sup>.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Siempre he buscado con afán a un filósofo sincero que diga honestamente si sabe de verdad alguna cosa. Y nunca lo encontré, con la excepción de Sócrates – aunque los pirrónicos, académicos y escépticos dicen lo mismo de Favorino (Gal. *Lib. de optimo docen. gen.*, Diog. Laert. *lib. 9.*, Plutarch. *contra Colotem*) –. Sócrates, aquel docto y austero varón, sólo sabía esto: Que nada sabía. Y por el solo hecho de haber dicho esto, yo lo considero doctísimo. dijo que sabía aquello sólo. Y de ahí que, como no sabía cosa alguna, no quiso dejarnos nada escrito (p. 63, grifos do tradutor).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Isso apenas foi o que eu, acima de tudo, procurei sempre, como agora faço, ver se encontrava em alguém para dizer com a verdade que ele tinha sabido bem alguma coisa; mas em parte alguma o encontrei a não ser naquele sábio e justo varão, Sócrates, (embora também os chamados Pirrónicos, Académicos e Cépticos, juntamente com Favorino, afirmassem o mesmo) o qual ‘uma só coisa sabia, e era – que não sabia nada’. Só por essa afirmação o julgo eu doutíssimo, embora ela não satisfaça ainda por completo o meu espírito, porque mesmo isso, como

<sup>466</sup> assereret (imperfeito subjuntivo do verbo *asserere*): ligar a; juntar a si; puxar para si; reclamar; preservar; atribuir; sustentar; afirmar; dizer.

<sup>467</sup> nil (*nil* ou *nihil*, tem função pronominal e substantiva): nada; nulidade; um nada; zero.

<sup>468</sup> nihil (função pronominal e substantiva): nada; nulidade; zero; um nada.

<sup>469</sup> scribere (forma no infinitivo do verbo *scribo*): traçar; escrever; contar; narrar.

<sup>470</sup> voluit (3ª pessoa do singular do perfeito do indicativo do verbo *volō*): querer; desejar; ter vontade.

as outras coisas, ele ignorava; mas para afirmar mais fortemente que nada sabia, disse que só aquilo sabia, e por isso mesmo que não sabia nada, nada quis deixar-nos escrito (p. 74-75).

## Tradução nossa

Isto, sem dúvida, tem buscado sempre um afastamento infinitamente para alguma parte, o que faço apenas, como [quem] dissesse a verdade, acaso alguém soubesse completamente; em nenhuma ocasião, todavia, encontrei, além de que, em [se tratando de] quem conhece isso, e o julgo, o homem Sócrates, (conquanto e Pirrônicos, os Acadêmicos, e os chamados Céticos, com Favorino, ele também a juntasse para si) que isso sabia um [dentre eles, Sócrates], que nada sabia. [E] que por esse dito para mim, o [considero] chamado sapientíssimo; ainda que, até agora, não completasse inteiramente o pensamento; embora, e esse único [homem], assim como todos os outros, a ignorasse. Porém, como atribuisse mais para si nada saber, esse único [homem] dizia saber: que, por consequência, que nada soubesse, nada desejou escrever para nós.

Reencontramos, nesta lição, várias amostras com acento grave, como em: *maximè, verè, perfectè, probòque, cùm e*, além desses, uma mostra com acento circunflexo ( ^ ) em *explêrit*, mesmo diacrítico que vimos em *hîc* na **Lição 05**.

Em seguida, vemos conjunção redobro de *quam* em *quãquam* (quamquam ou quanquam), na qual se revela a **abreviação comsinal de significado fixo**, em que se utiliza um til ( ~ ), indicando a ausência de um **-m-** ou **-n-** (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008). É importante frisar que ambas as formas são atestadas em dicionários.



O registro em instrumentos linguísticos do vocábulo *Pyrrhonij* costuma ser “**Pyrrhōnī, iorum** *m. pl.* pirrônicos, discípulos de Pírron” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 559), portanto, um vocábulo originado de “**Pyrrhō, ōnis** *m. 1.* Pírron [filósofo fundador da escola céptica]” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 559).

#### LIÇÃO 17 — Fragmento da obra (f. 11, linhas 6-9)

#### Transcrição paleográfica

Interim<sup>471</sup> ex<sup>472</sup> eodem<sup>473</sup> nulla<sup>474</sup> scientia est. Vide: scientia per<sup>475</sup> demonstrarionem<sup>476</sup> habetur<sup>477</sup>. Quid hæc? Somnium<sup>478</sup> Aristotelis<sup>479</sup>, non dissimile<sup>480</sup> Platonis reipub<sup>481</sup>. Ciceronis oratori<sup>482</sup>, Horatij<sup>483</sup> poëtæ<sup>484</sup>.

<sup>471</sup> interim (advérbio): durante aquele tempo; entretanto; no intervalo; entretentes; durante um momento.

<sup>472</sup> ex (*e, ex, ec*, preposição que rege ablativo): de, do interior de; procedente de; entre; desde.

<sup>473</sup> idem, eadem, idem (pronomes de identidade; em ablativo singular): ele mesmo; ela mesma; isso mesmo.

<sup>474</sup> nullus, -a, -um (adjetivo): nenhum; nenhuma.

<sup>475</sup> per (preposição que rege acusativo): através de; por; por entre; diante de; por; por meio de; por intermédio de.

<sup>476</sup> demonstratio, -onis (substantivo): demonstração; descrição.

<sup>477</sup> habetur (voz passiva do verbo *habeo*): ter.

<sup>478</sup> somnium, -ii (substantivo): sonho; visão.

## Tradução espanhola - Mellizo (1977)

De momento diré que del método de Aristóteles no se origina ciencia alguna. Veámoslo: *La ciencia se obtiene por demostración: ¿Qué es esto? Un sueño de Aristóteles, no muy diferente del ciudadano de la república platónica, del orador Cicerón, del poeta horaciano* (p. 64-65).

## Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Entretanto vamos notando que, se atendermos à definição de Aristóteles, nenhuma ciência existe. E se não, vê: a ciência, diz ele, obtém-se por demonstração; mas o que é demonstração? Um sonho de Aristóteles, semelhante à república de Platão, ou a do orador Cícero ou do poeta Horácio (p. 75).

## Tradução nossa

Entretanto, nenhuma ciência vem desse mesmo lugar [nada se origina desse lugar]. Veja: a ciência se tem [obtem] pela demonstração. O que é isso? Um sonho de Aristóteles, não dissemelhante da república de Platão. Do orador Cícero, do poeta Horácio.

---

<sup>479</sup> Aristotēlēs, -is (substantivo): "Aristóteles 1. célebre filósofo de Estagira, preceptor de Alexandre" (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 78).

<sup>480</sup> dissimilis, -e (adjetivo biforme): dissemelhante; diferente.

<sup>481</sup> reipub. (rei publicae): o bem público; de interesse geral; república.

<sup>482</sup> oratorius, a, um (adjetivo triforme): oratório; de orador; relativo ao orador.

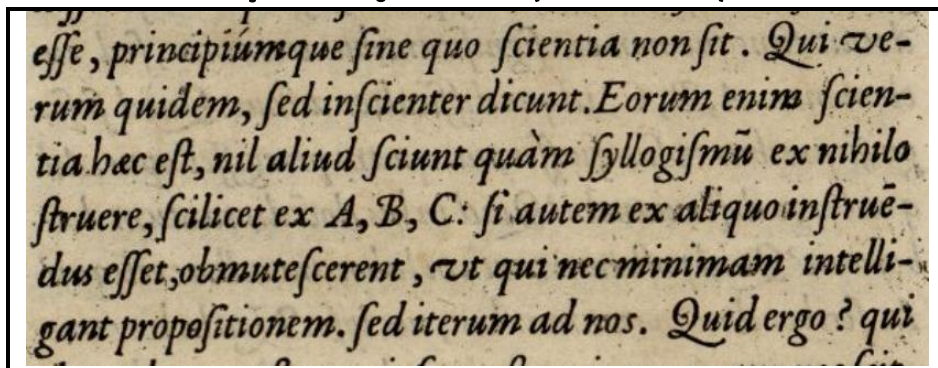
<sup>483</sup> Horatĭ (Horatĭus, ĭi): "Horácio 1. pai dos **Horatĭi**; 2. **Q. Horatius Flaccus** célebre poeta latino do tempo de Augusto" (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 323, grifos do autor).

<sup>484</sup> poētae (poēta, -ae): poeta; artista.

A forma *reipub.* apresenta uma *abreviação por suspensão ou apócope*, ou seja, nela há uma supressão do final do segundo vocábulo *pub.* (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008), sendo que a forma expressa seria *reipublicae*, ambos em genitivo singular: *res*, *-ei* (da 5ª declinação) e *publica*, *-ae* (adjetivo triforme no gênero feminino).

Na lição ainda encontramos o substantivo *Horatj̄* grafado com um *-j̄*, porém o registro em dicionários é *Horatj̄us*, *-j̄*, portanto, o genitivo deveria ser *Horatj̄i* com dois *-ii*, sendo que o segundo *-i* pertence a desinência de genitivo singular da segunda declinação. Trata-se, nesse exemplo, do emprego do *-j̄* com valor de um *-i* dobrado. O mesmo se sucede com *Pyrrhonj̄*, comentado anteriormente. Também encontramos o substantivo *dominj̄* com mesmo tipo de uso (SANCHEZ, 1581, p. 87).

O substantivo *poētæ* (*poēta*, *-ae*) tem um trema sobre a vogal *-ë-*, assim como a grafia de *poētas* mencionado na **Lição 06**. Temos, aqui novamente, uma palavra cujo diacrítico indica a separação silábica entre *-o-* e *-ë-*, de modo que deve ser lida como um hiato: **po-ë-tæ** [po'e:tæ:]. Ressaltamos que a motivação para esse uso instrutiva para pronúncia, portanto, trata-se de um uso didático.



## Transcrição paleográfica

Qui<sup>485</sup> verum<sup>486</sup> quidem<sup>487</sup>, sed<sup>488</sup> inscianter<sup>489</sup> dicunt. Eorum<sup>490</sup> enim<sup>491</sup> scientia<sup>492</sup> haec<sup>493</sup> est, nil<sup>494</sup> aliud<sup>495</sup> sciunt<sup>496</sup> quam<sup>497</sup> syllogismum<sup>498</sup> ex<sup>499</sup> nihilo<sup>500</sup> struere<sup>501</sup>, scilicet<sup>502</sup> ex<sup>503</sup> A, B, C: si<sup>504</sup> autem<sup>505</sup> ex aliquo<sup>506</sup> instruendus<sup>507</sup> esset<sup>508</sup>, obmutescerent, ut<sup>509</sup> qui nec<sup>510</sup> minimam intelligant<sup>511</sup> propositionem<sup>512</sup>.

<sup>485</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>486</sup> verum, -i (substantivo): a verdade; o verdadeiro; o justo.

<sup>487</sup> quidem (advérbio): na verdade; certamente.

<sup>488</sup> sed (conjunção): mas; porém; todavia; por outro lado.

<sup>489</sup> inscianter (advérbio): com ignorância.

<sup>490</sup> is, ea, id (pronome anafórico; genitivo plural feminino): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>491</sup> enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

<sup>492</sup> scientia, -ae (substantivo): conhecimento; saber; conhecimento científico; ciência.

<sup>493</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>494</sup> nil (*nil* ou *nihil*, tem função pronominal e substantiva): nada; nulidade; um nada; zero.

<sup>495</sup> alius, alia, aliud (pronome indefinido): outros.

<sup>496</sup> sciunt (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *scire*): conhecer; compreender; ser capaz; estar acostumado; decidir.

<sup>497</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>498</sup> syllogismus, -i (substantivo): silogismo.

<sup>499</sup> ex (*e*, *ex*, *ec*, preposição que rege ablativo): de, do interior de; procedente de; entre; desde.

<sup>500</sup> nihil (função pronominal e substantiva): nada; nulidade; zero; um nada.

<sup>501</sup> struere (forma no infinitivo do verbo *struo*): elevar; acumular; reunir; construir; preparar.

<sup>502</sup> scilicet (advérbio): isto é; evidentemente; naturalmente; todavia.

<sup>503</sup> ex (*e*, *ex*, *ec*, preposição que rege ablativo): de, do interior de; procedente de; entre; desde.

<sup>504</sup> si (conjunção): se; no caso que; que; desde que; posto que.

<sup>505</sup> autem (conjunção): mas; no entanto; também; depois; além disso.

<sup>506</sup> aliquo (advérbio): para qualquer lugar; para alguma parte; para algum fim.

## Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Y en eso dicen verdad, si bien la dicen de una manera estúpida: pues su ciencia se reduce a construir un silogismo a partir de la nada, es decir, a partir de A, B, C. Y si tuvieran que construirlo a partir de algo, emudecerían como quienes no entienden ni la más pequeña proposición (p. 66).

## Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Dizem a verdade, mas sem o saberem. Efectivamente a ciência de eles é essa, nada mais sabem que formar um silogismo do nada, isto é, dos elementos A, B, C: se de alguma coisa tivessem de os formar, emudeciam, eles que não entendem a mais insignificante proposição (p. 76-77).

## Tradução nossa

Que dizem a verdade, certamente, porém com ignorância; pois a ciência deles se reduz a construir um silogismo a partir do nada, evidentemente, a partir de A, B, C. E se tivessem que construí-lo a partir de algo, emudeciam como quem não entendem nem a mais pequena proposição.

---

<sup>507</sup>instruēdus (verbo *instruo* no tempo verbal gerundivo): “que deve ser construído”.

<sup>508</sup>esset (3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do subjuntivo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>509</sup>vt (advérbio): como; de que modo; assim como / (conjunção): que; para que; a fim de que.

<sup>510</sup>nec, neque (conjunção): e não; nem.

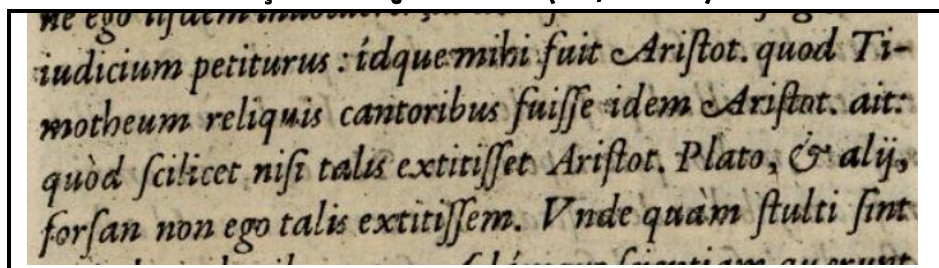
<sup>511</sup>intelligant (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *intelligo*): entender; compreender.

<sup>512</sup>propositio, -onis): proposição; frase.

Da **Lição 18**, três palavras se destacam. A primeira delas é o pronome relativo *quàm* com acento grave, como outros encontrados em lições anteriores.

Logo em seguida, duas formas com emprego de *abreviação comsinal de significado fixo* (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008) são percebidas: *syllogismũ* e *instruẽdus*. Em ambas foram utilizados o til (~), no substantivo *syllogismũ* (*syllogismum*), houve a supressão do **-m** final da desinência de acusativo singular da segunda declinação, enquanto que no verbo *instruẽdus* (*instruendus*), houve a supressão de um **-n**-medial na sílaba em **-en-** (**-ẽ-**) que integra o tempo verbal gerundivo no interior da palavra.

#### LIÇÃO 19 — Fragmento da obra (f. 13, linhas 2-5)



#### Transcrição paleográfica

idque<sup>513</sup> mihi<sup>514</sup> fuit<sup>515</sup> Aristot. quod<sup>516</sup> Timotheum<sup>517</sup> reliquis  
cantoribus<sup>518</sup> fuisse<sup>519</sup> idem<sup>520</sup> Aristot. ait<sup>521</sup>: quod<sup>522</sup> scilicet<sup>523</sup>ni-

<sup>513</sup>is, ea, id (pronome anafórico mais conjunção postposta *-que*): e ele; e ela; e o; e a.

<sup>514</sup>mihi (pronome pessoal de *ego*, *mei* em dativo; 1ª pessoa do singular): a mim; para mim

<sup>515</sup>fuit (3ª pessoa do singular do perfeito do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>516</sup>qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem

<sup>517</sup>Timotheus, -i (substantivo): "Timóteo. 1. músico de Mileto; 2. O restaurador dos muros de Atenas" (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 669).

<sup>518</sup>cantor, -oris (substantivo): cantor; músico; panegirista.

<sup>519</sup>fuisse (futuro anterior passado do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

si<sup>524</sup> talis<sup>525</sup> extitisset<sup>526</sup> Aristot. Plato, & alij<sup>527</sup>, forsan<sup>528</sup> non ego<sup>529</sup> talis extitissent<sup>530</sup>.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Esto fue para mí Aristóteles: lo que él mismo dice que fue Timoteo para los demás autores: un refugiarse en la naturaleza (*Methap.* I). Ciertamente, si Aristóteles, Platón y otros se hubiesen manifestado de otra manera, tampoco me manifestaría yo tal y como ahora lo hago (p. 67).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Aristóteles foi para mim o que ele diz que fora Timóteo para os outros cantores: se Aristóteles, Platão e outros não fossem tais quais foram, talvez que eu fosse diferente do que eu sou (p. 77).

### Tradução nossa

E isto foi para mim Aristóteles; o que Timóteo tinha sido aos demais cantores, Aristóteles mesmo disse; o que certamente se não tivesse manifestado Aristóteles, Platão e todos outros tais

---

<sup>520</sup>idem, eadem, idem (pronome de identidade; em ablativo singular): ele mesmo; ela mesma; isso mesmo.

<sup>521</sup>ait (perfeito do indicativo do verbo *aiō*): disse.

<sup>522</sup>qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem

<sup>523</sup>scilicet (advérbio): isto é; evidentemente; naturalmente; todavia

<sup>524</sup>nisi (conjunção): se não; a não ser que; salvo se; senão.

<sup>525</sup>talis, -e (pronome): tal; de tal qualidade; semelhante; parecido; igual.

<sup>526</sup>extitisset (mais-que-perfeito do verbo *exsto*): estar acima de; elevar-se; exceder; manifestar; mostrar.

<sup>527</sup>alij, -a, -ud (pronome e adjetivo indefinido): outro.

<sup>528</sup>forsan (advérbio): talvez; por acaso; por ventura.

<sup>529</sup>ego (pronome pessoal de *ego, mei* em nominativo; 1ª pessoa do singular): eu.

<sup>530</sup>extitissent (mais-que-perfeito do verbo *exsto*): tivesse manifestado.

[assuntos], por ventura nem eu tais [assuntos] tivesse manifestado.

Na **Lição 19**, encontramos tanto o pronome relativo *quòd* acentuado com sinal grave quanto o pronome anafórico *id* que se encontra justaposto a conjunção posposta *-que*, com acento agudo, formando uma palavra dissílaba *ídque*. O acento agudo, em palavras como essa, serve como indicativo que o ápice da sílaba é no **-i-** inicial e não no **-e** final, preservando o padrão comum de acentuação latina de não conter palavras oxítonas, a não ser em raras exceções.

Assim como se viu na **Lição 09**, aqui também encontramos o substantivo *Aristot.* (Aristoteles) com uma *abreviação por suspensão ou apócope* (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008), fato que se repete três vezes nessa mesma lição.

Por fim, temos o pronome e adjetivo indefinido *aliĵ* (**alii**) em que o uso do **-ÿ** substitui a utilização dos dois **-ii**, comum nos casos nominativo masculino plural e dativo singular da segunda declinação. Levando em conta que os usos de **-ÿe-ii** têm pronúncias muito próximas, podemos supor que se trata de um recurso didático para conservação do modo como se devia pronunciar a forma.



LIÇÃO 20 — Fragmento da obra (f. 14, linhas 1-6)

*tibi similes illaquees, quibus deest rationis filum. sed  
nec tu aliquid scis: alios tamen docere prädicas. Nec ego,  
tibi tamen illud persuadere conor. Vnde cum tu illa  
nescias, nec hoc poteris percipere: Nec ego, cum omnia  
nesciam, tibi hoc demöstrare. Igitur nil scimus. Id adhuc  
ostendo. Insequor definitionem scientiæ. Habitum ex-*

Transcrição paleográfica

Sed<sup>531</sup> nec<sup>532</sup> tu<sup>533</sup> aliquid<sup>534</sup> scis<sup>535</sup>: alios<sup>536</sup> tamen<sup>537</sup> docere  
prädicas<sup>538</sup>: nec<sup>539</sup> ego<sup>540</sup>, tibi<sup>541</sup> tamen<sup>542</sup> illud<sup>543</sup> persuadere<sup>544</sup>  
conor<sup>545</sup>. Vnde<sup>546</sup> cum<sup>547</sup> tu<sup>548</sup> illa nescias<sup>549</sup>, nec<sup>550</sup> hoc poteris<sup>551</sup>  
percipere<sup>552</sup>: Nec<sup>553</sup> ego, cum<sup>554</sup> omnia<sup>555</sup> nesciam<sup>556</sup>, tibi<sup>557</sup> hoc<sup>558</sup>  
demöstrare<sup>559</sup>. Igitur<sup>560</sup> nil<sup>561</sup> scimus<sup>562</sup>. Id<sup>563</sup> adhuc<sup>564</sup> ostendo<sup>565</sup>.

<sup>531</sup> sed (conjunção): mas; porém; todavia; por outro lado.

<sup>532</sup> nec, neque (conjunção): e não; nem.

<sup>533</sup> Tu (pronome pessoal de *ego, mei* em nominativo; 2ª pessoa do singular): tu.

<sup>534</sup> aliquid, aliqui, aliqua, aliquid, aliquid (adjetivo e pronome indefinido): algum; alguém; alguma coisa.

<sup>535</sup> scis (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *scire*): saber; conhecer.

<sup>536</sup> alius, alia, aliud (pronome indefinido): outros.

<sup>537</sup> tamen (conjunção): todavia; contudo; entretanto.

<sup>538</sup> prädicas (presente do indicativo do verbo *prædicare*): proclamar; dizer (diante de todos ou publicamente); anunciar; pregar.

<sup>539</sup> nec, neque (conjunção): e não; nem.

<sup>540</sup> ego (pronome pessoal de *ego, mei* em nominativo; 1ª pessoa do singular): eu.

<sup>541</sup> tibi (pronome pessoal de *ego, mei* em dativo; 2ª pessoa do singular): a ti.

<sup>542</sup> tamen (conjunção): todavia; contudo; entretanto.

<sup>543</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>544</sup> persuadere (forma no infinitivo do verbo *persuadere*): persuadir; convencer.

<sup>545</sup> conor (1ª pessoa do singular passivo do verbo *deponere*): preparar-se; compreender; tentar; esforçar-se; ensaiar.

<sup>546</sup> Vnde (advérbio): donde; de que; do qual; de quem; dos quais.

<sup>547</sup> cum (preposição/conjunção): no momento em que; com; quando; logo que; embora.

<sup>548</sup> tu (pronome pessoal de *ego, mei* em nominativo; 2ª pessoa do singular): tu.

<sup>549</sup> nescias (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *nescire*): não saber; ignorar; não conhecer.

<sup>550</sup> nec, neque (conjunção): e não; nem.

<sup>551</sup> poteris (feito do verbo *posse*): poder; ser capaz; ter poder.

<sup>552</sup> percipere (forma no infinitivo do verbo *percipere*): apoderar-se; tomar posse de; ouvir; perceber; compreender; conhecer.

## Tradução espanhola – Mellizo (1977)

No entiendes, no sabes cosa alguna, y, sin embargo, pretendes enseñar a los otros. Tampoco sé yo nada, y, a pesar de ello, me empeño enpersuadirte. De donde, no sabiendo tú aquello, tampoco, omne podrás saber esto. Ni yo tampoco podré demostrártelo, ya que lo ignoro todo. Luego nada sabemos. Eso es lo que aún estoy tratando de mostrarte (p. 68).

## Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

O que é certo é que não sabes nada, e no entanto afirmas que ensinas os outros; e eu também nada sei, e apesar de isso tento persuadir-te de aquilo. Ora, desconhecendo tu aquilo, não podes perceber isto, nem eu, ignorando todas as coisas, to posso demonstrar. Nada, portanto, sabemos, e é isso que eu estou mostrando (p. 78).

---

<sup>553</sup> nec, neque (conjunção): e não; nem.

<sup>554</sup> cùm (preposição/conjunção): no momento em que; com; quando; logo que; embora.

<sup>555</sup> omnis, omne (adjetivo biforme): toda; tudo.

<sup>556</sup> nesciam (1ª pessoa do singular do subjuntivo do verbo *nescio*): não saber; ignorar; não conhecer.

<sup>557</sup> tibi (pronome pessoal de *ego, mei* em dativo; 2ª pessoa do singular): a ti.

<sup>558</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>559</sup> demonstrare (forma no infinitivo do verbo *demonstro*): mostrar; fazer ver; designar; provar; demonstrar.

<sup>560</sup> igitur (conjunção conclusiva): pois; portanto; então.

<sup>561</sup> nil (*nil* ou *nihil*, tem função pronominal e substantiva): nada; nulidade; um nada; zero.

<sup>562</sup> scimus (1ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *scio*): saber; conhecer; ter conhecimento.

<sup>563</sup> is, ea, id (pronome anafórico): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>564</sup> adhuc (advérbio): até agora; até ao presente; e até então; ainda.

<sup>565</sup> ostendo (1ª pessoa do singular do presente do indicativo): estender adiante; expor; apresentar; mostrar; fazer ver; revelar; manifestar; anunciar; fazer compreender.

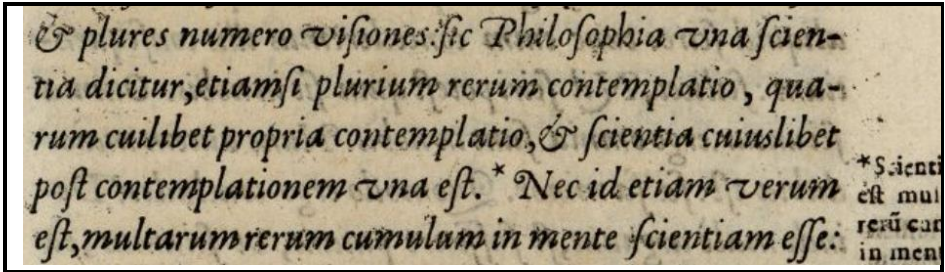
## Tradução nossa

Todavia, nem tu sabes alguma coisa; contudo, pregas ensinar aos outros. Nem eu [sei coisa alguma], a ti, entretanto, esforço-me para persuadi-lo. Donde, embora tu não saibas aquilo, nem isso tenha podido conhecer. Nem eu, embora não saiba tudo, a ti isso [tento] demonstrar. Portanto nada sabemos. Até então isso apresento.

Da **Lição 20**, vemos a utilização do acento grave na preposição/conjunção *cùm*. Por ser um monossílabo, o diacrítico sobre a vogal **-û-** não parece, *a priori*, exercer qualquer função distintiva. Mesmo com a grafia *cum* ou *cùm* não há distinção prosódica. Todavia, se compararmos com outros exemplos nos quais vimos a desinência de acusativo final em **-um** se tornar um **-ũ**, portanto uma vogal nasalizada, veremos que o acento passa então a ter valor distintivo. Sem ele, alguém poderia pressupor *cum* > **cũ** e não *cum* > **cùm**.

Ainda na mesma lição, temos o uso do til ( ~ ) no verbo *demōstrare* (**demon**strare), em que houve a supressão do **-n-** que constitui o radical do verbo, isto é, temos a **abreviação comsinal de significado fixo** (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008).

## LIÇÃO 21 — Fragmento da obra (f. 15, linhas 8-12)



### Transcrição paleográfica

&<sup>566</sup> plures<sup>567</sup> numero<sup>568</sup> visiones<sup>569</sup>: sic Philosophia<sup>570</sup> vna<sup>571</sup> scientia<sup>572</sup> dicitur<sup>573</sup>, etiam<sup>574</sup> si plurium<sup>575</sup> rerum<sup>576</sup> contemplatio<sup>577</sup>, quarum<sup>578</sup> cui libet<sup>579</sup> propria<sup>580</sup> contemplatio, &<sup>581</sup> scientia<sup>582</sup> cuius<sup>583</sup> libet post<sup>584</sup> contemplationem vna<sup>585</sup> est. \* Nec<sup>586</sup> id<sup>587</sup> etiam verum<sup>588</sup> est, multarum rerum cumulum in<sup>589</sup> mente<sup>590</sup> scientiam<sup>591</sup> esse<sup>592</sup>:

<sup>566</sup> & (conjunção aditiva – nota tironiana): e.

<sup>567</sup> pluribus (plural do comparativo *plus, pluris*): maior quantidade; melhor; mais numerosos; um número maior de; vários; bastante numerosos.

<sup>568</sup> Numerus, -i (substantivo): número.

<sup>569</sup> visio, -ones (substantivo): visão; imagem; ponto de vista.

<sup>570</sup> Philosophia, -ae (substantivo): filosofia.

<sup>571</sup> unus, -a, -um (adjetivo numeral): um/uma.

<sup>572</sup> scientia, -ae (substantivo): conhecimento; saber; conhecimento científico; ciência.

<sup>573</sup> dicitur (3ª pessoa do singular do singular do verbo *dico* na voz passiva): dizer; pronunciar.

<sup>574</sup> etiam (conjunção): agora ainda; ainda; agora; mesmo.

<sup>575</sup> pluribus (plural do comparativo *plus, pluris*): maior quantidade; melhor; mais numerosos; um número maior de; vários; bastante numerosos.

<sup>576</sup> res, rei (substantivo): coisa.

<sup>577</sup> contemplatio, -onis (substantivo): contemplação; consideração.

<sup>578</sup> qui, quæ, quod (pronomes relativos): que; o qual; quem.

<sup>579</sup> libet (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *libo*): oferecer; extrair; colher; provar; verter.

<sup>580</sup> proprius, -a, -um (adjetivo triforme): próprio.

<sup>581</sup> & (conjunção aditiva – nota tironiana): e.

<sup>582</sup> scientia, -ae (substantivo): conhecimento; saber; conhecimento científico; ciência.

<sup>583</sup> cuius (qui, quæ, quod, pronomes relativos): que; o qual; quem / pertencente a quem; de quem; a quem.

<sup>584</sup> post (preposição que rege acusativo): depois de / (advérbio): depois; em seguida.

<sup>585</sup> unus, -a, -um (adjetivo numeral): um/uma.

<sup>586</sup> nec (conjunção): não; nem.

<sup>587</sup> is, ea, id (pronomes anafóricos; genitivo plural feminino): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

## Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Y así se dice que la Filosofía es una sola ciencia, aunque sea contemplación de muchas cosas, a cada una de las cuales le corresponde una contemplación propia. Y la ciencia de cada una, después de la contemplación, es una sola. No es tampoco cierto que la ciencia sea la acumulación de muchas cosas en la mente (p. 70-71).

## Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

[...] e as visões sejam muitas em número, e da mesma forma se diz que a filosofia é uma ciência, embora seja a contemplação de muitas coisas, e a ciência de qualquer coisa depois da contemplação é uma. Mas não é verdade nem isso mesmo — que a ciência seja um montão de coisas no espírito [...] (p. 79).

## Tradução nossa

E a maior quantidade de pontos de vista em número; assim é dito: a Filosofia é uma [só] ciência, mesmo se [nela há] contemplação de várias coisas, a cada uma das quais oferece uma contemplação própria. E a ciência que prova em seguida ser uma [única] contemplação. Nem isso também é verdade, [que] a ciência seja uma acumulação das muitas coisas na alma.

---

<sup>588</sup> verum, -i (substantivo): a verdade; o verdadeiro; o justo.

<sup>589</sup> in (preposição que rege ablativo e acusativo): em; sobre; a; para; contra; para com; em.

<sup>590</sup> mens, mentis (substantivo): mente; pensamento; razão; inteligência; alma; caráter.

<sup>591</sup> scientia, -ae (substantivo): conhecimento; saber; conhecimento científico; ciência.

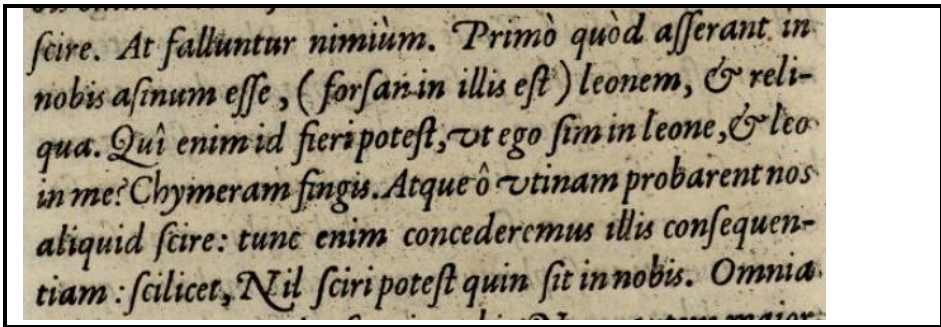
<sup>592</sup> esse (forma no infinitivo do verbosum): ser/estar.

Ao lado do excerto da **Lição 21**, há um signo paleográfico <9> na nota de rodapé lateral: “Scientia nō est multarū rerū cumul<sup>9</sup> in mente” – “NO ES CIENCIA LA ACUMULACION DE MUCHAS COSAS EM LA MENTE” (SANCHEZ, 1977, p. 71, grifos do tradutor) – “A ciência não é a acumulação de muitas coisas na alma” (tradução nossa). Sobre esse signo paleográfico, Marcotulio *et al.* (2018) afirmam que se trata de um recurso gráfico empregado na escrita latina utilizado para indicar a abreviação de certas sequências, muitas vezes, de desinências de casos, por exemplo, em *cumul<sup>9</sup>* a forma completa é *cumul<sup>9</sup>us* com a desinência de nominativo em *-us*.

Desse trecho, três formas se destacam: *nō* (**non**), *multarū* (**multarum**) e *rerū* (**rerum**). Nos três exemplos vemos o emprego de uma *abreviação comsinal de significado fixo*, com a supressão do **-n** ou **-m** finais (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008). Em *non* a redução do **-n-** ocorre no próprio morfemabase, mas em *multarum* e *rerum*, o **-m** pertence às desinências de genitivo plural da primeira declinação (**-arum**) e quinta declinação (**-erum**), respectivamente.

Vale ressaltar, que essas reduções só ocorreram na nota e não no texto em si. Na nota, vemos que essas abreviações serviram também para o ajustamento do próprio texto da nota ao espaço de cerca de uma poleada da margem do *fólio*. Todas as notas seguem esse padrão de formatação textual.

## LIÇÃO 22 — Fragmento da obra (f. 16, linhas 4-9)



### Transcrição paleográfica

Primò<sup>593</sup> quòd<sup>594</sup> asserant<sup>595</sup> in<sup>596</sup> nobis<sup>597</sup> asinum<sup>598</sup> esse, (for-  
san<sup>599</sup> in illis<sup>600</sup> est) leonem, &<sup>601</sup> reliqua. Quì<sup>602</sup> enim<sup>603</sup> id<sup>604</sup>  
fieri<sup>605</sup> potest<sup>606</sup>, vt<sup>607</sup> ego sim<sup>608</sup> in leone<sup>609</sup>, &<sup>610</sup> leo in me?  
Chymeram<sup>611</sup> fingis<sup>612</sup>. Atque<sup>613</sup> ô vtinam probarent<sup>614</sup> nos

<sup>593</sup> primus, -a, -um (adjetivo triforme): o primeiro.

<sup>594</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>595</sup> asserant (perfeito do indicativo do verbo *asserere*): ligar a; juntar a si; puxar para si; reclamar; preservar; atribuir; sustentar; afirmar; dizer.

<sup>596</sup> in (preposição que rege ablativo e acusativo): em; sobre; a; para; contra; para com; em.

<sup>597</sup> nobis (pronome pessoal de *ego, mei* em dativo/ablativo): nós.

<sup>598</sup> asinus, -i (substantivo): burro; homem estúpido.

<sup>599</sup> forsan (advérbio): talvez; por acaso; por ventura.

<sup>600</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>601</sup> & (conjunção aditiva – nota tironiana): e.

<sup>602</sup> quì (advérbio em ablativo arcaico de *quis* e *qui*): em que; com que; de que modo; como?

<sup>603</sup> enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

<sup>604</sup> is, ea, id (pronome anafórico): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>605</sup> fieri (voz passiva do verbo *facere*): ser feito; fazer-se; acontecer.

<sup>606</sup> potest (3ª pessoa do singular presente do indicativo do verbo *possum*): poder; ser capaz; ter poder.

<sup>607</sup> vt (advérbio): como; de que modo; assim como / (conjunção): que; para que; a fim de que.

<sup>608</sup> sim (1ª pessoa do singular do presente do subjuntivo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>609</sup> leo, -onis (substantivo): leão.

<sup>610</sup> & (conjunção aditiva – nota tironiana): e.

<sup>611</sup> Chimæra, æ (substantivo): "Quimera 1. monstro fabuloso com cabeça de leão, corpo de cabra e cauda de dragão, que expelia chamas pela boca e foi morto Belerofonte; 2. vulcão da Lícia; 3. um dos navios de Eneias" (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 135).

<sup>612</sup> fingis (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *fingo*): fingir; imaginar; inventar.

<sup>613</sup> atque (*atque* ou *ac*, conjunção copulativa e adversativa): e; e até; e sobretudo; e mesmo; e por outro lado; mas; ou antes; e contudo; e todavia.

aliquid<sup>615</sup>scire<sup>616</sup>: tunc enim<sup>617</sup> concederemos<sup>618</sup> illis consequentiam<sup>619</sup>: scilicet<sup>620</sup>, Nil<sup>621</sup> sciri potest quin<sup>622</sup> sit<sup>623</sup> in nobis<sup>624</sup>.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Primero, porque aseguran que en nosotros hay un asno (lo cual quizá sea cierto en ellos), un león y todas las demás cosas. ¿Cómo puede ser que yo esté en el león y el león en mí? Eso es fingir una quimera. Y ojalá pudiesen probar que sabemos algo, pues entonces concederíamos validez a su razonamiento (p. 72).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Em primeiro lugar afirmam que em nós está o burro (talvez esteja neles), o leão, etc. Ora, como é que pode ser que eu esteja no leão, e o leão em mim? Isso não passa duma quimera que tu crias. Oxalá que nos provassem que nós sabemos alguma coisa, pois então lhes concederíamos a consequência; isto é, não pode saber-se nada que não esteja em nós [...] (p. 80).

---

<sup>614</sup> probarent (3ª pessoa do plural do pretérito imperfeito do subjuntivo do verbo *probo*): julgar; apreciar; estimar; aprovar; provar; demonstrar.

<sup>615</sup> aliquid, aliqui, aliqua, aliquid, aliquod (adjetivo e pronome indefinido): algum; alguém; alguma coisa.

<sup>616</sup> scire (forma no infinitivo do verboscial): saber; conhecer; ter conhecimento.

<sup>617</sup> enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

<sup>618</sup> concederemos (1ª pessoa do plural do presente do subjuntivo do verbo *concedo*): ceder; admitir; atribuir; renunciar.

<sup>619</sup> consequentia, -ae (substantivo): série; sucessão; consequência.

<sup>620</sup> scilicet (advérbio): isto é; evidentemente; naturalmente; todavia.

<sup>621</sup> nil (*nil* ou *nihil*, tem função pronominal e substantiva): nada; nulidade; um nada; zero.

<sup>622</sup> quin (advérbio interrogativo): como não? Por que não? Que não / (conjunção): que.

<sup>623</sup> sit (3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>624</sup> nobis (pronome pessoal de *ego*, *mei* em dativo/ablativo): nós.



## Tradução nossa

Primeiro, porque atribuem [que] em nós existe um asno (talvez neles exista), um leão, e outras [coisas]. Como, pois, pode acontecer [que] eu esteja no leão e o leão em mim? Tu finges uma quimera. E, oxalá provassem [que] algum de nós sabe [algo]. Então, pois, atribuiríamos isso uma consequência; isto é, nada podeis saber que não esteja em nós.

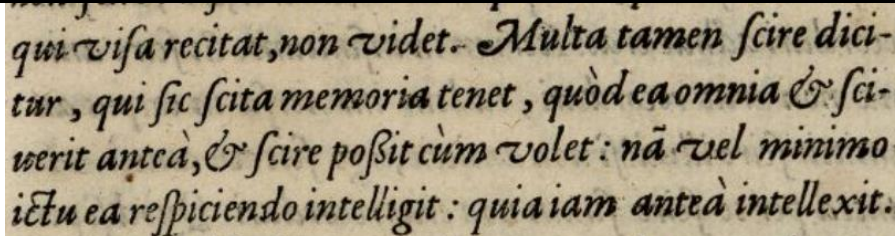
A **Lição 22** traz algumas amostras que merecem nossa atenção. Duas delas contém o acento grave: a primeira é o adjetivo triforme *primò* e outra é o pronome relativo *quòd*.

Na mesma lição, temos o advérbio em ablativo *quìoriginário* do advérbio arcaico de *quis/qui* e a interjeição *ô*, geralmente grafada com um mácron nos dicionários, sinalizando duas *morae*: *ō*. Ambas os vocábulos aparecem no texto com acento circunflexo ( *^* ), o que vimos na **Lição 05** em *hûc* e na **Lição 16** em *explêrit*.

Outro ponto de destaque é que a interjeição *ô* “com a partícula: *o utinam* [no texto *ô vtinam*]” passam a significar “oxalá” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 457).

Por fim, é preciso dizer que o substantivo *Chymeram* que aparece no texto grafado com um *-y-* e *-e-* mediais é, nos dicionários de que dispomos, grafado *Chimæra* com *-i-* e *-æ-* mediais (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 135) ou, ainda, *Chimæera* com *-i-* e *-æe-* mediais (TORRINHA, 1936, p. 141; FARRIA, 1975, p. 182).

LIÇÃO 23 — Fragmento da obra (f. 17, linhas 5-8)



Transcrição paleográfica

Multa<sup>625</sup> tamen<sup>626</sup> scire<sup>627</sup> dicitur<sup>628</sup>, qui<sup>629</sup> sic<sup>630</sup> scita<sup>631</sup> memoria<sup>632</sup> tenet<sup>633</sup>, quod<sup>634</sup> ea<sup>635</sup> omnia<sup>636</sup> & sciverit<sup>637</sup> antea<sup>638</sup>, & scire possit<sup>639</sup> cum<sup>640</sup> volet<sup>641</sup>: nã<sup>642</sup> vel<sup>643</sup> minimo ictu<sup>644</sup> ea respiciendo<sup>645</sup> intelligit<sup>646</sup>: quia<sup>647</sup> iam<sup>648</sup> antea<sup>648</sup> intellexit<sup>649</sup>.

<sup>625</sup> multus, -a, -um (adjetivo triforme): numeroso; muito.

<sup>626</sup> tamen (conjunção): todavia; contudo; entretanto.

<sup>627</sup> scire (forma no infinitivo do verboscio): saber; conhecer; ter conhecimento.

<sup>628</sup> dicitur (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo dico na voz passiva): dizer; pronunciar.

<sup>629</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>630</sup> sic (advérbio): assim; deste modo.

<sup>631</sup> scitus, -a, -um (particípio do verbo scisco): conhecido; que se sabe; hábil.

<sup>632</sup> memoria, -ae (substantivo): memória; lembrança; recordação.

<sup>633</sup> tenet (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo teneo): ter; segurar; conservar; reter; guardar.

<sup>634</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>635</sup> is, ea, id (pronome anafórico): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>636</sup> omnis, omne (adjetivo biforme): toda; tudo.

<sup>637</sup> sciverit (3ª pessoa do singular do perfeito do subjuntivo do verbo scio): saber; conhecer; ter conhecimento.

<sup>638</sup> antea (advérbio): antes; até agora.

<sup>639</sup> possit (3ª pessoa do singular do perfeito do subjuntivo do verbo possum): poder; ser capaz; ter poder.

<sup>640</sup> cum (preposição/conjunção): no momento em que; com; quando; logo que; embora.

<sup>641</sup> volet (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo volo): querer; desejar; ter vontade.

<sup>642</sup> nã (partícula afirmativa): de fato; na verdade; na realidade; pois; porque; assim.

<sup>643</sup> vel (advérbio): ou; se queres; ou se queres; mesmo / (conjunção): ou; ou então; ou... ou.

<sup>644</sup> iactu (particípio do verbo iacio): lançar; arremessar; atirar; desterir.

<sup>645</sup> respiciendo (gerúndio do verbo respicio): olhar para trás; volver os olhos para; voltar os olhos.

<sup>646</sup> intelligit (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo intellego): perceber; compreender; discernir; notar; reconhecer; entender.

<sup>647</sup> quia (conjunção, antigo plural neutro de quis, quid): porque; porém,

<sup>648</sup> iam (advérbio): agora; já; imediatamente; logo.

<sup>649</sup> intellexit (particípio do verbo intellego): perceber; compreender; discernir; notar; reconhecer; entender.

### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

No obstante, se dice que sabe muchas cosas quien retiene en la memoria lo sabido, porque, o bien lo supo antes, o bien puede saberlo cuando quiere; pues con unánima ojeada entiende al mirarlas, las cosas que ya entendió con anterioridad (p. 74).

### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Diz-se, porém, que sabe muito aquele que retém na memória as coisas assim sabidas, porque já antes as soube todas, e pode sabê-las quando quiser, pois, olhando-as, com o mínimo esforço as compreende porque já antes as compreendê-las (p. 81).

### Tradução nossa

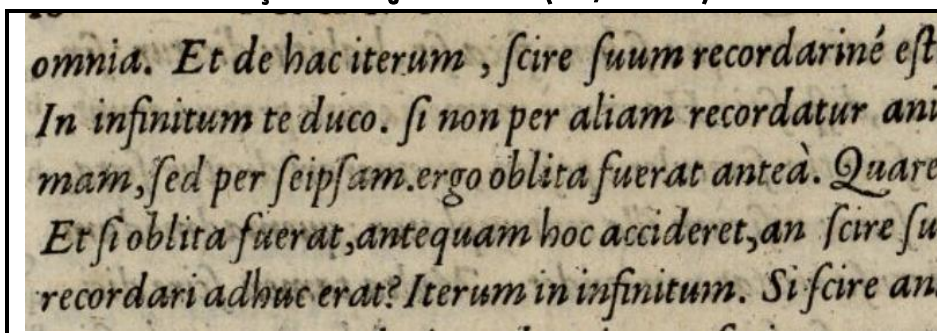
Contudo, se diz [que] sabe muitas [coisas] quem retém na memória o conhecido, porque todas as tenha conhecido antes, e saber as tenha podido quando deseja. Pois, se queres, [com] a mínima lançada dos olhos para trás as compreende; porque já os [havia] conhecido antes.

Encontramos na **Lição 23** três vocábulos com acento grave ( ` ): o pronome relativo *quòd*, o advérbio *anteà* e a preposição *cùm*. Em outras ocasiões, vimos que tais vocábulos não receberam tal acento, permanecendo apenas as formas *quod*, *antea* e *cum*.

Uma interpretação que defendemos desde o princípio é a de que os acentos foram empregados como recurso didático

para ajudar na correta pronúncia, mas vez ou outra foram esquecidos. Daí a presença de formas acentuadas e outras sem acento. Isso nos leva a partícula *nā* (**nam**), cuja *abreviação comsinal de significado fixo*, com uso do til ( ~ ) sugere uma pronúncia anasalada (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008). Nasalização essa que jamais ocorria em *latim clássico* no tempo dos antigos romanos. Ressaltamos, ainda, que o **-am** final não é uma desinência de acusativo de primeira declinação, mas integra a própria raiz da palavra.

#### LIÇÃO 24 — Fragmento da obra (f. 18, linhas 1-5)



#### Transcrição paleográfica

Et<sup>650</sup> de<sup>651</sup> hac<sup>652</sup> iterum<sup>653</sup>, scire<sup>654</sup> suum<sup>655</sup> recordariné<sup>656</sup> est? In  
infinitum<sup>657</sup> te duco<sup>658</sup>. Si<sup>659</sup> non per<sup>660</sup> aliam<sup>661</sup>

<sup>650</sup> et (conjunção aditiva): e; e até; e também; e além disso; e depois disto.

<sup>651</sup> de (preposição que rege ablativo): de; de cima de; a partir de; de (origem); depois de; logo (geralmente indica afastamento do ponto de origem); só; acerca de.

<sup>652</sup> hic, haec, hoc (pronomes demonstrativos): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>653</sup> iterum (advérbio): pela segunda vez; de novo; por sua parte; por sua vez.

<sup>654</sup> scire (forma no infinitivo do verboscio): saber; conhecer; ter conhecimento.

<sup>655</sup> suus, -a, -um (adjetivo e pronome possessivo): seu; sua.

<sup>656</sup> recordariné (forma no infinitivo do verbo deponente passivo *recordor*, mais a partícula de negação *-ne*): não recordar.

<sup>657</sup> in infinitum (adjetivo mais preposição): até ao infinito.

<sup>658</sup> duco (verbo na primeira pessoa do presente do indicativo): conduzir; guiar; comandar; estar à frente de.

recordatur<sup>662</sup>animam<sup>663</sup>, sed<sup>664</sup> per se ipsam<sup>665</sup>. ergo<sup>666</sup> oblita<sup>667</sup> fuerat<sup>668</sup> antea<sup>669</sup>. Quare<sup>670</sup>? Et si oblita fuerat, antequam<sup>671</sup> hoc<sup>672</sup> accideret<sup>673</sup>, an scire suū recordari adhuc<sup>674</sup> erat<sup>675</sup>? Iterum in infinitum.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

¿Era o no era recordar? Así podría llevarte hasta el infinito. Y si esa otra alma no recordaba lo que sabía la anterior, y lo aprendió por sí misma, eso quiere decir que se olvidó antes. ¿Por qué? Y si se había olvidado y luego lo aprendió, ¿no era su saber, en definitiva, otro modo de recuerdo? También vamos por aquí al infinito (p. 75).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Mas o saber de esta, perguntarei eu de novo, não será também recordação? Desta maneira levar-te-ei ao infinito. Se não é por outra alma que ela se recorda, mas por si mesma, então, tinha-se esquecido antes. Porquê? E se se [sic] tinha esquecido, o seu

---

<sup>659</sup> si (conjunção): se; no caso que; que; desde que; posto que.

<sup>660</sup> per (preposição que rege acusativo): através de; por; por entre; diante de; por; por meio de; por intermédio de.

<sup>661</sup> alius, -a, -ud (pronome e adjetivo indefinido): outro.

<sup>662</sup> recordatur (3ª pessoa do singular passivo do verbo depoente *recordar*): recordar-se; lembrar-se.

<sup>663</sup> animus, -i (substantivo): ânimo; alma; espírito; vida; inteligência; opinião; intenção.

<sup>664</sup> sed (conjunção): mas; porém; todavia; por outro lado.

<sup>665</sup> ipse, -a, -um (adjetivo e pronome demonstrativo): o próprio; a própria.

<sup>666</sup> ergo (conjunção): pois; portanto; por conseguinte; logo; certamente; então.

<sup>667</sup> oblita (particípio do verbo *oblino*): coberto; emboçado; untado; imbuído; tomado.

<sup>668</sup> erat (3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>669</sup> antea (advérbio): antes; até agora.

<sup>670</sup> quare (advérbio interrogativo): por que razão? Por que meio?

<sup>671</sup> antequam (conjunção): antes que; antes de.

<sup>672</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>673</sup> accideret (3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do subjuntivo do verbo *accido*): cair; chegar; acontecer.

<sup>674</sup> adhuc (advérbio): até agora; até ao presente; e até então; ainda.

<sup>675</sup> fuerat (3ª pessoa do mais-que-perfeito do indicativo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

saber, antes de acontecer isso, seria também recordação? Vai-se dar novamente ao infinito (p. 81-82).

### Tradução nossa

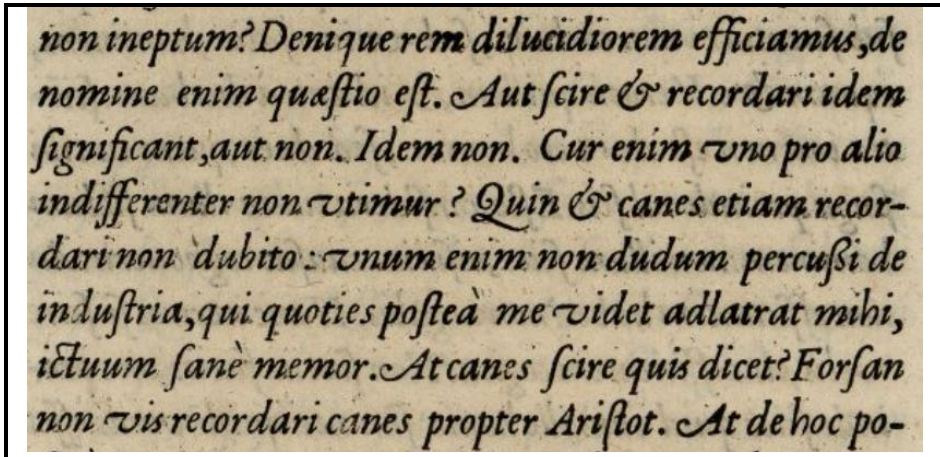
E deste, por sua vez, seu saber não é recordar? Até ao infinito eu te guio. Se, por outra alma não pode ser recordada, porém por si próprio. Portanto, foi ocultado antes. Por que razão? E se estava ocultado, antes que acontecesse isso, o seu saber ainda não era recordar? pela segunda vez até ao infinito.

O verbo depoente na sua forma infinitiva passiva *recordarini* encontra-se, no texto, ligada a uma “partícula interrogativa enclítica (apoclítica) colocada sempre junto da palavra sobre que recai a interrogação” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 443): *recordariné*. É oportuno dizer que, no *latim clássico* não havia palavras oxítonas, isto é, com acento tônico na última sílaba, a não ser em raríssimas exceções como as que apresenta Furlan (1997). Assim sendo, o emprego de acento agudo na forma *recordariné* é absolutamente uma conveniência, sendo motivado por uma questão pedagógica, uma vez que a partícula *-né*, ao se conectar com uma forma em posição anterior, altera consigo a prosódia da palavra.

A seguir temos o advérbio *anteà* com acento grave ( ` ), o que retoma amostras anteriormente discutidas. Na mesma **Lição 24**, vemos ainda o adjetivo e pronome possessivo *suū* (*suum*) em que temos uma *abreviação comsinal de significado fixo* (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008), com a supressão

da desinência do caso acusativo singular de segunda declinação em **-um**.

### LIÇÃO 25 — Fragmento da obra (f. 19, linhas 5-12)



### Transcrição paleográfica

Denique<sup>676</sup> rem<sup>677</sup> dilucidiozem<sup>678</sup> efficiamus<sup>679</sup>, de nomine enim<sup>680</sup> quaestio est. Aut scire<sup>681</sup>& recordari<sup>682</sup> idem<sup>683</sup> significant<sup>684</sup>, aut non. Idem<sup>685</sup> non. Cur<sup>686</sup> enim<sup>687</sup> vno<sup>688</sup>

<sup>676</sup> denique (advérbio): por fim; enfim; finalmente.

<sup>677</sup> res, rei (substantivo): coisa.

<sup>678</sup> dilucidiozem (*dilucidus*, -a, -um, adjetivo trifórm): claro; luminoso; brilhante; nítido. / originado do verbo *dilucido*: dilucido: esclarecer.

<sup>679</sup> efficiamus (1ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *efficio*): fazer; executar; realizar; construir.

<sup>680</sup> enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

<sup>681</sup> scire (forma no infinitivo do verboscio): saber; conhecer; ter conhecimento.

<sup>682</sup> recordariné (forma no infinitivo do verbo depoente passivo *recordor*, mais a partícula de negação -ne): não recordar.

<sup>683</sup> idem, eadem, idem (pronome de identidade): o mesmo; a mesma; também; ao mesmo tempo.

<sup>684</sup> significât (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *significo*) mostrar por sinais; indicar; fazer compreender; fazer conhecer; mostrar; declarar; significar.

<sup>685</sup> idem, eadem, idem (pronome de identidade): o mesmo; a mesma; também; ao mesmo tempo.

<sup>686</sup> cur (advérbio interrogativo): por quê? Por que razão?

<sup>687</sup> enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

<sup>688</sup> unus, -a, -um (adjetivo numeral): um/uma.

pro<sup>689</sup> alio indifferenter<sup>690</sup> non vtimur<sup>691</sup>? Quin<sup>692</sup> & canes etiam<sup>693</sup> recordari non dubito<sup>694</sup>: vnum enim non dudum<sup>695</sup> percussi<sup>696</sup> de industria<sup>697</sup>, qui quoties<sup>698</sup> postea<sup>699</sup> me<sup>700</sup> videt<sup>701</sup> adlatrat<sup>702</sup> mihi<sup>703</sup>, ictuum<sup>704</sup> sanè<sup>705</sup> memor<sup>706</sup>. At<sup>707</sup> canes scire<sup>708</sup> quis<sup>709</sup> dicet?<sup>710</sup> Forsan<sup>711</sup> non vis<sup>712</sup> recordari<sup>713</sup> canes propter<sup>714</sup> Aristot.

## Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Pongamos la cosa en claro, pues es cuestión de nombre. *Saber y recordar*, o bien significan lo mismo o no. Es evidente que no. Si significaran lo mismo, ¿por qué no usamos indiferentemente lo uno por lo otro? No dudo que los perros son también capaces de recordar. En cierta ocasión golpeé a uno voluntariamente, y

<sup>689</sup> pro (preposição que rege ablativo): diante de; defronte de; em presença de; sobre; por.

<sup>690</sup> indifferenter (advérbio): indistintamente; indiferentemente.

<sup>691</sup> vtimur (1ª pessoa do plural na voz passiva do verbo depoente *utor*): usar; servir-se de; utilizar.

<sup>692</sup> quin (advérbio interrogativo): como não? Por que não? Que não / (conjunção): que.

<sup>693</sup> etiam (conjunção): agora ainda; ainda; agora; mesmo.

<sup>694</sup> dubito (1ª pessoa do singular presente do indicativo do verbo *dubito*): duvidar; pôr em dúvida.

<sup>695</sup> dudum (advérbio): há algum tempo; outrora; desde há certo tempo.

<sup>696</sup> percussi (1ª pessoa do singular do perfeito do verbo *percutio*): rasgar; bater com força; fulminar; abalar; tocar.

<sup>697</sup> de industria (expressão): de propósito deliberado; voluntariamente; de caso pensado.

<sup>698</sup> quoties (advérbio interrogativo): quantas vezes; todas as vezes que.

<sup>699</sup> postea (advérbio): em seguida; depois; além disso.

<sup>700</sup> me (pronome pessoal de *ego*, *mei* em ablativo; 1ª pessoa do singular): me.

<sup>701</sup> videt (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *video*): ver.

<sup>702</sup> adlatrat (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *adlatro*): latir.

<sup>703</sup> mihi (pronome pessoal de *ego*, *mei* em dativo; 1ª pessoa do singular): a mim; para mim.

<sup>704</sup> ictus, -us (substantivo): golpe; pancada.

<sup>705</sup> sanè (advérbio): sem dúvida; seguramente; sim.

<sup>706</sup> memor, -oris (adjetivo biforme): que se lembra; lembrado / (verbo *memoro*): lembrar; recordar.

<sup>707</sup> at (conjunção): mas; porém; todavia; pelo contrário.

<sup>708</sup> scire (forma no infinitivo do verbo *scio*): saber; conhecer; ter conhecimento.

<sup>709</sup> quis, qui, quae, quid, quod (pronome interrogativo): Que? Quem? Qual? Que coisa? Que espécie? Que? Porque? Por que razão?

<sup>710</sup> dicet (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *dico*): dizer; pronunciar.

<sup>711</sup> forsan (advérbio): talvez; por acaso; por ventura.

<sup>712</sup> vis (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *volo*): querer; desejar; ter vontade.

<sup>713</sup> recordarinè (forma no infinitivo do verbo depoente passivo *recordor*, mais a partícula de negação *-nè*): não recordar.

<sup>714</sup> propter (advérbio): perto; ao pé; nas proximidades / (preposição que rege acusativo): perto de; ao lado de; por causa de.



siempre que me ve, me ladra, acordándose, sin duda de las heridas. Pero, ¿quién se atrevería a decir que los perros *saben*? Acaso no quieres que los perros recuerden, por causa de Aristóteles (*Lib. de Memor. et reminisc.*) (p. 77, grifos do tradutor).

### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Finalmente tornemos o assunto mais claro, pois a questão é de nome. Ou saber e recordar significam o mesmo, ou não. O mesmo, não, e tanto que não empregamos indiferentemente qualquer de estas palavras. Para mim não há dúvida de que até os cães se recordam, pois não há muito que eu propositadamente bati num, que depois de isso ladra todas as vezes que me vê, lembrando-se certamente das pancadas; mas quem dirá que os cães sabem? Talvez que por causa de Aristóteles não queiras que os cães recordem [...] (p. 83).

### Tradução nossa

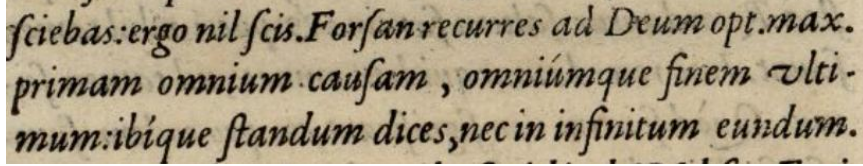
Por fim, façamos a coisa “em claro”, pois é uma questão de nome. Ou saber e recordar significam a mesma [coisa], ou não. Por que, pois, não usamos indiferentemente por outro? Não duvido que um cão também não [possa] recordar; porquanto há algum tempo bati com força voluntariamente [em] um [cão], que em todas as vezes depois que me vê, late para mim, lembrado, sem dúvida, dos golpes. Porém, quem diz que os cães sabem? Por ventura [tu] não queres que os cães se recordem por causa de Aristóteles.

*Denique* é uma forma compósita formada a partir das partículas *de*, *-ne* e *-que* e juntos têm valor adverbial, sendo que “a partícula **-que** tem um valor indefinido” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 214).

O adjetivo *dilucidiorum*, que pertence aos adjetivos de segunda classe (*dilucidus*, *-a*, *-um*), como registrado em dicionário (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 227), foi declinado como se pertencesse a quinta declinação, devido a presença da desinência em **-em** (se compreendermos como sendo do caso acusativo) ou **-orem** (sendo entendido como se fosse um genitivo plural, mas isso sequer faria sentido no contexto). Houve um processo analógico com o substantivo *rem* (**res**, **rei**) que pertence a quinta declinação, de fato. Temos, então, um neologismo. Na versão traduzida por Mellizo (1977), temos: *rem dilucidiorum* = “la cosa en claro”, a qual aceitaremos, mas com as ressalvas aqui apresentadas.

O advérbio *postea*, com acento grave ( ` ), é constituído pela junção das formas *post* e *ea*, sendo *post* enquanto preposição ainda que conserva vestígio da regência de ablativo, daí a exigência de que o pronome oblíquo *me* esteja no caso ablativo. O advérbio *sanè* segue a mesma acentuação gráfica.

## LIÇÃO 26 — Fragmento da obra (f. 20, linhas 13-15)



sciebas: ergo nil scis. Forsan recurre ad Deum opt. max.  
primam omnium causam, omniumque finem vltimum:  
ibique standum dices, nec in infinitum eundum.

### Transcrição paleográfica

Forsan<sup>715</sup> recurre<sup>716</sup> ad Deum<sup>717</sup> opt<sup>718</sup>.max<sup>719</sup>. primam<sup>720</sup> omnium<sup>721</sup> causam, omniumque finem vltimum<sup>722</sup>: ibique<sup>723</sup> standum<sup>724</sup> dices<sup>725</sup>, nec<sup>726</sup> in infinitum<sup>727</sup> eundum<sup>728</sup>.

### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Acaso recurras a Dios omnipotente, causa primera de todas las cosas y fin último de todo, y digas que allí hemos de detenernos, y no en el infinito (p. 79).

### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

<sup>715</sup> forsán (advérbio): talvez; por acaso; por ventura.

<sup>716</sup> recurre (2ª pessoa do singular pretérito imperfeito do subjuntivo do verbo *recurro*): correr para trás; voltar correndo rapidamente; voltar; recorrer.

<sup>717</sup> Deus, -i (substantivo): Deus.

<sup>718</sup> optimus, -a, -um (adjetivo superlativo): muito bom; o melhor; excelente; perfeito; óptimo.

<sup>719</sup> maximus, -a, -um (adjetivo superlativo): grande; espaçoso; vasto; alto; elevado.

<sup>720</sup> primus, -a, -um (adjetivo trifórmis): o primeiro.

<sup>721</sup> omnis, omne (adjetivo bifórmis): toda; tudo.

<sup>722</sup> ultimum, -i (numeral): fim; extremo.

<sup>723</sup> ibi (advérbio): aí; nesse lugar; então.

<sup>724</sup> standum (gerúndio do verbo *sto*): estar de pé; estar levantado.

<sup>725</sup> dices (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *dico*): dizer; pronunciar.

<sup>726</sup> nec (conjunção): não; nem.

<sup>727</sup> in infinitum (adjetivo mais preposição): até ao infinito.

<sup>728</sup> eundum (gerúndio do verbo *eo*): ir; caminhar; andar.

Talvez que tu recorras a Deus imenso e sumamente bom como causa primeira e último fim de tudo, e dirás então que devemos parar aí, e não penetrar no infinito (p. 84).

## Tradução nossa

Por acaso recorras a Deus “omnipotente” [Excelente e Grandioso], a causa primeira de todas as coisas, e fim último de tudo; e nesse lugar tu dizes, estando de pé, para não caminhar ao infinito.

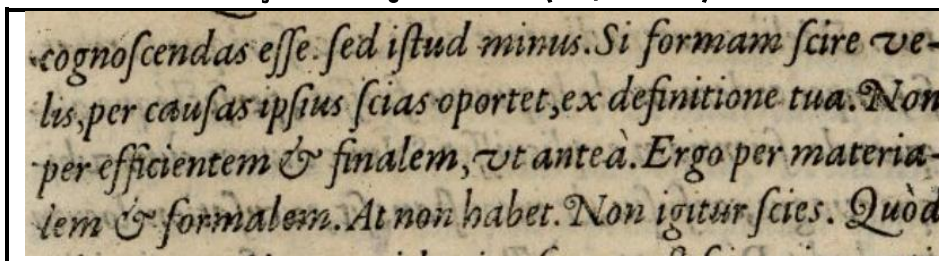
Na expressão *opt.max* temos uma *abreviação por suspensão ou apócope* (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008), dos adjetivos superlativos **optimus** e **maximus**. Vale ressaltar, que esse mesmo tipo de abreviação foi visto nas **Lições 09 e 19**, com o substantivo *Aristot.* (Aristoteles).

*Optimus* é uma forma gerada do adjetivo *bonus*, *-i* (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 472), enquanto que a forma *maximus* é originária do adjetivo *magnus*, *-i* (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 416). Na tradução de Mellizo (1977), a expressão foi traduzida por “omnipotente”, porque se trata já de uma convenção amplamente aceita na atualidade, a qual também manteremos em nossa tradução. Contudo, também apresentamos a tradução literal: *excelente* e *grandioso*, próxima da tradução de Vasconcelos (1991): “Deus imenso e sumamente bom”.

Ainda na mesma **Lição 26**, temos duas formas compostas: *omniúmqe* e *ibíque*. Em ambas foi utilizada a conjunção aditiva *-que*. Os acentos nessas palavras indicam a mudança na

tonicidade, o que torna as formas *omnium* e *ibi* oxítonas, porém com a junção de *-que* as palavras compósitas aparentam ser paroxítonas, seguindo a regra geral de acentuação latina (FURLAN; BUSARELLO, 1997; MIRANDA POZA, 2005; SOUZA, 2019a).

### LIÇÃO 27 — Fragmento da obra (f. 21, linhas 1-4)



### Transcrição paleográfica

Si<sup>729</sup> formam<sup>730</sup> scire<sup>731</sup> velis<sup>732</sup>, per<sup>733</sup> causas<sup>734</sup> ipsius<sup>735</sup> scias<sup>736</sup> oportet<sup>737</sup>, ex<sup>738</sup> definitione<sup>739</sup> tua. Non per efficientem<sup>740</sup> & finalem<sup>741</sup>, vt antea<sup>742</sup>. Ergo<sup>743</sup> per materialem & formalem. At<sup>744</sup> non habet. Non igitur<sup>745</sup> scies<sup>746</sup>.

<sup>729</sup> si (conjunção): se; no caso que; que; desde que; posto que.

<sup>730</sup> forma, -ae (substantivo): forma; molde; moldura.

<sup>731</sup> scire (forma no infinitivo do verboscia): saber; conhecer; ter conhecimento.

<sup>732</sup> velis (2ª pessoa do singular do presente do subjuntivo do verbo volo): querer; desejar.

<sup>733</sup> per (preposição que rege acusativo): através de; por; por entre; diante de; por; por meio de; por intermédio de.

<sup>734</sup> causa, -ae (substantivo): causa; motivo; razão.

<sup>735</sup> ipse, -a, -um (adjetivo e pronome demonstrativo): o próprio. "ipsius ou Ipsorum substituem as formas meus e noster do discurso directo" (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 372).

<sup>736</sup> scias (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo scio): saber; conhecer.

<sup>737</sup> oportet (verbo impessoal): é preciso; é bom; convém; é necessário.

<sup>738</sup> ex (e, ex, ex, preposição que rege ablativo): de, do interior de; procedente de; entre; desde.

<sup>739</sup> definitio, -onis (substantivo): definição; designação.

<sup>740</sup> efficiens, -entis (particípio do presente do verbo efficia): eficiente; que efetua; que produz.

<sup>741</sup> finalis, -e (adjetivo biforme): relativo aos limites; que limita; final.

<sup>742</sup> antea (advérbio): antes; até agora.

<sup>743</sup> ergo (conjunção): pois; portanto; por conseguinte; logo; certamente; então.

<sup>744</sup> at (conjunção): mas; porém; todavia; pelo contrário.

## Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Porque si quieres conocer la forma, es preciso que la conozcas por sus causas, según tu propia definición. No por la eficiente y la final, como antes, sino por la material y la formal. Pero no conoces esta causa formal; consiguientemente, nada sabes (p. 80).

## Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Se quiseres conhecer a forma, debes, segundo a tua definição, conhecê-la pelas suas causas: não pela eficiente e pela final, como há pouco, mas pela material e pela formal; mas não as tem, e portanto não a conhecerás (p. 84).

## Tradução nossa

[Pois] se queres conhecer uma forma, é necessário [que] conheça [a forma] pelas próprias causas, a partir de tua definição. Não pela eficiente e final, como antes. Portanto, pela material e pela formal. Todavia, não tem. Então não sabes [nada].

Na **Lição 27**, percebemos a presença de algumas preposições que merecem destaque: *per* e *ex*. a primeira rege o caso (tanto singular quanto plural), como em: “**per** causas”, “**per** efficientem” e “**per** materialem & formalem”. A outra preposição, por seu turno, rege o caso ablativo, como em: “**ex** definitione”.

---

<sup>745</sup> igitur (conjunção conclusiva): pois; portanto; então.

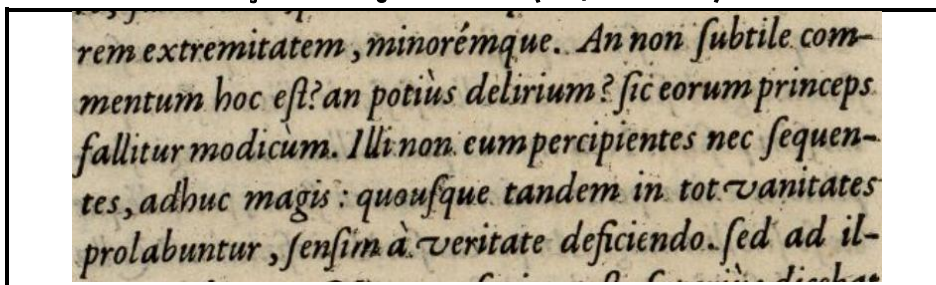
<sup>746</sup> scias (2ª pessoa do singular do presente do subjuntivo do verbo *scio*): saber; conhecer.

A preposição *ex*, nessa lição, teve seu uso necessário, o mesmo não pode ser dito sobre as várias repetições de *per*.

Coutinho (1981) nos informa que o uso de preposições era marca indicativa de *latim vulgar*, uma vez no *latim clássico* esse uso era mais restrito, o que se concluir que tais usos demonstravam desconhecimento mais elaborado da utilização das desinências de casos.

A sentença “Ergo **per** **materiale** & **formale**” (com dois acusativos) poderia ser reescrita assim: “Ergo **materiale** **formale**” (sem a preposição e com dois ablativos) sem perda do mesmo sentido exposto no texto. O uso de *per* nessa lição acaba sendo um reforço, apenas.

#### LIÇÃO 28 — Fragmento da obra (f. 22, linhas 15-19)



#### Transcrição paleográfica

An<sup>747</sup> non<sup>748</sup> subtile<sup>749</sup> commentum<sup>750</sup> hoc<sup>751</sup> est? an<sup>752</sup> potius<sup>753</sup> delirium? sic eorum<sup>754</sup> princeps<sup>755</sup> fallitur<sup>756</sup> modicum<sup>757</sup>. Illi<sup>758</sup>

<sup>747</sup> an (partícula interrogativa): porventura; acaso; se.

<sup>748</sup> non (advérbio de negação): não.

<sup>749</sup> subtilis, e (adjetivo biforme): fino; delgado; ténue; delicado.

<sup>750</sup> commentum, -i (substantivo): ficção; invenção.

<sup>751</sup> hic, haec, hoc (pronomes demonstrativos): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>752</sup> an (partícula interrogativa): porventura; acaso; se.

non eum<sup>759</sup> percipientes nec<sup>760</sup> sequentes<sup>761</sup>, adhuc<sup>762</sup> magis<sup>763</sup>:  
quousque<sup>764</sup> tandem<sup>765</sup> in tot<sup>766</sup> vanitates<sup>767</sup> prolabuntur<sup>768</sup>, sen-  
sim<sup>769</sup> à<sup>770</sup> veritate<sup>771</sup> deficiendo<sup>772</sup>.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

¿No es todo esto una sutil ficción? O mejor: ¿No es un delirio? Si el jefe se engaña un poco, los que van después de él se engañan aún más porque no son capaces ni de entenderle. Y van así precipitándose en naderías, apartándose de la verdad (p. 82).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Acaso não é isto uma ficção subtil? Ou melhor — não será antes delirar? Assim o *Príncipe* deles engana-se um pouco, e eles que não o compreendem nem seguem, ainda mais se enganam, até

---

<sup>753</sup> potius (advérbio): antes; de preferência.

<sup>754</sup> is, ea, id (pronomes anafóricos; genitivo plural feminino): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>755</sup> principis, -cipis **1.** (substantivo; singular e plural simples): príncipe. **2.** principes, -um (substantivo; plural): os primeiros cidadãos; a aristocracia; os nobres; os altos funcionários.

<sup>756</sup> fallitur (3ª pessoa do singular do presente do indicativo passivo do verbo *fallo*): enganar; trair; induzir em erro.

<sup>757</sup> modicum, -i (substantivo): pequena quantidade; pouca coisa.

<sup>758</sup> ille, illa, illud (pronomes demonstrativos): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>759</sup> is, ea, id (pronomes anafóricos): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>760</sup> nec (conjunção): não; nem.

<sup>761</sup> sequens, -entis (particípio presente do verbo *sequor*): que segue; seguinte.

<sup>762</sup> adhuc (advérbio): até agora; até ao presente; e até então; ainda.

<sup>763</sup> magis (advérbio): mais.

<sup>764</sup> quousque (*quo, usque*; advérbio interrogativo): até quando; até quando; até que ponto?

<sup>765</sup> tandem (advérbio): enfim; finalmente; no fim de contas; então; pois.

<sup>766</sup> tot (adjetivo e pronomes demonstrativos plural): tantos; tão grande número.

<sup>767</sup> vanitas, -atis (substantivo): aparência vã; aparência não real; falsidade; mentira.

<sup>768</sup> prolabuntur (1ª pessoa do plural do futuro imperfeito do indicativo do verbo *proluo*): levar; arrastar; banhar.

<sup>769</sup> sensim (advérbio): de modo que mal seja sentido; insensivelmente; gradualmente; lentamente; pouco a pouco; naturalmente.

<sup>770</sup> à (*a, ab, abs*, preposição que rege ablativo): de; dos arredores de; do lado de; desde; a partir de (indica, geralmente, afastamento).

<sup>771</sup> veritas, -tatis (substantivo): verdade; sinceridade; justiça.

<sup>772</sup> deficiendo (gerúndio do verbo *deficio*): abandonar; deixar.



que finalmente caem em tantas futilidades, afastando-se lentamente da verdade(p. 86)

### Tradução nossa

Não é isto uma sutil ficção? Não é antes um delírio? Se ele foi induzido ao erro, [assim também ocorre] um pouco [com] os primeiros cidadãos [que o seguem]. Os que o seguem [se enganam] ainda mais. Até quando então em tantas falsidades seremos arrastados, lentamente deixando a verdade.

Nessa lição temos dois usos de preposições que requerem uma explicação. Primeiro, em “**in** tot vanitates”, sendo que *in* é uma preposição que rege o caso ablativo, porém o termo por ele regido é um adjetivo e pronome demonstrativo plural que se traduz por “tantos; tão grande número”. Trata-se de um uso particularizado da preposição, como reforço para o sentido na sentença: “em tantas falsidades [mentiras]”.

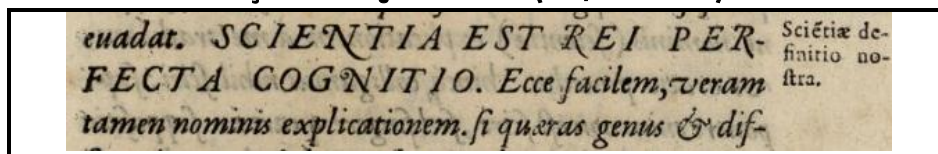
Outra preposição que requer um comentário é “à” (*a, ab, abs*) em “**à** veritate deficiendo” que traduzimos por “deixando a verdade”. Trata-se de uma preposição que rege ablativo. Porém nessa segunda sentença, há uma palavra nesse caso: **veritate**.

Assim, temos dois usos distintos para duas preposições que regem ablativo, a primeira utilizada como recurso expressivo do texto, um reforço semântico. A segunda, por uma questão de ordem sintática, de uso necessário ao sentido.

Ainda na mesma **Lição 28**, há também o advérbio *potiùs*, o substantivo *modicùm* e a preposição *à* com acento grave (̀),

demarcando a elevação das sílabas postônicas no advérbio e substantivo e no monossílabo que é a preposição.

### LIÇÃO 29 — Fragmento da obra (f. 23, linhas 21-23)



#### Transcrição paleográfica

SCIENTIA<sup>773</sup> EST<sup>774</sup> REI<sup>775</sup> PERFECTA<sup>776</sup> COGNITIO<sup>777</sup>. Ecce<sup>778</sup> facilem<sup>779</sup>, veram<sup>780</sup> tamen<sup>781</sup> nominis<sup>782</sup> explicationem<sup>783</sup>.

#### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

CIENCIA ES EL PERFECTO CONOCIMIENTO DE LA COSA. He aquí una explicación del nombre, que es fácil y verdadera al mismo tiempo (p. 84).

#### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

<sup>773</sup> scientia, -ae (substantivo): conhecimento; saber; conhecimento científico; ciência.

<sup>774</sup> est (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>775</sup> res, rei (substantivo): coisa.

<sup>776</sup> perfectus, -a, -um (particípio do verbo *perficio*): terminado; decorrido; perfeito.

<sup>777</sup> cognitio, -onis (substantivo): cognição; conhecimento; concepção; ideia.

<sup>778</sup> ecce (advérbio): eis; eis aqui; eis ali; eis que; subitamente; de repente.

<sup>779</sup> facilis, -e (adjetivo biforme): fácil.

<sup>780</sup> verum, -i (substantivo): a verdade; o verdadeiro; o justo.

<sup>781</sup> tamen (conjunção): todavia; contudo; entretanto.

<sup>782</sup> nomen, -inis (substantivo): nome; títulos.

<sup>783</sup> explicatio, -onis (substantivo): explicação; interpretação; esclarecimento.

A ciência é o conhecimento perfeito do assunto. Eis uma definição fácil, e no entanto verdadeira, de essa palavra [...] (p. 87, grifos do tradutor).

## Tradução nossa

A CIÊNCIA É O PERFEITO CONHECIMENTO DA COISA. Eis aqui uma explicação do nome, fácil e, entretanto, verdadeira.

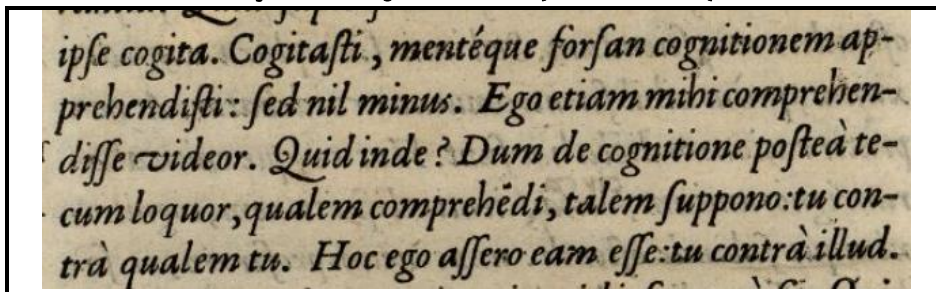
No lado direito dessa lição, temos uma nota de rodapé com a seguinte sentença “*Sciētiæ definitio nostra*” que se traduz por: “Nossa definição de ciência” (tradução nossa). Nela, vemos o substantivo *sciētiæ* (*scientiæ*) com uma **abreviação comsinal de significado fixo**, em que foi utilizada um til ( ~ ) sobre o **-e-**, indicando a ausência de um **-n-** (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008).

As formas *sciētiæ* (da nota de rodapé) e *scientia* (da lição propriamente dita) estão em contraste em uma mesma linha, uma com a forma reduzida, visivelmente para caber nas margens do fólio, a outra com forma plena, inclusive com uso da grafia clássica em caixa alta, empregada com destaque.

Outro ponto que merece atenção é que *definitio* vem do substantivo de 3ª declinação com as seguintes acepções em dicionário: “**definitio, onis** (definio) *f.* 1. ação de fixar os limites, delimitação; 2. definição, determinação, indicação precisa, designação” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 208). Na sentença da nota, talvez o caso dessa palavra devesse ser *acusativo singular* com desinência **-em (definitionem)**, pois se

trata de um *objeto direto*, haja vista que o verbo *esse* encontra-se implícito.

### LIÇÃO 30 — Fragmento da obra (f. 24, linhas 9-13)



#### Transcrição paleográfica

Cogitasti<sup>784</sup>, mentéque<sup>785</sup> forsan<sup>786</sup> cognitionem<sup>787</sup> apprehendisti<sup>788</sup>: sed<sup>789</sup> nil<sup>790</sup> minus<sup>791</sup>. Ego<sup>792</sup> etiam<sup>793</sup> mihi<sup>794</sup> comprehendisse<sup>795</sup> videor<sup>796</sup>. Quid<sup>797</sup> inde<sup>798</sup>? Dum<sup>799</sup> de cognitione<sup>800</sup> postea<sup>801</sup> tecum<sup>802</sup> loquor<sup>803</sup>, qualem<sup>804</sup> com-

<sup>784</sup> cogitasti (forma neológica do verbo *cogito*): pensar; meditar; conceber; projetar; refletir.

<sup>785</sup> mentéque: junção de mens, mentis (substantivo): mente; pensamento; razão; inteligência; alma; caráter; mais “que” (conjunção posposta): e.

<sup>786</sup> forsan (advérbio): talvez; por acaso; por ventura.

<sup>787</sup> cognitio, -onis (substantivo): cognição; conhecimento; concepção; ideia.

<sup>788</sup> apprehendisti (2ª pessoa do singular do perfeito do indicativo do verbo *apprehendo*): tomar; agarrar; segurar; apanhar.

<sup>789</sup> sed (conjunção): mas; porém; todavia; por outro lado.

<sup>790</sup> nil (*nil* ou *nihil*, tem função pronominal e substantiva): nada; nulidade; um nada; zero.

<sup>791</sup> minus (advérbio): menos; muito pouco.

<sup>792</sup> ego (pronomes pessoais de *ego*, *mei* em nominativo; 1ª pessoa do singular): eu.

<sup>793</sup> etiam (conjunção): agora ainda; ainda; agora; mesmo.

<sup>794</sup> mihi (pronomes pessoais de *ego*, *mei* em dativo; 1ª pessoa do singular): a mim; para mim.

<sup>795</sup> comprehendisse (forma neológica do verbo *comprehendo*): unir; ligar; abranger; compreender.

<sup>796</sup> videor (1ª pessoa do indicativo passivo do verbo *video*): ser visto; ver-se.

<sup>797</sup> quis, qui, quae, quid, quod (pronomes interrogativos): Que? Quem? Qual? Que coisa? Que espécie? Que? Porque? Por que razão?

<sup>798</sup> inde (advérbio): de lá; daí; desse lugar.

<sup>799</sup> dum (conjunção): enquanto; até que; contanto que.

<sup>800</sup> cognitio, -onis (substantivo): cognição; conhecimento; concepção; ideia.

<sup>801</sup> postea (advérbio): em seguida; depois; além disso.

<sup>802</sup> tecum (*cum*te, pronome): contigo.

<sup>803</sup> loquor (1ª pessoa do singular passivo do verbo *depoente*): falar; dizer; expressar-se.

prehēdi<sup>805</sup>, talemsuppono<sup>806</sup>: tu contrā<sup>807</sup> qualem tu. Hoc<sup>808</sup> ego<sup>809</sup> assero<sup>810</sup> eam<sup>811</sup> esse: tu contrā<sup>812</sup> illud<sup>813</sup>.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

¿Pensaste ya? ¿Acaso aprehendiste con la mente el conocimiento? También me parece a mí que yo lo he aprehendido. ¿Y qué se sigue de ahí? Cuando hable contigo acerca del conocimiento te lo mostraré tal y como yo lo entendí. Tú, por tu parte, lo mostrarás tal y como tú lo viste. Yo afirmaré que consiste en tal cosa; tú, por el contrario, dirás que consiste en tal otra (p. 85).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Pensaste e compreendeste talvez a palavra conhecimento? De nada serviu isso. Também a mim me parece ter compreendido. E daí? Falando depois contigo acerca do conhecimento, cada um de nós o supõe conforme o compreendeu: eu afirmo que é uma coisa, e tu sustentas que é outra (p. 87)

### Tradução nossa

\*Pensaste, por acaso, [que] apreendeste [com] a mente o conhecimento? Porém, nada menos [tenho]. Eu tivesse visto, também

<sup>804</sup> qualem... talem... (pronome relativo): tal, qual.

<sup>805</sup>prehēdi (1ª pessoa do perfeito do indicativo *comprehēdi*): unir; ligar; abrançar; compreender.

<sup>806</sup>suppono (1ª pessoa do singular do presente do indicativo): pôr; pôr no lugar; substituir; colocar debaixo; supor.

<sup>807</sup>contrā (advérbio e preposição): em frente; face a face; ao contrário; contrariamente.

<sup>808</sup>hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>809</sup>ego (pronome pessoal de *ego*, *mei* em nominativo; 1ª pessoa do singular): eu.

<sup>810</sup>asserō (1ª pessoa do singular do presente do indicativo): reclamar; aplicar; assegurar; ligar; reivindicar.

<sup>811</sup>is, ea, id (pronome anafórico): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>812</sup>contrā (advérbio e preposição): em frente; face a face; ao contrário; contrariamente.

<sup>813</sup>ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

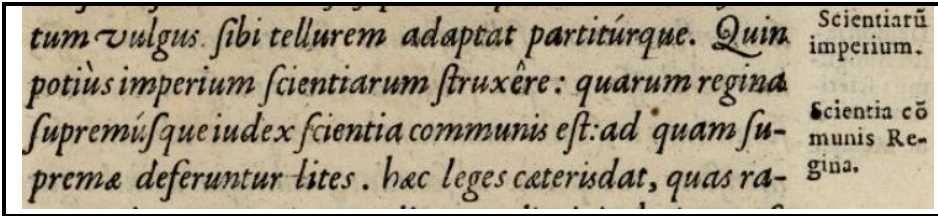
a mim [mesmo], tivesse [assim] \*compreendido. O que [segue] desse lugar? Enquanto falo contigo acerca do conhecimento, tal compreendi, qual suponho. Tu, contrariamente, [mostrarás] tal [como compreendes]. Isto eu asseguro ser isso; tu, ao contrário, [afirmarás ser] aquilo.

Nesta **Lição 30**, a forma verbal \**cogitasti* (derivada do verbo *cogito*), na tradução de Mellizo (1977) e Vasconcelos (1991) foi posto “pensaste” (ou seja, como sendo da 2ª pessoa do singular do presente do indicativo), porém, em latim, a flexão desse verbo da primeira conjugação no tempo verbal presente do indicativo é: *cogito, cogitas, cogitat, cogitamus, cogitatis e cogitant*, portanto, não existe a forma \**cogitasti*(com **-i** final) (Cf. morfologia verbal apontada por: STOCK, 2000). A única explicação, seria que a forma *cogitasti* segue um processo analógico com a forma *apprehendisti* (que segue o paradigma da segunda conjugação), sendo, então uma forma neológica.

Esse mesmo fenômeno ocorre com o verbo \**comprehendisse*, cuja conjugação no tempo verbal mais-que-perfeito do subjuntivo é: *comprehendissem, comprehendisses, comprehendisset, comprehendissemus, comprehendissetis, comprehendissent*, ou seja, não contém a forma \**comprehendisse* (com **-e** final).

Além dessa questão, o verbo *comprehēdi* (*comprehendi*) contém uma **abreviação consinal de significado fixo**, em que se utiliza um til ( ~ ) (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008) sobre a vogal **-e-**, sinalizando a sua nasalidade-**ẽ-**.

### LIÇÃO 31 — Fragmento da obra (f. 25, linhas 14-17)



#### Transcrição paleográfica

Quin<sup>814</sup> potius<sup>815</sup> imperium<sup>816</sup> scientiarum<sup>817</sup> struxere<sup>818</sup>:  
quarum<sup>819</sup> regina<sup>820</sup> supremusque<sup>821</sup> iudex<sup>822</sup> scientia<sup>823</sup>  
communis<sup>824</sup> est: ad<sup>825</sup> quam<sup>826</sup> supremæ<sup>827</sup> deferuntur<sup>828</sup> lites<sup>829</sup>.

#### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Edifican un imperio de las ciencias cuyo monarca y juez supremo es la Lógica, a la cual se le presentan los pleitos más importantes. Esta ciencia común da leyes a las demás, leyes que es preciso aceptar como buenas (p. 87).

<sup>814</sup>quin (advérbio interrogativo): como não? Por que não? Que não / (conjunção): que.

<sup>815</sup>potius (advérbio): antes; de preferência.

<sup>816</sup>imperium, -i (substantivo): estado; império, poder.

<sup>817</sup>scientia, -ae (substantivo): conhecimento; saber; conhecimento científico; ciência.

<sup>818</sup>struxere (2ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do subjuntivo passivo do verbo *struo*): empilhar; erigir; construir; edificar.

<sup>819</sup>qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>820</sup>regina, ae (substantivo): rainha; soberana.

<sup>821</sup>supremus, -a, -um (adjetivo): muito alto; soberano; supremo.

<sup>822</sup>iudex, -icis (substantivo): juiz; arbitro; apreciador; conhecedor.

<sup>823</sup>scientia, -ae (substantivo): conhecimento; saber; conhecimento científico; ciência.

<sup>824</sup>communis, -e (advérbio): comum; geral; público; banal.

<sup>825</sup>ad (preposição que rege acusativo): para; contra; até; junto de (designa aproximação).

<sup>826</sup>qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>827</sup>supremus, -a, -um (adjetivo): muito alto; soberano; supremo.

<sup>828</sup>deferuntur (3ª pessoa do plural do futuro imperfeito do verbo *defero*): trazer; levar; deixar; abater; oferecer; conceder; revelar; anunciar; contar; referir; submeter.

<sup>829</sup>lis, lites (substantivo): debate jurídico; pleito; litígio; demanda; processo; questão.

## Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Criaram o império das ciências: a rainha de elas, e juiz supremo, é a tal ciência comum, a quem, portanto, pertencem as questões mais altas.

## Tradução nossa

Que antes constrói um império das ciências; dos quais a rainha e mais elevado juiz é a ciência comum; para quem aos mais elevados pleitos sejam submetidos.

O primeiro elemento de destaque é o advérbio *potiùs*, que igualmente o que ocorre na **Lição 28**, também tem sua grafia com acento grave. Neste fragmento, ainda encontram-se outros dois vocábulos grafados com acentos: a forma verbal *struxêre*, com acento circunflexo, e *supremúsque*, com acento agudo.

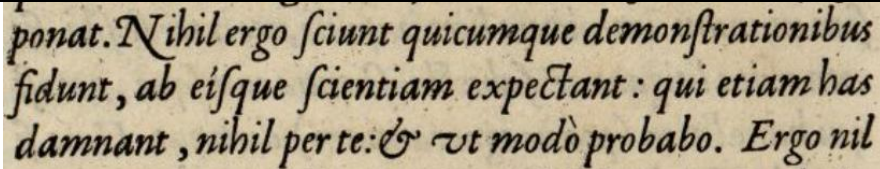
O vocábulo *supremúsque* é uma forma justaposta que une o substantivo *supremo* e a conjunção posposta *-que*. Como em outras amostras discutidas anteriormente - **Lições 04 (têne)**, **13 (méque)**, **19 (ídque)** e **30 (mentéque)** - o acento serve para indicar tanto o ápice quanto o final da sílaba de uma palavra. Nesses exemplos, os vocábulos justapostos são átonos. A língua latina, por apresentar acentuação que prioriza a sílaba anterior (penúltima ou antepenúltima), impediria que a última sílaba das palavras fosse acentuada, dessa maneira, com o ápice no fim da primeira palavra, o padrão silábico se mantém inalterado (FURLAN; BUSARELLO, 1997; MIRANDA POZA, 2005; SOUZA, 2019a).



Ainda nessa mesma lição, encontramos na nota lateral duas sentenças que merecem nossa atenção: “*Scientiarū imperium*” (“O império das ciências”, tradução nossa) e “*Scientia cōmunis Regina*” (“A ciência geral [é] a rainha”, tradução nossa). Na tradução de Mellizo (1977, p. 87), o autor usa o termo “Lógica” para se referir a essa expressão, porém não percebemos esse sentido no contexto do texto. Por outro lado, a tradução de Vasconcelos (1991, p. 88) nos pareceu mais sensata, pois diz: “O império das ciências” e “A ciência comum é a rainha”. Vale dizer que o predicativo do sujeito (em nominativo) *regina* concorda em gênero, número e caso com o sujeito (também em nominativo) *scientia*, não existindo o substantivo *logica*, como defendeu Mellizo.

Outra questão diz respeito à grafia das palavras *Scientiarū* e *cōmunis*, que apresentam **abreviação comsinal de significado fixo**, onde o til ( ~ ) representa a supressão de um **-m** final nas duas palavras (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008): **scientiarum** (desinência de genitivo plural da 1ª declinação) e **communis** (consoante que integra o radical). Nos dois casos, o que se vê é que as supressões se ajustam ao espaço do fólio. Há uma preocupação unicamente estrutural da exposição gráfica do texto.

## LIÇÃO 32 — Fragmento da obra (f. 26, linhas 19-21)



ponat. Nihil ergo sciunt quicumque demonstrationibus  
fidunt, ab eis que scientiam expectant: qui etiam has  
damnant, nihil per te: & ut modò probabo. Ergo nil

### Transcrição paleográfica

Nihil<sup>830</sup> ergo<sup>831</sup> sciunt<sup>832</sup> quicumque<sup>833</sup> demonstrationibus<sup>834</sup> fi-  
dunt<sup>835</sup>, ab<sup>836</sup> eisque<sup>837</sup> scientiam<sup>838</sup> expectant<sup>839</sup>: qui<sup>840</sup> eti-  
am<sup>841</sup>\*has<sup>842</sup> damnant<sup>843</sup>, nihil<sup>844</sup> per<sup>845</sup> te: & vt<sup>846</sup> modò<sup>847</sup> pro-  
babo<sup>848</sup>.

### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Yo digo que nada saben los que se fían de las demostraciones y  
esperan obtener ciencia de ellas. Y, según tu parecer, nada sa-  
brán los que condenan dichas demostraciones(p. 89).

<sup>830</sup> nihil (função pronominal e substantiva): nada; nulidade; zero; um nada.

<sup>831</sup> ergo (conjunção): pois; portanto; por conseguinte; logo; certamente; então.

<sup>832</sup> sciunt (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verboscio): conhecer; compreender; ser capaz; estar acostumado; decidir.

<sup>833</sup> quicumque (pronome relativo indefinido formada por *qui* e *cumque*): todo aquele que; qualquer que; quem quer que; seja quem for; qualquer.

<sup>834</sup> demonstratio, -onis (substantivo): demonstração; descrição.

<sup>835</sup> fidunt (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *fido*): ter confiança; confiar; contar com; crer.

<sup>836</sup> ab (preposição de ablativo): de; do; dos; da; das; fora de; afora; dentre; pelo; pela (com sentido de afastamento).

<sup>837</sup> is, ea, id (pronome anafórico): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>838</sup> scientia, -ae (substantivo): conhecimento; saber; conhecimento científico; ciência.

<sup>839</sup> expectant (3ª pessoa do plural presente do indicativo do verbo *expecto*): esperar; aguardar.

<sup>840</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>841</sup> etiam (conjunção): agora ainda; ainda; agora; mesmo.

<sup>842</sup> Não foi possível depreender o significado da forma \*has.

<sup>843</sup> damnant (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *damno*): condenar; declarar; obrigar; rejeitar; desaprovar.

<sup>844</sup> nihil (função pronominal e substantiva): nada; nulidade; zero; um nada.

<sup>845</sup> per (preposição que rege acusativo): através de; por; por entre; diante de; por; por meio de; por intermédio de.

<sup>846</sup> vt (advérbio): como; de que modo; assim como / (conjunção): que; para que; a fim de que.

<sup>847</sup> modò (advérbio): nem mais nem menos; somente; apenas; modo / (com conjunção *ut*): sob a condição de; contanto que.

<sup>848</sup> probabo (1ª pessoa do singular futuro imperfeito do indicativo do verbo *probo*): julgar; apreciar; estimar; aprovar; provar; demonstrar.

## Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Nada sabem, portanto, os que confiam nas demonstrações, e de elas esperam a ciência: que nada sabem os que as condenam é o que tu sustentas, e o que eu também vou provar [...] (p. 89).

## Tradução nossa

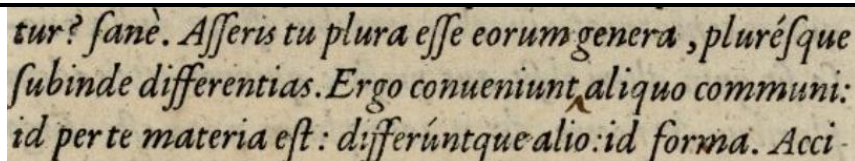
Portanto, nada sabem os [que] confiam em quaisquer que sejam as demonstrações, para os que aguardam [obter daí] uma ciência; que [nada sabem aqueles] que também condenam [essas demonstrações], nada diante de ti; econtanto que provarei.

Nesta **Lição 32**, notamos, de início, o uso de um pronome relativo indefinido pouco frequente no texto de Sanches: *quicumque* – também grafado em dicionários *quicumque*, *quæcumque* ou *quodcumque*. Trata-se de uma forma compósita, formada a partir do pronome relativo *qui* e a partícula generalizante *cumque/quomque*. Sua origem vem de *quicum*, um ablativo arcaico, logo, um arcaísmo, o que entra em contraste com outros usos mais modernos no próprio texto.

Na mesma lição, duas formas receberam acentos: *éisque*, com agudo, e *modò*, com grave. Na primeira palavra, há uma mudança na tonicidade, visto que *eis* deveria ser átona, mas ao ser posta justaposta com a conjunção *-que*, recebeu o acento, ficando a palavra paroxítona, conforme regra de acentuação da língua (FURLAN; BUSARELLO, 1997; MIRANDA POZA, 2005; SOUZA, 2019a). Na segunda palavra, o acento grave é pratica-

mente irrelevante, contudo é utilizado com muita frequência em muitas amostras colhidas do texto.

### LIÇÃO 33 — Fragmento da obra (f. 27, linhas 20-22)



*tur? sanè. Asseris tu plura esse eorum genera, plurésque subinde differentias. Ergo conueniunt aliquo communi: id per te materia est: differúntque alio: id forma. Acci-*

### Transcrição paleográfica

Asseris<sup>849</sup> tu plura<sup>850</sup> esse<sup>851</sup> eorum<sup>852</sup> genera<sup>853</sup>, plurésque<sup>854</sup> subinde<sup>855</sup> differentias<sup>856</sup>. Ergo<sup>857</sup> conueniunt<sup>858</sup> aliquo<sup>859</sup> communi<sup>860</sup>: id<sup>861</sup> per<sup>862</sup> te materia est<sup>863</sup>: differúntque<sup>864</sup> alio<sup>865</sup>: id<sup>866</sup> forma.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

<sup>849</sup> asseris (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *assero*): ligar a; juntar a si; puxar para si; reclamar; preservar; atribuir; sustentar; afirmar; dizer.

<sup>850</sup> plus, pluris (comparativo de *multus*): mais; melhor.

<sup>851</sup> esse (forma no infinitivo do verbosum): ser; estar; haver; existir.

<sup>852</sup> is, ea, id (pronome anafórico; genitivo plural feminino): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>853</sup> generum, -i (substantivo): gênero.

<sup>854</sup> plus, pluris (comparativo de *multus*, mais a conjunção posposta *-que*): mais; melhor.

<sup>855</sup> subinde (advérbio): imediatamente depois; em seguida; frequentemente.

<sup>856</sup> differentia, -ae (substantivo): diferença.

<sup>857</sup> ergo (conjunção): pois; portanto; por conseguinte; logo; certamente; então.

<sup>858</sup> conueniunt (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *conuenio*): reunir-se; afluir; vir juntamente; convir; adaptar-se.

<sup>859</sup> aliquis/aliqui, -a, -id/-od (adjetivo e pronome indefinido): alguém; algum; algo.

<sup>860</sup> communis, -e (adjetivo biforme): comum; geral; público; aberto; acessível; banal; medíocre.

<sup>861</sup> is, ea, id (pronome anafórico): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>862</sup> per (preposição que rege acusativo): através de; por; por entre; diante de; por; por meio de; por intermédio de.

<sup>863</sup> est (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>864</sup> differúntque (3ª pessoa do plural presente do indicativo do verbo *differo* mais a conjunção posposta *-que*): disseminar; semear; espalhar; deferir;

<sup>865</sup> aliquis/aliqui, -a, -id/-od (adjetivo e pronome indefinido): alguém; algum; algo.

<sup>866</sup> is, ea, id (pronome anafórico): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

Dices que la realidad incluye muchos géneros, y que, por tanto, también hay muchas diferencias. Y que todo tiene algo en común, que llamas materia; y que los diversos órdenes de lo real se diferencian en algo, siendo ello la forma (p. 90).

### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Dizes tu que há muitos géneros de eles, e portanto muitas diferenças. Logo convêm nalguma coisa comum, e isso, segundo tu, é a matéria; é a matéria; e diferem noutra, e isso é a forma (p. 90).

### Tradução nossa

Afirmas tu existir muitos gêneros deles, e, frequentemente, muitas diferenças. Portanto, reúnem algo comum; por isso, para ti, é a matéria; e diferem em algo, isso é a forma.

Conforme o que se viu na discussão sobre o estabelecimento do *corpus* da *errata sic corrige*<sup>867</sup>, no fôlio 27, entre as linhas 02 e 23, há duas correções indicadas. Na linha 02, a nota diz que deveria ser *coniecto* e não *conietor*. Isto significa que a forma deveria conter um “-r” final. Dois problemas advêm dessa grafia, com -r e sem ele.

A forma *conietor* com -r vem do substantivo de 3ª declinação *conietor*, -oris, significando: “Intérprete (de sonhos), adivinho, conjecturador” (AZEVEDO, 1953, p. 46). Diferentemente

---

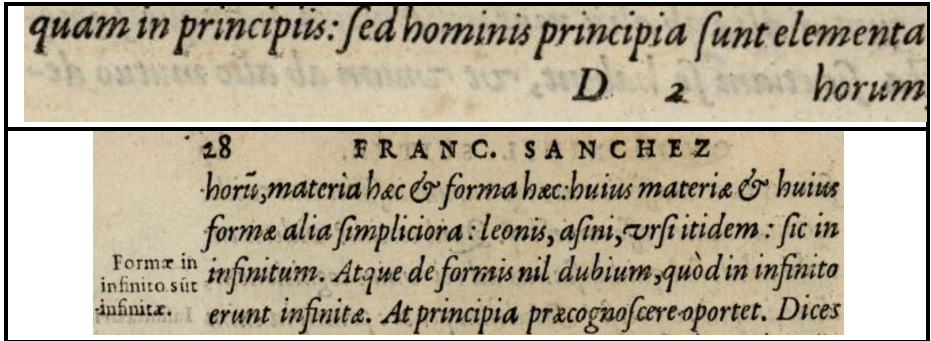
<sup>867</sup> Sobre o assunto, ver Item XV no subcapítulo “6.1 Análise da “Errata sic corrige” desta obra.

de *coniecto*, sem o *-r*, que pode ser o substantivo de 3ª declinação *coniectio, -onis*, que se traduz por: “Ação de lançar, arremesso, conjetura, interpretação” (AZEVEDO, 1953, p. 46) ou, ainda, que poderia ser da 1ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo: *coniecto, -as, -are, -avi, -atum*, de 1ª conjugação, que significa: “arremessar; lançar juntamente; trazer juntamente; conjeturar; suspeitar; adivinhar” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 92), muitas vezes grafado *coniicio, -is, eci, ectum, icere*, na 3ª conjugação (AZEVEDO, 1953, p. 46).

A segunda questão pontuada diz respeito ao uso da preposição “in” na linha 23. A nota da errata informa que deveria ser *in aliquo* e não somente *aliquo*. *In* é uma preposição que rege tanto acusativo quanto ablativo, cujo sentido é “para; a; em direção a; em; sobre; entre; diante de” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 213). *Aliquo* vem do adjetivo e pronome indefinido *aliquis/aliqui, -a, -id/-od* que significa “alguém; algum; algo” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 31). A presença da preposição só é indicada em anotação manuscrita anônima.

Ainda nessa lição, encontramos as formas compósitas *plurésque*, constituída pelo comparativo *plus, plures*, mais a conjunção posposta *-que*, e também a forma verbal *differúntque*, que se gera do verbo *differunt* mais a mesma conjunção da palavra anterior. Ambas as formas compósitas apresentam acentos agudos, de modo que conservam o padrão silábico, ou seja, a acentuação recaindo na penúltima sílaba (FURLAN; BUSARELLO, 1997; MIRANDA POZA, 2005; SOUZA, 2019a).

LIÇÃO 34 — Fragmento da obra (f. 27, linhas 30-31; f. 28, linhas 1-4)



Transcrição paleográfica

sed<sup>868</sup> hominis<sup>869</sup> principia<sup>870</sup> sunt elementa<sup>871</sup>: horum/horū<sup>872</sup>,  
materia<sup>873</sup> hæc<sup>874</sup>& forma<sup>875</sup> hæc: huius<sup>876</sup> materiæ<sup>877</sup>& huius  
formæ alia<sup>878</sup> simpliciora<sup>879</sup>: leonis<sup>880</sup>, asini<sup>881</sup>, vrsi<sup>882</sup> itidem<sup>883</sup>:

<sup>868</sup> sed (conjunção): mas; porém; todavia; por outro lado.

<sup>869</sup> homo, -omins (substantivo): homem, gênero humano; pessoa; indivíduo.

<sup>870</sup> principium, -ii (substantivo): princípio; começo; origem.

<sup>871</sup> elementa, -orum / elementum (substantivo): elementos; os princípios das ciências; as noções elementares; os rudimentos; os quatro elementos.

<sup>872</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>873</sup> materia, -ae (substantivo): matéria; assunto; fonte; natureza.

<sup>874</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>875</sup> forma, -ae (substantivo): forma; molde; moldura.

<sup>876</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>877</sup> materia, -ae (substantivo): matéria; assunto; fonte; natureza.

<sup>878</sup> alius, -a, -ud (pronome e adjetivo indefinido): outro.

<sup>879</sup> simpliciora (comparativo de superioridade do adjetivo biforme de *simplex*, -icis): simples; não composto; singelo; só; único; isolado.

<sup>880</sup> leo, -onis (substantivo): leão.

<sup>881</sup> asinus, -i (substantivo): burro; homem estúpido.

<sup>882</sup> vrsi, -i (substantivo): urso.

<sup>883</sup> itidem (*advérbio*: *ita* + *dem*, originário de *item* – *ita* + *em*): do mesmo modo; igualmente; também; além disso; outra vez; de novo.

sic in infinitum<sup>884</sup>. Atque<sup>885</sup> de<sup>886</sup> formis nil<sup>887</sup> dubium<sup>888</sup>, quòd in infinito erunt<sup>889</sup> infinitæ.

### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

[...] pues son los principios del *hombre* los elementos de los cuales surge esta materia y esta forma que dan origen a otras más simples: las del león, las del oso, las del asno, y así hasta el infinito. No hay duda de que en el infinito las formas serán infinitas (p. 91, grifo do tradutor).

### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Nem mesmo nos princípios há estabilidade; do homem os princípios são os elementos; de estes, há tal matéria e tal forma; de essa matéria e de essa forma há outras mais simples; do leão, do burro, do urso, o mesmo; e assim ao infinito. Quanto às formas não há dúvidas, porque no infinito serão infinitas.

### Tradução nossa

Todavia os princípios do *homem* são os elementos; destes [elementos], [surgem] essa matéria e essa forma; desta matéria e desta forma [e de] todas as outras mais simples: de *leões*, de *asnos*, de *ursos* também. [E] assim ao infinito. E, sobretudo, nada

<sup>884</sup> in infinitum (adjetivo mais preposição): até ao infinito.

<sup>885</sup> atque (*atque* ou *ac*, conjunção copulativa e adversativa): e; e até; e sobretudo; e mesmo; e por outro lado; mas; ou antes; e contudo; e todavia.

<sup>886</sup> de (preposição que rege ablativo) de; do alto de; sobre.

<sup>887</sup> nil (*nil* ou *nihil*, tem função pronominal e substantiva): nada; nulidade; um nada; zero.

<sup>888</sup> dubium, ii (*dubius*, substantivo): dúvida.

<sup>889</sup> erunt (3ª pessoa do plural do futuro imperfeito verbo *esse*): ser; estar; haver; existir.



de dúvida, que das formas no infinito serão infinitas (grifo nosso).

No fólíio 27, encontramos o pronome demonstrativo neutro plural em genitivo *horum* e na sua reescrita no fólíio 28, o mesmo pronome passou a *horũ*, com uma *abreviação comsinal de significado fixo*, com a supressão do **-m** final (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008). Nesta amostra, em específico, notamos que abreviatura serve meramente como ajustamento da palavra no encaixamento da sentença, haja vista que no fólíio 27 havia espaço gráfico suficiente para a escrita completa da forma.

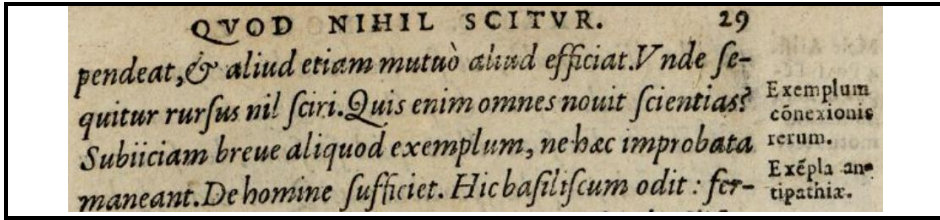
Mas é preciso deixar claro que nem sempre se percebe essa provável regularidade de supressões. Vimos em muitos exemplos anteriores e em outros mais aqui não mencionados, que as abreviaturas das palavras não seguem qualquer padrão ou posição das formas no texto, podendo ser suprimidas tanto as palavras do início, meio ou fim em sentenças com quaisquer extensões. O emprego do arcaísmo do ditongo **æ** é mais frequente que sua forma usual **ae** justamente pela marca de impressão ser apenas um único signo gráfico. Há, portanto, uma economia no processo. Em termos de *Ecdótica*, a economia de *signos gráficos* é necessária, pois reduz o tempo e custos de produção de uma obra.

Em relação aos usos da preposição *in* nessa **Lição 34**, notamos que na expressão *in infinitum* e *in infinito* exercem, teoricamente os mesmos sentidos: “no infinito” ou “ao infinito”. É válido, porém, retomarmos o que disse Garcia (2008, p. 28), quando explicou que o uso de preposição com o caso acusati-

vode quaisquer declinações: “esta [preposição] tem o poder de neutralizar sua função de caso e lhe impõe a função de adjunto adverbial. Nesse caso, o nome regido pela preposição torna-se, na verdade, mera designação, mero rótulo semântico”. Assim sendo, *in infinito* temos um *adjunto adverbial especificado por causa da preposição*, já que o caso é ablativo, mas em *in infinitum* temos um *rótulo semântico apenas*. O mesmo entendimento se aplica aos exemplos nas **Lições 24 e 26**.

Outra interpretação mais crítica nos leva a pensar que houve uma *correção* do uso particularizado do caso acusativo nessa passagem, sendo que onde havia sido utilizado *infinito*, com **-o-** do ablativo singular, talvez havia o interesse em pôr *infinitum*, com **-um** do acusativo singular, haja vista ter sido essa a forma da expressão empregada em outros fragmentos da obra, como se viu nas outras lições. Outra possibilidade seria a de “confusão” nas escolhas das desinências de caso, o que ocorria com frequência em textos da época, como ressaltou Silva Neto (2004).

### LIÇÃO 35 — Fragmento da obra (f. 29, linhas 1-4)



#### Transcrição paleográfica

Vnde<sup>890</sup> sequitur<sup>891</sup> rursus<sup>892</sup> nil<sup>893</sup> sciri<sup>894</sup>. Quis<sup>895</sup> enim<sup>896</sup> omnes<sup>897</sup> nouit scientias<sup>898</sup>? Subiiciam<sup>899</sup> breue aliquod<sup>900</sup> exemplum<sup>901</sup>, ne<sup>902</sup> hæc<sup>903</sup> improbata<sup>904</sup> maneant<sup>905</sup>.

#### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

De donde se sigue otra vez que nada sabemos; pues ¿quién puede conocer todas las ciencias? Daré un breve ejemplo para que esto que se ha dicho no quede sin prueba (p. 92-93).

#### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

<sup>890</sup>Vnde (advérbio): donde; de que; do qual; de quem; dos quais.

<sup>891</sup>sequitur (3ª pessoa do singular do presente do indicativo passivo do verbo *sequor*): seguir; acompanhar; ir atrás.

<sup>892</sup>rursus (adjetivo): retrocedendo; voltando atrás; de novo; novamente; pela segunda vez.

<sup>893</sup>nil (*nil* ou *nihil*, tem função pronominal e substantiva): nada; nulidade; um nada; zero.

<sup>894</sup>sciri (1ª pessoa do perfeito do indicativo do verbo *scio*): saber; conhecer; ter conhecimento.

<sup>895</sup>quis, qui, quae, quid, quod (pronome interrogativo): Que? Quem? Qual? Que coisa? Que espécie? Quê? Porque? Por que razão?

<sup>896</sup>enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

<sup>897</sup>omnis, omne (adjetivo biforme): toda; tudo.

<sup>898</sup>scientia, -ae (substantivo): conhecimento; saber; conhecimento científico; ciência.

<sup>899</sup>subiiciam (também grafado *subjicam*, 1ª pessoa do singular do futuro imperfeito do verbo *subjicio*): colocar; submeter; expor; lançar.

<sup>900</sup>aliquis, aliqui, aliqua, aliquod, aliquod (adjetivo e pronome indefinido): algum; alguém; alguma coisa.

<sup>901</sup>exemplum, -i (substantivo): exemplo; modelo; cópia.

<sup>902</sup>ne (advérbio de negação): não; nem sequer; que não; a que não; para que não.

<sup>903</sup>hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>904</sup>probata (participio do verbo *probo*): julgar bom; aprovar; examinar; ensaiar; verificar; fazer prova.

<sup>905</sup>maneant (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *maneo*): ficar; permanecer; persistir.

[...] de onde se segue novamente que não se sabe nada, pois não há ninguém que conheça todas as ciências. Para provar isto juntarei algum breve exemplo (p. 92).

## Tradução nossa

De onde se segue novamente [que] nada se sabe. Pois quem [pode] conhecer todas as ciências? Exporei algum breve exemplo, para que isso não fique sem [ser] provado.

Desta **Lição 35**, uma das formas merece atenção: *exemplum*. No fragmento da lição, a forma se apresenta com o **-m-** medial e a desinência **-um** de acusativo final intactas. Contudo, basta uma rápida olhada para a nota da lateral para vermos o seguinte: “*Exemplum cõnexionis rerum. Exēpla antipathiaē*”. O substantivo neutro plural *Exempla* tem o **-m-** medial abreviado – talvez algum leitor se questione: não seria esse mais uma amostra em que houve uma abreviação por economia de espaço? – não cremos nisso. Vejamos as razões.

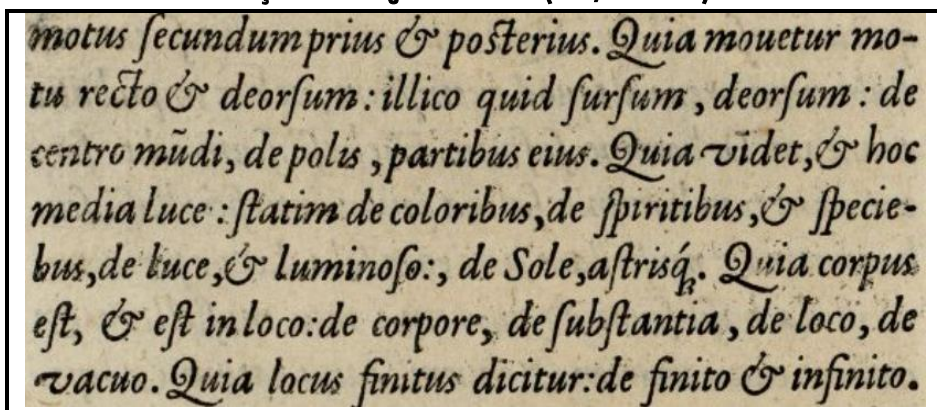
Primeiramente porque havia espaço para a escrita completa da forma, uma vez que as notas laterais são mais objetivas do que o texto em si, com informações precisas e reduzidas. Além disso, a quebra da palavra *antipathiaē* em “*an-tipathiaē*” pareceu ser desnecessária ou inútil, uma vez que ao ser colocado o hífen em nada houve economia do uso de símbolos, pois a palavra continuou com todos os grafemas.

E mais, na forma *Exēplao* uso da **abreviação consinal de significado fixo** (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008) reduz a forma da palavra pela supressão de um **-m-** ou **-n-**, po-

rém isso também indica nasalidade. O mesmo poderia ocorrer em *exemplum*, ficando *exemplũ*, como já vimos ocorrer em outras amostras. Entretanto isso não ocorre, nem na nota nem na lição. Como havíamos dito anteriormente, não há de modo algum uniformidade nas abreviações. Há, sim, confusões a cada passagem, ora ocorre, outra vezes não, mesmo em contextos similares.

Nem entraremos no mérito das diferenças das traduções portuguesa e espanhola, pois como se pode notar, não há consenso entre elas.

#### LIÇÃO 36 — Fragmento da obra (f. 30, linhas 2-8)



#### Transcrição paleográfica

Quia<sup>906</sup> mouetur<sup>907</sup> motu<sup>908</sup> recto<sup>909</sup> & deorsum<sup>910</sup>: illico<sup>911</sup> quid<sup>912</sup> sursum<sup>913</sup>, deorsum: de centro mūdi, de polis<sup>914</sup>, parti-

<sup>906</sup>quia (conjunção, antigo plural neutro de *quis, quid*): porque; porém,

<sup>907</sup>mouetur (3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo passivo do verbo *moveo*): mover; agitar; volver; revolver; fazer avançar; afastar.

<sup>908</sup>motus, -us (substantivo): movimento; abalo; agitação.

bus<sup>915</sup>eius<sup>916</sup>. Quia videt<sup>917</sup>, & hoc<sup>918</sup> media<sup>919</sup> luce: statim<sup>920</sup> de coloribus, de spiritibus, & speciebus, de luce, & luminoso:, de Sole, astrisq̄. Quia corpus est, & est<sup>921</sup> in loco: de corpore, de substantia<sup>922</sup>, de loco, de vacuo.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Como el movimiento tiene lugar en línea recta y hacia abajo, debe saberse qué es *hacia arriba* y qué *hacia abajo*; cuál es el centro del mundo, cuáles son sus polos y las demás partes. Puesto que vemos, y eso lo logramos mediante la luz, ha de preguntarse uno inmediatamente qué sean los colores, las imágenes, las apariciones, la luz, los cuerpos luminosos, es sol, las estrellas. Puesto que el cuerpo existe y existe en un lugar, habrá que averiguar qué sea el cuerpo, la sustancia, la ubicación, el vacío (p. 94, grifos do tradutor).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

É preciso saber porque é que vê, e porque vê por meio da luz, e em seguida tratar das cores, dos cheiros, das imagens, da luz e

---

<sup>909</sup> *rectus*, -a, -um (particípio do verbo *rego*): em linha reta; direto.

<sup>910</sup> *deorsum* (advérbio): embaixo; debaixo; para baixo; de cima para baixo.

<sup>911</sup> *illico* (advérbio): no lugar; neste lugar; no mesmo lugar

<sup>912</sup> *quis*, *qui*, *quae*, *quid*, *quod* (pronome interrogativo): Que? Quem? Qual? Que coisa? Que espécie? Quê? Porque? Por que razão?

<sup>913</sup> *sursum* (advérbio): para cima; para o alto.

<sup>914</sup> *polus*, -i (substantivo): polo.

<sup>915</sup> *pars*, *partis* (substantivo): parte.

<sup>916</sup> *is*, *ea*, *id* (pronome anafórico): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>917</sup> *videt* (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *video*): ver.

<sup>918</sup> *hic*, *haec*, *hoc* (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>919</sup> *medius*, -a, -um (adjetivo triforme): central; médio; intermédio; que está no centro; que está no meio.

<sup>920</sup> *statim* (advérbio): de pé; firme; sem recuar; sem se mexer; no mesmo lugar; imediatamente; logo; sem demora.

<sup>921</sup> *est* (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>922</sup> *substantia*, -ae (substantivo): substância; ser.

dos corpos luminosos, do Sol e dos astros; porque é que o corpo existe, e existe no espaço, e logo, tratar do corpo, da substância, do espaço, e do vácuo (p. 93).

## Tradução nossa

Porque seria movido pelo movimento reto e para baixo; no mesmo lugar que para o alto, para baixo; do centro do mundo, dos polos, destes para as partes. Porque [é que] vê, e esta por meio da luz; imediatamente [fale] das cores, dos espíritos, e espécies, da luz, e [do] luminoso, do sol, e dos astros. Porque existe o corpo, e está no lugar: do corpo, da substância, do lugar, do vazio.

Como já havíamos mencionado, o texto de Sanches é marcado pelo uso, digamos exaustivo, de preposições. Talvez como recurso expressivo ou até mesmo por excesso. Nesta **Lição 36**, vemos o uso repetitivo da preposição “*de*”, em uma ou mais situações contextuais poderia ter sido suprimida, uma vez que o caso ablativo já carrega em si a noção exercida pela preposição, como atestam vários autores mencionados no subcapítulo 4.8 *Casos latinos: particularidades*.

Outro fato que merece destaque diz respeito a duas formas compósitas. Na primeira, o advérbio *deorsum* é composto da seguinte maneira: *de*, uma preposição, mais *vorsum*, originado do verbo *verto*. Traduz-se por: *embaixo, debaixo, para baixo, de cima para baixo* (SARAIVA, 1927; REZENDE; BIANCHET, 2014). E conforme consta em outro dicionário, “entre os poetas é muitas vezes dissilábico” geralmente é traduzido como: “em

baixo, para baixo, de cima para baixo”(DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, 215). Outras formas mais usuais eram *deorsus* e *deuerto*, com mesmo significado (REZENDE; BIANCHET, 2014).

Na segunda, *illico*, também grafado *ilico* é um advérbio constituído pela preposição que rege ablativo *in* mais o substantivo *locus*, que se traduz por: *no lugar, neste lugar, no mesmo lugar*”(DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, 331).

O advérbio *sursum*, por sua vez, é formado pela preposição *sub*que rege tanto o caso ablativo quanto acusativo, mais o advérbio *versum*, juntos, costuma ser traduzidos por: *para cima, para o alto*(DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001,p. 652).

No substantivo *mūdi* (*mundi*) vemos uma **abreviação com sinal de significado fixo** (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008), com a supressão do **-n-** medial. E, por último, temos a forma *astris̄* constituída pela união entre o substantivo em ablativo plural da segunda declinação *astris* (de *astrum*, *-i*), em que há uma **abreviação com sinal de significado relativo**, onde há “traço horizontal ( - ) colocado sobre o q:  $\bar{q}$ ” (FLEXOR, 2008, p. 14).



### LIÇÃO 37 — Fragmento da obra (f. 31, linhas 12-14)

*existimandum est. Quid enim in eo inuenias quod non moueat & moueatur, mutet & mutetur, aut unum aut utrumque patiatur? sed quantò plura in vero* Omnia in hoc orbe mouent aut mouentur.

#### Transcrição paleográfica

Quid<sup>923</sup> enim<sup>924</sup> in<sup>925</sup> eo<sup>926</sup> inuenias<sup>927</sup> quod<sup>928</sup> non moueat<sup>929</sup>& moueatur<sup>930</sup>, mutet<sup>931</sup>& mutetur<sup>932</sup>, aut<sup>933</sup> unum<sup>934</sup> aut utrumque<sup>935</sup> patiatur<sup>936</sup>?

#### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

¿Qué hallarás en nuestro orbe que no mueva y sea movido, que no cambie y sea cambiado o que no padezca una o ambas cosas? (p. 96).

#### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

<sup>923</sup>quis, qui, quae, quid, quod (pronome interrogativo): Que? Quem? Qual? Que coisa? Que espécie? Quê? Porque? Por que razão?

<sup>924</sup>enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

<sup>925</sup>in (preposição que rege ablativo e acusativo): em; sobre; a; para; contra; para com; em.

<sup>926</sup>is, ea, id (pronome anafórico): ele; ela; o; a; lhe; esse; essa; isso.

<sup>927</sup>inuenias (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *inuenio*): vir sobre (alguma coisa); encontrar; achar; descobrir.

<sup>928</sup>qui, quae, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>929</sup>mouet (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *moveo*): mover; agitar; volver; revolver; fazer avançar; afastar.

<sup>930</sup>moueatur (3ª pessoa do singular do presente do indicativo passivo do verbo *moveo*): mover; agitar; volver; revolver; fazer avançar; afastar.

<sup>931</sup>mutet (3ª pessoa do singular do presente subjuntivo do verbo *muta*): mudar; deslocar; modificar; trocar.

<sup>932</sup>mutetur (3ª pessoa do singular do subjuntivo passivo do verbo *muta*): mudar; deslocar; modificar; trocar.

<sup>933</sup>aut (conjunção): ou; ou então.

<sup>934</sup>unus, -a, -um (adjetivo numeral): um.

<sup>935</sup>utrumque (advérbio interrogativo *utrum* mais a conjunção posposta *-que*): acaso? Porventura?

<sup>936</sup>patiatur (3ª pessoa do singular passivo do verbo deponente *patior*): suportar; sofrer; aturar; permitir; deixar; admitir; consentir.

Efectivamente o que é que tu vês nele que não mova e seja movido, mude e seja mudado, ou não sofra uma ou ambas as coisas? (p. 94)

## Tradução nossa

Que pois nesse [mundo] tu descubras o que não [se] move e [o que] é movido, mude e seja mudado, ou um e ou porventura é admitido [ambos]?

Nesta **Lição 37**, gostaríamos de destacar um fato curioso no texto sancheano, um dos recursos expressivos presentes em passagens: o uso de certas formas particularmente muito próximas com vista a causar, talvez, o *riso*. Isto é, o texto se apresenta muitas vezes com um *tom cômico*, daí que o uso de formas morfológicamente próximas, mas com sentidos especificamente diferentes. O jogo de linguagem se revela pela *aliteração*<sup>937</sup> dos sons consonantais e vocálicos nos radicais dos verbos **mo-/mu-** e das desinências **-t / -nt / -tur**. Isso sugere certa preocupação com a leitura em si.

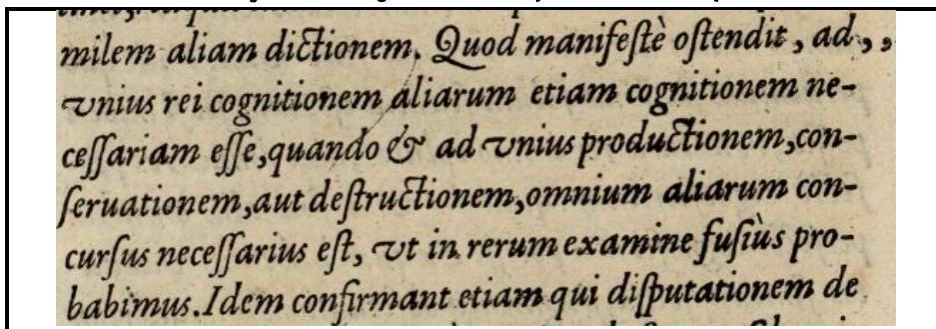
Vejamos, por exemplo, as amostras com os verbos *moveo* e *muto* em tempos diferentes: *moueat* (move- 3ª pessoa do singular do presente do indicativo), *mouetur* (é movido- 3ª pessoa do singular do presente do indicativo passivo), *mutet* (mude - 3ª pessoa do singular do presente subjuntivo) e *mutetur* (seja mudado - 3ª pessoa do singular do subjuntivo passivo). Na nota de lateral do mesmo fra-

---

<sup>937</sup> Sobre essa figura de linguagem, nos ensina Bechara (1999, p. 56): “**Aliteração** – É a repetição de fonema, vocálico ou consonântico, igual ou parecido, para descrever ou sugerir acusticamente o que temos em mente e expressar, quer por meio de uma só palavra quer por unidades mais extensas” (grifos do autor).

mento, ainda aparecem: *moueant* (movem - 3ª pessoa do plural do presente do indicativo) e *mouentur* (sejam movidos - 3ª pessoa do plural do subjuntivo passivo).

### LIÇÃO 38 — Fragmento da obra (f. 32, linhas 17-22)



#### Transcrição paleográfica

Quod<sup>938</sup> manifestè<sup>939</sup> ostendit<sup>940</sup>, ad<sup>941</sup> unius<sup>942</sup> rei<sup>943</sup> cognitionem<sup>944</sup> aliarum<sup>945</sup> etiam<sup>946</sup> cognitionem<sup>947</sup> necessariam<sup>948</sup> esse, quando & ad unius<sup>949\*</sup> productionem<sup>950</sup>, conseruationem<sup>951</sup>, aut

<sup>938</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>939</sup> manifestè (advérbio): manifestamente; claramente.

<sup>940</sup> ostendit (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *ostendere*): estender adiante; expor; apresentar; mostrar; fazer ver; revelar; manifestar; anunciar; fazer compreender.

<sup>941</sup> ad (preposição que rege acusativo): para; até.

<sup>942</sup> unius (genitivo do adjetivo numeral *unus, -a, -um*): um; um só; único.

<sup>943</sup> res, rei (substantivo): coisa.

<sup>944</sup> cognitio, -onis (substantivo): cognição; conhecimento; concepção; ideia.

<sup>945</sup> alius, -a, -ud (pronome e adjetivo indefinido): outro.

<sup>946</sup> etiam (conjunção): agora ainda; ainda; agora; mesmo.

<sup>947</sup> cognitio, -onis (substantivo): cognição; conhecimento; concepção; ideia.

<sup>948</sup> necessarius, -a, -um (adjetivo): necessário; inevitável; imperioso; útil.

<sup>949</sup> unius (genitivo do adjetivo numeral *unus, -a, -um*): um; um só; único.

<sup>950</sup> productio, -onis (nos dicionários de que dispomos, o sentido é de extensão ou alongamento. No contexto, esse sentido não cabe, então, por não termos identificado outro sentido nos dicionários, utilizaremos o admitido da versão portuguesa): produção.

<sup>951</sup> conservatio, -onis (substantivo): conservação; manutenção.

destructionem<sup>952</sup>, omnium<sup>953</sup> aliarum concursus<sup>954</sup> necessarius<sup>955</sup> est, ut<sup>956</sup> in rerum<sup>957</sup> examine<sup>958\*</sup>fusiùs<sup>959</sup> probabimus<sup>960</sup>.

### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Ello muestra de modo manifiesto, que, para conocer una cosa, se precise conocer también las demás. Asimismo, cuando se trata de producir una sola cosa, o de conservarla, o de destruirla, es necesaria la colaboración de todas las demás, como lo probaremos con más detalle en el examen de la naturaleza (p. 98).

### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Isto mostra claramente, que para o conhecimento duma coisa, é necessário também o conhecimento das outras, pois que para a produção, conservação ou destruição duma só é necessário o concurso de todas as outras, como mostraremos mais desenvolvidamente no livro *Examen rerum*<sup>961</sup> (p. 95, grifos do tradutor).

### Tradução nossa

---

<sup>952</sup> destructio, -onis (substantivo): destruição; ruína; refutação.

<sup>953</sup> omnis, omne (adjetivo bifforme): toda; tudo.

<sup>954</sup> concursus, -us (substantivo): concurso; afluência; reunião.

<sup>955</sup> necessarius, -a, -um (adjetivo): necessário; inevitável; imperioso; útil.

<sup>956</sup> ut (advérbio): como; de que modo; quanto

<sup>957</sup> res, rei (substantivo): coisa.

<sup>958</sup> examen, -inis (substantivo): exame; verificação; ação de pesar.

<sup>959</sup> Não conseguir localizar a palavra nos dicionários de que dispomos. Encontramos o verbete *fusio*, -onis (difusão; expansão), mas a palavra pertence a 3ª declinação e *fusiùs* aparenta pertencer a 2ª declinação.

<sup>960</sup> probabimus (1ª pessoa do plural do futuro imperfeito do verbo *probo*): julgar; bom; apreciar; estimar.

<sup>961</sup> Trata-se de uma das muitas obras escritas por Sanches.

Que [isso] mostra claramente, [que] para o conhecimento de uma coisa [é] também necessário o conhecimento de outras, quando e para a produção, a conservação, ou a destruição, [é] necessária a afluência de todas as outras, como provaremos no exame das coisas.

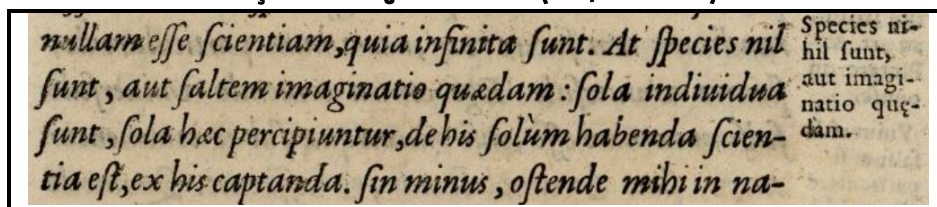
Nesta lição, como podemos notar, os substantivos que estão no caso *acusativo* apresentam a desinência **-em** de 3ª declinação, tais como: *cognitionem* (conhecimento), *productionem* (produção), *conseruationem* (conservação) e *destructionem* (destruição). E, ao contrário do que ocorre em muitas passagens das obras e nos muitos exemplos trazidos nessa análise, não tiveram a desinência suprimida pela *abreviação comsinal de significado fixo*.

Silva Neto (2004) afirma que uma das características do *latim vulgar* era a de apresentar uma redução do quadro desinencial e da quantidade de declinações: das cinco declinações existentes, apenas três haviam restado (a 1ª, 2ª e 3ª, sendo que a 2ª absorveu palavras das 4ª e a 1ª da 5ª) e houve um completo obscurecimento das desinências de caso, sendo que muitas caíram em desuso. Talvez isso explique a permanência, no texto, dessas desinências, haja vista a 3ª declinação ser a que conserva o maior número de palavras.

Pelo que vimos ao longo das análises, as abreviações costumam ser mais recorrentes em palavras da 1ª declinação (com a desinência **-am**) e na 2ª declinação (com a desinência **-um**). Mas é interessante frisar, que nessa mesma lição, vemos a forma em acusativo do adjetivo triforme *emnecessariam* (necessário), com a desinência **-am** intacta. Outras formas conservaram o -

mfinal, tais como em: *aliarum, etiam, omnium e rerum*, o que nos mostra a não regularidade dos usos dessas abreviações.

### LIÇÃO 39 — Fragmento da obra (f. 33, linhas 8-11)



### Transcrição paleográfica

At<sup>962</sup> species<sup>963</sup> nil<sup>964</sup> sunt<sup>965</sup>, aut<sup>966</sup> saltem<sup>967</sup> imaginatio<sup>968</sup> quaedam<sup>969</sup>: sola<sup>970</sup> individua<sup>971</sup> sunt, sola haec<sup>972</sup> percipiuntur<sup>973</sup>, de his<sup>974</sup> solùm<sup>975</sup> habenda<sup>976</sup> scientia<sup>977</sup> est<sup>978</sup>, ex<sup>979</sup> his captanda<sup>980</sup>.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

<sup>962</sup> at (conjunção): mas; porém; todavia; pelo contrário.

<sup>963</sup> species, -ei (substantivo): espécie; aspecto; tipo.

<sup>964</sup> nil (*nil* ou *nihil*, tem função pronominal e substantiva): nada; nulidade; um nada; zero.

<sup>965</sup> sunt (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>966</sup> aut (conjunção): ou; ou então.

<sup>967</sup> saltem (advérbio): sem negação; ao menos pelo menos; se não; pelo menos.

<sup>968</sup> imaginatio, -onis (substantivo): imagem; imaginação; visão.

<sup>969</sup> quaedam (também grafado *quidam*, *quoddam* ou *quiddam* - adjetivo e pronome indefinido): um certo; algum; alguém; alguma coisa.

<sup>970</sup> solus, -a, -um (adjetivo triforme): sozinho; único; isolado.

<sup>971</sup> individuus, -a, -um (adjetivo triforme): indivíduo / individuum, -i (substantivo): indivíduo.

<sup>972</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>973</sup> percipiuntur (3ª pessoa do plural do futuro imperfeito passivo do verbo *percipio*): apoderar-se de; tomar posse de; ouvir; perceber.

<sup>974</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>975</sup> solùm (advérbio): somente; unicamente; só.

<sup>976</sup> habenda (forma em gerundivo do verbo *habeo*): ter; obter; conter; manter; reter.

<sup>977</sup> scientia, -ae (substantivo): conhecimento; saber; conhecimento científico; ciência.

<sup>978</sup> est (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>979</sup> ex (*e*, *ex*, *ex*, preposição que rege ablativo): de, do interior de; procedente de; entre; desde.

<sup>980</sup> captanda (forma em gerundivo do verbo *capio*): tomar; apanhar; escolher; obter.

Pero las especies no son otra cosa que una fantasía. Sólo existen los individuos: sólo éstos pueden ser percibidos; sólo de éstos y a partir de éstos ha de obtenerse la ciencia (p. 99-100).

### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

[...] mas as espécies não são nada, ou são apenas uma fantasia: só os indivíduos é que existem, só estes é que nos afectam os sentidos, só de eles é que pode haver ciência, e deles deve ser tomada (p. 96).

### Tradução nossa

Todavia as espécies nada são, ou [são] pelo menos uma certa imaginação; são indivíduos isolados, estes [indivíduos] isolados serão percebidos, destes somente é que dever ser obtida a ciência, a partir destas é que será tomada.

Desta **Lição 39**, gostaríamos de destacar a palavra *quædam* que no texto se encontram plena, com o ditongo **-æ-** (frequentemente grafado **-ae-**), mas que na nota lateral aparece *que-dam*, com o grafema **-e-**<sup>981</sup>. A forma escrita deste adjetivo/pronome indefinido em dicionários é *quædam* (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 564; BUSARELLO, 2012, p. 224; SARAIVA, 1927, p. 63; FARIA, 1962, p. 834; OXFORD, 1968, p. 1552). Também encontramos outras grafadas sem o ditongo *qui-*

---

<sup>981</sup> Compreendemos que há certa diferença entre os sinais gráficos do grafema do texto e o aqui transliterado, mas se trata de formas escritas em suportes diferentes. Rogamos pela compreensão do leitor.

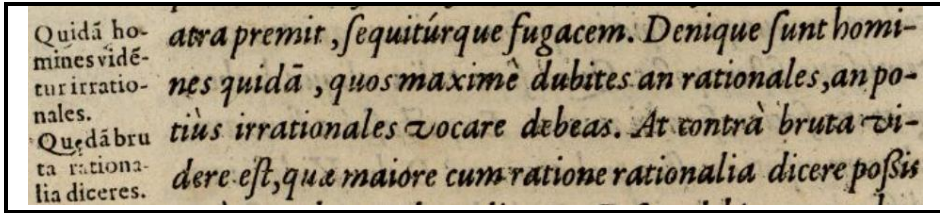
*dam*, *quiddam* e *quoddam*, mas nenhuma se assemelha a *quēdam*, com este grafema-**ę**-.

Conforme lemos em Teyssier (2014, p. 09): “O latim imperial perdeu as oposições de quantidade, mas conservou as oposições de timbre resultantes dos variados graus de abertura”. E mais adiante, completa: “Acrescente-se que os ditongos **æ** e **œ** do latim clássico passaram, em latim imperial, a vogais simples de timbres distintos” (TEYSSIER, 2014, p. 10). E exemplifica com os seguintes exemplos: *caecum* > *cęgo*; *foedum* > *fęo* (feio). Nos parece, portanto, ser um caso semelhante de vulgarismo da oralidade transporto para a escrita.

Outra palavra que nos chama a atenção é o adjetivo *individua*, que vem do adjetivo triforme *individuus*, *-a*, *um*, (que se gera da união entre o prefixo *in* mais *divisibilis*) (OXFORD, 1968, p. 885). Nas traduções portuguesa e espanhola, o significado é de “indivíduos”, porém, em nossa pesquisa nos dicionários de que dispomos, o sentido exposto no verbete é “indivisível”, enquanto o substantivo *individuum* é traduzido por “átomo” ou “inseparável” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 348; OXFORD, 1968, p. 885). Isso nos leva a crer, como também dizia Silva Neto (2004), que no contexto do texto, houve uma *especialização da atribuição ou da ideação* adjetivo/substantivo como um “ser que não pode ser dividido”, ou seja, um indivíduo, o mesmo sentido que perpassa as línguas românicas.



## LIÇÃO 40 — Fragmento da obra (f. 34, linhas 3-5)



### Transcrição paleográfica

Denique<sup>982</sup> sunt<sup>983</sup> homines<sup>984</sup> quidā<sup>985</sup>, quos<sup>986</sup> maximè<sup>987</sup> dubites<sup>988</sup> an<sup>989</sup> rationales<sup>990</sup>, an potiùs<sup>991</sup> irracionales<sup>992</sup> vocare<sup>993</sup> debeas<sup>994</sup>.

### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Por último, hay ciertos hombres ante los cuales debe dudarse seriamente si han de ser llamados racionales o irracionales (p. 101).

<sup>982</sup> denique (advérbio): por fim; enfim; finalmente.

<sup>983</sup> sunt (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>984</sup> homo, -ominis (substantivo): homem; pessoa.

<sup>985</sup> quædam (também grafado *quidam*, *quoddam* ou *quiddam* - adjetivo e pronome indefinido): um certo; algum; alguém; alguma coisa.

<sup>986</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>987</sup> maximè (advérbio de *maximus*): muitíssimo; infinitamente; extremamente; muito.

<sup>988</sup> dubites (2ª pessoa do singular do presente do subjuntivo do verbo *dubito*): duvidar; pôr em dúvida.

<sup>989</sup> an (partícula interrogativa): porventura; acaso; se.

<sup>990</sup> rationalis, -e (adjetivo biforme): racional; dotado de razão.

<sup>991</sup> potiùs (advérbio): antes; de preferência.

<sup>992</sup> irracionales, -e (adjetivo biforme): irracional; privado de razão.

<sup>993</sup> vocare (forma no infinitivo do verbo *voco*): chamar; mandar; vir; convocar; reunir.

<sup>994</sup> debeas (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *debeo*): dever; ser devedor; ter obrigação.

## Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Há, enfim, alguns homens que terás muitas dúvidas sobre se lhes deves chamar racionais ou irracionais (p. 97).

## Tradução nossa

Por fim, existem alguns homens, a quem tu deves pôr muitas dúvidas se racionais ou irracionais, acaso antes tu deves chamar irracionais.

Diferentemente da **Lição 39**, em que o adjetivo/pronome indefinido *quædam* foi grafado *quædam*, nesta **Lição 40**, vemos outra forma daquelas que constam em dicionários (Cf. DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 564; BUSARELLO, 2012, p. 224; SARAIVA, 1927, p. 63; FARIA, 1962, p. 834; OXFORD, 1968, p. 1552): *quidam*.

Contudo, é preciso destacar que a forma *quidam* nesta lição, sofreu *abreviação comsinal de significado fixo* (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008), tanto no texto quanto nas duas notas laterais, as quais transcrevemos aqui:

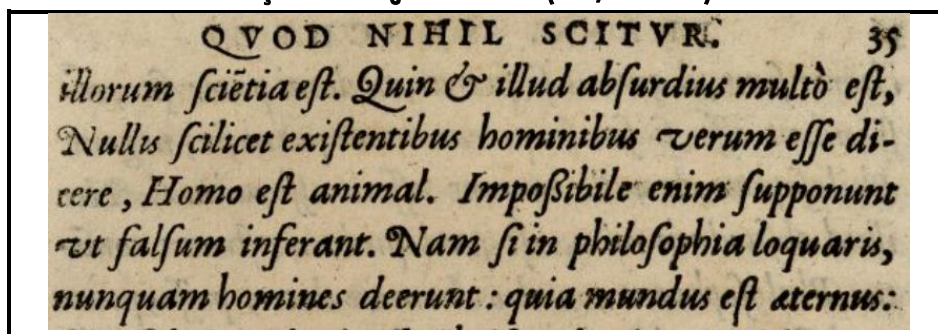
(a) “*Quidã* ho-mines vidẽ-tur irratio-nales” - “Alguns homens parecem irracionais” (SANCHES, 1991, p. 97, grifo nosso);

(b) “*Quædã* brut a rationa-lia diceres - “Alguns brutos parecem racionais (SANCHES, 1991, p. 97, grifo nosso)”. ”

Na lição (a), *quidã* apresenta uma abreviação em **-ã** (originalmente **-am**). Na lição (b) *quædã* apresenta o mesmo vulgarismo que destacamos na **Lição 39**, com o emprego do grafema **-e-**,

mais a abreviação no final também em **-ã** (originalmente **-am**). Vale ressaltar que, este **-am** abreviado em ambas as palavras não se trata da desinência de acusativo da 1ª declinação, mas integra a própria palavra.

#### LIÇÃO 41 — Fragmento da obra (f. 35, linhas 1-5)



#### Transcrição paleográfica

Quin<sup>995</sup>& illud<sup>996</sup> absurdius<sup>997</sup> multò est, Nullus<sup>998</sup> scilicet<sup>999\*</sup> existentibus<sup>1000</sup> hominibus<sup>1001</sup> verum<sup>1002</sup> esse<sup>1003</sup> dicere<sup>1004</sup>, Homo<sup>1005</sup> est animal<sup>1006</sup>. Impossibile<sup>1007</sup> enim<sup>1008</sup> suppo-

<sup>995</sup>quin (advérbio interrogativo): como não? Por que não? Que não / (conjunção): que.

<sup>996</sup>ille, illa, illud (pronomes demonstrativos): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>997</sup>absurdus (superlativo do adjetivo *absurdus*, -a, -um): absurdo; idiota; dissonante.

<sup>998</sup>nullus, -a, -um (adjetivo): nenhum; nenhuma; que não existe.

<sup>999</sup>scilicet (advérbio): isto é; evidentemente; naturalmente; todavia

<sup>1000</sup>Não localizamos estas palavras nos dicionários de que dispomos. Mas, pelo contexto, trata-se de uma substantivo de 3ª declinação, tendo em vista a desinência -ibus, com o sentido de "existentes" ou "aqueles que existem".

<sup>1001</sup>homo, -ominis (substantivo): homem; pessoa.

<sup>1002</sup>verum, -i (substantivo): a verdade; o verdadeiro; o justo.

<sup>1003</sup>esse (forma no infinitivo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>1004</sup>dicere (forma no infinitivo do verbo *dico*): dizer; pronunciar.

<sup>1005</sup>homo, -ominis (substantivo): homem; pessoa.

<sup>1006</sup>animal, -alis (substantivo): ser vivo; ser animado; animal.

<sup>1007</sup>impossibilis, -e (adjetivo biforme): impossível; incapaz.

<sup>1008</sup>enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

nunt<sup>1009</sup>vt<sup>1010</sup> falsum<sup>1011</sup> inferant. Nam<sup>1012</sup> si<sup>1013</sup> in<sup>1014</sup> philoso-  
phia<sup>1015</sup> loquaris<sup>1016</sup>, nunquam<sup>1017</sup> homines deerunt<sup>1018</sup> : quia<sup>1019</sup>  
mundus<sup>1020</sup> est æternus<sup>1021</sup>:

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Y todavía es mucho más absurdo aquello de que *sería verdadero decir que el hombre es animal, aun cuando no existiera hombre alguno*. Eso es suponer un imposible, para inferir de ahí una falsedad. Porque, si hablas en un contexto filosófico, habría que decirte que jamás faltarán hombres, puesto que el mundo es eterno; (p. 102).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Muitos mais absurdo ainda é dizer que, mesmo não existindo homens, é verdadeira a afirmação de que o homem é animal. Supõe um impossível para inferirem uma falsidade, pois, se falarmos como filósofos, nunca faltarão homens porque o mundo é eterno (p. 97).

---

<sup>1009</sup> supponunt (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *suppono*): pôr; pôr no lugar; substituir; colocar debaixo; supor.

<sup>1010</sup> vt (advérbio): como; de que modo; assim como / (conjunção): que; para que; a fim de que.

<sup>1011</sup> falsum, -i (substantivo): falso; falsidade; mentira; erro.

<sup>1012</sup> nam (partícula afirmativa): de fato; na verdade; na realidade; pois; porque.

<sup>1013</sup> si (conjunção): se; no caso que; que; desde que; posto que.

<sup>1014</sup> in (preposição que rege ablativo e acusativo): em; sobre; a; para; contra; para com; em.

<sup>1015</sup> Philosophia, -ae (substantivo): filosofia.

<sup>1016</sup> loquaris (2ª pessoa do singular passivo do verbo deponente *loquor*): falar; dizer; expressar-se.

<sup>1017</sup> nunquam (também grafado numquam, advérbio): nunca; jamais.

<sup>1018</sup> deerunt (3ª pessoa do plural do futuro imperfeito do verbo *desum*): faltar.

<sup>1019</sup> quia (conjunção, antigo plural neutro de *quis, quid*): porque; porém,

<sup>1020</sup> mundus, -i (substantivo): mundo; universo; terra.

<sup>1021</sup> æternus, -a, -um (adjetivo triforme): eterno; imortal; perpétuo.

E que [isso] é muito mais absurdo, todavia, dizer ser verdadeiro [que] não há homens existentes, Homem é um animal. Com efeito, supõem o impossível para inferirem uma mentira. De fato se falarmos na filosofia, jamais faltarão os homens; porque o mundo é eterno.

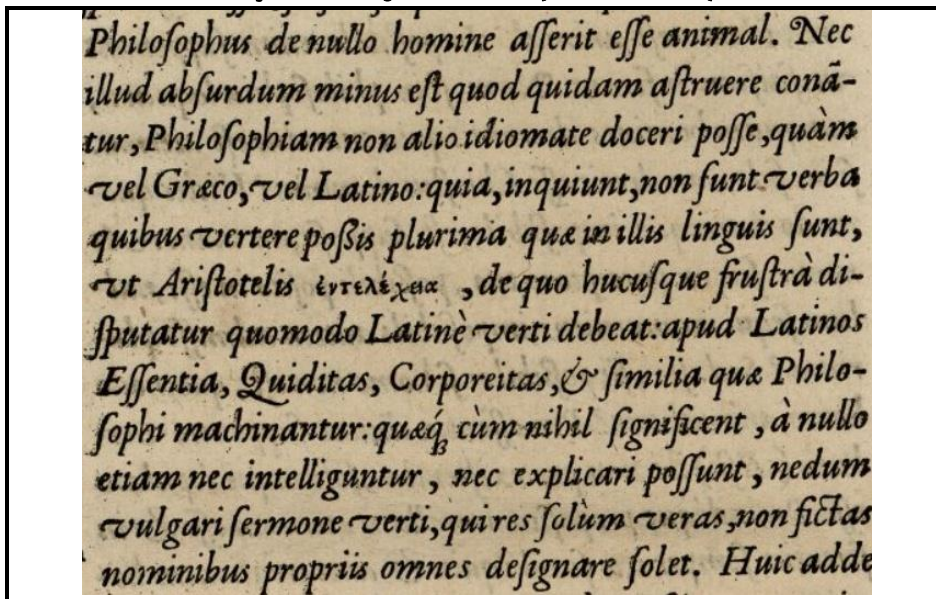
Desta **Lição 41**, queremos fazer o destaque de duas sentenças. Na primeira delas, lemos: “*Homo est animal*” - “oHomem é um animal” (tradução nossa) ou “*el hombre es animal*” (SANCHEZ, 1977, p. 102); na segunda, “*quia mundus est æternus*” - “porque o mundo é eterno” (tradução nossa) ou “*puesto que el mundo es eterno*” (SANCHEZ, 1977, p. 102). Nas traduções de Mellizo (1977) e Carvalho (1991) temos o mesmo padrão **S-V-O** que na versão latina, porém, as sentenças latinas deveriam ter se mantido **S-O-V**. Ex.: “*Homo animal est*” e “*quia æternus mundus est*” ou “*quia mundus æternus est*”.

Aparentemente, por manter os casos, a ordem sintática não interfere no sentido ao se traduzir essa lição. Contudo, a frequência de usos do padrão **S-V-O** aliada a queda dos casos latinos favoreceu o enrijecimento da estrutura da língua (COUTINHO, 1981). Como se sabe, de acordo com Silva Neto (2004) e Coutinho (1981), entre tantos autores, o *latim vulgar* deu maior preferência a construções na ordem direta dos termos da oração, já que muitos dos casos opositivos havia desaparecido.

Poderíamos até supor que se trata de duas sentenças isoladas, mas isso iria contra os dados que temos visto ao longo das análises e outros exemplos que aqui não constam. Este pa-

drão S-V-Oé bastante recorrente ao longo do texto. Voltaremos a discutir essa questão em outras oportunidades.

#### LIÇÃO 42 — Fragmento da obra (f. 36, linhas 3-14)



#### Transcrição paleográfica

Nec<sup>1022</sup> illud<sup>1023</sup> absurdum<sup>1024</sup> minus<sup>1025</sup> est quod<sup>1026</sup> quidam<sup>1027</sup> astruere<sup>1028</sup> conatur<sup>1029</sup>, Philosophiam<sup>1030</sup> non alio<sup>1031</sup> idioma-  
te<sup>1032</sup> doceri<sup>1033</sup> posse<sup>1034</sup>, quam<sup>1035</sup> vel<sup>1036</sup> Græco<sup>1037</sup>, vel Lati-

<sup>1022</sup> nec (conjunção): não; nem.

<sup>1023</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>1024</sup> absurdus, -a, -um (adjetivo triforme): absurdo; idiota; dissonante.

<sup>1025</sup> minus (advérbio): menos; muito pouco.

<sup>1026</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>1027</sup> quidam (também grafado *quædam*, *quoddam* ou *quiddam* - adjetivo e pronome indefinido): um certo; algum; alguém; alguma coisa.

<sup>1028</sup> astruere (forma no infinitivo do verbo *astruo/adstruo*): acumular; reunir; acrescentar.

<sup>1029</sup> conatur (3ª pessoa do plural do indicativo passivo do verbo *conari*): preparar-se; empreender; tentar; esforçar-se; ensaiar.

<sup>1030</sup> Philosophia, -ae (substantivo): filosofia.

<sup>1031</sup> aliquis/aliqui, -a, -id/-od (adjetivo e pronome indefinido): alguém; algum; algo.

<sup>1032</sup> idioma, -matis (substantivo): idioma; idiomatismo.

no<sup>1038</sup>: quia<sup>1039</sup>, iniquunt<sup>1040</sup>, non sunt verba quibus<sup>1041</sup>vertere<sup>1042</sup> possis plurima<sup>1043</sup> quæ in illis<sup>1044</sup> linguis<sup>1045</sup> sunt, vt<sup>1046</sup> Aristotelis<sup>1047</sup> ἔντελέχεια<sup>1048</sup>, de quo<sup>1049</sup> hucusque<sup>1050</sup> frustra<sup>1051</sup> disputatur<sup>1052</sup> quomodo<sup>1053</sup> Latine<sup>1054</sup> verti debeat<sup>1055</sup>: apud<sup>1056</sup> Latinos Essentia<sup>1057</sup>, \*Quiditas<sup>1058</sup>, \*Corporeitas<sup>1059</sup>, & similia quæ<sup>1060</sup> Philosophi<sup>1061</sup> machinantur<sup>1062</sup>: quæq̄<sup>1063</sup>cùm<sup>1064</sup> nihil<sup>1065</sup> significant, à nullo<sup>1066</sup> etiam<sup>1067</sup> nec intelliguntur<sup>1068</sup>, nec explicari pos-

<sup>1033</sup> doceri (forma no futuro anterior do verbo *doceo*): instruir; ensinar.

<sup>1034</sup> posse (forma no infinitivo do verbo *possum*): poder; se capaz; estar em condições de.

<sup>1035</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>1036</sup> vel (advérbio): ou; se queres; ou se queres; mesmo / (conjunção): ou; ou então; ou... ou.

<sup>1037</sup> Græcus, -a, -um (adjetivo triforme): [língua] Grega.

<sup>1038</sup> Latinus, -a, -um (adjetivo triforme): [língua] Latina.

<sup>1039</sup> quia (conjunção, antigo plural neutro de *quis, quid*): porque; porém,

<sup>1040</sup> iniquunt (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *inquam*): dizes tu (verbo utilizado para intercalar discursos).

<sup>1041</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>1042</sup> vertere (forma no infinitivo do verbo *verto*): virar; transformar; mudar; converter; traduzir.

<sup>1043</sup> plurimum, -i (substantivo): grande quantidade.

<sup>1044</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>1045</sup> lingua, -ae (substantivo): língua; idioma.

<sup>1046</sup> vt (advérbio): como; de que modo; assim como / (conjunção): que; para que; a fim de que.

<sup>1047</sup> Aristotelēs, -is (substantivo): "Aristóteles 1. célebre filósofo de Estagira, preceptor de Alexandre" (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 78).

<sup>1048</sup> ἔντελέχεια (vocabulo em grego que transliterado *entelékhia*, aportuguesando é *enteléquia*): traduz-se, geralmente, por "O ato (ênérgeia) em sua perfeição", "potência ativa" (GOBBY, 2007, p. 55, gritos do autor).

<sup>1049</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>1050</sup> hucusque (advérbio, também grafado *huc usque*): justamente até este ponto; até aqui; até ali.

<sup>1051</sup> frustra (advérbio): em vão; baldadamente.

<sup>1052</sup> disputatur (3ª pessoa do singular do presente do indicativo passivo do verbo *disputo*): regularizar; examinar; discutir; tratar; debater; discutir.

<sup>1053</sup> quomodo (advérbio interrogativo/relativo, também grafado *quo modo*): de que maneira?; do modo como.

<sup>1054</sup> Latinus, -a, -um (adjetivo triforme): [língua] Latina.

<sup>1055</sup> debeat (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *debeo*): dever.

<sup>1056</sup> apud (preposição que rege acusativo): junto de; ao pé de; perto de; em; entre os/as.

<sup>1057</sup> Essentia, -ae (substantivo): essência; a natureza de uma coisa.

<sup>1058</sup> \*Quiditas (forma não localizada nos dicionários de que dispomos).

<sup>1059</sup> \*Corporeitas (forma não localizada nos dicionários de que dispomos).

<sup>1060</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>1061</sup> philosophus, -i (substantivo): filósofos.

<sup>1062</sup> machinantur (3ª pessoa do plural do presente do indicativo passivo do verbo *depoente machinor*): combinar; imaginar; inventar; maquinar.

<sup>1063</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo, mais a conjunção posposta *-que*): que; o qual; quem.

<sup>1064</sup> cùm (preposição/conjunção): no momento em que; com; quando; logo que; embora.

<sup>1065</sup> nihil (função pronominal e substantiva): nada; nulidade; zero; um nada.

<sup>1066</sup> nullus (advérbio de modo nenhum; em nenhuma parte. / nullus, -a, -um (adjetivo e pronome indefinido): nenhum; nenhuma.

<sup>1067</sup> etiam (conjunção): agora ainda; ainda; agora; mesmo.

sunt, nedum<sup>1069</sup> vulgari sermone verti, qui res solùm<sup>1070</sup> veras<sup>1071</sup>, non fictas<sup>1072</sup> nominibus<sup>1073</sup> propriis omnes<sup>1074</sup> designare<sup>1075</sup> solet<sup>1076</sup>.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Y no es menos absurdo lo que algunos intentan establecer: que la filosofía no puede ser enseñada en otra lengua que no sea el griego o el latín; porque, según dicen ellos, no hay palabras que puedan traducir muchas de las que existen en aquellas lenguas, como la *ἐντελέχεια* de Aristóteles, sobre la cual se ha discutido en vano cómo debería verse al latín: *Essentia*, *Quidditas* [sic], *Corporeitas*, u otros términos parecidos que maquinan los filósofos. Y como esos términos nada significan, nadie los entiende, ni pueden ser explicados ni vertidos a lenguaje común, el cual sólo puede designar con los nombres apropiados las cosas verdaderas, no las ficciones (p. 104, grifos do tradutor).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

E não é menos absurdo o que alguns tentam estabelecer, e que é que a filosofia não pode ser ensinada senão na língua grega ou latina. Dizem eles que é porque não há palavras para traduzir muitas das quais existem naquelas línguas, como, por exemplo,

---

<sup>1068</sup> *intelligantur* (3ª pessoa do plural do presente do indicativo passivo do verbo *intelligo*): entender; compreender.

<sup>1069</sup> *nedum* (conjunção): bem longe de; muito menos; menos ainda.

<sup>1070</sup> *solùm* (advérbio): somente; unicamente; só.

<sup>1071</sup> *verum*, -i (substantivo): a verdade; o verdadeiro; o justo.

<sup>1072</sup> *fictus*, -a, -um (particípio do verbo *figo*): falso; fingido; simulado.

<sup>1073</sup> *nomen*, -inis (substantivo): nome; títulos.

<sup>1074</sup> *omnis*, *omne* (adjetivo biforme): toda; tudo.

<sup>1075</sup> *designare* (forma no infinitivo do verbo *designo*): marcar; traçar; definir; designar; assinalar.

<sup>1076</sup> *solet* (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *soleo*): costumar.



a *entelekeia* de Aristóteles, sobre cuja tradução para latim se tem disputado muito. Entre os latinos há as palavras *essentia*, *quiditas*, *corporeitas*, e outras que tais que os filósofos inventam, e que, por nada significarem, por ninguém ainda foram compreendidas, nem podem ser explicadas, nem vertidas em linguagem vulgar, que costuma designar por nomes próprios todas as coisas, mas só as coisas reais, e não as inventadas (p. 98-99, grifos do tradutor).

### Tradução nossa

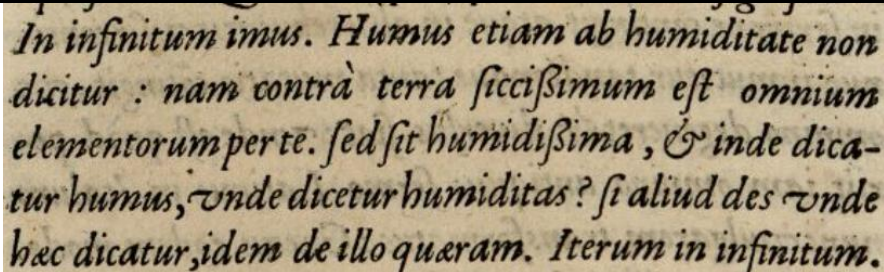
Isso não é menos absurdo que alguns [outros] esforçam-se para apreender, que a Filosofia não possa ser capaz de ser ensinada com algum outro idioma, que não o grego ou latino. Porque, dizem eles, não existem palavras para as quais que [se] possam traduzir as muitas [palavras] que existam naquelas línguas, como a de Aristóteles *ἐντελέχεια* [entelékhia ou enteléquia] da qual até aqui se tem discutido em vão de que maneira se deve traduzir para a [língua] latina, entre as [palavras] latinas [existe] *essentia*, *quiditas*, *corporeitas* e [outras] similares que os filósofos têm inventado. E que embora nada signifiquem, a nenhum também podem ser compreendidas, nem possam ser explicadas, muito menos ser traduzida para língua vulgar, que somente costuma designar as coisas verdadeiras, todos os nomes próprios, e não para nomes falsos (grifo nosso).

Esta **Lição 42**, diferentemente de outras que aqui analisamos, traz em si um fato bastante curioso, que diz respeito ao posicionamento adotado por Sanches. De acordo com seus ar-

gumentos, a Filosofia também poderia ser ensinada através do “vulgari sermone”, isto é, na *língua vulgar*, e não apenas nas *línguas clássicas*. Para o autor, em nota: “Græcum & Latinū idioma nimis deprauata” (SANCHEZ, 1581, p. 38) - “As línguas grega e latina estão muito alteradas” (SANCHEZ, 1991, p. 100).

O autor aproveita a ocasião para fazer severas críticas aos dogmáticos, apontando, entre outras questões, as dificuldades que tinham em “verter” ou “traduzir” as palavras de Aristóteles. Chega a admitir, em nota, que: “Dialecti verba peruertunt” (SANCHEZ, 1581, p. 35) - “os dialéticos corrompem as palavras” (SANCHEZ, 1991, p. 98). Tal problema não residia nas palavras latinas em si, mas na dificuldade de explanação do fenômeno investigado. Por isso, chega a dizer que: “Voces no explicāt rerū naturas” (SANCHEZ, 1581, p. 38) - “As palavras não explicam a essência das coisas” (SANCHEZ, 1991, p. 100). Em outras palavras, não se tratava de um problema de ordem lexical, mas de ordem terminológica. Doutra sorte, Sanches admitia que a *língua vulgar* — entenda-se *língua românica* — servia a todas as necessidades comunicativas, até bem mais que a latina.

### LIÇÃO 43 — Fragmento da obra (f. 37, linhas 2-6)



#### Transcrição paleográfica

Humus<sup>1077</sup> etiam<sup>1078</sup> ab<sup>1079\*</sup> humiditate<sup>1080</sup> non dicitur<sup>1081</sup>: nam<sup>1082</sup> contrà<sup>1083</sup> terra siccissimum<sup>1084</sup> est omnium<sup>1085</sup> elementorum<sup>1086</sup> per<sup>1087</sup> te. Sed<sup>1088</sup> sit<sup>1089</sup> humidissima, & inde<sup>1090</sup> dicatur humus, unde<sup>1091</sup> dicitur humiditas? Si aliud<sup>1092</sup> des unde<sup>1093</sup> hæc<sup>1094</sup> dicatur, idem<sup>1095</sup> de illo<sup>1096</sup> quæram<sup>1097</sup>. Iterum<sup>1098</sup> in infinitum<sup>1099</sup>.

<sup>1077</sup> humus, -i (substantivo): terra; solo.

<sup>1078</sup> etiam (conjunção): agora ainda; ainda; agora; mesmo.

<sup>1079</sup> ab (preposição de ablativo): de; do; dos; da; das; fora de; afora; dentre; pelo; pela (com sentido de afastamento).

<sup>1080</sup> A forma \*humiditate não foi localizada nos dicionários de que dispomos

<sup>1081</sup> dicitur (3ª pessoa do singular do singular do verbo dico na voz passiva): dizer; pronunciar.

<sup>1082</sup> nam (partícula afirmativa): de fato; na verdade; na realidade; pois; porque.

<sup>1083</sup> contrà (advérbio e preposição): em frente; face a face; ao contrário; contrariamente.

<sup>1084</sup> siccissimum (superlativo do adjetivo triforme siccus, -a, -um): seco; sem humidade.

<sup>1085</sup> omnis, omne (adjetivo biforme): toda; tudo.

<sup>1086</sup> elementa, -orum / elementum (substantivo): elementos; os princípios das ciências; as noções elementares; os rudimentos; os quatro elementos.

<sup>1087</sup> per (preposição que rege acusativo): através de; por; por entre; diante de; por; por meio de; por intermédio de.

<sup>1088</sup> sed (conjunção): mas; porém; todavia; por outro lado.

<sup>1089</sup> sit (3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo do verbo sum): ser; estar; haver; existir.

<sup>1090</sup> inde (advérbio): de lá; daí; desse lugar; por isso; por essa razão.

<sup>1091</sup> Unde (advérbio): donde; de que; do qual; de quem; dos quais.

<sup>1092</sup> alius, alia, aliud (pronome indefinido): outros.

<sup>1093</sup> Unde (advérbio): donde; de que; do qual; de quem; dos quais.

<sup>1094</sup> hic, hæc, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>1095</sup> idem, eadem, idem (pronome de identidade): o mesmo; a mesma; também; ao mesmo tempo.

<sup>1096</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>1097</sup> quæram (1ª pessoa do singular do presente do subjuntivo do verbo quæra): procurar saber; perguntar.

<sup>1098</sup> iterum (advérbio): pela segunda vez; de novo; por sua parte; por sua vez.

<sup>1099</sup> in infinitum (adjetivo mais preposição): até ao infinito.

### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

*Humus* (terra) tampoco viene de *humedad*. Pues, bien al contrario, la tierra es, según tú mismo, el más seco de todos los elementos. Pero supongamos que la tierra fuese húmeda en extremo, y que la palabra *humus* proviniese de esa humedad. ¿De dónde provendría, a su vez, la palabra *humedad*? Si me das otra palabra, preguntaré también por su origen. Y así hasta el infinito (p. 105-106)

### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Também a palavra *humus* não se emprega por causa da palavra *humiditas*[sic], pois a terra, pelo contrário, é, segundo tu, o mais seco de todos os elementos; mas, supondo que é humidíssima e que de aí vem *humus*, de onde é que vem a palavra *humiditas*? Se alguma coisa indicares em virtude da qual esta se diga, o mesmo perguntarei a respeito de ela, e assim iremos dar novamente ao infinito (p. 99).

### Tradução nossa

*Humus* também não se diz de *humiditate*; porque, contrariamente, a terra, [segundo] ti, é a mais sequíssima de todos os elementos; porém, sendo humidíssima, e que daí [vier a palavra] *humus*, donde se diz *humiditas*? Se [me] dás outra [palavra], de onde essa se diz, o mesmo que aquilo eu pergunto. Pela segunda vez iremos ao infinito.

Em continuidade ao que disse Sanches na **Lição 42**, nesta **Lição 43**, o autor discute acerca da *daetimologia*<sup>1100</sup>, argumentando que é praticamente impossível se chegar a essência das coisas através dos étimos das palavras, porque muitas delas se perderam no tempo, sendo tarefa inepta a tentativa de resgate do sentido original. Nos termos do autor: “Sic verba à propria sermo significatione detorquent & corrumpunt, vt alius ipsorum sermo sit à paterno omnino diuersus, idem tamen” (SANCHEZ, 1581, p. 35) – “Afastam as palavras da significação própria, e estragam-na de tal modo que a linguagem de estes, idêntica à de seus pais nas palavras empregadas, é inteiramente diversa quanto ao sentido de elas” (SANCHEZ, 1991, p. 98).

Como exemplo disso, o autor apresenta a palavra *\*humiditate*, que sequer conseguimos depreender a forma a partir dos dicionários que temos. As formas *humide* (advérbio), *humidum, -i* (substantivo) e *humidus, -a, -um* (adjetivo) são todas traduzidas por “húmido”, o mesmo sentido atribuído nas traduções de *humiditate* nas versões portuguesa e espanhola. Cremos que a forma procede de *humiditas, humiditatis*, uma provável palavra de 3ª declinação. O mesmo problema se aplica aos outros exemplos apontados pelo autor, os quais, segundo ele, levariam a questionamentos infundáveis.

---

<sup>1100</sup>Certamente que compreensão de “etymologia” de Sanches não é a que temos hodiernamente. Mas, para fins estritamente analíticos, não nos proporemos a rastrear o sentido terminológico dado pelo autor. Utilizaremos a acepção de Figueiredo (1913, p. 827): “Doutrina da derivação e composição das palavras”.

LIÇÃO 44 — Fragmento da obra (f. 37, linhas 30-31; f. 38, linhas 1-6)

ignorātur? Et apud Latinos nonné verba sunt obsoleta  
D 3 pluri

38. ERANC. SANCHEZ.  
plurima, quotidiéque de nouo alia finguntur? idémque  
in sermone contingit, atque in aliis rebus vt vsu conti-  
nuo inmutetur, tandémque tanta mutatio cōtingit, vt  
omnino degeneret & diuersus fiat: vnde est quòd pe-  
riit iam omnino antiquus sermo Latinus in Italum  
nunc vulgarem transformatus: Græcus eodem modo.

Transcrição paleográfica

Et apud<sup>1101</sup> Latinos<sup>1102</sup> nonné<sup>1103</sup> verba<sup>1104</sup> sunt obsoleta<sup>1105</sup> plu-  
rima<sup>1106</sup>, quotidiéque<sup>1107</sup> de nouo<sup>1108</sup> alia<sup>1109</sup> finguntur<sup>1110</sup>?  
idémque<sup>1111</sup> in sermone<sup>1112</sup> contingit<sup>1113</sup>, atque<sup>1114</sup> in aliis<sup>1115</sup> re-  
bus<sup>1116</sup> vt<sup>1117</sup> vsu continuo<sup>1118</sup> inmutetur<sup>1119</sup>, tandémque<sup>1120</sup> tan-

<sup>1101</sup> apud (preposição que rege acusativo): junto de; ao pé de; perto de; em; entre os/as.

<sup>1102</sup> Latinus, -a, -um (adjetivo triforme): [língua] Latina.

<sup>1103</sup> nonné (partícula interrogativa formada por *non* mais *-ne*): não é verdade que? porventura não?

<sup>1104</sup> verbum, -i (substantivo): palavra; termo; expressão; conversa; discurso; linguagem.

<sup>1105</sup> obsoletus, -a, -um (particípio do verbo *obsolesco*): caído em desuso; antiquado; fora de moda; usado; velho.

<sup>1106</sup> plurimum, -i (substantivo): grande quantidade.

<sup>1107</sup> quotidie (formado pela união entre *quot* e *dies*, também grafado *cottidie*): todos os dias.

<sup>1108</sup> novus, -a, -um (adjetivo triforme): novo.

<sup>1109</sup> alius, -a, -ud (pronome e adjetivo indefinido): outro.

<sup>1110</sup> finguntur (3ª pessoa do plural do futuro imperfeito do verbo *figo*): pregar; fixar; construir; cravar.

<sup>1111</sup> idem, eadem, idem (pronome de identidade, mais a conjunção posposta *-que*): o mesmo; a mesma; também; ao mesmo tempo.

<sup>1112</sup> sermo, -onis (substantivo): conversa; discurso; linguagem; língua.

<sup>1113</sup> contingit (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *contingo*): tocar; atingir; encontrar; achar.

<sup>1114</sup> atque (ou *ac*, conjunção com função copulativa e adversativa): e; e até; e contudo; e todavia; e mesmo; e por outro lado; mas; e sobretudo.

<sup>1115</sup> alius, alia, aliud (pronome indefinido): outros.

<sup>1116</sup> res, rei (substantivo): coisa.

ta<sup>1121</sup> mutatio<sup>1122</sup> cōtingit<sup>1123</sup>, vt<sup>1124</sup> omnino<sup>1125</sup> degeneret<sup>1126</sup>& diuersus fiat: vnde<sup>1127</sup> est quòd<sup>1128</sup> periit<sup>1129</sup> iam<sup>1130</sup> omnino<sup>1131</sup> antiquuus sermo Latinus<sup>1132</sup> in Italum<sup>1133</sup> nunc<sup>1134</sup> vulgarem transformatus:

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Y en el caso del latín ¿no hay muchas palabras que ya no se usan, y no se inventan otras muchas todos los días? Lo mismo ocurre con la sintaxis y con otras cosas, que varían con el uso continuo. Y al fin, se hacen tantos cambios, que todo degenera y se muda. Tal cosa ocurrió con el antiguo idioma latino, que murió y se transformó en lo que ahora en el italiano vulgar. Y con el griego sucedió lo mismo (p. 107).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

E entre os latinos não há muitas palavras absolutas [sic], e não se inventam todos os dias outras de novo? Sucede à linguagem

---

<sup>1117</sup> vt (advérbio): como; de que modo; assim como / (conjunção): que; para que; a fim de que.

<sup>1118</sup> continuo (advérbio): imediatamente depois; continuamente; seguidamente; sem interrupção.

<sup>1119</sup> inmutetur (2ª pessoa do singular do presente do subjuntivo passivo do verbo *immuto*): mudar; modificar.

<sup>1120</sup> tandem (advérbio mais a conjunção posposta *-que*): enfim; finalmente; no fim de contas; então; pois.

<sup>1121</sup> tantus, -a, -um (adjetivo triforme): tão grande; tamanho; considerável; tanto.

<sup>1122</sup> mutatio, -onis (substantivo): mudança; alteração; variação.

<sup>1123</sup> contingit (2ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *contingo*): tocar; atingir; encontrar; achar.

<sup>1124</sup> vt (advérbio): como; de que modo; assim como / (conjunção): que; para que; a fim de que.

<sup>1125</sup> omnino (advérbio): completamente; totalmente; inteiramente.

<sup>1126</sup> degenerat (2ª pessoa do singular presente do indicativo do verbo *degenero*): degenerar; alterar; mancar.

<sup>1127</sup> Vnde (advérbio): donde; de que; do qual; de quem; dos quais.

<sup>1128</sup> qui, quæ, quod (pronomes relativos): que; o qual; quem.

<sup>1129</sup> periit (2ª pessoa do singular do imperfeito do verbo *pereo*): passar por; perecer; morrer; arruinar-se; destruir-se.

<sup>1130</sup> iam (advérbio): agora; já; imediatamente; logo.

<sup>1131</sup> omnino (advérbio): completamente; totalmente; inteiramente.

<sup>1132</sup> Latinus, -a, -um (adjetivo triforme): [língua] Latina.

<sup>1133</sup> Italus (ou *Italus, -a, -um*, adjetivo triforme): da Itália; itálico.

<sup>1134</sup> nunc (advérbio): agora; atualmente; presentemente.

o mesmo que a outras coisas — alterar-se completamente com o uso, e a alteração chega a ser tal, que a linguagem degenera por completo e torna-se inteiramente diversa. De aí vem que já desapareceu por completo a antiga língua latina transformada no italiano vulgar de hoje (p. 100).

### Tradução nossa

E entre os latinos não é verdade [que] existem uma grande quantidade de palavras [que] caíram em desuso todos os dias e criam-se outras de novo? E o mesmo atinge a linguagem, e mesmo nas outras coisas, de modo que, o uso se modifica continuamente, enfim se encontra tanta mudança, que [a] degenera inteiramente e [a] torna-se diversa; donde é que destruiu-se já toda a antiga língua latina e [foi] transformada na linguagem vulgar da Itália.

Nesta **Lição 44**, Sanches retoma o debate das **Lições 42 e 43**, acrescentado que: “*Dictiones perpetuò corrumpūtur, alterātur, miscentur*” (SANCHEZ, 1581, p. 37) – “As palavras corrompem-se constantemente, alteram-se, confundem-se” (SANCHEZ, 1991, p. 100). Nesse sentido, há na língua latina, segundo o autor, muitas palavras que caíram no desuso – os *arcaísmos* – e outras tantas entraram no uso – *neologismos*, *empréstimos linguísticos* e *estrangeirismos*. Todos esses fenômenos de mudança linguística já foram comprovados por muitos autores (FARACO, 2008; SILVA NETO, 2004; COUTINHO, 1981; ILARI, 1999, 2018, entre outros).



A mesma lição ainda nos revela o pensamento de San-ches no que diz respeito à linguagem, que de acordo com ele, “Quid quòd perpetuò voces corrumpuntur” (SANCHEZ, 1581, p. 37) - “Há ainda a considerar o facto de as línguas se alterarem continuamente” (SANCHEZ, 1991, p. 100).

Parece-nos oportuno destacar que, a posição de San-ches— assim como também foi a de Fernão de Oliveira (1536) em sua *Grammatica de Lingoagem Portuguesa*— traz reflexões sobre a língua em uma perspectiva moderna, posição esta que ainda hoje é debatida nos círculos de estudos linguísticos da *Linguística História*: a mudança linguística das línguas.

Não podemos afirmar outra coisa senão dizer que San-ches tem em si o *germe* do pensamento neogramático/historicista, ainda que rudimentar. Não queremos, com isso, dizer que o cientista era um “neogramático”, ou “comparatista” ou “linguista” no sentido *stricto* do termo, mas que já tinha consciência de que as línguas mudavam através dos tempos, uma vez que sua hipótese de que a língua latina se transformou na língua vulgar itálica beira à realidade. Que o latim vulgar é, hoje, cada uma das línguas românicas, disso não há menor dúvida.

LIÇÃO 45 — Fragmento da obra (f. 39, linhas 8-12)

*Longius processimus, quam putaueram. Reuertor. Homi-  
num ipsorum quanta varietas etiam in specie? alicubi  
omnes breuissimi sunt, pygmaei dicti: alibi praergrandes,  
Gigantes: alij omnino nudi incedunt: vilosi alij, totoq;  
corpore capillati: quin alij omnino sermonis expertes fe-*

Transcrição paleográfica

Hominum<sup>1135</sup> ipsorum<sup>1136</sup> quanta<sup>1137</sup> varietas<sup>1138</sup> etiam<sup>1139</sup> in  
specie<sup>1140</sup>? alicubi<sup>1141</sup> omnes<sup>1142</sup> breuissimi<sup>1143</sup> sunt, pygmaei<sup>1144</sup>  
dicit<sup>1145</sup>: alibi<sup>1146</sup> praergrandes<sup>1147</sup>, Gigantes<sup>1148</sup>: alij<sup>1149</sup> omnino<sup>1150</sup>  
nudi<sup>1151</sup> incedunt<sup>1152</sup>: vilosi<sup>1153</sup> alij<sup>1154</sup>, totoq;<sup>1155</sup> corpore<sup>1156</sup> capil-  
lati<sup>1157</sup>:

<sup>1135</sup> homo, -omnis (substantivo): homem, gênero humano; pessoa; indivíduo.

<sup>1136</sup> ipse, -a, -um (adjetivo e pronome demonstrativo): o próprio; a própria.

<sup>1137</sup> quantus, -a, -um (adjetivo triforme): quão grande; que; quanto.

<sup>1138</sup> varietas, -tatis (substantivo): variedade; diversidade.

<sup>1139</sup> etiam (conjunção): agora ainda; ainda; agora; mesmo.

<sup>1140</sup> species, -ei (substantivo): espécie; aspecto; tipo.

<sup>1141</sup> alicubi (advérbio): em qualquer parte; em qualquer lugar.

<sup>1142</sup> omnis, omne (adjetivo biforme): toda; tudo.

<sup>1143</sup> breuissimi (superlativo formado pelo adjetivo triforme *brevis*, -e): curto; pequeno; breve.

<sup>1144</sup> pygmaeus, -a, -um (adjetivo triforme): pigmeu; anão; dos Pigmeus.

<sup>1145</sup> dicit (particípio do verbo *dico*): dizer; pronunciar; chamar.

<sup>1146</sup> alibi (advérbio): em um outro lugar; algures.

<sup>1147</sup> praergrandis, -e (adjetivo biforme): muito grande; enorme; colossal; descomunal.

<sup>1148</sup> giganteus, -a, -um (adjetivo triforme): gigantes.

<sup>1149</sup> alius, -a, -ud (pronome e adjetivo indefinido): outro.

<sup>1150</sup> omnino (advérbio): completamente; totalmente; inteiramente.

<sup>1151</sup> nudus, -a, -um (adjetivo triforme): nu; despido; sem roupa.

<sup>1152</sup> incedunt (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *incedo*): caminhar; andar.

<sup>1153</sup> villosus, -a, -um (adjetivo triforme): peludo; coberto de pelos.

<sup>1154</sup> alius, -a, -ud (pronome e adjetivo indefinido): outro.

<sup>1155</sup> rotus, -a, -um (adjetivo triforme): todo; inteiro.

<sup>1156</sup> corpus, -oris (substantivo): corpo; matéria; indivíduo; pessoa.

<sup>1157</sup> capillatus, -a, -um (adjetivo triforme): que tem cabelos; de comprida cabeleira.

### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

¿Cuánta variedad no se da dentro de la misma especie humana? En algunos lugares, los hombres son de cortísima estatura; son los llamados pigmeos. En otros son de una estatura enorme; son los gigantes. Unos andan completamente desnudos; otros son muy velludos, y tienen el cuerpo cubierto de pelos (p. 109).

### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

Quanta variedade não existe mesmo na espécie humana? Há terras onde são todos pequeníssimos: são os chamados pigmeus; há outras onde são todos muito altos: são os gigantes. Uns andam inteiramente nus; outros são peludos, têm cabelos em todo o corpo (p. 101).

### Tradução nossa

Quantas variedades dos próprios homens também existem na espécie? Em qualquer parte são todos pequeniníssimos, os chamados pigmeus; em outro lugar os muito grandes, [são chamados de] gigantes; outros andam inteiramente nus; outros peludos, têm cabelos em todo o corpo.

A **Lição 45** contém o pronome e adjetivo indefinido *alius*, *-a*, *-ud* grafado seguidamente *alȳ*, assim como se viu na **Lição 19**. Em outras lições vimos o mesmo tipo de acento, como em: *Pyrronȳ*(**Lição 16**), *Horatȳ*(**Lição 17**) e *poëtas*(**Lição 6**); no texto, ainda encontramos *studȳ*(fólio 81) e *dominȳ*(fólio 87).

A nossa hipótese inicial ainda permanece, salvo encontrarmos melhor juízo. Dissemos antes que as formas que apresentam um **-ÿsão** de origem românica, ou quem sabe, da língua grega, uma vez que aquela língua conserva o **-ÿ** tanto na escrita quanto também na pronúncia, mas com outro caractere.

Somado a isso, dizemos também que **-ÿ** substitui a utilização dos dois **-ii**, grafia comum nos casos nominativo masculino plural e dativo singular da segunda declinação. Assim sendo, se levarmos em consideração que **-ÿe-iitêm** pronúncias semelhantes, não seria impossível afirmar que tal emprego na escrita representa um recurso didático para conservação do modo como se devia pronunciar as formas.

Conforme disse Câmara Júnior (2011a), o uso do trema servia para indicar que a palavra continha um hiato, o que nesses exemplos com apenas um grafema parece não proceder. Porém, se levarmos em conta que onde consta um **-ÿ** seriam dois **-ii** então e onde consta um **-ë-** há uma vogal **-a-** ao lado, é perfeitamente cabível a definição do autor. Ou seja, o trema marca uma separação silábica.

Ainda sobre a grafias, notamos que o adjetivo triforme *vilosi* (que consta em dicionários: *villosus*, *-a*, *-um*) está grafado com apenas um **-l-**. Não pudemos identificar a razão para a elisão do grafema. Na *errata sic corrige* não houve menção ao fato, o que talvez indique que, ou não foi percebido, ou é um fato corriqueiro.

*verisimile videtur. Nihil tamē ambo scimus. Negabis  
forsan tales aliquos esse homines. Non contendam: sic a  
ali*

40 FRANC. SANCHEZ  
*aliis accepi: his sunt pleni antiquorum recentiorumque  
libri, nec impossibile videtur: quin & aliqui forsan  
sunt alij magis his à nobis diuersi in aliqua orbis parte,  
nobis nondum aperta, aut fuere, aut erunt. Quis enim*

### Transcrição paleográfica

Negabis<sup>1158</sup> forsán<sup>1159</sup> tales<sup>1160</sup> aliquos<sup>1161</sup> esse homines<sup>1162</sup>. Non contendam<sup>1163</sup>: sic<sup>1164</sup> ab aliis accepi<sup>1165</sup>: his<sup>1166</sup> sunt pleni antiquorum<sup>1167</sup> recentiorumque<sup>1168</sup> libri, nec<sup>1169</sup> impossibile<sup>1170</sup> videtur<sup>1171</sup>: quin<sup>1172</sup>& aliqui<sup>1173</sup> forsán<sup>1174</sup> sunt alij<sup>1175</sup> magis<sup>1176</sup> his à

<sup>1158</sup> negabis (2ª pessoa do singular do futuro imperfeito do verbo *nego*): negar.

<sup>1159</sup> forsán (advérbio): talvez; por acaso; por ventura.

<sup>1160</sup> talis, -e (pronome): tal; de tal qualidade; semelhante; parecido; igual.

<sup>1161</sup> aliquis, aliqui, aliqua, aliquid, aliquod (adjetivo e pronome indefinido): algum; alguém; alguma coisa.

<sup>1162</sup> homo, -ominis (substantivo): homem; pessoa.

<sup>1163</sup> contendam (1ª pessoa do singular do subjuntivo do verbo *contendo*): reclamar; reseter; estender; afirmar; sustentar; pretender.

<sup>1164</sup> sic (advérbio): assim; deste modo; a tal ponto; por isso.

<sup>1165</sup> accepi (1ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo do verbo *accipio*): receber; interpretar; entender; escutar.

<sup>1166</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>1167</sup> antiquus, -a, -um (adjetivo triforme): antigo; velha.

<sup>1168</sup> recentiorumque (formado pelo adjetivo biforme *recens*, -tis mais a conjunção posposta -que): novo; recente; moderno.

<sup>1169</sup> nec (conjunção): não; nem.

<sup>1170</sup> impossibilis, -e (adjetivo biforme): impossível; incapaz.

<sup>1171</sup> videtur (3ª pessoa do singular do presente do indicativo passivo do verbo *video*): ver; olhar; perceber.

<sup>1172</sup> quin (advérbio interrogativo): como não? Por que não? Que não / (conjunção): que.

<sup>1173</sup> aliquis, aliqui, aliqua, aliquid, aliquod (adjetivo e pronome indefinido): algum; alguém; alguma coisa.

nobis<sup>1177</sup> diuersi in aliqua<sup>1178</sup> orbis parte<sup>1179</sup>, nobis nondum<sup>1180</sup> aperta<sup>1181</sup>, aut<sup>1182</sup>\*fuêre<sup>1183</sup>, aut erunt<sup>1184</sup>.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

Acaso niegues que algunos de ésos sean hombres. No lo discutiré; así lo aprendí de otros. Los libros de los antiguos y los modernos están llenos de casos como los que he mencionado, y no parece imposible que la humanidad sea tan varia. Y hasta es posible que acaso se den otros hombres todavía mucho más distintos a nosotros en alguna parte del mundo que está aún sin descubrir. O quizá los hubo; o quizá los habrá (p. 110).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Dirás talvez que alguns de esses não são homens. Não discutirei: vendo essas coisas pelo preço por que as tenho; de elas estão cheios os livros dos antigos e dos modernos, e não parecem impossíveis. Talvez até que em alguma parte, ainda desconhecida da terra, existam, tenham existido ou venham a existir alguns ainda mais diferentes de nós do que esses (p. 102).

---

<sup>1174</sup> forsan (advérbio): talvez; por acaso; por ventura.

<sup>1175</sup> alius, -a, -ud (pronomes e adjetivo indefinido): outro.

<sup>1176</sup> magis (advérbio): mais.

<sup>1177</sup> nobis (pronomes pessoais de *ego*, *mei* em dativo/ablativo): nós.

<sup>1178</sup> aliquis, aliqui, aliqua, aliquid (adjetivo e pronome indefinido): algum; alguém; alguma coisa.

<sup>1179</sup> pars, partis (substantivo): parte.

<sup>1180</sup> nondum (advérbio): ainda não.

<sup>1181</sup> apertus, -a, -um (adjetivo triforme): aberto; descoberto.

<sup>1182</sup> aut (conjunção): ou; ou então.

<sup>1183</sup> A forma *fuere* não foi localizada nas tabelas de conjugações de que dispomos.

<sup>1184</sup> erunt (3ª pessoa do plural do futuro imperfeito verbo *esse*): ser; estar; haver; existir.

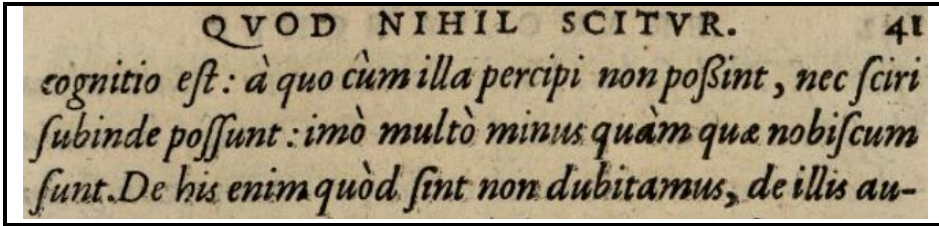
## Tradução nossa

Talvez tu negarás [que] tais outros [possam] ser homens. Não reclamarei; [pois] assim dos outros aprendi. Disto os livros dos antigos e dos recentes estão cheios, nem é impossível [de ser] percebido. Quem e, talvez algum, são mais diferentes que outros [ou] de nós em outras partes do mundo, [mas que] ainda não foram, ou serão descobertas.

Em nossa consulta a algumas tabelas de conjugações verbais (Cf. FARIA, 1958, p. 208; STOCK, 2000; BERGE; CASTRO; MÜLLER, 2001, p. 116-135; GARCIA, 2008, p. 138-161; GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 34-52;), conforme a conjugação verbal no tempo pretérito perfeito do subjuntivo do verbo *sum* temos: *fuerm*, *fuerm*, *fuerm*, *fuermus*, *fuermis* e *fuerm*. Não consta, assim, a forma *fuêre*.

Diferentemente do que ocorre com o verbo *struxêre*, na **Lição 31**, onde temos uma forma verbal irregular de 4ª conjugação, que admite que na 2ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do subjuntivo passivo possa conter um -ere final, sendo este -e é longo (“*audirêris*” ou “*audirêre*”, *apud* GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 52) daí talvez o uso do acento circunflexo no texto de Sanches, para marcar o alongamento da vogal.

LIÇÃO 47 — Fragmento da obra (f. 41, linhas 1-3)



Transcrição paleográfica

[...] à<sup>1185</sup> quo<sup>1186</sup> cùm<sup>1187</sup> illa<sup>1188</sup> percipi<sup>1189</sup> non possint<sup>1190</sup>, nec sciri<sup>1191</sup> subinde<sup>1192</sup> possunt<sup>1193</sup> : imò<sup>1194</sup> multò<sup>1195</sup> minus<sup>1196</sup> quàm<sup>1197</sup> quæ<sup>1198</sup> nobiscum<sup>1199</sup> sunt.

Tradução espanhola - Mellizo (1977)

[...] y como por mediode éstos no pueden percibirse aquellas cosas, tampoco pueden saberse. Parece que hay menos dificultad en conocer lo que está en nosotros, ya que, por lo menos, no dudamos de su existencia [...](p. 112).

<sup>1185</sup> à (*a, ab, abs*, preposição que rege ablativo): de; dos arredores de; do lado de; desde; a partir de (indica, geralmente, afastamento).

<sup>1186</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>1187</sup> cùm (preposição/conjunção): no momento em que; com; quando; logo que; embora.

<sup>1188</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>1189</sup> percipi (1ª pessoa do singular do perfeito do indicativo do verbo *percipio*): apoderar-se de; tomar posse de; ouvir; perceber.

<sup>1190</sup> possint (3ª pessoa do plural do presente do subjuntivo do verbo *possum*): poder; ser capaz; ter poder.

<sup>1191</sup> sciri (1ª pessoa do perfeito do indicativo do verbo *scia*): saber; conhecer; ter conhecimento.

<sup>1192</sup> subinde (advérbio): imediatamente depois; em seguida; frequentemente.

<sup>1193</sup> possunt (3ª pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *possum*): poder; ser capaz; ter poder.

<sup>1194</sup> imus, -a, -um (adjetivo): que está em baixo; que está no fundo; que fica na extremidade; último.

<sup>1195</sup> multus, -a, -um (adjetivo triforme): numeroso; muito.

<sup>1196</sup> minus (advérbio): menos; muito pouco.

<sup>1197</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>1198</sup> qui, quæ, quod (pronome relativo): que; o qual; quem.

<sup>1199</sup> nobiscum (pronome pessoal *nobis* mais a preposição *cum*): conosco.



## Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

[...] e assim aquelas coisas, não podendo ser percebidas, também não podem ser sabidas: com certeza que muito menos pode haver conhecimento a respeito de elas do que a respeito das que nos rodeiam.

## Tradução nossa

[...] de que com aquelas [coisas] não podem se perceber, nem se podem saber imediatamente; muito menos a última que estão conosco.

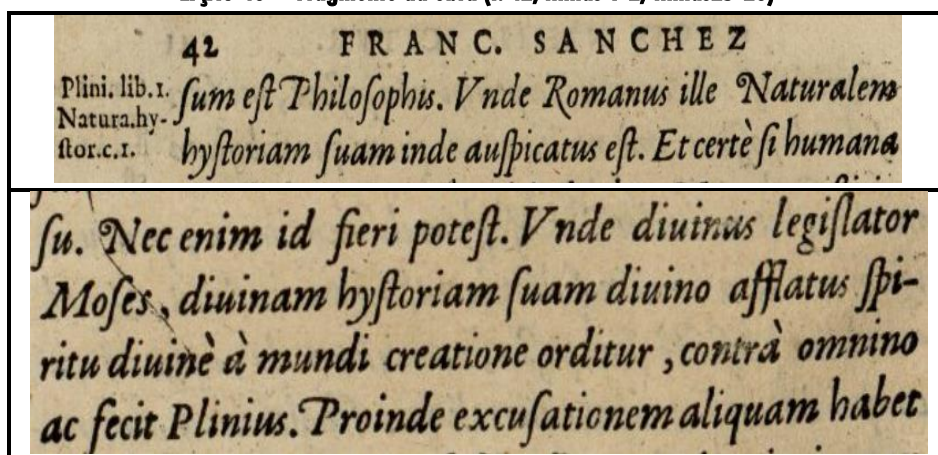
Vimos em muitas outras lições exemplos de amostras em que se veem variados acentos (agudos, circunflexos, tremas, til e, o mais um dos mais frequentes, o grave), nesta **Lição 47**, se percebe claramente que os usos dos acentos visa, acima de tudo, indicar a correta pronúncia das formas, ou pelos orientar os leitores ao modo como deve pronúnciá-las seguindo um ritmo. Vejamos a mesma lição, mas com destaques: “àquo cùmilla percipi non possint, nec sciri subinde possunt : imò multò minus quàmquæ nobiscum sunt” (SANCHEZ, 1581, p. 41).

Nas cinco formas destacadas, notamos o indicativo de *tom atenuado*, ou seja, *deabaixamento da voz por causa do acento grave*. Se fosse de elevação da sílaba, usar-se-ia o acento agudo. Na maioria dos dicionários, registram-se as formas com acento de quantidade silábica (longas com *mácron*, e breves com *bráquia*). Em relação aos exemplos, temos átonas: a preposição “cum”, a preposição “a”, o adjetivo “imo”, o advérbio “quam” e, por úl-

timo, a segunda sílaba do adjetivo “multo” é breve, já que a primeira é longa.

Queremos, com isso, dizer que a acentuação presente no texto é um *recurso didático* e não meramente figurativo. Nos arriscamos a firmar, mediante a revisão histórica que fizemos do uso do latim na época da confecção do texto, que a língua estava restrita à escrita. Portanto, o texto de Sanches foi escrito para não falantes do latim e, por essa razão, necessitava de marcações que auxiliassem em sua leitura. Os diacríticostêm esse propósito.

**LIÇÃO 48 — Fragmento da obra (f. 42, linhas 1-2; linhas25-28)**



**Transcrição paleográfica**

**LIÇÃO 48A:**

Vnde<sup>1200</sup> Romanus<sup>1201</sup> ille<sup>1202</sup> naturalem<sup>1203\*</sup> hystoriam<sup>1204</sup> suam<sup>1205</sup> inde<sup>1206</sup> auspicatus<sup>1207</sup> est.

### LIÇÃO 48B:

Vnde<sup>1208</sup> diuinus<sup>1209</sup> legislator<sup>1210</sup> Moses<sup>1211</sup>, diuinam hystoriam suam diuino afflatus<sup>1212</sup> spiritu diuinè à mundi<sup>1213</sup> creatione orditur<sup>1214</sup>, contrà<sup>1215</sup> omnino<sup>1216</sup> ac fecit<sup>1217</sup> Plinius<sup>1218</sup>.

### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

### LIÇÃO 48A:

De ahí tomó el romano Plinio fundamento su *Historia Natural* (p. 113, grifo do tradutor).

### LIÇÃO 48B:

---

<sup>1200</sup>Vnde (advérbio): donde; de que; do qual; de quem; dos quais.

<sup>1201</sup> romanus, -a, -um (adjetivo triforme): romano.

<sup>1202</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>1203</sup> naturalis, -e (adjetivo biforme): natural; de nascimento; inato; relativo à natureza.

<sup>1204</sup> A forma hystoriam não foi localizada nos dicionários de que dispomos.

<sup>1205</sup> suus, -a, -um (adjetivo e pronome possessivo): seu; sua; os seus.

<sup>1206</sup> inde (advérbio): de lá; daí; desse lugar; desde então; desde esse momento.

<sup>1207</sup> auspicatus, -a, -um (particípio do verbo auspico): consagrado pelos auspícios; sagrado; favorável.

<sup>1208</sup>Vnde (advérbio): donde; de que; do qual; de quem; dos quais.

<sup>1209</sup> divinus, -a, -um (adjetivo triforme): divino; maravilhoso; admirável.

<sup>1210</sup> legislator, -oris (substantivo): legislador.

<sup>1211</sup> Mōsēs, -is (substantivo): "Moisés, profeta, legislador e chefe dos judeus" (FARIA, 1962, p. 623).

<sup>1212</sup> afflatus, a-, -um (particípio do verbo affari): invocado; dirigido.

<sup>1213</sup> mundus, -i (substantivo): mundo; universo; terra.

<sup>1214</sup> orditur (3ª pessoa do singular do presente do indicativo passivo do verbo depoente *ordior*): começar a tecer; começar; principiar.

<sup>1215</sup> contrà (advérbio e preposição): em frente; face a face; ao contrário; contrariamente.

<sup>1216</sup> omnino (advérbio): completamente; totalmente; inteiramente.

<sup>1217</sup> fecit (3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo): fazer; produzir; exercer.

<sup>1218</sup> Plínio, -i (substantivo): Plínio, "nome de várias pessoas, entre as quais Plínio, o Jovem, escritor latino" e Plínio, "o Velho, cientista e erudito romano, falecido na erupção do Vesúvio de 79" (FARIA, 1962, p. 761).

Y así el divino legislador Moisés (*Genes. I*) urde su divina historia desde la creación del mundo, inspirado por el espíritu divino, al contrario de como lo hizo Plinio (p. 114, grifos do tradutor).

### Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

#### LIÇÃO 48A:

É por isso que Plínio começa por aí a sua *História natural*(p. 104, grifo do tradutor).

#### LIÇÃO 48B:

É por isso que o divino legislador, Moisés, tocado da inspiração divina, começa a sua divina história na criação do mundo, inteiramente ao contrário do que fez Plínio (p. 105).

### Tradução nossa

#### LIÇÃO 48A:

Donde daí [que] o romano havia consagrado a sua história natural.

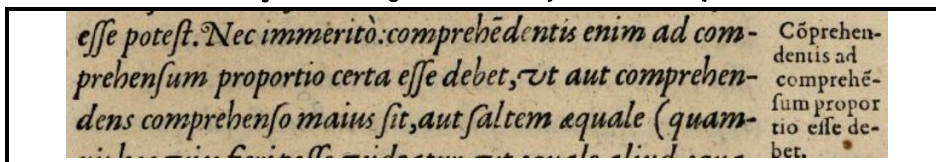
#### LIÇÃO 48B:

Donde o divino legislador Moisés, dirigido pelo divino do espírito divino, começa a tecer a sua divina história na criação do mundo, inteiramente contrário ao [que] fez Plínio.

A forma *hystoriam* não foi identificada nos dicionários de que dispomos grafada com **-y-**na primeira sílaba, mas com um **-i-**, neles constam apenas a grafia *historia*, *-ae* como sendo uma palavra que pertence a 1ª declinação, que se traduz por: “1. história, o gênero histórico; 2. obra histórica, exposição histórica, narrativa histórica ou fabulosa, narração, conto, fábula; 3. Investigação; 4. historietas, frioleiras, bagatelas, mexericos” (DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS, 2001, p. 322). Mesma grafia confirmada em outros dicionários (Cf. FARIA, 1962, p. 452). Até quando um dicionário destaca que esta palavra é originária da língua grega, *ιστορία*, a grafia *historia* é mantida (Cf. OXFORD, 1968, p. 799).

De princípio, chegamos a pensar que se tratava um mero “erro” de grafia, porém dois fatos nos levaram a entender o contrário: não houve qualquer destaque sobre isso na *errata sic corrige*, o que nos permitiu a hipótese de que era um fato correto, portanto, normal na escrita; a repetição da forma (note que nas **Lições 48A** e **48B** a mesma grafia permanece, há outras repetições no texto, como na abreviação presente na nota lateral “Plini. Lib. I. Natura.hi-stor.c.I”), inclusive, nessas duas amostras das lições, trata-se de mesmo caso (acusativo singular).

## LIÇÃO 49 — Fragmento da obra (f. 43, linhas 6-8)



### Transcrição paleográfica

Nec<sup>1219</sup> immeritò<sup>1220</sup>: comprehēdentis<sup>1221</sup> enim<sup>1222</sup> ad comprehensum<sup>1223</sup> proportio certa esse debet<sup>1224</sup>, vt<sup>1225</sup> aut<sup>1226</sup> comprehendens<sup>1227</sup> comprehenso<sup>1228</sup> maius sit<sup>1229</sup>, aut saltem<sup>1230</sup> æquale<sup>1231</sup>.

### Tradução espanhola - Mellizo (1977)

Y se explica que así ocurra: pues debe haber cierta proporción entre el que comprende y lo comprendido, de modo que el que ha de comprender sea mayor que lo comprendido, o, cuando menos, igual (p. 115).

<sup>1219</sup> nec (conjunção): não; nem.

<sup>1220</sup> immeritò (advérbio): injustamente; sem razão.

<sup>1221</sup> comprehēdentis, -dētis (substantivo de 3ª declinação): compreendente.

<sup>1222</sup> enim (conjunção demonstrativa): pois; pois que; porque; porquanto; com efeito.

<sup>1223</sup> comprehensum, -a, um (partícipio do verbo *comprehēdo*): compreendido.

<sup>1224</sup> debet (3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo do verbo *debeo*): dever; ser devedor; ter obrigação.

<sup>1225</sup> vt (advérbio): como; de que modo; assim como / (conjunção): que; para que; a fim de que.

<sup>1226</sup> aut (conjunção): ou; ou então.

<sup>1227</sup> comprehēdentis, -dētis (substantivo de 3ª declinação): compreendente.

<sup>1228</sup> comprehensum, -a, um (partícipio do verbo *comprehēdo*): compreendido.

<sup>1229</sup> sit (3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo do verbo *sum*): ser; estar; haver; existir.

<sup>1230</sup> saltem (advérbio): ao menos; pelo menos; se não.

<sup>1231</sup> æqualis, -e (adjetivo): igual; uniforme.

## Tradução portuguesa - Vasconcelos (1991)

E assim deve ser, pois do compreendente para o compreendido deve haver uma relação certa, de modo que o compreendente seja maior que o compreendido, ou pelo menos igual (p. 105).

## Tradução nossa

Pois sem razão: pois o compreendente para o compreendido deve ter a mesma proporção, assim como o compreendente deve seja maior [que] o compreendido, ou ao menos igual.

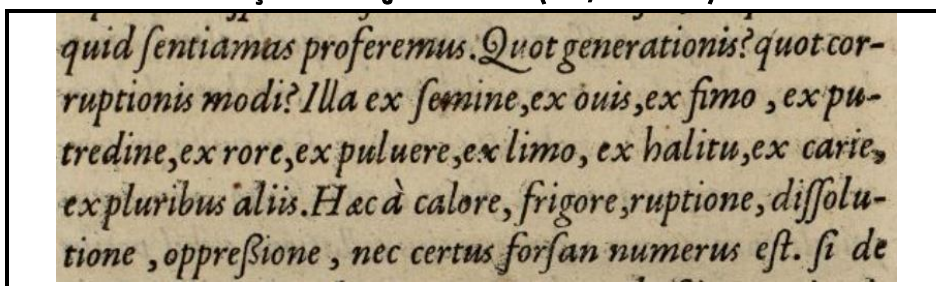
Nesta **Lição 49** vemos um recurso frequentemente utilizado por Sanches ao longo da obra: o jogo de palavras baseada na similaridade entre formas, com isso, o autor põe no mesmo plano formas morfológicamente próximas, causando um efeito de sentido ou ambíguo ou até mesmo para causar o riso no leitor. Já apontamos igual recurso na **Lição 30**, quando Sanches se utiliza de analogia entre as formas verbais *\*cogitasti* (derivada do verbo *cogito*) e *eapprehendisti* (que seguia o paradigma da segunda conjugação) e *\*comprehendisse*, (cuja conjugação deveria se enquadrar no tempo verbal mais-que-perfeito do subjuntivo).

Diremos mais, as formas verbais *\*comprehēdentis* e *\*comprehendens* (substantivos) soam com *oneologismos*, cuja morfologia seria *\*comprehendens, -dentis* (um substantivo de 3ª declinação, que se traduz segundo versão do texto de português e espanhol por: “compreendente”).

Vale ressaltar, ainda, que *\*comprehēdentis*, assim como vimos em *comprehēdi*, contém uma *abreviação consinal de sig-*

*nificado fixo*, em que se utiliza um til ( ~ ) (SILVEIRA BUENO, 1946; FLEXOR, 2008) sobre a vogal **-e-**, sinalizando a sua nasalidade. Além disso, na nota lateral vemos *cōprehendentis* e *comprehēsum*, o que nos mostra que o uso de abreviaturas, nessa passagem, não segue qualquer padrão de uso, ora se abrevia, sem razão alguma, ora se abrevia para economizar espaço no fólho, motivação que por si só a tornaria irrelevante, já que há menos abreviaturas do que seria de fato necessário para “economizar”.

#### LIÇÃO 50 — Fragmento da obra (f. 44, linhas 9-13)



#### Transcrição paleográfica

Quot<sup>1232</sup> generationis<sup>1233</sup>? quot corruptionis<sup>1234</sup> modi? Illa<sup>1235</sup> ex<sup>1236</sup> semine<sup>1237</sup>, ex ouis<sup>1238</sup>, ex fimo<sup>1239</sup>, ex putredine<sup>1240</sup>, ex ro-

<sup>1232</sup> quot (pronome interrogativo): quanto.

<sup>1233</sup> generatio, -onis (substantivo): geração; raça; família; reprodução.

<sup>1234</sup> corruptio, -onis (substantivo): alteração; deterioração; corrupção; depravação.

<sup>1235</sup> ille, illa, illud (pronome demonstrativo): ele; ela; o; a; aquele; aquela; aquilo.

<sup>1236</sup> ex (e, ex, ec, preposição que rege ablativo): de, do interior de; procedente de; entre; desde.

<sup>1237</sup> semen, -enis (substantivo): semente.

<sup>1238</sup> ovum, -i (substantivo): ovo.

<sup>1239</sup> fimum, -i / fimus, -i (substantivo): estrume; lama; lodo.

<sup>1240</sup> putredo, -inis (substantivo): putrefação; corrupção; podridão.



re<sup>1241</sup>, ex puluere<sup>1242</sup>, ex limo<sup>1243</sup>, ex halitu<sup>1244</sup>, ex carie<sup>1245</sup>, ex pluribus<sup>1246</sup> aliis<sup>1247</sup>. Hæc<sup>1248</sup> à<sup>1249</sup> calore<sup>1250</sup>, frigore<sup>1251</sup>, ruptione<sup>1252</sup>, dissolutione<sup>1253</sup>, oppresione<sup>1254</sup>, nec<sup>1255</sup> certus<sup>1256</sup> forsan<sup>1257</sup> numerus<sup>1258</sup> est.

### Tradução espanhola – Mellizo (1977)

¿Cuántos modos hay de generación? ¿Cuántos de corrupción? Aquella puede tener lugar a partir de la semilla, del huevo, del estiércol, de la putrefacción, del rocío, del polvo, del aliento, del limo, de la podredumbre, y de otras muchas cosas. En cuanto a la corrupción, ésta puede venir del calor, del frío, de la disrupción, de la disolución, de la opresión, y de un sinfín de cosas más, cuyo número desconocemos (p. 117).

### Tradução portuguesa – Vasconcelos (1991)

Quantos modos há de geração? Quantos de corrupção? A primeira pode vir da semente, dos ovos, do estrume, da podridão,

<sup>1241</sup> ros, roris (substantivo): orvalho; líquido que cai.

<sup>1242</sup> pulvis, -eris (substantivo): poeira; terra.

<sup>1243</sup> limus, -i (substantivo): lama; lodo; fezes.

<sup>1244</sup> halitus, -us (substantivo): sopro; exalação; vapor; emanação; hálito; respiração.

<sup>1245</sup> caries, ei (substantivo): podridão.

<sup>1246</sup> pluribus (plural do comparativo plus, pluris): maior quantidade; melhor; mais numerosos; um número maior de; vários; bastante numerosos.

<sup>1247</sup> alius, alia, aliud (pronome indefinido): outros.

<sup>1248</sup> hic, haec, hoc (pronome demonstrativo): este; esta; isto; esse; essa; isso.

<sup>1249</sup> à (*a, ab, abs*, preposição que rege ablativo): de; dos arredores de; do lado de; desde; a partir de (indica, geralmente, afastamento).

<sup>1250</sup> calor, -oris (substantivo): calor; febre; zelo.

<sup>1251</sup> frigor, -oris (substantivo): frio; arrepio.

<sup>1252</sup> ruptio, -onis (substantivo): fratura; rompimento; arrombamento.

<sup>1253</sup> dissolutio, -onis (substantivo): dissolução; destruição; ruína; aniquilamento.

<sup>1254</sup> oppressio, -onis (substantivo): opressão; esmagamento; destruição; violência.

<sup>1255</sup> nec (conjunção): não; nem.

<sup>1256</sup> certus, -a, -um (adjetivo triforme): decidido; certo; sincero; fiel.

<sup>1257</sup> forsan (advérbio): talvez; por acaso; por ventura.

<sup>1258</sup> numerus, -i (substantivo): número.

do orvalho, do pó, do lodo, do hálito, da cárie, e de muitas outras coisas; a segunda, pode fazer-se pelo calor, pelo frio, pela fractura, pela separação, pela compressão, e por muitos modos ainda cujo número se não sabe talvez ao certo (p. 106).

### Tradução nossa

Quantos [modos há] de geração? Quantos modos de corrupção? Aquela [pode vir] da semente, dos ovos, da lama, da putrefacção, do orvalho, da poeira, do lodo, do sopro, da podridão, de várias outras coisas. Esta [pode vir] do calor, do frio, da fratura, da ruína, da destruição, talvez nem é certo o número.

Nesta última lição, temos, mais uma vez, outra comprovação que o texto de Sanches apresenta marcas de vulgarismos comuns ao *latim vulgar*: o amplo uso de preposições. Como vimos antes, a utilização de preposições (tanto para o caso acusativo, mais raras, quanto para as do caso ablativo, mais frequentes) pode indicar o *analitismo* das construções linguísticas.

Nas passagens em que se veem preposições, há menor uso das desinências de caso. Reforçamos isso como base no que dizem Garcia e Ottoni de Castro (2010), que afirmam que a preposição é uma partícula invariável, externa e subordinante, que rege ambos os casos mencionados, habilitando as formas regidas a exercerem a *função adverbial*. Com isso, o substantivo regido, por exemplo, recebe uma atribuição sintática, igualmente ao papel desempenhado pela desinência.

Como se sabe, o caso *ablativo* já exerce essa função. O acréscimo de uma preposição torna-se redundante, pois com

ela, sua função é somente especificada e não alterada. Por outro lado, com o acusativo mais uma preposição, a função passa de *objeto direto* (*complemento verbal*) para a *deadjunto adverbial*, ou seja, há alteração de significado. Enfim, “as desinências causais e as preposições atingem o mesmo objetivo” (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010, p. 117).

Nesta **Lição 50**, queremos destacar o uso de duas preposições. Vamos rever lição com destaques, um nas preposições e outro nas desinências de ablativo das palavras regidas: “*Quot generationis? quot corruptionis modi? Illa ex semine, ex ouis, ex fimo, ex putredine, ex rore, ex puluere, ex limo, ex halitu, ex carie, ex pluribus aliis. Hæc à calore, frigore, ruptione, dissolutione, oppressione, nec certus forsan numerus est*” (SANCHEZ, 1581, p. 44).

A primeira preposição é *ex*, que tem pelo menos três formas de grafia: *e*, antes de palavras iniciadas por consoantes; *ex*, antes de palavras iniciadas por vogais; *ec*, como prefixo (DICIONÁRIO PORTUGUÊS-LATIM, 2001, p. 243). A segunda é *a*, também com três formas de grafia: *a*, com palavras iniciadas por consoantes; *ab*, com palavras iniciadas por vogais; *abs*, como prefixo (DICIONÁRIO PORTUGUÊS-LATIM, 2001, p. 11).

Na lição aqui comentada, e em muitas outras, essa regra das diferentes grafias não é seguida. Parecem abundar exemplos apenas com *a* e *ex* como se essas fossem as únicas formas de grafar ambas preposições. Não sabemos se isso ocorre em virtude de um uso generalizado – o que é provável – ou se havia também a preocupação de se não confundir o uso de um “*e*”, preposição, com o “*&*”, conjunção aditiva, já que pouco se empregou a forma completa dessa conjunção que era *et*, além

disso, se viu muito o uso de partícula posposta *-que*, com mesmo valor funcional.

Outra compreensão que se depreende da lição é que enquanto o uso de *ex* aparece antes de todos os substantivos do fragmento, a preposição *a* só foi utilizada uma única vez, o que nos permite dizer que, nas outras vezes em que aquela preposição foi repetida, a mesma elisão poderia ter sido feita. Trata-se, sem dúvida, do emprego em excesso ou pelo menos expressivo de um estilo do autor.

## CONCLUSÕES

Chegamos, finalmente, às conclusões de nossa investigação. Trouxemos aqui um apanhado das descobertas feitas ao longo deste livro, de modo que o leitor possa compreender objetivamente o tema, as bases, as análises e quais foram seus desdobramentos. Salvo melhor juízo, que ora não se encontra diante de nós, exporemos nossas descobertas, em ordem de relevância.

Em nossa apreciação filológica e linguística da obra *Quod Nihil Scitur*, de Francisco Sanches, tivemos a oportunidade de observarmos o texto latino em sua plenitude, tanto no que diz respeito a sua estrutura interna, seus aspectos linguísticos — a *língua* — quanto à composição textual e gráfica — *acentuação* e *forma*.

As bases bibliográficas e historiográficas nos permitiram entender — dentro de suas possibilidades — informações biográficas do autor e particularidades de sua obra e, de certa maneira, a história da composição dela, seus detalhes ortográficos e vocabulários, assim como os aspectos linguísticos (lexicais, morfológicos, sintáticos e semânticos) por meio de uma análise de fragmentos previamente selecionados. Sem isso, não teríamos como apreciar os pormenores tipográficos do texto, especialmente no tocante ao aspecto gráfico do texto: *diacríticos*, *signos gráficos* e *grafemas*.

A análise factual da versão fac-similada portuguesa (QNSS-BNP) só pôde ser realizada após a análise comparativa

entre as três versões avaliadas pelo estudo, tendo como base o princípio já estabelecido há muito na *Crítica Textual*, da *lectio melior potior*. Aliado ao estabelecimento do *corpus* e estudo das indicações da errata, vimos que a união entre bases teóricas oriundas da *Filologia Românica*, *Linguística Histórica* e *Ecdótica* foram essenciais para uma investigação panorâmica do *romance*, e mais particularmente, para a compreensão da importância do *ibero-romance*, tido aqui como um elemento influenciador no texto sancheano.

A partir de nossa averiguação, pudemos compreender que o *ibero-romance* exercia influência através de *adstratos*, *substratos* e *superstratos românicos* (ou para utilizamos nosso conceito, através do *panstrato*) que penetraram no *latim vulgar* falado na península ibérica, quer seja no léxico, quer seja na estrutura sintática ou até na pronúncia das formas. E isso, certamente, se refletiu também na escrita, que por muito tempo foi imprecisa e confusa, até a *gramatização das línguas*, no dizer de Auroux (2009).

A imprecisão ortográfica das línguas neolatinas contribuiu para uma fissura entre o que se escreviam e a maneira como se liam os textos. O caráter conservador da escrita se distanciava cada vez mais de uma oralidade fluida que mudava progressivamente. Além disso, muitas vezes, um mesmo texto — quer românico, quer latino — podia ser lido por falantes distintos de modos diversos, cada um à sua maneira. O texto de Sanches não estava imune a esse problema.

Buscamos, na medida do possível, responder a primeira questão-problema: *Como o romance exerceu influência na escrita latina?* Para isso, buscamos evidenciar que a obra de Sanches, assim como deve ter ocorrido com outras obras no mesmo perí-

odo, já apresentava uma escrita influenciada pela oralidade não só pela imprecisão e variação ortográfica, mas também pelas diferenças na pronúncia.

É certo que seria impossível o emprego de um *latim culto* (sem nenhum vestígio de vulgarismos) nessa obra ou em quaisquer outras, em meio a difusão que houve de um *latim vulgar*, geralmente, falado por povos diversificados, (ex.: ibéricos, moçárabes e povos bárbaros) que antes adotaram o latim como língua materna ou que recusaram-na, adotando o grego, o árabe ou outras línguas, mas que com a latina faziam contato direto, influenciando-a. O latim do tempo de Sanches era profundamente alterado.

De certa maneira, dizemos que o texto latino do autor, em pleno século XVI, já antecipava uma escrita em que se viam formas tanto vulgares quanto românicas (vejam-se a nível de destaque o exemplo de “*bella*” na Lição 06 e em que a forma é originária do populacho, portanto, do *latim vulgar* e não do *sermo urbanus*). É preciso, contudo, ressaltar que a escrita do autor teve um caráter mais didático do que normativo, uma vez que não era esse segundo princípio que o norteava.

O gênero carta do qual ele fez uso, permitiu-lhe em tom mais próximo ao leitor, esclarecer a sua concepção de ciência, em uma linguagem menos rebuscada, bem distante do que fazia Cícero em seus discursos no senado romano e até mesmo nas cartas pessoais. Como vimos, a carta filosófica sancheana tinha como maior objetivo explicar os princípios do *Ceticismo*. O autor fazia uso de uma linguagem que mais refletia a oralidade, ou seja, tomava o *modo de falar românico* como modelo de língua. Nos arriscamos a afirmar que o autor buscou remover a *obscuridade* que permeava a língua latina na escrita, haja vista que

poucos a dominavam com fluência na oralidade. Muitos eruditos na época em que o autor viveu, na verdade, dominavam a escrita muito mais que a fala, pois já não havia mais nativos há muito tempo e, também, não havia a necessidade de se comunicarem em latim.

A tentativa de aproximação entre o falar românico e o uso de um latim escrito-didático favoreceu a leitura do texto por parte dos discípulos e leitores de Sanches. Estes e aqueles podiam fazer a pronúncia do texto com maior desenvoltura, graças a acentuação – e supressões ou reduções morfológicas – postas sobre os vocábulos de difícil pronúncia, e graças a uma ordem sintática mais direta, o que facilitava o aprendizado via comparação com as línguas românicas. Os acentos na obra tiveram um caráter *prosódico* – didático, portanto – não normativo.

Compreendemos que, de fato, o emprego de um *latim romanceado* em uma carta teria menos rigor gramatical, uma vez que se tratava de uma expressão pessoal mais próxima ao falante/leitor do romance do que a um romano dos tempos de Roma imperial. Daí que o tom particular que Sanches utilizou tem muito a ver com as escolhas lexicais um tanto mais *vulgares* possíveis que fez, com o intuito de clarear a sua mensagem, sem o burilado do *sermo urbanus*.

Com essa perspectiva, os “erros” lexicais/gramaticais evidenciados na *errata sic corrige* podem e devem ser vistos não como falhas de ordem textual – nem mesmo como falhas tipográficas – cometidas pelo autor, mas talvez, como indicativos de que Sanches empegou uma linguagem popular, de fácil compreensão a qualquer letrado. Tais formas podem ser percebidas como escolhas lexicais ou gramaticais propositais, dada a



natureza das motivações pessoais do autor. Como sabemos, ele era um cientista e, ao mesmo tempo, um renascentista, que via a linguagem como um meio de buscar o conhecimento, por isso ela devia ser fluida, livre de amarras.

O autor não era apenas contra os aristotélicos, como também fazia frente ao purismo ortodoxo de uma linguagem rigorosamente gramatical, como faz questão de deixar explícito na *epistola ad lector* (SANHEZ, 1581, p. IV), em que ressalta que suas palavras diferem das do orador *Cícero*, ao mesmo tempo em que critica o estilo “ataviado e polido”, pois para ele, certas escolhas de palavras “obscuras” poderiam interferir na revelação da *verdade*.

Percebemos que a correção gramatical ficou somente na *errata*, pois o texto nas três edições que tivemos acesso, permanecia com tais aparentes incongruências, sem nenhuma alteração. Contudo, devemos também apontar que não conseguimos identificar se as marcações presentes na edição portuguesa foram feitas pelo próprio autor, ou se foram providenciadas por um editor purista, a pedido do autor ou contrário a ele, com o intuito de “corrigir” o texto. Não há registro da autoria dessa página (que inclusive não é paginada e fica em fólio isolado), o que implica que nossa avaliação e cogitações são hipotéticas, que isso fique claro!

Na segunda questão-problema, cogitávamos sobre a seguinte possibilidade: *O texto de Sanches pode servir como fonte de estudo do latim medieval-bárbaro?*

Pressupúnhamos e ainda o mantemos o mesmo raciocínio, de que a obra de Sanches foi escrita em um *latim medieval-bárbaro*, em que aparecem marcas da oralidade vindas do *iberoromance*. Esse latim, como vimos, foi empregado em textos escri-

tos durante a Idade Média ao Renascimento por copistas, gramáticos, filósofos, matemáticos, humanistas, cientistas, etc. Tratava-se, assim, de uma variedade linguística que herdou a base gramatical do *latim clássico* somadas as variações linguísticas presentes no *latim vulgar*, enriquecido com elementos do léxico românico e suas criações linguísticas (neologismos, estrangeirismos, empréstimos e outros processos de formação de palavras).

Nesse sentido, a obra de Sanches tem sua utilidade assegurada, uma vez que dela se podem depreender variadas amostras passíveis de comparações com as formas clássicas, inclusive com a presença de formas não dicionarizadas, o que sinaliza que podem ser vulgares ou, ainda, originárias do *romance*. O texto se coloca como fonte de pesquisa sobre o *latim vulgar*. Nele se apresenta uma série de metaplasmos, que vão desde reduções morfológicas de vogais ou consoantes a abreviações de sílabas inteiras. Há muitas amostras de vulgarismos tais como se encontra no *Corpus Glossariorum Latinorum*, *Corpus Inscriptio-num Latinarum*, glosa de Reichenau e *Appendix Probi*, além de inúmeras *abreviações com sinais de significado fixos*, *abreviações com sinais de significado relativo*, *abreviações por suspensão ou apócope*, como sinalizam Silveira Bueno (1946) e Flexor (2008). As muitas abreviações encontradas indicam que não há precisão ou regularidade desses usos. Contudo, são muitas amostras abreviadas, talvez seja pelo fato de isso ter se tornado frequente com o advento de uma regularização da ortografia através da gramatização das línguas românicas.

Discutimos, também, sobre a força exercida pelas línguas românicas frente ao uso do latim (escrito). Nos séculos XV e XVI, por mais que o latim ainda gozasse do prestígio que o assegu-

rou por tantos séculos, os variados *romances* estavam assumindo o *status* de *línguas nacionais*. Daí que passaram a exercer domínio onde antes era lugar exclusivo do latim, primeiramente com o aparecimento de pequenas composições literárias (ex.: trovas, cantigas, poemas menores, autos, etc.), depois com a escrita de composições literárias de maior porte (ex.: a epopeia de *Camões* e as gramáticas de línguas neolatinas), em seguida, com a escrita de documentos jurídicos ou notoriais (ex.: testamentos, escrituras, atas, etc.) e, finalmente, os dialetos românicos assumiram a posição de línguas nacionais e oficiais em nações que não mais utilizariam o latim, exceto em ritos católicos não ortodoxos. E foi nesse *clima de época* em que a obra de *Sanches* foi escrita. Seria difícil imaginar um quadro mais propício para a influência do *ibero-romance* na escrita de uma obra de um autor de origem românica.

Por fim, resta ainda terceira questão-problema que foi proposta no início dessa pesquisa: *Quais as marcas do ibero-romance são identificáveis no texto latino da obra de Sanches?* Vamos sintetizá-la aqui.

Vimos nas análises das lições (e em outras amostras que aqui não foram postas, que o texto segue as regras estruturais elementares do latim em uma modalidade culta (a regra **S-O-V** é mantida na maior parte das sentenças analisadas), porém, à medida que o texto avança, há muitas passagens com uma linguagem mais leve, menos estilizada (adotando regras do tipo **S-V-O**, originária do romance).

O texto chega a ter passagens “cômicas”, deixando de lado o uso formal da linguagem para dar lugar ao fato “nu”, a ordem direta dos constituintes fica evidente em muitas passagens analisadas. Estamos cientes de que o *latim bárbaro* (do qual

advém o *medieval-bárbaro*) é, prioritariamente, escrito. Todavia, com a leitura do texto, é possível perceber certa relação com as línguas românicas, ao passo que o texto se mostra menos rígido e mais fluido, em suma, mais comunicativo.

Além da ordem sintática **S-V-O** que reflete mais as línguas românicas que a latina, há uma utilização expressiva de preposições, o que permitiu dar as sentenças maior flexibilidade nas relações sintagmáticas. Isso diferente em muito do *latim clássico*, uma vez que nessa outra modalidade, a posição dos constituintes na sentença seguia a índole da língua e o uso dos conectivos era mais restrito, pois abundavam os casos.

O *latim clássico* possuía morfologia rica, com as desinências de caso indicando as mais variadas funções sintáticas. Já no *latim vulgar*, ao passo que se utilizava mais preposições (isto é, mais formas) para indicar as mesmas funções, não havia a necessidade de variados casos, bastava adequar um ou dois casos com inúmeras preposições. Assim, elevava-se consideravelmente o número de formas em uma dada estrutura. O *ibero-romance*, enquanto estado de língua empregada na península ibérica, está na base da formação das línguas românicas dessa região, em especial a espanhola e a portuguesa. Daí que a ordem sintática, oriunda do romance, serviu de parâmetro para escrita desse *latim medieval-bárbaro* usado no texto da obra.

Vimos a necessidade de providenciarmos traduções literais para todas as lições, a fim de podermos evidenciar as diferenças em que há entre as traduções portuguesas e espanholas que, muitas vezes, não seguem o texto original (não só nos sentidos, mas também a organização frasal). Nossas traduções, aparentemente “quadradas” ao leitor desacostumado com esse tipo de abordagem, servem para mostrar a posição estrutural

dos elementos que compunham as orações, uma vez que buscamos manter as mesmas posições do texto latino, exceto quando a sintaxe do português exigia alterações.

É certo que texto foi escrito para ser lido, trata-se, assim, de uma carta instrutiva, para ensino de uma *filosofia cepticista*. Por alguma razão em particular, Sanches utilizou certos diacríticos indicativos de nasalidade, tonicidade e ápice da sílaba, etc. A prosódia do texto é demarcada por esses *sinais gráficos*, de modo que o leitor poderá seguir uma entonação próxima a fala do autor, seja ele fluente no latim ou não, a fim de orientar aos leitores o *modus operandi* da leitura do texto.

Há incontáveis exemplos com acentos no texto, com as mesmas grafias das que se vê na *Grammatica latina*, de Araujo (1627) e em cantigas medievais, apontadas por Massini-Cagliari (2007) e até em *Os Lusíadas*, de Camões (1572). A obra está em latim, mas segue acentuação românica.

Por fim, nos arriscamos a dizer que Sanches se utilizou de recursos estilísticos a fim de tornar seu texto algo de fácil acesso ao leitor, em sua maioria, desconhecedor da prosódia do latim culto. O cientista fez uma apropriação de características do romance para dar ao latim do texto as qualidades de um texto oral.

Esperamos que, através da divulgação desta obra, outros pesquisadores possam se apropriar das análises que fizemos, ampliando-as e aplicando-as a todo o texto e, por que não ao conjunto das *operae* de Sanches? O exame filológico e linguístico integral delas poderá trazer outros resultados, mais precisos, que podem complementar o que dissermos, ou até mesmo problematizá-los ou contestá-los. Questionar é preciso, assim já

dizia Sanches, jamais conformado com o que lhe era posto diante de si.

Estamos cientes que não esgotamos completamente os muitos exemplos que o texto traz, mas esperamos que nossas descobertas possam dar ao texto sancheano o devido lugar que merece, que é figurar entre as principais fontes de estudo do *latim medievo-bárbaro*, bem como do próprio *latim vulgar*.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Argumentação retórica na literatura epistolar da antiguidade. **EID&A - Revista eletrônica de estudos integrados em discurso e argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 166-187, jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/612/554>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ALMEIDA, Miguel Eugenio. Diplomata et chartae uma abordagem fonética no latim bárbaro. In: XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA. **Cadernos do CNLF**, vol. XV, n. 5, t. 1. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2011, p. 427-432.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**: curso único e completo. São Paulo: Saraiva, 2000.

ALONSO-CORTÉS, Ángel. **Lingüística**. Madrid: Cátedra, 2015.

ALTMAN, Cristina. Filologia e Lingüística - outra vez. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 6, p. 161-198, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/131307>. Acesso em 01 set. 2019.

ALVAR, Manuel. **La lengua como libertad y otros estudios**. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica do Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1982.

ANDERSEN, James M. **Aspectos estructurales del cambio lingüístico**. Versión española de José L. Melena. Madrid, Biblioteca Románica Hispánica/Editorial Gredos, 1973.

ANDRADE, Antonio Carlos Siqueira. **Filologia românica**. Rio de Janeiro: Universidade Castelo Branco (UCB), 2008.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência**: Filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ARAUIO, Domingos de. **Grammatica latina**: novamente ordenada, e conuertida em portugues pera menos trabalho dos que começã aprender. Em Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1627. Disponível em: <http://purl.pt/14015>. Acesso em: 25 mar. 2017.

ARAÚJO, Ruy Magalhães de. Fontes do latim vulgar. **Soletras**, ano III, n. 05 e 06. São Gonçalo: UERJ, 2003, p. 96-115.

ARAÚJO, Ruy Magalhães de. Expressões jurídicas latinas aplicadas ao cotidiano forense (pequeno dicionário comentado). **Revista Philologus**, ano 12, n. 34. Rio de Janeiro: CIFEFIL, jan./abr. 2006, p. 01-99.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo, São Paulo, Companhia das letras, 2012.

ARENS, Hans. **La Lingüística**. Sus textos y su evolución desde la Antigüedad hasta nuestros días. Citamos pela tradução espanhola de José M<sup>a</sup> Díaz-Regañón López. Madrid: Gredos, 1975, 2 vols.

ASSIS, Maria Cristina *et al.* (Org.). **História concisa da Língua Portuguesa**. 2.ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.



ASSIS, Maria Cristina *et al.* A pesquisa histórica da língua portuguesa. In: SOUZA, Maria Ester Vieira de; ASSIS, Maria Cristina (Orgs.). **Pesquisa em língua portuguesa: da construção do objeto à perspectiva analítica.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2011, p. 13-31.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização.** Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

AREÁN-GARCÍA, Nilsa. Breve histórico da península ibérica. **Revista Philologus**, ano 15, n. 45. Rio de Janeiro: CIFEFIL, set./dez. 2009, p. 25-48.

AREÁN-GARCÍA, Nilsa. A história e a evolução das línguas na Galiza, em Portugal e no Brasil. **Revista Philologus**, ano 17, n. 50. Rio de Janeiro: CIFEFIL, maio/ago. 2011, p. 07-26.

AZEVEDO, Fernando de *et al.* **Pequeno dicionário latino-português.** Organizado por um grupo de professores e revisado por Fernando de Azevedo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

AZEVEDO, António. **Da epistemologia e metodologia de Francisco Sanches.** Seguido de *Que nada se sabe.* Tradução de Basílio de Vasconcelos e introdução de António Azevedo. Lisboa: Instituto Piaget, 2006. (Colecção: Pensamento e Filosofia)

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. **Iniciação em crítica textual.** São Paulo: Presença/EDUSP, 1987.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. **Ensaio de linguística, filologia e ecdótica.** Rio de Janeiro: SBLL/UERJ, 1998.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. Sobre o conceito de Edição Crítica. **Humanitas**, n. 58, São Paulo, 2006, p. 15-22.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. Sobre o conceito de crítica textual. **Cadernos do CNFL**, Rio de Janeiro, 2007.

BAGNO, Marcos. **Gramática histórica: do latim ao português brasileiro**. Brasília: Edição do Autor, 2007.

BAGNO, Marcos. O português não procede do latim – uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego. **À busca do tesouro**, [S.l.], p. 34-39, 2010.

BANZA, Ana Paula; GONÇALVES, Maria Filomena. **Roteiro de História da Língua Portuguesa**. Évora: Universidade de Évora, 2018. Disponível em: [https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/22196/1/Roteiro\\_de\\_Histo%CC%81ria\\_da\\_Li%CC%81ngua\\_Portuguesa.pdf](https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/22196/1/Roteiro_de_Histo%CC%81ria_da_Li%CC%81ngua_Portuguesa.pdf). Acesso em: 10 mar. 2019.

BASSETTO, Bruno Fregni. Conceito de Filologia. **Revista Philologus**, ano 4, n. 12, p. 1-22, 2000. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/12/06.pdf>. Acesso em 01 set. 2019.

BASSETTO, Bruno Fregni. Breves considerações sobre lições de filologia portuguesa, de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. **Idioma**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 112-123, 2013. Disponível em: [http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/25/Idioma25\\_a08.pdf](http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/25/Idioma25_a08.pdf). Acesso em 10 dez. 2019.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica: história externa das línguas**. Vol. I. São Paulo: Edusp, 2005.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**: história interna das línguas. Vol. II. São Paulo: Edusp, 2010.

BASSANI, Indaiá de Santana. **Disciplina: Fundamentos linguísticos**: bilinguismo e multilinguismo. Mód. 3. Marcos conceituais referentes à variação linguística. São Paulo: UNIFESP, 2015.

BATAILLON, M. **Erasmus y el erasmismo**, Barcelona: Crítica, 2000.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo, Cortez, 2013.

BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BENEDICTO, Manuela Ayres Batista. **De latinis sermonibvs**: a diversidade linguística segundo Quintiliano. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP, Campinas, 2013.

BERMÚDEZ VÁZQUEZ. M.I. **La recuperación del escepticismo en el renacimiento como propedéutica de la filosofía de Francisco Sánchez**. Madrid: Fundación Universitaria Española, 2006.

BESSELAAR, José Van Den. **Propylaeum latinum** (Sintaxe latina superior). Vol. 1. São Paulo: Herder, 1960.

BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. Londres, 1935. Citamos pela tradução espanhola: Lenguaje. Lima: Universidad de San Marcos, 1964.

BRANDÃO, Jacyntho Lins; VITORINO, Júlio César. O método histórico-comparativo. In: DUCHOWNY, Alécia T. *et al.* **Fundamentos de Linguística comparada**. Minas Gerais: Faculdade de Letras da UFMG, 2012. Disponível em: <https://dspaceprod01.grude.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/OAUFMG/794/APOSTILA10mar12.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 set. 2019.

BORBA, Francisco da Silva. I Tipologia linguística. In: BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos linguísticos**. Campinas: Pontes, 2008, p. 262-317.

BOSSAGLIA, Giulia. **Linguística comparada e tipologia**. São Paulo: Parábola editorial, 2019.

BOURCIEZ, Édouard. **Latim**: elemento número um da linguística românica. Tradução de José Pereira da Silva, prefácio de Maria Antônia da Costa Lobo, revisão de Ruy Magalhães de Araújo e Maria Antônia da Costa Lobo. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2000. Disponível em: [www.filologia.org.br/pereira/textos/olatim.doc](http://www.filologia.org.br/pereira/textos/olatim.doc). Acesso em: 12 nov. 2012.

BUBER, M. **Do Diálogo e do dialógico**. Trad. Marta Ekstein de Souza Queiroz e Regina Weinberg. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BUBER, M. **Eclipse de Dios. Estudios sobre las relaciones entre religión y filosofía**. Trad. Luis Fabricat. Espanha: Fondo de Cultura Económica, 1995.

BUBER, M. **Eu e Tu**. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Editora Moraes, 1977.

BUBER, M. **Sobre Comunidade**. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BUSARELLO, Raulino. **Dicionário básico latino-português**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

CAÑAS, R.S. **Lengua e ingenio: concepciones pedagógicas en el siglo XVI hispánico**. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

César por Suetônio e Plutarco: Suetônio. De vita Caesarum, Diuus Iulius. Introdução, tradução e notas de Antonio da Silveira Mendonça. Plutarco. Vida de César. Tradução e notas de Ísis Borges Belchior da Fonseca. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

CANTISTA, M; José. **Crítica do saber tradicional e cepticismo na época dos descobrimentos**: a obra de Francisco Ribeiro Sánchez (1551-1623). Disponível em <http://repositorio.up.pt/aberto/bitstream/10216/9029/2/1756.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2009.

CABRAL, Leonor Scliar. **Introdução à linguística**. Porto Alegre: Globo, 1974.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2011a.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **História da linguística**. Petrópolis: Vozes, 2011b.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Ed. Princíps. Lisboa: em casa de Antonio Gôçalves, 1572. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://purl.pt/1>. Acesso em: 1 jan. 2019.

CARBONI, Florence. **Introdução à linguística**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CARDONA, Carmen Vila. **O Bilinguismo na Comunidade Autónoma da Catalunha**. Dissertação (Mestrado em Estudos Ibéricos) - **Universidade da Beira Interior - UBI**, Covilhã, 2010.

CARDOSO, A. **Fulgurações do eu**: indivíduo e singularidade no pensamento do Renascimento. Lisboa: Colibri, 2002.

CARDOSO, Zelia de Almeida. **Iniciação ao latim**. São Paulo: Ática, 1993.

CARO BAROJA, J. **Los judíos en la España Moderna y Contemporánea I**. Madrid: Istmo, 2000.

CART, A *et al.* **Gramática latina**. Tradução e adaptação de Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1986.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. MAURER JR., Theodoro Henrique. **O problema do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica,

1962. **Alfa - Revista de Linguística**, São Paulo, p. 145-154, 1963. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3212/2939>.

Acesso em: 20 dez. 2019.

CASTRO,A **Erasmus en tiempos de Cervantes**. Madrid: Impresión Hernando, 1931.

CASTRO,A. **Algunas observaciones acerca del concepto del honor en los siglos XVI y XVII**. Madrid: Sucesores de Hernando, 1916.

CASTRO,A. **Aspectos del vivir hispánico**. Madrid: Alianza editorial, 1970.

CASTRO,A. **De la edad conflictiva: crisis de la cultura española en el siglo XVII**. Madrid: Taurus, 1961.

CASTRO,A. **España en su historia**. Trotta: Madrid, 2004.

COMBA, Padre Júlio. **Gramática latina: para seminários e faculdades**. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1991.

CONTRERAS, Constantino; MUÑOZ, Mirta. Nacimiento de la Lingüística. **Documentos Lingüísticos y Literarios**, vol. 1, p. 4-8, 1977.

Disponível em:

[http://www.humanidades.uach.cl/documentos\\_linguisticos/document.php?id=34](http://www.humanidades.uach.cl/documentos_linguisticos/document.php?id=34). Acesso em: 05 dez. 2019.

COPENHAVER, Brian P.; SCHMITT, Charles B. **A history of Western Philosophy: 3. Renaissance Philosophy**. Oxford-New York: Oxford University Press, 2002.

COSTA, Evelyne Patrícia Figueiredo de Sousa. **Os efeitos da estrutura moraic do latim em três línguas românicas**: Italiano, português e espanhol. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

COSERIU, Eugenio. **Sincronía, diacronía e historia**: el problema del cambio lingüístico. 3ed. Madrid, Biblioteca Románica Hispánica/Editorial Gredos, 1978.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Fonética histórica do latim**. Rio de Janeiro: Aliança Liberal Acadêmica. Colaborada com os alunos da Faculdade Fluminense de Filosofia, 1960. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/cd/espolio/fonetica\\_historica\\_.pdf](http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/cd/espolio/fonetica_historica_.pdf). Acesso em 10 de dez. 2019.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962. (Biblioteca Brasileira de Filologia)

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Assistentes: Cláudio Mello Sobrinho *et al.* 3ed. 2. rei. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS. 2. ed. Revista e atualizada pelo Departamento de Dicionários da Porto Editora. Portugal: Porto Editora, 2001.



DICIONÁRIO LATIM-PORTUGUÊS/PORTUGUÊS-LATIM. 11. ed. Revista e atualizada pelo Departamento de Dicionários da Porto Editora. Portugal: Porto Editora, 2014.

DIEZ, Friedrich. **Introduction of the grammar of the romance languages**. Tradução de C. B. Cayley. B. A. Londres: Williams and Norgate, 1863.

DOMÍNGUEZ ORTÍZ, A. **Los judeoconversos en España y América**. Madrid: Istmo, 1971.

DUBOIS, Jean *et al.* **Diccionario de Lingüística**. Citamos pela tradução espanhola de I. Ortega e A. Dominguez sob a direção e adaptação de Alicia Yllera. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 2004.

ELIA, Silvio. **Preparação à linguística românica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

ELIA, Silvio. **Orientações da linguística moderna**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

ELIA, Silvio. **Ensaio de Filologia e Linguística**. Rio de Janeiro: GRIFO/MEC, 1975.

EMILIANO, António H. A. O mais antigo documento latino-português (882 a.D.) – edição e estudo grafémico. **Verba. Anuario Galego de Filoloxía**, n. 26, p. 7-42, 1999. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/CV/ficheiros/pub-11.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

EMILIANO, António H. A. Critérios e normas para transcrição e transliteração de textos medievais. **CLUNL/L14/FONTHIS/Normas/v.1.0**, p. 1-74, 2001. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Nova Lisboa/Linguística Histórica/Fontes para a História da Língua Portuguesa, 2001. Disponível em: <https://www.fcsh.unl.pt/philologia/Normas1.0.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

EMILIANO, António H. A. Problemas de transliteração na edição de textos medievais. **Revista Galega de Filoxía**, n. 3, p. 29-64, 2002. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/CV/ficheiros/pub-12.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

EMILIANO, António H. A. A edição e interpretação da documentação antiga de Portugal: problemas e perspectiva da filologia portuguesa face ao estudo das origens da escrita em português. **Aemiliense I**, p. 33-63, 2004. Disponível em: <https://www.cilengua.es/sites/cilengua.es/files/book/5448/2cilengua-aedicaointerpretacao.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2006.

FARIA, Ernesto. **Síntese de gramática latina**. Redigida especialmente para servir ao ensino moderno do latim. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., Editores, 1940.

FARIA, Ernesto. **Gramática superior da língua latina**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino-português**. Revisão de Ruth Junqueira de Faria. 5.ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.

FERNÁNDEZ LÓPEZ, S. **El Cantar de los Cantares en el Humanismo Español. La tradición judía.** Huelva: Universidad de Huelva. Biblioteca Montaniana, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2004.

FIGUEIREDO, Cândido. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Lisboa: The Project Gutenberg Ebooks, 1913. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/31552>. Acesso em: 1 jan. 2020.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas:** manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FRADEJAS RUEDA, José Manuel. **Introducción a la edición de textos medievales castellanos.** Cuadernos de la UNED, nº 100. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1991.

FORTES, Fábio da Silva. A ordem das palavras na sentença latina: pontos de interface no discurso metalinguístico antigo. **Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos**, Belo Horizonte, vo. 21, n. 2, p. 239-251, 2008. disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/35759>. Acesso em: 1 dez. 2019.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma:** vida pública e vida privada – cultura, pensamento e mitologia – amor e sexualidade. São Paulo: Contexto, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo. **A vida quotidiana na Roma antiga.** São Paulo: Annablume, 2003.

FURLAN, Oswaldo Antônio. **Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FURLAN, Oswaldo Antônio; BUSARELLO, Raulino. **Gramática básica do latim**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

FURLAN, Mauri; NUNES, Zilma Gesser; COELHO, Fernando. **Língua latina I**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2012.

FURTADO DA CUNHA, Angélica; COSTA, Marcos Antonio; MARTELOTTA, Mário Eduardo. Linguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15-30.

GABAS JR., Nilson. Linguística Histórica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. vol. I. São Paulo: Cortez, 2012, p. 85-112.

GALVÃO, José Raimundo. **Filologia românica**. São Cristóvão: UFS/CESAD, 2009.

GARCIA, Afrânio da Silva. O português do Brasil: questões de substrato, superstrato e adstrato. **Soletras**, ano II, n. 04. São Gonçalo: UERJ, jul./dez. 2002, p. 70-80. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/download/4447/3250>. Acesso em: 12 nov. 2019.

GARCIA, Janete Melasso. **Introdução e teoria e prática da língua latina**. 3.ed. rev. e ampl. Brasília: Editora da UNB, 2008.

GARCIA, Janete Melasso; OTTONI DE CASTRO, Jane Adriana Ramos. **Dicionário gramatical de latim: nível básico**. Brasília: Editora da UNB/Ed. Plano Ltda., 2010.

GARCÍA LÓPEZ, Jorge. **El estilo de Miguel de Cervantes**: contexto literario y personalidad creadora. La Fundación Juan March. Ciclo de conferencias proferidas em 07 abr. 2016. Disponível em: <https://www.march.es/videos/?p0=11010>. Acesso em: 05 mai. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GINGRICH, F. Wilbur. **Léxico do Novo Testamento Grego/Português**. Revisão de Frederick W. Danker. Tradução de Júlio P. T. Zabatiero. São Paulo: Sociedade Religiosa Edição Vida Nova, 1979.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, M. **O labirinto de Mínos: Francisco Sánchez, o “Escéptico”, un galego no renacimiento**. Sada, a Coruña: Ediciós do Castro, 1991.

GOBRY, Ivan. **Vocabulário grego da filosofia**. Tradução de Ivone C. Benedetti; revisão técnica de Jacira de Freitas; caracteres gregos e transliteração do grego por Zelia de Almeida Cardoso. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GUASCH, P. Antonio. **Gramática teórico-prática del latin clásico**. Buenos Aires: Germán J. Rinsche / Seminário Metropolitano de Buenos Aires, 1940.

HERMAN, József. **Vulgar latin**. Translated by Roger Wright. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2000.

HOBSBAWM, E. **Naciones y nacionalismos desde 1870**. Barcelona: Grijalbo Mondadorí, 1998.

HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 3.0. Monousuário. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUARTE DE SAN JUAN, J. **Examen de ingenios**. Madrid: Cátedra, 1989.

ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. São Paulo: Ática, 1999.

ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2018.

IRIBARREN ARGAIZ, Mary-Carmen. **Origen y desarrollo de la sufi-jacion ibero-romance en -rr- vinculaciones y contrastes con otras lenguas**. 637 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade da Flórida, 1995. Disponível em:<http://ufdc.ufl.edu/AA00047099/00001>. Acesso em: 24 fev. 2020.

KABATEK, Johannes; PUSCH, Claus D. The Romance languages. In: KORTMANN, Bernd; AUWERA, Johan van der. **The languages and linguistics: a comprehensive guide**. Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 2011, p. 69-96.

KOENER, Konrad. Linguística e Filologia: o eterno debate. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 1, p. 7-20, 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59642>. Acesso em 01 set. 2019.

JIMÉNEZ, Rafael V. Orden. La teoría de la causalidad natural de Francisco Sánchez el escéptico. **Anales del Seminario de Historia de la Filosofía**, n. 20, p. 247-267, 2003. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/ASHF/article/viewFile/ASHF0303110247A/4744>. Acesso em: 18 fev. 2018.

JIMÉNEZ, Rafael V. **Francisco Sánchez, el escéptico: breve historia de un filósofo desenfocado**. Madrid: Fundación Ignacio Larramendi, 2012. Disponível em: [http://www.larramendi.es/francisco\\_sanchez/i18n/cms/fichero.cmd?id=ms/francisco\\_sanchez/ficheros/fsanchez\\_estudio\\_fundacionlarramendi.pdf](http://www.larramendi.es/francisco_sanchez/i18n/cms/fichero.cmd?id=ms/francisco_sanchez/ficheros/fsanchez_estudio_fundacionlarramendi.pdf). Acesso em: 18 fev. 2018.

LAGARES, Xoán Carlos. Continuidades e rupturas lingüísticas na península ibérica. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 123-151. 2.parte, 2011.

LAGARES, Xoán Carlos. Sobre a noção de galego-português. **CADERNOS de Letras da UFF - Dossiê: Patrimônio cultural e latinidade**, n. 35, p. 61-82, 2008.

LAGARES, Xoán Carlos; MONTEAGUDO, Henrique. (Org.) **Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

LAPESA, Rafael. **Historia de la lengua española**. Prólogo de Ramón Menéndez Pidal. 9.ed. Madrid: Editorial Gredos, 1981. (Biblioteca Románica Hispánica)

LARA, Tiago Adão. **A filosofia nas suas origens gregas**. Petrópolis: Vozes, 1989.

LÁZARO CARRETER, Fernando. **Diccionario de términos filológicos**. 3.ed. Madrid: Gredos, 1990.

LEITE, Francisco de Freitas. **O Latim em cartas do cariri cearense: final do século XIX e início do século XX**. João Pessoa: Ideia, 2009.

LEITE, Francisco de Freitas. **Inscrições em latim sob uma abordagem dialógica: um estudo no contexto do Cariri cearense**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2014.

LEGROSKI, Marina Chiara. O latim vulgar na Vulgata de Jerônimo. **Anais XXIII SEC**, Araraquara, 2008, p. 139-149.

LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. **A greek-english lexicon**. New York: Oxford University Press, 1996.

LIMA, Danielle Chagas de. **Gênero biográfico e historiográfico na Roma antiga: os testemunhos das fontes e a obra de Suetônio e Tácito**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP, Campinas, 2012.

LIMA, Joaquim Maia de. **Filologia Românica**. Belém, EDUFPA, 2008.

LÓPEZ GARCÍA, Ángel. **La lengua común en España plurilingüe**. Madrid: Iberoamericana, 2009.

MARCOTULIO, Leonardo Iennertz *et al.* (Orgs.). **Filologia, história e língua: olhares sobre a português medieval**. São Paulo: Parábola, 2018.



MARASCHIN, Leila Teresinha. Sobre o latim e outros latins: algumas reflexões sociolinguísticas. **Soletras**, ano VII, n. 14. São Gonçalo: UERJ, jul./dez. 2007, p. 227-236. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/4731/3493>. Acesso em: 25 mar. 2017.

MARGUTTI PINTO, Paulo Roberto. As ideias filosóficas de Francisco Sanches. **Sképsis**, ano III, n. 5, p. 103-148, 2010. Disponível em: [http://philosophicalskepticism.org/wp-content/uploads/2014/06/4as\\_ideias\\_filosoficas.pdf](http://philosophicalskepticism.org/wp-content/uploads/2014/06/4as_ideias_filosoficas.pdf). Acesso em: 18 fev. 2018.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 43-70.

MARTINET, André. **Elementos de linguística geral**. Tradução de Jorge Morais-Barbosa. Lisboa: Martins Fontes, 1975.

MARTINS, Maria Cristina da Silva. Fontes do Latim Vulgar. In: XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2007, Rio de Janeiro. **Livro de Minicursos**. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2007, v. XI. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/04.htm>. Acesso em: 25 mar. 2017.

MARTINS, Maria Cristina da Silva. **Os locativos na Peregrinatio Aetheriae**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem - UNICAMP, Campinas, 1996.

MARTINS, Maria Cristina da Silva. **Configuracionalidade em latim clássico e latim vulgar**. Tese (Doutorado em Linguística) - Universi-

dade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem - UNICAMP, Campinas, 2002.

MARTINS, Maria Cristina da Silva. Os complementos de lugar em latim clássico e latim vulgar: uma comparação. **Organon**, Porto Alegre, n. 44/45, jan./dez. 2008, p.89-101.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **Cancioneiros medievais galego-portugueses**. São Paulo: WMF Martins Fontes , 2007.

MATOS, Denilson Pereira. **História da Linguística**. Rio de Janeiro: Universidade Castelo Branco (UCB), 2007.

MATTOS, Geraldo. **Filologia românica**. Curitiba: IESDE Brasil. S.A., 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELLIZO, C. **Nueva introducción a Francisco Sánchez "El Escéptico"**. Zamora: Edic. Monte Casino, 1982.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia e à linguística portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. **Manual elemental de gramática histórica española**. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1904.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. **Orígenes del español**. Madrid: Espasa Calpe, 1926.

MEGALE, Heitor; CAMBRAIA, César Nardelli. Filologia portuguesa no Brasil. **D.E.L.T.A.**, vol. 15, n. especial, p. 1-22, 1999. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/40264>. Acesso em 01 set. 2019.

MIAZZI, Maria Luísa Fernandez. **Introdução à linguística românica**. São Paulo: Cultrix, 1972.

MIOTTI, Charlene Martins. **O ensino do latim nas universidades públicas do Estado de São Paulo e o método inglês *Reading Latin*: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP, Campinas, 2006.

MIRANDA POZA, José Alberto. Fonética e fonologia do latim clássico. **Intertexto**, Faculdades da Escada, v. 4, 2005, p. 28-73.

MIRANDA POZA, José Alberto. Consideraciones teóricas acerca de los conceptos de lexicografía, lexicología, semántica, significado y sentido. In: DURÃO, Adja Balbino Amorim Barbieri. **Por uma Lexicografia Bilíngue Contrastiva**. Londrina: UEL, 2009a, p. 45-60.

MIRANDA POZA, José Alberto. Uma revisão da filologia românica: as origens das línguas neolatinas. In: I E II SEMINÁRIO DE LÍNGUAS E LITERATURAS CLÁSSICAS, 2009, Recife. **Anais dos I e II Seminários de Línguas e Literaturas Clássicas**. Recife: Departamento de Letras - UFPE, v. 1., 2009b, p. 83-126.

MIRANDA POZA, José Alberto. Revisitando o método histórico-comparado: proposta de um modelo didático de aplicação lingüística. In: I E II SEMINÁRIO DE LÍNGUAS E LITERATURAS CLÁSSICAS, 2009, Recife. **Anais dos I e II Seminários de Línguas e Literaturas Clássicas**. Recife: Departamento de Letras - UFPE, v. 1., 2009c, p. 127-154.

MIRANDA POZA, José Alberto. Apresentação do método filológico de análise textual na história das ideias linguísticas. In: III SEMINÁRIO DE LÍNGUAS E LITERATURAS CLÁSSICAS - AS FORÇAS RENASCENTISTAS, 2010, Recife. **Anais do III Seminário de Línguas e Literaturas Clássicas**. Recife: Departamento de Letras - UFPE, v. 01., 2010, p. 116-125.

MIRANDA POZA, José Alberto. **Apontamentos de linguística histórica: ensaios de filologia românica e filologia clássica**. Recife: Editora da UFPE, 2019.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, María del Pilar (Orgs.). **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acesos**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 11-24.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) **Linguística Aplicada na Modernidade Recente: Festschrift para Antonietta Celani**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MONTAGNER, Airto Ceolin. **Língua Latina I**. Rio de Janeiro: Universidade Castelo Branco (UCB), 2008.

MONTAIGNE, M. **Os ensaios. Livro II**. Trad. Rosemay Costhek Abílio. São Paulo: Martin Fontes, 2006.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Francisco Sanches e a Renascença Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde; Serviço de Documentação; Departamento de Imprensa Nacional, 1953. (Coleção "Os Cadernos de Cultura")

MUHANA, Adma Fadul. O gênero epistolar: diálogo per absentiam. **Discurso**, n. 31, p. 329-345, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/38043>. Acesso em: 18 fev. 2019.

MÜLLER, Munniky. Filologia e Linguística: encontros e desencontros. **Soletras**, ano X, n. 19, jan./jun., p. 149-155, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/15836>. Acesso em 01 set. 2019.

MUÑOZ, Mirta. El Método histórico-comparativo. **Documentos Lingüísticos y Literarios**, vol. 2, n. 30-34, 1978. Disponível em: [http://www.humanidades.uach.cl/documentos\\_linguisticos/document.php?id=132](http://www.humanidades.uach.cl/documentos_linguisticos/document.php?id=132). Acesso em: 05 dez. 2019.

NABAIS, João-Maria. A diáspora de Francisco Sanches, na busca da consciência do Eu. **Cadernos de Estudos Sefarditas**, n. 6, p. 357-368, 2006. Disponível em: [http://www.catedra-albertobenveniste.org/\\_fich/15/artigo\\_Joao\\_Nabais.pdf](http://www.catedra-albertobenveniste.org/_fich/15/artigo_Joao_Nabais.pdf). Acesso em: 18 fev. 2018.

NASCENTES, Antenor. **Elementos de filologia romanica**. Rio de Janeiro: Edição da “Organização Simões”, 1954. (Coleção Padre Nóbrega).

NORBERG, Dag. **Manual prático de latim medieval** (I – Breve história do latim medieval). Tradução de José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: CEFIL, 2007a. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/4687/3456>. Acesso em: 12 nov. 2019.

NORBERG, Dag. **Manual prático de latim medieval** (II – Textos escolhidos). Tradução de José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2007b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/4688/3457>. Acesso em: 12 nov. 2019.

NUNES, José Joaquim. **Crestomatia Arcaica**: excertos da literatura portuguesa desde o que de mais antigo se conhece até ao século XVI, acompanhados de introdução gramatical, notas e glossário. 2. ed. cor., aum. e disposta segundo um plano inteiramente novo. Lisboa: Editora Portugal-Brasil, 1921.

OLIVEIRA, Ernesto Ferreira de. As línguas românicas. **Akropolis**, Umuarama, v. 9, n. 1, jan./mar., 2001, p. 08-11.

OLIVEIRA, Fernão. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Em Lixboa: e[m] casa d’Germão Galharde, 27 laneyro 1536. - [38] f. ; 4º (20 cm). Disponível em: <http://purl.pt/120>. Acesso em: 10 abr. 2020.

OLIVEIRA, Marilza de. **A expansão do sintagma nominal no latim vulgar e no latim-português**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP, Campinas, 1992.

OLIVERIA, Roberto Arruda. Aspectos do latim vulgar. **Entrepalavras**, ano 3, v.3, n. esp., p. 143-151, ago./dez. 2013. Fortaleza, 2013.

OXFORD. **Oxford latin dictionary**. London: Oxford University Press, 1968.

PAZ MARCOS, M. **El concepto de ciencia en Francisco Sánchez**. Salamanca: M. Paz, 1993.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica histórica**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1919.

PÉREZ, J. **Historia de una tragedia. La expulsión de los judíos de España**. Barcelona: Crítica, 2003.

PESSOA, Marlos de Barros. O núcleo de Estudos Históricos de Manuscritos e Impressos (NEHMI). In: PESSOA, Marlos de B. (org.) **Língua, textos e história**. Manuscritos e impressos na história do português brasileiro. Recife: Programa de Pós-Graduação da UFPE, 2005, p. 11-25.

PINSKY, Jaime. **100 textos de história antiga**. Seleção, organização e introdução de Jaime Pinsky. São Paulo: Contexto, 2018.

POPKIN, R. H. In: MAIA NETO, José (ed). **Skepticism in Renaissance and Post-Renaissance Thought**. New York: Humanity Books, 2004.

POPKIN, R. H. **The History of Scepticism. From Erasmus to Descartes**. New York: Harptorch, 1968.

POSSEBON, Fabrício. A língua gótica. In: DLCV. **Língua, Linguística e Literatura**. (Departamento de Letras e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba). vol. I, n.1. João Pessoa: Ideia, 2003, p. 73-82. Disponível em:<https://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dclv/article/view/7440>. Acesso em: 20 set. 2019.

PRIA, Albano Dalla. Tipologia linguística: línguas analíticas e línguas sintéticas. **Soletras**, Ano VI, n. 11, p. 113-121. São Gonçalo: UERJ, jan./jun. 2006.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Contribuições da filologia para o ensino de línguas. **Revista Philologus**, ano 14, n. 42, p. 66-78. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 66 set./dez. 2008.

QUERIQUELLI, Luis H. M. **Filologia portuguesa**. Santa Catarina: UNIASSELVI, 2016.

RAVIZZA, Padre João. **Gramática latina**. Niterói: Escolas Profissionais Salesianas, 1940.

REGA, Lourenço Stelio; BERGMANN, Johannes. **Noções do grego bíblico: gramática fundamental**. São Paulo: Vida Nova, 2004.

REZENDE, Antônio Martinez de; BIANCHET, Sandra Braga. **Dicionário do Latim Essencial**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (Coleção Clássica)

RIBEIRO, João. **Rudimentos de filologia românica**. Notas suplementares de Joaquim Ribeiro. Para uso das faculdades de filosofia. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1963.

RIZZINI, Carlos Toledo. **Ensaio sobre o uso do latim na botânica: latim para botânicos**. Bahia: Fundação Gonçalo Moniz, 1955.

ROBINS, Robert Henry. **Breve historia de la lingüística**. Madrid: Paraninfo, 1984.

ROCA, María del Pilar. O argumento comunitário como defesa da língua ordinária em Francisco Sánchez, o cético (1551-1623). **Letras**, Santa Maria, v. 21, n. 43, p. 335-351, jul./dez. 2011.



ROCA, María del Pilar. A fundação das línguas vernáculas para a construção do Ocidentecristão. **Verba Juris** 5, 2006b, p. 77-108.

ROCA, María del Pilar. El contexto educativo en el Diálogo de la lengua, de Juan de Valdés. **Letr@ Viv@**, v.10, n.1, 2010, p.235-263.

ROCA, María del Pilar. **Ismael Viñas. Ideografía de un mestizo**. Buenos Aires: Dunken, 2005.

ROCA, María del Pilar. La roca de Israel: la primera sinagoga de las Américas. **El Olivo**, XXVIII, 2004, 59 p. 113-120.

ROCA, María del Pilar. Judaísmo, marranismo y asimilación en el nordeste brasileño, **El Olivo**, 2006a, XXX, 64 p. 103-112.

ROCA, María del Pilar. Relações de Simulação e Relações de Autenticidade no Ensino de Línguas Vivas. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, María del Pilar (Orgs.). **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.

ROCA, María del Pilar. Lengua y conciencia en la mentalidad de los judeoconversos españoles. **El Olivo**, XXXII, 67. 2008, p.39-64.

ROCA, María del Pilar. Língua e tradição: judeus-conversos espanhóis leitores de São Paulo. **Boletim do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB)**, junho 2011, nº 44, p.31-33.

RONDININI, Roberto Botelho. **O acento primário no latim clássico e no latim vulgar**: o tratamento da mudança na perspectiva da Teoria da Otimalidade. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro – UFRJ, 2009.

RUBIO, Lisardo. **Introducción a la sintaxis estructural del latín**. Barcelona: Editorial Ariel, 1982.

RUIPÉREZ, Martín Sánchez; MARTÍN FERRERO, F.; ALBARRÁN GÓMEZ, E.; SANTIAGO ÁLVAREZ, R.A. **Nueva Antología de la Ilíada y la Odisea**. Madrid: Sociedad Española de Estudios Clásicos, 1965.

SÁ, Arturo Moreira de. **Raízes e projeção do pensamento de Francisco Sánchez**. Braga: Faculdade de Filosofia, 1955.

SÁENZ DE BADILLOS, A. **Razón y Fe en el Judaísmo Hispano: Yehuda há-Levi. Pensamiento y mística hispanojudías y sefardí**. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2001. p. 69-99.

SACRAMENTO, Arivaldo; NASCIMENTO, Hérvickton Israel. Entre a Filologia e a Linguística Histórica: o texto como artefato histórico. **Macabéa - Revista Eletrônica do NETLLI**, Crato, v. 8, n. 2., p. 473-487, 2019. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/1968>. Acesso em 01 set. 2019.

SAID ALI, Manuel. **Grammatica historica da lingua portuguesa**. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

SANCHES, Francisco. Que nada se sabe. Tradução de Basílio de Vasconcelos; texto editado por Moreira de Sá. **Revista de História**, n. 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16 e 17, vol. II, III, IV e V, 1913-1916.

SANCHES, Francisco. **Que nada se sabe**. Tradução de Basílio de Vasconcelos; introdução de Joaquim de Carvalho. Lisboa: Vega, 1991. 159

p.; 21 cm. - (Vega universidade. Filosofia). Disponível em: <http://purl.pt/6394>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SANCHEZ, Francisco. **Obra filosófica**. Tradução de Giacinto Manuppela, Basílio de Vasconcelos e Miguel Pinto de Meneses; prefácio de Pedro Calafate. Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1999. (Coleção Pensamento Português)

SANCHEZ, Franciscus (1551-1623). Franciscus Sanchez Philosophus et Medicus Doctor. **Quod Nihil Scitur**. - Lugduni: apud Ant[onium] Gryphium, 1581. - [8], 100 p. ; 4º (23 cm). Disponível em: <http://purl.pt/929>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SANCHEZ, Francisco. **Que nada se sabe por el Doctor Francisco Sánchez. Médico y filósofo. Primera traducción en lengua castellana**. Tradução de Jaime Torrubiano e prólogo de Menéndez Pelayo. Madrid: GIL-BLAS Renacimiento, 1923. (Biblioteca Renacimiento. Coleção GIL-BRAS dirigida por Don Ricardo León da Real Academia Espanhola. Clássicos Espanhóis). Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000233716&page=1&search=que+nada+se+sabe&lang=es&view=main>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SANCHEZ, Francisco. **Que nada se sabe**. Tradução do latim e prólogo por Carlos Mellizo. Buenos Aires: Aguilar, 1977. (Biblioteca de Iniciación Filosófica). Título original: *De multum nobili et prima universalis scientia quad nihil scitur*, 1581.

SANCHEZ, Francisco. **Quod nihil scitur**. Edição e tradução de S. Rabade, J. M. Artola y M. F. Pérez. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Filosofía “Luis Vives”, 1984.

SANCHEZ, Francisco. **Quod nihil scitur**. Latin text established, annotated, and translated by Douglas F. S. Thomson. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SÁNCHEZ, F. **Opera philosophica**, Nova Ed. Coimbra: [s.n.], 1955.

SÁNCHEZ, F. **Que nada se sabe**, [Ed. Fernando A. Palacios], Madrid: Espasa-Calpe, 1991.

SÁNCHEZ, F. **Que nada se sabe**, Madrid: Espasa-Calpe, 1972.

SÁNCHEZ, F. **Sobre la brevedad y duración de la vida**. [Trad. Prefacio e notas de Carlos Mellizo]. Tuy, Pontevedra: Museo y Archivo HistóricoDiocesano, 1982.

SANTOS, Bento Silva; COSTA, Ricardo da. **História da Filosofia Medieval**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo / Secretaria de Ensino a Distância, 2015.

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Novissimo dicionario latino-portuguez**: etymologico, prosodico, historico, geographico, mythologico, biographico, etc. No qual aproveitados os trabalhos de philologia e lexicographia mais recentes. Rio de Janeiro: Garnier, 1927.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Charles Bally e Albert Sechehaye (Orgs.), com a colaboração de Albert Riedlinger. Prefácio à edição brasileira de Isaac Nicolau Salum. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Bliskstein. São Paulo, Cultrix, 2012.

SERRANO AYBAR, Concepción. Lexicografía griega antigua y medieval. In: GANGUTIA ELICEGUI, Elvira (org.) **Introducción a la**

**lexicografía griega.** Madrid: CSIC / Instituto Antonio de Nebrija, 1977, p. 61-106.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2016.

SEXTO EMPÍRICUS. **Esbozos pirrónicos.** [Introd., trad. e notas de Antonio Gallego Cao e Teresa Muñoz Diego]. Madrid: Gredos, 1993.

SHARPLEY, G. D. A. **Beginner's latin - The teach Yourself.** Londres: Hodder Headline, 2003.

SHOLEM, G. "Revelación y tradición, categorías religiosas del judaísmo". Conceptos básicos del judaísmo. **Dios, creación, Revelación, tradición, Salvación.** Madrid, Trotta, 1998, p.75-98.

SILVA, Amós Coêlho da; MONTAGNER, Airto Ceolin. **Dicionário latino-português.** Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, José Pereira da. O método em filologia. **Revista Philologus,** ano 17, n. 50. Rio de Janeiro: CIFEFIL, set./dez.2011, p. 91-112.

SILVA, Thiago do Amaral de Carvalho. **Ouranomachia ou Ludus astrologorum:** a retomada lúdica da cosmologia Ptolomaica tradução e análise. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem - UNICAMP, Campinas, 2015.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA NETO, Serafim da. **Manual de filologia portuguesa:** história, problemas e método. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

SILVA NETO, Serafim da. **Fontes do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

SILVA NETO, Serafim da. Três inscrições do latim vulgar. **Humanitas**, Coimbra, vol. 2, p. 67-80, 1948.

SILVA NETO, Serafim da. **História do latim vulgar**. Apresentação de Rosalvo do Valle. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2004.

SILVA PINTO, Margarida. **Francisco Sanches (ca 1551-1623) Filósofo, matemático e médico**. Tesouros: Impressos: Franciscus Sanchez Philosophus et Medicus Doctor. Quod Nihil Scitur. Lisboa: Biblioteca Nacional Tesouros, 2004. Disponível em: [http://purl.pt/369/1/ficha-obra-francisco\\_sanches%20.html](http://purl.pt/369/1/ficha-obra-francisco_sanches%20.html). Acesso em: 18 fev. 2018.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. **Estudos de filologia portuguesa**. vol. I. São Paulo: Saraiva, 1946.

SIMONS, Gary F.; FENNING, Charles D. (Eds.) **Ethnologue**: languages of the world, twenty-first edition. Dallas: SIL International. Disponível em: [www.ethnologue.com](http://www.ethnologue.com). Acesso em: 15 dez. 2016.

SOPENA. **Griego - diccionario griego-español**. Publicado bajo la dirección de Florencio I. Sebastián Yarza. (vol. 1 y vol. 2). Barcelona: Editorial Ramon Sopena, S. A., 1998.

SOUZA, Adílio Junior de. **Lexicalização e neologismo**: análise funcional em corpus digital. Orientador: Denilson Pereira de Souza. 154 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2015.

SOUZA, Adílio Junior de. **Edição diplomático-interpretativa de Quod Nihil Scitur de Franciscus Sanchez**. Transcrição paleográfica, notas e comentários feitos por Adílio Junior de Souza. João Pessoa: Edição do Editor, 2016 (inédito).

SOUZA, Adílio Junior de. As ideias linguísticas de Domingos de Araújo e a tradição no ensino de língua clássica no Brasil. **Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 6, n. 2, p. 219-242, maio-ago. 2017.

SOUZA, Adílio Junior de. **Manual básico de pronúncias do latim**. 2ed. rev. e ampl. João Pessoa: Ideia, 2019a.

SOUZA, Adílio Junior de. A gramática histórica utilizada como ferramenta para o ensino de língua portuguesa. In: SOUZA, Ivan Vale de (Org.). **Letras, linguística e artes: perspectivas críticas e teóricas [recursoeletrônico]**. v.1. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019b, p. 57-69.

SOUZA, Paula da Costa. **O caráter vulgar da perífrase ir + infinitivo: estudo comparativo entre o catalão, o valenciano e o português**. 506 f, 2 vol. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2009.

SOUZA DA SILVEIRA. **Lições de português**. Revisão crítica, em consulta com o autor, pelo prof. Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960. (Coleção Brasileira de Filologia Portuguesa)

SOUZA, Mohandas Karamchand Oliveira de. **A Dúvida Cética no Quod Nihil Scitur de Francisco Sanches**. Orientador: Danilo Marcondes de Souza Filho. 124 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC do Rio, Rio de

Janeiro, 2014. Disponível em:[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC\\_RIO-1\\_cb2abf6608f5164b88a8ab3dfe7da0b2](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_RIO-1_cb2abf6608f5164b88a8ab3dfe7da0b2). Acesso em: 07 jan. 2020.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da crítica textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix, 1977.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Ars Poetica / Edusp, 1994.

STOCK, Leo. **Conjugação dos verbos latinos**. Como conjugar corretamente os verbos regulares e irregulares. Tradução de António Moniz e Maria Celeste Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

SUÁREZ DOBARRIO, F. **Francisco Sánchez y el escepticismo de su tiempo**, Orense: Caja de ahorros Provincial, D.L, 1988.

SWIGGERS, Pierre. Filologia e Linguística: enlace, divórcio, reconciliação. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 2, p. 5-18, 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59656>. Acesso em 01 set. 2019.

TAVARES, Severiano. Francisco Sanches e o problema da certeza. **Revista Portuguesa de Filosofia**, a naturalidade de Francisco Sanches, p. 63-76, 1945a. Disponível em: <http://www.filosofia.org/aut/003/m49a2050.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

TAVARES, Severiano. Francisco Sanches e o problema da sua nacionalidade. **Revista Portuguesa de Filosofia**, T. 1, Fasc. 2, jan. - mar., p.



63-76, 1945b. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40332520>. Acesso em: 18 fev. 2018.

TAVARES, Severiano. Ainda a naturalidade de Francisco Sanches. **Revista Portuguesa de Filosofia**, T. 1, Fasc. 2, abr. - jun., p. 150-157, 1945c. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40332539>. Acesso em: 18 fev. 2018.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. 4.ed. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário latino-português**. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1936.

VÄÄNÄNEN, Veikko. **Introducción al latín vulgar**. Versión española de Manuel Carrión. Madrid: Editorial Gredos, 1968.

VALDÉS, J. **Diálogo de la lengua**, Madrid: Cátedra, 2003.

VALDÉS, J. **Obras Completas, I. Diálogos. Escritos espirituales. Cartas**. Madrid: Biblioteca Castro, 1997.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. **Lições de Filologia portuguesa**: segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13; seguidas das lições práticas de português arcaico. Lisboa: Dinalivro/Martins Fontes, [s.d.] [1912-1913].

VASCONCELLOS, José Leite de. **Lições de philologia portuguesa dadas na Bibliotheca Nacional de Lisboa**. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1911.

VASCONCELLOS, Eliane. Intimidade das confidências. **Teresa - Revista de Literatura Brasileira**, v. 8/9, São Paulo, p. 372-389, 2008.

Disponível em:  
<http://www.journals.usp.br/teresa/article/download/116762/1143>  
19. Acesso em: 14 mar. 2019.

VÁZQUEZ, Manuel Bermúdez. Intuiciones de criptojudáismo en el Quod nihil scitur de Francisco Sánchez. **Contrastes- Revista Internacional de Filosofía**, vol. XIII, p. 285-294, 2008. Disponível em:<http://www.revistas.uma.es/index.php/contrastes/article/view/1606/1550>. Acesso em: 23 jul. 2019.

VÁZQUEZ, Manuel Bermúdez. Plato's and Aristotle's Language Critique in Francisco Sanchez's That Nothing Is Known. **Humanities**, n. 1., p. 192-204, 2012. Disponível em: [www.mdpi.com/2076-0787/1/3/192/pdf-vor](http://www.mdpi.com/2076-0787/1/3/192/pdf-vor). Acesso em: 18 fev. 2018.

VÁZQUEZ, Manuel Bermúdez. **El escepticismo renacentista de Francisco Sánchez**. Espanha, 2014.

VIDOS, Benedek Elemér. **Manual de linguística românica: história e metodologia**. Vol. I. Tradução de José Pereira da Silva. Revisão Técnica de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/pereira/textos/Vidos\\_vol\\_1.pdf](http://www.filologia.org.br/pereira/textos/Vidos_vol_1.pdf). Acesso em: 12 nov. 2012.

VIEIRA, Jair Lot; MICALES, Maíra Lot Vieira (Ed). **Dicionário latim-português: termos e expressões**. Revisão técnica de Alexandre Hasegawa. São Paulo: EDIPRO, 2016.

XIMENES, Expedito Eloísio. Filologia: uma ciência antiga e uma polémica eterna (I). **Revista Philologus**, ano 18, n. 52, p. 93-115. Rio de Janeiro: CIFEFIL, jan./abr. 2012a.

XIMENES, Expedito Eloísio. Filologia: uma ciência antiga e uma polémica eterna (II). **Revista Philologus**, ano 18, n. 53, p. 74-91. Rio de Janeiro: CIFEFIL, jan./abr. 2012b.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola, 2014.

WILLIAMS, Edwin Bucher. **Do latim ao português**: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. Traduzido por Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 2001.

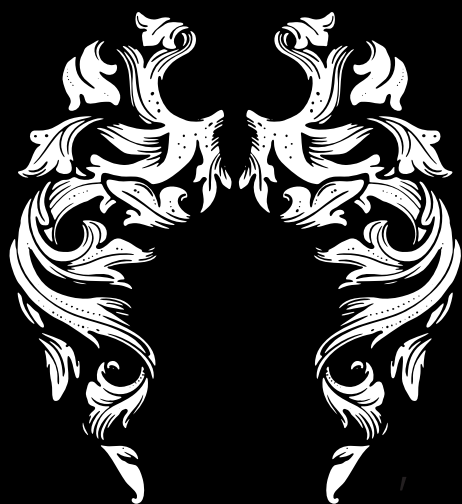
## **SOBRE O AUTOR**

### **Adílio Junior de Souza**

Doutor e mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – Proling/UFPB, especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Africana de Língua Portuguesa e graduado em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Professor temporário de Língua Latina e História da Língua Portuguesa no curso de Letras da Unidade Descentralizada de Missão Velha – CE (UDMV/URCA). Foi bolsista Capes durante o mestrado em Linguística no Proling/UFPB (2014/2015). Foi membro do Grupo de Pesquisa Teorias Linguísticas de Base (TLB), registrado no CNPq (UFPB/2014-2016). Participa do Núcleo de Pesquisa em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola, registrado no CNPq (UFPE/2019-vigente) e do Núcleo de Pesquisas em Ensino de Línguas e formação docente – NUPELINF (UVA/ 2019-vigente). Coordenou o Projeto Estudos Clássicos (URCA/2016-2018). Desenvolve pesquisas em Linguística, Filologia e Língua Latina.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5545-6441>

E-mail: [adilivs@gmail.com](mailto:adilivs@gmail.com)



ISBN 978-65-5621-118-3



9 786556 211183